

**Proposta da Região
Autónoma dos
Açores para integrar o
Plano Estratégico da Política
Agrícola Comum (PEPAC)**

**Documento elaborado pela spi, Açores,
visto e complementado pela Direção
Regional do Desenvolvimento Rural
agosto 2020**



Índice

1.	Introdução.....	27
1.1.	Enquadramento.....	27
1.2.	A Região Autónoma dos Açores.....	30
2.	OE1 - Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar.....	34
2.1.	O clima da R.A. Açores.....	34
2.2.	Caraterização geral do setor agrícola na R.A. Açores.....	38
2.3.	Infraestruturas de apoio à atividade agrícola.....	44
2.4.	Formação do rendimento agrícola.....	44
2.5.	Capital e investimento.....	70
2.6.	Instrumentos de gestão de riscos na agricultura.....	74
2.7.	Análise SWOT.....	80
2.8.	Avaliação de necessidades.....	82
3.	OE2 - Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização.....	85
3.1.	Economia agrícola e agroindustrial.....	85
3.2.	Caracterização das fileiras mais representativas.....	97
3.3.	Economia florestal.....	118
3.4.	Estrutura das explorações agrícolas por dimensão física e económica.....	120
3.5.	Análise SWOT.....	134
3.6.	Avaliação de necessidades.....	137
4.	OE3 – Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor.....	140
4.1.	Gastos das famílias em alimentação.....	140
4.2.	Fator preço na entrada na cadeia de valor.....	142
4.3.	Cadeia de valor e VAB.....	146
4.4.	Fator trabalho.....	155
4.5.	Produtividade e remunerações.....	158
4.6	Organizações de Produtores.....	161
4.7 4.7	Produtos certificados DOP e IGP.....	162
4.8	Análise SWOT.....	163

4.9 Avaliação de necessidades.....	165
5. OE4 - Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável	168
5.1. Desafios da agricultura para a neutralidade carbónica.....	168
5.2. Caracterização do clima atual da R.A. Açores.....	170
5.3. Contributo da agricultura para a mitigação de GEE.....	170
5.4. Contributo para uma energia sustentável	183
5.5. Impactos das Alterações Climáticas	188
5.6. Promoção e Educação Ambientais	194
5.7. Análise SWOT	196
5.8. Avaliação de necessidades	197
6. OE5 - Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar	201
6.1. Análise da pressão do setor sobre o recurso água.....	201
6.2. Análise da pressão do setor sobre o recurso solo	211
6.3. Análise da pressão do setor sobre a qualidade do ar.....	213
6.4. Análise SWOT	224
6.5. Avaliação de necessidades.....	226
7. OE6 – Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens	230
7.1. Paisagens dos Açores.....	230
7.2. Biodiversidade	235
7.3. Conservação de espécies e habitats	235
7.4. Evolução das espécies invasoras	237
7.5. Geodiversidade e património geológico	238
7.6. Áreas classificadas.....	239
7.7. Análise SWOT	249
7.8. Avaliação de necessidades	250
8. OE7 - Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas em zonas rurais.....	253
8.1. Considerações demográficas.....	253
8.2. Mão-de-obra agrícola	255
8.3. Desenvolvimento das empresas em zonas rurais	278

8.4.	Análise SWOT	289
8.5.	Avaliação de necessidades	291
9.	OE8 – Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável	294
9.1.	Grau de Urbanização do território da Região Autónoma dos Açores	294
9.2.	Demografia	297
9.3.	Emprego	310
9.4.	Inclusão social	319
9.5.	Saúde	338
9.6.	Bioeconomia	343
9.7.	Desenvolvimento das zonas rurais	346
9.8.	DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)	372
9.9.	Análise SWOT	375
9.10.	Avaliação de necessidades	377
10.	OE9 – Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais	380
10.1.	Alimentação e Saúde	380
10.2.	Modos de produção sustentáveis	385
10.3.	Produtos regionais qualificados	396
10.4.	Efetivo e bem-estar animal	412
10.5.	Análise SWOT	422
10.6.	Avaliação de necessidades	424
11.	OT - Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais	426
11.1	Demografia da população agrícola	426
11.2	Instrução e formação profissional	431
11.3	Aconselhamento agrícola e florestal	433
11.4	Investigação e desenvolvimento (I&D)	433
11.7	Avaliação de necessidades	437
12	Análises Setoriais	440
12.6	Setor Apícola	440
12.7	Setor Florícola	448

12.8	Setor Hortícola.....	453
12.9	Setor Vitivinícola.....	456
12.10	Setor Fruticultura.....	466
13	Estratégia de Intervenção	472
13.6	Síntese das condições de base	472
14	Complementaridade com o POSEI	480
14.6	Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade (POSEI)	480
14.7	Subprograma da Região Autónoma dos Açores – Adaptação da Política Comum à Realidade Açoriana	481
14.8	Considerações sobre complementaridade.....	482
15	Bibliografia.....	484

Índice de Figuras

Figura 1. Enquadramento geográfico da R.A. Açores por agrupamentos de ilhas	30
Figura 2. Enquadramento geográfico da R.A. Açores	34
Figura 3. Faixa costeira em risco identificada no final de 2009 e intervencionada no período 2010-2013, por localização geográfica (ilhas).....	36
Figura 4. Composição da superfície total das explorações açorianas em 2016	39
Figura 5. Composição da SAU açoriana em 2016.....	40
Figura 6. Idade média do produtor agrícola em 2016	43
Figura 7. Estrutura da produção do ramo agrícola, média dos anos 2015, 2016 e 2017 (%)	43
Figura 8. Estrutura da produção agrícola no período 2011-2017.....	46
Figura 9. Estrutura da produção animal (milhões de euros).....	47
Figura 10. Dimensão média do efetivo animal (n.º cab./expl.) em 2016	48
Figura 11. Representatividade das explorações açorianas de animais no contexto nacional (%)	48
Figura 12. Estrutura da produção vegetal (milhões de euros).....	50
Figura 13. Média do peso das diferentes rúbricas de custos no total de encargos das explorações agrícolas açorianas, no período 2011-2017.....	52
Figura 14. Estrutura de Subsídios nos Açores (Ano 2017 e média 2015-2016-2017)	54
Figura 15. Estrutura de Subsídios nos Açores (Ano 2017 e média 2015-2016-2017), por medida	55
Figura 16. Estrutura dos Subsídios por Dimensão Física (%) – Média 2015/2016/2017	56
Figura 17. Rendimento Agrícola por Dimensão Física (Média 2015-2016-2017) - €/UTA.....	57
Figura 18. Rendimento Agrícola por Dimensão Económica (Média 2015-2016-2017) - VALcf/UTA.....	58
Figura 19. Estrutura de subsídios por OTE (%) – Média 2015-2016-2017	58
Figura 20. Composição do Rendimento Agrícola por OTE (€/UTA) – Média 2015-2016-2017	59
Figura 21. Rendimento Agrícola (VALcf/UTA), – Média 2015-2016-2017.....	60
Figura 22. VALcf/UTA	60
Figura 23. Rendimento Empresarial Líquido por UTA não assalariada (€/UTA).....	61
Figura 24. – (Ajudas diretas+MZD)/VALcf	61
Figura 25. Estrutura de Subsídios nos setores da Bovinicultura de leite de carne (Média 2015-2016-2017)	62
Figura 26. Estrutura de Subsídios nos setores da Bovinicultura de leite de carne (Média 2015-2016-2017)	63
Figura 27. Situação Económica - Distribuição do número das explorações dos Açores- “Com políticas” e “sem políticas” (%)	64
Figura 28. Situação Económica por classe de SAU - Distribuição do Número de explorações por Classe de SAU – Situação “sem políticas”	64
Figura 29. Situação Económica por classe de SAU - Distribuição da Número de explorações por Classe de SAU – Situação “com políticas”	65

Figura 30. Situação Económica por OTE – Distribuição da Número de explorações Por Orientação económica – Situação sem políticas	65
Figura 31. Situação Económica por OTE – Distribuição da Número de explorações Por Orientação económica – Situação “com políticas”	66
Figura 32. Situação Económica por Tipologia Empresarial - Distribuição da Número de explorações por tipologia empresarial – Situação sem políticas	66
Figura 33. Situação Económica por Tipologia Empresarial - Distribuição da Número de explorações por tipologia empresarial – Situação “com políticas”	67
Figura 34. Efeitos das Políticas no Valor Acrescentado Líquido por UTA (comparação com VAL sem e “com políticas”/UTA).....	67
Figura 35. Efeitos das Políticas no Valor Acrescentado Líquido por UTA (comparação com VAL sem e com políticas/UTA)	68
Figura 36. Efeitos das Políticas no Valor Acrescentado Líquido por UTA (comparação com VAL “sem e com políticas”/UTA).....	68
Figura 37. Evolução dos rácios financeiros na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana (%).	69
Figura 38. Média dos rácios económicos na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana, no período de 2011-2017 (%)	70
Figura 39. Distribuição do capital nas explorações agrícolas açorianas (valores médios por exploração, %).	71
Figura 40. Distribuição do capital nas explorações de leite (valores médios por exploração, %)	71
Figura 41. Distribuição do capital nas explorações de carne (valores médios por exploração, %)	72
Figura 42. Distribuição do investimento nas explorações agrícolas (valores médios por exploração no período 2012-2017, %).....	72
Figura 43. Distribuição do investimento nas explorações de leite (valores médios por exploração no período 2012-2017, %).....	73
Figura 44. Distribuição do investimento nas explorações de carne (valores médios por exploração no período 2012-2017, %).....	73
Figura 45. Principais medidas de gestão de riscos na agricultura – Montantes pagos entre 2014 e 2019 por área de intervenção (%).....	75
Figura 46. Tipo de Apólice (%).....	76
Figura 47. Tipo de cultura segurada (%).....	76
Figura 48. Aderentes por cultura segurada (%)	77
Figura 49. Seguro de Colheitas Agrícolas (hectares)	77
Figura 50. Capital Segurado (%).....	77
Figura 51. Média de Capital segurado por aderente e por cultura (€).....	78
Figura 52. Prémios por cultura (€).....	78
Figura 53. Produção segurada (Toneladas)	79
Figura 54. Indemnizações Pagas por cultura (%)	79

Figura 55. Produtividade aparente do trabalho da atividade económica "A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" (milhares de euros)	86
Figura 56. Média da produção agrícola açoriana no período 2011-2017, por tipologias de bens (milhões de euros).....	88
Figura 57. Evolução das duas maiores componentes dos consumos intermédios agrícolas (milhões de euros).....	90
Figura 58. Evolução da produtividade das culturas permanentes e temporárias em Portugal e na R.A. Açores, no período de 2011-2017 (kg/ha).	91
Figura 59. Evolução dos rendimentos gerados pela agricultura açoriana, para o período de 2011-2017 (milhões de euros).....	92
Figura 60. Evolução da formação bruta da capital fixo e transferências de capital, para o período 2011-2017, na agricultura açoriana (milhões de euros)	93
Figura 61. Saldo comercial açoriano das secções I-IV da nomenclatura combinada (milhares de euros).	94
Figura 62. Taxa de cobertura das importações pelas exportações açorianas nas secções I-IV da nomenclatura combinada	95
Figura 63. Saída de produtos agrícolas da Região Autónoma dos Açores por via marítima (toneladas).....	95
Figura 64. População empregada (Série 2011 - N.º) na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (nº em milhares) na R.A. Açores	96
Figura 65. População empregada por atividade principal - 2017 (%).....	96
Figura 66. Evolução da população da R.A. Açores empregada por setor de atividade, 2011-2018 (%).....	97
Figura 67. Comercialização de produtos lácteos em toneladas, 2018	99
Figura 68. Leite de Vaca recolhido diretamente da produção (milhões de litros).....	99
Figura 69. Leite de Vaca recolhido diretamente da produção por ilha, 2018, (Unidade: 1000 litros)	100
Figura 70. Evolução da comercialização de produtos lácteos açorianos por toneladas	103
Figura 71. Saída de gado bovino vivo (n.º de cabeças) para o exterior da R.A. Açores, 2013 a 2018.....	105
Figura 72. Número de animais abatidos aprovados para consumo de 2015 a 2019	106
Figura 73. Evolução do numero de animais IGP abatidos/ certificados de 2007 a 2018	109
Figura 74. Áreas de fruticultura por espécie (ha).....	109
Figura 75. Representatividade da superfície frutícola regional por espécie	110
Figura 76. produção total e Produção colhida (toneladas), 2016	110
Figura 77. Representatividade do destino da produção, por espécie.....	111
Figura 78. Área base de horticultura em hectares na R.A. Açores entre 1999 e 2014	111
Figura 79. Evolução da produção de batata (toneladas) na R.A. Açores e em São Miguel	115
Figura 80. Evolução da produção de milho-grão (toneladas) na R.A. Açores, São Miguel, Pico e Graciosa	116

Figura 81. Evolução da produção de milho forragem (toneladas) na R.A. Açores e em São Miguel	116
Figura 82. Evolução da produção de chá (toneladas) na Ilha de São Miguel	117
Figura 83. Evolução da produção de beterraba sacarina (toneladas) na Ilha de São Miguel ..	117
Figura 84. Criptoméria na R.A. Açores	119
Figura 85. SAU de Portugal, Continente e R.A. Açores em 2016 (ha)	120
Figura 86. Evolução da SAU na R.A. Açores (ha), 2009-2016	121
Figura 87. Composição da SAU em Portugal, no Continente e na R.A. Açores	121
Figura 88. Repartição da SAU por NUT II em 2016	122
Figura 89. Proporção da SAU pelo total de superfície, por região, 2016	123
Figura 90. Utilização das terras na R.A. Açores, 2016 e 2013, (10 ³ ha)	123
Figura 91. Proporção no total do Valor de Produção Padrão Total agrícola (%)	125
Figura 92. Comparação do peso das classes da SAU em Portugal e na R.A. Açores, 2016 ..	126
Figura 93. Evolução do peso das classes da SAU na R.A. Açores, 2009-2016	126
Figura 94. Evolução de indicadores relacionados com as explorações agrícolas	127
Figura 95. Evolução da natureza jurídica das explorações da R.A. Açores, 2013-2016	129
Figura 96. Orientação Técnico-Económica das explorações na R.A. Açores	129
Figura 97. Unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola (UTA)	132
Figura 98. Valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/ UTA), em milhares de euros, das explorações agrícolas por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Classes de superfície agrícola utilizada, 2016	132
Figura 99. Números de cabeças de gado por exploração	133
Figura 100. População agrícola familiar por 100 habitantes em 2016	Error! Bookmark not defined.
Figura 101. Evolução da população agrícola familiar na R.A. Açores, 2009-2016	Error! Bookmark not defined.
Figura 102. Evolução do tempo de atividade da população agrícola familiar da R.A. Açores, 2009-2016	Error! Bookmark not defined.
Figura 103. Características demográficas dos produtores agrícolas	Error! Bookmark not defined.
Figura 104. Idade média dos indivíduos envolvidos na produção agrícola	Error! Bookmark not defined.
Figura 105. Evolução da idade da população agrícola familiar da R.A. Açores, 2013-2016	Error! Bookmark not defined.
Figura 106. Alunos inscritos no ensino superior por área de estudo (CITE-F 2013) e sexo no ano letivo 2017/2018	Error! Bookmark not defined.
Figura 107. Despesa em I&D em Ciências agrárias e veterinárias, em 2016	Error! Bookmark not defined.
Figura 108. Arquitetura estrutural da cadeia agroalimentar Fonte: GPP	140
Figura 109. Média da despesa total anual por agregado familiar (2015/2016, euros)	141
Figura 110. Evolução da taxa de inflação no período 2013-2018 (%)	142

Figura 111. Variações nos preços de diferentes tipos de produtos na R.A. dos Açores, em %	143
Figura 112. Média do IPC na R.A. dos Açores, no período 2013-2017.....	144
Figura 113. Variações nos preços de diferentes grupos de produtos comercializados na R.A. Açores (%).....	144
Figura 114. Variações nos preços de diferentes grupos de produtos comercializados em Portugal (%).....	145
Figura 115. Taxas de variação média anual (%) dos preços de diferentes produtos e dos custos da produção agrícola.....	145
Figura 116. Proporção no total do Valor de Produção Padrão Total agrícola (%)	147
Figura 117. Evolução do peso das diferentes secções da cadeia de valor no VAB açoriano..	151
Figura 118. Evolução dos diferentes contributos para o VAB açoriano (%).....	153
Figura 119. Fator trabalho no VAB da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” açorianas (%)	154
Figura 120. Evolução das diferentes componentes da variação do VAB <i>per capita</i> açoriano (%)	155
Figura 121. Diferentes componentes da variação do custo do trabalho por unidade produzida no ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” da R.A. dos Açores (%).....	156
Figura 122. Efeito intrasectorial na variação do custo do trabalho por unidade produzida pelo ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (%).....	157
Figura 123. Decomposição da variação de horas totais de trabalho no ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” da economia açoriana (%)	158
Figura 124. Efeito da variação setorial da produtividade por hora de trabalho pelo ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (%)	159
Figura 125. Efeito intrasectorial na variação das remunerações pelo ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (%).....	160
Figura 126. Contribuição setorial para a trajetória de redução de emissões de GEE até 2050, em Portugal	169
Figura 127. Evolução das emissões do setor agricultura, florestas e outros usos do solo em Portugal	169
Figura 128. Fontes pontuais de emissão de GEE na R.A. Açores no ano 2017	171
Figura 129. Evolução das Emissões totais de GEE na R. A. Açores, entre 1990 e 2017	172
Figura 130. Evolução das Emissões de GEE por Setor na R. A. Açores, entre 1990 e 2017 .	172
Figura 131. Perfil de Emissões de GEE por Setor na R. A. Açores em 1990 e 2017	173
Figura 132. Evolução das Emissões do Setor relativo a LULUCF na R. A. Açores, entre 1990 e 2017.....	173
Figura 133. Perfil de emissões do setor agricultura	174
Figura 134. Comparação entre o Perfil de Emissões na R. A. Açores e Total Nacional em 2017	175
Figura 135. Evolução das Emissões de CO ₂ na R. A. Açores, entre 1990 e 2017	175
Figura 136. Evolução das Emissões de CH ₄ na R. A. Açores, entre 1990 e 2017.....	176

Figura 137. Distribuição geográfica das emissões totais de CH ₄ na R. A. Açores, por concelho, em 2017.....	176
Figura 138. Evolução das Emissões de N ₂ O na R. A. Açores, entre 1990 e 2017.....	177
Figura 139. Distribuição geográfica das emissões totais de N ₂ O na R. A. Açores, por concelho, em 2017.....	177
Figura 140. Emissões de fermentação entérica por tipo de animal.....	178
Figura 141. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal / CH ₄	178
Figura 142. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal / N ₂ O.....	179
Figura 143. Área total de solos agrícolas (LULUCF).....	180
Figura 144. Emissões de GEE relativamente aos solos agrícolas (LULUCF).....	180
Figura 145. Área total de pastagens (LULUCF).....	180
Figura 146. Emissões de GEE relativamente às pastagens (LULUCF).....	181
Figura 147. Emissões totais de GEE segundo as subcategorias LULUCF inseridas na agricultura.....	181
Figura 148. Emissões totais de GEE na agricultura.....	182
Figura 149. Emissões totais de GEE relativas a LULUCF (agricultura).....	182
Figura 150. Emissões totais de GEE relativas a agricultura e LULUCF (agricultura).....	183
Figura 151. Alterações no total do uso do solo, entre 1970 e 2017 (1000 ha).....	183
Figura 152. Produção e consumo de energia elétrica entre 2013 e 2018 na R. A. Açores.....	184
Figura 153. Distribuição da produção de energia elétrica por ilha, no ano 2018.....	185
Figura 154. Distribuição da produção de energia elétrica na R. A. Açores, por tipo de fonte, em 2018.....	185
Figura 155. Produção de energia elétrica renovável na R. A. Açores, entre 2013 e 2018.....	186
Figura 156. Distribuição do consumo total de energia elétrica na R. A. Açores segundo o destino, no ano 2018.....	186
Figura 157. Distribuição da produção de energia elétrica, por ilha, por tipo de fonte, em 2018.....	187
Figura 158. Consumo de energia pela agricultura, por tipo de fonte (2012-2017).....	187
Figura 159. Evolução das emissões do setor energia.....	188
Figura 160. Faixa costeira em risco identificada no final de 2009 e intervencionada no período 2010-2013, por localização geográfica (ilhas).....	190
Figura 161. Número de freguesias inscritas e reconhecidas como “Ecofreguesia, freguesia limpa”, entre 2014 e 2016.....	194
Figura 162. Evolução de escolas inscritas e galardoadas no programa Eco-Escolas nos Açores entre 2007/08 e 2015/16.....	195
Figura 163. Número de ações, de entidades envolvidas e de participantes na Semana dos Resíduos dos Açores entre 2014 e 2016.....	195
Figura 164. Disponibilidades hídricas na R.A. Açores em 2013.....	202
Figura 165. Disponibilidades hídricas por ilha em 2013.....	202
Figura 166. Necessidades absolutas de água para usos consumptivos na R. A. Açores, em 2008 e 2013.....	203

Figura 167. Necessidades estimadas <i>per capita</i> de água, por ilha, em 2003, 2007, 2008 e 2013	203
Figura 168. Necessidades de água associadas aos usos, por ilha, em 2013	204
Figura 169. Balanço das necessidades/disponibilidades hídricas por ilha em 2008 e 2013....	204
Figura 170. Evolução do consumo de água por ilha (2007-2016)	205
Figura 171. Evolução do consumo de água na R. A. Açores entre 2007 e 2016	206
Figura 172. Volume de água faturado por município, entre 2014 e 2016.....	207
Figura 173. Volume de água faturado, por setor de atividade, na R. A. Açores, entre 2011 e 2016	207
Figura 174. Evolução da percentagem de água controlada e de boa qualidade na R. A. Açores, entre 2002 e 2016	208
Figura 175. Unidades industriais com sistema de tratamento de efluentes adequado	210
Figura 176. Evolução das áreas anuais de culturas agrícolas	212
Figura 177. Emissões de solos agrícolas	212
Figura 178. Índice global de qualidade do ar da Região do Faial em 2018	218
Figura 179. Índice global de qualidade do ar de Ponta Delgada em 2018	218
Figura 180. Índice global de qualidade do ar de Ribeira Grande em 2018	219
Figura 181. Evolução das emissões na R. A. Açores	220
Figura 182. Perfil de Emissões por Setor na R. A. Açores em 1990 e 2017	220
Figura 183. Comparação entre o Perfil de Emissões na R. A. Açores e Total Nacional em 2017	221
Figura 184. Perfil de emissões do setor agricultura	222
Figura 185. Evolução dos efetivos de cada categoria animal considerada	222
Figura 186. Emissões de fermentação entérica por tipo de animal	223
Figura 187. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal - CH ₄	223
Figura 188. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal - N ₂ O	224
Figura 189. Paisagens da Ilha de Santa Maria	231
Figura 190. Paisagens da Ilha de São Miguel	231
Figura 191. Paisagens da Ilha Terceira	232
Figura 192. Paisagens da Ilha Graciosa	232
Figura 193. Paisagens da Ilha de São Jorge	233
Figura 194. Paisagens da Ilha do Pico	233
Figura 195. Paisagens da Ilha do Faial.....	234
Figura 196. Paisagens da Ilha das Flores.....	234
Figura 197. Paisagens da ilha do Corvo	235
Figura 198. Avaliação global do estado de conservação da flora terrestre na RAA (2001-2012)	236
Figura 199. Avaliação global do estado de conservação dos habitats terrestres na RAA (2001-2012)	236
Figura 200. Áreas sujeitas a trabalhos de controlo de espécies exóticas invasoras por ilha (2008-2016)	237

Figura 201. Número de cavidades vulcânicas existentes nas ilhas e na RAA, por classe (2014-2016)	238
Figura 202. Número de geossítios terrestres prioritários por ilha e na RAA (2011-2016).....	239
Figura 203. Área terrestre da Rede de Áreas Protegidas por ilha e na RAA (2008-2016).....	243
Figura 204. Percentagem de área terrestre ocupada pela Rede de Áreas Protegidas por ilha e na RAA (2008-2016)	243
Figura 205. Percentagem da área da Rede Natura 2000 por ilha e na RAA (2008-2016).....	244
Figura 206. Área Marinha Protegida nos Açores (2008-2016)	244
Figura 207. Parque Marinho dos Açores	245
Figura 208. Zonamento da Reserva da Biosfera da Graciosa.....	246
Figura 209. Zonamento da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge	247
Figura 210. Zonamento da Reserva da Biosfera das Flores	248
Figura 211. Zonamento da Reserva da Biosfera das Flores	248
Figura 212. Evolução do índice de Envelhecimento em Portugal, no Continente e na R.A. Açores	253
Figura 213. Evolução do Índice de Envelhecimento na R.A. Açores.....	254
Figura 214. Evolução da idade média do produtor agrícola singular.....	256
Figura 215. Evolução do número de explorações por Natureza Jurídica nos Açores de 2009 a 2016.....	257
Figura 216. Evolução do número de explorações por Natureza Jurídica em Portugal de 2009 a 2016.....	257
Figura 217. Produtores Agrícolas Singulares em Portugal e na R.A. Açores, 2013 e 2016	258
Figura 218. Distribuição etária dos produtores agrícolas singulares em Portugal e na R.A. Açores, em 2016.....	259
Figura 219. Evolução da distribuição etária dos produtores agrícolas singulares na R.A. Açores, 2016 e 2013.....	259
Figura 220. Distribuição dos produtos agrícolas singulares por gênero, 2013 e 2016.....	260
Figura 221. Nível de instrução dos produtores agrícolas singulares em 2016	260
Figura 222. Evolução do nível de instrução dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores, 2013 e 2016.....	261
Figura 223. Variação do número de dirigentes agrícolas com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos entre 2010 e 2016	262
Figura 224. Distribuição etária dos dirigentes agrícolas em Portugal e na R. A. Açores, 2016	262
Figura 225. Dirigente da exploração agrícola por escalão etário	264
Figura 226. Evolução do número de explorações por dimensão física na RAA, 2009, 2013, 2016	272
Figura 227. Outras Formas de Exploração das Terras.....	273
Figura 228. Distribuição dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos por género em Portugal	276
Figura 229. Distribuição dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos por género na R. A. Açores	276

Figura 230. Distribuição geográfica dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos - 2016 (%) por região	276
Figura 231. Distribuição geográfica dos dirigentes agrícolas com 65 ou mais anos no total - 2016 (%) por região.....	277
Figura 232. Distribuição dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos por dimensão física na R.A. Açores, 2016 (%).....	277
Figura 233. Distribuição dos dirigentes agrícolas da R. A. Açores com menos de 35 anos por orientação produtiva 2016.....	278
Figura 234. Evolução do número de empresas não financeiras em Portugal, no Continente e na R. A. Açores, 2017 face a 2009	282
Figura 235. Evolução do número de empresas não financeiras por ilha, 2017 face a 2009....	282
Figura 236. Evolução do número de empresas não financeiras por município da R. A. Açores, 2017 face a 2009.....	283
Figura 237. Dimensão das empresas não financeiras em Portugal e na R. A. Açores em 2017	284
Figura 238. Evolução do número de empresas não financeiras do setor primário em Portugal, no Continente e na R. A. Açores, 2017 face a 2009.....	284
Figura 239. Evolução do número de empresas não financeiras do setor primário por ilha, 2017 face a 2009.....	285
Figura 240. Evolução do número de empresas não financeiras do setor primário por município, 2017 face a 2009.....	286
Figura 241. Evolução do VAB das empresas não financeiras por ilha, 2017 face a 2009 (Euro – milhares).....	287
Figura 242. Evolução do VAB das empresas não financeiras por município, 2017 face a 2009 (Euro – milhares)	288
Figura 243. Evolução do VAB das empresas não financeiras do setor primário por ilha, 2017 face a 2009 (Euro – milhares).....	289
Figura 244. Grau de Urbanização do Grupo Ocidental	295
Figura 245. Grau de Urbanização do Grupo Central	295
Figura 246. Grau de Urbanização do Grupo Oriental	296
Figura 247. Relações interurbanas e rurais-urbanas (2011)	297
Figura 248. Taxa de crescimento da população residente, por ilha - Açores 2011 – 2016 (%).....	298
Figura 249. Taxa de crescimento da população residente, por concelho - Açores 2011 – 2016 (%).....	298
Figura 250. Distribuição da população residente, por ilha - Açores 2016	299
Figura 251. Evolução do saldo migratório por região, 2001 face a 2018 (indivíduos).....	300
Figura 252. Evolução do saldo migratório por ilha da R.A. Açores, 2001 face a 2018 (indivíduos)	301
Figura 253. População estrangeira com estatuto legal de residente, 2018.....	302
Figura 254. Taxa bruta de pré-escolarização, por ano letivo (%)	303
Figura 255. Taxa bruta de escolarização, ano letivo 2016/17	304

Figura 256. Taxa de abandono escolar à data dos Censos 1991, 2001 e 2011 (%)	305
Figura 257. Taxa de abandono escolar na R.A. Açores, por concelho, censos 2011 (%)	306
Figura 258. Taxa de abandono precoce de educação e formação, 2017 (%).....	307
Figura 259 . Retenção e desistência no ensino básico e secundário, ensino regular e ensino profissional, por nível de ensino e ano letivo – R.A. Açores, anos letivos 2012/13 e 2016/2017 (%)	308
Figura 260. Alunos matriculados no ensino secundário público em ofertas de educação/formação orientadas para jovens, por município, segundo a oferta 2016/2017	309
Figura 261. Alunos inscritos no ensino superior por área de estudo (CITE-F 2013) e sexo no ano letivo 2017/2018	309
Figura 262. Proporção da população ativa por nível de escolaridade completo – 2017 (%) ...	312
Figura 263. População empregada por atividade principal - 2017 (%).....	313
Figura 264. População empregada (Série 2011 - N.º) na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (nº em milhares) na R.A. Açores	314
Figura 265. Percentagem da população da R.A. Açores empregada na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	314
Figura 266 . Índice de Gini, (rendimento monetário), por regiões, 2014	320
Figura 267. Taxa de risco de pobreza, 2014	321
Figura 268. Distribuição da população pobre por Regiões (NUT II), em %, 2017.....	321
Figura 269. Despesa total anual média por agregado, NUTS II, 2015/2016.....	322
Figura 270. Percentagem de beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários: Açores – dezembro 2017	323
Figura 271. Proporção de beneficiários do RSI, por concelho, face ao total de beneficiários: Açores – dezembro 2017	324
Figura 272. Percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por concelho, Açores – Dezembro 2017.....	325
Figura 273. Evolução da percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por ilha - Açores 2006 e 2017 (%).....	326
Figura 274. Prestação média por beneficiário, por regiões (NUTS II) - dezembro 2016 (€)	327
Figura 275. Evolução do número de alunos matriculados e alunos subsidiados pela Ação Social Escolar (ASE), por ano letivo – R.A. Açores 2006/7 – 2016/17.....	328
Figura 276. Evolução do número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, por ano letivo e por escalão – R.A. Açores 2006/7 – 2016/17	328
Figura 277. Evolução do número de beneficiários do CSI - Açores 2012-2017.....	329
Figura 278. Distribuição dos beneficiários do CSI, por sexo – R.A. Açores - dezembro 2017 (%)	330
Figura 279. Distribuição dos beneficiários do CSI, por ilha – R.A. Açores - dezembro 2017 (%)	330
Figura 280. Distribuição dos beneficiários, do CSI, por valor (intervalos) da prestação mensal, R.A. Açores – dezembro 2017	331

Figura 281. Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes (%) em Portugal e na R.A. Açores, 2018	338
Figura 282. Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 – Anos) por Local de residência (NUTS – 2013); 2016-2018	339
Figura 283. Peso do VAB do setor primário, por Região, 2017 (%)	344
Figura 284. Taxa de Variação do VAB, em valor, no setor primário entre 2000 e 2017, por NUT III (%)	345
Figura 285. Número de Hóspedes por ilhas entre 2014 e 2019	347
Figura 286. Número de Dormidas por ilhas entre 2014 e 2019	349
Figura 287. Número de hóspedes do TER e taxa de variação anual, 1995-2015.....	356
Figura 288. Número de hóspedes do TER por ilha, 2018	357
Figura 289. Número de dormidas no TER e taxa de variação anual, 1995-2015	358
Figura 290. A evolução do número de dormidas no TER por ilha, 2010-2018.....	359
Figura 291. Taxa de ocupação durante o ano de 2019	360
Figura 292. Hóspedes e Dormidas segundo os países de residência, em valores acumulados de 2019.....	362
Figura 293. Património cultural imóvel, por NUTS II (%), 2017	363
Figura 294. Evolução do nº de clubes e praticantes em federações desportivas	366
Figura 295. Evolução do nº de clubes e praticantes em federações desportivas	366
Figura 296. Criptoméria na R.A. Açores	370
Figura 297. Ingestão energética média (kcal/dia) em Portugal por região	380
Figura 298. Valores médios de consumo por grupos alimentares em Portugal e na R. A. Açores	381
Figura 299. Prevalência dos níveis de sedentarismo e de vida ativa por regiões NUTII	382
Figura 300. Prevalência de atividade física desportiva programada e regular por regiões NUTII	382
Figura 301. Proporção da população com 20 ou mais anos com obesidade ou pré-obesidade na R.A. Açores por nível de escolaridade	383
Figura 302. Evolução do n.º de utentes com diagnóstico de obesidade ou excesso de peso nas USI.....	383
Figura 303. Proporção da população com 20 ou mais anos com obesidade ou pré-obesidade na R.A. Açores por faixa etária	384
Figura 304. Evolução do n.º de produtores/operadores e área explorada em MPB na R.A. Açores	386
Figura 305. Distribuição do n.º de produtores/operadores e área de cultivo em MPB por ilhas em 2016.....	386
Figura 306. Área média das explorações agrícolas em MPB por produtor	387
Figura 307. Número de efetivos animais em produção biológica na R.A. Açores entre 2013 e 2016.....	388
Figura 308. Número total de produtores candidatos às medidas de apoio ao MPB na R.A. Açores e número de candidaturas por tipo de culturas, de 2013 a 2017	390

Figura 309. Número de candidaturas aos apoios à agricultura em MPB por ilhas, de 2013 a 2017	390
Figura 310. Área apoiada por tipo de cultura em MPB, de 2013 a 2017	391
Figura 311. Área de pastagem (em hectares) apoiada, por ilha, em MPB, de 2013 a 2017 ...	391
Figura 312. Montantes financeiros concedidos no âmbito da agricultura biológica na R.A. Açores entre 2013 e 2017	392
Figura 313. Distribuição dos apoios a MPB para manutenção ou conversão por culturas entre 2013 e 2017.....	392
Figura 314. Distribuição do n.º de beneficiários, com pedidos de apoio aprovados no âmbito da intervenção “Produção integrada” entre 2014 e 2019	394
Figura 315. Área candidata e aprovada nos pedidos de apoio no âmbito da intervenção “Produção Integrada” entre 2014 e 2019	395
Figura 316. Despesa Pública aprovada para pagamento nos pedidos de apoio no âmbito da intervenção “Produção Integrada” entre 2014 e 2019	395
Figura 317. Selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza»	410
Figura 318. Representatividade (%) das diversas categorias de produtos, estabelecimentos e serviços com o selo da Marca Açores	412
Figura 319. Efetivo animal na R.A. Açores, por espécie, entre 2009 e 2016	413
Figura 320. Números de cabeças de gado por exploração	414
Figura 321. Venda de Produtos Fitofarmacêuticos, no seu conjunto e por função de 2015 a 2018 (Kg).....	417
Figura 322. Venda de Produtos Fitofarmacêuticos, por tipo de função de 2015 a 2018 (%)... 418	418
Figura 323. Evolução da Venda de Fungicidas e de Enxofre de 2015 a 2018(Kg).....	419
Figura 324. Evolução da Venda de Herbicidas e Glifosato de 2015 a 2018 (Kg)	420
Figura 325. Evolução da Venda de Inseticidas, Acaricidas e Outros de 2015 a 2018 (Kg)	420
Figura 326. Quantidades vendidas de produtos fitofarmacêuticos por superfície agrícola utilizada, por tipo de função (Substância ativa - Kg/ha)	421
Figura 327. Distribuição dos apicultores na R.A. Açores, por ilha, no ano 2018.....	441
Figura 328. Evolução do efetivo apícola na R.A. Açores no período 2008-2018	443
Figura 329. Evolução da produção de mel na R.A. Açores, entre 2008-2018	444
Figura 330. Produtores aprovados no âmbito da DOP mel dos Açores, no ano 2018.....	445
Figura 331. Comparação de áreas de floricultura entre 2012 e 2017 (ha)	449
Figura 332. Representatividade das principais flores de corte	450
Figura 333. Forma de escoamento da produção comercializada (%)	452
Figura 334. Área base de horticultura em hectares na R.A. Açores entre 1999 e 2014	454
Figura 335. N.º de explorações de vinha na R.A. Açores.....	459
Figura 336. Peso das explorações de vinha face ao total das explorações agrícolas da R.A. Açores em 2016	459
Figura 337. Área (ha) de vinha na R.A. Açores entre 2015 e 2018.....	460
Figura 338. Proporção de área de vinha com direitos de plantação na campanha vitivinícola 2017/2018.....	461

Figura 339. Evolução da produção de vinhos com aptidão DOP e IGP e sem DO/IG, em hectolitros, 2009 a 2019	461
Figura 340. Percentagem de produção vinícola declarada expressa em mosto por município em 2018.....	464
Figura 341. Área ocupada por culturas frutícolas na Região em 2018.....	467
Relativamente aos valores de produção, a cultura com maior representatividade em 2018, foi a banana com cerca de 5.053 toneladas, seguida da cultura da laranja com 4.025 toneladas. Depois aparece o ananás com cerca de 948 toneladas, que como já referido se refere apenas à ilha de S. Miguel (Figura 342).	467
As culturas que apresentam menor área ocupada e produção, no total das culturas frutícolas, foram as subtropicais como o maracujá e a anona. Sendo o maracujá com 9 ha de área ocupada e 25 toneladas de produção o menos representativo (Figura 343 e Figura 344, respetivamente).	467
Figura 345. Produção de culturas frutícolas na Região em 2018.....	468

Índice de Tabelas

Tabela 1. Estrutura etária da população na R.A. Açores e por ilha, no ano 2018.....	31
Tabela 2. Bacias hidrográficas classificadas com risco elevado de inundação, nos termos da Diretiva Inundações.....	35
Tabela 3. Matriz de vulnerabilidade do setor da Agricultura e Florestas	38
Tabela 4. Caraterização das explorações agrícolas e da superfície agrícola utilizada em 2016.....	38
Tabela 5. Composição da superfície total das explorações em 2016.	39
Tabela 6. Composição da SAU em 2016.....	39
Tabela 7. Atividades lucrativas não agrícolas presentes nas explorações, em 2016	40
Tabela 8. Caraterização da unidade trabalho ano agrícola por NUTS II, em 2016.....	41
Tabela 9. Caraterização da população agrícola e suas flutuações na última década.....	41
Tabela 10. Caraterização da mão-de-obra agrícola familiar e suas flutuações na última década	41
Tabela 11. Estruturação da mão-de-obra agrícola assalariada.....	42
Tabela 12. Principais motivos para a manutenção da atividade agrícola nos próximos 2 anos (2016) (%).....	42
Tabela 13. Evolução do rendimento agrícola e respetivas componentes (milhões de euros) ...	45
Tabela 14. Estrutura da produção do ramo agrícola (milhões de euros).....	45
Tabela 15. Peso da produção animal, e componentes, na Produção do Ramo Agrícola açoriano (%).....	47
Tabela 16. Efetivos animais em 2013 e 2016	47
Tabela 17. Produto agrícola, segundo a orientação técnico-económica das explorações (valores médios por exploração, em euros).....	49
Tabela 18. Produção animal das explorações de leite (valores médios por exploração, euros)	49
Tabela 19. Produção animal das explorações de carne (valores médios por exploração, euros)	49
Tabela 20. Peso da produção vegetal, e componentes, na Produção do Ramo Agrícola açoriano (%).....	50
Tabela 21. Principais encargos suportados pelas explorações agrícolas (milhões de euros) ...	51
Tabela 22. Evolução das componentes dos consumos intermédios agrícolas (milhões de euros)	51
Tabela 23. Principais encargos suportados pelas explorações de leite (valores médios por exploração, euros).....	53
Tabela 24. Principais encargos suportados pelas explorações de carne (valores médios por exploração, euros).....	53
Tabela 25. Resultados líquidos na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana (mil euros).....	69
Tabela 26. Rácios económicos na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana (%)	70
Tabela 27. Principais medidas de gestão de riscos na agricultura – Montantes pagos entre 2014 e 2020.....	74

Tabela 28. Evolução e importância da atividade económica "A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" no VAB e no emprego.....	85
Tabela 29. Taxa de variação média anual da produção, dos consumos intermédios e do VAB agrícola (milhões de euros).....	86
Tabela 30. Estrutura da produção do ramo agrícola (%) e valores absolutos da mesma (milhões de euros)	87
Tabela 31. Taxa de variação média anual da produção do ramo agrícola (%)	88
Tabela 32. Evolução das componentes dos consumos intermédios agrícolas (milhões de euros)	89
Tabela 33. Influxos e efluxos do rendimento gerado pela agricultura açoriana no período de 2011-2017 (milhões de euros).....	91
Tabela 34. Formação bruta de capital fixo e transferências de capital na agricultura açoriana (milhões de euros).....	92
Tabela 35. Indicadores do comércio internacional açoriano para as secções I-IV da nomenclatura combinada (milhares de euros).....	93
Tabela 36. Principais variáveis, segundo a orientação técnico-económica das explorações de leite (valores médios por exploração)	98
Tabela 37. Produto agrícola, segundo a orientação técnico-económica das explorações (valores médios por exploração, euros).....	98
Tabela 38. Evolução das quantidades produzidas dos principais produtos lácteos da R.A. Açores, 2014-2018	100
Tabela 39. Quantidades dos principais produtos lácteos por ilha, 2018	101
Tabela 40. Comercialização de produtos lácteos açorianos por destino (%).....	101
Tabela 41. Principais variáveis, segundo a orientação técnico-económica das explorações de carne (valores médios por exploração).....	103
Tabela 42. Produto agrícola, segundo a orientação técnico-económica das explorações de carne (valores médios por exploração, euros).....	104
Tabela 43. Animais abatidos e aprovados para consumo público nos matadouros da R.A. Açores, 2015 a 2019.....	105
Tabela 44. Exportações de gado bovino em carcaça em número e peso.....	107
Tabela 45. Saída de gado bovino vivo para o exterior da Região, por ano.....	107
Tabela 46. Nº de animais IGP abatidos/ certificados e respetivo peso de carcaça na R.A. Açores	109
Tabela 47. Produção de vinho	114
Tabela 48. Áreas de ocupação dos espaços florestais por espécie florestal dominante (hectares)	118
Tabela 49. Número de explorações, segundo as classes de Dimensão Económica (DE), por NUTS II (2016)	124
Tabela 50. Evolução da Dimensão Económica das Explorações Agrícolas, 2009-2016	125
Tabela 51. Explorações agrícolas da R.A. Açores segundo a forma de exploração da SAU, 2013 e 2016.....	128

Tabela 52. Representatividade da orientação técnico-económica das explorações R.A. Açores no total nacional, 2016	130
Tabela 53. Atividades lucrativas não agrícolas da exploração, por NUTS II	130
Tabela 54. Superfície agrícola utilizada por unidade de trabalho ano, por exploração	131
Tabela 55. Produção animal das explorações de leite (valores médios por exploração, euros)	134
Tabela 56. Produção animal das explorações de carne (valores médios por exploração, euros)	134
Tabela 57. Evolução do número de máquinas agrícolas na R.A. Açores, 2009 e 2013	134
Tabela 58. Estrutura da mão-de-obra agrícola, 2016	Error! Bookmark not defined.
Tabela 59. Alunos matriculados no ensino secundário público em ofertas de educação/formação orientadas para jovens, por município, segundo a oferta 2016/2017	Error! Bookmark not defined.
Tabela 60. Indicadores de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB (%), em 2016....	Error! Bookmark not defined.
Tabela 61. Despesa total anual média por agregado familiar e diferencial em relação ao total (2015-2016, euros)	141
Tabela 62. Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)	142
Tabela 63. Índice de preços no consumidor (IPC, Base - 2012) na R.A. dos Açores	143
Tabela 64. Número de explorações, segundo as classes de Dimensão Económica (DE), por NUTS II (2016)	147
Tabela 65. N.º Explorações, VPPT (€) e Volume de Trabalho (UTA) segundo a DE da Explorações Agrícolas, 2009-2016	148
Tabela 66. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.....	148
Tabela 67. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção C - Indústrias transformadoras	149
Tabela 68. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	149
Tabela 69. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção H - Transportes e armazenagem.....	149
Tabela 70. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção I - Alojamento, restauração e similares	150
Tabela 71. VAB _{pm} (milhares de euros) e respetiva representatividade no total açoriano das secções mais relevantes para o abastecimento alimentar	150
Tabela 72. Taxa de variação média anual do VAB nas diferentes secções da cadeia de valor (%)	151
Tabela 73. Valor acrescentado bruto (M€) por atividade económica	152
Tabela 74. Contribuição do fator trabalho para o crescimento do VAB dos diferentes ramos da economia açoriana (%)	153
Tabela 75. Decomposição do crescimento do VAB <i>per capita</i> a preços do ano anterior (%) ..	154

Tabela 76. Contribuição do fator trabalho para a variação do custo do trabalho por unidade produzida em alguns ramos da economia açoriana (%).....	155
Tabela 77. Determinantes setoriais da variação do custo do trabalho por unidade produzida (%)	156
Tabela 78. Decomposição do crescimento das horas de trabalho nos diferentes ramos da economia açoriana (%)	157
Tabela 79. Determinantes setoriais do crescimento da produtividade por hora de trabalho (%)	159
Tabela 80. Determinantes setoriais do crescimento das remunerações por hora de trabalho (%)	160
Tabela 81. Mínimo de membros produtores e o Valor mínimo de produção comercializada (VPC) (milhares de euros)	Error! Bookmark not defined.
Tabela 82. Organizações de Produtores reconhecidas nos Açores	Error! Bookmark not defined.
Tabela 83. Bacias hidrográficas classificadas com risco elevado de inundação, nos termos da Diretiva Inundações.....	189
Tabela 84. Escala de vulnerabilidade	192
Tabela 85. Evolução da vulnerabilidade do setor agrícola	193
Tabela 86. Evolução da vulnerabilidade das principais culturas	193
Tabela 87. Inventário das origens de água para abastecimento, por ilha, em 2016	205
Tabela 88. Número e tipo de instalações de tratamento de águas residuais existentes na R. A. Açores, por concelho, em 2016.....	208
Tabela 89. Número de unidades industriais com sistemas de tratamento de efluentes e detentoras de Título de Utilização de Recursos Hídricos, por ilha, em 2016	209
Tabela 90. Destino dos Resíduos das Culturas Agrícolas.....	213
Tabela 91. Monitorização de PM10 em 2018	214
Tabela 92. Monitorização de PM2,5 em 2018	215
Tabela 93. Monitorização de Monóxido de Carbono em 2018	215
Tabela 94. Monitorização de Óxidos de Azoto em 2018	215
Tabela 95. Monitorização de Dióxido de Azoto em 2018	216
Tabela 96. Monitorização de Dióxido de Enxofre em 2018	216
Tabela 97. Monitorização de Ozono em 2018	217
Tabela 98. Características dos sistemas de povoamento na R.A. Açores	254
Tabela 99. Explorações por Natureza Jurídica Açores e Portugal de 2009 a 2016	256
Tabela 100. Explorações Agrícolas Segundo o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013 e 2016	263
Tabela 101. Explorações agrícolas segundo o escalão etário do dirigente da exploração da RAA, 2009, 2013, 2016	263
Tabela 102. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Económica da Exploração e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013	264

Tabela 103. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Económica da Exploração e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2016	266
Tabela 104. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Física da Exploração e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013	267
Tabela 105. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Física da Exploração e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2016	269
Tabela 106. Evolução do número de explorações por Dimensão Física da Exploração na RAA em 2009, 2013, 2016	271
Tabela 107. Forma de Exploração da terra, em hectares	272
Tabela 108. Explorações Agrícolas Segundo a Formação Agrícola e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013	273
Tabela 109. Explorações Agrícolas Segundo a Formação Agrícola e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2016	274
Tabela 110. Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) na R.A. Açores por Atividade económica (CAE Rev. 3); 2009-2018.....	279
Tabela 111. Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) na R.A. Açores por Atividade económica (CAE Rev. 3); 2009-2018.....	280
Tabela 112. Evolução dos principais indicadores de emprego em Portugal e na R.A. Açores	310
Tabela 113. Taxa de emprego por local de residência e tipologia de áreas urbanas - 2017 (%)	311
Tabela 114. Proporção de trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência, por escalão de rendimento salarial mensal líquido – 2017 (%)	315
Tabela 115. Densidade empresarial e volume de negócios por concelho, 2017	315
Tabela 116. Empresas Não Financeiras (N.º), Atividade económica e Forma jurídica	316
Tabela 117. Dimensão das Empresas (N.º) 2018.....	317
Tabela 118. Proporção de pessoal ao serviço (%) e Escalão de pessoal ao serviço 2018	317
Tabela 119. Estabelecimentos (N.º) e Atividade económica	317
Tabela 120. Indicadores demográficos das empresas no ano 2018, por atividade económica	318
Tabela 121. Evolução do nº de utentes e respostas sociais com contratos de cooperação valor cliente, por áreas de intervenção social e tipologia 14 nos Açores (2013 – 2017).....	332
Tabela 122. Nº de respostas sociais com contratos de cooperação valor cliente, por áreas de intervenção social e tipologia, nos Açores – 2017	333
Tabela 123. Evolução do número de respostas sociais, por áreas de intervenção social, capacidade instalada, frequência e taxas de crescimento, por ilha, nos Açores (2013 – 2017)	335
Tabela 124. Número de instituições particulares de solidariedade social (IPSS´s) e instituições equiparadas, sem fins lucrativos, segundo a natureza jurídica nos Açores – 2017	336
Tabela 125. Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal=100)	337
Tabela 126. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem dos hospitais da R.A. Açores, por Ilha e ano.....	340

Tabela 127. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem das Casas de Saúde e Clínicas Particulares da R.A. Açores, por Ilha e ano	340
Tabela 128. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem nos Centros de Saúde sem Internamento da R.A. Açores, por Ilha e ano	341
Tabela 129. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem nos Centros de Saúde com Internamento da R.A. Açores, por Ilha e ano	342
Tabela 130. Nº. de estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal e na R.A. Açores, 2018	346
Tabela 131. Nº de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal e na R.A. Açores, 2018	346
Tabela 132. Nº de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal e na R.A. Açores, 2018	347
Tabela 133. Proveitos de aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico (milhares de euros) em Portugal e na R.A. Açores, 2018	348
Tabela 134. Nº de dormidas nos alojamentos turísticos coletivos em Portugal e na R.A. Açores, 2018.....	348
Tabela 135. Estada média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro), 2018	349
Tabela 136. Estadas médias por ilha entre 2014 e 2019	349
Tabela 137. Pessoal ao serviço (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro), 2018	350
Tabela 138. Custos e Proveitos dos Estabelecimentos Hoteleiros por Ilha, entre 2014 e 2019	351
Tabela 139. Hóspedes (N.º em milhares) nos estabelecimentos de turismo no espaço rural por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Modalidade de hospedagem (turismo no espaço rural);2018	357
Tabela 140. Nº Estabelecimentos e nº camas (mês de dezembro).....	359
Tabela 141. Pessoal ao Serviço na Hotelaria Tradicional e no Turismo em Espaço Rural	360
Tabela 142. Hóspedes e Dormidas por Ilha em valores acumulados de 2019	361
Tabela 143. Bens imóveis classificados, segundo a categoria, em Portugal e na R.A. Açores, 2017.....	362
Tabela 144. Museus, segundo o funcionamento, em Portugal e na R.A. Açores, 2017	363
Tabela 145. Visitantes dos Museus, em Portugal e na R.A. Açores, 2017	363
Tabela 146. Entidades culturais por ilha	364
Tabela 147. Empresas das atividades culturais e criativas, em Portugal e na R.A. Açores, 2016	364
Tabela 148. Distribuição das empresas culturais e criativas por ramo de atividade, na R.A. Açores, 2016	365
Tabela 149. Distribuição pelas ilhas por Tipologias no ano 2020.....	367
Tabela 150. Despesas em artesanato dos municípios em Portugal e na R.A. Açores, 2018, em euros.....	368

Tabela 151. Áreas de ocupação dos espaços florestais por espécie florestal dominante (hectares)	369
Tabela 152. Área em MPB na R.A. Açores por tipo de cultura entre 2013 e 2016	387
Tabela 153. Formanodos Certificados em Agricultura Biológica Geral por ilha, ano e destinatários entre 2011 e 2013	393
Tabela 154. Mínimo de membros produtores e o Valor mínimo de produção comercializada (VPC) (milhares de euros).	397
Tabela 155. Setores reconhecidos por ilha.....	398
Tabela 156. Produção de Queijo de São Jorge	399
Tabela 157. Produção de Ananás dos Açores.....	400
Tabela 158. Produção de Mel dos Açores	402
Tabela 159. Produção de Queijo do Pico	402
Tabela 160. Produção de Vinho dos Biscoitos	403
Tabela 161. Produção de Vinho da Graciosa	404
Tabela 162. Produção de Vinho do Pico.....	405
Tabela 163. Carne dos Açores.....	406
Tabela 164. Produção de Meloa de Santa Maria.....	407
Tabela 165. Produção de Vinho IG Açores.....	408
Tabela 166. Produtos produzidos e comercializados com selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza»	410
Tabela 167. Explorações agrícolas (n.º) na R.A. Açores por tipo de efetivo animal	414
Tabela 168. Área de SAU das explorações agrícolas de produção animal na R.A. Açores (2009-2016)	415
Tabela 169. Número de apicultores e efetivo apícola na R.A. Açores, no ano 2018	441
Tabela 170. Distribuição do efetivo apícola na R.A. Açores, por ilha no ano 2018.....	442
Tabela 171. Dimensão dos apiários na R.A. Açores, no ano 2018	444
Tabela 172. Número de apicultores e colmeias em MPB na R.A. Açores, por ilha, no ano 2017.	446
Tabela 173. Dimensão das hortas familiares de Portugal e da R.A. Açores, em 2016, hectares	455
Tabela 174. Áreas totais e produção de horticultura extensiva e intensiva por espécie na R. A. Açores entre 2000 e 2014	455
Tabela 175. Área de vinha com direitos de plantação na campanha vitivinícola 2017/2018 ...	460
Tabela 176. Produção de vinhos com aptidão DOP e IGP e licorosos DO na R.A. Açores em 2016-2017 e 2017-2018	462
Tabela 177. Produção vinícola por distrito/concelho da R.A. Açores, campanha 2017/2018, (hectolitros).....	463
A partir da informação do parcelário para a produção frutícola, em todas as ilhas dos Açores, no ano de 2018, procedeu-se ao levantamento das áreas de produção frutícola (Tabela 178). A informação foi tratada com base na listagem das culturas a incluir no PROFRUTA.	468
Tabela 179. Área total por ilha para a produção frutícola em 2018.....	468

A área total do parcelário para a produção frutícola, em 2018, foi de 720,09 ha (Tabela 180). Foi na ilha de S. Miguel que se registou a maior área do parcelário para a produção de frutas, com 344,51 ha, seguindo-se a ilha da Terceira, com 201,27 ha (Tabela 181). As ilhas que registaram as menores áreas do parcelário, para a produção frutícola foram o Corvo, sem qualquer área registada afeta à produção frutícola, seguido da ilha das Flores com 3,6 ha. Esta situação é explicável pela dimensão destas diferentes ilhas. A ilha Terceira foi a que registou a presença de uma maior diversificação de culturas frutícolas em 2018 (cerca de 20 culturas). Pelo contrário, foi nas ilhas das Flores e de S. Jorge que se verificou a menor diversificação frutícola..... 469

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy to a light sky blue. These shapes create a sense of depth and movement, framing the central text.

Introdução

1. Introdução

1.1. Enquadramento

1.1.1. Política Agrícola Comum para o período 2021-2027

A Comissão Europeia divulgou em 2018 a “Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho” que define regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), e financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Neste contexto, a proposta da Comissão Europeia (CE) relativa ao quadro financeiro plurianual (QFP) para 2021-2027 («proposta QFP») estabelece o quadro orçamental e as principais orientações para a PAC. Com base nessa proposta, a CE apresenta um conjunto de regulamentos que estabelecem o quadro legislativo da PAC para o período 2021-2027, juntamente com uma avaliação de impacto de cenários alternativos para a evolução desta política. Estas propostas preveem que a aplicação se inicie em 1 de janeiro de 2021 e referem-se a uma União de 27 Estados-Membros, atenta à retirada do Reino Unido da UE e da Euratom ao abrigo do artigo 50.º do Tratado da União Europeia, recebida pelo Conselho Europeu em 29 de março de 2017.

Desde a sua criação na década de 1960, a PAC tem vindo a apoiar os agricultores europeus e a garantir a produção de alimentos seguros. Não obstante, atualmente a PAC afigura-se como um instrumento mais abrangente no suporte a uma atividade agrícola sustentável, resiliente e mais competitiva, a qual promova a produção de alimentos com elevada qualidade, segurança e a preços competitivos e acessíveis para os consumidores, especialmente os das zonas rurais. Mantendo-se assente em pilares fundamentais, como são as dimensões económica, ambiental e social, a PAC 2021-2027 continuará a garantir o acesso a alimentos de elevada qualidade e a prestar apoio ao modelo europeu de exploração agrícola, com enfoque no ambiente e no clima, enquanto apoia a transição contínua para uma agricultura sustentável e o desenvolvimento de zonas rurais dinâmicas.

Neste contexto, com o intuito de aumentar a sustentabilidade e o desenvolvimento das explorações agrícolas, dos alimentos seguros e das zonas rurais, os objetivos gerais da nova PAC centrar-se-ão na viabilidade económica, na resiliência e no rendimento das explorações, num desempenho ambiental e climático acrescido, bem como no reforço do tecido socioeconómico das zonas rurais. Ademais, o fomento do conhecimento, da inovação e da digitalização na agricultura, bem como a promoção do desenvolvimento rural serão objetivos transversais no âmbito da nova PAC.

Assim, de um modo simplificado, a PAC 2021-2027 contempla os seguintes nove Objetivos Estratégicos (OE):

- OE1 - Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar;
- OE2 - Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização;
- OE3 - Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor;
- OE4 - Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável;

- OE5 - Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar;
- OE6 - Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens;
- OE7 - Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas em zonas rurais;
- OE8 - Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável; e
- OE9 - Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais.

No cumprimento destes objetivos, os Estados-Membros da UE devem apresentar um plano estratégico da PAC que contenha as intervenções que propõem para alcançarem os objetivos específicos da PAC 2021-2027. Os planos estratégicos da PAC combinarão a maior parte dos instrumentos de apoio da PAC financiados pelo FEAGA e pelo FEADER. Desta forma, cada Estado-Membro conceberá uma estratégia de intervenção coerente. Ademais, recorrendo a indicadores de resultados comuns, os Estados-Membros fixarão nos planos estratégicos da PAC as metas a atingir no período de programação 2021-2027.

Para o período 2021-2027, prevê-se que a PAC conte com um orçamento de 365 mil milhões de euros (um terço do orçamento total da União Europeia), o que evidencia a importância dada a esta política, sendo este orçamento repartido entre as ajudas diretas aos agricultores e o desenvolvimento rural. De realçar ainda que a nova PAC irá reservar 10 mil milhões de euros provenientes do programa Horizonte Europa para promover o investimento em investigação e inovação de modo a fomentar a digitalização da economia agrícola e da vida rural, bem como a transferência de tecnologia e de conhecimento.

1.1.2. Plano Estratégico da PAC

O presente documento constitui o estudo que habilita a R.A. Açores, com os dados necessários, a integrar o Plano Estratégico da PAC (PEPAC), de modo a assegurar as especificidades regionais em matéria de política agrícola e de desenvolvimento rural, nomeadamente as que são inerentes à sua condição de Região Ultraperiférica.

Deste modo, o “Estudo do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum” foi desenvolvido presumindo que a aplicação do PEPAC estava limitada ao território regional e, como tal, tendo por base a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que define regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da PAC e financiados pelo FEAGA e pelo FEADER, (COM (2018) 392 final). Assim, o presente estudo abrange todo o território da R.A. Açores e considera a não aplicação à Região do Capítulo II, do Título III, da proposta de Regulamento COM (2018) 392 final.

Neste contexto, o presente estudo encontra-se estruturado em seis blocos basilares, nomeadamente:

a) Introdução (presente capítulo):

O presente capítulo faz um enquadramento da Política Agrícola Comum para o período 2021-2027, com base nos principais documentos de referência a nível europeu, apresentando de seguida a estrutura do estudo. Por fim, apresenta ainda elementos que permitem uma breve caracterização da Região Autónoma dos Açores.

b) Avaliação das Necessidades (nove capítulos):

Para cada OE, previsto no n.º 1, do artigo 6.º da proposta de Regulamento PEPAC, foi realizada uma descrição pormenorizada da situação vigente na R.A. Açores, com base em indicadores de contexto comuns e noutras informações qualitativas e quantitativas atuais, nomeadamente, estudos, relatórios de avaliação anteriores, análises setoriais, dados estatísticos e entrevistas a entidades regionais.

Por sua vez, a avaliação de cada OE inclui uma análise SWOT, a qual elenca os pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças identificados no âmbito desta avaliação. Tal encontra-se em linha com os artigos 5.º e 6.º, n.º 1, respetivamente, da proposta de Regulamento PEPAC. Adicionalmente, foram identificadas as necessidades para cada OE de acordo com o descrito no n.º 2 do artigo 103.º da proposta de Regulamento PEPAC.

c) Análise Setoriais (um capítulo):

Tendo por base o processo desenvolvido para a Avaliação de Necessidades de cada OE definido no artigo 6.º da proposta de Regulamento PEPAC, no presente estudo foi realizada uma descrição pormenorizada da situação vigente na R.A. Açores no âmbito dos setores apícola, florícola, hortícola e vitivinícola. Esta descrição encontra-se igualmente seguida de uma análise SWOT e de uma Avaliação de Necessidades de cada um dos quatros setores.

d) Estratégia de intervenção (um capítulo):

Com base na Avaliação de Necessidades efetuada para cada OE e para os setores supramencionados, apresentam-se as linhas estratégicas da R.A. Açores para o período 2021-2027, para o reforço do complexo agroflorestal, bem como para o desenvolvimento rural da R.A. Açores.

e) Complementaridade com o POSEI (um capítulo):

Com base na proposta de estratégia, foi demonstrada e estabelecida a sua complementaridade com o Subprograma para a Região Autónoma dos Açores, do Programa POSEI de Portugal (Regulamento n.º 228/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março).

1.2. A Região Autónoma dos Açores

A R.A. Açores localiza-se sensivelmente na zona central do Atlântico Norte, a cerca de 1.600km de Portugal continental, constituindo-se como um território autónomo em termos administrativos e políticos. Enquanto arquipélago, é constituído por nove ilhas distribuídas por três grupos, o grupo ocidental (Corvo e Flores), o grupo central (Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira) e o grupo oriental (São Miguel e Santa Maria). A Região ocupa uma área aproximada de 2.300km², sendo São Miguel a ilha maior e mais populosa, ao mesmo tempo que é o principal polo de desenvolvimento socioeconómico da Região. Contrariamente, o Corvo é a ilha mais pequena da R.A. Açores (Figura 1).

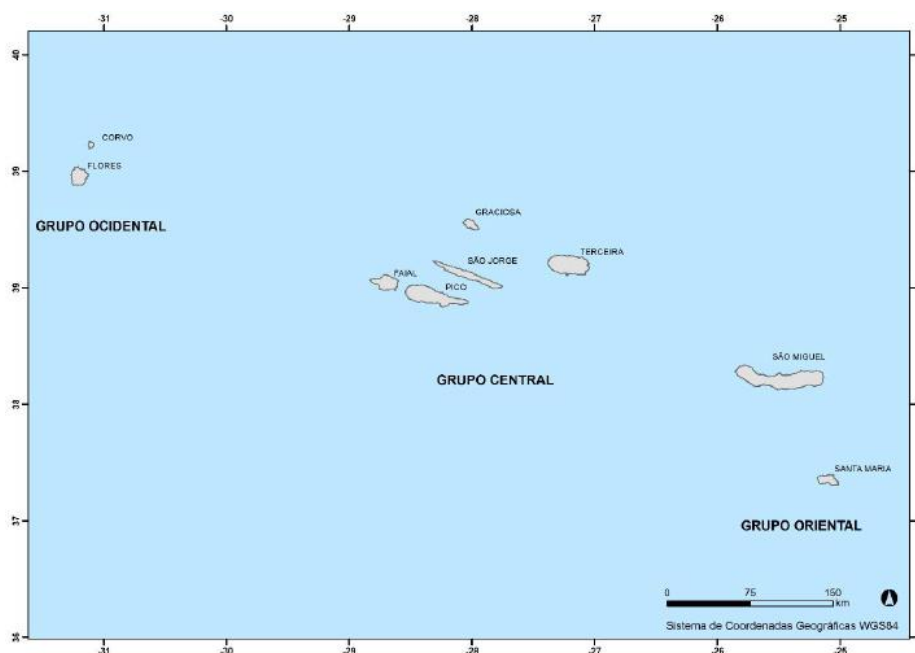


Figura 1. Enquadramento geográfico da R.A. Açores por agrupamentos de ilhas

Fonte: Plano de Gestão de Riscos de Inundações da RAA, 2016

No plano geoestrutural, a R.A. Açores situa-se numa zona de junção de três placas litosféricas (a americana, a eurasiática e a africana) além da sua proximidade à Crista Médio-Atlântica e outras estruturas tectónicas, que dão origem a uma intensa atividade sísmica e vulcânica. Neste contexto, a paisagem das ilhas denota traços singulares originários dessa atividade vulcânica, sendo de uma forma geral acidentada e marcada pela presença de inúmeros sistemas montanhosos e cones vulcânicos, alguns com lagoas nas suas crateras, e vales encaixados onde surgem linhas de água que desaguam no mar por entre vertentes de declive acentuado, dividindo o espaço com algumas zonas mais aplanadas, arribas costeiras, fajãs e praias de areia escura. O ponto mais alto do arquipélago situa-se na ilha do Pico, a 2.351m de altitude.

O clima da R.A. Açores é temperado oceânico, registando baixas amplitudes térmicas com uma temperatura média de 14°C em janeiro e 25°C em agosto, e uma humidade relativa do ar cuja média mensal ronda os 80%. As quatro estações do ano são regularmente perceptíveis na R.A. Açores fruto do seu clima temperado e da precipitação média anual que ronda os 1930mm, sendo mais intensa nos meses de inverno. A orografia das ilhas é propícia à existência de microclimas e de fenómenos meteorológicos severos visto que a localização da R.A. Açores está associada aos regimes de circulação atmosférica e oceânica.

Decorridos mais de 500 anos desde o início do povoamento, as características socioeconómicas, vivências e tradições da R.A. Açores são o resultado do isolamento geográfico e do afastamento aos grandes centros de decisão a nível continental. Apesar do esbatimento atual das distâncias e das maiores facilidades nas

deslocações e melhoria das acessibilidades, fazem-se ainda sentir naturalmente os constrangimentos da insularidade e da ultraperiféricidade. Estes constrangimentos colocam permanentes desafios à Região na mobilização de recursos e na criação de condições para a fixação de população e captação de investimento de forma a contribuir para o desenvolvimento do território.

A dispersão geográfica e a morfologia das ilhas desde sempre desempenharam um importante fator condicionante no plano dos transportes e das acessibilidades, com repercussões no desenvolvimento socioeconómico. A rede viária regional é extensa e em quase todas as ilhas desenvolve-se em forma de anel ligando todos os povoados, sendo complementada por caminhos agrícolas e florestais, bem como pelas novas SCUT (Portagens Sem Custos para o Utilizador) que ligam os principais centros populacionais. A ligação entre ilhas e com o exterior, de passageiros e mercadorias, faz-se por via aérea e marítima, tendo todas as ilhas infraestruturas aeroportuárias e portuárias.

Em 2011, a população residente na R.A. Açores era de 246.772 indivíduos (Censos 2011), tendo-se registado um aumento de 2% face ao período censitário anterior. No ano de referência, a densidade populacional da R.A. Açores era de 106,3 hab./km². Segundo os Censos 2011, apenas 48,5% da população da R.A. Açores reside em lugares com mais de 2.000 habitantes, especificamente nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, o que atesta a ruralidade da grande maioria das localidades açorianas.

Por sua vez, as estimativas da população para 2018 apontavam para uma população total na R.A. Açores de 242.846 indivíduos e uma densidade populacional de 104,6 hab./km², bem como decréscimos populacionais na maioria das ilhas (SREA, 2019).

Embora se assista a um envelhecimento da população, a idade média na R.A. Açores é de 37,3 anos, a qual é a mais baixa do país. Por sua vez, o índice de envelhecimento da R.A. Açores é de 91,2, valor inferior ao nacional mas que difere bastante consoante as ilhas.

Em termos de estrutura etária da população, cerca de 57% da população açoriana situa-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos, sendo este valor mais elevado na ilha do Corvo (61%) e mais baixo na Graciosa (55,7%). As ilhas do Pico e São Jorge são as que proporcionalmente têm mais população com 65 e mais anos (20%), valor superior ao da região, que é 14,6% (Tabela 1).

Tabela 1. Estrutura etária da população na R.A. Açores e por ilha, no ano 2018

Ilha	Total	0-14	15-24	25-64	65 e mais anos
R.A. Açores	242.846	38.013	31.265	138.191	35.377
Santa Maria	5.623	811	746	3.251	815
São Miguel	137.150	23.314	19.017	77.949	16.870
Terceira	55.234	7.926	6.629	31.592	9.087
Graciosa	4.225	555	480	2.355	835
São Jorge	8.342	1.036	911	4.706	1.689
Pico	13.637	1.805	1.444	7.625	2.763
Faial	14.542	2.057	1.632	8.324	2.529
Flores	3.628	442	378	2.106	702
Corvo	465	67	28	283	87

Fonte: SREA 2019

O índice de renovação da população em idade ativa na R.A. Açores situa-se em 109,4, valor superior ao do país (77,7); enquanto o índice de dependência de idosos é de 20,9, valor inferior ao de Portugal (33,9). A

taxa bruta de natalidade na R.A. Açores situa-se nos 9,3%, enquanto a taxa de mortalidade é de 9,4% (SREA, 2019).

Quanto aos níveis de educação, na R.A. Açores a taxa bruta de escolarização no ensino básico é de 111,5%, enquanto no ensino secundário é de 118,4%. A taxa de retenção escolar na R.A. Açores é, a um nível global, de 6,7% (SREA, 2019). Analisando a distribuição por género, a proporção de mulheres no ensino secundário na R.A. Açores é de 52,4%; enquanto no ensino superior a proporção de mulheres matriculadas é de 61% e de diplomadas é de 66%.

A economia da R.A. Açores baseia-se, sobretudo, nos serviços, com a administração pública a assumir um importante papel em termos de emprego, seguidos do comércio por grosso e a retalho, transportes e atividades de alojamento e restauração. Os setores da agricultura (com forte incidência na produção leiteira) e das pescas são também profundamente importantes para a economia da R.A. Açores. Por outro lado, a indústria da R.A. Açores é, sobretudo, do setor agroalimentar (leite e laticínios, vinho e transformação agroflorestal).

Quanto aos indicadores do mercado de trabalho, a taxa de desemprego na R.A. Açores é de cerca de 9%, sendo que em anos recentes se tem verificado uma diminuição da mesma a nível Regional. Por sua vez, em 2018, a população ativa na R.A. Açores situava-se nos 122,3 mil. Para o mesmo período, a população inativa era de 120,3 mil, sendo que desta cerca de 42% tinha entre 15 a 64 anos.

Em termos de atividade económica, existiam, em 2017, na R.A. Açores 11,7 empresas por km², enquanto no país esse número é de 13,5. A proporção de empresas individuais na Região é de 80,9% e o número médio de pessoas ao serviço por empresa é de 2,4. Considerando o volume de negócios por empresa para o mesmo período, em milhares de euros, a realidade é distinta entre a Região e o país, registando-se 185,2 milhares de euros na R.A. Açores e 298,9 milhares de euros a nível nacional (SREA, 2019). Por sua vez, em 2017, o valor acrescentado bruto (VAB) das empresas da R.A. Açores era de 1.167.031 milhares de euros.

Por fim, em 2017, quanto ao comércio internacional, a taxa de cobertura das importações pelas exportações na R. A. Açores em 2018 foi de 67%, enquanto a orientação exportadora foi de apenas 1,7%. De entre as mercadorias declaradas de operadores com sede na R.A. Açores, a exportação de produtos alimentares e bebidas foi a que assumiu maior peso na balança comercial, com um valor exportado de 72 milhões de euros (SREA 2019).

OE1 - Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar

2. OE1 - Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar

2.1. O clima da R.A. Açores

2.1.1. Introdução

O clima da R.A. Açores é essencialmente ditado pela localização geográfica das ilhas no contexto da circulação global atmosférica e oceânica e pela influência da massa aquática da qual emergem - Figura 2. Pese embora alguma irregularidade observada ao longo da sua história climática, o clima das ilhas apresenta uma sazonalidade medianamente marcada que se reflete nos diferentes elementos do clima. As quatro estações do ano, típicas dos climas temperados, são reconhecíveis. As amplitudes térmicas são baixas, pelo que nem as temperaturas de verão nem as de inverno se manifestam excessivamente rigorosas.



Figura 2. Enquadramento geográfico da R.A. Açores

Fonte: Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021

A ocorrência de neve, sendo esporádica, só ocorre nas zonas altas. A precipitação ocorre durante todo o ano, mesmo nos meses de estio, embora nestes com muito menor expressão. O regime interanual da precipitação pode ser irregular, podendo nos anos secos corresponder a 50% dos anos mais húmidos. Os episódios de precipitação intensa e localizada são frequentes, particularmente nos períodos de inverno, com graves implicações nos regimes de escoamento. A precipitação de origem frontal é significativamente reforçada pela precipitação de origem orográfica no interior de cada ilha. Os verões são significativamente mais ensolarados do que o resto do ano. São raros, no entanto, os dias de céu completamente limpo. Os períodos tempestuosos, sendo mais frequentes de inverno podem, no entanto, ocorrer em fins de verão e no Outono por efeito de esporádicas tempestades tropicais em evolução próximo do arquipélago. Violentas tempestades quer de origem tropical quer provocadas por células depressionárias provenientes das latitudes mais setentrionais do Atlântico Norte Ocidental são igualmente uma característica do clima da R.A. Açores (Azevedo, 2001).

2.1.2. Impactos das Alterações Climáticas

No que concerne à análise dos impactos das alterações climáticas na R. A. Açores são considerados os domínios cuja relação com o setor agricultura se considera ser mais relevante, designadamente: recursos hídricos, erosão costeira e biodiversidade. Assim, esta análise recorre essencialmente a dados do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) e do Relatório do Estado do Ambiente dos Açores (REAA).

2.1.2.1 Recursos hídricos

Os recursos hídricos dependem fortemente da precipitação e temperatura, pelo que estas se constituem como as principais variáveis climáticas relevantes para este sistema. Segundo o PRAC 2019, as mudanças previstas para o regime de precipitação, assim como as tendências de aumento de temperatura, resultarão num acréscimo da pressão sobre este recurso, implicando impactos sobre a sua qualidade e quantidade. Neste âmbito e devido às alterações na precipitação, podem vir a ser registadas mudanças no nível das lagoas da R. A. Açores, assim como no caudal das ribeiras. Também a qualidade poderá ser afetada devido ao aumento da temperatura, ao aumento da carga orgânica ou mineral e ao aumento do estado trófico. Conforme destacado no PRAC 2019, a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos deve ser acautelada em função da existência de algumas massas de água que, atualmente, têm já níveis de qualidade abaixo do desejável.

Relativamente às situações de inundação, cada vez mais frequentes na R.A. Açores, observa-se que são maioritariamente originadas por cheias rápidas, geralmente resultantes de episódios de precipitação muito intensa (Relatório do Estado do Ambiente dos Açores (REAA), 2018). Neste contexto, com base no histórico de eventos e nos termos da Diretiva Inundações (Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro), podem ser consideradas cinco bacias hidrográficas com maior risco, designadamente: Ribeira Grande, na ilha das Flores; Ribeiras da Agualva e do Porto Judeu (Ribeira do Teste e Grota do Tapete), na ilha Terceira; e Ribeira Grande e Ribeira da Povoação, na ilha de São Miguel.

De acordo com a Tabela 2, é possível constatar que as bacias hidrográficas que representam mais risco para as populações são as de Porto Judeu na Ilha Terceira (1948) e de Povoação na Ilha de São Miguel (1805). Por seu turno, a Bacia de Ribeira Grande na Ilha das Flores (2,44%) é aquela cuja inundação representaria uma maior afetação em termos do território (medido como percentagem da área da ilha).

Tabela 2. Bacias hidrográficas classificadas com risco elevado de inundação, nos termos da Diretiva Inundações

Zona	Bacia	BH (km ²)	Ilha (km ²)	Área de Risco (km ²)	Área Risco Elevado-BH (%)	Área Risco Elevado-Ilha(%)	N.º Hab.-Área de Risco
São Miguel	Povoação	28,98	744,55	5,4	18,62	0,72	1805
	Ribeira Grande	18,44	744,55	0,98	5,31	0,13	1636
Terceira	Porto Judeu	26,11	400,29	2,92	11,18	0,73	1948
	Agualva	7,44	400,29	1,75	23,58	0,44	1351
Flores	Ribeira Grande	15,86	141,02	3,44	21,67	2,44	14

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2018

2.1.2.2 Erosão costeira

A situação geográfica da R. A. Açores e o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos induzem a ocorrência de cheias e inundações que contribuem para a erosão costeira, constituindo um risco para a população, bens e atividades económicas relacionadas com o mar e o litoral. Adicionalmente, o efeito da erosão hídrica nos solos implica a perda de terreno produtivo, nutrientes e matéria orgânica (PRAC, 2019).

A distribuição da população na R. A. Açores é caracterizada pela localização de muitos núcleos populacionais junto de falésias da orla costeira ou taludes, locais estes reconhecidamente mais vulneráveis a riscos naturais e aos efeitos das alterações climáticas, o que coloca em causa a salvaguarda de pessoas e bens. Conforme destacado no REAA (2018), nos últimos anos foram executadas várias intervenções na orla costeira da R. A. Açores. No final de 2009 a extensão da faixa costeira em risco, identificada através dos diversos estudos e instrumentos de planeamento disponíveis, ultrapassava os 13 km, tendo sido realizadas intervenções durante o período 2010-2013, em cerca de 56% daquela extensão (7,4km). Conforme se pode observar na Figura 3, as ilhas de São Jorge e Pico, são aquelas onde foram identificadas as maiores extensões de faixa costeira em risco, seguindo-se, ainda que com menor expressão, Santa Maria e São Miguel. No período 2010-2013 as ilhas onde foram intervencionadas as maiores extensões de faixa costeira foram o Pico, Santa Maria, São Miguel e Graciosa.

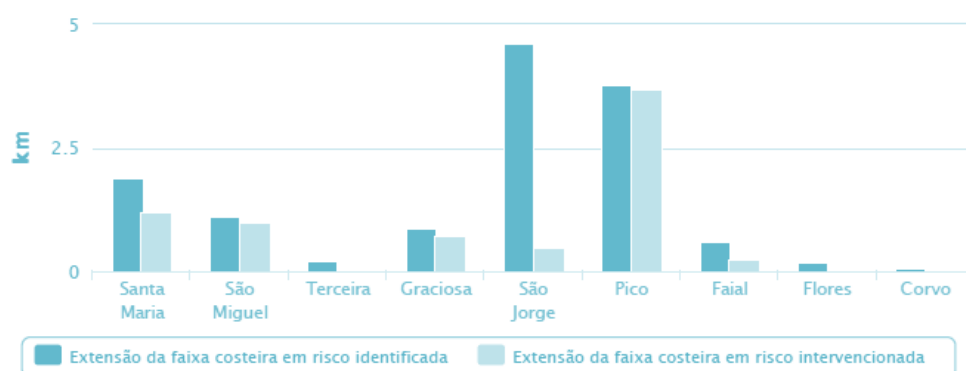


Figura 3. Faixa costeira em risco identificada no final de 2009 e intervencionada no período 2010-2013, por localização geográfica (ilhas)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2018

Importa destacar que o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), a pedido da Direção Regional do Ambiente (DRA), é responsável pelo acompanhamento da Rede Hidrometeorológica, com vista à mitigação do risco de movimentos de vertentes e cheias (REAA, 2018).

2.1.2.3 Biodiversidade

Segundo o PRAC 2019, no plano da biodiversidade e dos recursos naturais observa-se uma particular sensibilidade a alterações nas condições ambientais, apesar de ainda existir pouca evidência relativamente aos impactos observados. Adicionalmente, merece destaque a elevada complexidade de uma relação causa-efeito, já que muitas vezes as alterações registadas podem estar também relacionadas com alterações socioeconómicas (ex.: alterações no padrão do uso do solo) (PRAC, 2019).

Segundo a avaliação da vulnerabilidade dos habitats da Diretiva Habitats que se encontram nas áreas de Rede Natura 2000 na R.A. Açores, os habitats mais vulneráveis são os habitats alpinos e macaronésios, as turfeiras e os prados. No geral, os fatores que mais contribuem para a vulnerabilidade destes habitats são os eventos extremos, a seca, a alteração da área climática e as atividades humanas. Porém, a confiança nesta avaliação é muito baixa devido à falta de informação disponível sobre os habitats, a falta de dados de base e de estudos sobre o efeito das Alterações Climáticas nos ecossistemas, habitats ou espécies.

Embora exista ainda pouca informação de base sobre a vulnerabilidade das espécies da R. A. Açores às alterações climáticas, os estudos existentes demonstram que uma percentagem muito elevada de espécies nativas poderá vir a desaparecer ou a ter uma redução muito significativa da sua distribuição. Conforme indicado no PRAC 2019, futuramente os impactos na biodiversidade da R. A. Açores podem vir a agravar-se, contribuindo para tal não apenas a evolução climática, mas também a pressão humana daí resultante (PRAC, 2019).

A análise efetuada no âmbito do objetivo estratégico 6 – “Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens” descreve com maior detalhe os aspetos relacionados com a biodiversidade na R. A. Açores.

2.1.3. Vulnerabilidade do setor da Agricultura e Florestas

O conjunto de atividades que englobam os setores da agricultura, floresta e agroindústria, representam cerca de 13% do produto interno bruto da R.A. Açores e contribui significativamente para a geração de emprego. Cerca de 78% do solo apresenta uma utilização agrícola, pastorícia e florestal. Segundo o PRAC 2019, no curto prazo podem vir a verificar-se aumentos ligeiros de precipitação ou a ocorrência de volumes de precipitação próximos dos níveis atuais.

Não obstante, a longo prazo perspectiva-se uma tendência de redução da precipitação entre 10% a 20% no mês de março, exceto na Ilha do Pico em que a redução máxima deverá ocorrer no mês de junho. As reduções da precipitação entre 13% e 16% nos meses de maio e junho poderão afetar o desenvolvimento das culturas aráveis.

Deste modo, no âmbito da exposição a riscos, o aumento da temperatura e a alteração na variabilidade intra-anual da precipitação detêm maior relevância para este setor, podendo gerar impactos potenciais na sua resiliência. A evolução da precipitação acumulada de Inverno é particularmente relevante para a recarga dos aquíferos e disponibilidade de água para a agropecuária. A dependência da regularidade da precipitação é evidente para as culturas chave do complexo forrageiro, assim como no abastecimento de água para os animais (PRAC, 2019).

Na tabela que se segue consta uma avaliação das vulnerabilidades do setor, realizada no âmbito do PRAC (2019), tendo sido identificados três grandes grupos: riscos, culturas e floresta. De entre os principais riscos analisados, a redução da qualidade da pastagem apresenta-se como o mais negativo. Relativamente às principais culturas vulneráveis, destacam-se pela negativa o tabaco e a beterraba sacarina, e como oportunidade o milho. A floresta evidencia uma maior vulnerabilidade ao nível da distribuição da espécie invasora *Pittosporum undulatum* (PRAC, 2019).

Tabela 3. Matriz de vulnerabilidade do setor da Agricultura e Florestas

Vulnerabilidade		Escala Temporal	Avaliação	Confiança
Riscos	Redução da área semeada	Atual	-Negativo	Média
		Futura	-Negativo	Média
	Redução da qualidade da pastagem	Atual	Negativo	Média
		Futura	Muito negativo	Média
Aumento da área com lagarta da pastagem	Atual	Neutro	Alta	
	Futura	Negativo	Alta	
Culturas	Milho	Atual	Muito negativo	Média
		Futura	Muito positivo	Média
	Batata	Atual	Neutro	Baixa
		Futura	Positivo	Baixa
	Banana	Atual	Negativo	Média
		Futura	Negativo	Média
	Tabaco	Atual	Negativo	Média
		Futura	Muito negativo	Média
	Beterraba Sacarina	Atual	Negativo	Média
		Futura	Muito negativo	Média
	Vinha	Atual	Negativo	Média
		Futura	Negativo	Média
Floresta	Cryptomeria japonica	Atual	Positivo	Média
		Futura	Muito positivo	Média
	Eucalipto	Atual	Neutro	Muito baixa
		Futura	Neutro	Baixa
	Morella faya	Atual	Positivo	Alta
		Futura	Positivo	Média
	Persea indica	Atual	Positivo	Alta
		Futura	Positivo	Média
Pittosporum undulatum	Atual	Muito negativo	Muito Alta	
	Futura	Critico	Alta	

Fonte: Programa Regional para as Alterações Climáticas 2019

2.2. Caracterização geral do setor agrícola na R.A. Açores

As explorações agrícolas açorianas são dominadas pela produção de leite e de carne e, em menor grau, pela produção de hortícolas.

No geral, as explorações açorianas representam apenas 4,5% do número nacional, com a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) a contar ainda menos (3,4%). No entanto, esta última tem apresentado crescimentos mais positivos que a média nacional no período de 2009-2016 (Tabela 4).

Tabela 4. Caracterização das explorações agrícolas e da superfície agrícola utilizada em 2016

	Portugal	R.A. Açores
Explorações (nº)	258.983,0	11.580
%	100,0	4,5
Taxa de variação média anual (t.v.m.a.) (%) 2009-2016	-15,2	-14,5
t.v.m.a. (%) 2009-2013	-13,4	-12,7
t.v.m.a. (%) 2013-2016	-2,1	-2,1
SAU (ha)	3.641.691,0	123.793,0
%	100,0	3,4
t.v.m.a. (%) 2009-2016	-0,7	2,8
t.v.m.a. (%) 2009-2013	-0,7	-1,5
t.v.m.a. (%) 2013-2016	-	4,4
SAU média por exploração	14,1	10,7
t.v.m.a. (%) 2009-2016	17,0	20,2
t.v.m.a. (%) 2009-2013	14,6	12,8

	Portugal	R.A. Açores
t.v.m.a. (%) 2013-2016	2,1	6,6

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Mais ainda, observando na Tabela 5 e Figura 4, é possível constatar que a superfície das explorações açorianas está a ser em grande medida utilizada para a agricultura (89%), sendo a Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) praticamente negligenciável (0,9%).

Tabela 5. Composição da superfície total das explorações em 2016.

	Portugal	R.A. Açores
SAU	3.641.691	123.793
Matos e florestas sem culturas sob coberto	837.067	12.870
SANU	98.452	1.213
Outras superfícies	85.962	1.924
Superfície total	4.663.172	139.800

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

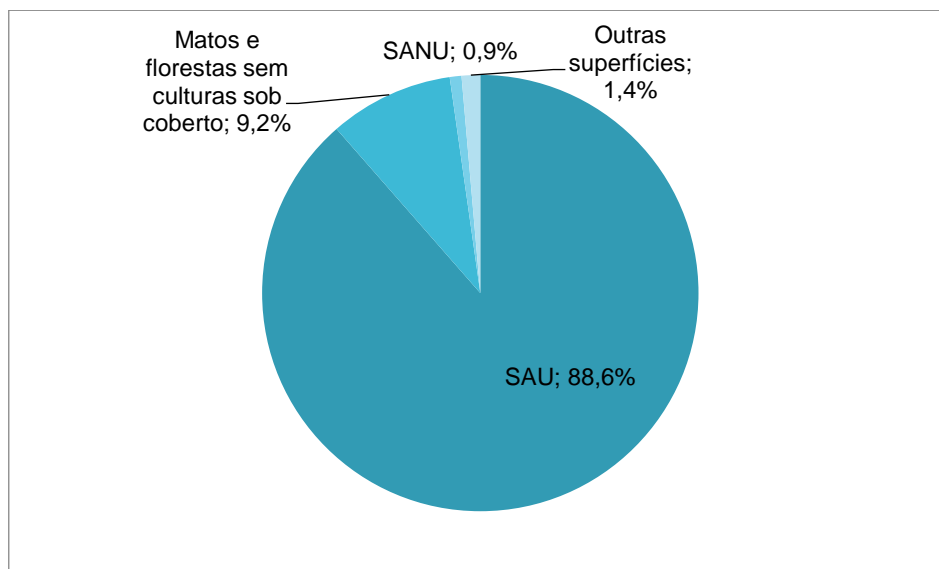


Figura 4. Composição da superfície total das explorações açorianas em 2016

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Ao nível da SAU, é notória a influência das pastagens permanentes na agricultura açoriana (79,7% da SAU). Tal, em muito se deve à produção de leite e de carne na Região. Adicionalmente, há também uma presença relativamente significativa das culturas temporárias, representando 18% da SAU (Tabela 6 e Figura 5).

Tabela 6. Composição da SAU em 2016

	Portugal	R.A. Açores
Terras aráveis	1.043.297	22.223
Culturas temporárias	791.538	22.223
Pousio	251.759	-
Horta familiar	16.331	526
Culturas permanentes	705.120	2.400
Total exceto pinheiro	639.952	2.400

	Portugal	R.A. Açores
Pinheiro	65.168	-
Pastagens permanentes	1.876.943	98.643
SAU	3.641.691	123.792

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE).

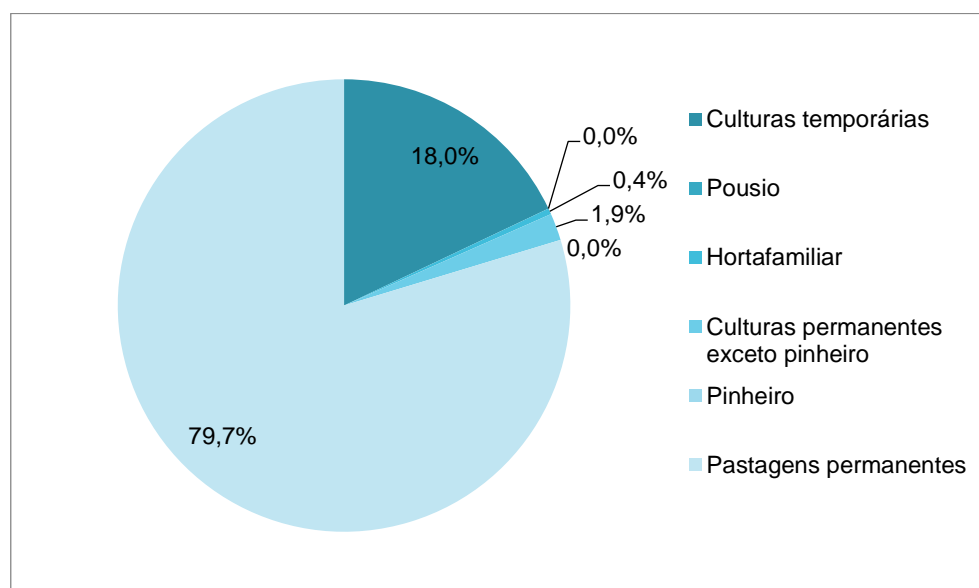


Figura 5. Composição da SAU açoriana em 2016.

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (INE, 2016).

Por último, deve-se destacar que as atividades lucrativas não agrícolas presentes nas explorações ainda têm uma representatividade bastante exígua, apesar de na R.A. dos Açores se ter vindo a assistir a percentagens de crescimento consideráveis.

Tabela 7. Atividades lucrativas não agrícolas presentes nas explorações, em 2016

	Portugal	R.A. Açores
Explorações com atividades lucrativas não agrícolas (nº)	15.905	220
t.v.m.a. (%) 2009-2016	4,1	6,3
t.v.m.a. (%) 2009-2013	1,8	-37,7
t.v.m.a. (%) 2013-2016	2,2	70,6

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

No que se refere ao capital humano, é possível constatar que, analisando a Tabela 8, o trabalho agrícola está abaixo da média nacional (ao nível NUTS II) em vários indicadores: unidade de trabalho ano (UTA)¹ por exploração, por superfície agrícola utilizada (SAU) e por Cabeças Normais (CN).

¹ A análise das explorações recorre à utilização da medida "Unidade de Trabalho Ano" (UTA)¹, o que permite analisar o volume de trabalho da mão-de-obra agrícola.
UTA: unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

No entanto, o Valor da Produção Padrão Total (VPPT) por UTA na R.A. dos Açores encontra-se acima da média em cerca de 17.500 euros por unidade de trabalho ano.

Tabela 8. Caracterização da unidade trabalho ano agrícola por NUTS II, em 2016

	UTA	UTA média por exploração (UTA/expl.)	VPPT médio por UTA (10 ³ euros/UTA)	UTA média por SAU (UTA/100 ha)	UTA média por CN (UTA/100 CN)
R.A. Açores	12.183	1,1	39,0	9,8	5,8
Norte	129.193	1,3	8,7	19,8	33,8
Centro	91.216	1,0	13,3	15,6	14,7
AM Lisboa	9.335	1,7	30,9	12,0	10,9
Alentejo	52.455	1,5	32,8	2,5	5,9
Algarve	13.117	1,1	18,0	13,7	69,5
R.A. Madeira	10.793	0,9	7,9	220,6	123,8

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Ao nível demográfico, ainda é notório que o peso da população açoriana na agricultura nacional é maior (3 p.p.) que a sua representatividade global, chegando mesmo a quantificar o dobro da dedicação nacional ao setor primário. Adicionalmente, é também de notar que a Região tem apresentado taxas decrescentes de dedicação superiores à média nacional, demonstrando uma tendência de acompanhamento para a estruturação social de uma economia terciarizada (Tabela 9).

Tabela 9. Caracterização da população agrícola e suas flutuações na última década

	Portugal	R.A. Açores
População residente	10.294.000	245.000
População agrícola familiar	627.825	28.094
Na população residente (%)	6	12
t.v.m.a. (%) 2009-2016	-21	-34
t.v.m.a. (%) 2009-2013	-15	-18
t.v.m.a. (%) 2013-2016	-7	-19
População agrícola familiar sem atividade	100.355	9.306

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Dentro da população agrícola, é de notar que a mão-de-obra familiar ainda representa uma percentagem considerável, quer no País, quer na Região (27%, Tabela 10). A representatividade açoriana está ligeiramente abaixo da média nacional (1 p.p.), apesar das taxas de decréscimo da região terem sido sempre inferiores no período 2009-2016.

Tabela 10. Caracterização da mão-de-obra agrícola familiar e suas flutuações na última década

	Portugal	R.A. Açores
Tempo parcial	454.049	14.530
Tempo completo	73.422	4.258
t.v.m.a. (%) 2009-2016	-20	-27
t.v.m.a. (%) 2009-2013	-14	-15
t.v.m.a. (%) 2013-2016	-7	-14
Com atividade exterior	177.017	7.500
Na população agrícola (%)	28	27

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Na Tabela 11 pode-se analisar a composição da mão-de-obra agrícola açoriana e a sua representatividade a nível nacional. Neste contexto, é possível constatar que na R.A. Açores se localizam 5,4% do total de trabalhadores permanentes assalariados do país. Por sua vez, verifica-se que 7,9% dos “outros trabalhadores permanentes assalariados” a tempo completo do país se localizam na R.A. Açores; enquanto apenas 1,9 a tempo parcial estão na Região.

Tabela 11. Estruturação da mão-de-obra agrícola assalariada

	Portugal	R.A. Açores	R.A. Açores
Total de trabalhadores permanentes assalariados	77.041	4.147	5,4%
UTA	57.027	3.703	6,5%
n.º explorações	24.040	1.334	5,5%
Dirigentes assalariados	13.956	495	3,5%
Outros trabalhadores permanentes assalariados	63.085	3.652	5,8%
A tempo completo	41.248	3.247	7,9%
A tempo parcial	21.837	405	1,9%

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Mesmo num contexto de elevada terciarização da economia, 93% dos agricultores açorianos afirmam pretender a manutenção desta atividade nos próximos dois anos (Tabela 12). No entanto, ao contrário da média nacional, a razão principal para esta decisão é a viabilidade económica da atividade.

Tabela 12. Principais motivos para a manutenção da atividade agrícola nos próximos 2 anos (2016) (%).

	Portugal	R.A. Açores
Manutenção da atividade agrícola	95	93
Viabilidade económica da atividade	9	35
Complemento do rendimento familiar	31	27
Valor afetivo	49	21
Sem outra alternativa profissional	9	9
Outro	2	2

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

A influência do “Valor afetivo” acima quantificado para o contexto nacional e açoriano terá parte do seu peso no facto da população agrícola estar extremamente envelhecida. Ainda assim, a R.A. dos Açores apresenta a média mais baixa do país, uma vez que os produtores agrícolas da R.A. Açores se afiguram mais jovens do que a média nacional.

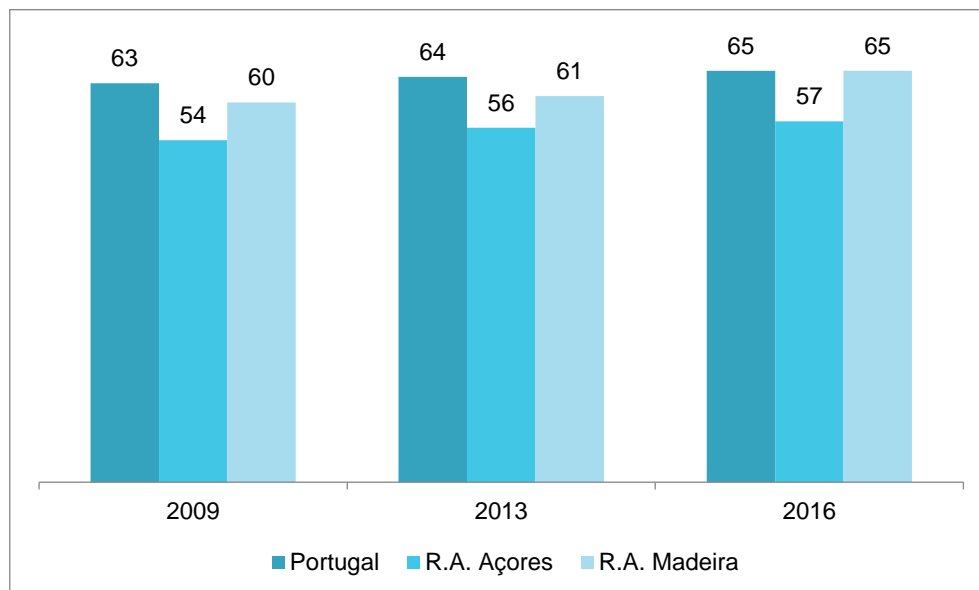


Figura 6. Idade média do produtor agrícola em 2016
 Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Por fim, a análise da estrutura da produção agrícola da R.A. Açores (média dos anos 2015, 2016 e 2017) revela a predominância da produção animal, nomeadamente dos produtos animais (47%) e animais (33%). Os vegetais e produtos hortícolas representam cerca de 7% da produção, ao passo que as restantes categorias apresentam valores residuais (Figura 7).

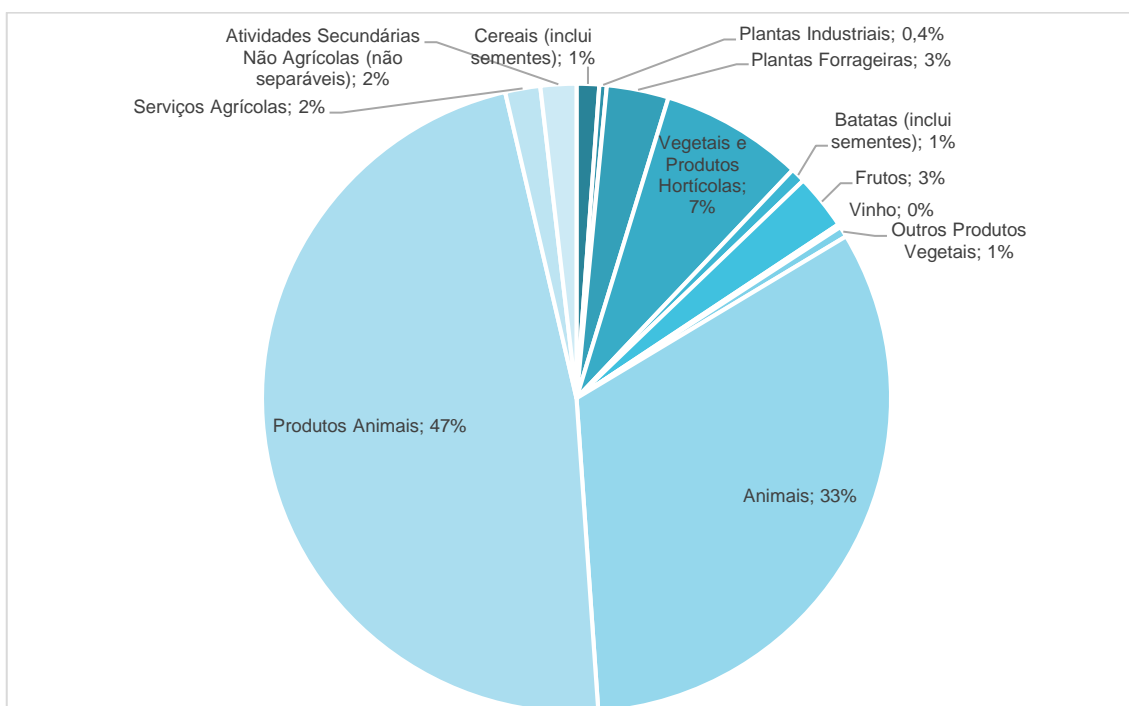


Figura 7. Estrutura da produção do ramo agrícola, média dos anos 2015, 2016 e 2017 (%)
 Fonte: Contas Económicas da Agricultura Regionais

2.3. Infraestruturas de apoio à atividade agrícola

As infraestruturas de apoio à atividade agrícola, nomeadamente os caminhos agrícolas, abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica às explorações agrícolas constituem um fator decisivo para a competitividade do setor agroflorestal.

Nos últimos períodos de programação, a R.A. Açores, consagrou importantes recursos financeiros para investimentos neste domínio, mas apesar do esforço já realizado e dos progressos alcançados, existem ainda zonas que apresentam carências, sendo necessário continuar a alocar recursos financeiros suficientes para esse fim.

Na R.A. Açores verifica-se a predominância do pastoreio na produção bovina, esta situação associada à elevada fragmentação das explorações determinam a necessidade de investimento em infraestruturas de apoio à atividade agrícola.

As redes de caminhos agrícolas e rurais atualmente existem em todas as ilhas, estando mais concentradas nas ilhas de São Miguel e da Terceira, e é onde estão definidos os principais “perímetros de ordenamento agrário”.

Relativamente às infraestruturas de abastecimento de água, considerando o volume de precipitação e a sua distribuição ao longo do ano, o regadio é quase inexistente na R.A. Açores, restringindo-se às culturas sob-coberto. No entanto na R.A. Açores em virtude do sistema de produção dominante ser a bovinicultura, torna-se necessário garantir a disponibilidade de água suficiente para os animais através de infraestruturas que incluem estruturas de captação e distribuição de água, nomeadamente lagoas artificiais.

No atual período de programação foram efetuados importantes investimentos em infraestruturas de fornecimento de energia às explorações, sendo necessário continuarmos neste caminho embora reconhecendo as dificuldades que existem provocadas pelo sistema de produção regional e pela dispersão das explorações por várias parcelas.

A R.A. Açores, no período 2007-2013, investiu cerca de 26 milhões de euros em infraestruturas de apoio à atividade agrícola, destacando-se nesse período o investimento em abastecimento de água às explorações agrícolas e em caminhos agrícolas e rurais, representando respetivamente 53% e 41% do investimento total.

No atual período de programação, a Região já investiu mais de 13 milhões de euros em infraestruturas de apoio à atividade agrícola, destacando-se o investimento em caminhos agrícolas e rurais, que representou até à data cerca de 64%. Comparativamente ao período de programação 2007-2013, é de realçar o aumento do investimento no fornecimento de energia elétrica às explorações agrícolas, que atualmente totaliza cerca de 2 milhões e 400 mil euros.

2.4. Formação do rendimento agrícola

A Tabela 13 apresenta as diferentes fases da formação do rendimento agrícola. Aí são desagregadas rúbricas como a Produção, Consumos, Valor Acrescentado Bruto (VAB), Excedente e, conseqüentemente, Rendimento.

De forma geral, pode-se constatar, através das taxas de variação média anual (t.v.m.a.), que no período 2011-2017, a formação do rendimento agrícola apresentou um comportamento relativamente flutuante (entre taxas negativas e positivas), muito devido à natural instabilidade da produção a montante.

Tabela 13. Evolução do rendimento agrícola e respetivas componentes (milhões de euros)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Produção Vegetal	63,4	66,5	69,8	64,5	71,8	71,5	67,0
2	Produção Animal	315,2	338,1	327,1	366,4	350,6	328,5	347,0
3 = 1 + 2	Produção de Bens Agrícolas	378,6	404,6	396,9	430,9	422,4	400,0	414,0
	<i>t.v.m.a. (%)</i>		6,9	-1,9	8,6	-2,0	-5,3	3,5
4	Serviços Agrícolas	7,8	7,9	7,1	8,0	7,3	7,9	8,0
5 = 3 + 4	Produção da Agricultura	386,4	412,5	404,0	438,9	429,7	407,9	422,0
6	Atividades Secundárias Não Agrícolas	5,7	6,2	5,8	7,4	7,5	7,9	8,3
7 = 5 + 6	Produção do Ramo Agrícola	392,1	418,7	409,8	446,2	437,2	415,8	430,2
	<i>t.v.m.a. (%)</i>		6,8	-2,1	8,9	-2,0	-4,9	3,5
8	Consumos Intermediários	179,1	187,2	177,9	206,8	200,0	197,5	199,5
	<i>t.v.m.a. (%)</i>		4,5	-5,0	16,3	-3,3	-1,2	1,0
9 = 7 - 8	Valor Acrescentado Bruto	213,0	231,5	232,0	239,5	237,2	218,3	230,8
	<i>t.v.m.a. (%)</i>		8,7	0,2	3,2	-0,9	-8,0	5,7
10	Consumo de Capital Fixo	17,8	9,9	10,6	10,6	11,9	11,7	12,0
11 = 9 - 10	Valor Acrescentado Líquido	195,2	221,6	221,3	228,9	225,3	206,6	218,7
12	Outros Impostos sobre a Produção	1,0	1,5	1,8	1,6	1,6	1,9	1,8
13	Outros Subsídios à Produção	20,4	19,0	20,4	19,4	26,5	29,3	29,3
14 = 11 - 12 + 13	Rendimento dos Fatores	214,6	239,1	240,0	246,7	250,2	233,9	246,2
	<i>t.v.m.a. (%)</i>		11,4	0,4	2,8	1,4	-6,5	5,3
15	Remuneração dos Assalariados	23,4	23,5	20,9	23,7	23,5	25,6	24,4
16 = 14 - 15	Excedente Líquido de Exploração	191,2	215,6	219,0	222,9	226,7	208,3	221,8
	<i>t.v.m.a. (%)</i>		12,8	1,6	1,8	1,7	-8,1	6,5
17	Rendas a Pagar	8,5	8,8	8,8	8,8	8,9	8,9	8,9
18	Juros a Pagar	12,7	8,6	10,7	15,1	26,4	30,8	34,0
19	Juros a Receber	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
20 = 16 - 17 - 18 + 19	Rendimento Gerado Líquido	170,0	198,4	199,5	199,1	191,6	168,8	179,1
	<i>t.v.m.a. (%)</i>		16,7	0,6	-0,2	-3,8	-11,9	6,1

Fonte: Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE. Taxas calculadas.

2.4.1. Produto agrícola

De forma a analisar em mais detalhe a produção, a Tabela 14 desagrega as principais rúbricas que compõem o ramo agrícola.

Tabela 14. Estrutura da produção do ramo agrícola (milhões de euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cereais (inclui sementes)	3,32	4,25	4,08	4,34	4,86	4,52	5,52
Plantas Industriais	1,08	2,33	2,01	2,31	1,81	1,60	1,49
Plantas Forrageiras	13,39	14,57	16,69	13,12	14,28	14,37	12,20
Vegetais e Produtos Hortícolas	24,36	28,30	28,48	27,43	29,96	32,58	31,66
Batatas (inclui sementes)	2,46	1,76	3,25	2,26	2,42	4,63	2,66
Frutos	12,43	12,58	12,28	11,01	14,98	10,80	10,79
Vinho	0,87	0,33	0,55	0,81	1,04	0,55	0,51

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Azeite	-	-	-	-	-	-	-
Outros Produtos Vegetais	5,51	2,40	2,45	3,19	2,46	2,47	2,18
Produção Vegetal	63,42	66,52	69,79	64,47	71,81	71,52	67,02
Animais	120,68	128,21	116,51	125,32	141,97	135,75	139,36
Produtos Animais	194,50	209,91	210,59	241,05	208,67	192,77	207,63
Produção Animal	315,18	338,12	327,10	366,37	350,64	328,52	346,99
Produção de Bens Agrícolas	378,60	404,64	396,89	430,84	422,45	400,04	414,01
Serviços Agrícolas	7,77	7,89	7,10	7,95	7,30	7,91	7,95
Produção da Agricultura	386,37	412,53	403,99	438,79	429,75	407,95	421,96
Atividades Secundárias Não Agrícolas (não separáveis)	5,72	6,21	5,83	7,39	7,49	7,85	8,28
Produção do Ramo Agrícola	392,09	418,74	409,82	446,18	437,24	415,80	430,24

Fonte: Contas Económicas da Agricultura Regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE (2017)

Observando a Figura 8, conclui-se que os maiores contributos para o produto agrícola açoriano, no período 2011-2017, têm sido aqueles provenientes da produção animal (81%). Os serviços agrícolas, por sua vez, ainda exercem uma pequena influência no valor gerado pelo setor (2%).

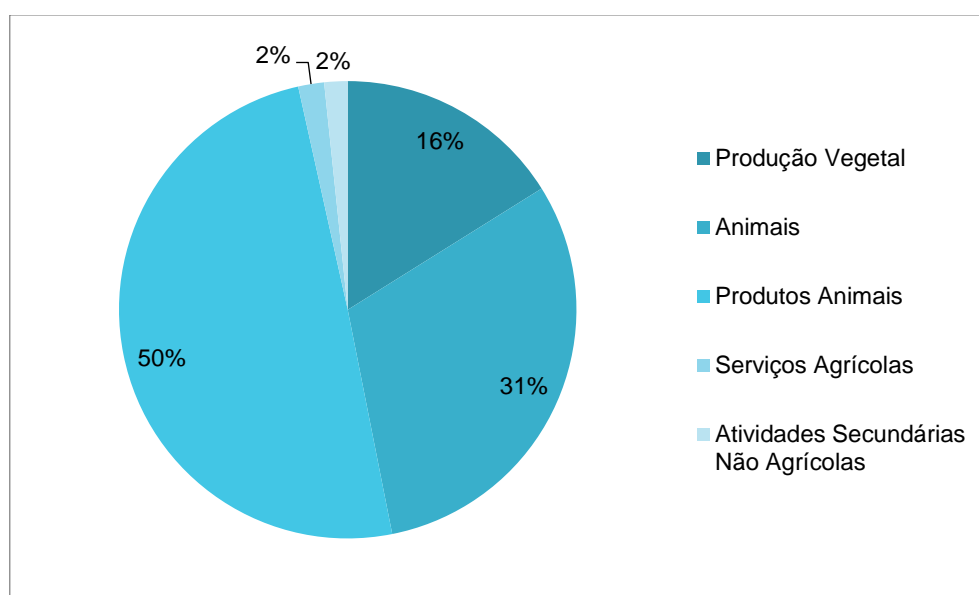


Figura 8. Estrutura da produção agrícola no período 2011-2017.

Fonte: SPI, dados calculados com base nas Contas Económicas da Agricultura Regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE (2017)

2.4.1.1 Produção animal

Analisando em mais detalhe a produção animal, pode-se constatar que esta se tem apresentado relativamente flutuante, com taxas crescentes e decrescentes quase intercaladas (Figura 9).

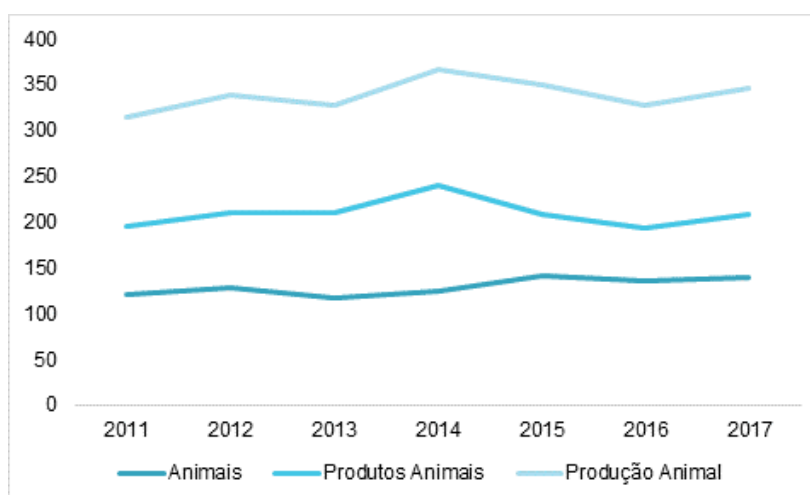


Figura 9. Estrutura da produção animal (milhões de euros)

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE

Ainda assim, o peso relativo das rubricas “Animais” e “Produtos Animais” foi-se mantendo relativamente estável no mesmo período, com a primeira a rondar os 30% e a segunda os 50% (Tabela 15).

Tabela 15. Peso da produção animal, e componentes, na Produção do Ramo Agrícola açoriano (%)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Animais	30,8	30,6	28,4	28,1	32,5	32,6	32,4
Produtos Animais	49,6	50,1	51,4	54,0	47,7	46,4	48,3
Produção Animal (total)	80,4	80,7	79,8	82,1	80,2	79,0	80,7

Fonte: SPI, dados calculados a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE

A um nível ainda mais específico, pode-se analisar a Tabela 16, a Figura 10 e a Figura 11 para constatar que as explorações de bovinos são, sem dúvida, as mais determinantes para a agricultura da Região. Ainda assim, a sua dimensão média continua a ser inferior à média nacional. As explorações de suínos, ovinos e caprinos, para além de terem uma representatividade baixa no contexto nacional, apresentam também dimensões médias marcadamente inferiores.

Tabela 16. Efetivos animais em 2013 e 2016

		Portugal 2013	Portugal 2016	R.A. Açores 2013	R.A. Açores 2016	R.A. Açores 2016 (%)
Bovinos	Explorações	40.733	43.384	6.878	7.466	17,2
	Cabeças	1.407.000	1.567.000	257.000	263.000	16,8
	Dimensão média do efetivo (n.º cab./expl.)	37,5	36,1	37,4	35,2	-
Suínos	Explorações	40.591	39.672	2.874	2.274	5,7
	Cabeças	1.845.000	1.875.000	39.000	31.000	1,7
	Dimensão média do efetivo (n.º cab./expl.)	44,5	47,3	13,5	13,7	-
Ovinos	Explorações	44.065	45.778	767	589	1,3
	Cabeças	2.067.000	2.200.000	4.000	5.000	0,2
	Dimensão média do efetivo (n.º cab./expl.)	46,9	48,1	5,5	8,1	-

Caprinos	Explorações	28.444	26.635	1.642	1.202	4,5
	Cabeças	383.000	390.000	7.000	5.000	1,3
	Dimensão média do efetivo (n.º cab./expl.)	13,5	14,7	4,2	4,2	-

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016 (INE)

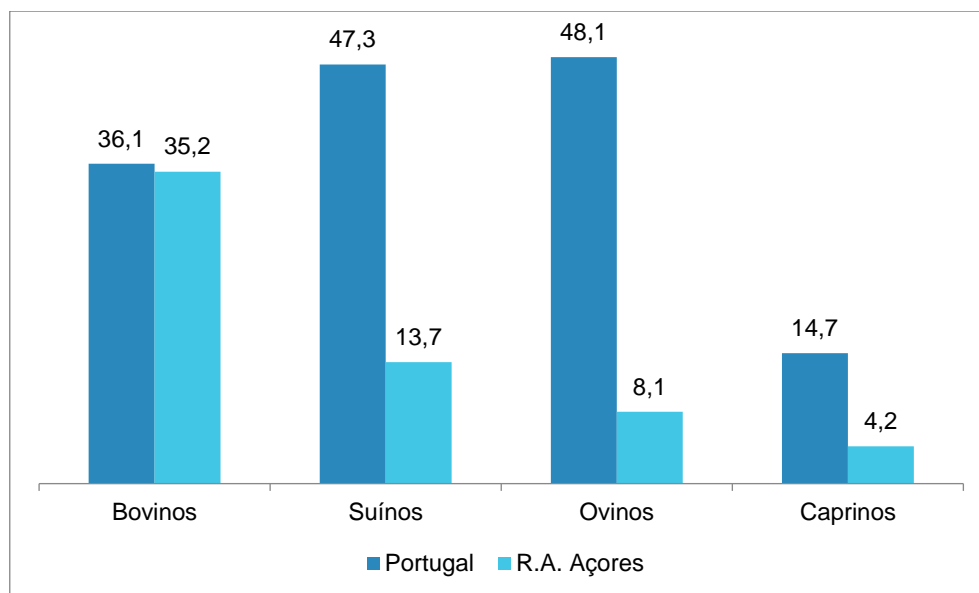


Figura 10. Dimensão média do efetivo animal (n.º cab./expl.) em 2016

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

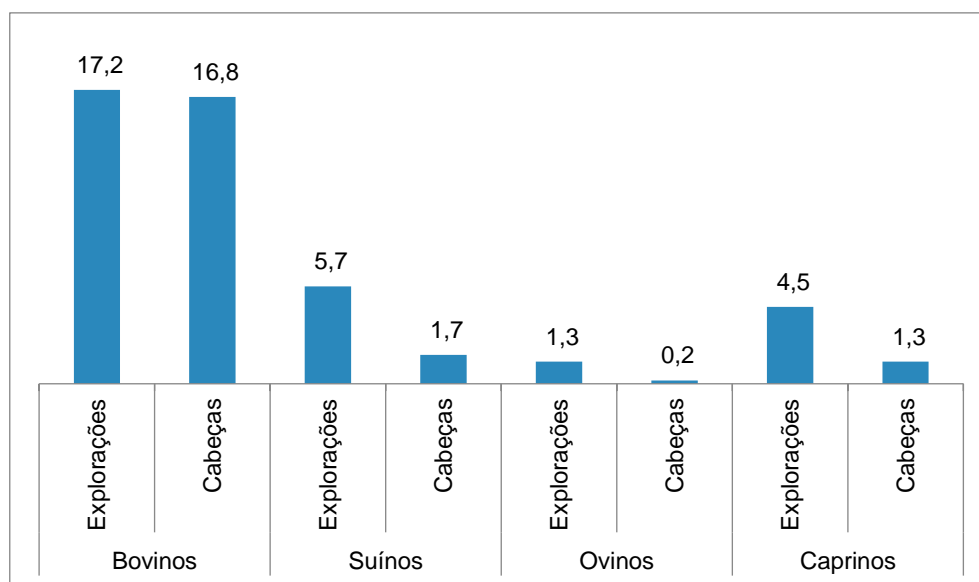


Figura 11. Representatividade das explorações açorianas de animais no contexto nacional (%)

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (INE)

Por último, dada a importância das fileiras do leite e da carne para o contexto açoriano, deve-se analisar o produto gerado por estas explorações em particular.

Observando a Tabela 17, pode-se constatar que a produção animal nas explorações de leite açorianas chega a ser 7 vezes superior à que se observa nas explorações de carne.

Tabela 17. Produto agrícola, segundo a orientação técnico-económica das explorações (valores médios por exploração, em euros)

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Leite	Produto Bruto Agrícola	47.716	48.305	60.400	62.835	52.049	55.534
	Produção Vegetal	631	111	1.247	1.262	313	1.178
	Produção Animal	46.896	47.719	58.592	61.459	51.389	54.118
	Produção Diversa	189	474	561	114	347	237
Carne	Produto Bruto Agrícola	6.643	8.577	7.657	8.277	8.414	9.857
	Produção Vegetal	134	156	245	102	91	568
	Produção Animal	5.682	7.661	6.919	7.429	7.296	9.027
	Produção Diversa	827	759	492	746	1.027	261

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

Relativamente à produção animal no arquipélago, observa-se que esta é influenciada sobretudo pelos números obtidos ao nível dos bovinos e do leite (e derivados), sendo que na primeira rúbrica tem-se observado um crescimento considerável e na segunda algumas flutuações sem, contudo, deixar de ser a mais representativa da produção insular.

Nas explorações de leite observam-se as mesmas tendências da média insular, destacando-se mesmo assim o crescimento na produção de bovinos (crescimento superior a 200% entre 2012 e 2017).

Tabela 18. Produção animal das explorações de leite (valores médios por exploração, euros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bovinos (excluindo leite)	3.485,8	6.041,4	6.454,1	6.491,4	6.208,2	9.230,6
Leite ou Produtos Lácteos Bovinos	42.924,8	41.185,2	51.943,6	54.965,9	45.168,6	44.651,2
Suíños	486,7	490,6	469,9	7,2	12,8	238,9
Outros Produtos Animais	0,7	0,7	0,8	0,8	1,4	1,6

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

O valor da produção animal nas explorações de bovinos aumentou no período 2012-2017 (Tabela 19).

Tabela 19. Produção animal das explorações de carne (valores médios por exploração, euros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bovinos (excluindo leite)	5.301,2	6.901,7	6.541,6	7.004,6	7.058,2	8.691,9
Leite ou Produtos Lácteos Bovinos	349,3	632,6	360,8	394,9	207,7	311,5
Ovinos (excluindo leite)	6,1	-	0,6	5,2	-	-
Caprinos (excluindo leite)	1,4	3,9	3,1	2,0	0,7	4,5
Suíños	20,9	143,9	39,9	21,5	22,8	20,8
Outros Animais	-	-	-	-	0,8	-
Outros Produtos Animais	0,0	1,1	0,1	0,9	0,4	0,8

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

2.4.1.2 Produção vegetal

Apesar de ser menos preponderante para o produto agrícola insular, os 16% da produção vegetal devem ser analisados mais a fundo. A Figura 12 demonstra como esta produção está estruturada.

Em linhas gerais, pode-se concluir que esta tem-se apresentado mais estável que a produção animal. No entanto, esta estabilidade em muito se deve à forma como certas culturas apresentam flutuações simétricas (em anos de grandes quebras num produto, outro apresenta elevadas colheitas).

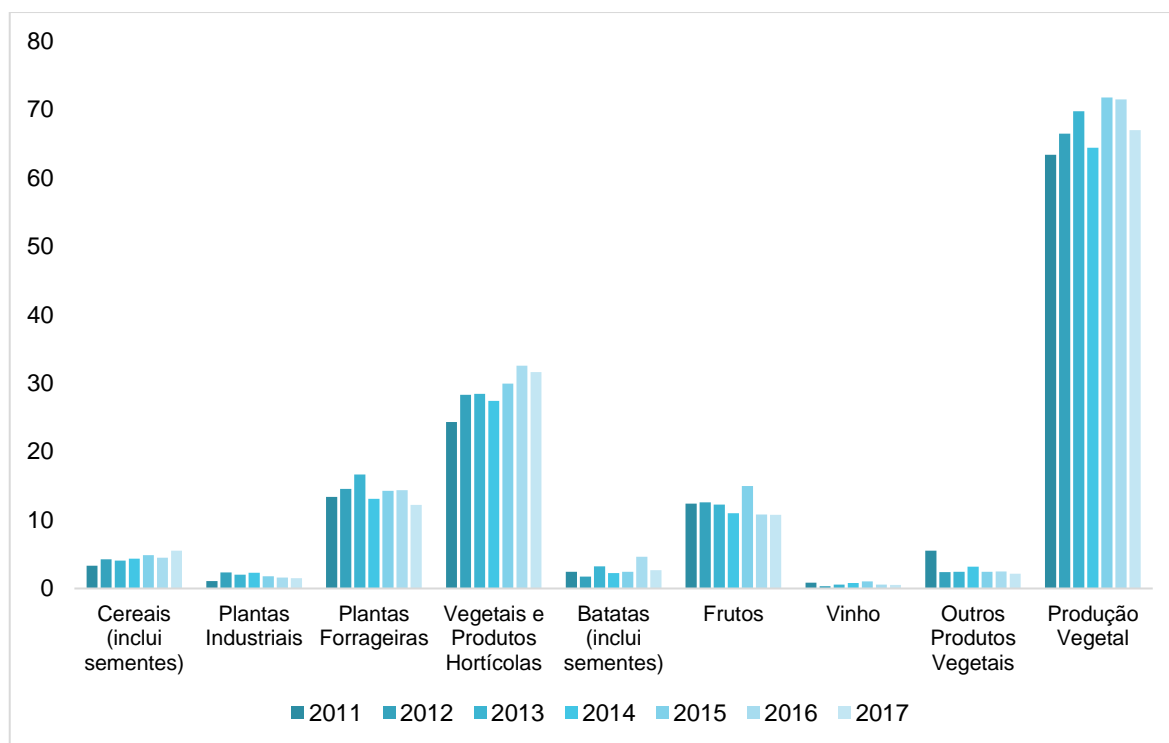


Figura 12. Estrutura da produção vegetal (milhões de euros)

Fonte: Contas Económicas da Agricultura Regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE, 2017

Ainda assim, os vegetais e produtos hortícolas acabam por exercer maior influência no comportamento da produção vegetal, uma vez que é aquela rúbrica com maior peso (Tabela 20). De destacar também as plantas forrageiras e os frutos.

Tabela 20. Peso da produção vegetal, e componentes, na Produção do Ramo Agrícola açoriano (%)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Cereais (inclui sementes)	0,85	1,01	1,00	0,97	1,11	1,09	1,28
Plantas Industriais	0,28	0,56	0,49	0,52	0,41	0,38	0,35
Plantas Forrageiras	3,42	3,48	4,07	2,94	3,27	3,46	2,84
Vegetais e Produtos Hortícolas	6,21	6,76	6,95	6,15	6,85	7,84	7,36
Batatas (inclui sementes)	0,63	0,42	0,79	0,51	0,55	1,11	0,62
Frutos	3,17	3,00	3,00	2,47	3,43	2,60	2,51
Vinho	0,22	0,08	0,13	0,18	0,24	0,13	0,12
Outros Produtos Vegetais	1,41	0,57	0,60	0,71	0,56	0,59	0,51
Produção Vegetal	16,17	15,89	17,03	14,45	16,42	17,20	15,58

Fonte: SPI, dados calculados a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE, 2017

Outra análise de interesse é aquela que estuda a contribuição das explorações de leite e de carne para a produção vegetal. Uma vez que estas explorações requerem elevado capital fundiário com capacidade de suportar e produzir vegetais e plantas, a sua influência indireta não será, certamente, negligenciável.

Analisando a Tabela 20, constata-se que a produção vegetal nas explorações de leite tem vindo a aumentar ao longo dos anos, com domínios crescentes das hortícolas de ar livre, industriais e batata. As hortícolas de ar livre, em particular, registaram uma produção 10 vezes superior em 2017 face a 2012. No sentido oposto, a fruticultura tem vindo a perder preponderância neste tipo de explorações, com contributos, em 2017, 7 vezes inferiores aos registados em 2012.

2.4.2. Encargos de exploração

A Tabela 21 detalha os principais encargos suportados pelas explorações agrícolas, e respetivas taxas de variação anuais.

Tabela 21. Principais encargos suportados pelas explorações agrícolas (milhões de euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Consumos Intermédios	179,08	187,21	177,86	206,79	199,99	197,50	199,47
<i>t.v.m.a. (%)</i>		4,54	-4,99	16,27	-3,29	-1,25	1,00
Consumo de Capital Fixo	17,80	9,92	10,63	10,58	11,89	11,67	12,03
<i>t.v.m.a. (%)</i>		-44,27	7,16	-0,47	12,38	-1,85	3,08
Outros Impostos sobre a Produção	1,01	1,46	1,75	1,56	1,58	1,94	1,82
<i>t.v.m.a. (%)</i>		44,55	19,86	-10,86	1,28	22,78	-6,19
Remuneração dos Assalariados	23,39	23,46	20,92	23,73	23,49	25,63	24,39
<i>t.v.m.a. (%)</i>		0,30	-10,83	13,43	-1,01	9,11	-4,84
Rendas a Pagar	8,54	8,78	8,84	8,79	8,87	8,87	8,90
<i>t.v.m.a. (%)</i>		2,81	0,68	-0,57	0,91	0,00	0,34
Juros a Pagar	12,73	8,56	10,74	15,06	26,38	30,79	34,00
<i>t.v.m.a. (%)</i>		-32,76	25,47	40,22	75,17	16,72	10,43
Total	242,55	239,39	230,74	266,51	272,20	276,40	280,61
<i>t.v.m.a. (%)</i>		-1,30	-3,61	15,50	2,14	1,54	1,52

Fonte: Contas Económicas da Agricultura dos Açores, SREA

É notório que os consumos intermédios são os maiores custos da produção (média de 74,7%, Figura 13). Assim, na Tabela 22 listam-se os diferentes produtos intermédios que foram consumidos no processo produtivo agrícola açoriano no período de 2011-2017.

Os gastos com alimentos para animais são os que têm maior peso nos consumos intermédios das explorações representando uma média de 47,10% de 2011 a 2017.

Tabela 22. Evolução das componentes dos consumos intermédios agrícolas (milhões de euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sementes e Plantas	1,22	1,51	1,86	1,60	1,72	2,37	2,33
Energia e Lubrificantes	23,84	27,45	27,53	24,55	22,92	22,10	25,48
Adbos e Corretivos do Solo	22,25	18,99	23,46	23,23	20,98	18,53	21,06
Produtos Fitossanitários	1,35	1,24	2,07	2,95	2,33	1,77	1,72

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com Veterinários	2,46	2,45	2,41	2,51	3,58	3,40	3,40
Alimentos para Animais	90,37	92,55	86,17	100,39	87,86	88,14	88,19
Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas	5,43	6,32	6,25	10,75	12,43	12,32	13,05
Manutenção e Reparação de Edifícios Agrícolas e de Outras Obras	2,24	1,81	1,65	4,46	3,49	4,67	5,10
Serviços Agrícolas	7,65	7,93	6,75	8,16	7,71	8,49	8,53
Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos	4,78	6,03	5,56	6,64	5,92	5,33	4,49
Outros Bens e Serviços	17,49	20,93	14,15	21,55	31,05	30,38	26,13
Consumos Intermédios	179,08	187,21	177,86	206,79	199,99	197,50	199,47

Fonte: Contas Económicas da Agricultura Regionais - Consumo intermédio por tipo de bens e serviços, INE, 2017

Adicionalmente, retirando da análise estes consumos, são de destacar custos como as remunerações, consumo de capital fixo e juros. Ao nível dos salários pode-se observar que estes se têm mantido relativamente estáveis no período de 2011-2017. Por sua vez, os juros têm vindo a aumentar significativamente, sendo um encargo com menos natureza produtiva, mas que certamente afeta decisões no setor (Figura 13).

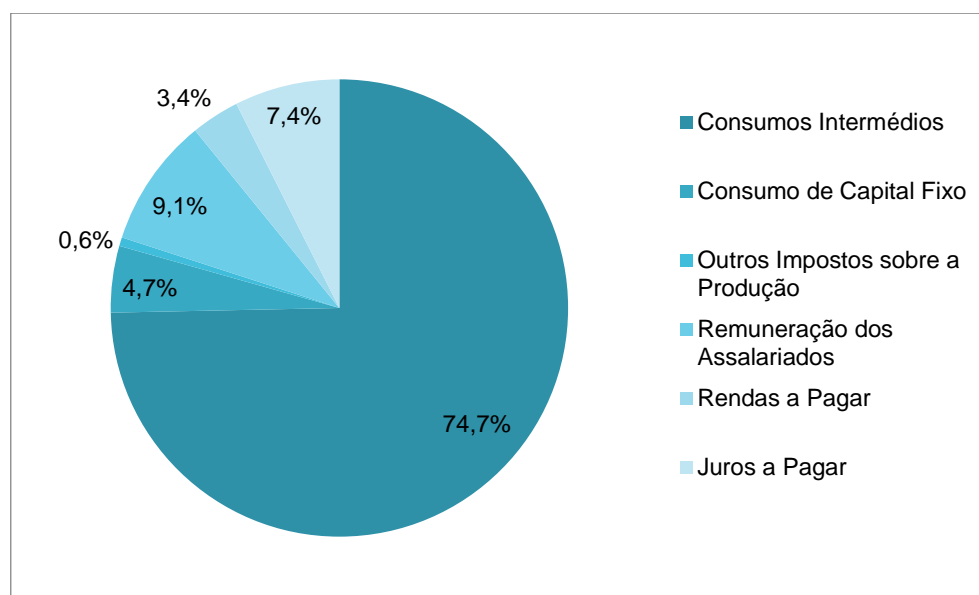


Figura 13. Média do peso das diferentes rúbricas de custos no total de encargos das explorações agrícolas açorianas, no período 2011-2017

Fonte: SPI, dados calculados a partir de Contas Económicas da Agricultura dos Açores, SREA.

À semelhança de análises anteriores, importa perceber como é que estes custos se comportam nas produções mais significativas da Região – leite e carne.

Observando a Tabela 23 e a Tabela 24, pode-se constatar que a maior absorção de valor está nos consumos intermédios. Na média das explorações de leite e de carne, este valor tem sido superior à soma dos fatores

externos (salários, rendas e juros). No entanto, os consumos intermédios não acompanham a tendência insular na mesma ordem de grandeza dos fatores externos.

De salientar os gastos com rendas que têm um peso médio, ao longo dos anos analisados, de 69,45% dos encargos com fatores externos nas explorações de leite e de 69,86% nas explorações de carne. Esta despesa é bastante representativa nos encargos da exploração.

Tabela 23. Principais encargos suportados pelas explorações de leite (valores médios por exploração, euros)

	2013	2014	2015	2016	2017
Consumos Intermédios	32.520	36.827	39.490	34.664	34.454
Impostos e Taxas	450	495	220	440	402
Amortizações	5.116	5.041	5.453	4.814	5.244
Encargos com Fatores Externos	4.040	4.739	5.781	4.734	6.003
Salários e Encargos Sociais	648	1.252	1.460	955	1.653
Rendas	3.109	3.114	3.712	3.539	3.956
Juros	283	373	609	240	394

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

Tabela 24. Principais encargos suportados pelas explorações de carne (valores médios por exploração, euros)

	2013	2014	2015	2016	2017
Consumos Intermédios	6.408	6.492	6.366	5.660	6.762
Impostos e Taxas	312	377	204	199	159
Amortizações	2.102	1.738	1.824	1.367	2.415
Encargos com Fatores Externos	1.319	1.282	1.358	1.299	1.305
Salários e Encargos Sociais	306	346	381	303	501
Rendas	961	912	952	977	783
Juros	53	25	26	20	20

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

As tabelas anteriores ilustram as diferentes sub-rúbricas desta componente produtiva, para a média das explorações de leite, carne, e horticultura intensiva.

Previsivelmente, tendo em conta a importância relativa da produção animal na média das explorações, os alimentos concentrados comprados são os subprodutos mais consumidos nas explorações de leite. Estes apresentam um peso relativo de 45,8% dos consumos intermédios, mais que fertilizantes e lubrificantes combinados.

2.4.3. Distribuição das ajudas e o efeito dos subsídios no rendimento

Uma componente importante na formação do rendimento agrícola são as ajudas pagas aos produtores agrícolas no âmbito da Política Agrícola Comum. Neste sentido é importante perceber a evolução dessas ajudas ao longo dos últimos anos e o seu impacto no rendimento agrícola.

Ao longo das diferentes reformas da PAC, os produtores agrícolas da Região Autónoma dos Açores, tiveram à sua disposição um conjunto de apoios no âmbito do programa POSEI Açores, integrado no 1º Pilar da PAC, das ajudas do programa PRORURAL+ (2º Pilar da PAC - SIGC Sistema Integrado de Gestão e Controlo) e de um conjunto de ajudas no âmbito dos auxílios de estado.

Os pagamentos no âmbito do programa POSEI Açores (1º Pilar), destinam-se a aprofundar a diversificação da base produtiva regional e aumentar a sua produção e qualidade, apoiar as atividades económicas predominantes e contribuir para a manutenção da produção interna e satisfazer os hábitos de consumo locais.

Nos Açores os pagamentos diretos, do 1º Pilar, no âmbito do programa POSEI Açores, continuaram ligados à produção ao longo das várias reformas da PAC, não se tendo verificado o desligamento das ajudas, à semelhança do que aconteceu em Portugal Continental, para a maioria das ajudas. Como exemplo desses pagamentos destacamos o Prémio aos Produtores de Leite, o Prémio à Vaca Leiteira, o Prémio à Vaca Aleitantes, a Ajuda às Culturas Arvenses, a Ajuda aos Produtores de Hortofrutifloricultura, o Prémio aos Abate de Bovinos, entre outros.

O 2º pilar da Política Agrícola Comum, a política de desenvolvimento rural da União Europeia (UE), que nos Açores, e para o período de 2014 a 2020, é implementada através do PRORURAL+, destina-se a apoiar as zonas rurais e dar resposta à grande diversidade de desafios económicos, ambientais e sociais do século XXI. Ao contrário do 1º pilar, que é inteiramente financiado pela UE, os programas do 2º pilar são cofinanciados por fundos da União Europeia e por fundos regionais ou nacionais.

Relativamente aos pagamentos do 2º Pilar da PAC SIGC destacamos as seguintes medidas: “Pagamentos relativos a zonas com condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas” e o “Agroambiente e Clima”.

No período compreendido entre os anos 2015 e 2017, as ajudas diretas do 1ª pilar representam cerca de 50% dos subsídios que compõem o rendimento agrícola.

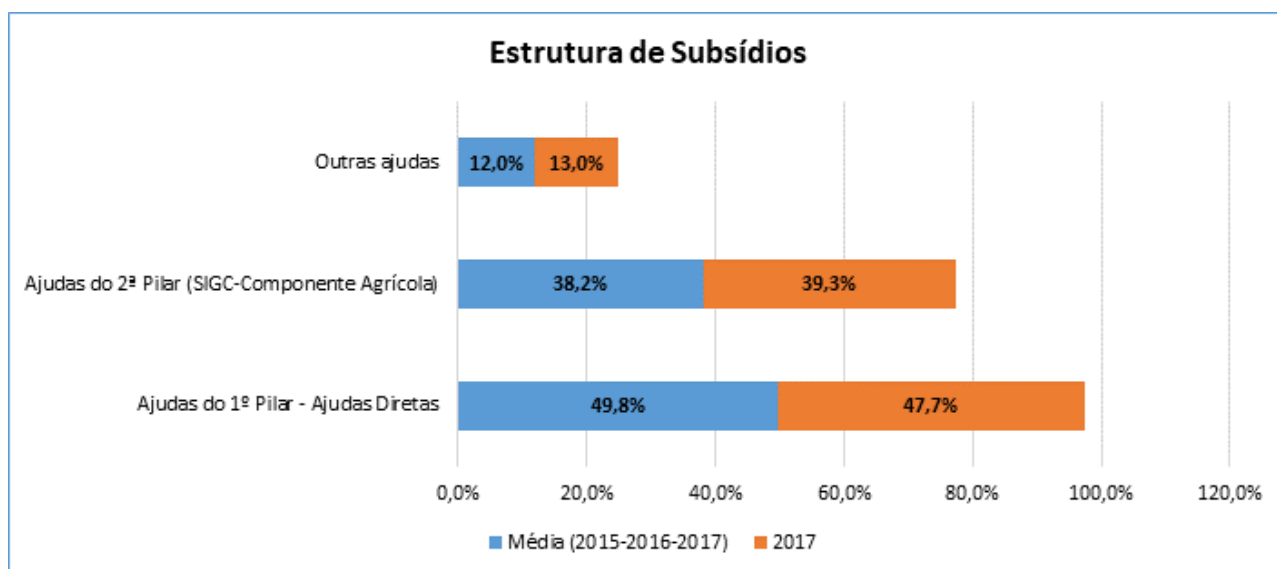


Figura 14. Estrutura de Subsídios nos Açores (Ano 2017 e média 2015-2016-2017)

Fonte: RICA

Analisando os pagamentos efetuados no período 2015 a 2017, verificamos que o “Prémio aos produtores de leite e Vacas leiteiras”, no âmbito do 1º Pilar da PAC, representa 29,16% dos pagamentos, seguindo-se os “Pagamentos relativos a zonas com condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas”, do 2º Pilar da PAC.

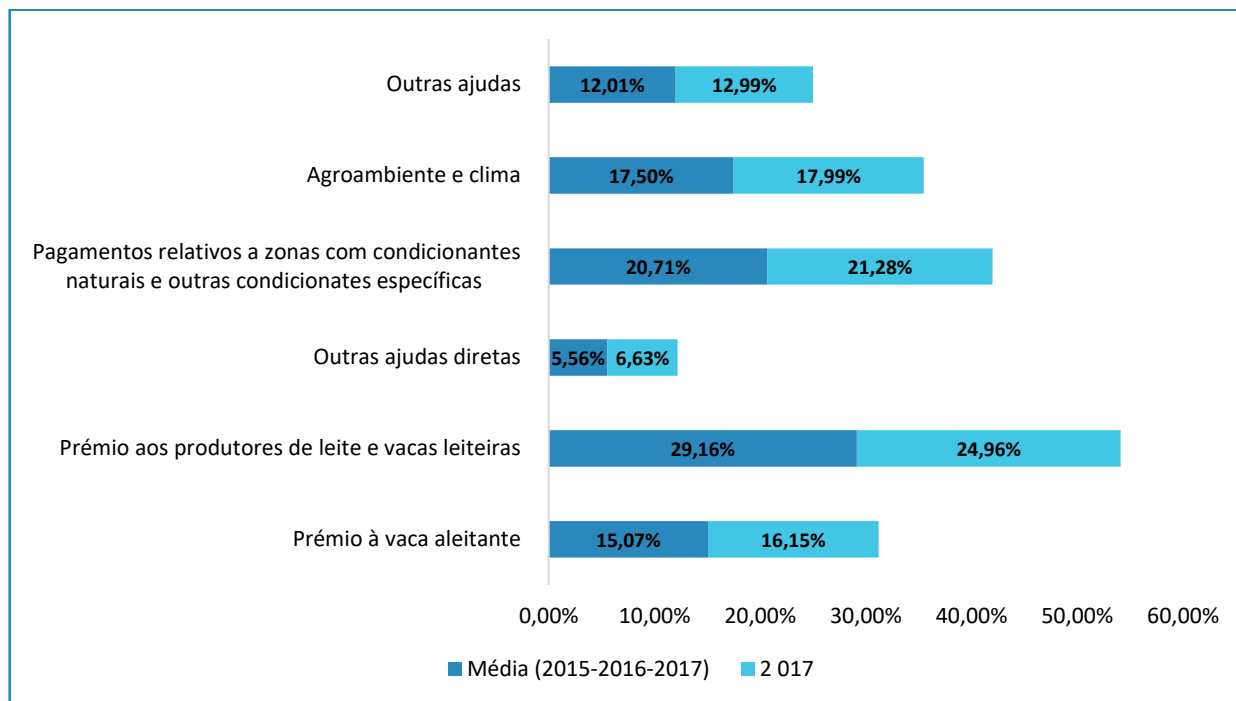


Figura 15. Estrutura de Subsídios nos Açores (Ano 2017 e média 2015-2016-2017), por medida

Fonte: RICA

A maior percentagem de ajudas diretas pagas tem como destino o setor da Bovinicultura de Leite e de Carne, designadamente o apoio às vacas leiteiras (leite) e às vacas em aleitamento.

Cerca de 21% dos apoios pagos, no período 2015 a 2017, são pagamentos no âmbito do 2º Pilar da PAC, referentes à medida “Pagamentos relativos a zonas com condicionantes naturais e outras condicionantes específicas”, medida fundamental para incentivar a continuidade da atividade agrícola nas zonas desfavorecidas, evitando assim o abandono das terras.

O gráfico seguinte apresenta a predominância dos pagamentos diretos, na formação do rendimento em todas as classes de SAU.

A estrutura de subsídios é praticamente homogénea a partir da classe de SAU entre 5 e 20 hectares.

A partir da classe de SAU entre os 5 e 20 hectares, verificamos a predominância dos pagamentos referentes ao “Prémio aos Produtores de Leite e Vacas Leiteiras” em todas as classes, no âmbito dos pagamentos diretos (1º Pilar).

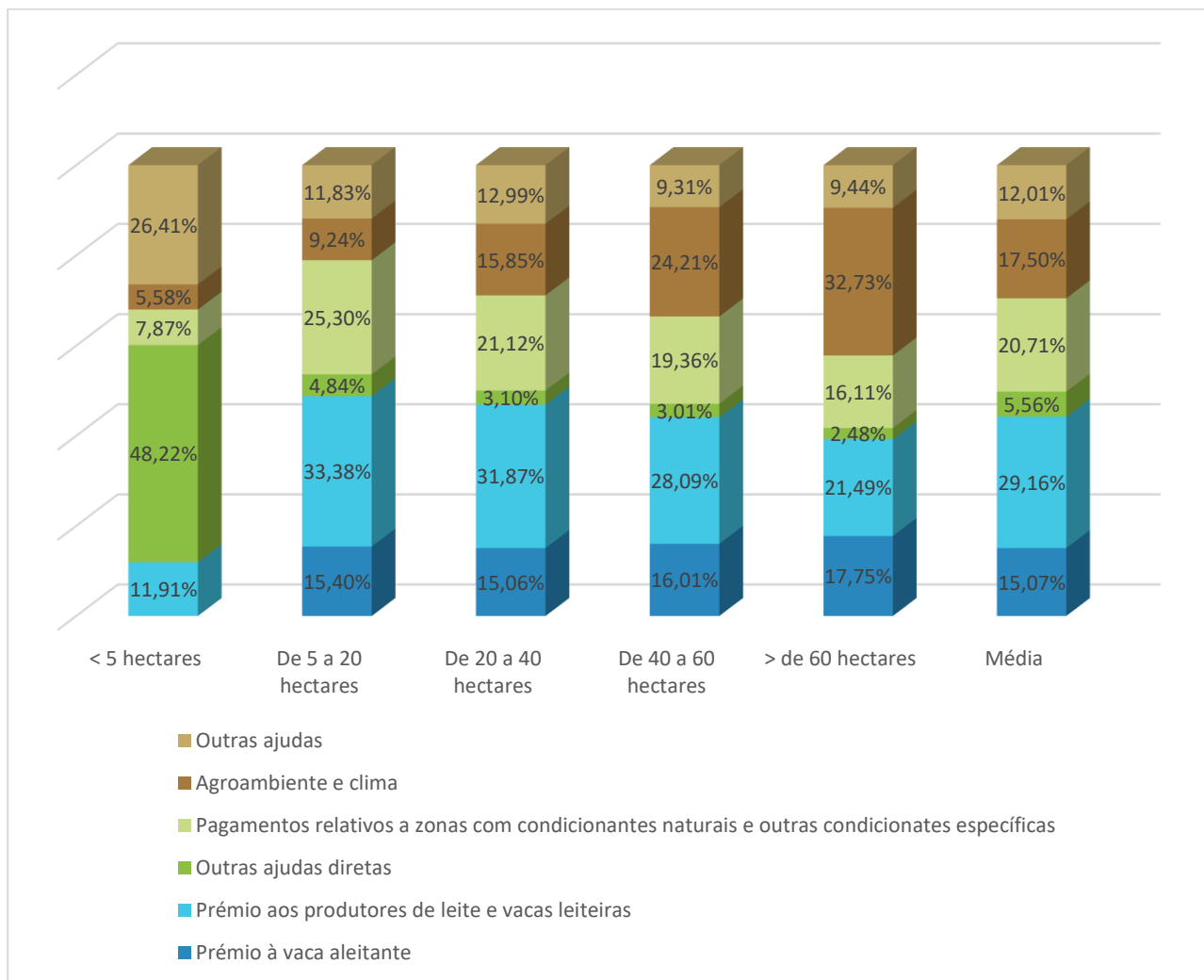


Figura 16. Estrutura dos Subsídios por Dimensão Física (%) – Média 2015/2016/2017

Fonte: RICA

Analisando os gráficos seguintes podemos concluir que o rendimento agrícola (VALcf/UTA) é proporcional à dimensão económica das explorações.

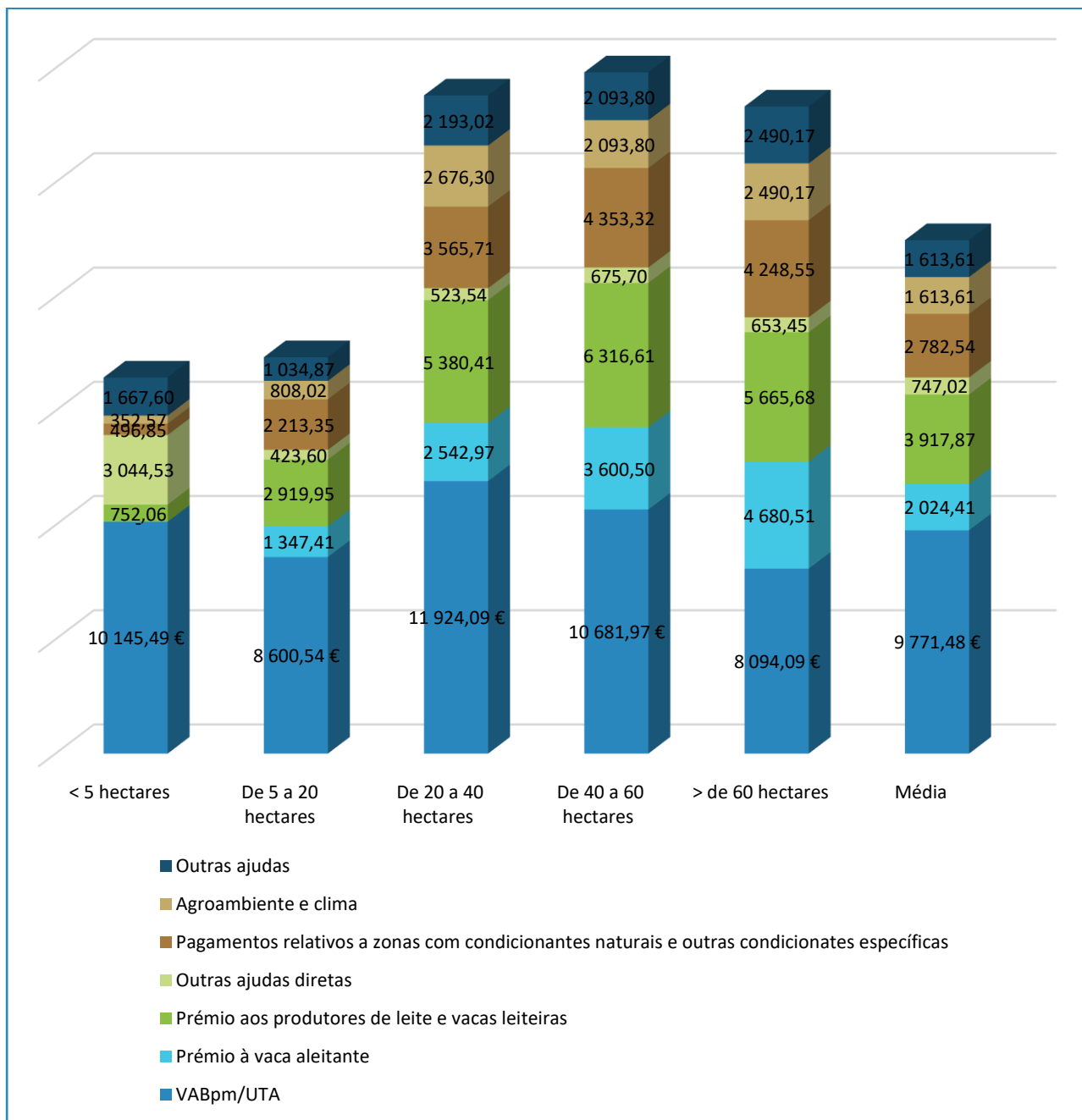


Figura 17. Rendimento Agrícola por Dimensão Física (Média 2015-2016-2017) - €/UTA

Fonte: RICA

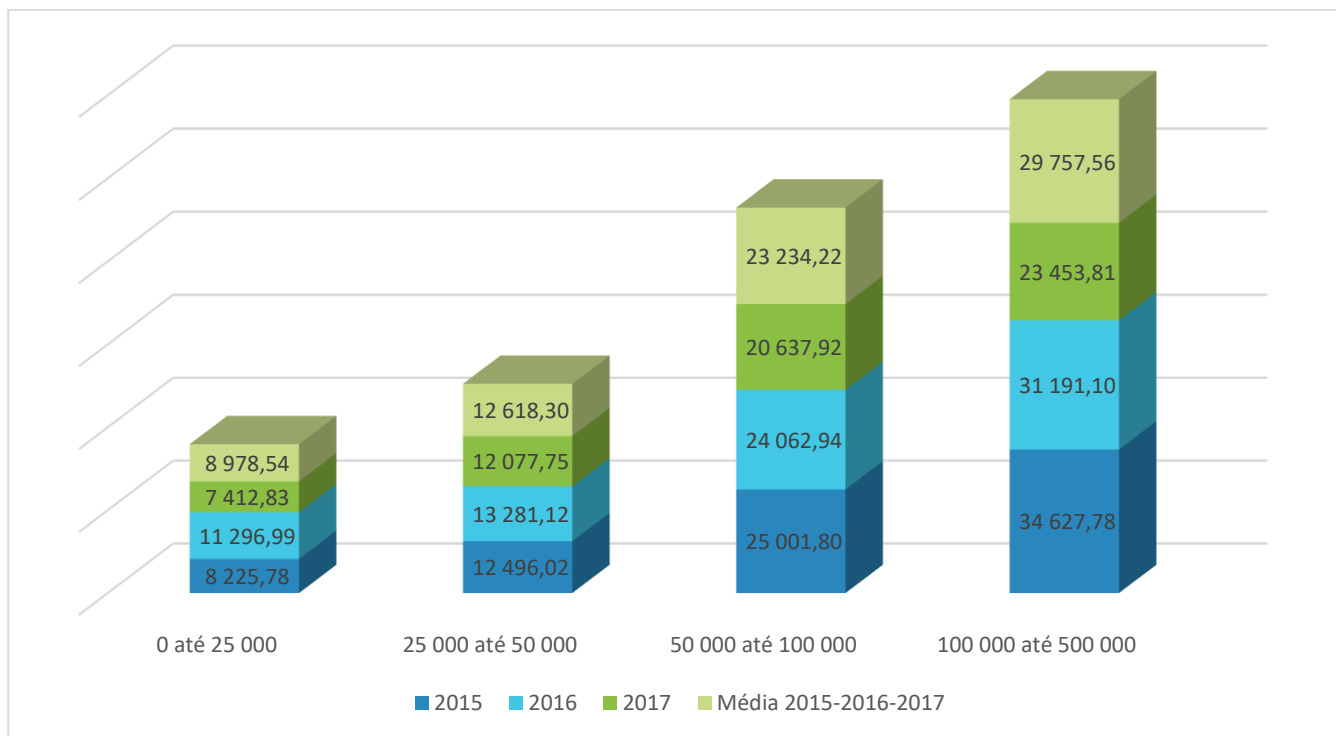


Figura 18. Rendimento Agrícola por Dimensão Económica (Média 2015-2016-2017) - VALcf/UTA

Fonte: RICA

No período 2015 a 2017, um dos setores com maior rendimento agrícola foi o da Bovinicultura de Leite.

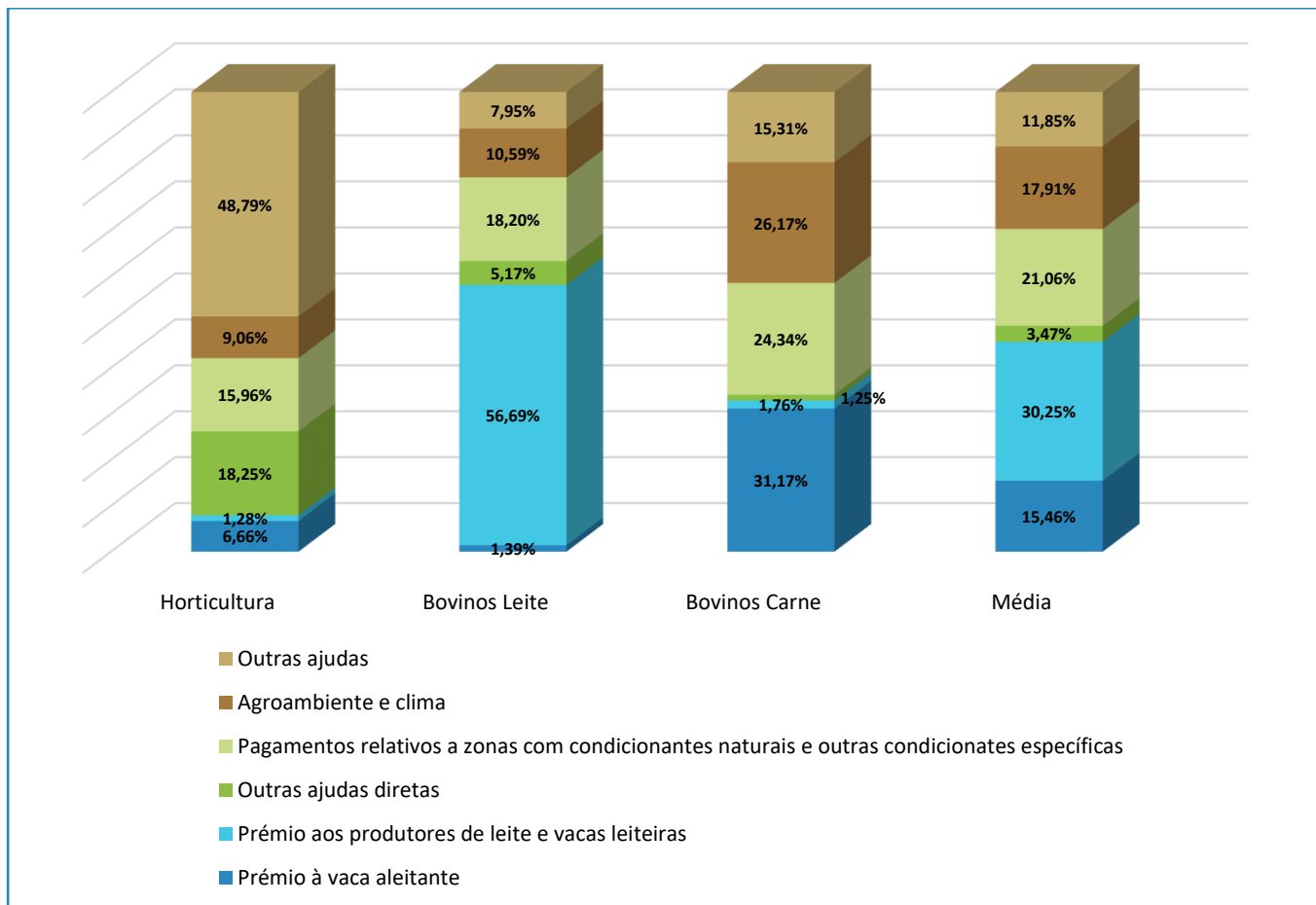


Figura 19. Estrutura de subsídios por OTE (%) – Média 2015-2016-2017

Fonte: RICA

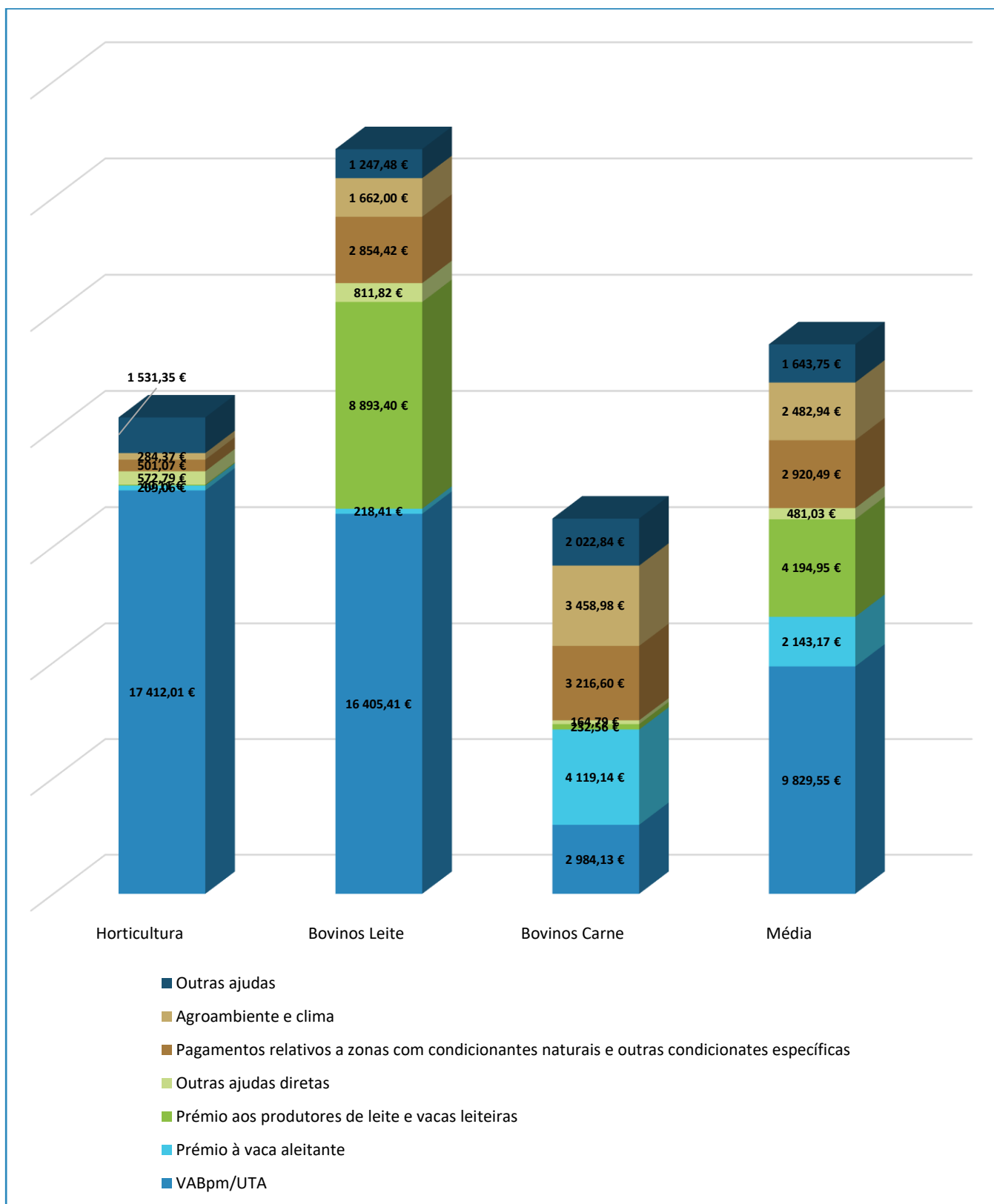


Figura 20. Composição do Rendimento Agrícola por OTE (€/UTA) – Média 2015-2016-2017

Fonte: RICA

O rendimento da atividade agrícola medido através do Valor Acrescentado Líquido a custo de fatores (VALcf), é na Região Autónoma dos Açores superior ao verificado em Portugal e semelhante ao verificado no Alentejo. Este valor destina-se a cobrir os custos com mão-de-obra assalariada, seguros, rendas, juros e outros encargos financeiros e, ainda, remunerar a atividade empresarial (lucro).

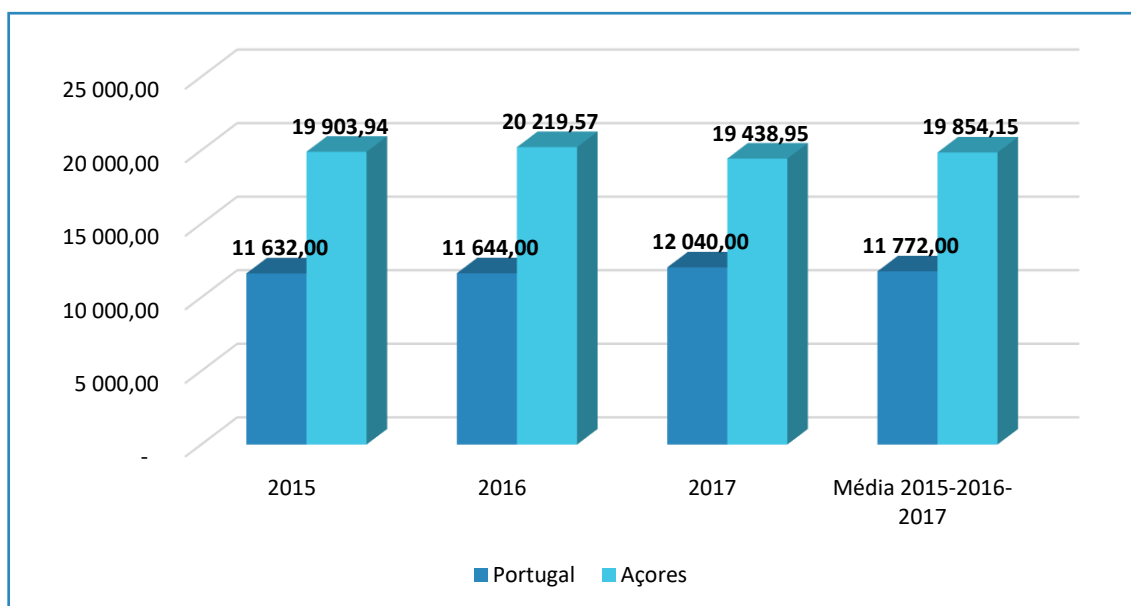


Figura 21. Rendimento Agrícola (VALcf/UTA), – Média 2015-2016-2017

Fonte: RICA

O rendimento agrícola tem sido diferenciado ao longo dos anos, tendo-se verificado um decréscimo, na ordem dos 3,62%, na Região Autónoma dos Açores, no ano de 2017 em relação ao ano de 2016.

O Rendimento Empresarial Líquido representa o lucro corrente antes da distribuição e dos impostos sobre o rendimento.

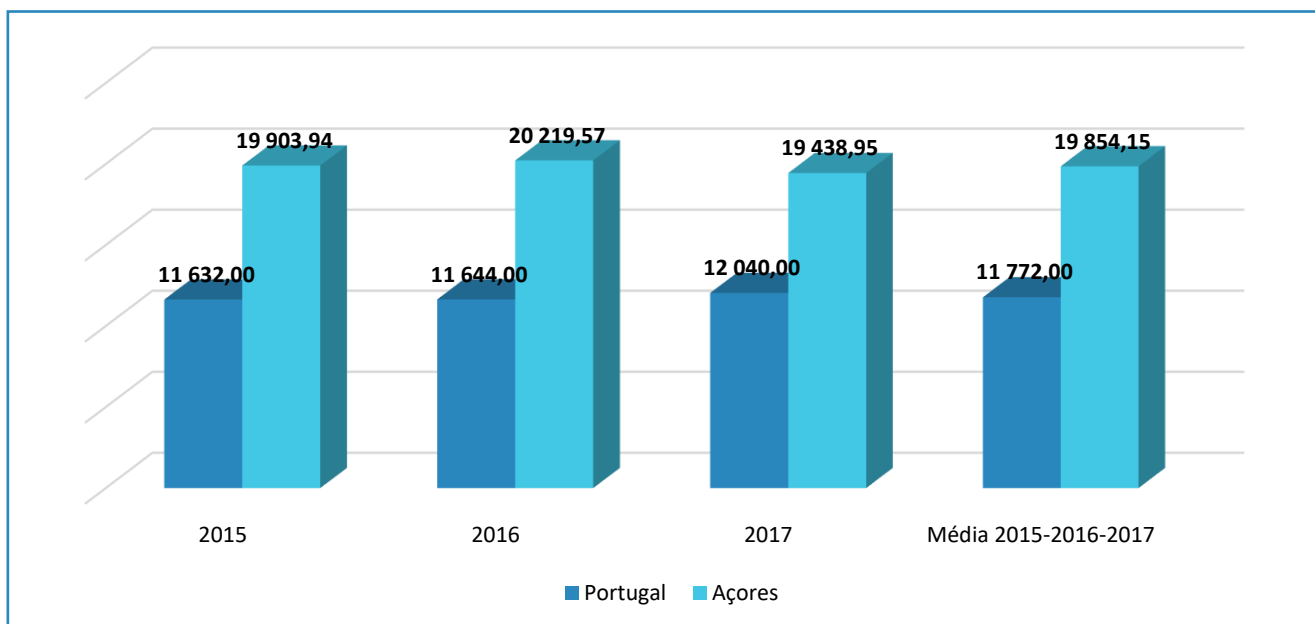


Figura 22. VALcf/UTA

Fonte: RICA

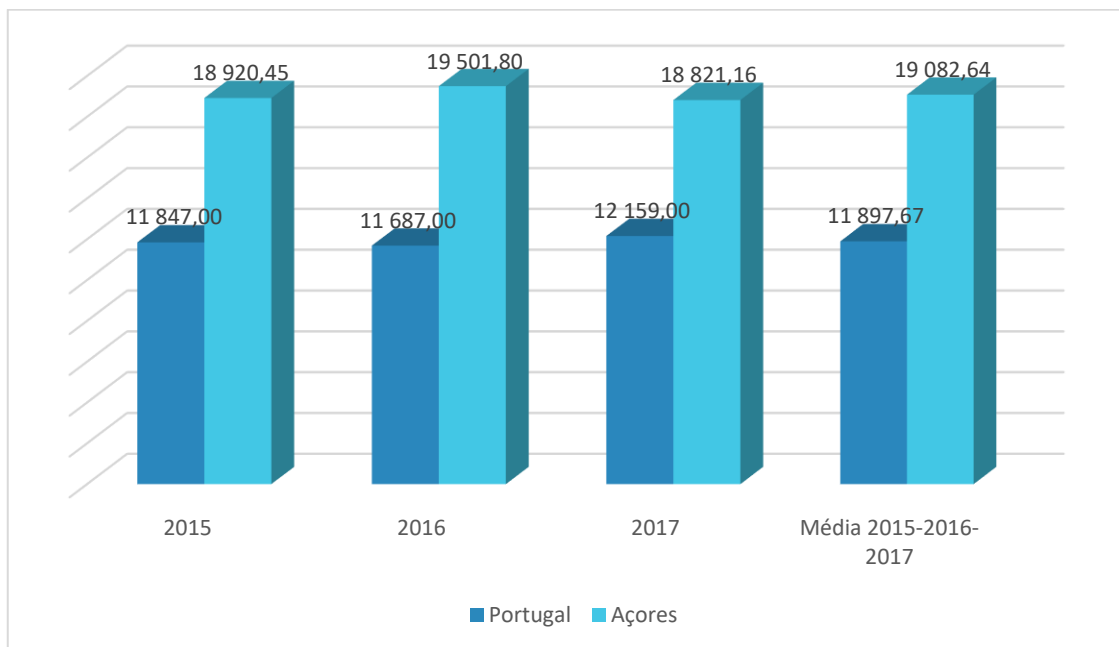


Figura 23. Rendimento Empresarial Líquido por UTA não assalariada (€/UTA)

Fonte: RICA

Considerando a importância dos subsídios na formação do rendimento agrícola, é importante analisarmos o seu peso em relação ao Valor Acrescentado Líquido a custo de fatores (VALcf).

No gráfico seguinte podemos verificar que em média as ajudas diretas e os pagamentos relativos a zonas com condicionantes naturais e outras condicionantes específicas (MZD), representam 47,71% do VALcf, verificando-se assim a sua importância na formação do rendimento agrícola.

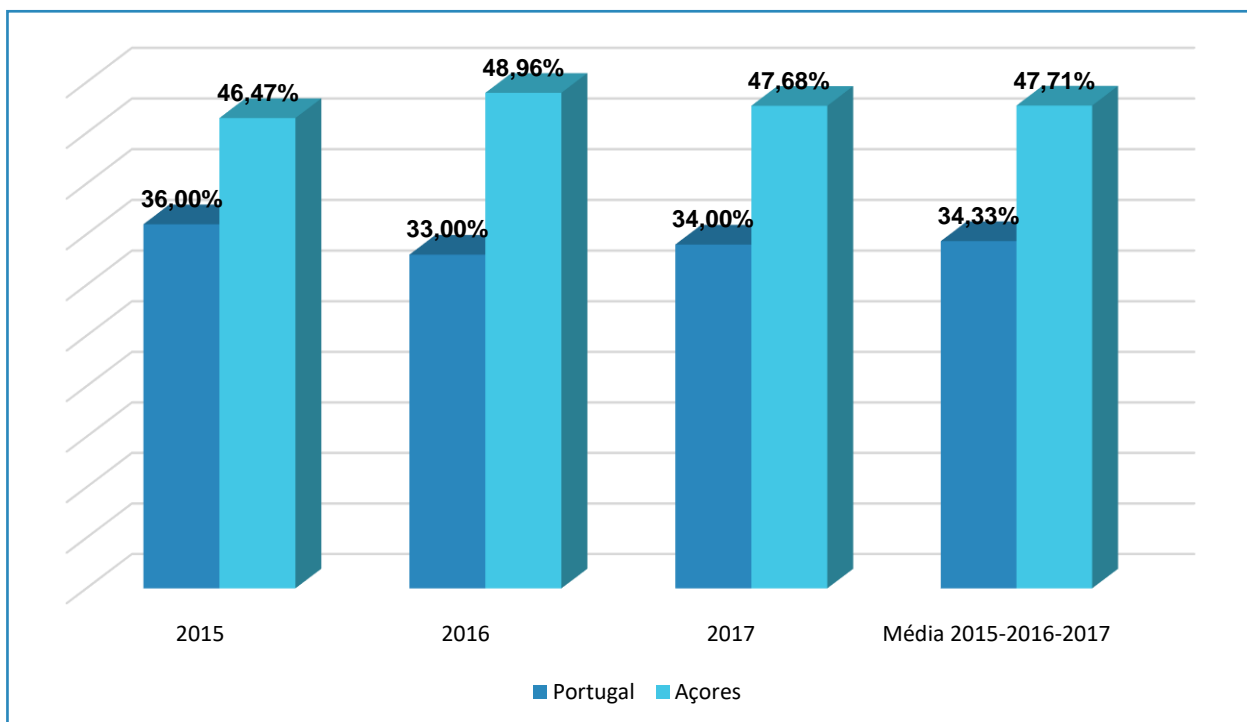


Figura 24. – (Ajudas diretas+MZD)/VALcf

Fonte: RICA

Considerando os dois setores com maior peso, Bovinicultura de Leite e Bovinicultura de Carne, importa analisar a estrutura de subsídios nesses dois setores.

O gráfico seguinte mostra que mais de 60% dos subsídios pagos ao setor da bovinicultura de leite, são no âmbito dos pagamentos diretos (1º Pilar), destacando-se os pagamentos do Prémio aos produtores de leite e vacas leiteiras. Contrariamente ao verificado no setor da bovinicultura de leite, mais de 50% dos subsídios pagos ao setor da bovinicultura de carne são no âmbito das ajudas do 2º Pilar da PAC, destacando-se os pagamentos da medida Agroambiente e Clima.

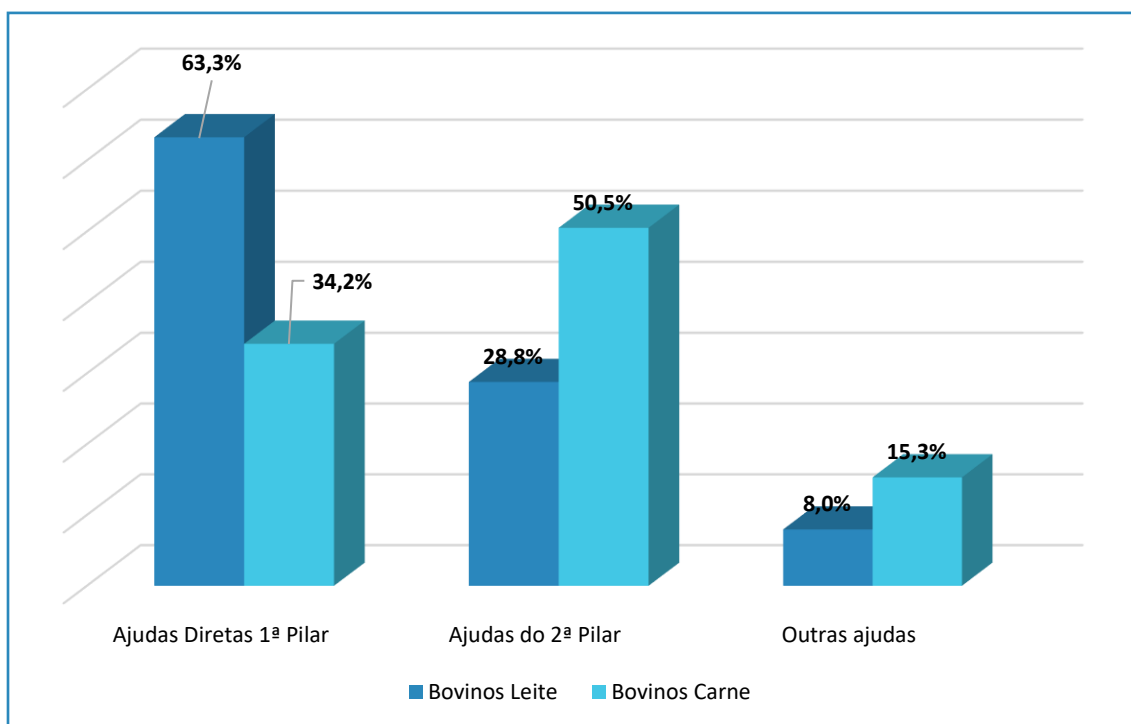


Figura 25. Estrutura de Subsídios nos setores da Bovinicultura de leite de carne (Média 2015-2016-2017)

Fonte: RICA

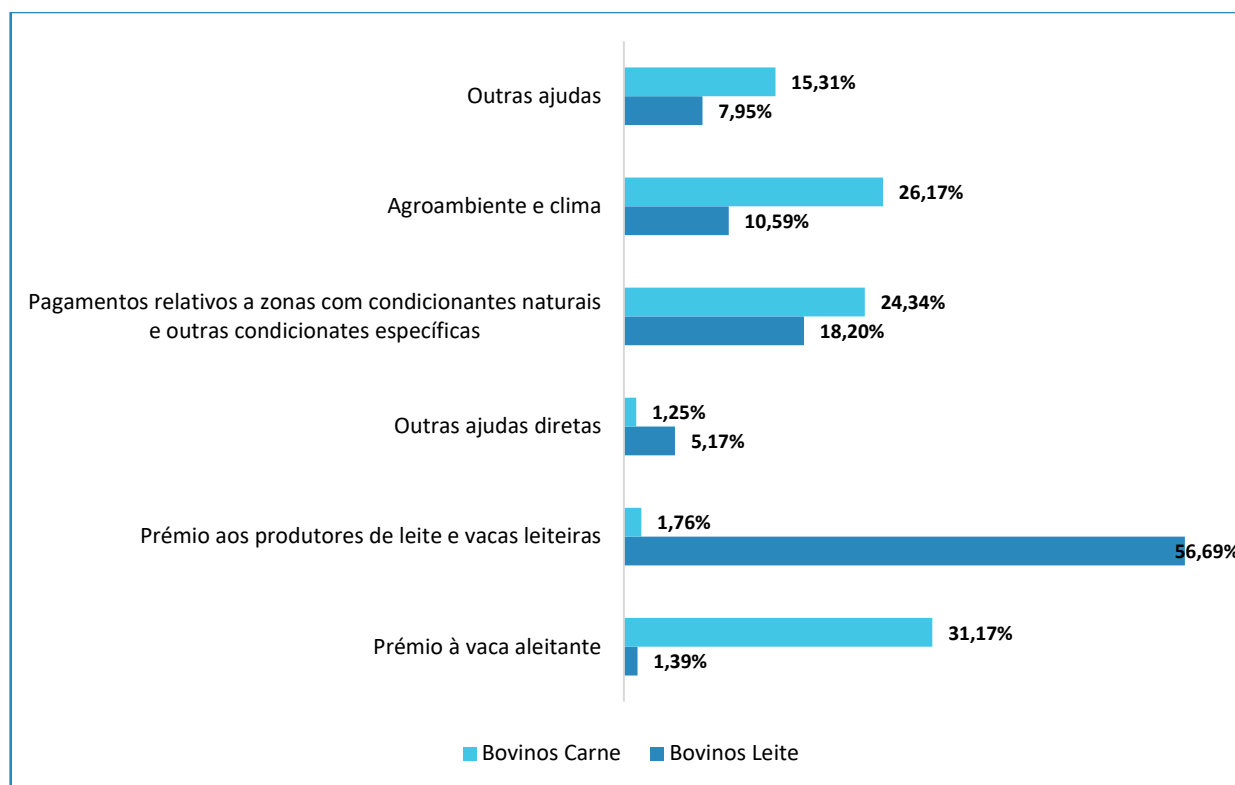


Figura 26. Estrutura de Subsídios nos setores da Bovinicultura de leite e carne (Média 2015-2016-2017)

Fonte: RICA

2.4.4. Resiliência da Agricultura nos Açores

A atividade agrícola decorre num ambiente de maior suscetibilidade ao risco face às restantes atividades económicas que se traduz numa maior variabilidade do seu rendimento, implicando uma maior capacidade de resiliência do sector.

O Gabinete de Planeamento e Políticas, realizou um trabalho com as explorações dos Açores, da amostra RICA, em que as explorações foram classificadas da seguinte forma:

- ✓ Classe 1 – Explorações que pagam o custo de oportunidade dos fatores próprios;
- ✓ Classe 2 – Explorações que não pagam o custo de oportunidade dos fatores próprios, mas têm rendimento positivo;
- ✓ Classe 3 – Explorações que não pagam o custo de oportunidade dos fatores próprios, com rendimento negativo e a descapitalizar;
- ✓ Classe 4 – Explorações em stresse financeiro.

Foi analisada a situação económica das explorações com políticas e sem políticas, para o triénio 2015-2016-2017, os resultados constam dos gráficos seguintes.

No gráfico seguinte verificamos o impacto dos pagamentos aos produtores, numa situação “sem políticas”, na Região Autónoma dos Açores, 45,3% das explorações situam-se na classe 2, em que são explorações que não pagam o custo de oportunidade dos fatores próprios, mas têm rendimento positivo.

Na situação “com políticas”, a situação altera-se na Região Autónoma dos Açores, em que 68,4% das explorações passa a estar na classe 1, em que são explorações que pagam o custo de oportunidade dos fatores próprios. Regista-se neste cenário uma percentagem residual de explorações na classe 3 e 4, respetivamente 2,2% e 1,0%.

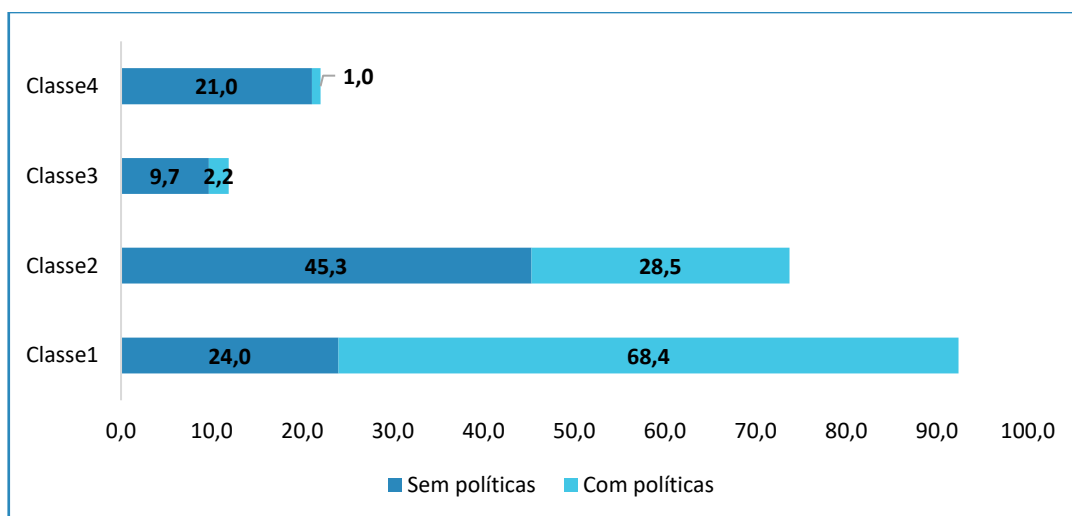


Figura 27. Situação Económica - Distribuição do número das explorações dos Açores- “Com políticas” e “sem políticas” (%)

Fonte: RICA

No gráfico seguinte verificamos que a situação económica por classe de SAU, na situação “sem políticas”, as maiores classes de SAU, apresentam uma maior percentagem de explorações em stress financeiro, nomeadamente a classe de SAU de 50 a 200 hectares em que apresenta 42,9% das explorações em stress financeiro e 15,8% das explorações que não pagam o custo de oportunidade dos fatores próprios e que tem rendimento negativo e a descapitalizar. Esta situação altera-se na situação “com políticas” em que para a mesma classe de SAU verifica-se uma diminuição significativa da percentagem de explorações em stress financeiro, representando nesta situação 0,7%. Podemos concluir que o impacto dos pagamentos aos produtores é mais eficaz nas explorações de maior dimensão, aumentando a sua resiliência.

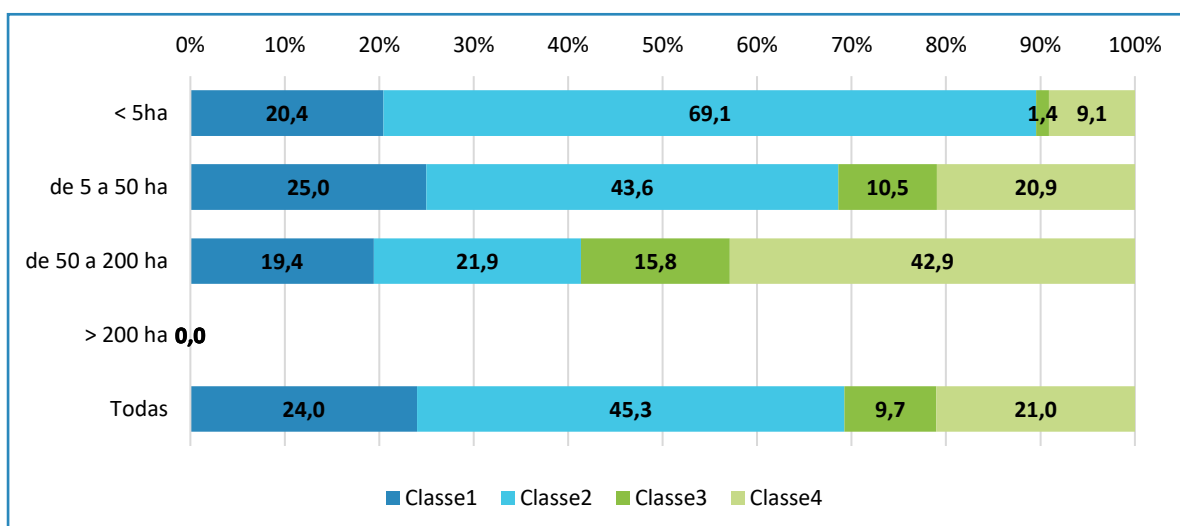


Figura 28. Situação Económica por classe de SAU - Distribuição do Número de explorações por Classe de SAU – Situação “sem políticas”

Fonte: GPP - RICA

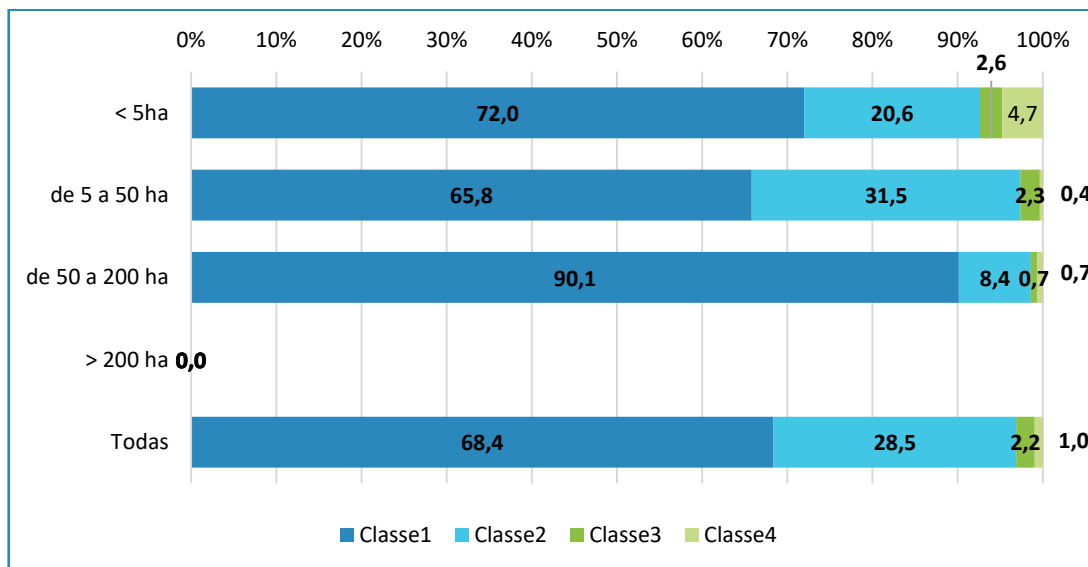


Figura 29. Situação Económica por classe de SAU - Distribuição da Número de explorações por Classe de SAU – Situação “com políticas”

Fonte: GPP - RICA

Se consideramos a situação sem políticas a OTE Bovinos de carne extensivos apresenta a maioria das explorações na classe 3 e 4, estando maioritariamente as explorações em stress financeiro.

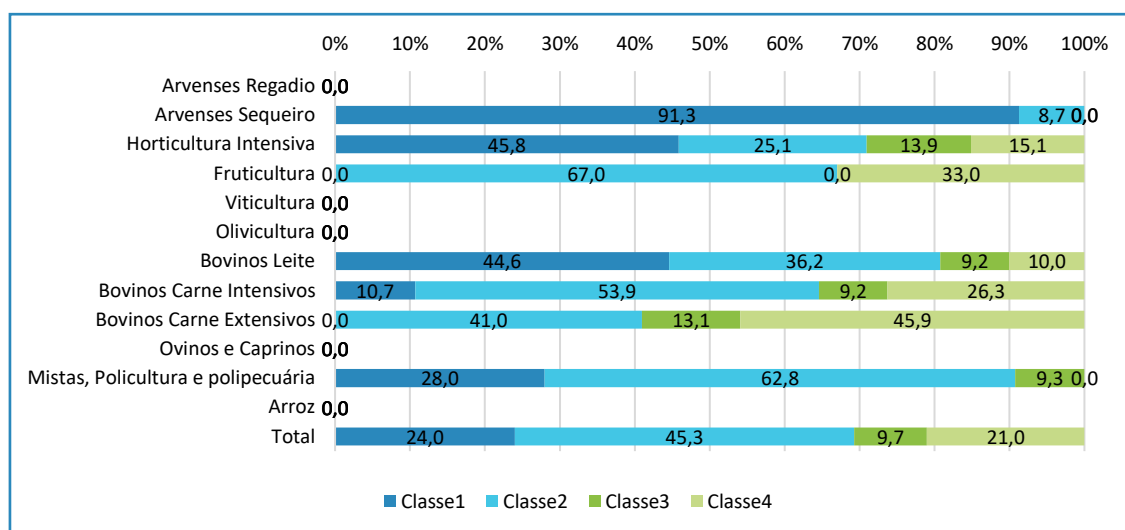


Figura 30. Situação Económica por OTE – Distribuição da Número de explorações Por Orientação económica – Situação sem políticas

Fonte: GPP - RICA

Analisando o gráfico seguinte, verificamos que ao consideramos a situação “com políticas”, as explorações agrícolas, da Região Autónoma dos Açores, melhoraram a sua situação económica, situando-se todas as OTE, maioritariamente nas classes 1e 2.

Concluimos que os pagamentos aos produtores têm maior impacto na resiliência do setor da bovinicultura, nomeadamente na bovinicultura de carne.

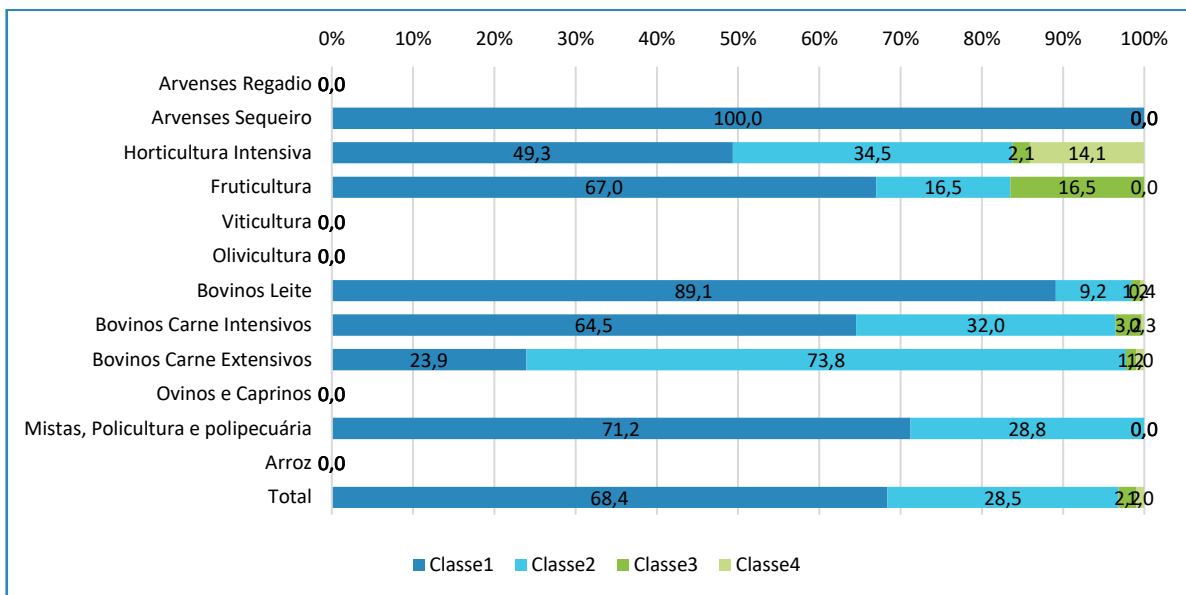


Figura 31. Situação Económica por OTE – Distribuição da Número de explorações Por Orientação económica – Situação “com políticas”

Fonte: RICA

Analisando a situação económica por tipologia empresarial (Empresarial e Agricultura Familiar), verificamos num cenário sem políticas, que são as explorações do tipo empresarial que apresentam os piores resultados. Numa situação sem políticas 35,9% das explorações do tipo empresarial estão em stress financeiro e 42,3%, são explorações que pagam o custo de oportunidade dos fatores próprios (Terra, Capital e Trabalho).

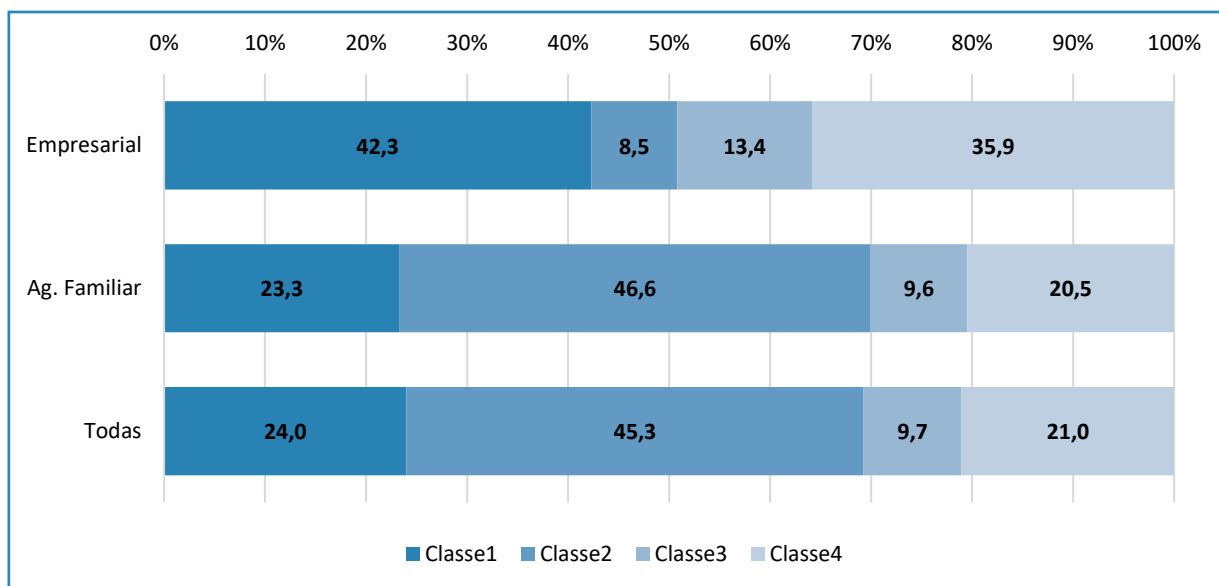


Figura 32. Situação Económica por Tipologia Empresarial - Distribuição da Número de explorações por tipologia empresarial – Situação sem políticas

Fonte: GPP-RICA

Na situação “com políticas” o impacto dos pagamentos aos produtores é mais significativo nas explorações da tipologia empresarial.

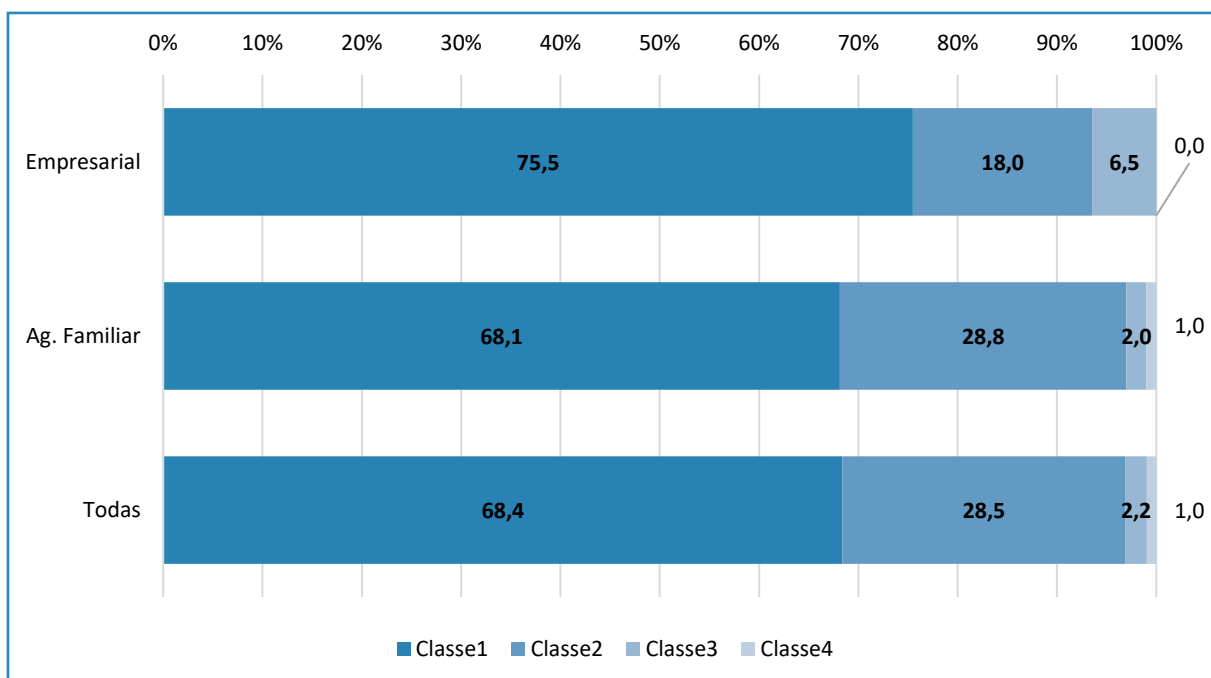


Figura 33. Situação Económica por Tipologia Empresarial - Distribuição da Número de explorações por tipologia empresarial – Situação “com políticas”

Fonte: GPP-RICA

No gráfico seguinte podemos verificar que o impacto dos pagamentos no aumento da resiliência é mais eficaz nas grandes explorações, nomeadamente nas explorações entre os 50 e 200 hectares.

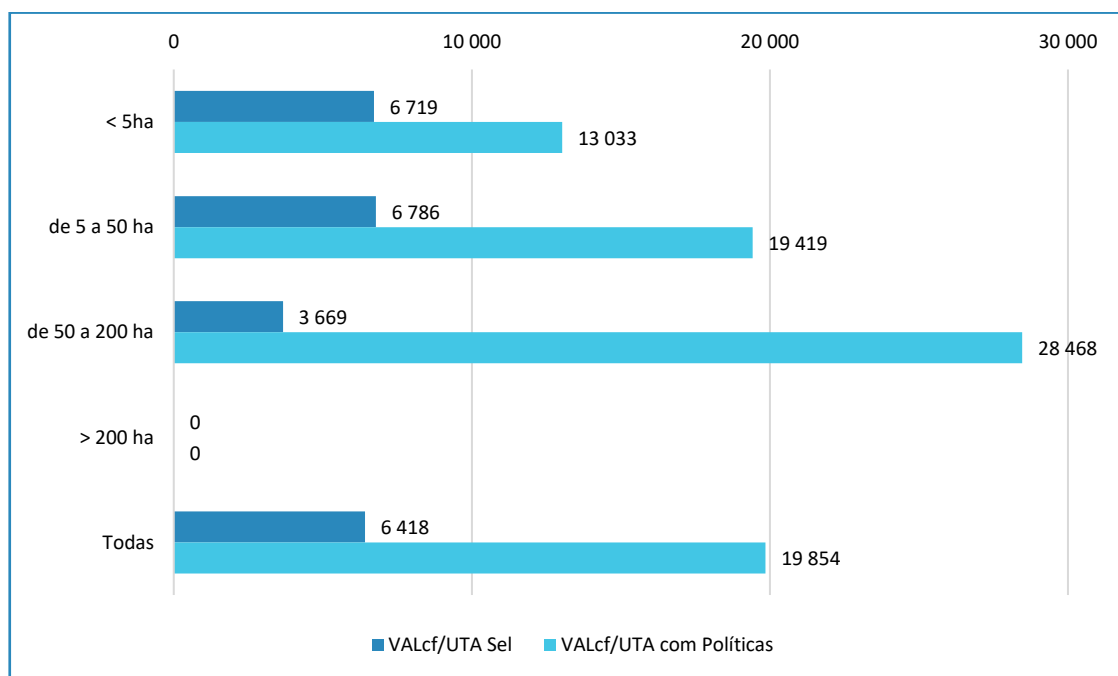


Figura 34. Efeitos das Políticas no Valor Acrescentado Líquido por UTA (comparação com VAL sem e “com políticas”/UTA)

Fonte: GPP-RICA

Os pagamentos aos produtores têm maior impacto na resiliência da tipologia de explorações de agricultura familiar.

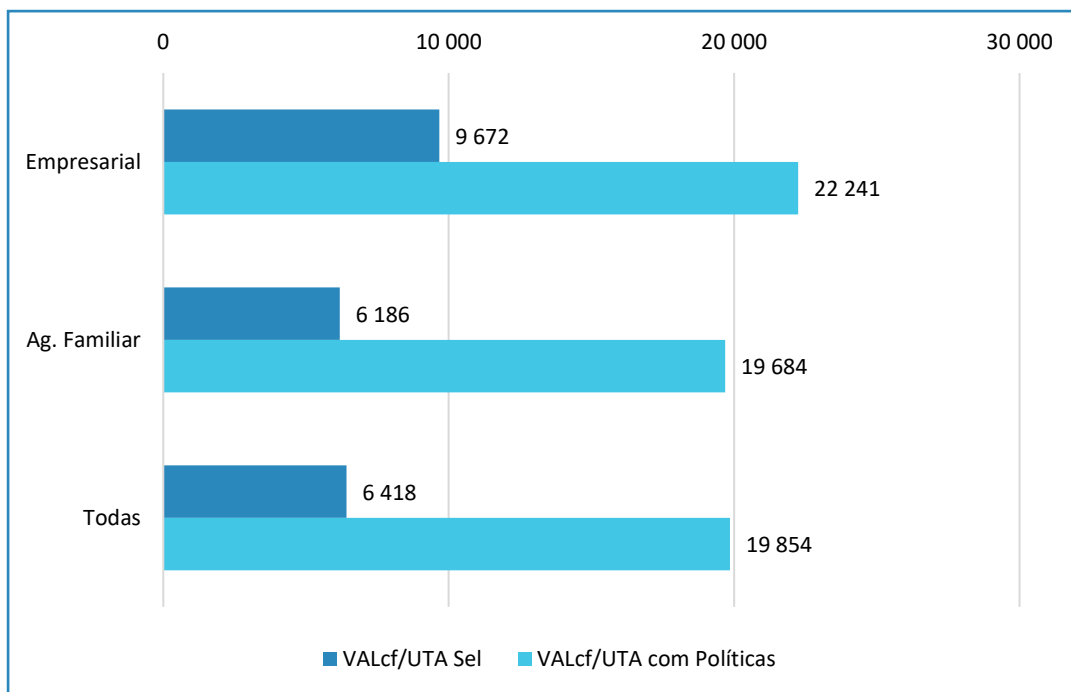


Figura 35. Efeitos das Políticas no Valor Acrescentado Líquido por UTA (comparação com VAL sem e com políticas/UTA)

Fonte: GPP-RICA

Os pagamentos aos produtores têm grande impacto na resiliência da grande maioria dos setores, em particular na fruticultura, bovinicultura extensiva e na bovinicultura de leite.

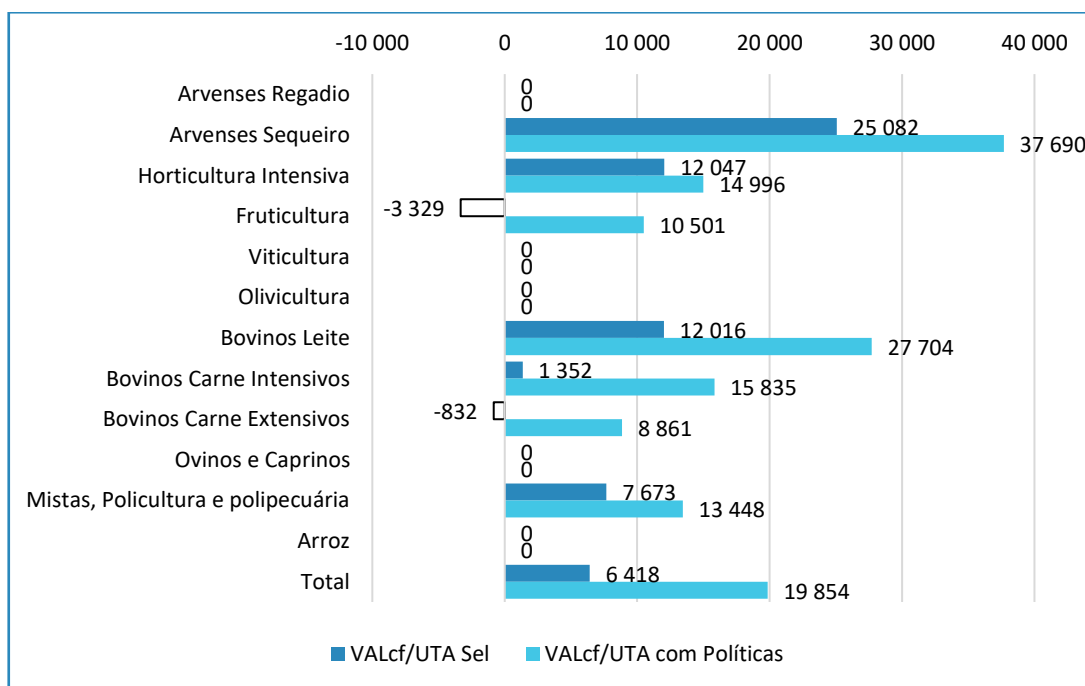


Figura 36. Efeitos das Políticas no Valor Acrescentado Líquido por UTA (comparação com VAL “sem e com políticas”/UTA)

Fonte: GPP-RICA

Em conclusão, o rendimento agrícola é fortemente influenciado pela políticas publicas implementadas.

2.4.5. Resultados económicos das atividades “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca”

Por fim, para além do rendimento gerado, importa perceber como é que esses proveitos afetaram os resultados das entidades envolvidas.

Comparando o comportamento do Rendimento Gerado Líquido, com os dados na tabela que se segue **Error! Reference source not found.**, é possível discernir que o fluxo financeiro (resultado) é mais flutuante que o valor económico gerado (rendimento). Ainda assim, é animador que, à semelhança do rendimento, as maiores oscilações estão mais associadas a crescimentos do que a decrescimentos.

Tabela 25. Resultados líquidos na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana (mil euros).

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado líquido do período	61.148	55.464	56.900	69.250	68.159	71.163	73.095
<i>t.v.m.a. (%)</i>	12	-9	3	22	-2	4	3
Resultado líquido do período por empresa	17	-3	-6	3	5	2	9
<i>t.v.m.a. (%)</i>	15	-117	125	-148	56	-57	354

Fonte: Empresas em Portugal 2017, INE.

Ainda a nível financeiro, observa-se que as rendibilidades na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana têm vindo a recuperar de quebras entre 2012 e 2013. No entanto, ainda não voltaram aos números de 2011. O capital próprio tem apresentado os rácios mais crescentes no período em análise.

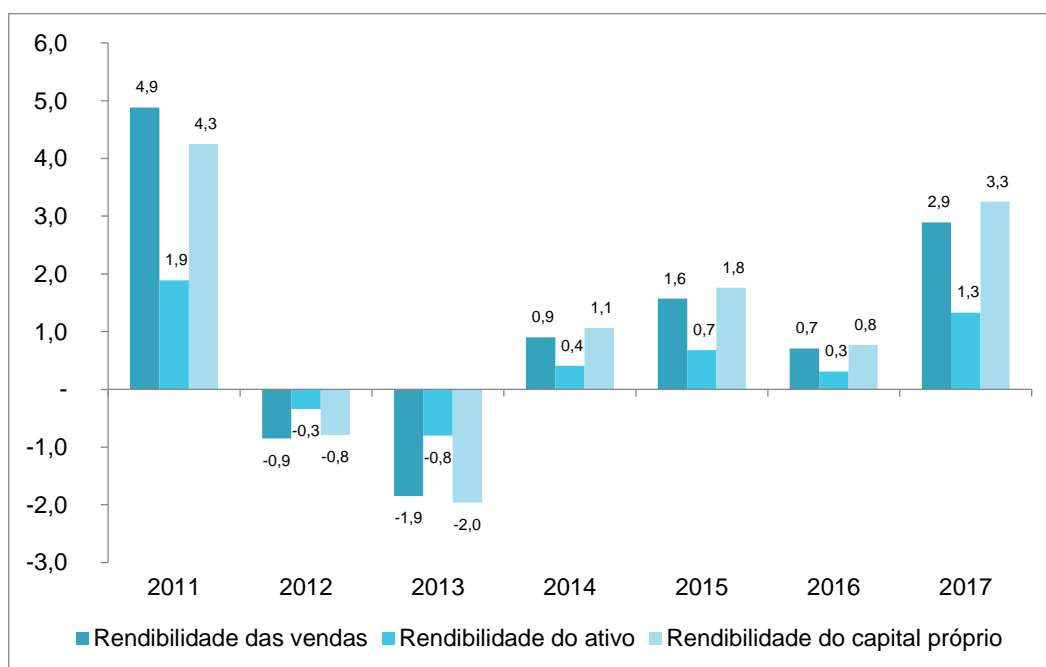


Figura 37. Evolução dos rácios financeiros na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana (%).

Fonte: Empresas em Portugal 2017, INE.

Por outro lado, compilando os rácios económicos, constata-se que a produtividade está alinhada com o peso do excedente bruto de exploração na geração do VAB. Este paralelismo demonstra robustez na formação de rendimentos, uma vez que estes são maioritariamente excedentes de exploração após o efeito trabalho.

Ao mesmo tempo, existe uma proximidade dimensional entre os gastos com pessoal e o valor acrescentado. Isto demonstra que os encargos do trabalho estão a ser produtivos.

Tabela 26. Rácios económicos na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana (%)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produtividade do trabalho ajustada ao salário	94	101	93	104	97	97	93
Peso dos gastos com o pessoal no VABpm	37	38	36	33	34	33	34
Taxa de valor acrescentado bruto	28	29	30	31	32	33	34
Peso do Excedente Bruto de Exploração no VABpm	102	98	95	95	95	100	94
Taxa de margem bruta de exploração	26	26	25	27	27	29	28
Taxa de investimento	15	13	16	17	15	14	20

Fonte: Empresas em Portugal 2017, INE.

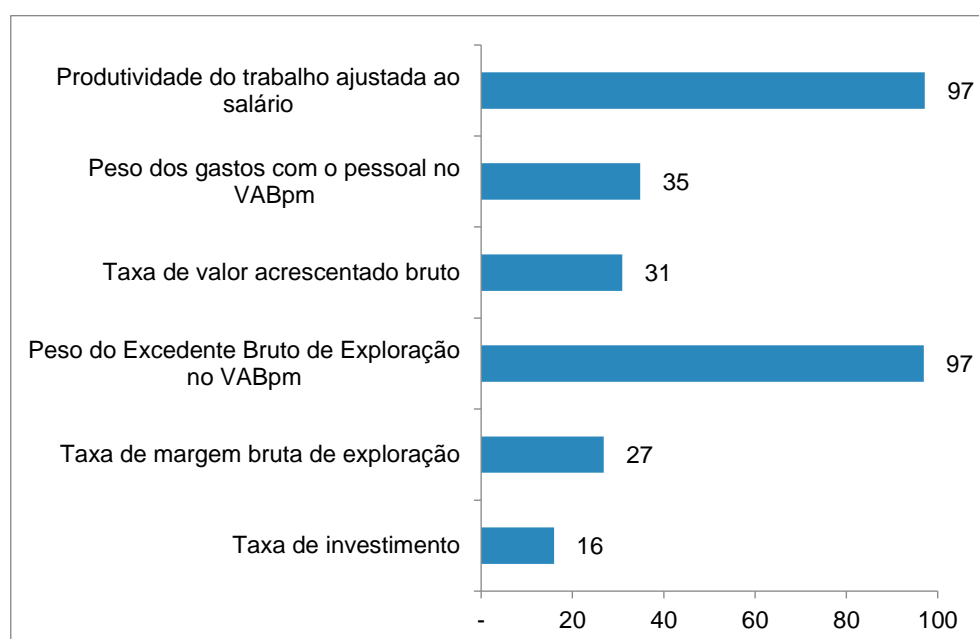


Figura 38. Média dos rácios económicos na secção A “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” da economia açoriana, no período de 2011-2017 (%)

Fonte: Empresas em Portugal 2017, INE

2.5. Capital e investimento

Na base de todo este processo produtivo, desde a incorporação de subprodutos até aos influxos de subsídios à exploração, há componentes que são cruciais para se atingirem ganhos marginais crescentes ao longo do tempo. Estes dois pilares são o capital e o investimento.

Ao nível do capital, pode-se observar que os pesos relativos do capital fundiário e do capital de exploração se foram invertendo ao longo do tempo. Em 2012 a relação era de 45-55% a favor do capital de exploração, mas devido ao ganho de importância do valor das terras, a relação passou a ser 55% a favor do capital fundiário.

Também deve ser notado que, ao nível do capital circulante, animais e equipamento têm permanecido relativamente estáveis ao longo do tempo como as duas maiores componentes desta rúbrica.

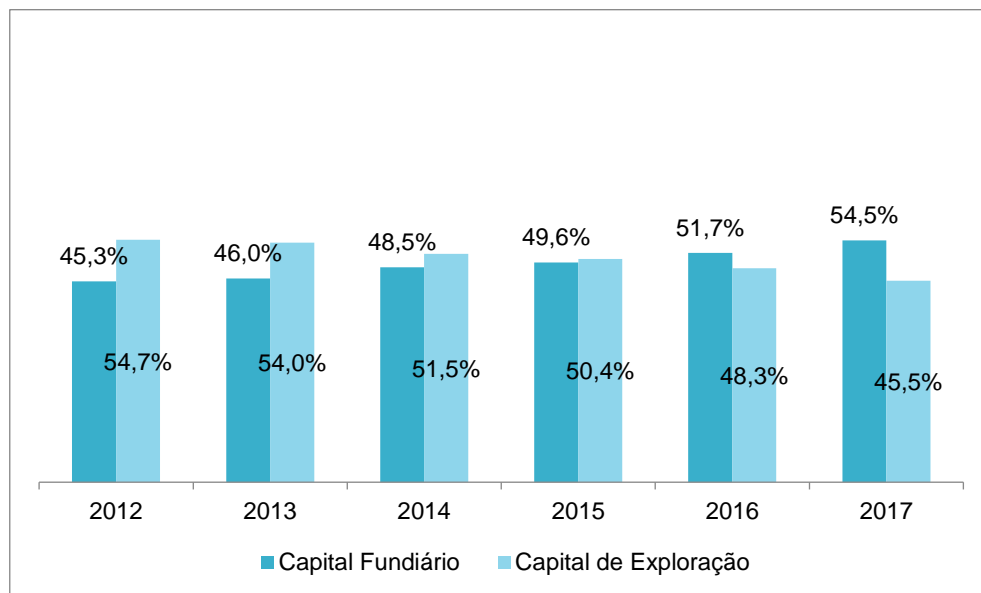


Figura 39. Distribuição do capital nas explorações agrícolas açorianas (valores médios por exploração, %)

Fonte: SPI, a partir de Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

No que toca às explorações de leite, observou-se a mesma perda de importância relativa do capital de exploração, mas, neste caso, sem nunca deixar de ser a rubrica com mais peso no capital total. Ao mesmo tempo, pode-se constatar que o capital circulante apresentou um comportamento contra cíclico.

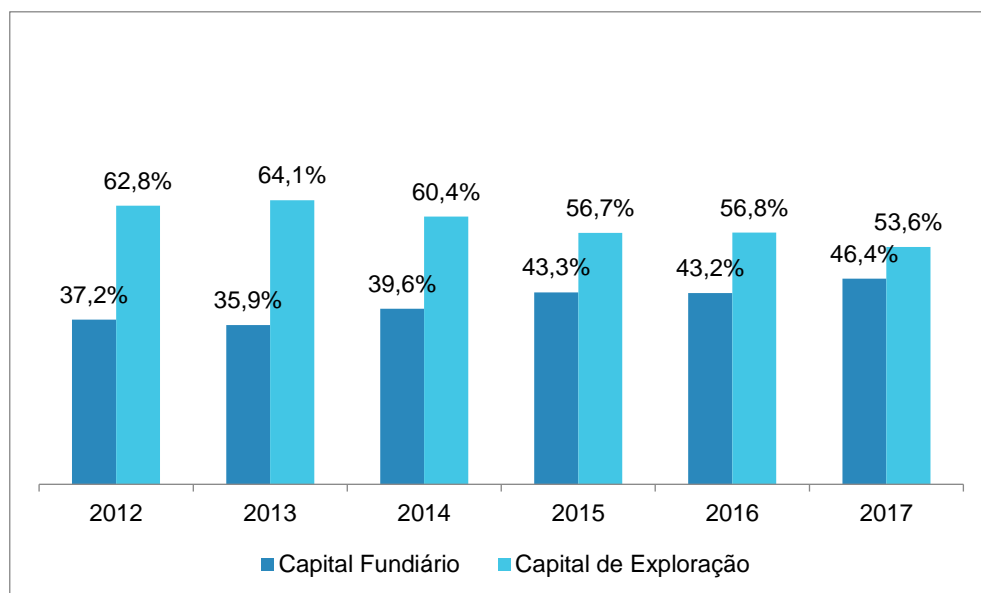


Figura 40. Distribuição do capital nas explorações de leite (valores médios por exploração, %)

Fonte: SPI, a partir de Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

Nas explorações de carne, não se observou grandes alterações nos pesos relativos das duas componentes do capital agrícola, registando-se apenas um crescimento de importância do valor das terras e do capital circulante.

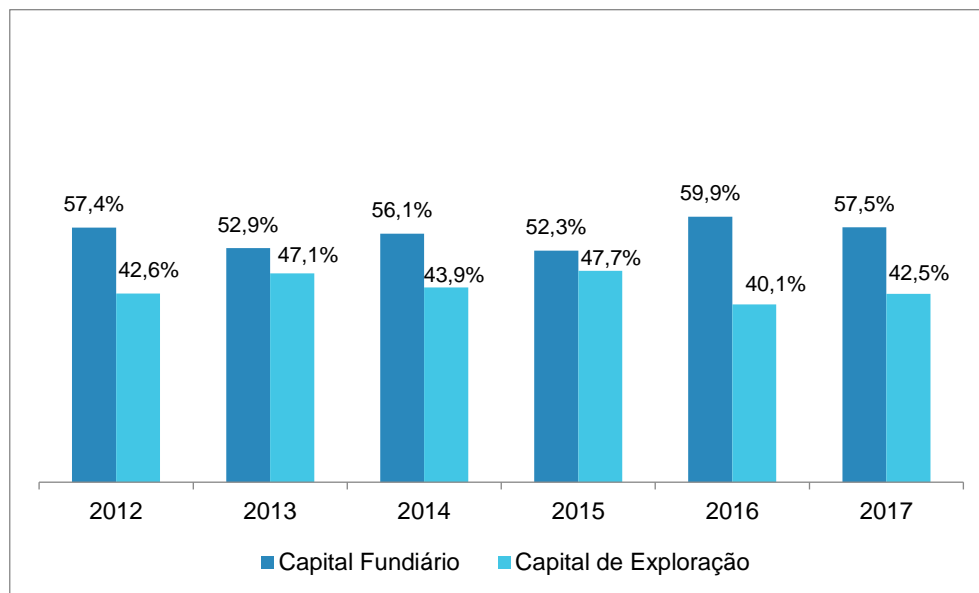


Figura 41. Distribuição do capital nas explorações de carne (valores médios por exploração, %)

Fonte: SPI, a partir de Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

Observando a Figura 42, pode-se constatar que, apesar do investimento em equipamento ser o maior destino para os fundos, a maior contribuição para o crescimento descrito está associada ao crescimento do investimento em terras. Ao mesmo tempo, o investimento em equipamento e construções tem vindo a decrescer (mesmo com os subsídios para equipamentos a aumentarem).

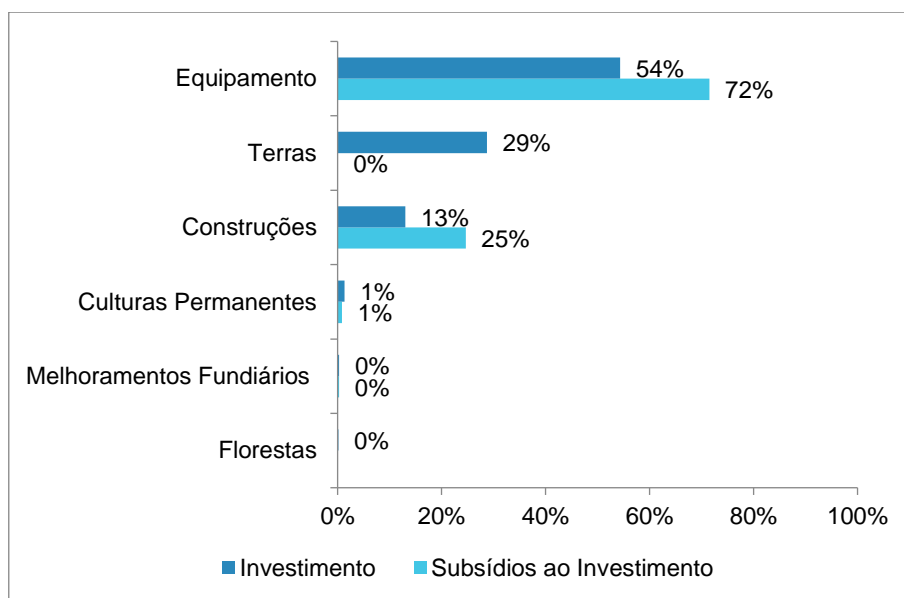


Figura 42. Distribuição do investimento nas explorações agrícolas (valores médios por exploração no período 2012-2017, %)

Fonte: SPI, a partir de Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

De destacar também que os subsídios às construções têm diminuído consideravelmente ao longo do tempo, o que tem levado à diminuição desta componente do investimento.

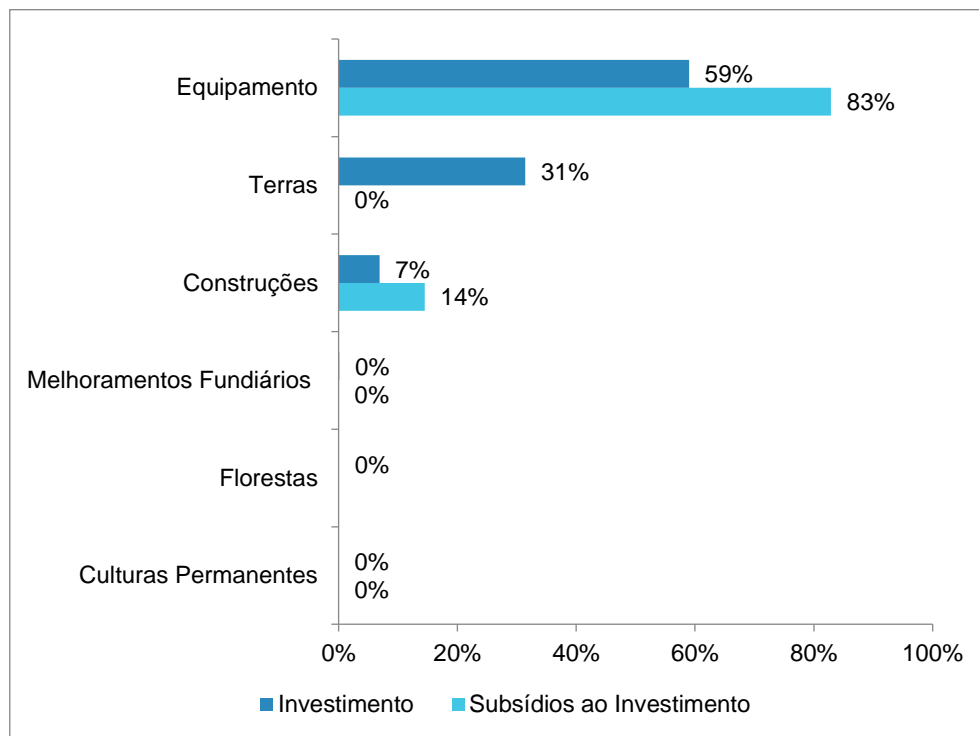


Figura 43. Distribuição do investimento nas explorações de leite (valores médios por exploração no período 2012-2017, %)

Fonte: SPI, a partir de Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

Nas explorações de carne, por sua vez, apesar destas também acompanharem a tendência insular de uma forma geral, as suas componentes têm demonstrado um comportamento mais errático. Destacando-se as subidas e descidas no investimento em terras, equipamento e construções.

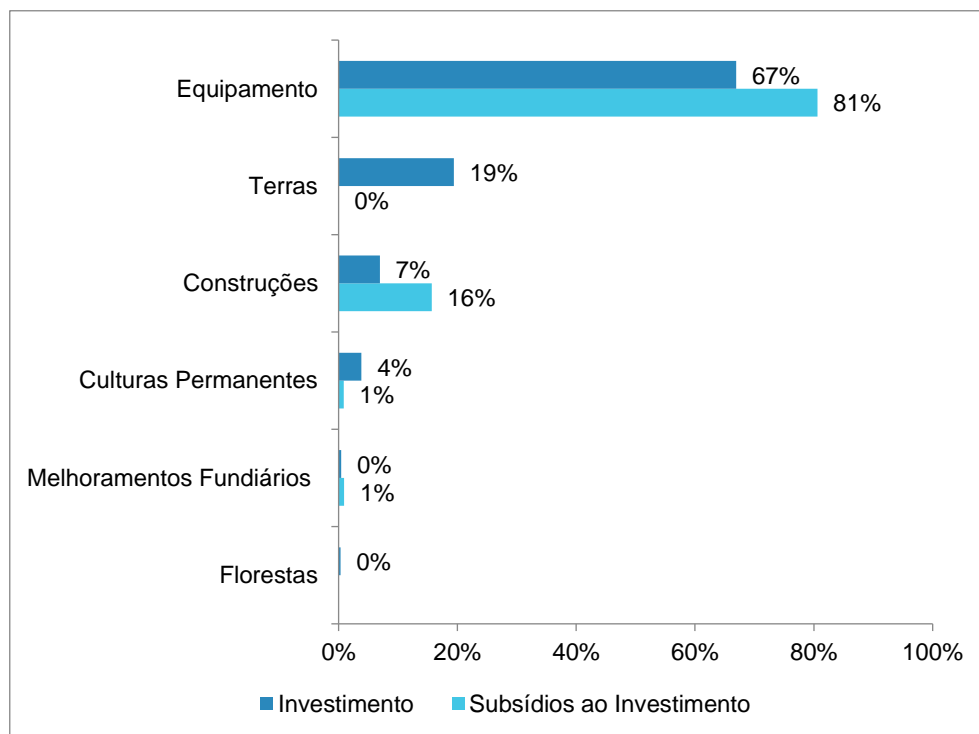


Figura 44. Distribuição do investimento nas explorações de carne (valores médios por exploração no período 2012-2017, %)

Fonte: SPI, a partir de Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

2.6. Instrumentos de gestão de riscos na agricultura

Em virtude das especificidades da agricultura, existem uma série de riscos que afetam a atividade, nomeadamente:

- ✓ Risco de produção, associado a riscos tecnológicos, climáticos (granizo, excesso de chuva, seca, vendavais, temperatura), e biológicos (ocorrência de pragas, doenças, cultivares inadequados, etc).
- ✓ Risco de mercado, associados às oscilações de preços;
- ✓ Risco financeiro, associado a variações das taxas de juro, falta de liquidez e outras perdas financeiras;
- ✓ Riscos institucionais, associados a mudanças na política agrícola do Estado que influenciam negativamente a produção ou as decisões de mercado e afetando a rentabilidade.

Neste sentido é fundamental a intervenção pública na implementação de medidas, públicas e privadas, de gestão de riscos, no setor agrícola, garantindo um quadro institucional favorável.

Pela primeira vez no período de programação 2014-2020, a Região Autónoma dos Açores implementou medidas de gestão de riscos ou de diminuição dos seus efeitos, no setor agrícola, através do Programa de Desenvolvimento Rural (PRORURAL+), e do Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola.

No âmbito desses programas foram operacionalizadas as seguintes medidas de gestão e prevenção de riscos na agricultura:

- ✓ Restabelecimento do Potencial de Produção e Introdução de Medidas de Prevenção (PRORURAL+);
- ✓ Seguro de Colheitas (PRORURAL+);
- ✓ Seguro Vitícola (Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola).

Após a implementação das medidas de gestão de riscos nos Açores, tem se verificado uma fraca adesão por parte dos agricultores e no caso do seguro de colheitas e vitícola, pouca apetência das seguradoras para a apresentação de uma carteira de seguros para o setor agrícola.

As primeiras candidaturas ao sistema de seguros de colheitas ocorreram em 2019.

No período 2014 a 2020 (30 de abril), mais precisamente nos anos de 2018 a 2020, 78,7% dos apoios pagos corresponderam aos prémios de seguro de colheitas, contratados para proteção da produção agrícola vegetal.

Tabela 27. Principais medidas de gestão de riscos na agricultura – Montantes pagos entre 2014 e 2020

Medida	Despesa Pública (€)	FEADER (€) 85%	Orçamento do Governo dos Açores (€) 15%
PRORURAL+ (2014-2020)			
5 - Restabelecimento do Potencial de Produção e Introdução de Medidas de Prevenção	5 829,84 €	4 955,36 €	674,48 €
17 - Gestão de Riscos - Seguro de Colheitas	21 516,95 €	18 289,41 €	3 227,54 €
Organização Comum de Mercado (OCM)			
Programa Nacional de Apoio o Setor Vitivinícola-Seguro Vitícola	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	27 346,79 €	23 244,77 €	3 902,02 €

Fonte: IFAP, I.P.

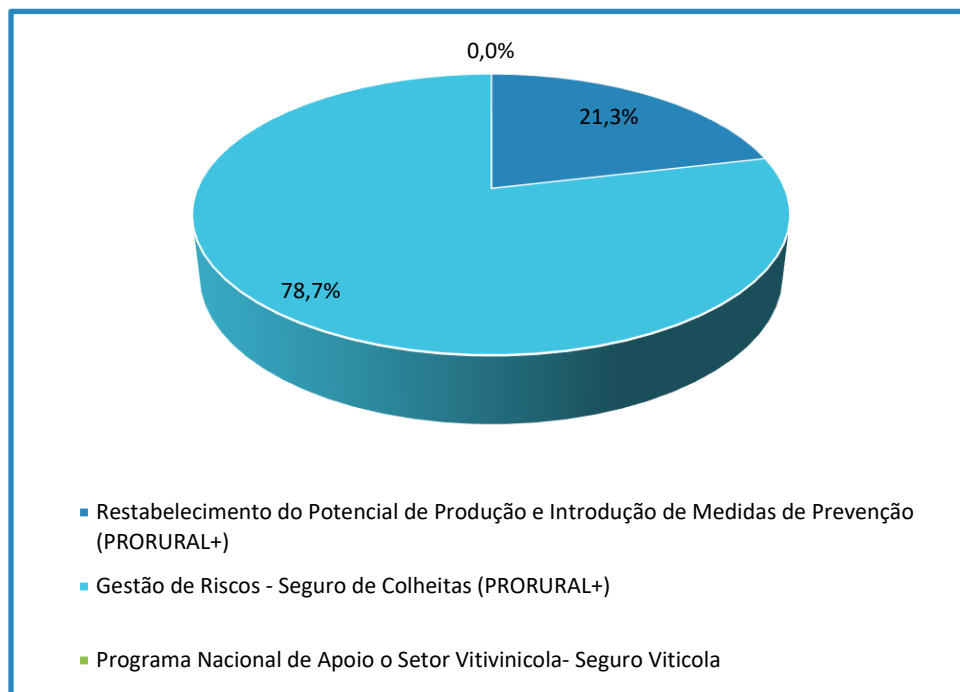


Figura 45. Principais medidas de gestão de riscos na agricultura – Montantes pagos entre 2014 e 2019 por área de intervenção (%)

Fonte: IFAP, I.P.

Sistema de Seguro de Colheitas

O **Sistema de Seguro de Colheitas** foi operacionalizado através de dois programas, o seguro de colheitas agrícolas financiado pelo FEADER e o seguro vitícola de colheitas incluído no programa nacional de apoio ao setor vitivinícola financiado pelo FEAGA.

Relativamente ao **Seguro de Colheitas Agrícolas**, no âmbito do FEADER, em 2015 foi publicada a legislação de enquadramento da medida, que incluía o apoio aos fenómenos climatéricos adversos, nomeadamente precipitação forte e ventos fortes. Em 2019 foi efetuada a primeira alteração à legislação no sentido de aumentar os riscos cobertos, passando a incluir como risco o granizo e os incêndios.

Em 2019 verificou-se as primeiras adesões ao sistema de seguro de colheitas agrícolas, onde foram registadas 12 candidaturas e 80 aderentes.

Das 12 candidaturas apresentadas, 75% correspondem ao tipo de apólice individual e 25% a coletiva.

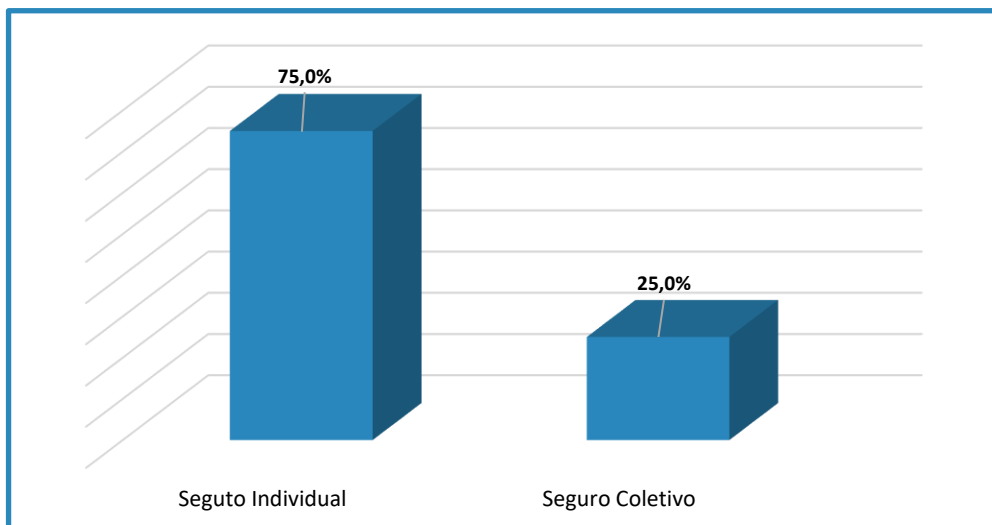


Figura 46. Tipo de Apólice (%)

Fonte: IFAP, I.P.

As duas candidaturas com apólice coletiva abrangem 70 dos 80 aderentes.

Analisando a informação referente às culturas seguradas, verificamos uma predominância das culturas temporárias, nomeadamente a melancia, melão e o milho, representando 82,99% da área segurada.

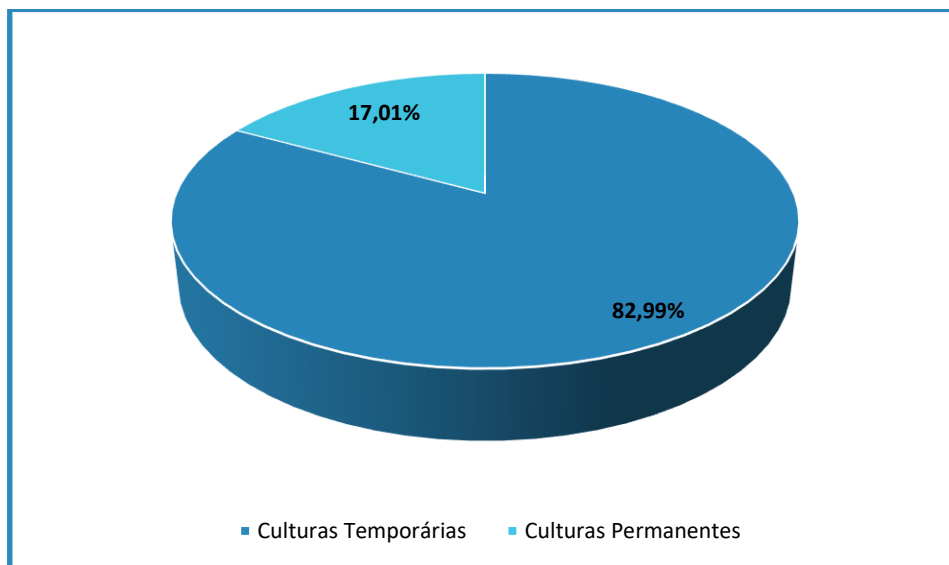


Figura 47. Tipo de cultura segurada (%)

Fonte: IFAP, I.P.

Relativamente às culturas permanentes registamos como cultura segurada a banana.

Das 12 candidaturas apresentadas 3 correspondem à cultura da banana, 1 à melancia, 1 para o melão e 7 para a cultura do milho.

O gráfico abaixo apresenta o número de aderentes por cultura, verificando-se que 55% dos agricultores aderentes, apresentaram candidatura para segurar a cultura da banana, seguindo-se o milho com 42,5% dos aderentes.

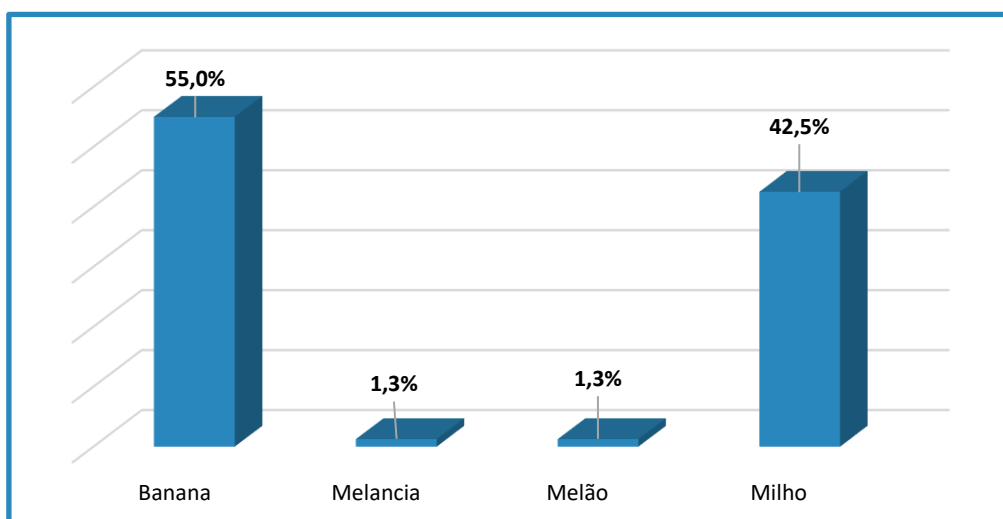


Figura 48. Aderentes por cultura segurada (%)

Fonte: IFAP, I.P.

Analisando a área segurada concluímos que 82,61% da área corresponde à cultura do milho silagem, seguindo-se a banana com 17,01% da área.

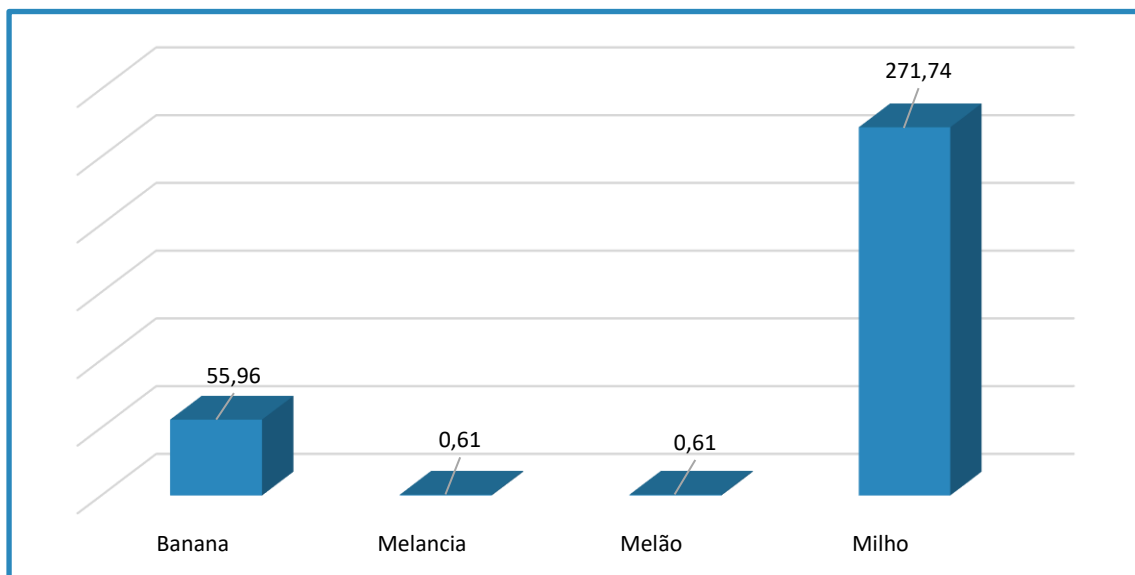


Figura 49. Seguro de Colheitas Agrícolas (hectares)

Fonte: IFAP, I.P.

Em termos de capital segurado verificamos que 65,40% são contratos no âmbito do seguro da cultura da banana, seguindo-se o milho com 34,53%.

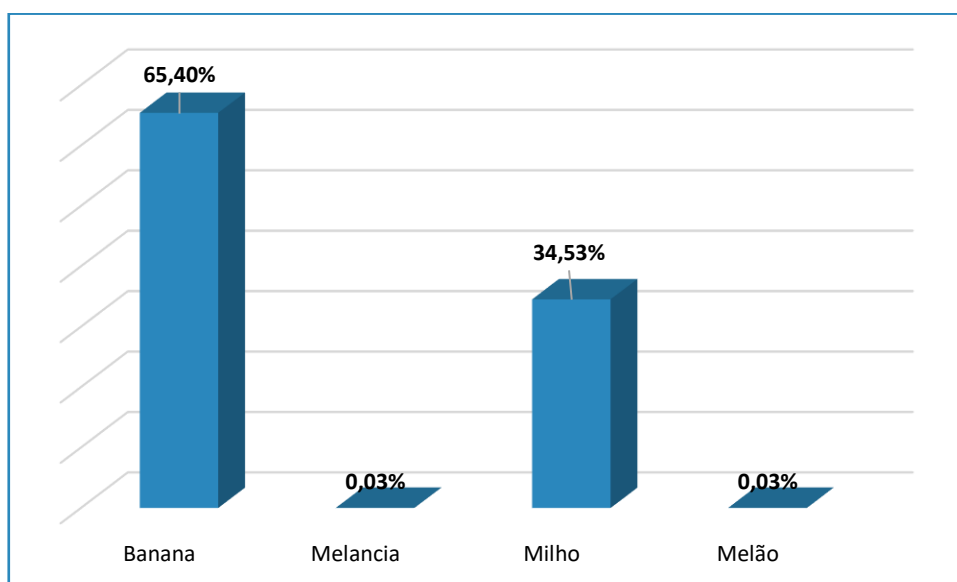


Figura 50. Capital Segurado (%)

Fonte: IFAP, I.P.

O valor médio do capital segurado por aderente é significativamente muito diferente consoante a cultura. O seguro de colheitas referente à cultura da banana, o valor médio do capital segurado situa-se nos 25 648,37€, enquanto que para a cultura do milho situa-se nos 17 526,72€.

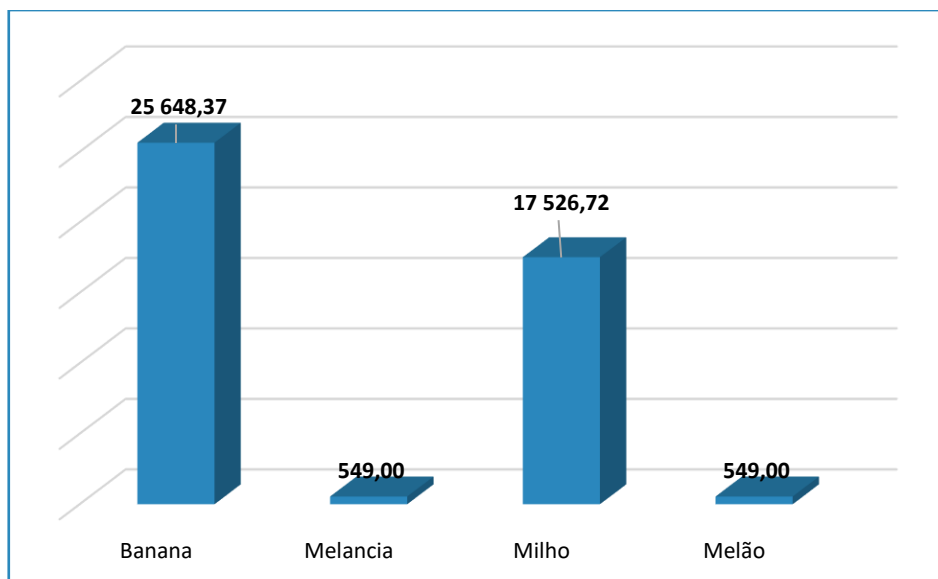


Figura 51. Média de Capital segurado por aderente e por cultura (€)

Fonte: IFAP, I.P.

Analisando o gráfico seguinte verifica-se uma diferença significativa entre culturas, nomeadamente da cultura da banana, para as culturas do milho, melancia e melão.

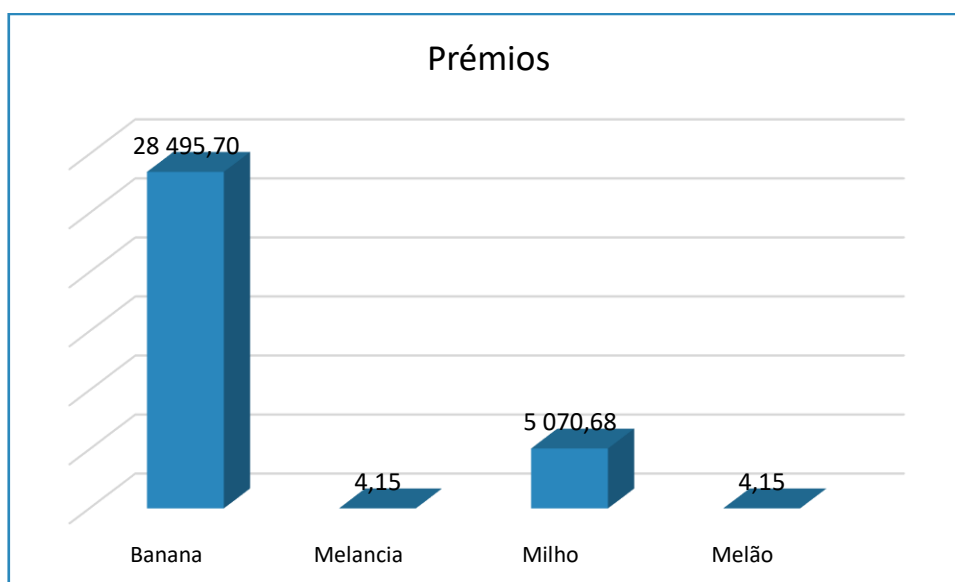


Figura 52. Prémios por cultura (€)

Fonte: IFAP, I.P.

Em relação à expressão da produção segurada, medida em toneladas, constata-se que a principal cultura é o milho.

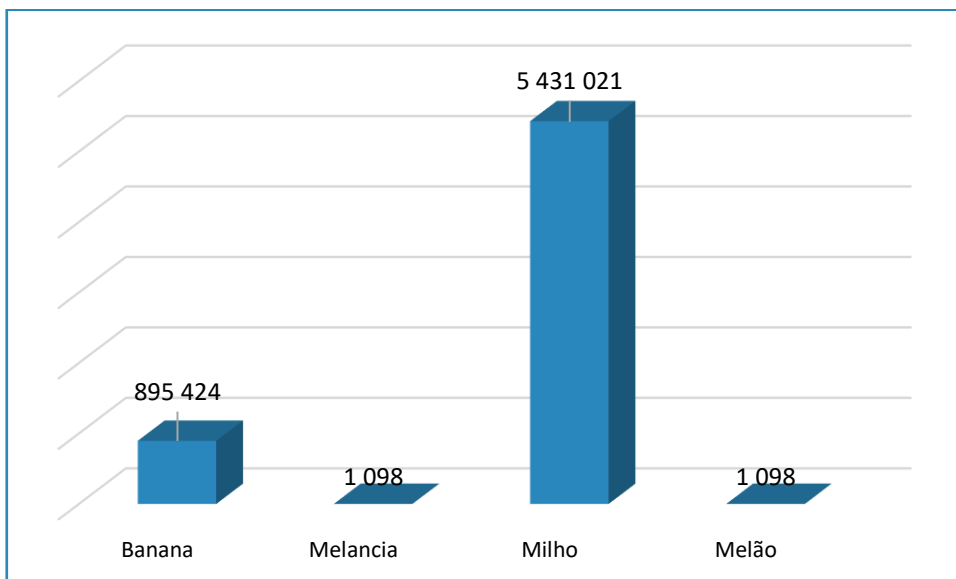


Figura 53. Produção segurada (Toneladas)

Fonte: IFAP, I.P.

Ao nível da representatividade das indemnizações pagas por cultura, constata-se que as mesmas se concentram sobretudo em duas culturas: Banana (87,7%) e milho (12,3%).

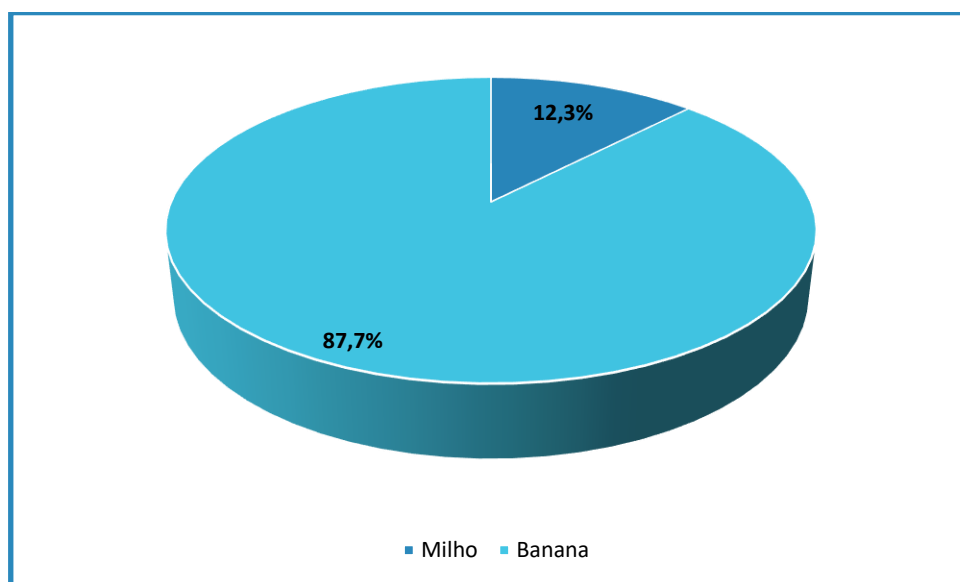


Figura 54. Indemnizações Pagas por cultura (%)

Fonte: IFAP, I.P.

O **Seguro Vitícola de Colheitas**, no âmbito do FEAGA, visa contribuir para proteger os rendimentos dos produtores de uva para vinho quando sejam afetados por acontecimentos climáticos adversos, e é financiado a 100% por fundos comunitários.

Os riscos cobertos são:

- ✓ Fenómenos climáticos adversos;
- ✓ Pragas e doenças da vinha.

Em 2019, através da Portaria n.º 96/2019 de 1 de abril, o Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, tornou extensível aos Açores o seguro vitícola.

Segundo informação do IFAP, I.P., não se registou até ao momento qualquer adesão ao seguro vitícola, por parte dos agricultores dos Açores.

Em virtude da atividade agrícola estar cada vez mais sujeita a uma maior exposição aos riscos de natureza climática, é fundamental implementar um conjunto de ações que contribuam para uma maior adesão dos viticultores ao seguro vitícola.

O Restabelecimento do Potencial de Produção e Introdução de Medidas de Prevenção

Foi operacionalizada nos Açores, em 2015, a submedida referente às ações preventivas com o objetivo de apoiar os investimentos em medidas de prevenção, destinadas a atenuar as consequências de eventuais catástrofes naturais, fenómenos climáticos adversos e acontecimentos catastróficos.

À semelhança do que se verificou com a medida “Seguro de colheitas”, verificou-se uma fraca adesão por parte dos agricultores.

No período 2014-2019, foram submetidos e aprovados 5 pedidos de apoio, com um investimento de 89 494,95€, a que corresponde uma despesa pública de 71 595,96€. Foram pagos nesses mesmo período 5 829,84€.

Em conclusão o aumento da frequência de fenómenos climatérico adversos, com efeitos negativos na produção agrícola e no rendimento das explorações agrícolas, aumenta a necessidade de termos um quadro legislativo que permita uma maior adesão dos agricultores ao sistema de seguros e também maximizar a proteção dos rendimentos das explorações agrícolas.

2.7. Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OE1 “Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar” reflete os principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução estrutural positiva das explorações agrícolas, com aumento da sua área média; • Crescimento do mercado interno, impulsionado pelo turismo e pela valorização das características tradicionais e genuínas associadas aos produtos agrícolas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão física das explorações agrícolas pequena, comparativamente à média nacional e excessiva fragmentação da estrutura fundiário; • Insuficiente remuneração do leite pago ao produtor pelas unidades de transformação;

<ul style="list-style-type: none"> • Evolução estrutural positiva das infraestruturas públicas de apoio à atividade agrícola, nomeadamente caminhos agrícolas, abastecimento de água e eletrificação das explorações agrícolas; • Pagamentos diretos contribuem para melhorar o rendimento das explorações; • Aumento da capacidade de abate na RAA em virtude da modernização e da certificação da rede regional de abate; • Existência de pagamentos diretos no âmbito do programa POSEI e ligados à superfície e ambiente no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural; • Evolução da produtividade média por UTA expressa em VPP, nos Açores, superior a outras regiões de Portugal; • Existência de Instrumentos de Gestão do Risco, nomeadamente seguros de colheita, seguros da vinha e medidas de prevenção de riscos; • Existência do Laboratório Regional de Veterinária; • Existência do Laboratório Regional de Sanidade Vegetal; • Utilização das terras dominada pelas pastagens permanentes, com vantagens naturais para a produção animal; • Elevado estatuto sanitário da Região; • Carne dos Açores – IGP; • Existência de criadores em linha de raças de carne com a possibilidade de valorizar a expedição/exportação de reprodutores e material genético (sémen/embriões); • Programa de apoio à inseminação artificial em explorações leiteiras com raças de carne; • Melhoria das condições de abate da RAA em virtude da modernização e da certificação da rede regional de abate. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições e custos de produção penalizados pela localização geográfica, nomeadamente ao nível dos transportes • Fraca adesão dos produtores ao seguro de colheitas e ao seguro vitícola • Fraca adesão dos agricultores às ações de prevenção no âmbito da medida restabelecimento do potencial produtivo; • Potencial produtivo agrícola em algumas produções limitado pelas condições edafoclimáticas dominantes em todo o território; • Estrutura da produção ainda pouco diversificada; • Estrutura de custos com elevado peso dos consumos intermédios, com implicações negativas na formação do rendimento agrícola; • Dependência externa dos fatores de produção; • Falta de circuitos de comercialização que potenciem a produção de explorações certificadas e aumentem a representação da Carne dos Açores – IGP; • Organização incipiente dos produtores
Oportunidades	Ameaças

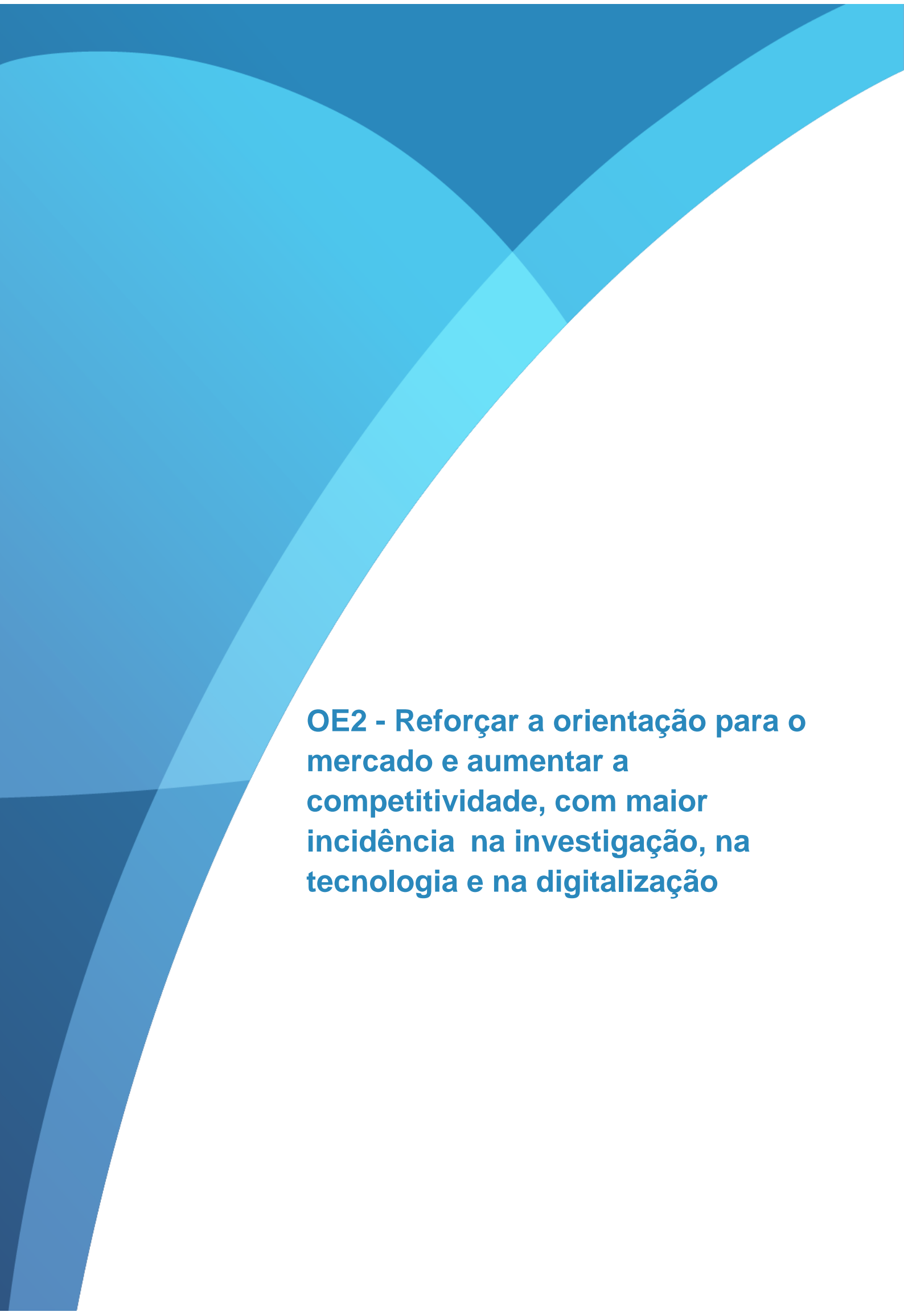
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da dimensão física e económica das explorações; • Aumentar a diversificação da estrutura de produção; • Potencial de valorização e diferenciação das produções agrícolas; • Mitigação das dificuldades de transporte na exportação de produtos da Região; • Estabilização do rendimento através de organização da produção (e.g. escoamento da produção e redução de custos de produção - economia de escala); • Oportunidade de diversificação dos rendimentos por via de outros setores económicos complementares (e.g. turismo, produção de energia renovável, artesanato); • Pagamentos diretos favorece o rendimento dos setores do leite e da carne. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de redução dos pagamentos diretos no âmbito do programa POSEI e ligados à superfície no âmbito do Desenvolvimento Rural; • Riscos naturais e alterações climáticas; • Abandono da atividade agrícola; • Falta de mão-de-obra; • Pouca atratividade da atividade agrícola para os jovens; • Volatilidade nos preços internacionais de cereais e o conseqüentemente o aumento dos fatores de produção
---	--

2.8. Avaliação de necessidades

Tendo por base o diagnóstico e análise SWOT realizada para o OE1, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com 1) Capital humano; 2) Investimento na modernização e competitividade; e 3) Diversificação, as quais são temáticas prementes no âmbito deste objetivo estratégico. Neste sentido, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Capital humano	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os apoios à qualificação dos ativos do setor agrícola; • Criar/consolidar serviços de gestão e aconselhamento com estruturas e recursos devidamente adequados às necessidades das explorações agrícolas e florestais; • Promover o empreendedorismo agrícola; • Atrair jovens para a agricultura.
Investimento na modernização e competitividade	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o investimento na modernização das explorações agrícolas o investimento em novas tecnologias e o investimento em infraestruturas agrícolas; • Fomentar a implementação de instrumentos financeiros mais dinâmicos que incentivem o influxo de fundos para fatores produtivos mais flexíveis e modernizáveis;

Temática	Necessidades
	<ul style="list-style-type: none">• Manter os apoios às fileiras estratégicas existentes nos Açores;• Incentivar a adesão dos produtores ao seguro de colheitas e às medidas de prevenção de riscos.
Diversificação	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a diversificação na produção agrícola.
I&D e inovação agrícola	<ul style="list-style-type: none">• Maior cooperação/sinergia entre de I&D (particularmente a Universidade dos Açores), associações profissionais, serviços oficiais, indústria e produtores por forma a fomentar o desenvolvimento tecnológico, a transferência de conhecimento e a prestação de serviços especializados de apoio à produção e à agroindústria regional, nomeadamente o estudo e melhoramento de pastagens e a sua biodiversidade, qualidade sensorial e composicional dos produtos animais, diminuição da emissão dos GEE, utilização de energias alternativas.

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy blue to a light sky blue. These shapes create a sense of movement and depth, framing the text on the right side of the page.

OE2 - Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização

3. OE2 - Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização

3.1. Economia agrícola e agroindustrial

Os produtos da agricultura e da agroindústria da R.A. Açores abastecem fundamentalmente o mercado regional e do continente português, sendo reconhecido o valor de produtos como o leite e seus derivados, a carne de bovino, o ananás, o chá, entre outros. No caso da produção de leite e derivados, a importância da atividade na ocupação da população empregada na agricultura reflete-se naturalmente no peso de produção a nível nacional, sendo que a R.A. Açores produz 1/3 do leite do país, bem como cerca de 50% do total de queijo.

3.1.1. Valor Acrescentado Bruto e Emprego

Um dos indicadores utilizados para caracterizar o setor agrícola da R.A. Açores é a forma como o mesmo acrescenta valor para a economia onde se insere, face ao emprego em que este se baseia, isto é: a produtividade aparente do trabalho de determinada atividade económica (quociente entre o VAB e o emprego).

Como se pode observar na Tabela 28, a atividade económica "A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" tem sido responsável por maiores percentagens do VAB e do emprego para a economia açoriana do que se tem registado a nível nacional (9% e 12% na Região, respetivamente, em 2016, face a 2% e 9% a nível nacional). Mais ainda, estes números têm resultado numa produção aparente do trabalho mais eficiente que a nacional (Figura 55), com cada trabalhador açoriano na atividade "A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" a ser responsável por gerar cerca de 23 mil euros por ano, em comparação com os 8 mil euros do trabalhador nacional.

Tabela 28. Evolução e importância da atividade económica "A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" no VAB e no emprego

		2012	2013	2014	2015	2016
VAB (milhões de euros)	Portugal	3.212	3.542	3.511	3.687	3.643
	(%) total economia	2	2	2	2	2
	R. A. Açores	298	300	318	316	306
	(%) total economia	9	9	10	9	9
Emprego total (milhares de pessoas)	Portugal	538	509	486	458	441
	(%) total economia	12	11	11	10	9
	R. A. Açores	15	14	14	14	13
	(%) total economia	15	15	14	13	12

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

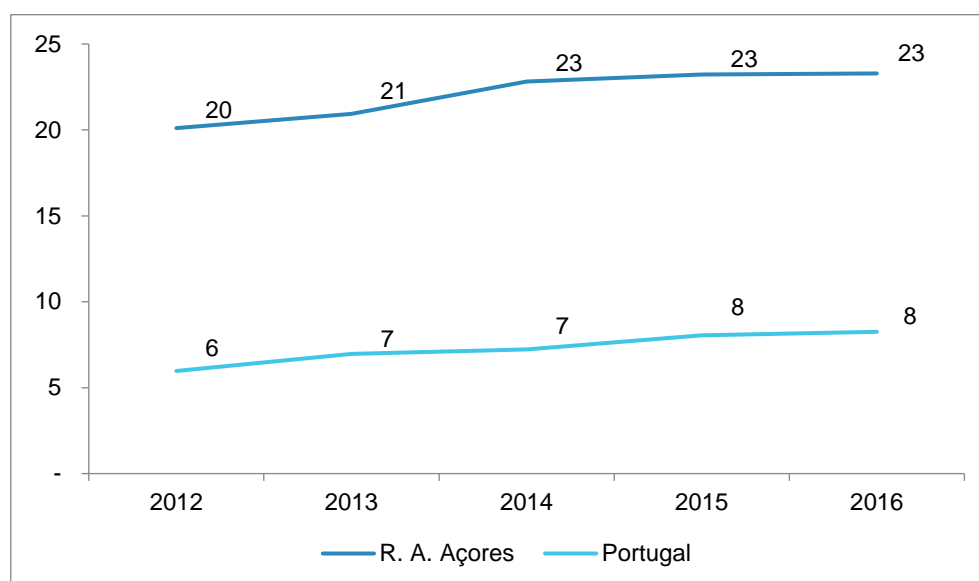


Figura 55. Produtividade aparente do trabalho da atividade económica "A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" (milhares de euros)

Fonte: Dados calculados a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

Neste contexto, o setor da atividade económica "A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", no ano de 2016, foi gerador de 306 milhões de euros de VAB e emprega 12% da população, pelo que tem um impacto muito positivo na economia da R.A. Açores.

3.1.2. Produção e consumos

Sendo a taxa de variação média anual (t.v.m.a.) do Valor Acrescentado Bruto um coeficiente da evolução da produtividade de uma atividade económica, é importante perceber como é que as componentes do VAB se comportam ao longo do tempo. O VAB é composto pelo valor da produção subtraída dos consumos intermédios. Analisando a tabela que se segue, pode-se constatar que as variações na t.v.m.a. da produção têm maior peso no VAB que as variações nos consumos intermédios. Em simultâneo, é notório que a atividade agrícola acompanha sensivelmente as tendências nacionais, com destaque para algumas variações mais acentuadas na R.A. Açores, próprias de um contexto insular (crescimentos na produção e nos consumos intermédios de 9% e 16% respetivamente, no ano de 2014 face a 2013).

Ainda assim, apesar da sensibilidade associada à dimensão e isolamento geográfico do arquipélago, no período de 2011-2017, a R.A. Açores demonstrou uma maior estabilidade da t.v.m.a. do VAB agrícola.

Tabela 29. Taxa de variação média anual da produção, dos consumos intermédios e do VAB agrícola (milhões de euros)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produção [1]	Portugal	6.425	6.530	6.797	6.823	7.115	6.964	7.451
	t.v.m.a. (%)		2	4	0	4	-2	7
	Continente	5.931	6.009	6.283	6.285	6.570	6.439	6.908
	t.v.m.a. (%)		1	5	0	5	-2	7
	R. A. Açores	392	419	410	446	437	416	430
t.v.m.a. (%)		7	-2	9	-2	-5	3	
Consumo intermédio	Portugal	4.214	4.363	4.258	4.337	4.493	4.446	4.580
	t.v.m.a. (%)		4	-2	2	4	-1	3

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
VAB [3 = 1 - 2]	Continente	3.992	4.134	4.038	4.095	4.250	4.217	4.339
	t.v.m.a. (%)		4	-2	1	4	-1	3
	R. A. Açores	179	187	178	207	200	188	199
	t.v.m.a. (%)		5	-5	16	-3	-6	6
	Portugal	2.211	2.166	2.539	2.486	2.623	2.519	2.871
	t.v.m.a. (%)		-2	17	-2	5	-4	14
	Continente	1.939	1.876	2.245	2.191	2.319	2.222	2.570
	t.v.m.a. (%)		-3	20	-2	6	-4	16
	R. A. Açores	213	232	232	239	237	228	231
	t.v.m.a. (%)		9	0	3	-1	-4	1

Fonte: Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE. Taxas calculadas.

3.1.3. Estrutura da produção

A estrutura da produção agrícola da R.A. Açores é marcada pela influência do peso dos “Produtos Animais”, “Animais” e “Vegetais e Produtos Hortícolas”. Na Produção do Ramo Agrícola destaca-se os produtos animais que representam um valor de 209,3 milhões de euros e os animais um valor de 129,7 milhões de euros, seguindo-se os vegetais e produtos hortícolas com um valor de 29 milhões de euros.

Tabela 30. Estrutura da produção do ramo agrícola (%) e valores absolutos da mesma (milhões de euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produção Vegetal (M€) [1]	63,4	66,5	69,8	64,5	71,8	71,5	67,0
%	16,2	15,9	17,0	14,4	16,4	17,2	15,6
Produção Animal (M€) [2]	315,2	338,1	327,1	366,4	350,6	328,5	347,0
Animais (%)	30,8	30,6	28,4	28,1	32,5	32,6	32,4
Produtos Animais (%)	49,6	50,1	51,4	54,0	47,7	46,4	48,3
Produção de Bens Agrícolas (M€) [3 = 1 + 2]	378,6	404,6	396,9	430,8	422,5	400,0	414,0
Serviços Agrícolas (%) [4]	2,0	1,9	1,7	1,8	1,7	1,9	1,8
Produção da Agricultura (M€) [5 = 3 + 4]	386,4	412,5	404,0	438,8	429,8	408,0	422,0
Atividades Secundárias Não Agrícolas (%) [6]	1,5	1,5	1,4	1,7	1,7	1,9	1,9
Produção do Ramo Agrícola (M€) [7 = 5 + 6]	392,1	418,7	409,8	446,2	437,2	415,8	430,2

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE. Proporções calculadas, 2017

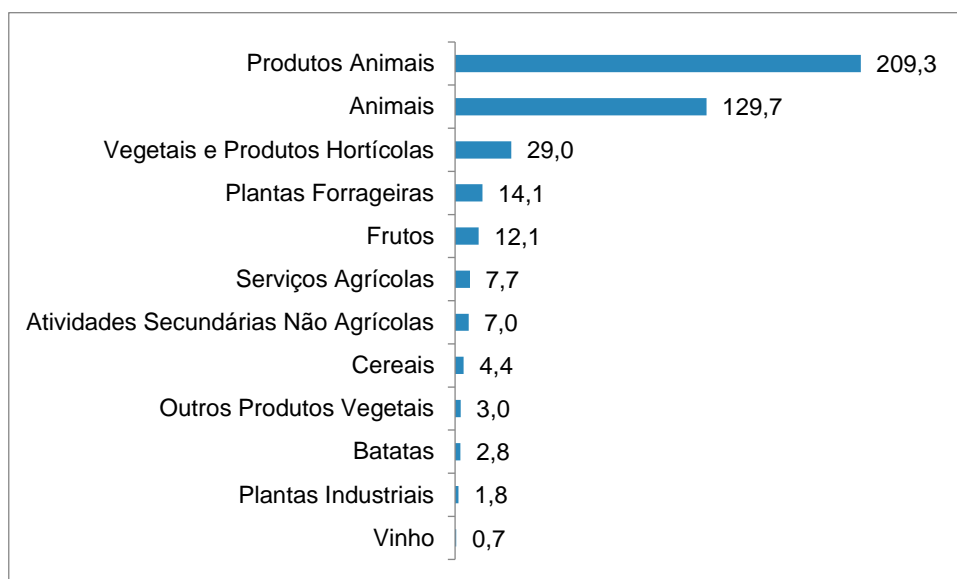


Figura 56. Média da produção agrícola açoriana no período 2011-2017, por tipologias de bens (milhões de euros).

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE, 2017

Relativamente às taxas de variação, constata-se que a produção vegetal é aquela que tem as maiores oscilações produtivas, destacando-se, por exemplo, crescimentos na produção de batatas de 84,7% e 91,3% nos anos de 2013 e 2016 (face aos anos anteriores, ou seja, 2012 e 2015), respetivamente, ou quebras na produção de vinho de 62,1% e 47,1% nos anos de 2012 e 2016 (face aos anos de 2011 e 2015, respetivamente). Ainda assim, os diferentes produtos vegetais apresentam comportamentos complementares, já que a média da taxa de variação anual da rúbrica “produção vegetal” foi de cerca de 1,1% para o período 2012-2017, não muito diferente das médias da “produção animal” (1,8%) e da Produção do Ramo Agrícola como um todo (1,7%).

Contudo, deve-se destacar que as oscilações na produção animal têm sido inferiores às da produção vegetal, o que é importante tendo em conta a sua importância relativa para a economia agrícola açoriana.

Tabela 31. Taxa de variação média anual da produção do ramo agrícola (%)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produção Vegetal	4,9	4,9	-7,6	11,4	-0,4	-6,3
Animais	6,2	-9,1	7,6	13,3	-4,4	2,7
Produtos Animais	7,9	0,3	14,5	-13,4	-7,6	7,7
Produção Animal	7,3	-3,3	12	-4,3	-6,3	5,6
Produção de Bens Agrícolas	6,9	-1,9	8,6	-1,9	-5,3	3,5
Serviços Agrícolas	1,5	-10	12	-8,2	8,4	0,5
Produção da Agricultura	6,8	-2,1	8,6	-2,1	-5,1	3,4
Atividades Secundárias Não Agrícolas	8,6	-6,1	26,8	1,4	4,8	5,4
Produção do Ramo Agrícola	6,8	-2,1	8,9	-2	-4,9	3,5

Fonte: Dados calculados a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais - Produção por tipo de bens e serviços, a preços de base, INE

3.1.4. Consumos intermédios

Como foi exposto anteriormente no ponto 2.3 do OE1, os consumos intermédios têm influência na forma como a produção acrescenta valor eficientemente para um setor da economia. Seguidamente, listam-se os diferentes consumos intermédios do processo produtivo agrícola açoriano no período de 2011-2017 (Tabela 32).

Tabela 32. Evolução das componentes dos consumos intermédios agrícolas (milhões de euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sementes e Plantas	1,22	1,51	1,86	1,60	1,72	2,37	2,33
Energia e Lubrificantes	23,84	27,45	27,53	24,55	22,92	22,10	25,48
Adubos e Corretivos do Solo	22,25	18,99	23,46	23,23	20,98	18,53	21,06
Produtos Fitossanitários	1,35	1,24	2,07	2,95	2,33	1,77	1,72
Despesas com Veterinários	2,46	2,45	2,41	2,51	3,58	3,40	3,40
Alimentos para Animais	90,37	92,55	86,17	100,39	87,86	88,14	88,19
Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas	5,43	6,32	6,25	10,75	12,43	12,32	13,05
Manutenção e Reparação de Edifícios Agrícolas e de Outras Obras	2,24	1,81	1,65	4,46	3,49	4,67	5,10
Serviços Agrícolas	7,65	7,93	6,75	8,16	7,71	8,49	8,53
Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos	4,78	6,03	5,56	6,64	5,92	5,33	4,49
Outros Bens e Serviços	17,49	20,93	14,15	21,55	31,05	30,38	26,13
Consumos Intermédios	179,08	187,21	177,86	206,79	199,99	197,50	199,47

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais - Consumo intermédio por tipo de bens e serviços, INE, 2017

Ao nível dos consumos intermédios para a produção agrícola na R. A. dos Açores, é de notar que os diferentes consumos intermédios têm usos relativos bastante díspares. Os alimentos para animais, desde logo, correspondem a aproximadamente de 50% dos consumos, o que é expectável, tendo em conta o peso da produção animal açoriana. Em seguida surgem a “Energia e Lubrificantes” e “Adubos e Corretivos do Solo” representando, juntos, cerca de 24% dos consumos.

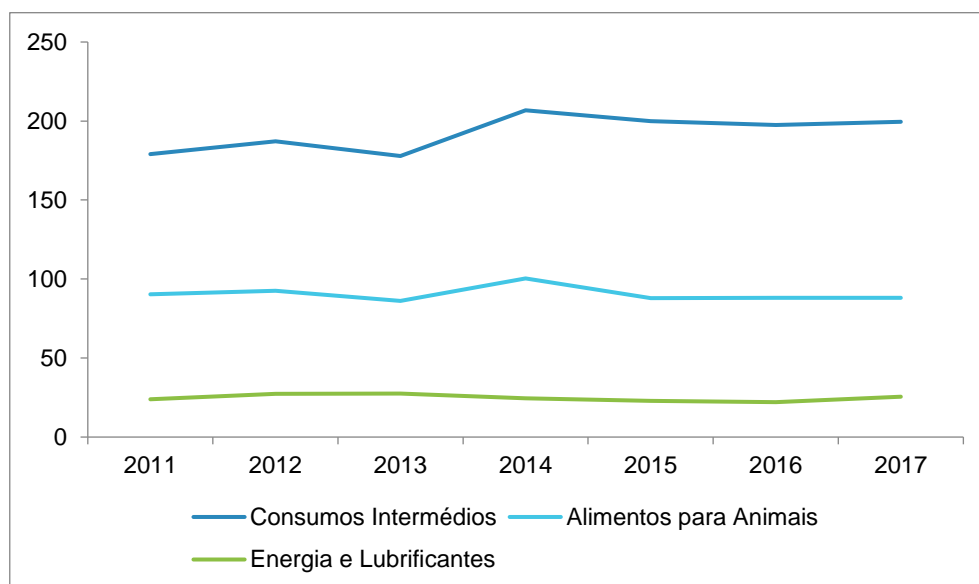


Figura 57. Evolução das duas maiores componentes dos consumos intermédios agrícolas (milhões de euros)

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais - Consumo intermédio por tipo de bens e serviços, INE

Neste contexto, é possível concluir que um ponto fulcral na gestão económica das explorações agrícolas poderá estar ligado aos encargos com os consumos intermédios.

3.1.5. Produtividade

Depois de analisar a produtividade do trabalho e a forma como os consumos intermédios influenciam o valor acrescentado na produção, é possível demonstrar como é que a produtividade variou na R. A. dos Açores por tipo de cultura no período de 2011-2017.

Observando a Figura 58, é possível constatar que, apesar da produtividade ser inferior para todas as culturas face à média nacional (destacando-se a diferença mais marcada nas culturas permanentes), as taxas de variação média nos Açores têm vindo a acompanhar as tendências nacionais. Neste contexto, nas culturas temporárias registou-se uma média de crescimento superior de cerca de 2,8 pontos percentuais (no período 2011 a 2017).

Deste modo, analisando a Figura 58, é possível perceber que a produtividade das culturas temporárias na R.A Açores tem vindo a aproximar-se dos números habitualmente gerados pelas culturas permanentes, o que pode ser uma informação relevante na definição de medidas específicas para cada uma destas culturas agrícolas.

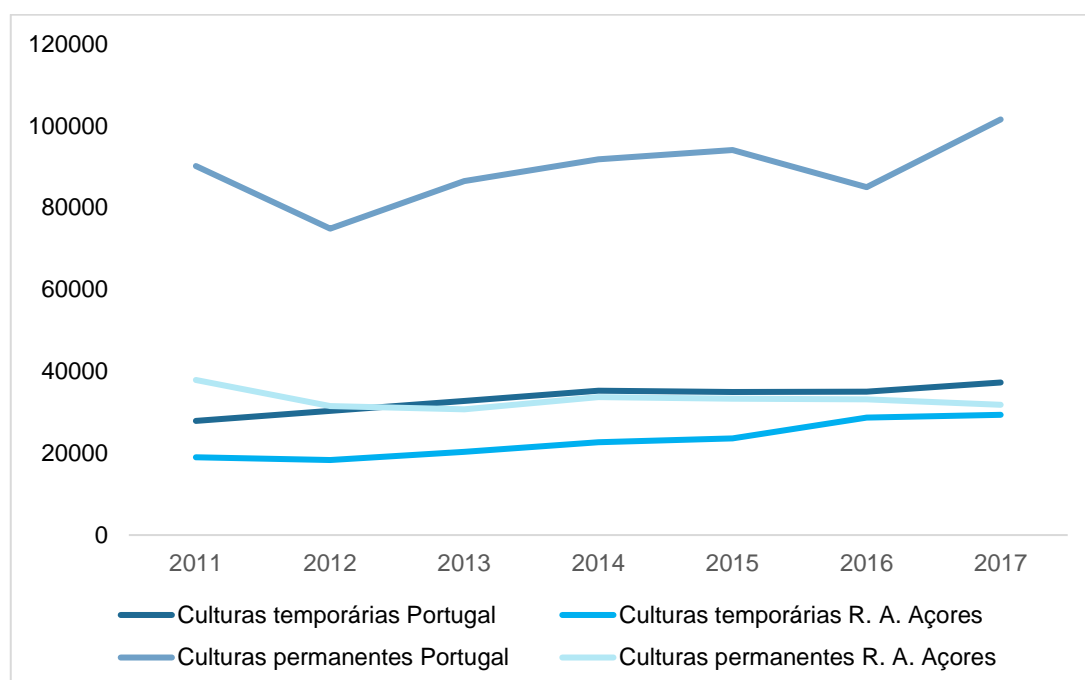


Figura 58. Evolução da produtividade das culturas permanentes e temporárias em Portugal e na R.A. Açores, no período de 2011-2017 (kg/ha).

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

3.1.6. Rendimentos

Para além do produto gerado pelos fatores empregues na agricultura da R.A. Açores, é importante perceber qual o rendimento obtido no processo produtivo (ótica do rendimento em vez da ótica do produto). Nesse sentido, a Tabela 33 apresenta como o rendimento é gerado, através dos diferentes influxos e efluxos típicos de qualquer atividade económica em análise. É de notar que os subsídios à produção, no período de 2011-2017, têm vindo a compensar o consumo de capital fixo. Ao mesmo tempo, estes influxos de subsídios não são capazes de compensar a combinação de consumo de capital e de trabalho (salários), havendo mesmo um efluxo de cerca de 34% do valor dos mesmos.

No que toca à relação de juros na agricultura açoriana, os efluxos são 200 vezes superiores aos influxos. De destacar também que os impostos sobre a produção têm vindo a ser 20 vezes superiores aos juros recebidos. Assim, como se pode observar na Figura 59, há uma perda de rendimentos gerados face ao introduzido na economia pelos fatores, sendo que este diferencial na agricultura da R.A. Açores teve a sua maior queda a partir de 2014, não se tendo ainda verificado a sua recuperação.

Tabela 33. Influxos e efluxos do rendimento gerado pela agricultura açoriana no período de 2011-2017 (milhões de euros)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Valor Acrescentado Bruto	213,0	231,5	232,0	239,4	237,3	228,2	230,8
2	Consumo de Capital Fixo	17,8	9,9	10,6	10,6	11,9	11,7	12,0
3 = 1 - 2	Valor Acrescentado Líquido	195,2	221,6	221,3	228,8	225,4	216,5	218,7
4	Outros Impostos sobre a Produção	1,0	1,5	1,8	1,6	1,6	1,9	1,8
5	Outros Subsídios à Produção	20,4	19,0	20,4	19,4	26,5	29,3	29,3
6 = 3 - 4 + 5	Rendimento dos Fatores	214,6	239,1	240,0	246,6	250,3	243,8	246,2

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
7	Remuneração dos Assalariados	23,4	23,5	20,9	23,7	23,5	25,6	24,4
8 = 6 - 7	Excedente Líquido de Exploração	191,2	215,7	219,0	222,9	226,8	218,2	221,8
9	Rendas a Pagar	8,5	8,8	8,8	8,8	8,9	8,9	8,9
10	Juros a Pagar	12,7	8,6	10,7	15,1	26,4	30,8	34,0
11	Juros a Receber	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
12 = 8 - 9 - 10 + 11	Rendimento Gerado Líquido	170,0	198,4	199,5	199,1	191,6	178,7	179,1

Fonte: Contas Económicas da Agricultura dos Açores, SREA.

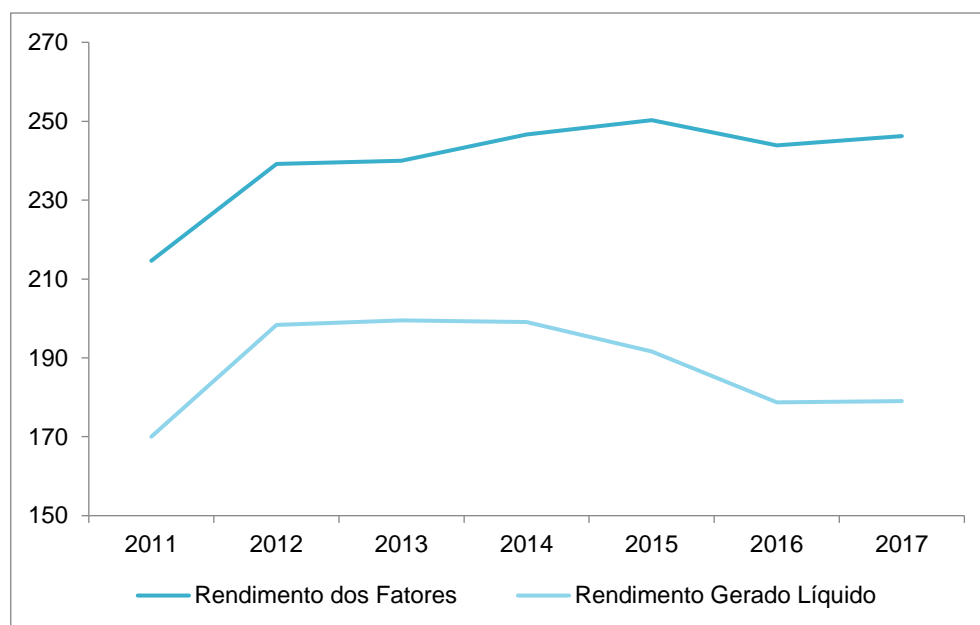


Figura 59. Evolução dos rendimentos gerados pela agricultura açoriana, para o período de 2011-2017 (milhões de euros).

Fonte: Contas Económicas da Agricultura dos Açores, SREA.

3.1.7. Capital

Apesar do capital agrícola acabar por ser incorporado na geração de produto e rendimentos sem efeitos significativos, como observado acima, importa perceber como é que este fator se desagrega, uma vez que é uma base que interessa manter estável.

Tabela 34. Formação bruta de capital fixo e transferências de capital na agricultura açoriana (milhões de euros)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Plantações	1,34	3,07	3,23	3,73	3,84	3,92	3,87
Animais	43,90	40,33	32,06	29,40	36,79	38,45	35,39
Máquinas e Materiais	10,11	4,89	6,50	6,17	7,28	4,13	3,77
Edifícios	3,68	1,92	0,91	1,08	1,54	3,81	3,96
Outros Produtos Não Agrícolas	0,08	0,13	0,34	0,10	0,11	0,28	0,30
Formação Bruta de Capital Fixo	59,11	50,34	43,04	40,48	49,56	50,60	47,29
Ajudas ao Investimento	16,18	15,58	13,76	9,15	12,99	9,23	17,00
Outras Transferências	2,49	1,23	1,53	1,78	1,54	1,37	1,10
Transferências de Capital	18,67	16,81	15,29	10,93	14,53	10,60	18,09

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais - Formação bruta de capital fixo e transferências de capital, INE.

Em sintonia com a importância já descrita da produção animal para a economia agrícola açoriana, a Tabela 34 demonstra que cerca de 75% em média (ao longo dos anos) da formação bruta de capital fixo tem a sua base em animais. Também é de notar como as ajudas ao investimento têm suplantado em cerca de 63% (no período de 2011-2017) a aquisição e manutenção de máquinas, materiais e edifícios.

No entanto, como se pode observar na Figura 60, as transferências de capital apenas têm representado cerca de 25% da formação de capital fixo, só tendo começado a apresentar um comportamento contracíclico a partir de 2015.

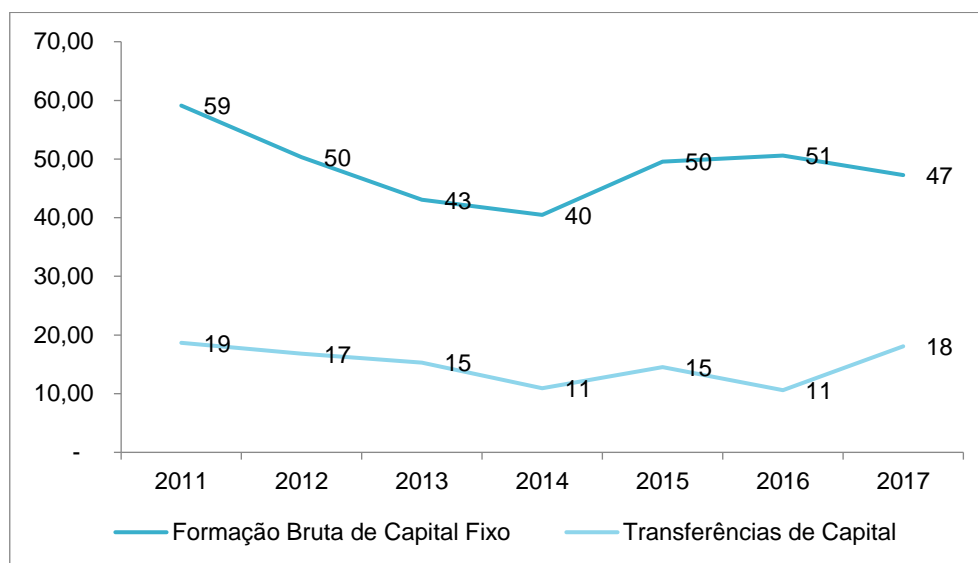


Figura 60. Evolução da formação bruta da capital fixo e transferências de capital, para o período 2011-2017, na agricultura açoriana (milhões de euros)

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais - Formação bruta de capital fixo e transferências de capital (INE).

3.1.8. Comércio

Tendo em conta o contexto geográfico da R.A. Açores, o comércio internacional é particularmente relevante para mitigar o isolamento físico e financeiro que são comuns às realidades insulares. Mais ainda, indicadores de comércio externo, sobretudo ao nível de produtos agrícolas e alimentares, são de elevada importância para diagnosticar o grau de autossuficiência da região.

Como se pode constatar da Tabela 35 e Figura 35, não só o saldo comercial destes produtos tem sido deficitário, como se tem deteriorado ao longo do tempo (havendo mesmo uma variação negativa na casa dos 140% para trocas comerciais com a União Europeia). Ao mesmo tempo, a taxa de cobertura das importações pelas exportações tem decrescido mas com menor magnitude (-5% num período de 6 anos, Tabela 35).

Tabela 35. Indicadores do comércio internacional açoriano para as secções I-IV² da nomenclatura combinada (milhares de euros)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	Exportações	73.954	86.003	93.039	66.518	69.163	67.577	69.328

² I – Animais vivos e produtos do reino animal

II – Produtos do reino vegetal

III – Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal

IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas; líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados.

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Importações	80.873	98.878	108.721	85.767	87.658	90.651	103.606
	Saldo	-6.919	-12.875	-15.682	-19.249	-18.495	-23.074	-34.278
	Tx. de cobertura (%)	91	87	86	78	79	75	67
	Grau de abertura (%)	4,1	5,1	5,5	4,1	4,1	4,0	4,2
	Orientação exportadora (%)	2,0	2,4	2,5	1,8	1,8	1,7	1,7
	Exportações	59.006	63.780	53.416	44.911	45.293	46.291	48.453
Intra-UE	Importações	55.359	63.967	55.327	55.208	60.958	61.170	62.613
	Saldo	3.647	-187	-1.911	-10.297	-15.665	-14.879	-14.160
	Tx. de cobertura (%)	107	100	97	81	74	76	77
	Grau de abertura (%)	3,0	3,5	3,0	2,7	2,8	2,7	2,7
	Orientação exportadora (%)	1,6	1,8	1,5	1,2	1,2	1,2	1,2
	Exportações	14.948	22.223	39.623	21.607	23.870	21.286	20.875
Extra-UE	Importações	25.514	34.911	53.394	30.559	26.700	29.481	40.993
	Saldo	-10.566	-12.688	-13.771	-8.952	-2.830	-8.195	-20.118
	Tx. de cobertura (%)	59	64	74	71	89	72	51
	Grau de abertura (%)	1,1	1,6	2,5	1,4	1,3	1,3	1,5
	Orientação exportadora (%)	0,4	0,6	1,1	0,6	0,6	0,5	0,5
	Exportações	14.948	22.223	39.623	21.607	23.870	21.286	20.875

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

Também é igualmente preocupante que o comércio internacional destes produtos, tão importantes para a economia açoriana, seja apenas representativo de cerca de 4% do PIB da região, sendo que as exportações apenas equivalem a 2% do PIB açoriano.

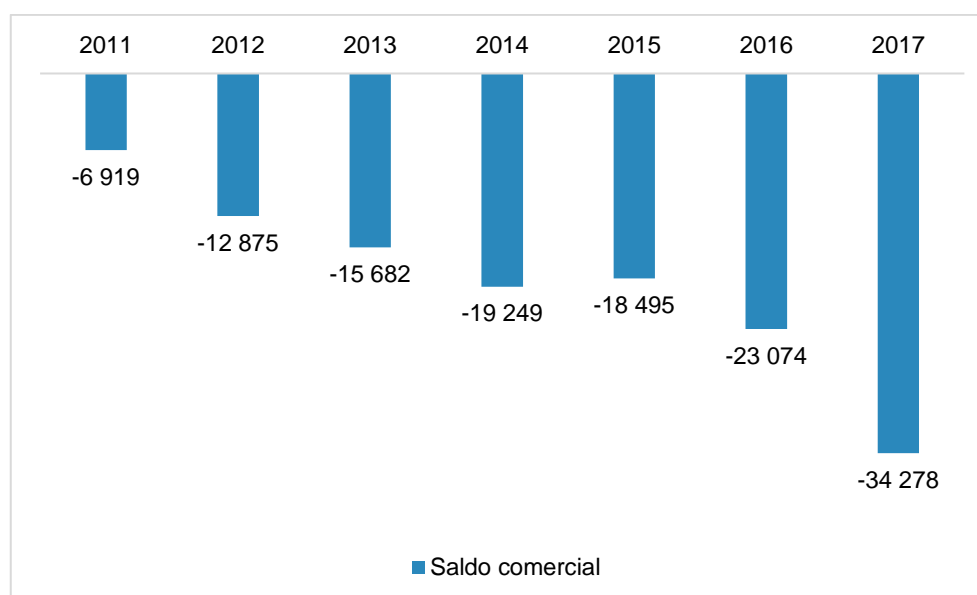


Figura 61. Saldo comercial açoriano das secções I-IV da nomenclatura combinada (milhares de euros).

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

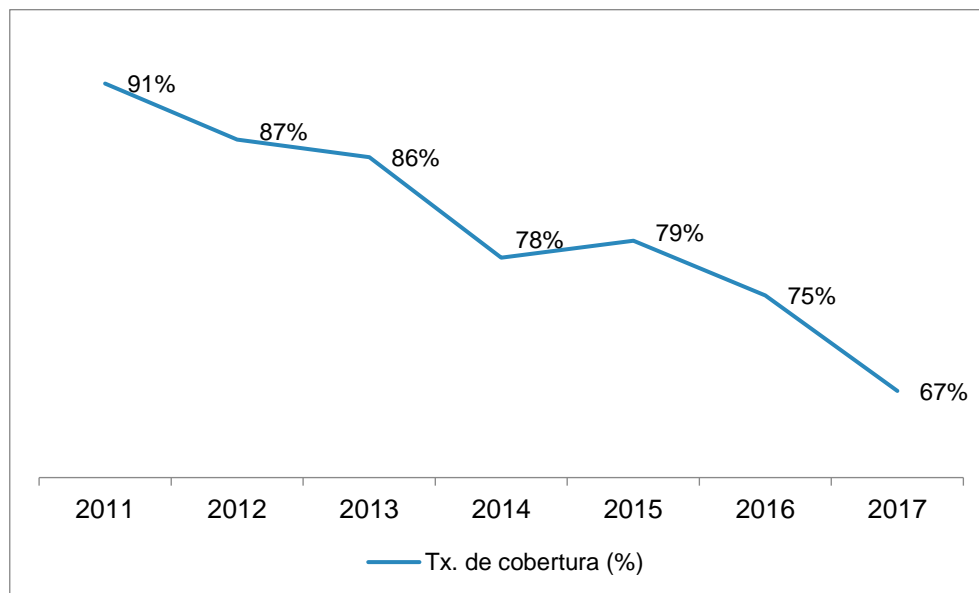


Figura 62. Taxa de cobertura das importações pelas exportações açorianas nas secções I-IV da nomenclatura combinada

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

Por fim, para complementar os dados do comércio internacional, analisamos a evolução da distribuição dos produtos agrícolas açorianos por via marítima de todos os setores. Observando a Figura 63 pode-se constatar que no período 2011-2012 registou-se uma queda considerável de produtos agrícolas que saem dos Açores por via marítima e que, a partir dessa data e até 2018 se registaram oscilações menores nas toneladas exportadas via mar.

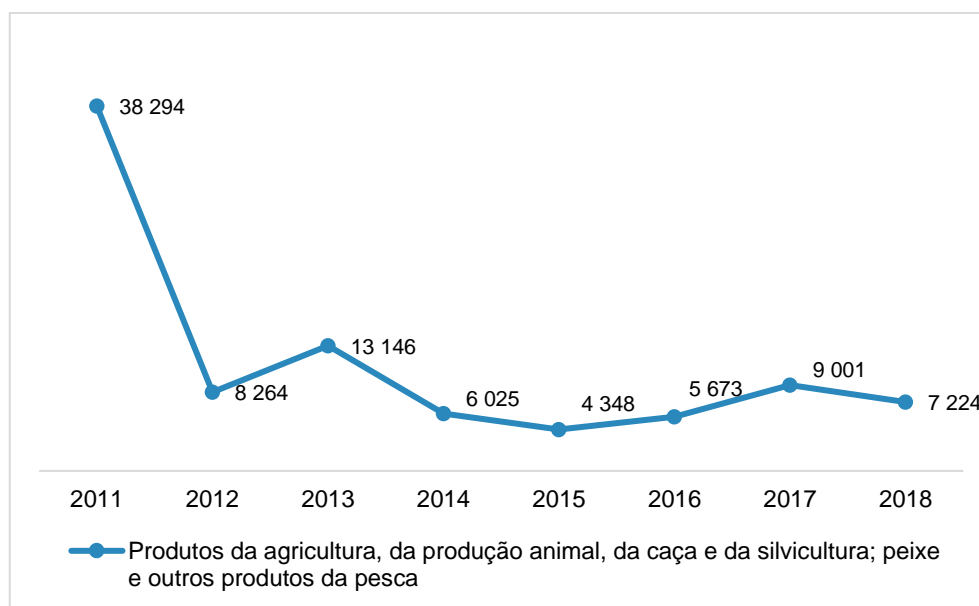


Figura 63. Saída de produtos agrícolas da Região Autónoma dos Açores por via marítima (toneladas)

Fonte: SPI, a partir de SREA

3.1.9. Emprego

O emprego é um fator importante para caracterizar a economia agrícola da R.A. Açores. Deste modo, a Figura 64, apresenta a evolução da população empregada da R.A. Açores na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca durante o período 2011-2018.

Neste contexto, de acordo com os dados da Figura 64, é possível constatar a existência de oscilações temporais no número de pessoas empregadas na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca durante o período 2011-2018. Deste modo, verificou-se uma diminuição da população empregada no setor de atividade primário no período 2012-2016; não obstante entre 2016 e 2018 os números voltaram a crescer.

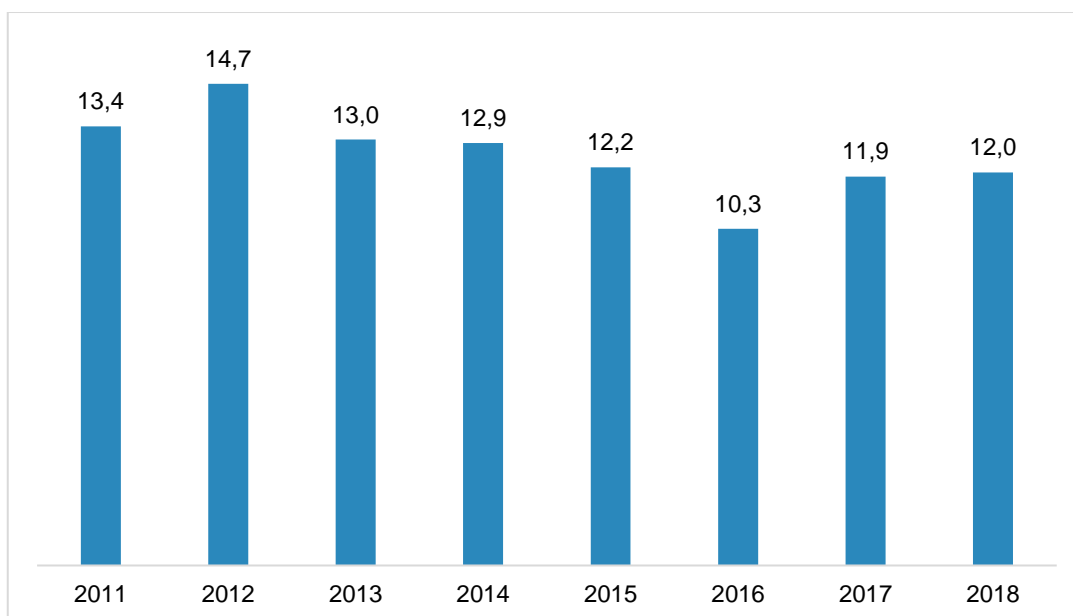


Figura 64. População empregada (Série 2011 - N.º) na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (nº em milhares) na R.A. Açores

Fonte: INE

Analisando a distribuição da população empregada em função da atividade principal, verifica-se que, em 2017, na R.A. Açores 10,7% da população empregada exercia atividades no setor da agricultura, produção animal, caça e floresta. Tal afigura-se superior à média nacional, a qual se posiciona nos 6,4% (Figura 65).

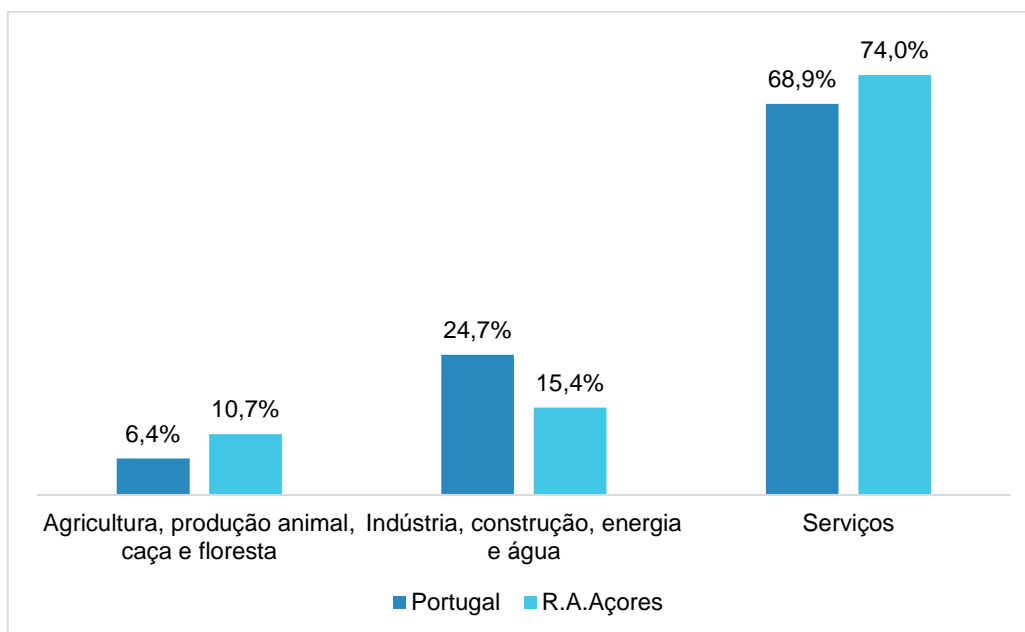


Figura 65. População empregada por atividade principal - 2017 (%)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico 2018

Em termos da evolução temporal da população da R.A. Açores empregada por setor de atividade, é possível constatar que o setor terciário se tem mantido como o principal empregador da população da Região, tendo

esse número aumentado em 2018 face a 2011. Por sua vez, através da análise da Figura 66 verificou-se uma diminuição da população empregada no setor secundário durante o mesmo período.

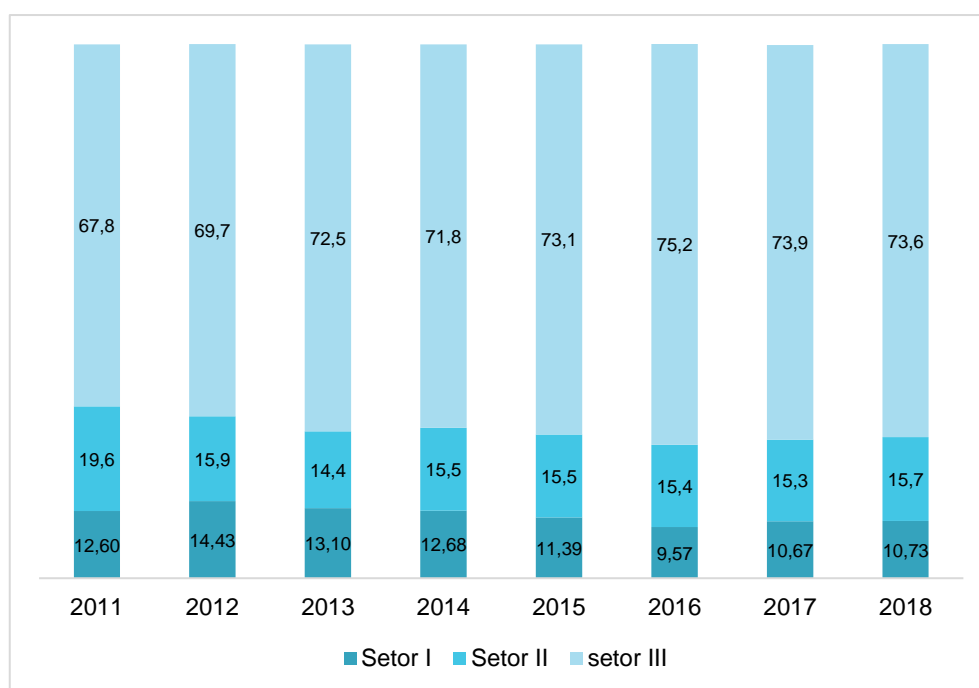


Figura 66. Evolução da população da R.A. Açores empregada por setor de atividade, 2011-2018 (%)

Fonte: INE

3.1.10. Investimento agroindustrial

A agroindústria foi alvo de um investimento bastante significativo na RAA no que concerne a projetos apoiados pelos Programas de Desenvolvimento Rural (PRORURAL e PRORURAL+). No período de programação 2007-2013 foram aprovados 30 projetos com uma despesa pública total de 72 260 372,28€. Desta despesa, 71% foi afeta a projetos no sector do leite e lacticínios, 17% para o sector da carne de bovino, 6% para o sector das frutas, flores e produtos hortícolas e 3% para o sector da horticultura. Os restantes 1% da despesa pública aprovada corresponde a projetos dos sectores das aves e da vinha.

No PRORURAL+, período de programação 2014-2020, até 2019, foram aprovados 30 pedidos de apoio num total de despesa pública de 39 694 546,84€, sendo que 52,26% dos projetos aprovados eram do sector da carne e 25,20% do sector do leite, 6,23% na produção de vinhos comuns e licorosos e 8,04% na produção de alimentos para animais, 4,12% em produtos alimentares diversos e 4,15% na desidratação de frutas e produtos hortícolas.

3.2. Caracterização das fileiras mais representativas

A R.A. Açores distingue-se pelas características singulares que possui ao nível dos recursos paisagísticos e naturais, que lhe conferem grandes oportunidades nas fileiras produtivas do leite, carne, produtos hortícolas e frutícolas, flores e plantas ornamentais, vinho e mel. A fileira do leite e lacticínios, bem como a fileira da carne são consideradas fileiras produtivas de referência a nível regional; no entanto, as fileiras da fruticultura, horticultura, floricultura e plantas ornamentais, viticultura e apicultura têm vindo a ganhar uma importância crescente devido ao potencial existente na Região para o seu desenvolvimento.

3.2.1. Leite

A fileira do leite é um dos pilares fundamentais da economia da R.A. Açores, que apresenta vantagens competitivas em relação a uma parte significativa do tecido produtivo do restante território português devido às suas condições edafoclimáticas.

Em 2017 contabilizaram-se, no setor primário, cerca de 2040 explorações produtoras de leite, com as ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge a representarem respetivamente 55%, 27% e 8% do número total deste tipo de explorações³.

Por sua vez, tal como se pode observar na Tabela 36, a SAU das explorações de leite aumentou de 27 ha em 2013 para 28 ha em 2017, tendo também sido registado um aumento da SAU por conta própria no período em referência. Neste âmbito, é também importante ressaltar o aumento da Mão-de-Obra Assalariada (UTA) durante o período 2013-2017.

Tabela 36. Principais variáveis, segundo a orientação técnico-económica das explorações de leite (valores médios por exploração)

		2013	2014	2015	2016	2017
Leite	SAU Total (ha)	27	25	26	24	28
	SAU Conta Própria (ha)	4	4	5	4	6
	Cabeças Normais (CN)	46	46	53	47	49
	Cabeças Normais Herbívoros (CN)	45	45	53	47	48
	Mão-de-Obra Total (UTA)	1,17	1,20	1,29	1,20	1,29
	Mão-de-Obra Assalariada (UTA)	0,08	0,14	0,16	0,12	0,19

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2013 a 2017

O tipo de orientação técnico-económica de uma exploração é o sistema de produção que se caracteriza pela contribuição relativa dos diferentes grupos de produção/atividades (Pn) para o Produto Bruto Agrícola total da exploração. Assim, de acordo com a Tabela 37, o Produto Bruto Agrícola das explorações de leite é composto por produção vegetal, animal e diversa. Neste contexto, a Tabela 37 demonstra que as explorações de leite se afiguram bastante produtivas, sendo a contribuição da produção animal a que mais se destaca neste contexto.

Tabela 37. Produto agrícola, segundo a orientação técnico-económica das explorações (valores médios por exploração, euros)

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Leite	Produto Bruto Agrícola	47.716	48.305	60.400	62.835	53.189	55.534
	Produção Vegetal	631	111	1.247	1.262	316	1.178
	Produção Animal	46.896	47.719	58.592	61.459	52.581	54.118
	Produção Diversa	189	474	561	114	293	237

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2012 a 2017

³ Dados disponíveis em: <https://www.investinazores.com/index.php/pt/porque-acores/setor-agroalimentar>

Relativamente à comercialização de produtos lácteos em toneladas, é possível constatar que o leite é o produto que regista quantidades comercializadas mais elevadas (131.204 toneladas), seguido do queijo (28.445 toneladas) e do leite em pó (16.479 toneladas).

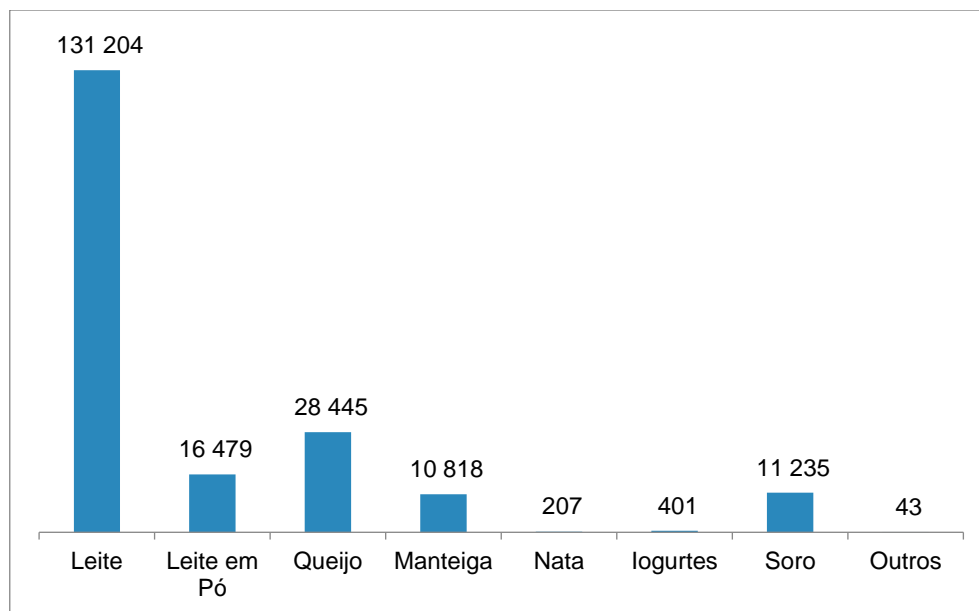


Figura 67. Comercialização de produtos lácteos em toneladas, 2018

Fonte: SREA

Analisando o leite de vaca recolhido da produção na R.A. Açores, no período 2013-2018 (Figura 68), verificou-se um aumento do leite de vaca recolhido da produção na R.A. Açores. Em 2015 a R.A. Açores ultrapassou pela primeira vez o limiar dos 600 milhões de litros de leite recolhidos. Assim, a Região tem vindo a ganhar uma crescente importância na estrutura de recolha de leite a nível nacional.

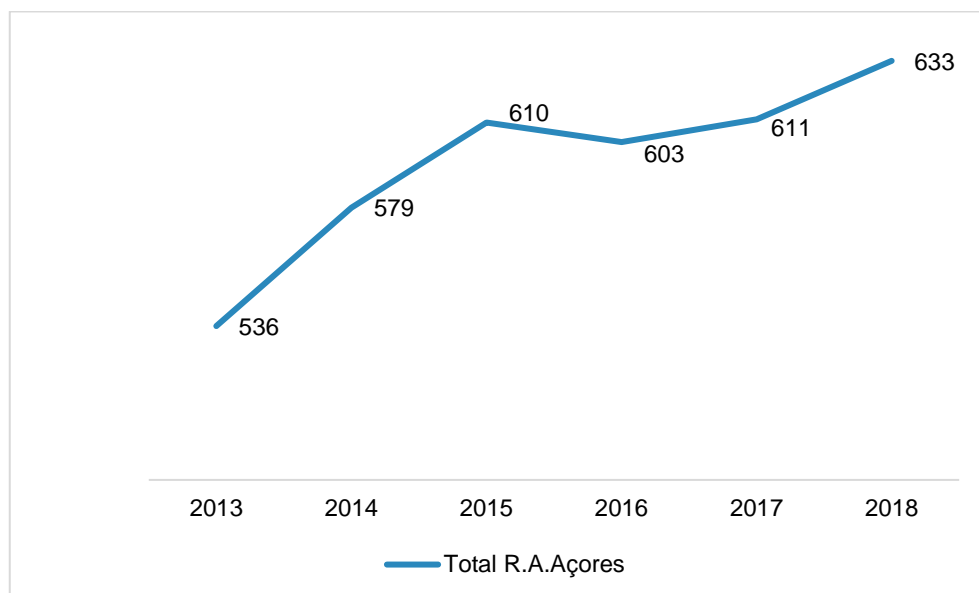


Figura 68. Leite de Vaca recolhido diretamente da produção (milhões de litros)

Fonte: SREA

No ano de 2018, foram entregues aproximadamente 633 milhões de litros de leite da R.A. Açores nas fábricas. A Ilha de São Miguel registou o maior contributo para o valor total de litros entregue nas fábricas no ano de 2018, seguida das ilhas Terceira e de São Jorge.

A Ilha do Corvo foi a que registou uma quantidade menor de leite entregue nas fábricas (23 mil litros) durante o ano de 2018.

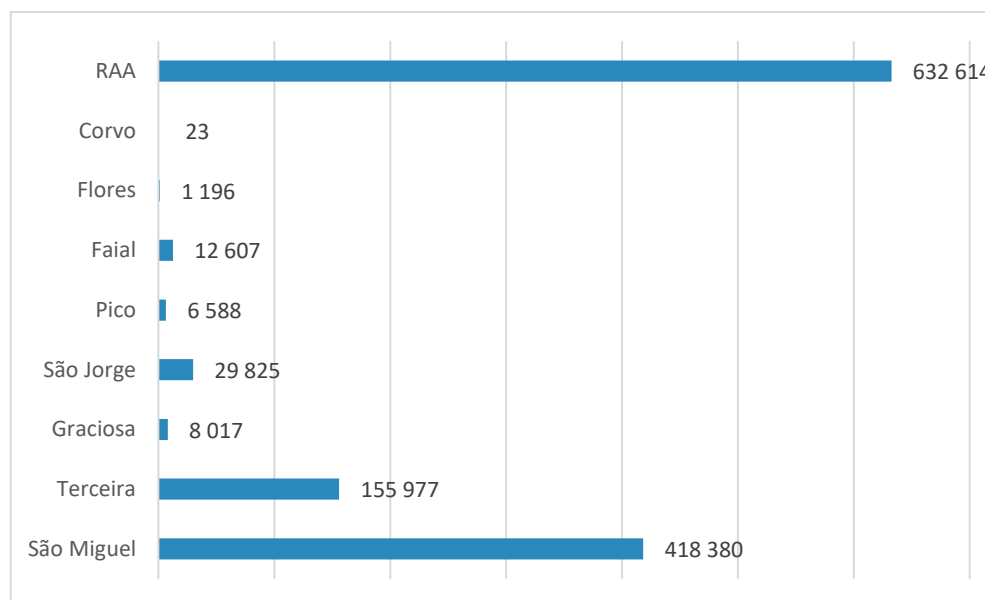


Figura 69. Leite de Vaca recolhido diretamente da produção por ilha, 2018, (Unidade: 1000 litros)

Fonte: SREA

No que diz respeito à indústria dos laticínios da R.A. Açores, os principais produtos são o leite e o queijo. No período 2014-2018 verificaram-se algumas oscilações nas quantidades dos principais produtos lácteos. Assim, tal como se pode observar na Tabela 38, o ano de 2018 foi o ano no qual se produziram maiores quantidades de leite, queijo, manteiga e iogurtes. Por sua vez, no ano de 2015 foram registadas a maiores quantidades de leite em pó e nata.

Tabela 38. Evolução das quantidades produzidas dos principais produtos lácteos da R.A. Açores, 2014-2018

R.A.Açores	Leite de vaca para consumo público - Litro	Nata embalada consumo - Kg	Leite em pó - Kg	Manteiga - Kg	Queijo de leite de vaca - Kg	Iogurtes - Kg
2014	128 595 750	186 852	16 388 970	10 022 569	29 621 426	374 881
2015	142 952 205	222 120	18 886 405	11 509 440	28 151 536	387 374
2016	135 991 318	179 358	16 215 115	11 853 617	29 936 437	460 682
2017	137 359 698	186 435	16 167 950	11 400 050	31 300 575	504 250
2018	145 185 269	211 678	17 760 860	12 087 037	31 247 314	501 249
2019	126 747 421	169 425	17 725 115	10 811 812	34 220 021	498 391

Fonte: SREA

Relativamente à análise das quantidades dos principais produtos lácteos por ilha, no ano de 2018, a Ilha de São Miguel foi a que registou maiores quantidades produzidas de todos os produtos lácteos, seguida da Ilha Terceira (Tabela 39). Na verdade, as ilhas de São Miguel e Terceira são as únicas da Região que têm

produção de todos os principais produtos lácteos. Adicionalmente, é importante destacar que oito das nove ilhas da R.A. Açores têm produção de queijo de leite de vaca, destacando-se as ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge com as maiores quantidades.

Por sua vez, a Ilha do Pico apenas regista produção de manteiga e queijo de leite de vaca, enquanto a Ilha do Corvo somente de queijo de leite de vaca. A Ilha de Santa Maria não tem produção de nenhum dos principais produtos lácteos destacados na Tabela 39.

Tabela 39. Quantidades dos principais produtos lácteos por ilha, 2018

Ilha da R.A. Açores	Leite de vaca para consumo público (l)	Nata embalada para consumo (kg)	Leite em pó (kg)	Manteiga (kg)	Queijo de leite de vaca (kg)	Iogurtes (kg)
São Miguel	126.274.979	159.116	10.140.435	7.231.596	21.316.775	415.243
Terceira	18.900.360	52.562	7.620.425	4.620.670	4.560.617	82.087
Graciosa	6.144	-	-	76.825	749.913	-
São Jorge	-	-	-	-	2.653.235	-
Pico	-	-	-	23.955	556.527	-
Faial	2.728	-	-	131.612	1.299.117	205
Flores	1.058	-	-	2379	109.199	3.714
Corvo	-	-	-	-	1.931	-

Fonte: SREA

Adicionalmente, é importante ilustrar a forma como os principais produtos lácteos se comportam num contexto comercial, e assim aferir a sua competitividade e atratividade fora do contexto açoriano. Deste modo, a Tabela 40 apresenta dados sobre a evolução da comercialização de produtos lácteos açorianos por destino no período 2013-2018.

É possível concluir que o Continente é o principal destino dos produtos lácteos açorianos (79,4% do total dos produtos lácteos são comercializados para o Continente). Estes números são mais expressivos no que diz respeito à comercialização de leite, leite em pó, queijo e manteiga.

A maior quantidade de natas destinaram-se ao mercado interno da R.A. Açores, assim como os iogurtes. É também importante destacar que a maior percentagem do soro se destinou a mercados intra-UE (Tabela 40).

Tabela 40. Comercialização de produtos lácteos açorianos por destino (%).

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Leite	R. A. Açores	19,4	20,6	17,6	16,2	15,7	16,3
	Continente	75,2	71,6	74,4	74,8	80,4	79,7
	R. A. Madeira	3,7	4,3	3,8	3,0	2,1	1,6
	Intra-UE	0,1	0,4	1,7	3,3	0,6	1,3
	Extra-UE	1,6	3,1	2,5	2,7	1,2	1,1
Leite em Pó	R. A. Açores	1,4	0,2	0,4	1,4	0,5	0,8
	Continente	90,8	93,5	90,0	86,8	88,8	87,3
	R. A. Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Intra-UE	6,0	2,5	8,0	8,7	5,0	5,4
	Extra-UE	1,7	3,8	1,5	3,1	5,6	6,5
Queijo	R. A. Açores	7,0	6,8	8,8	8,4	8,0	8,9
	Continente	86,0	86,8	84,2	86,4	88,3	88,2
	R. A. Madeira	2,1	1,9	2,0	1,3	1,3	1,6
	Intra-UE	3,3	2,7	2,3	2,3	0,8	0,6

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Manteiga	Extra-UE	1,6	1,8	2,7	1,6	1,6	0,7
	R. A. Açores	7,5	6,8	7,2	6,7	6,9	6,8
	Continente	83,9	84,3	83,2	82,7	85,6	87,2
	R. A. Madeira	1,7	2,7	1,7	1,5	1,6	1,5
	Intra-UE	6,7	6,0	7,0	8,7	5,5	4,3
Nata	Extra-UE	0,1	0,2	0,9	0,3	0,3	0,2
	R. A. Açores	84,8	83,7	74,3	87,6	89,5	97,3
	Continente	13,1	13,3	25,7	12,3	10,1	2,0
	R. A. Madeira	2,1	2,9	0,0	0,0	0,4	0,7
	Intra-UE	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
logurtes	Extra-UE	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	R. A. Açores	70,8	64,6	67,1	58,9	57,5	55,0
	Continente	20,4	18,6	14,2	18,7	16,1	16,6
	R. A. Madeira	8,7	16,8	18,5	22,4	26,3	28,3
	Intra-UE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Soro	Extra-UE	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
	R. A. Açores	8,6	7,9	7,1	5,6	4,6	5,6
	Continente	51,9	49,0	44,8	49,7	39,2	38,2
	R. A. Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Intra-UE	38,9	41,5	47,9	44,7	53,4	56,2
Outros	Extra-UE	0,7	1,6	0,2	0,0	2,9	0,0
	R. A. Açores	89,6	88,5	87,6	54,0	72,8	59,1
	Continente	4,7	10,9	11,3	45,7	24,7	23,6
	R. A. Madeira	5,7	0,5	0,0	0,3	2,5	17,3
	Intra-UE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAIS	Extra-UE	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0
	R. A. Açores	15,2	15,2	13,9	13,0	12,5	13,0
	Continente	76,9	75,1	76,0	76,2	79,9	79,4
	R. A. Madeira	2,9	3,2	2,9	2,3	1,7	1,4
	Intra-UE	3,6	3,7	5,1	6,1	4,3	4,8
	Extra-UE	1,5	2,7	2,2	2,3	1,7	1,4

Fonte: SREA

De acordo com a Figura 70, é possível constatar que a comercialização de produtos lácteos açorianos tem vindo a aumentar nos últimos 5 anos, apenas com uma ligeira queda entre 2016-2017.

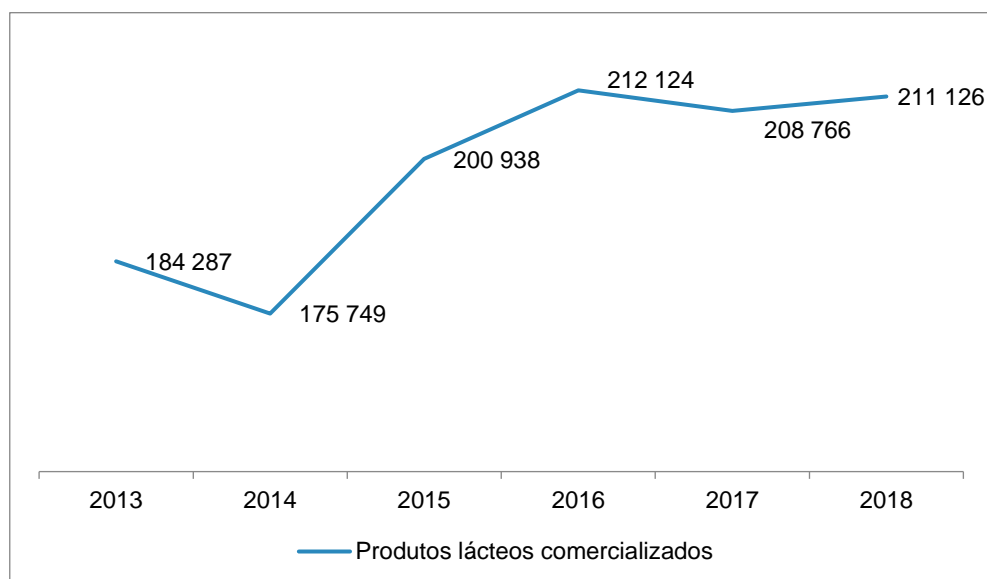


Figura 70. Evolução da comercialização de produtos lácteos açorianos por toneladas

Fonte: SREA

É importante concluir que apesar da R.A. Açores registar uma produção de leite bastante significativa, a Região ainda apresenta potencial para o aumento da produção de produtos derivados do leite, os quais poderão ser exportados para novos mercados. Assim, a exploração de novos mercados poderá afigurar-se como uma forma de mitigar as situações de volatilidade criadas pelo fim do regime das quotas leiteiras.

3.2.2. Carne

No âmbito da fileira da carne, a R.A. Açores possui vantagens naturais para a produção de um produto de elevada qualidade, que assenta em princípios éticos (bem-estar animal), sensoriais (influência da alimentação forrageira) e composicionais, uma vez que a alimentação predominantemente forrageira consegue elevar o conteúdo em ácidos gordos benéficos à saúde humana⁴.

Na R.A. Açores as explorações de carne apresentam uma percentagem de superfície em conta própria superior à das explorações de leite apesar de a SAU das explorações de carne ser substancialmente inferior à SAU das explorações de leite (Tabela 36 e Tabela 41).

Por sua vez, no período 2013-2017 a SAU das explorações de carne manteve-se significativamente constante. É também importante ressaltar o aumento das cabeças normais e das cabeças normais herbívoros ao longo do período 2013-2017 (Tabela 41).

Tabela 41. Principais variáveis, segundo a orientação técnico-económica das explorações de carne (valores médios por exploração)

		2013	2014	2015	2016	2017
Carne	SAU Total (ha)	18,13	17,44	17,40	18,89	18,68
	SAU Conta Própria (ha)	6,63	5,82	5,29	6,50	6,31
	Cabeças Normais (CN)	22,98	23,25	24,25	25,10	25,32
	Cabeças Normais Herbívoros (CN)	22,88	23,20	24,22	25,08	25,30

⁴ Relatório de Avaliação do Impacto da Liberalização das Quotas Leiteiras no Rendimento dos Produtores da R.A. Açores, Outubro de 2013, disponível em: http://base.alra.pt:82/Doc_Reg/Xrequeresp190.pdf

	Mão-de-Obra Total (UTA)	1,11	1,07	1,01	0,91	0,96
	Mão-de-Obra Assalariada (UTA)	0,05	0,04	0,05	0,04	0,06

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2013 a 2017

Tal como mencionado anteriormente, o tipo de orientação técnico-económica de uma exploração é o sistema de produção que se caracteriza pela contribuição relativa dos diferentes grupos de produção/atividades (Pn) para o Produto Bruto Agrícola total da exploração. Deste modo, de acordo com Tabela 42, o Produto Bruto Agrícola das explorações de carne inclui a produção, vegetal, animal e diversa.

Neste contexto, no que diz respeito à produção de carne, verificou-se um aumento do produto agrícola no período 2012-2017. Por sua vez, a produção animal é responsável por cerca de 92% da produção agrícola das explorações de carne da R.A. Açores (segundo orientação técnico-económica) (Tabela 42).

Tabela 42. Produto agrícola, segundo a orientação técnico-económica das explorações de carne (valores médios por exploração, euros)

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Carne	Produto Bruto Agrícola	6.643	8.577	7.657	8.277	9.622	9.857
	Produção Vegetal	134	156	245	102	130	568
	Produção Animal	5.682	7.661	6.919	7.429	8.284	9.027
	Produção Diversa	827	759	492	746	1.208	261

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2012 a 2017

De acordo com o Relatório de Avaliação do Impacto da Liberalização das Quotas Leiteiras no Rendimento dos Produtores da R.A. Açores (2013), tradicionalmente a comercialização de carne na R.A. Açores era efetuada através da expedição de gado vivo. Com a acentuada sazonalidade da produção, particularmente nas ilhas de Santa Maria (a partir de maio/junho), Pico, Flores e Corvo (a partir de outubro/novembro), era habitual verificar-se uma saída de animais jovens (i.e., a partir dos 8 meses), que seguiam para unidades de acabamento no território continental. No entanto, nos últimos, anos foram investidos cerca de 15 milhões de euros na modernização da rede regional de abate (matadouros) e na sua certificação com norma de qualidade e segurança alimentar, de forma a responder às novas exigências dos mercados e dos clientes dos matadouros, além de potenciar o bem-estar animal, as condições de higiene e a qualidade da carne produzida. Tal tem vindo a facilitar o comércio de carcaças/peças, introduzindo valor acrescentado à produção na R.A. Açores ao invés de apenas expedir gado vivo.

Neste contexto, a Figura 71 ilustra uma diminuição substancial do número de saídas de gado bovino vivo para o exterior da R.A. Açores entre os anos de 2014 e 2015.

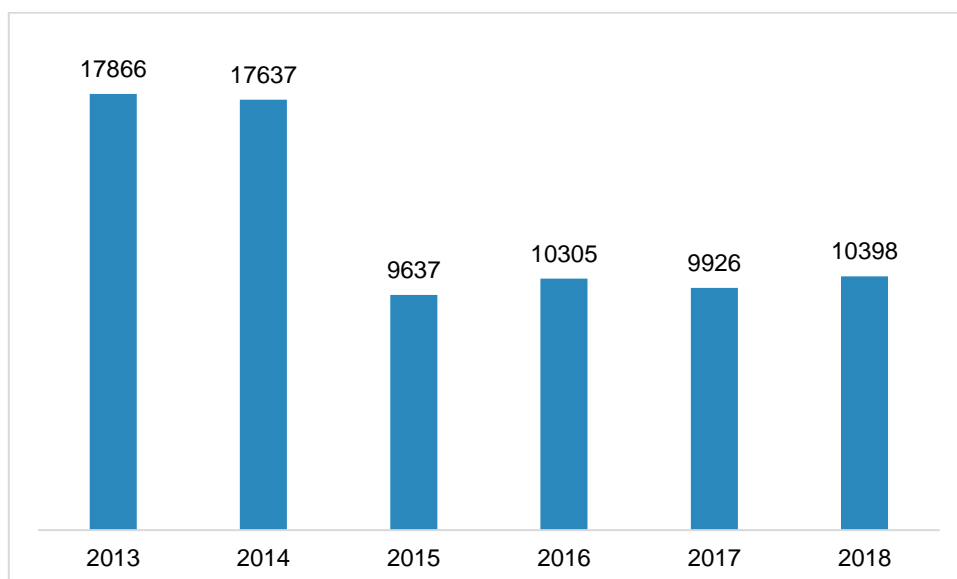


Figura 71. Saída de gado bovino vivo (n.º de cabeças) para o exterior da R.A. Açores, 2013 a 2018
Fonte: SREA

Por outro lado, a maioria das cabeças de animais abatidos e aprovados para consumo público nos matadouros da R.A. Açores destinou-se ao consumo local (3.065.446 cabeças em 2015). Verificamos pela observação da figura que se segue, que o número de animais abatidos e aprovados para consumo tem vindo a mostrar um aumento bastante significativo a partir do ano 2017, depois de uma descida que se vinha a verificar a partir de 2015. Este aumento verificado notoriamente no ano de 2019 e dá-se graças ao aumento de abate de suínos, ovinos, caprinos e aves. Verificou-se uma ligeira diminuição do número de abates aprovados para consumo de coelhos e de bovinos.

Tabela 43. Animais abatidos e aprovados para consumo público nos matadouros da R.A. Açores, 2015 a 2019

Espécie e classes	Consumo local		Sala descmancha		Exportação		Total	
	Cabeças	kg	Cabeças	kg	Cabeças	kg	Cabeças	kg
2015								
Bovinos	22 607	5 567 657	4 648	1 146 628	31 613	6 830 172	58 868	13 544 457
Suínos	69 538	5 369 335			2 032	167 305	71 570	5 536 640
Caprinos	1 075	11 829					1 075	11 829
Ovinos	425	6 376					425	6 376
Aves	2 960 850	3 541 882					2 960 850	3 541 882
Coelhos	8 816	10 974					8 816	10 974
Geral	3 063 311	14 508 053	4 648	1 146 628	33 645	6 997 477	3 101 604	22 652 158
2016								
Bovinos	22 002	5 440 794	9 410	2 036 612	39 672	6 373 612	71 084	13 851 018
Suínos	69 585	5 385 644			1 710	133 285	71 295	5 518 929
Caprinos	932	10 702					932	10 702
Ovinos	514	7 075					514	7 075
Aves	2 864 532	3 385 379					2 864 532	3 385 379
Coelhos	13 168	16 602					13 168	16 602
Geral	2 970 733	14 246 196	9 410	2 036 612	41 382	6 506 897	3 021 525	22 789 705

Espécie e classes	Consumo local		Sala descmancha		Exportação		Total	
	Cabeças	kg	Cabeças	kg	Cabeças	kg	Cabeças	kg
2017								
Bovinos	22 023	5 333 872	8 164	1 829 167	37 265	7 961 849	67 452	15 124 888
Suínos	67 455	5 217 569			1 864	150 404	69 319	5 367 973
Caprinos	919	10 941					919	10 941
Ovinos	580	8 131					580	8 131
Aves	2 854 091	3 526 508					2 854 091	3 526 508
Coelhos	7 578	9 616					7 578	9 616
Geral	2 952 646	14 106 637	8 164	1 829 167	39 129	8 112 253	2 999 939	24 048 057
2018								
Bovinos	22 804	5 382 978	8 004	1 827 911	42 183	9 034 820	72 991	16 245 709
Suínos	69 483	5 751 651			2 233	205 632	71 716	5 957 283
Caprinos	1 222	13 975					1 222	13 975
Ovinos	756	10 086					756	10 086
Aves	2 938 392	3 524 266					2 938 392	3 524 266
Coelhos	4 779	6 520					4 779	6 520
Geral	3 037 436	14 689 476	8 004	1 827 911	44 416	9 240 452	3 089 856	25 757 839
2019								
Bovinos	21 528	5 227 594	7 825	1 826 866	42 722	9 191 132	72 075	16 245 592
Suínos	70 256	5 899 652			6 708	590 204	76 964	6 489 856
Caprinos	1 141	12 478					1 141	12 478
Ovinos	821	11 765					821	11 765
Aves	3 120 216	3 754 045					3 120 216	3 754 045
Coelhos	5 532	7 939					5 532	7 939
Geral	3 219 494	14 913 473	7 825	1 826 866	49 430	9 781 336	3 276 749	26 521 675

Fonte: IAMA

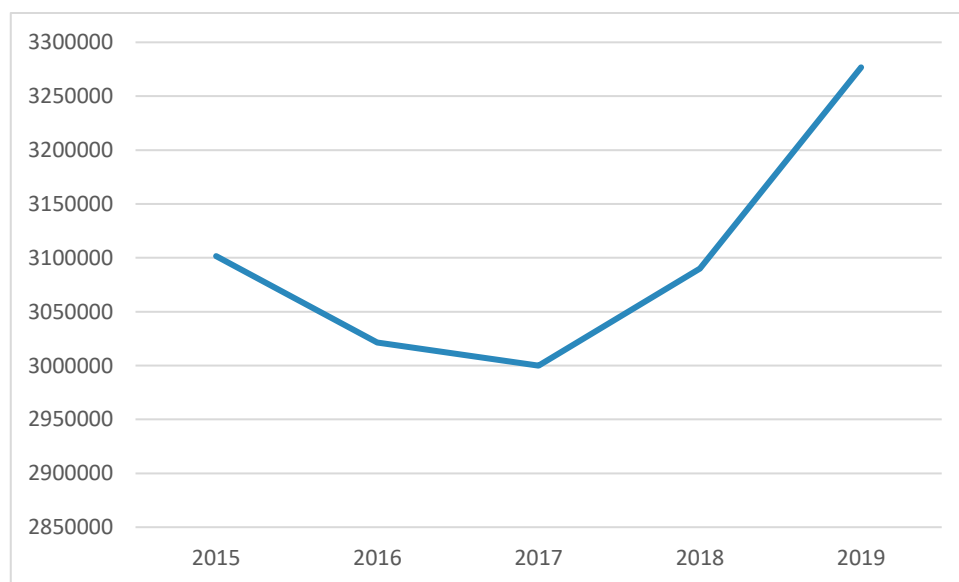


Figura 72. Número de animais abatidos aprovados para consumo de 2015 a 2019

Fonte: IAMA

No que diz respeito às exportações de carcaças inteiras, no período 2011-2019 destacaram-se o número de carcaças exportadas das ilhas de São Miguel, Terceira e Pico para o comércio externo deste produto de referência da região (Tabela 44). Verifica-se que a expedição de carcaças para consumo tem-se mantido crescente em número de cabeças e de toneladas desde 2017.

Tabela 44. Exportações de gado bovino em carcaça em número e peso

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média
Açores	Cabeças de gado	30.098	32.667	37.453	32.394	31.613	39.672	37.265	42.183	42.722	36.230
	Toneladas	6.830	7.158	7.861	6.952	6.830	8.674	7.962	9.035	9.191	7.833
Santa Maria	Cabeças de gado	120	28	20	44	23	50	-	49	109	55
	Toneladas	31	7	3	8	8	17	-	15	38	16
São Miguel	Cabeças de gado	9.628	10.227	12.408	13.334	16.646	18.818	18.378	20.712	23.166	15.924
	Toneladas	2.235	2.279	2.744	2.785	3.432	3.986	3.861	4.316	4.812	3.383
Terceira	Cabeças de gado	12.135	14.439	16.746	11.889	9.197	12.312	9.378	11.192	10.529	11.980
	Toneladas	2.797	3.149	3.445	2.596	2.137	2.828	2.077	2.496	2.390	2.657
Graciosa	Cabeças de gado	-	-	-	30	112	374	237	300	539	265
	Toneladas	-	-	-	7	30	98	64	77	133	68
São Jorge	Cabeças de gado	1.821	1.154	1.660	1.242	1.137	1.976	2.715	2.710	2.486	1.878
	Toneladas	356	231	306	275	283	450	577	587	552	402
Pico	Cabeças de gado	5.251	5.642	5.658	4.777	3.918	4.882	5.089	5.124	3.843	4.909
	Toneladas	1.106	1.161	1.098	984	773	947	1.007	1.027	782	987
Faial	Cabeças de gado	900	1.057	768	947	404	1.114	1.200	1.796	1.834	1.113
	Toneladas	248	302	220	267	127	309	312	443	430	295
Flores	Cabeças de gado	243	120	193	131	165	146	268	301	216	198
	Toneladas	57	27	45	31	41	39	64	75	54	48

Fonte: SPI, a partir de IAMA

A saída de gado bovino vivo teve uma expressão muito notória nos anos anteriores a 2015. Verifica-se que os valores de número de cabeças de gado são oriundos essencialmente das ilhas do Pico, Santa Maria, Terceira, Graciosa e Flores. Houve uma redução quase na ordem dos 55% em número de cabeças de bovinos expedidos vivos de 2011 a 2018, coincidindo com o grande investimento ocorrido nas redes de abate da Região.

Tabela 45. Saída de gado bovino vivo para o exterior da Região, por ano

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Açores	Cabeças de gado	18.854	16.299	17.866	17.637	9.637	10.305	9.926	10.398
	Kg	5.077.371	4.268.610	4.525.033	4.555.770	x	x	x	x
Santa Maria	Cabeças de gado	1.635	1.492	1.889	1.701	1.258	1.593	1.282	1.410
	Kg	360.083	343.536	469.441	423.972	x	x	x	x
São Miguel	Cabeças de gado	4.724	5.434	5.620	4.281	716	228	218	103

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Kg	1.119.259	1.204.659	1.162.355	810.323	x	x	x	x
Terceira	Cabeças de gado	4.445	2.841	3.116	3.773	2.030	2.068	1.996	2.191
	Kg	1.323.644	909.803	906.473	1.153.394	x	x	x	x
Graciosa	Cabeças de gado	1.292	1.334	1.762	1.572	1.005	788	1.265	1.176
	Kg	419.191	432.104	558.749	542.176	x	x	x	x
São Jorge	Cabeças de gado	2.416	1.412	1.077	1.665	692	840	424	632
	Kg	623.149	331.290	238.994	368.707	x	x	x	x
Pico	Cabeças de gado	1.814	1.483	1.595	2.441	1.994	3.028	2.350	2.788
	Kg	440.692	372.259	377.635	593.291	x	x	x	x
Faial	Cabeças de gado	1.260	950	1.222	1.098	887	620	775	558
	Kg	491.497	361.031	441.537	412.193	x	x	x	x
Flores	Cabeças de gado	1.266	1.353	1.585	1.106	1.055	1.140	1.616	1.506
	Kg	299.158	31.3928	369.849	251.714	x	x	x	x
Corvo	Cabeças de gado	2	-	-	-	-	-	-	34
	Kg	698	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DRDR a partir de dados do SREA

Adicionalmente, a promoção do modo de produção “Carne dos Açores” e da rotulagem de carne controlada são processos que têm vindo a contribuir para a criação de um mercado diferenciado pela qualidade e rastreabilidade, o que representa uma mais-valia para o tecido produtivo e para o reconhecimento da marca Açores.

A área geográfica de produção da Carne dos Açores IGP compreende todas as ilhas dos Açores. O Agrupamento Gestor da IGP é a Federação Agrícola dos Açores e o organismo que preside à Comissão Técnica de Certificação e Controlo é o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas.

A quantidade de carne dos Açores IGP tem vindo a aumentar ao longo dos anos, desde um valor inicial de 259 animais abatidos em 2007, correspondendo a 66 toneladas de carcaça até um valor de 2.417 animais em 2018, que corresponderam a 628 toneladas.

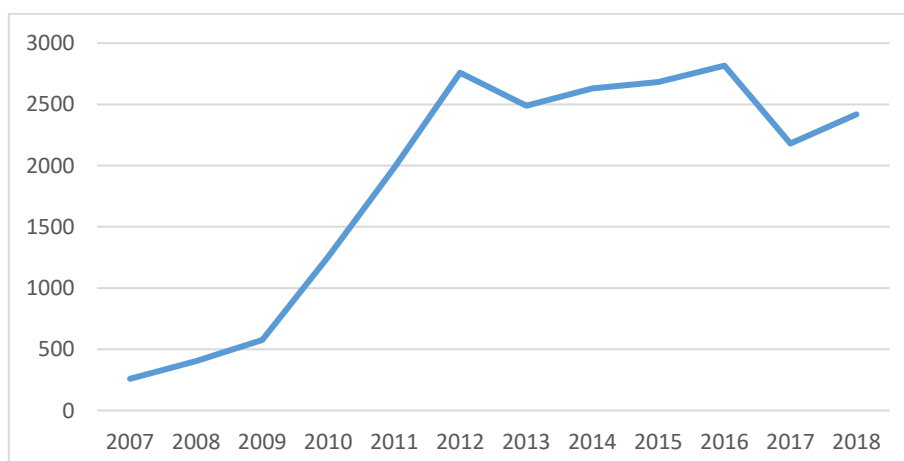


Figura 73. Evolução do número de animais IGP abatidos/ certificados de 2007 a 2018

Fonte: IAMA

Tabela 46. Nº de animais IGP abatidos/ certificados e respetivo peso de carcaça na R.A. Açores

Ano	Nº Animais abatidos/ certificados	Peso de carcaça (kg)
2007	259	66 226
2008	404	102 658
2009	577	157 453
2010	1256	311 708
2011	1 983	508 541
2012	2 758	678 301
2013	2 490	580 982
2014	2 630	643 715
2015	2 681	707 432,19
2016	2 816	729 396,83
2017	2 180	578 478,05
2018	2 417	628 281

Fonte: SPI, a partir de IAMA

3.2.3. Fruticultura

De acordo com o Inquérito à Fruticultura 2016, a área de fruticultura na R.A. Açores diminuiu 5% entre 2013 e 2016. Para esta diminuição contribuiu mais acentuadamente a diminuição da área da bananeira, a qual é uma das espécies mais representativa em termos de área no total das espécies frutícolas.

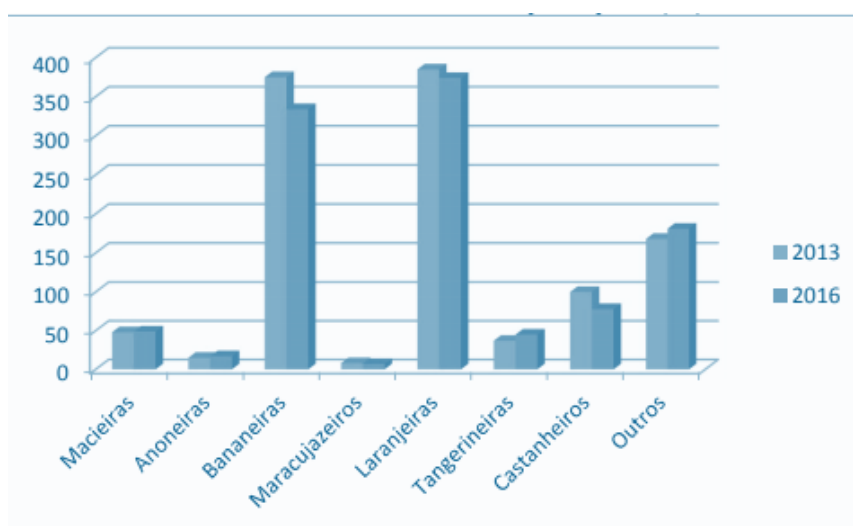


Figura 74. Áreas de fruticultura por espécie (ha)

Fonte: Inquérito à Fruticultura 2016, SREA

Relativamente à representatividade por espécie, no ano de 2016 não se verificaram alterações significativas em relação a 2013. Deste modo, a representatividade da superfície frutícola das principais culturas da R.A. Açores manteve-se constante no período de análise.

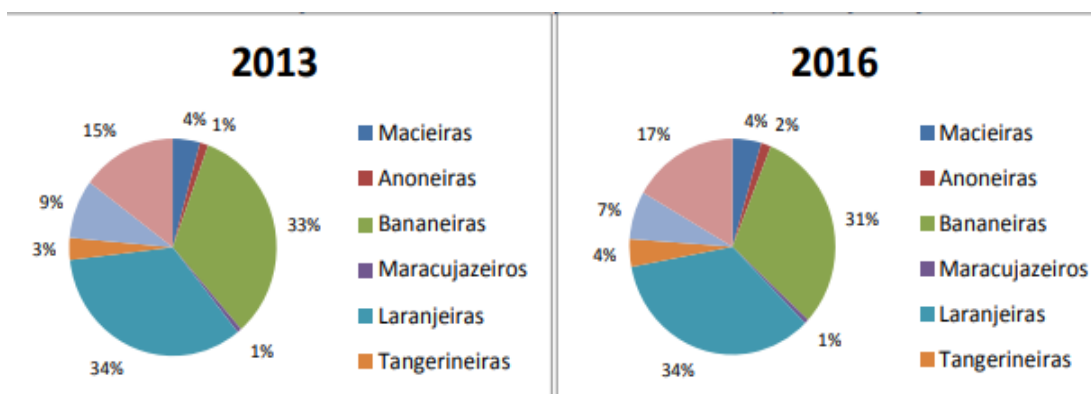


Figura 75. Representatividade da superfície frutícola regional por espécie

Fonte: Inquérito à Fruticultura 2016, SREA

No que diz respeito à produção total e produção colhida do setor frutícola, é possível verificar que uma parte muito significativa da produção (59%) não foi colhida, sendo este resultado particularmente relevante no caso das anoneiras e maracujazeiros, contrariamente ao que sucede com as tangerineiras e “outros”.

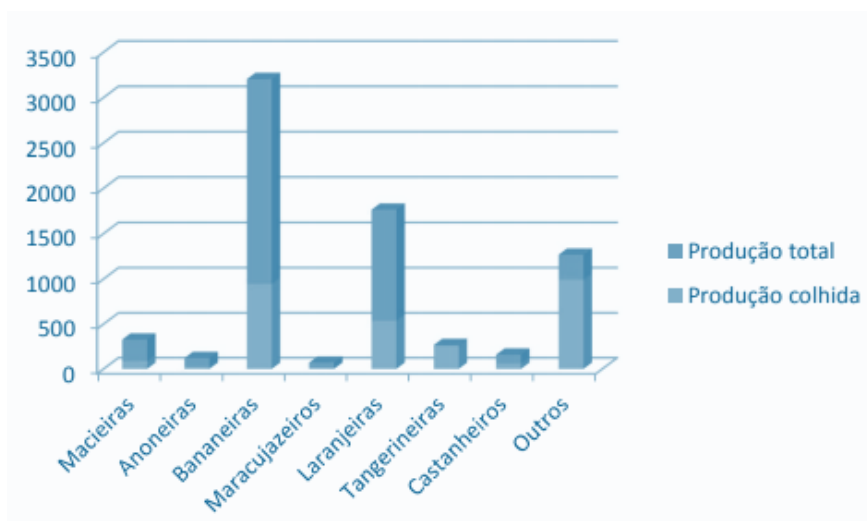


Figura 76. produção total e Produção colhida (toneladas), 2016

Fonte: Inquérito à Fruticultura 2016, SREA

De acordo com a figura que se segue, é possível verificar que, em 2016, a maioria das explorações frutícolas da R.A. Açores produzia apenas para autoconsumo. A laranja era a espécie onde esta situação se afigurava mais expressiva, com 76% das explorações a produzirem exclusivamente para consumo próprio. Contrariamente, nos maracujazeiros a percentagem de explorações que produziam totalmente para venda era a mais elevada (37%).

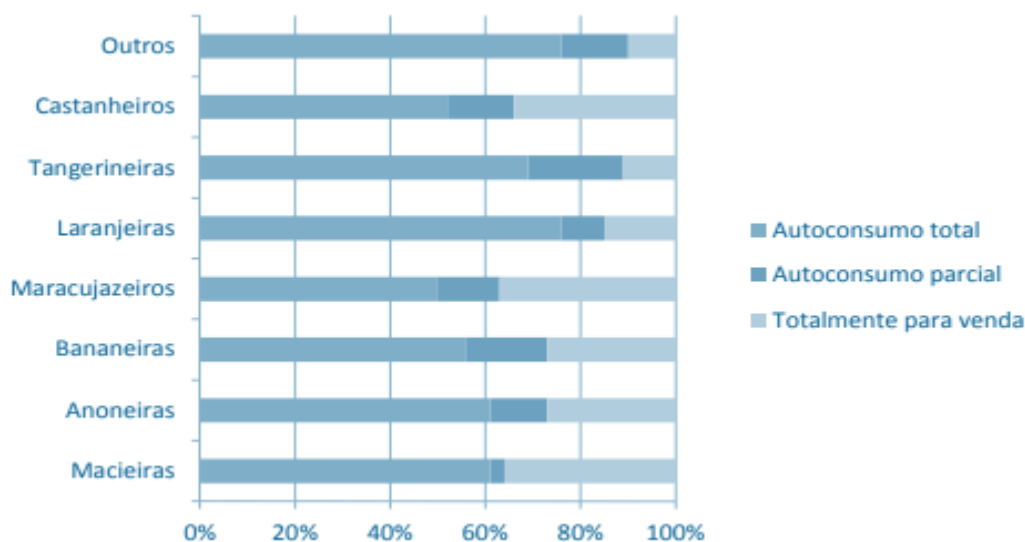


Figura 77. Representatividade do destino da produção, por espécie

Fonte: Inquérito à Fruticultura 2016, SREA

3.2.4. Horticultura

Entre 2009 e 2014 a área de produção hortícola na R.A. Açores apresentou uma tendência geral de crescimento, tanto na horticultura intensiva, como na produção familiar. Ainda assim, verificou-se um ligeiro decréscimo entre 2013 e 2014, na ordem dos 12%. Da análise destes dados no período considerado, é de realçar também o importante peso que a produção familiar tem tido na região, sendo superior em área à horticultura intensiva.

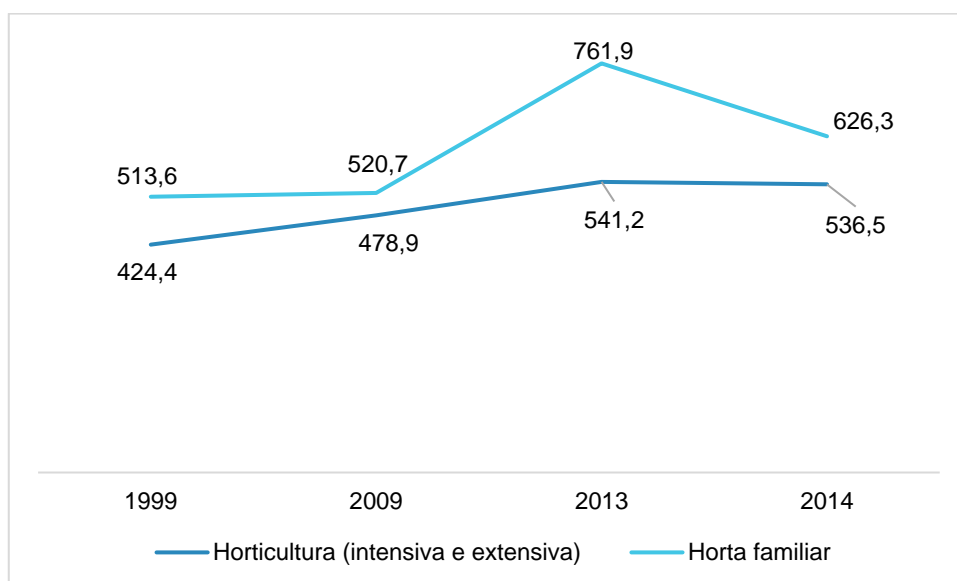


Figura 78. Área base de horticultura em hectares na R.A. Açores entre 1999 e 2014

Fonte: Inquérito à Horticultura 2014 (SREA)

No entanto, em 2018, segundo dados do SREA⁵, as hortas familiares totalizavam 526 hectares, tendo ocorrido por isso uma redução considerável, na ordem dos 16%, no período 2014-2018.

Relativamente às áreas totais de horticultura extensiva e intensiva, entre 2000 e 2014 verificou-se um aumento na superfície de ocupação e na quantidade de produção, de 699 hectares e 15 560 toneladas no

⁵ <https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Media/file.aspx?ida=9346>

ano 2000 para 920 hectares e 20.770 toneladas em 2014. No ano de 2014 a melancia era a espécie mais produzida, representando quase 20% da produção, acima de outras espécies hortícolas como o repolho, a alface, a abóbora, o pimento, o tomate, a fava, entre outros.

Quanto ao destino da produção em termos de consumo, no ano 2000 as estimativas de autoconsumo de hortícolas, incluindo as de produção familiar situavam-se nos 64%, enquanto em 2014 este valor situava-se nos 48%. Apesar desta diminuição ao fim de 14 anos, este considera-se um valor elevado devido à representatividade de hortas familiares, que em 2014 ocupavam 48% da área base de hortícolas. A diminuição observada deveu-se acima de tudo ao aumento de áreas e produções de horticultura intensiva, que se destina sobretudo à venda (SREA, 2015)⁶

3.2.5. Floricultura e plantas ornamentais

De acordo com a Direção Regional do Desenvolvimento Rural (DRDR) da R.A. Açores, nos últimos anos, a floricultura tem vindo a revelar-se como um setor bastante dinâmico e atrativo, bem como gerador de emprego e de riqueza na Região. Assim, segundo a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, a floricultura é um dos setores que mais tem crescido nos últimos anos devido à instalação de jovens agricultores e à aprovação de vários projetos de investimento no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores para o período 2014 a 2020 (PRORURAL+), bem como das alterações no âmbito do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI).

Segundo os principais resultados do Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais 2017 (IFPO 2017) divulgados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)⁷, em 2017 existiam na R.A. Açores 86 explorações com culturas florícolas, as quais ocupavam uma área base de 93 ha, das quais 75 ha com flores de corte, 4 ha com folhagens de corte e complementos de flor e 14 ha com plantas ornamentais. Adicionalmente, em 2017, a prótea era a flor de corte mais representativa na R.A. Açores, ocupando 73% da superfície produtiva das flores de corte.

Relativamente à mão-de-obra afeta à floricultura na R.A. Açores, em 2017, 47,7% das explorações florícolas utilizavam exclusivamente mão-de-obra familiar. Como tal, a utilização de mão-de-obra familiar afigura-se profundamente relevante para o setor da floricultura da R.A. Açores. No que diz respeito à representatividade feminina na mão-de-obra afeta à floricultura, em 2017, as mulheres representavam 29,8% da mão-de-obra agrícola familiar e 14,9% da mão-de-obra agrícola não familiar.

De acordo com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, em 2019, a produção de próteas atingiu cerca de 3,5 milhões de hastes, o que representa um aumento significativo face a 2016, ano no qual a produção foi aproximadamente de dois milhões de hastes. Esta produção destina-se à exportação, maioritariamente para a Holanda.

No que diz respeito à faturação, em 2019 verificou-se um crescimento entre 20 a 30% em relação a 2017 e 2018⁸.

⁶ O subcapítulo “Análise Hortícola” apresenta uma caracterização detalhada do setor hortícola na R.A. Açores.

⁷ “Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais 2017”, Serviço Regional de Estatística dos Açores, 20 de Dezembro de 2017, disponível em:

<https://srea.azores.gov.pt/upl/%7B5c60f800-a471-45c7-9c99-a11d38e02b18%7D.pdf>

⁸ O subcapítulo “Análise Florícola” apresenta uma caracterização detalhada do setor florícola na R.A. Açores.

3.2.6. Vinho

A cultura da vinha na R.A. Açores remonta aos tempos do início do povoamento das ilhas. A ilha com maior representatividade da atividade vitivinícola é desde sempre a ilha do Pico, cujas castas introduzidas cedo ganharam reputação, como é o caso do Verdelho, em resultado da sua qualidade e das condições de cultivo favoráveis, graças ao clima ameno e o crescimento em currais com solos vulcânicos.

As Denominações de Origem (DO) para o vinho registados nos Açores, são três: Graciosa, Biscoitos (na Ilha Terceira) e Pico. Desde 2004, também passou a ser possível a comercialização de vinhos com a Indicação Geográfica (IG) Açores, cuja área geográfica de produção abrange todas as ilhas da R.A. Açores.

Segundo o Recenseamento Agrícola de 2009 e os Inquéritos à Estrutura das Explorações de 2013 e 2016, o número de explorações de vinha na R.A. Açores era de 481 no ano de 2009, enquanto em 2013 era de 272, verificando-se assim uma redução bastante significativa em poucos anos. No ano de 2016 o número de explorações voltou a aumentar para 456 explorações, ainda assim inferior ao valor registado em 2009.

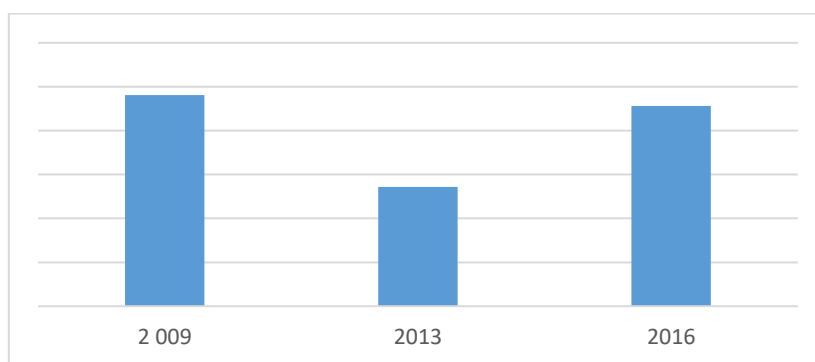


Figura 57. Número de explorações de vinha 2009, 2013 e 2016

Fonte: RGA 2009, IEEA 2013 e 2016

A área de vinha tem vindo a crescer desde 2015 conforme se pode observar na figura 58. O aumento verificado de 2015 para 2019 é de 841.70 ha, tendo-se mantido constante de 2016 para 2017.

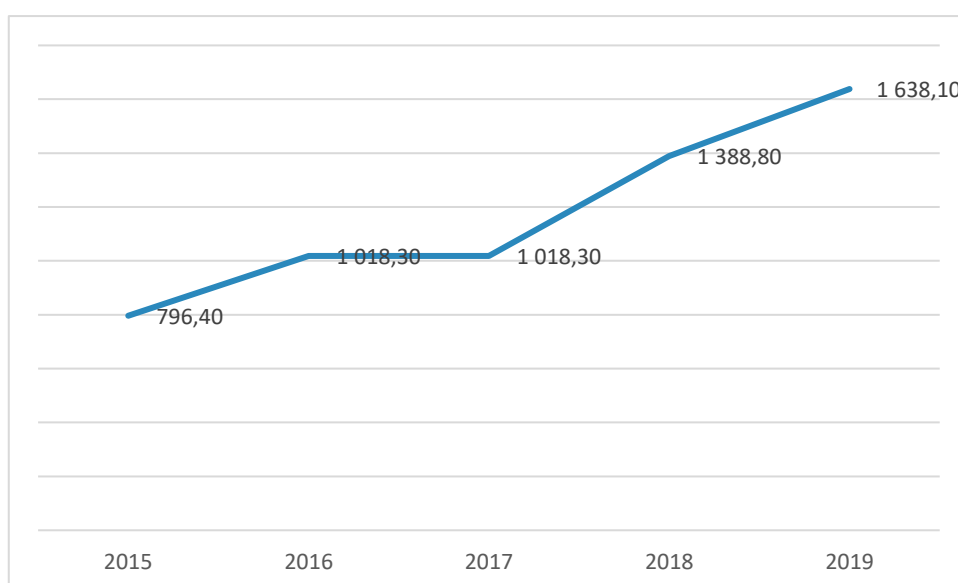


Figura 58. Área de vinha de 2015 a 2019

Fonte: SREA

Segundo dados do Instituto da Vinha e do Vinho, verificou-se no período 2017-2019, um aumento da produção dos vinhos aptos a DOP e aptos a IGP. Por sua vez, no período 2009-2019, verificaram-se diversas oscilações relativamente à evolução da produção de vinho sem DO/IG.

Por sua vez, os vinhos aptos a IG garantiram 50,7% do valor de produção para os vinhos com indicação, enquanto os vinhos aptos a licorosos DO constituíam a menor percentagem, com apenas 1,1% entre 2016-2017 e 1,7% entre 2017-2018, ligeiro aumento que significou, no entanto, um aumento de 10,6 hectolitros de um período para o outro⁹.

Tabela 47. Produção de vinho

Produção de vinho					
Ano	Vinho (hl)	Apto a IG (hl)	Apto a licoroso DC (hl)	Apto a DO (hl)	Total (hl)
2016/2017	4 221.50	809.00	17.70	769.90	5845.10
2017/2018	3348.92	867.36	28.30	789.25	5033.83

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho

3.2.7. Apicultura

A apicultura representa uma importante atividade agrícola que, para além dos produtos que resultam da exploração das abelhas – mel, cera, pólen, própolis, geleia real e veneno - também contribui para a proteção ambiental, para a preservação da biodiversidade e para a melhoria das produções agrícolas e florestais, através da importante ação polinizadora das abelhas produtoras de mel (PEAA, 2019).

De acordo com dados relativos à evolução do setor apícola, nos últimos dez anos (entre 2008 e 2018) ocorreu um aumento de cerca de 130% do número de apicultores e de cerca de 63% do número de colónias. Assim, no ano 2018, a R.A. Açores registava 449 apicultores (representando cerca de 3,7% no contexto nacional), aos quais correspondiam 891 apiários (2,1%) e 7.562 colónias (1%).

Em 2018, a ilha com maior número de apicultores (156, representando 35% no contexto regional) era a Ilha de S. Miguel, seguindo-se a Ilha Terceira (94, ou seja 21%) e a Ilha do Pico (55, ou seja 12%), tendo o número de apiários mantido a mesma hierarquia com respetivamente, 43%, 17,1% e Pico 15,3%.

Por sua vez, o mel DOP tem potencial para contribuir para a diversificação da atividade agrícola. Assim, em 2018, existiam 31 produtores aprovados no âmbito da DOP (o que corresponde a 6,9% no contexto regional, num universo de 449 apicultores), sendo a Ilha do Pico a ilha com maior número de produtores (15, ou seja 48%)¹⁰.

3.2.8. Outros produtos do setor primário

Na R.A. Açores, no ano de 2017, registou-se uma produção de 7.320 toneladas de batata, o que representou uma variação de -0,2 face ao ano de 2011. Não obstante, é importante ressaltar que durante o período 2011-2017, a produção de batata na R.A. Açores registou oscilações. Assim, entre 2011 e 2015 verificou-se um

⁹ O subcapítulo “Análise Vitivinícola” apresenta uma caracterização detalhada do setor vitivinícola na R.A. Açores.

¹⁰ O subcapítulo “Análise Apícola” apresenta uma caracterização detalhada do setor apícola na R.A. Açores.

aumento da produção de batata na Região, o qual se seguiu de uma diminuição acentuada desta produção após 2015.

Adicionalmente, apesar de haver produção de batata em todas as ilhas da R.A. Açores, a Ilha de São Miguel foi a que mais se destacou em termos de quantidades produzidas. No ano de 2017, foram produzidas na Ilha de São Miguel 3.794 toneladas de batata, o que representou uma variação de -0,3 face ano de 2011. É também importante destacar que a evolução da produção de batata da Ilha de São Miguel acompanha as oscilações registadas na R.A. Açores.

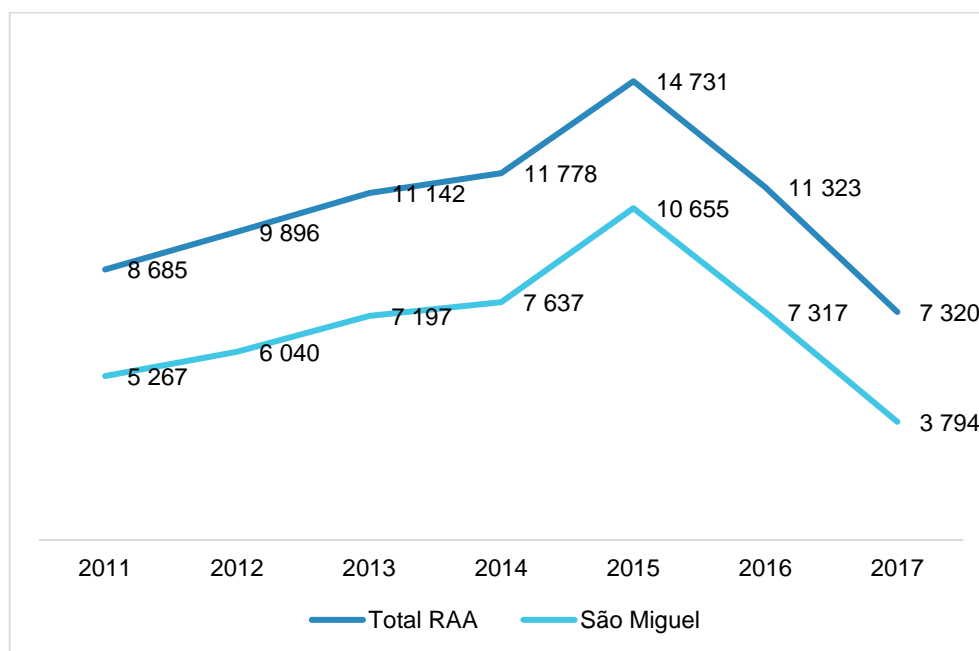


Figura 79. Evolução da produção de batata (toneladas) na R.A. Açores e em São Miguel

Fonte: SREA

Em 2018, a R.A. Açores registou uma produção de milho-grão de 252 toneladas, o que significou uma variação de -0,4 face ao ano de 2011. No que diz respeito ao contributo de cada ilha para a produção total de milho-grão da R.A. Açores, a Ilha de São Miguel foi a que mais se destacou durante o período em análise, seguida das ilhas do Pico e da Graciosa. Na verdade, é possível constatar que a diminuição da produção de milho-grão registada na Ilha do Pico em 2012 segue a tendência registada a nível regional.

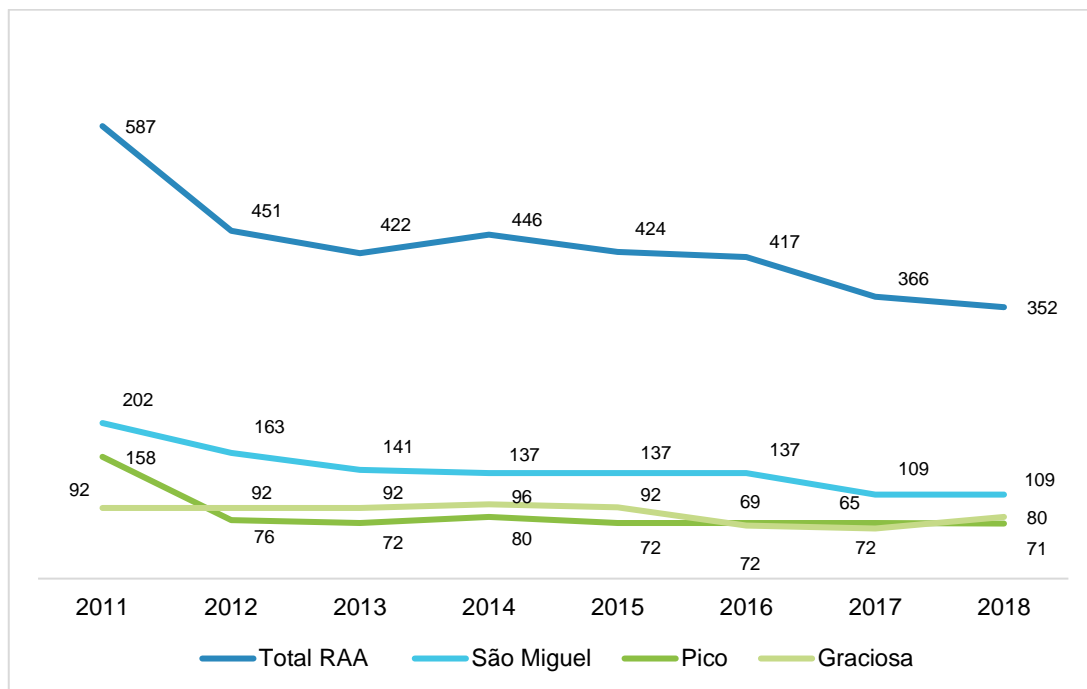


Figura 80. Evolução da produção de milho-grão (toneladas) na R.A. Açores, São Miguel, Pico e Graciosa

Fonte: SREA

No que diz respeito à produção de milho forragem na R.A. Açores, no ano de 2018 esta foi de 237.111 toneladas, o que significou uma variação de 0,2 face ao ano de 2011. Mais precisamente, o ano de 2015 foi o ano em que se registou o número mais elevado de toneladas produzidas de milho forragem; enquanto no ano de 2011 se registou o valor mais reduzido.

À semelhança da produção de batata, durante o período 2011-2018, a Ilha de São Miguel ocupou um lugar de destaque em termos de produção de milho forragem. Assim, em 2018, a produção de milho forragem na Ilha de São Miguel foi de 160.500 toneladas, o que representou uma variação de 0,5 face a 2011.

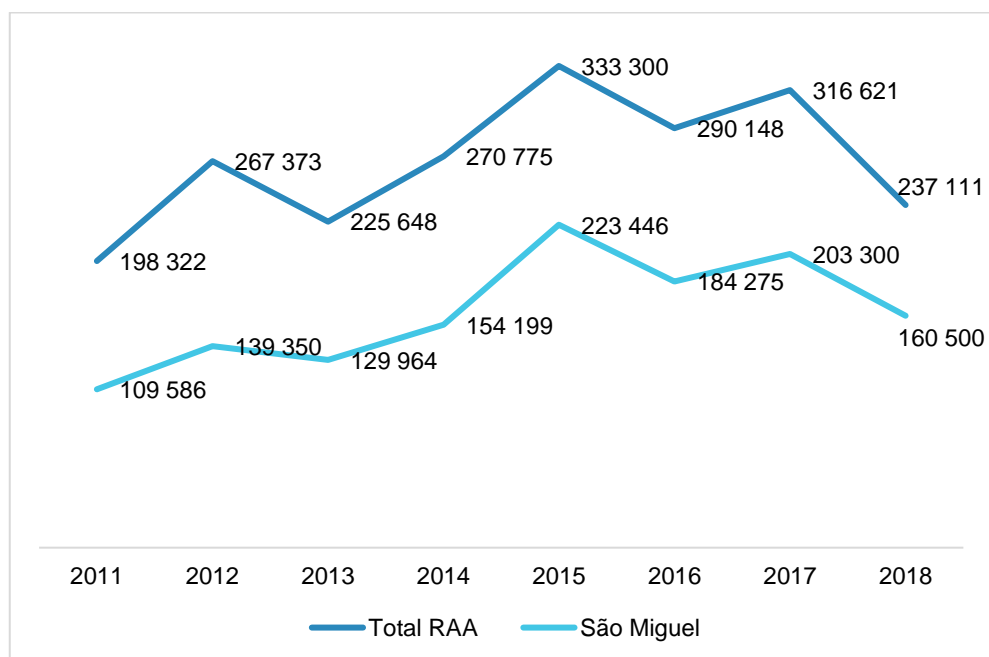


Figura 81. Evolução da produção de milho forragem (toneladas) na R.A. Açores e em São Miguel

Fonte: SREA

De acordo com dados do SREA, a produção de chá da Ilha de São Miguel representa a totalidade do chá produzido na R.A. Açores, a qual foi de 144 toneladas em 2018. Tal como se pode observar na figura que se segue, no ano de 2018 face a 2011 verificou-se uma variação de 0,4 na quantidade de chá produzida na Ilha de São Miguel.

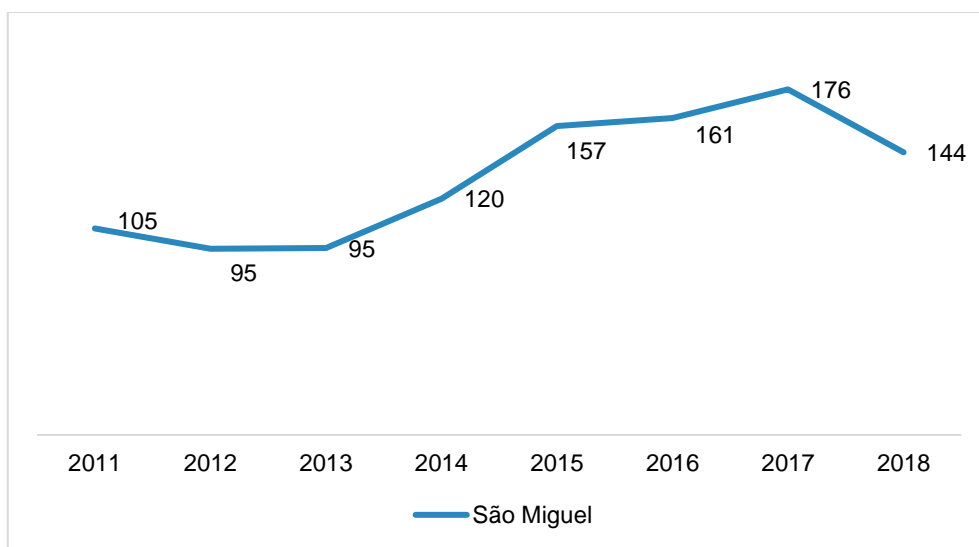


Figura 82. Evolução da produção de chá (toneladas) na Ilha de São Miguel

Fonte: SREA

Por sua vez, a produção de beterraba sacarina da Ilha de São Miguel também representa a totalidade da produção da R.A. Açores deste produto, a qual foi de 6550 no ano de 2016. Assim, de acordo com a figura seguinte, a produção de beterraba sacarina em 2016 registou uma variação de -0,6 face ao ano de 2011.

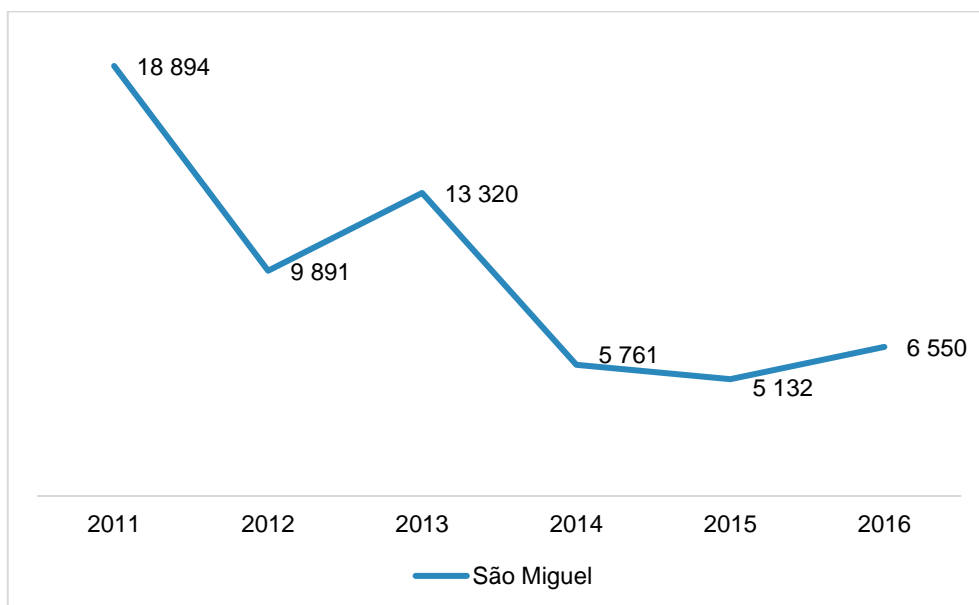


Figura 83. Evolução da produção de beterraba sacarina (toneladas) na Ilha de São Miguel

Fonte: SREA

3.3. Economia florestal

3.3.1. Silvicultura

Segundo dados da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas do Governo dos Açores¹¹, a floresta é uma componente determinante da paisagem das nove ilhas da R.A. Açores. Assim, a floresta ocupa cerca de 1/3 do território da R.A. Açores e suporta um sector responsável por cerca de 1.400 postos de trabalho, gerando uma receita anual aproximadamente de 1,8 milhões de euros através da venda direta de madeira, bem como 10,9 milhões de euros ao nível do sector industrial da primeira transformação.

Na R.A. Açores, o sector silvícola é constituído por dois grandes grupos: (1) a floresta de produção e (2) a floresta de proteção. Embora não exista uma fronteira bem definida entre o que se possa considerar floresta de produção e floresta de proteção, a floresta plantada desempenha um importante papel de proteção, ocupando 35% da área total de floresta nas ilhas, sendo os restantes 65% floresta de proteção.

A área de floresta da R.A. Açores abrange 12.698 hectares de matas de Criptoméria (*Cryptomeria japonica* D. Don), povoamentos puros e mistos. Mais precisamente, cerca de 4.500 hectares estão sob a gestão do Governo Regional e, destes, 2.119 hectares estão situados na Ilha de São Miguel¹². Deste modo, considerando a importância da floresta para a R.A. Açores, a estratégia florestal definida para a Região baseia-se na promoção, incentivo e modernização do setor de base florestal, assim como no fomento da gestão florestal responsável.

Neste contexto, tal como pode ser observado na Tabela 48, a Criptoméria é uma espécie com grande relevância no âmbito da ocupação dos espaços florestais (constitui cerca de 26% destes espaços), estando presente em todas as ilhas da R.A. Açores. Mais precisamente, segundo o Inventário Florestal, a Criptoméria ocupava 12.394,7 hectares, representando uma importante componente da economia rural da R.A. Açores.

Tabela 48. Áreas de ocupação dos espaços florestais por espécie florestal dominante (hectares)

Espécie	Corvo	Faial	Flores	Graciosa	Pico	Santa Maria	São Jorge	São Miguel	Terceira	Total
Criptoméria	1,6	866,5	547,9	62,9	823,9	203,7	181,3	8.123,9	1.583,1	12.394,7
Pinheiro bravo		4,4		2,5	657,6	82,7	20,3	2	104,3	873,8
Pinheiro japonês					116,3	0,4		8,1		124,8
Camacipáris						0,5		14,7	5,6	20,8
Resinosas diversas		4,6		58,6		0,1		23,5	19,3	106,1
Eucalipto			3,7	111,8	152,7	156,2	100,1	678,3	2.379	3.581,7
Acácia			74,9	9,1	507,7	302,8	324,8	2.928,6	174,2	4.321,9
Vinhático		19,7		140,1		0,3		1,8		161,9
Faia das ilhas	0,6	140,9	43,9		956,2		1.035,2	235,8	29,4	2442
Incenso	28,7	1.757,2	1.811,6	342	1.1705,1	1.172,8	2.021,3	3.701,4	1347,9	23.888
Folhosas diversas	5,2	239,3	11,4		5,3	37,4	8	233,1	48	587,6

¹¹ Dados disponíveis em: http://drf-sraa.azores.gov.pt/areas/viveiros-florestais/Paginas/Criptomeria_Especies_PT.aspx#DESCR1%c3%87%c3%83O

¹² Dados disponíveis em: http://drf-sraa.azores.gov.pt/areas/viveiros-florestais/Paginas/Criptomeria_Especies_PT.aspx

Espécie	Corvo	Faial	Flores	Graciosa	Pico	Santa Maria	São Jorge	São Miguel	Terceira	Total
Total espaços florestais	36,1	3.032,6	2.493,4	727	1.4924,8	1.956,9	3691	15.951,2	5.690,8	48.503,3

Fonte: Inventário Florestal, Governo dos Açores através da Direção Regional dos Recursos Florestais, 2013

Adicionalmente, segundo o Inventário Florestal, a criptoméria ocupa 1.501 hectares de povoamentos mistos e 10.894 hectares de povoamentos puros. Esta espécie regenera de forma natural na R.A. Açores, onde ocorre uma abundante frutificação. Não obstante, o repovoamento das áreas exploradas não é viável sem o recurso à plantação, devido à baixa capacidade germinativa da semente e à elevada competitividade de infestantes como a coneteira, a silva, a acácia e o incenso, os quais proliferam muito rapidamente nas zonas que foram sujeitas a corte.

Os povoamentos são instalados geralmente em zonas bastante declivosas em que os solos são mais difíceis de trabalhar e situam-se, em média, acima dos 400 m de altitude. Assim, são essencialmente as condições orográficas que condicionam a plantação e exploração dos povoamentos, salvo raras exceções de arborização em pastagens, as operações de instalação dos povoamentos são exclusivamente manuais, devido à topografia do terreno.



Figura 84. Criptoméria na R.A. Açores

Fonte: Direção Regional dos Recursos Florestais

Por sua vez, a madeira de Criptoméria tem um campo de utilização bastante próprio, sendo as suas principais utilizações:

- Lamelados e Contraplacados;
- Lamelados colados;
- Revestimentos, divisórias e isolamentos;
- Portas, janelas e batentes;
- Trelças e telhados;
- Casas e elementos de construção;
- Embalagens de madeira; e
- Mobiliário e componentes de móveis.

Deste modo, considerando as diversas utilizações da Criptoméria, a mesma pode constituir um importante elemento de promoção do crescimento e desenvolvimento local das zonas rurais da R.A. Açores, podendo revelar-se um ativo económico relevante.

Por sua vez, tal como se pode observar na Tabela 48, o incenso é a espécie que ocupa a maior área dos espaços florestais da R.A. Açores (23.888 hectares). Assim em algumas ilhas da R.A. Açores é frequente os agricultores usarem sazonalmente a ramada desta planta na alimentação de gado bovino. Adicionalmente,

já foram efetuados estudos que visam o aproveitamento desta espécie, mostrando a sua potencialidade como substrato de culturas hortícolas.

Por sua vez, é necessário ressaltar que o Mel de Incenso é obtido a partir dos néctares das flores da planta do incenso. Mais concretamente, o Mel de Incenso é uma variedade do Mel dos Açores DOP produzida de janeiro a abril e que é extraída no final de maio. O mel é extraído por centrifugação e é deixado a maturar a uma temperatura controlada e, por último, quaisquer impurezas de superfície são removidas. Deste modo, a comercialização do Mel de Incenso representa uma relevante oportunidade de desenvolvimento local associada ao incenso.

3.4. Estrutura das explorações agrícolas por dimensão física e económica

3.4.1. Composição da superfície agrícola utilizada

A SAU é constituída pelas terras aráveis¹³ (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes¹⁴, pastagens permanentes¹⁵ e horta familiar¹⁶. A composição da SAU a nível nacional apresenta uma repartição variável devido às diferentes realidades agrícolas nacionais condicionadas pelas diferenças climáticas, pela natureza e qualidade dos solos, assim como por fatores de ordem social e económica que influenciam a atividade agrícola.

Segundo a Figura 85, em 2016, a SAU da R.A. Açores era de 123.793 hectares, representando 3% do total da SAU de Portugal.

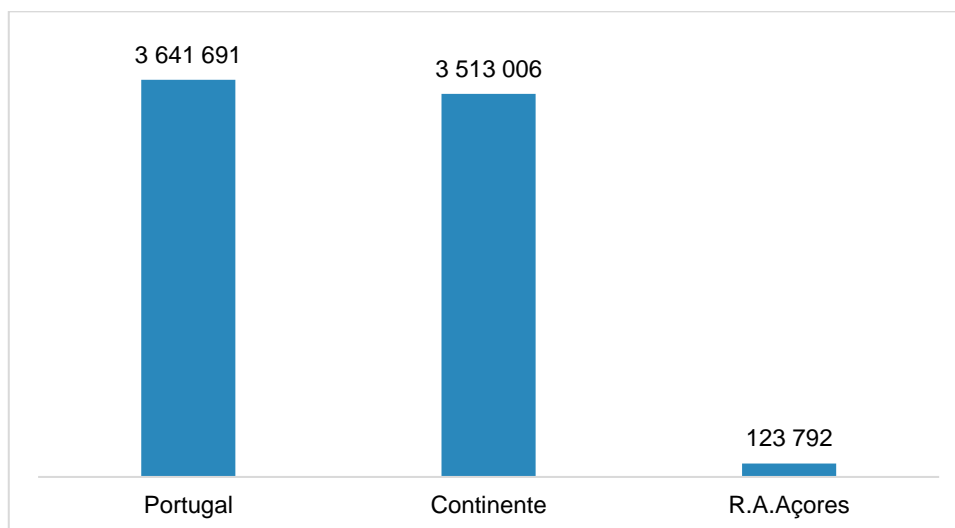


Figura 85. SAU de Portugal, Continente e R.A. Açores em 2016 (ha)

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

No período 2009-2016 verificou-se um aumento da SAU na R.A. Açores, passando a mesma de 120.412 hectares em 2009 para 123.792 hectares em 2016, o que representou uma variação de 2,8% (Figura 86).

¹³ Terras aráveis: Terras frequentemente mobilizadas e que se destinam a culturas temporárias de sementeira anual ou ressemeadas com intervalos que não excedam os 5 anos. Incluem-se os pousios, as terras retiradas da produção e mantidas em boas condições agrícolas e ambientais e as estufas.

¹⁴ Culturas permanentes: ocupam o solo durante um longo período e fornecem repetidas colheitas (excluem-se as pastagens permanentes).

¹⁵ Pastagens permanentes: superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a cinco anos.

¹⁶ Horta familiar: é a superfície (geralmente inferior a 20 ares) reservada pelo produtor para a cultura de produtos hortícolas ou frutos destinados a autoconsumo

Não obstante, no período 2009-2013 registou-se uma ligeira diminuição da SAU da R.A. Açores (118.589 hectares em 2013), a qual foi compensada pelo aumento da mesma no período 2013-2016.

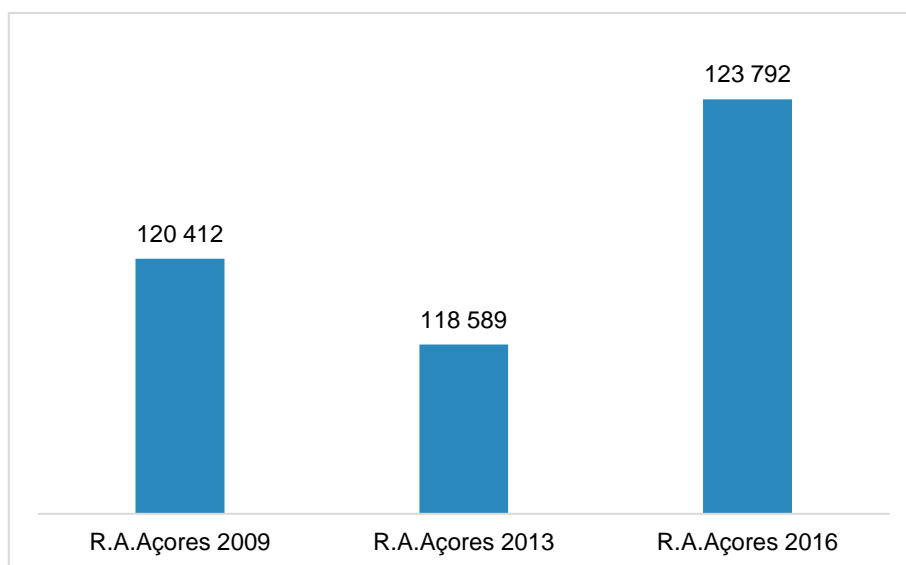


Figura 86. Evolução da SAU na R.A. Açores (ha), 2009-2016

Fonte: SPI, a partir de Recenseamento Agrícola 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 e 2016

Adicionalmente, de acordo com a Figura 87, em 2016, dos cerca de 3,6 milhões de hectares de SAU portuguesa, mais de metade eram pastagens permanentes (52%), seguindo-se as terras aráveis (29%) e as culturas permanentes (19%). De um modo geral, a composição da SAU de Portugal e do Continente apresentava semelhanças em termos de ocupação; não obstante é importante ressaltar que o mesmo não se verifica para a R.A. Açores.

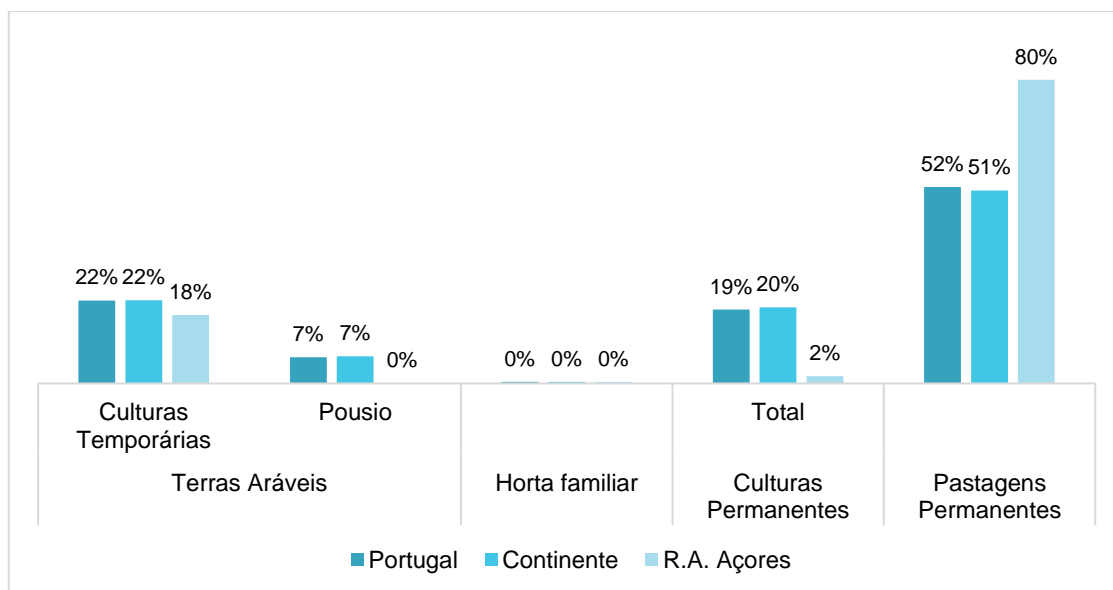


Figura 87. Composição da SAU em Portugal, no Continente e na R.A. Açores

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Em 2016, a R.A. Açores apresentava menor diversidade do que na generalidade do país em termos de ocupação cultural, havendo uma predominância das pastagens permanentes (80%), seguidas das culturas temporárias (18%). Adicionalmente, enquanto na média de Portugal as culturas permanentes representavam 19% da SAU, na R.A. Açores estas representam apenas 2%. Deste modo, esta composição da SAU ilustra

bem o tipo de explorações da R.A. Açores, havendo uma elevada predominância de explorações pecuárias (Figura 87).

No que diz respeito ao peso da SAU por NUT II, através da Figura 88 pode constatar-se que esta se localiza maioritariamente no Alentejo (58%), seguido das regiões Norte (18%) e Centro do país (16%). Em 2016, a R.A. Açores representava apenas 3% do total da SAU do país, valor igual ao Algarve e superior aos valores da Área Metropolitana de Lisboa e da R.A. Madeira.

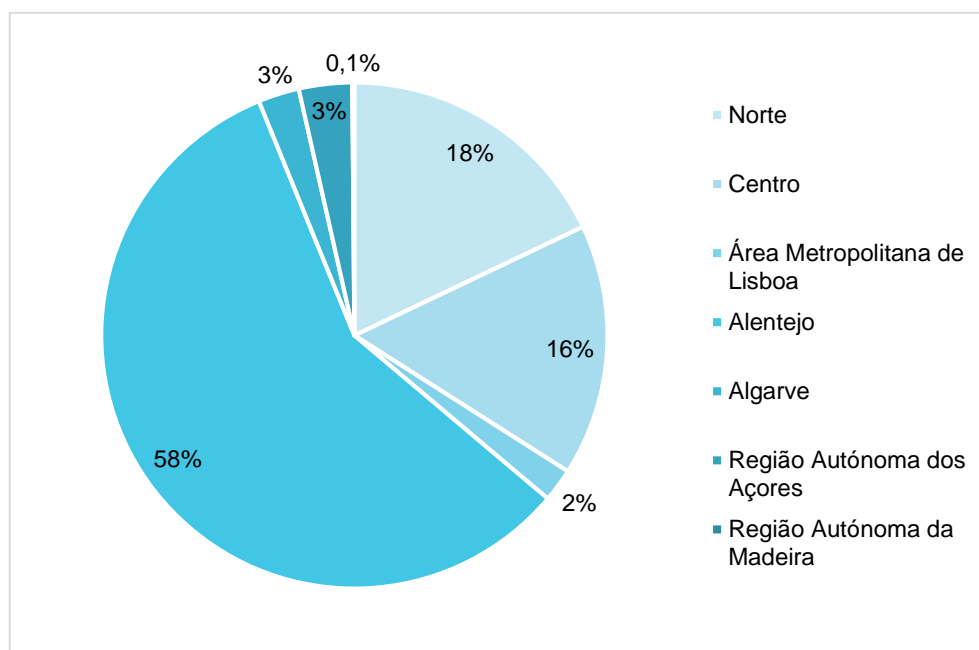


Figura 88. Repartição da SAU por NUT II em 2016

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Não obstante, é de ressaltar que na R.A. Açores a SAU representava 53% do total da superfície, valor superior ao da média do país (39%). Na verdade, a nível nacional o valor da proporção da SAU da R.A. Açores foi apenas ultrapassado pelo Alentejo (Figura 89). Tal reitera a importância da atividade agrícola para a R.A. Açores, uma vez que a proporção de SAU é mais elevada nesta região do que na generalidade do país.

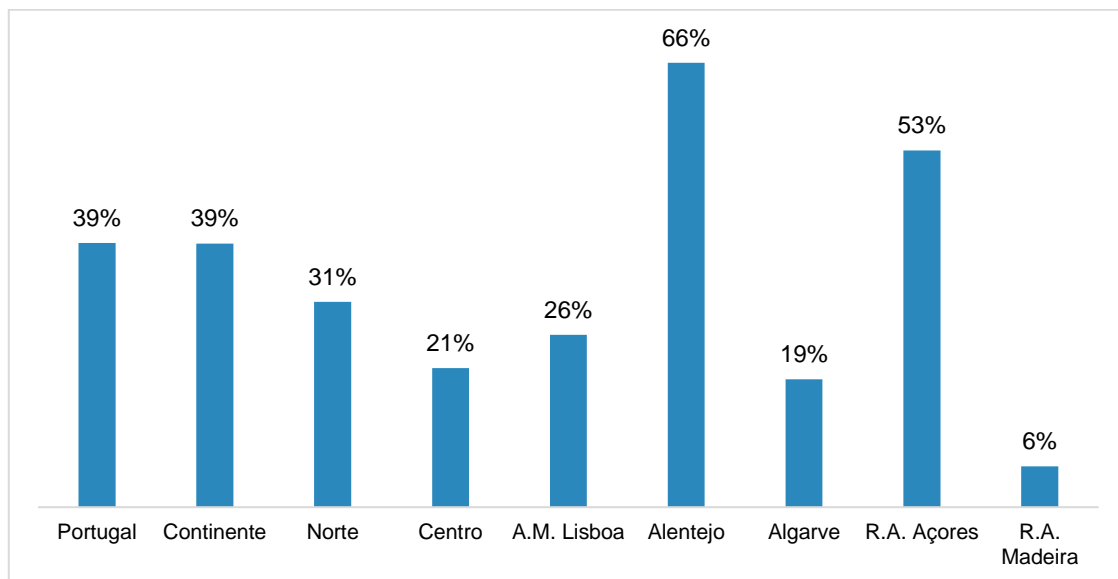


Figura 89. Proporção da SAU pelo total de superfície, por região, 2016

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE e PORDATA

Por sua vez, a Figura 90, apresenta a evolução da utilização das terras na R.A. Açores no período 2013-2016. Neste período verificou-se um aumento da superfície total das explorações e da SAU, bem como das pastagens permanentes, terra arável, e matas e florestas.

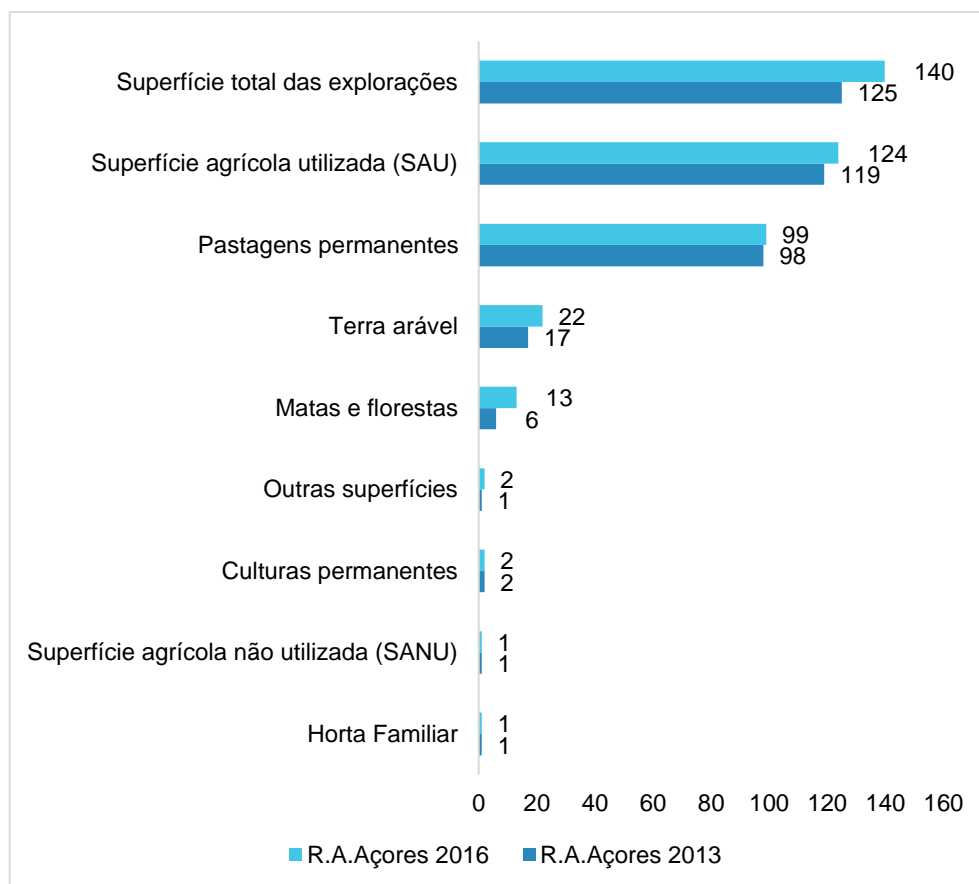


Figura 90. Utilização das terras na R.A. Açores, 2016 e 2013, (10³ ha)

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

3.4.2. Dimensão económica das explorações

Em termos de dimensão económica, de acordo com a Tabela 49, o Valor da Produção Padrão Total (VPPT)¹⁷ açoriano de 2016 ultrapassou os 474 milhões de euros, contribuindo as grandes unidades produtivas com mais de 60% deste valor para a Região (6% da produção nacional).

Em média cada exploração açoriana gerou 41 mil euros de VPPT – Dimensão Económica (DE). Assim, a análise das explorações por classes de dimensão económica (DE) revela que praticamente 50% das explorações são muito pequenas, gerando menos de 8 mil euros por ano e contribuindo com 3% para o VPPT insular (0,27% da produção nacional).

Tabela 49. Número de explorações, segundo as classes de Dimensão Económica (DE), por NUTS II (2016)

		Portugal	Continente	R.A. Açores	
Total	Explorações	n.º	258.983	235.774	11.580
	VPPT	mil euros	5.144.213	4.584.374	474.606
		%	100	89	9
	DE	mil euros/expl	20	19	41
Explorações muito pequenas (< 8 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	188.652	174.306	5.590
		%	73	74	48
	VPPT	mil euros	488.733	445.257	13.964
		%	10	10	3
Explorações pequenas (8 000 a < 25 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	40.291	35.577	2.160
		%	16	15	19
	VPPT	mil euros	560.489	496.952	31.685
		%	11	11	7
Explorações médias (25 000 a < 100 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	20.598	17.894	2.432
		%	8	8	21
	VPPT	mil euros	1.011.332	865.874	134.224
		%	20	19	28
Explorações grandes (≥ 100 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	9.441	7.997	1.398
		%	4	3	12
	VPPT	mil euros	3.083.659	2.776.291	294.733
		%	60	61	62

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

No entanto, deve-se destacar que o perfil açoriano de classes de dimensão económica (DE) é mais marcado por explorações médias e grandes que o cenário nacional, o que não deixa de ser interessante, tendo em conta a dimensão relativa de cada ilha. Por exemplo, em 2016, as explorações médias açorianas eram responsáveis por quase mais 10% de produção que as suas congéneres continentais (Figura 91).

¹⁷ **Valor de produção padrão (VPP):** é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em euros por hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região.

Valor de produção total (VPT) ou valor de produção padrão total (VPPT) da exploração: corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades (de área ou de efetivo) existentes dessa atividade na exploração.

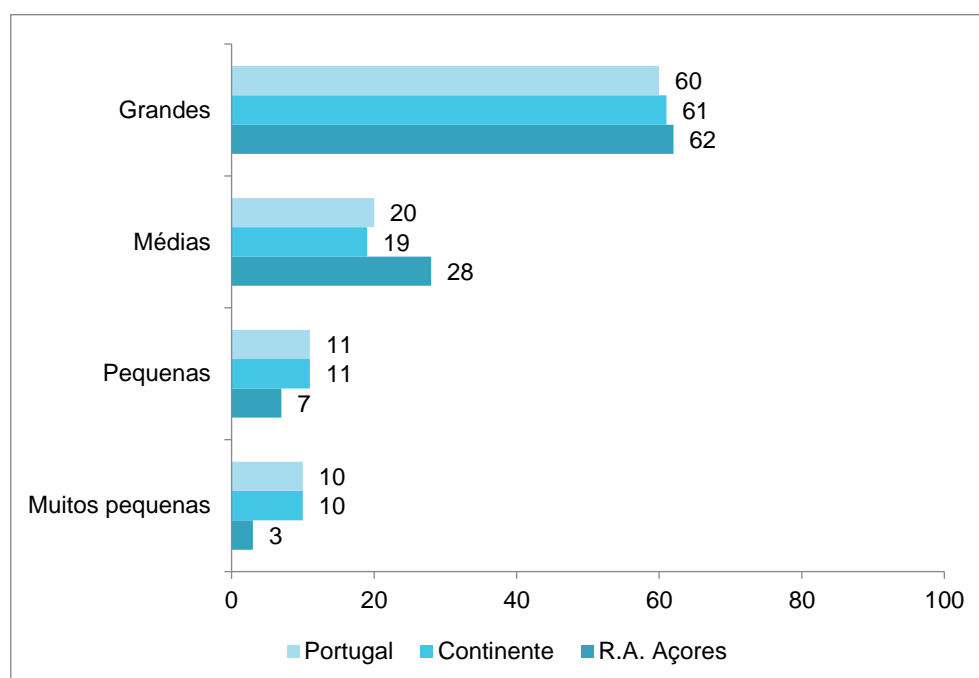


Figura 91. Proporção no total do Valor de Produção Padrão Total agrícola (%)

Fonte: SPI, a partir do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Relativamente à evolução da dimensão económica das explorações agrícolas no período 2013-2016 (Tabela 50), é possível verificar uma diminuição do número total de explorações aliado a um aumento do valor de produção padrão.

Por sua vez, em 2016 o número de explorações com dimensão económica superior 100 mil euros aumentou consideravelmente face ao ano de 2009, tendo-se registado também um aumento do valor de produção padrão durante este período. Contrariamente, no período 2009-2016 registou-se uma diminuição das explorações com dimensão económica inferior a 8 mil euros, bem como do seu valor de produção padrão.

Tabela 50. Evolução da Dimensão Económica das Explorações Agrícolas, 2009-2016

		R.A. Açores 2009	R.A. Açores 2013	R.A. Açores 2016
Total	N.º Explorações	13.541	11.825	11.580
	Valor de Produção Padrão (€)	350.932.628	419.381.606	474.605.868
< 8 000 (€)	N.º Explorações	7.911	6.153	5.590
	Valor de Produção Padrão (€)	19.258.436	14.298.023	13.963.979
8 000 - < 25 000 (€)	N.º Explorações	2.254	2.112	2.160
	Valor de Produção Padrão (€)	32.227.827	31.151.213	31.684.807
25 000 - < 100 000 (€)	N.º Explorações	2.483	2.313	2.432
	Valor de Produção Padrão (€)	133.804.848	127.451.483	134.223.803
> 100 000 (€)	N.º Explorações	893	1.247	1.398
	Valor de Produção Padrão (€)	165.641.516	246.480.887	294.733.280

Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

3.4.3. Classes da SAU

Em Portugal a SAU é predominantemente composta por explorações superiores ou iguais a 50 hectares, as quais se localizavam maioritariamente no Alentejo. Assim, em Portugal regista-se uma reduzida diversidade da SAU em termos de dimensão física das explorações.

Em contrapartida, a R.A. Açores apresenta uma maior diversidade da SAU sendo que, em 2016, as explorações entre 20 e 50 hectares representavam 38% da SAU, seguidas das explorações superiores ou iguais a 50 hectares (33%) e das entre 5 e 20 hectares (22%) (Figura 92).

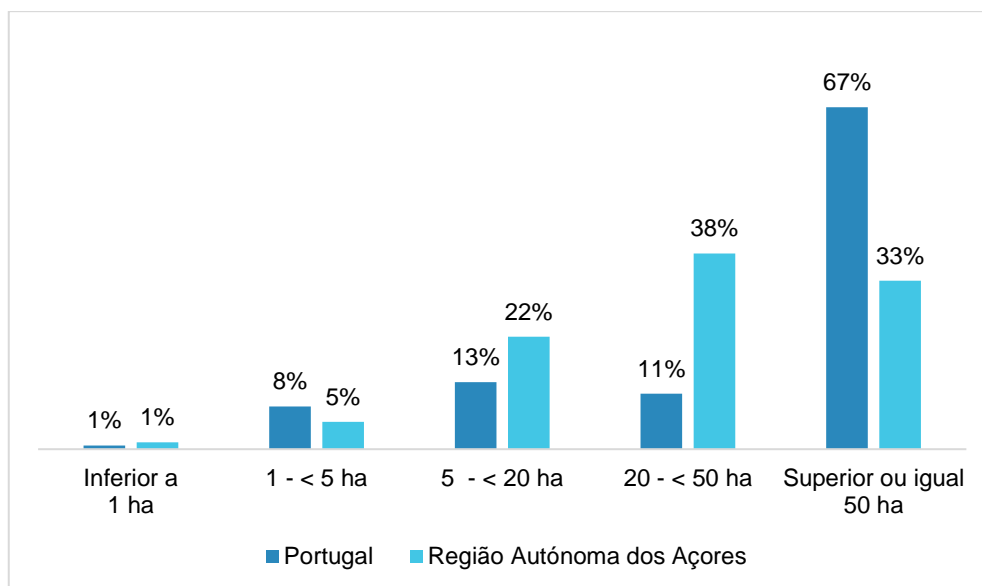


Figura 92. Comparação do peso das classes da SAU em Portugal e na R.A. Açores, 2016

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Adicionalmente, no que diz respeito à evolução do peso das classes da SAU da R.A. Açores, no período 2009-2016 verificou-se uma redução do peso das explorações entre 5 e 20 hectares (26% para 22%), ao mesmo tempo que se registou um aumento do peso das explorações entre 20 e 50 hectares (35% para 38%). Nas restantes classes da SAU as alterações registadas no período 2009-2016 foram residuais (Figura 93).

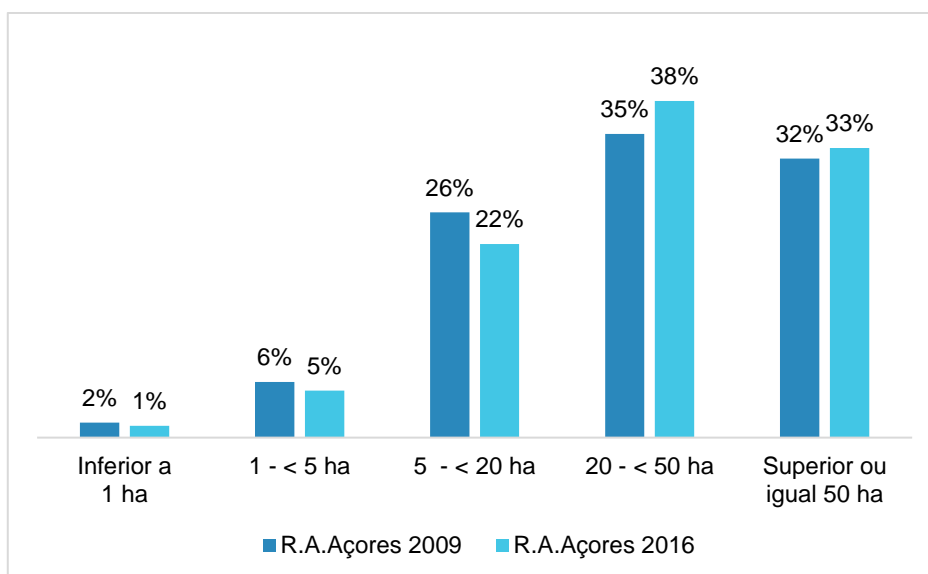


Figura 93. Evolução do peso das classes da SAU na R.A. Açores, 2009-2016

Fonte: SPI, a partir de Recenseamento Agrícola 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

3.4.4. Explorações agrícolas

De acordo com o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA 2016), uma exploração agrícola é uma unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

- Produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
- Atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais);
- Estar submetida a uma gestão única; e
- Localizar-se num local bem determinado e identificável.

Neste contexto, existe uma panóplia de indicadores que permitem analisar as explorações agrícolas, o quais incluem a proporção de: (1) explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas, (2) explorações com rendimento do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração e (3) superfície agrícola utilizada em conta própria¹⁸. A Figura 94 apresenta a evolução da proporção destes indicadores em Portugal, no Continente e na R.A. Açores.

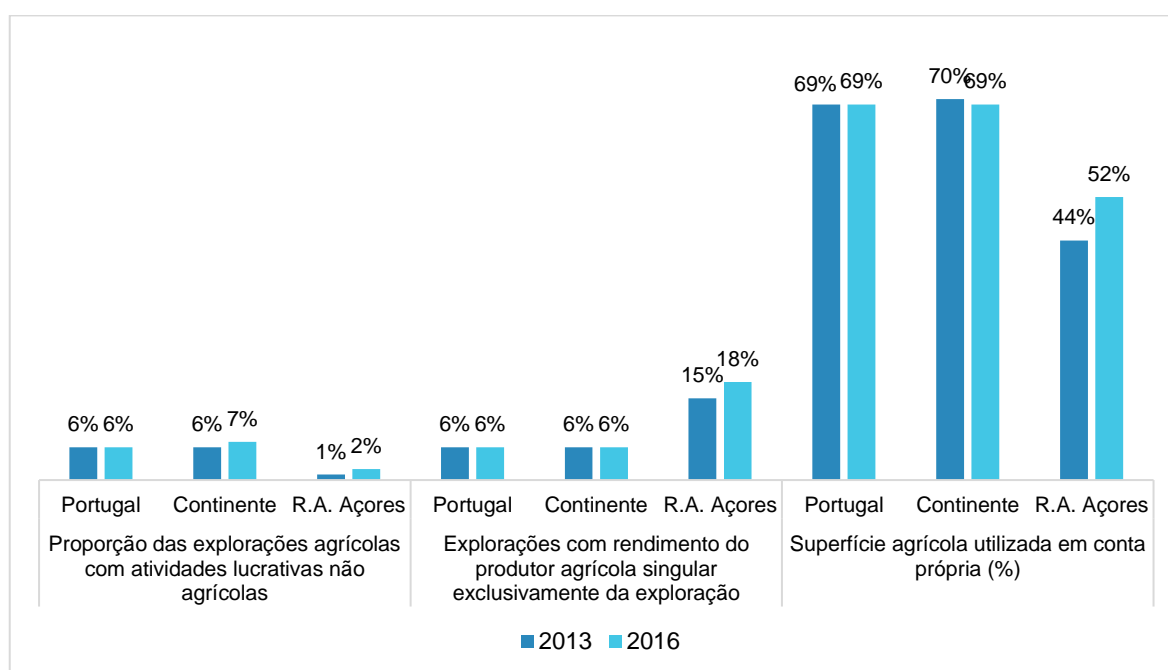


Figura 94. Evolução de indicadores relacionados com as explorações agrícolas

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

De acordo com a Figura 94, a nível nacional registou-se uma estagnação nos valores registados nos diferentes indicadores entre 2013 e 2016. No entanto, na R.A. Açores a realidade afigura-se distinta, uma vez que se verificaram aumentos da superfície utilizada em conta própria e das explorações com rendimento do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração. Assim, na R.A. Açores registou-se um maior dinamismo dos agricultores na criação de negócios em conta própria, o que se afigura como um indicador positivo.

¹⁸ Conta própria: o agricultor é maioritariamente autónomo, isto é, é sobre ele que recai a responsabilidade na tomada de decisão e na obtenção das perdas e lucros, podendo, no entanto, utilizar mão de obra familiar.

Adicionalmente, de acordo com a Tabela 51 é possível constatar que no período 2013-2016 se registou uma diminuição do total de explorações da R.A. Açores por conta própria e em regime de arrendamento, havendo, por sua vez, um aumento de outras formas de exploração da SAU.

Em termos de distribuição por ilha, no período 2013-2016, as ilhas de São Miguel e da Terceira eram as ilhas onde se localizava o maior número de explorações por conta própria e em regime de arrendamento. Por outro lado, a ilha do Faial era a ilha onde se localizava o maior número de explorações com outros regimes de exploração da SAU; contudo, em 2016 a predominância desta categoria passou a registar-se nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Tabela 51. Explorações agrícolas da R.A. Açores segundo a forma de exploração da SAU, 2013 e 2016

Ano	Ilha	Total		
		Conta Própria	Arrendamento	Outras
2013	R.A. Açores	10.431	5.044	1.260
	Santa Maria	235	150	181
	São Miguel	3.970	2.136	281
	Terceira	2.541	1.160	134
	Graciosa	328	138	85
	São Jorge	757	473	173
	Pico	1.371	194	89
	Faial	801	534	284
	Flores	428	258	30
2016	R.A. Açores	9.742	4.728	1.843
	Santa Maria	307	249	134
	São Miguel	3.706	1.640	546
	Terceira	2.303	1.148	542
	Graciosa	492	262	131
	São Jorge	685	464	
	Pico	1.137	312	39
	Faial	369	239	101
	Flores	533	329	193
	Corvo	209	86	158

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

Por sua vez, em termos da natureza jurídica das explorações, através da Figura 95 é possível observar uma predominância dos produtores singulares no período 2013-2016. No entanto, é importante destacar o aumento da percentagem das sociedades, bem como de outras formas de natureza jurídica, no período 2013-2016.

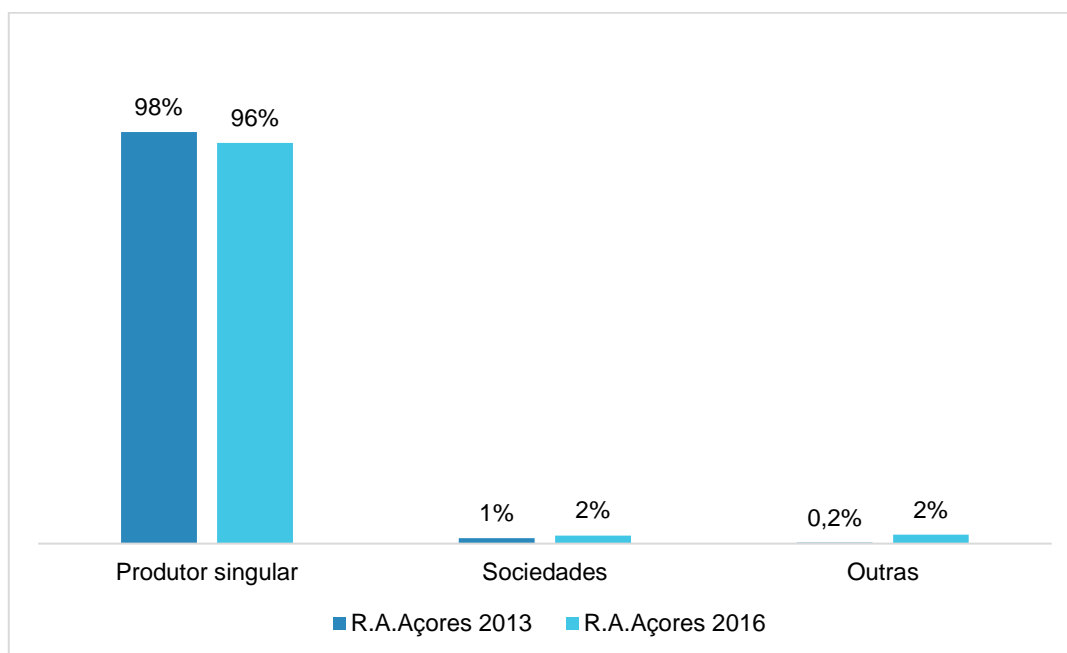


Figura 95. Evolução da natureza jurídica das explorações da R.A. Açores, 2013-2016

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

3.4.5. Orientação Técnico-Económica

Segundo o IEEA 2016, o grau de especialização das explorações agrícolas da R.A. Açores é particularmente elevado, sendo que em 2016 as explorações especializadas representam 90% do total das explorações. Este valor é bastante superior ao valor nacional que se situa nos 70%.

Deste modo, a especialização das explorações em produção animal da R.A. Açores é muito significativa, representando 60% do total das explorações. Já a especialização em bovinicultura de carne corresponde a 35% do total das explorações e a especialização em bovinicultura de leite a 20% (Figura 96).

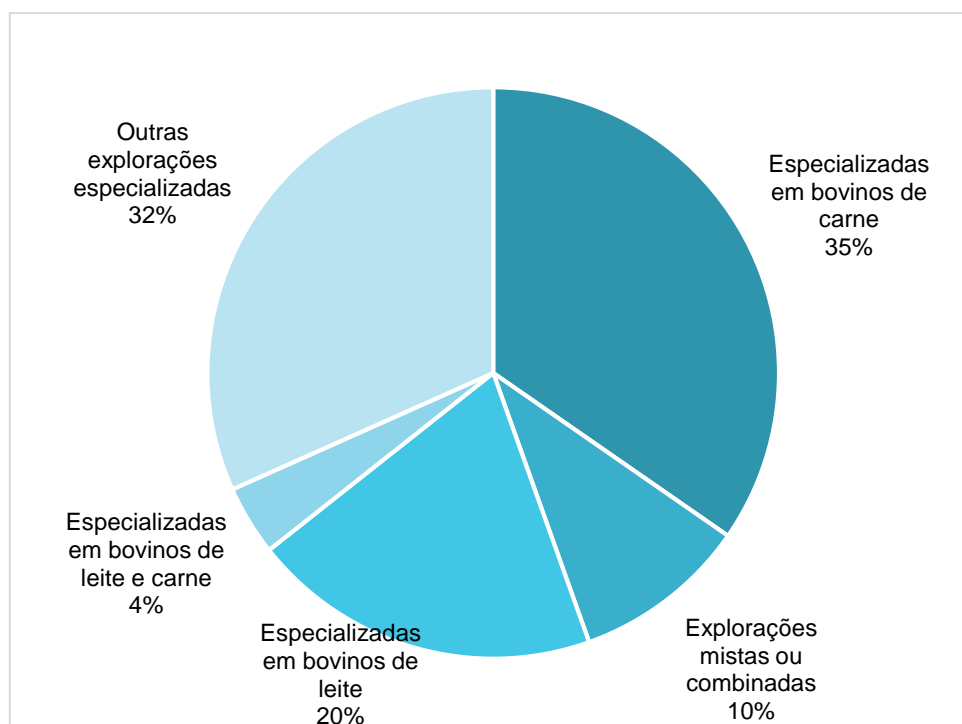


Figura 96. Orientação Técnico-Económica das explorações na R.A. Açores

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Adicionalmente, no que diz respeito à representatividade da orientação técnico-económica das explorações R.A. Açores no total nacional, é possível constatar a elevada importância das explorações de bovinos de leite e carne (56%) no total nacional de explorações com esta orientação técnico-económica (Tabela 52).

Tabela 52. Representatividade da orientação técnico-económica das explorações R.A. Açores no total nacional, 2016

Orientação Técnico-Económica das explorações na R.A. Açores	Nº de explorações na R.A. Açores	Representatividade das explorações R.A. Açores no total nacional
Explorações especializadas	10.442	6%
• Culturas arvenses	846	3%
Das quais: Horticultura extensiva	7	0,5%
• Horticultura intensiva e floricultura	319	4%
Das quais: Em estufa/abrigo alto	85	5%
• Culturas permanentes	1.824	2%
Das quais: Vinha	456	5%
Frutos frescos, casca rija e citrinos	1.173	4%
Olival		
• Herbívoros	7.167	16%
Dos quais: Bovinos de leite	2.287	35%
Bovinos de carne	4.014	23%
Bovinos de leite e carne	415	56%
Ovinos, caprinos e div. herbívoros	451	2%
• Granívoros	286	6%
Dos quais: Suínos	39	3%
Aves	189	13%
Explorações mistas ou combinadas:	1.139	1%
• Policultura	292	1%
• Polipequária	80	1%
• Mistas de culturas e criação de gado	754	2%
• Explorações não classificadas	12	16%

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Relativamente às atividades lucrativas não agrícolas da exploração, através da Tabela 53 é possível constatar a baixa representatividade das mesmas na economia portuguesa (0,1%). De destacar no entanto, a variação registada na R.A. Açores no período 2009-2016 (6,3%) que se afigura mais positiva do que a média nacional (4,1%).

Tabela 53. Atividades lucrativas não agrícolas da exploração, por NUTS II

NUT	Explorações			Varição (2009-2016)	Varição (2009-2013)	Varição (2013-2016)
	(n.º)	(%)	No total de Portugal(%)	(%)	(%)	(%)
Portugal	15.905	100	6,1	4,1	1,8	2,2
Norte	2.236	14,1	0,9	-25,7	5,8	-29,8
Centro	10.627	66,8	4,1	29,2	19,5	8,1
AM Lisboa	197	1,2	0,1	20,7	-11,7	36,7
Alentejo	2.021	12,7	0,8	-1,4	-10,5	10,1

	Explorações			Varição	Varição	Varição
				(2009-2016)	(2009-2013)	(2013-2016)
Algarve	586	3,7	0,2	-63,3	-73,3	37,8
R.A. Açores	220	1,4	0,1	6,3	-37,7	70,6
R.A. Madeira	18	0,1	0,0	-43,4	-48,1	9,1

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

3.4.6. Unidade de Trabalho Ano (UTA)

Segundo a Tabela 54, no período de 2013 e 2016, verificou-se uma variação positiva da superfície agrícola utilizada por UTA, a qual foi particularmente notória na R.A. Açores. Adicionalmente, na R. A. Açores registou-se um aumento bastante significativo da UTA, o qual se destaca da tendência registada em Portugal e no Continente. Não obstante, na R. A. Açores a taxa de variação da SAU por UTA (ha) registou um valor negativo, o que indica que cada trabalhador tem menos hectares da SAU para exercer a sua atividade.

Tabela 54. Superfície agrícola utilizada por unidade de trabalho ano, por exploração

		2013	2016	t.v.m.c. (%)
Superfície agrícola utilizada (ha)	Portugal	13,8	14,1	0,7%
	Continente	14,6	14,9	0,7%
	R. A. Açores	10,0	10,7	2,3%
UTA	Portugal	1,2	1,2	0,0%
	Continente	1,3	1,3	0,0%
	R. A. Açores	0,9	1,1	6,9%
SAU por UTA (ha)	Portugal	11,5	11,8	0,7%
	Continente	11,2	11,5	0,7%
	R. A. Açores	11,1	9,7	-4,3%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE. Taxa de variação média de crescimento (t.v.m.c) no período entre 2013 e 2016 calculada pela SPI.

Por sua vez em termos de UTA, a Figura 97 demonstra que na R.A. Açores as explorações recorrem em média a 1,1 UTA, valor abaixo da média nacional que é de 1,2 UTA (cada exploração conta com menos 15% de mão-de-obra que as suas congéneres não insulares), o que poderá estar relacionado com a tipologia de explorações.

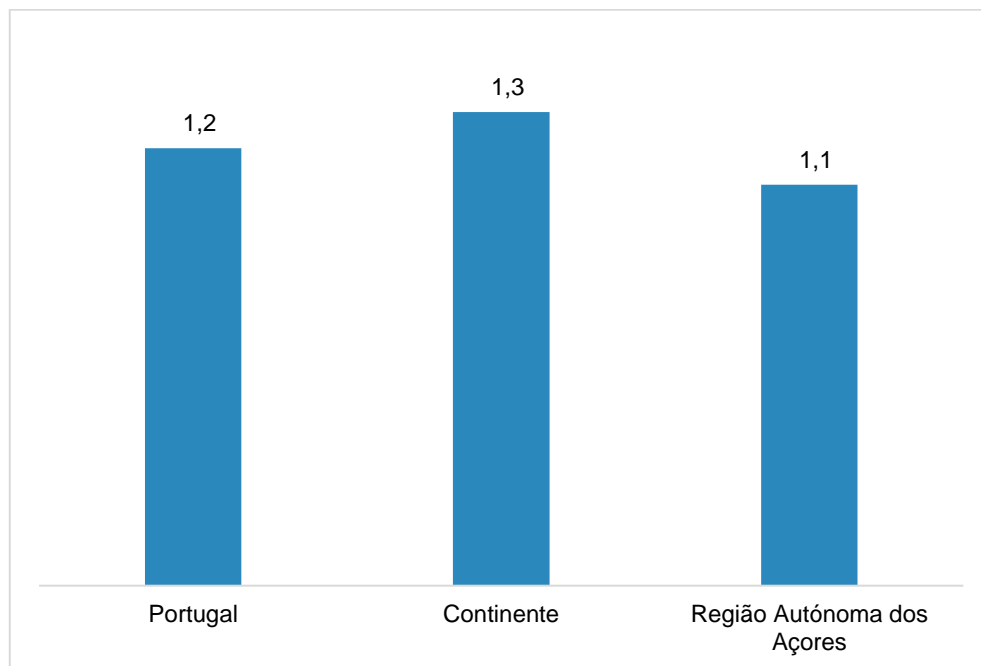


Figura 97. Unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola (UTA)

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Relativamente ao valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) por classes da SAU, em 2016, a R.A. Açores apresentava um valor €/UTA significativamente superior ao da média do país e do continente (Figura 98). A superioridade do valor €/UTA da R.A. Açores afigurava-se particularmente evidente nas classes da SAU de maior dimensão (entre os 50 e 100 ha e superior a 100 ha), havendo uma correlação quase direta entre o aumento das classes de SAU e o valor de €/UTA.

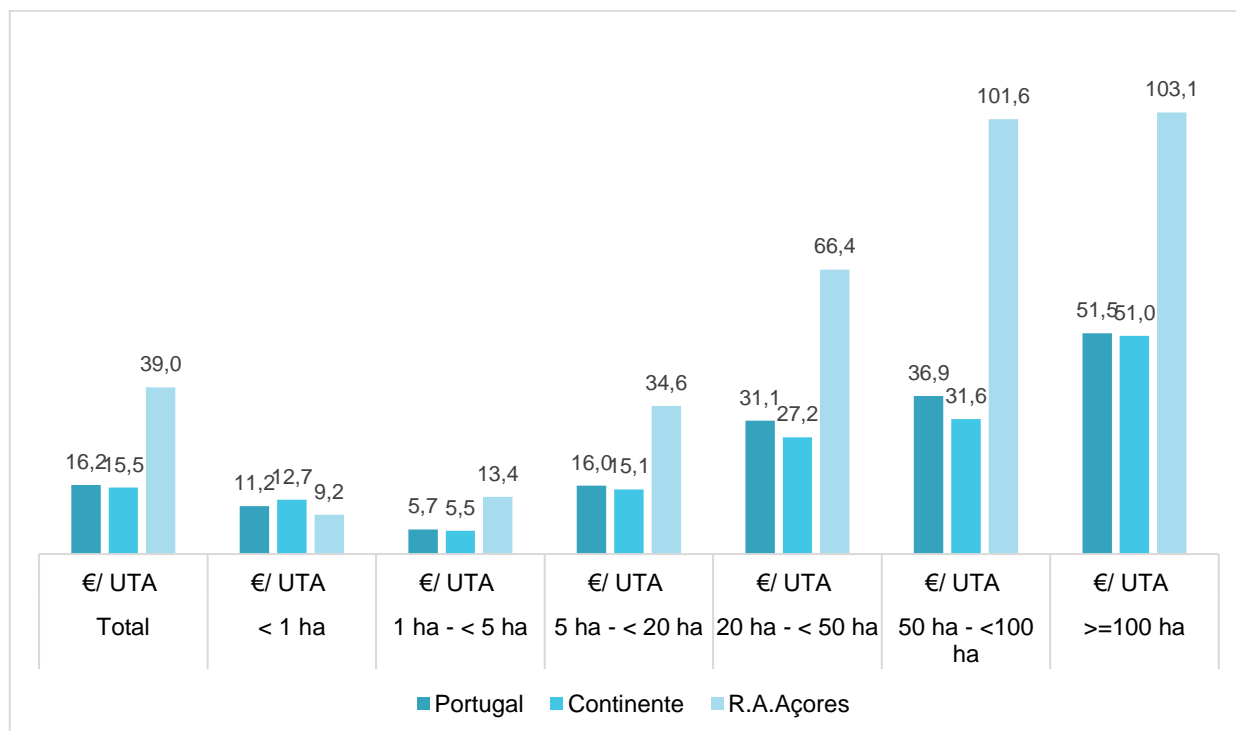


Figura 98. Valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA), em milhares de euros, das explorações agrícolas por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Classes de superfície agrícola utilizada, 2016

Fonte: SPI, a partir de INE

3.4.7. Cabeças de gado por exploração

A fileira do leite e lacticínios e a fileira da produção de carne são as mais dinâmicas da R.A. Açores. Como tal, a evolução do número de cabeças de gado por exploração é um indicador relevante para a análise das explorações na R.A. Açores.

Deste modo, através da análise da Figura 99 é possível perceber que entre 2013 e 2016 houve um aumento do número médio de vacas leiteiras por exploração na R.A. Açores (aumento de 31 para 34 vacas por exploração), o que contraria a tendência de diminuição registada no Continente (diminuição de 37 para 35 vacas por exploração).

No mesmo período, na R.A. Açores verificou-se uma diminuição do número médio de bovinos por exploração (diminuição de 37 para 35 bovinos por exploração) a par de um aumento do número de ovinos (aumento de 6 para 8 ovinos por exploração). Por sua vez, não se registou qualquer alteração no número de suínos, caprinos e cabeças normais por SAU na R.A. Açores.

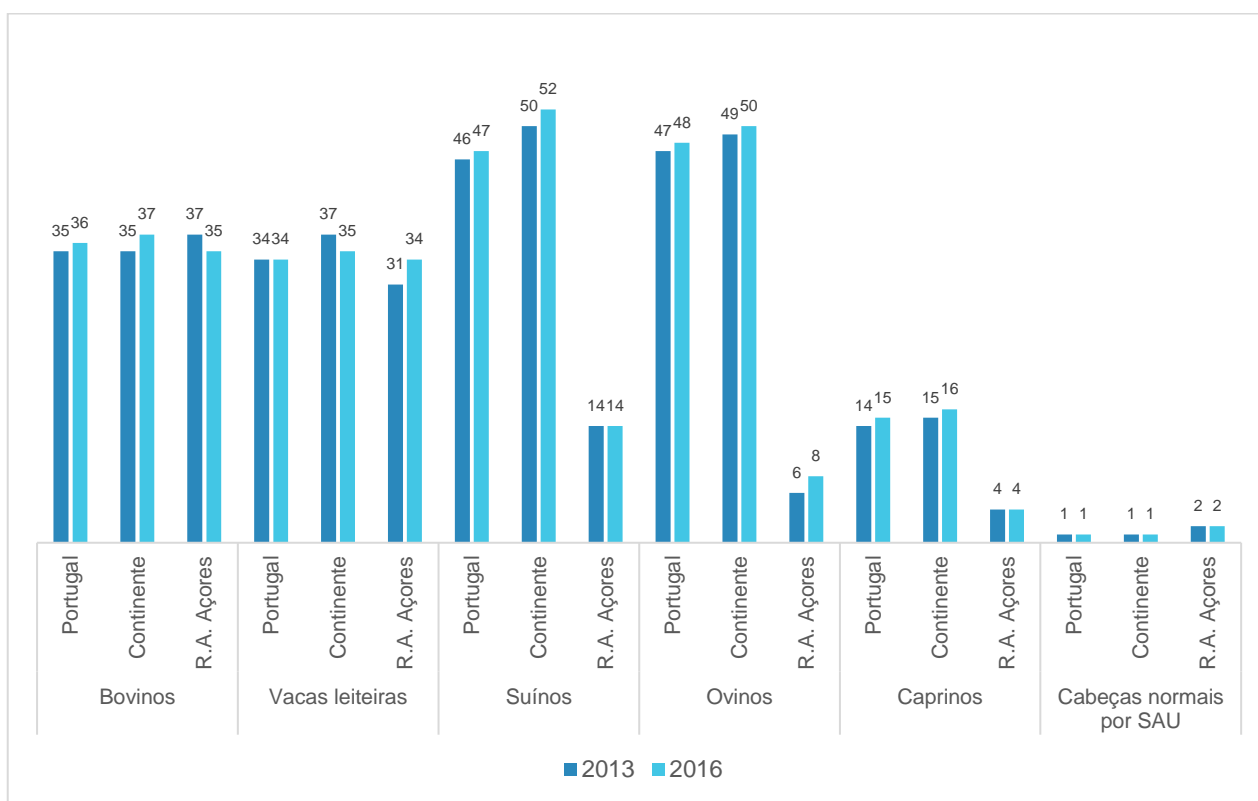


Figura 99. Números de cabeças de gado por exploração

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Por outro lado, detalhando a dominância da produção animal na R.A. Açores, observa-se que esta é influenciada sobretudo pelos números obtidos ao nível dos bovinos e do leite (e derivados), sendo que na primeira rúbrica tem-se observado um crescimento considerável e na segunda algumas flutuações sem, contudo, deixar de ser a mais representativa da produção insular.

Nas explorações de leite observam-se as mesmas tendências da média insular, destacando-se mesmo assim o crescimento na produção de bovinos em 2017 (2,65 vezes mais que em 2012) (Tabela 48).

Tabela 55. Produção animal das explorações de leite (valores médios por exploração, euros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bovinos (excluindo leite)	3.486,	6.041	6.454	6.491	6.208	9.231
Leite ou Produtos Lácteos Bovinos	42.925	41.185	51.944	54.966	45.169	44.651
Suínos	487	491	470	7	13	239
Outros Produtos Animais	0,7	0,7	0,8	0,8	1,4	1,6

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

As explorações de carne, por sua vez, registam menos produção de leite, mas mantêm a sua oferta de bovinos dentro dos números que se observam para a média do arquipélago e para as explorações de leite (Tabela 56). Neste sentido, apesar das explorações de carne serem especializadas em carne, existe alguma diversificação nas mesmas.

Tabela 56. Produção animal das explorações de carne (valores médios por exploração, euros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bovinos (excluindo leite)	5.301	6.902	6.542	7.001	7.058	8.692
Leite ou Produtos Lácteos Bovinos	349	633	361	395	208	312
Ovinos (excluindo leite)	6	-	1	5	-	-
Caprinos (excluindo leite)	1	4	3	2	1	5
Suínos	21	144	40	22	23	21
Outros Animais	-	-	-	-	0,8	-
Outros Produtos Animais	0,0	1	0,1	1	0,4	0,8

Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas, 2017

3.4.8. Máquinas e equipamento agrícola

A maquinaria e equipamento agrícola são elementos de elevada importância para a modernização das explorações agrícolas da R.A. Açores. Assim, segundo a Tabela 57 verificou-se um aumento do número de tratores, motocultivadores, motoenxadas e motoceifeiras nas explorações da R.A. Açores, o que se revela como um indicador positivo (Tabela 28).

Tabela 57. Evolução do número de máquinas agrícolas na R.A. Açores, 2009 e 2013

Tipo de máquinas agrícolas	R.A. Açores 2009	R.A. Açores 2013
Tratores (de rodas e de rasto)	2.630	7.364
Motocultivadores	2.439	3.122
Motoenxadas (motofresas)	453	722
Motoceifeiras (motogadanheiras)	105	361

Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013

3.5. Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OE2 “Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização” tem em conta os principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Produção eficiente na atividade agrícola, da produção animal e florestal"; • Maior estabilidade do VAB agrícola da R.A. Açores face à média nacional; • Setor da agricultura, produção animal caça e floresta tem impacto positivo na economia dos Açores; • Produção do ramo agrícola evidenciada pela produção animal; • Aumento relativo das culturas temporárias; • Existência de alguma diversificação nas explorações de leite e carne que poderá ser positiva para fazer face às variações do mercado; • Maior dinamismo dos agricultores da R.A. Açores na criação de negócios por conta própria; • Elevado grau de especialização das explorações agrícolas da R.A. Açores; • Setor agrícola emprega uma grande percentagem da população da Região, com predominância da agricultura familiar; • A produção de leite e de produtos lácteos na Região é bastante expressiva a nível nacional; • Crescimento da comercialização de produtos lácteos açorianos; • Investimentos sucessivos e relativamente recentes em algumas das principais unidades industriais; • Esforço de inovação das indústrias, no setor dos laticínios e em especial no segmento do leite UHT; • Produtividade industrial razoável no setor dos laticínios; • Unidades industriais com capacidade de expansão, no setor dos laticínios; • Certificação da criptoméria; 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão e isolamento geográfico da R.A. Açores; • Oscilações notórias na taxa variação de média anual da produção do ramo agrícola; • Produtividade dos terrenos da R.A. Açores é inferior para algumas culturas permanentes e temporárias face à média nacional; • Escolaridade dos agricultores da R.A. Açores; • Falta de ofertas de Ensino Secundário direcionadas para a agricultura e pecuária; • Despesa de I&D no PIB da R. A. Açores inferior à da média de Portugal; • Fraca gestão das empresas agrícolas e falta de utilização da contabilidade como ferramenta de gestão; • Limitada aptidão para a inovação e modernização; • Baixa diversificação de produtos; • Baixo nível de automatização; • Unidades industriais pouco flexíveis (produtos e formatos); • Insuficiente aconselhamento técnico ao nível dos produtores agrícolas e dos proprietários florestais; • Importação de produtos para consumo animal (cereais); • Pouca experimentação ou falta da sua divulgação; • Predomínio de produtos de baixo valor acrescentado; • Limitada capacidade de cura e armazenagem de queijo (indústrias de laticínios); • Baixo grau de sofisticação no fabrico de produtos lácteos industriais; • Fraco poder negocial dos produtores agrícolas na cadeia de valor;

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Dinamismo das explorações agrícola e da agroindústria em termos de investimento; • Aumento da dimensão das explorações agrícolas; • Investimento em infraestruturas de apoio a atividade agrícola e florestal (Caminhos agrícolas, abastecimento de água, eletrificação e infraestruturas de abate); • Existência de produtos inseridos em regimes de qualidade (queijo são Jorge DOP, queijo do Pico DOP, Ananás dos Açores DOP, Maracujá de São Miguel DOP, Mel dos Açores DOP, IGP - Carne dos Açores Melloa de Santa Maria IGP, Alho da Graciosa IG, leite biológico e hortícolas em modo biológico); • Fileira do leite estruturada, com uma indústria modernizada e com peso ao nível da fileira nacional; • Percentagem bastante elevada da Superfície Agrícola Utilizável na totalidade da superfície da Região. | <ul style="list-style-type: none"> • Falta de cultura de cooperação no segmento produtivo; • Formação dos agricultores e baixa incorporação tecnológica em alguns setores (carne); • Fraca promoção dos produtos açorianos nos mercados externos; • Sobrecustos dos fatores de produção; • Diversificação nas explorações de leite é pouco expressiva; • Atomização da produção e falta de organização em alguns setores (carne); • Grande diversidade genética e falta de uniformidade das carcaças no setor da carne; • Falta de condições das infraestruturas existentes para responder aos requisitos de qualidade de determinados clientes. |
|---|--|

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Maior percentagem de produtores agrícolas com atividade a tempo completo na exploração face à média nacional; • Potencial de aumento da produção de vários produtos hortícolas e frutícolas; • <u>Oferta curricular da Universidade dos Açores relacionada com as necessidades regionais;</u> • <u>Existência de uma oferta formativa para a formação profissional dos ativos agrícolas e florestais;</u> • Importância do leite e dos seus derivados para a balança comercial da R.A. Açores; • Alteração do mix de produção em produtos de maior valor de mercado, no setor dos laticínios; • Investimento na transformação de produções bio; 	<ul style="list-style-type: none"> • Menor diversidade da SAU da R.A. Açores em termos de ocupação de culturas; • Dependência do contexto internacional em termos de preços (combustíveis, matérias-primas, entre outros); • Dificuldade de aproximação das unidades de investigação ao tecido produtivo e agroindustrial; • Aumento da concorrência pela entrada de produtos por via dos acordos comerciais com o MERCOSUL; • Volatilidade do preço das matérias-primas/fatores de produção; • Aumento da pressão dos preços por parte da grande distribuição; • Limitação geográfica ao aprovisionamento; • Desbalanceamento entre a produção e comercialização (Lácteos);

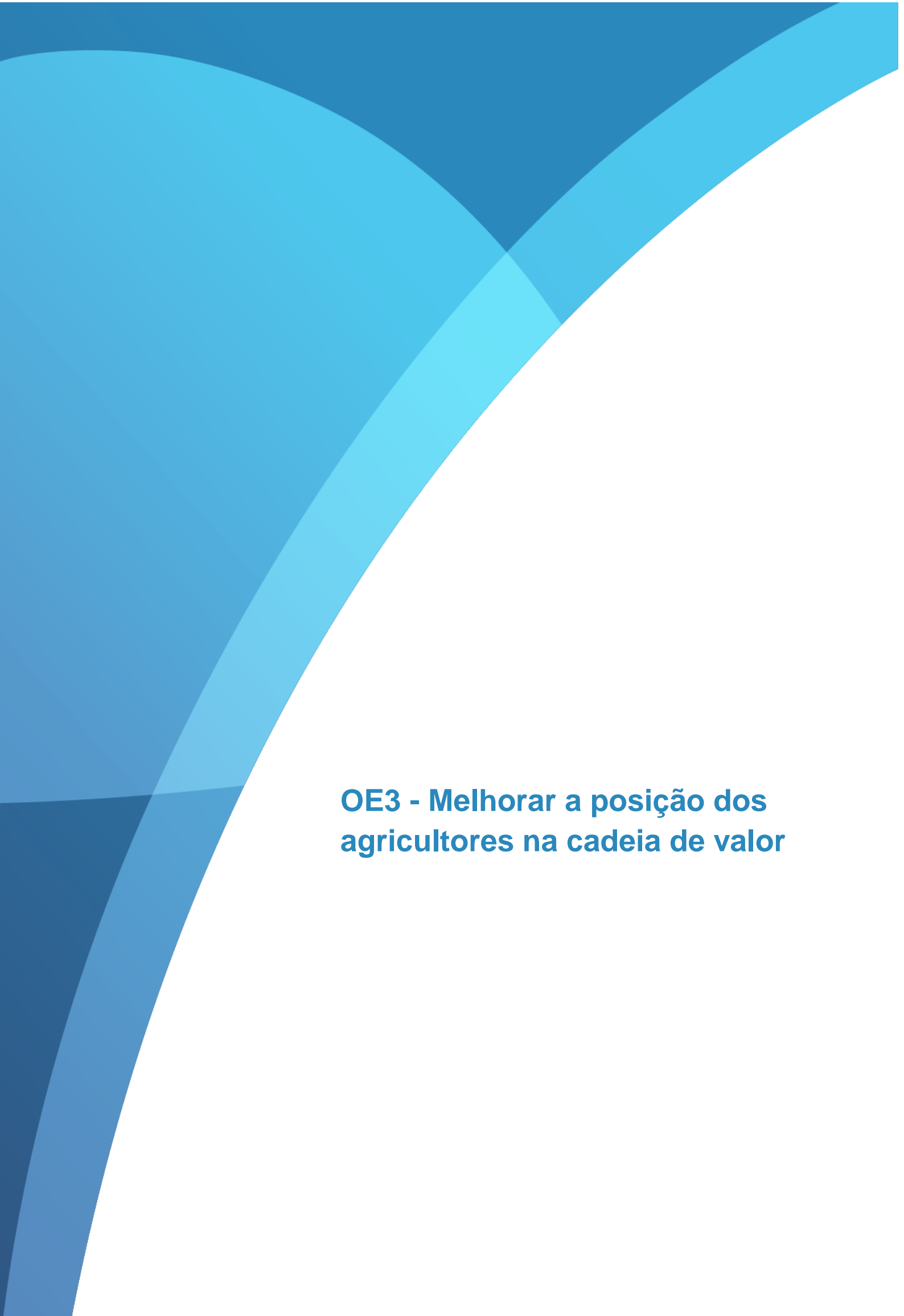
- Existência de programas de incentivo à produção, exportação e, quando aplicável, à internacionalização;
- Comércio de cadeia curta;
- Existência de apoios para o setor agroflorestal (comunitários e regionais);
- ~~Criação de serviços de gestão e de aconselhamento;~~
- Campanhas de promoção e comercialização de produtos regionais.
- ~~Reforço da capacidade de organização, gestão e inovação;~~
- ~~Articulação entre empresas, Universidade e centros de investigação e desenvolvimento com o objetivo de valorização e qualificação das produções regionais;~~
- ~~Existência do TERINOV – Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, orientado para a inovação empresarial nos Açores através da valorização dos recursos humanos, da transferência de tecnologia e conhecimento e da formação;~~
- ~~Desenvolvimento de estruturas de apoio à I&D e transferência de tecnologia;~~
- Existência de um efetivo de bovinos de carne com potencial de valorização;
- Portugal é deficitário na produção de carne.
- Volatilização dos mercados de commodities lácteas;
- Elevado custo dos transportes e logística.
- Dependência quase total do transporte marítimo;
- Crise económica decorrente da situação pandémica, que poderá reduzir a disponibilidade financeira das famílias para “comprar qualidade”.

3.6. Avaliação de necessidades

Baseando-se no diagnóstico e análise SWOT realizada para o OE2, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com 1) I&D e inovação agrícola; 2) Formação; 3) Modernização das Explorações e 4) Inovação de produto e de mercado, as quais são temáticas essenciais para cumprir este objetivo estratégico. Deste modo, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
I&D e inovação agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a despesa de I&D no PIB da R. A. Açores;

Temática	Necessidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar uma ação concertada entre as unidades de I&D, associações profissionais, serviços oficiais, indústria e produtores por forma a promover a transferência de conhecimento; • Fomentar o desenvolvimento tecnológico, a transferência de conhecimento e a prestação de serviços especializados de apoio à produção e à agroindústria regional; • Digitalização.
Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Criar/reajustar serviços de gestão e aconselhamento com estruturas e recursos devidamente adequados às necessidades das explorações agrícolas e florestais; • Fomentar a profissionalização da atividade agrícola; • Promover o incremento da mão-de-obra agrícola especializada; • Promover a modernização dos processos produtivos e de gestão das explorações da R. A. Açores através de formações técnicas; • Promover a formação agrícola em regime de permanência.
Modernização das Explorações e das Unidades de Transformação Inovação de produto e de mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a incorporação de elementos de modernização e de inovação na atividade agrícola e agroindustrial; • Implementar medidas focadas na sustentabilidade das explorações do ponto de vista económico, social e ambiental; • Melhorar as comunicações/ divulgar resultados; • Definir uma estratégia de promoção dos produtos regionais focada na sua qualidade; • Incentivar a realização de estudos de marketing; • Incentivar a definição de estratégias de internacionalização; • Incentivar o desenvolvimento de negócios não agrícolas nas explorações agrícolas; • Promover a valorização dos produtos regionais nos mercados nacionais e internacionais. • Explorar novos produtos de valor acrescentado; • Procurar novos mercados.

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy blue to a bright cyan. These shapes create a sense of movement and depth, framing the text on the right side of the page.

**OE3 - Melhorar a posição dos
agricultores na cadeia de valor**

4. OE3 – Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor

A arquitetura estrutural da cadeia agroalimentar não coloca por si só questões legais de concorrência menos leal ou de impossibilidade de livre acesso ao mercado. Contudo, a dimensão económica e o fator escala entre a produção primária e a agroindústria ou entre a produção primária e a distribuição, potenciam que a montante na cadeia se formem quase oligopólios que de certa forma criam barreiras à entrada resultantes de economias de escala e a informação que só estes dominam (informação de mercado imperfeita).

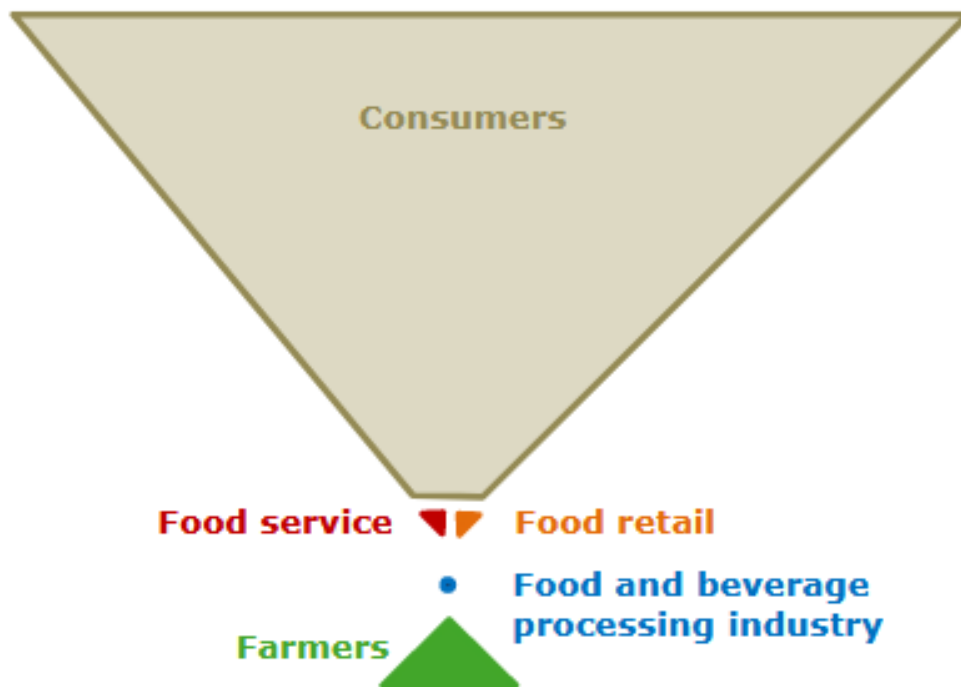


Figura 100. Arquitetura estrutural da cadeia agroalimentar
Fonte: GPP

Esta arquitetura é, pelo menos parcialmente benéfica para o consumidor, uma vez que o efeito escala permite maior eficiência no controlo de custos, com possibilidade de repercussão para o consumidor a preços “mais baixos”.

Em última análise, a atual arquitetura estrutural da cadeia agroalimentar poderá contribuir para o objetivo n.º 5 do artigo 39.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que define os objetivos específicos da Política Agrícola Comum (PAC) o qual visa assegurar preços razoáveis aos consumidores.

4.1. Gastos das famílias em alimentação

De uma forma geral, pode-se observar na Figura 101 que o valor médio da despesa dos agregados familiares em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas a nível insular (2.453 euros) não é muito diferente do que se observa a nível nacional (2.877 euros), ainda que inferior.

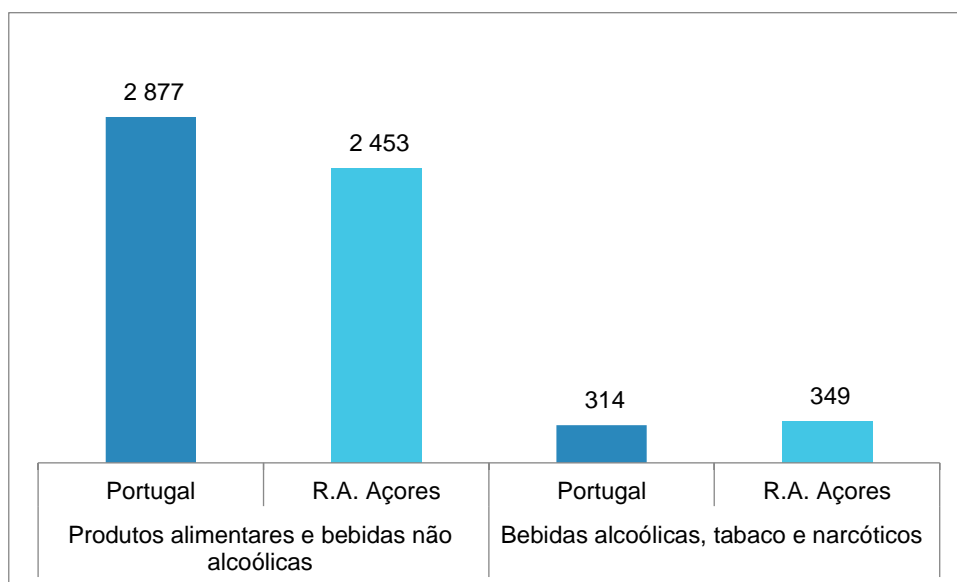


Figura 101. Média da despesa total anual por agregado familiar (2015/2016, euros)

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores

Nas subcategorias analisadas (Tabela 58), é possível constatar que o diferencial em relação aos valores totais, no período 2015-2016, foi maior a nível nacional para tipologias de áreas urbanas, que registavam valores superiores à média nacional. A nível insular, o diferencial em relação aos valores totais foi maior para a principal fonte de rendimento, e relativamente semelhante no que toca à composição do agregado familiar.

As maiores diferenças em relação à média total observam-se nas categorias de rendimento, o que evidencia que o consumo de bens alimentares é mais sensível a variações no rendimento do que a diferenças na tipologia de área urbana onde habita a família média. A variação no consumo também é sensível à composição do agregado familiar, mas esta flutuação é ligeiramente inferior à que se observa por categorias de rendimento.

Tabela 58. Despesa total anual média por agregado familiar e diferencial em relação ao total (2015-2016, euros)

	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas		Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	
	Portugal	R.A. Açores	Portugal	R.A. Açores
Total	2.914	2.463	320	354
<i>Diferencial em relação ao total</i>				
Área predominantemente urbana	71	53	19	45
Área mediantemente urbana	-142	-91	-55	-32
Área predominantemente rural	-241	-28	-48	-58
Agregados sem crianças dependentes	-328	-422	-24	-36
Agregados com crianças dependentes	560	458	40	38
Trabalho por conta de outrem	242	198	66	31
Trabalho por conta própria	227	736	18	43
Pensões	-310	-524	-101	-78
Outras fontes de rendimento	-412	-473	29	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

4.2. Fator preço na entrada na cadeia de valor

Uma das chaves de entrada na cadeia de valor é o preço. Este elo de ligação com intermediários e consumidores finais é importante para a competitividade de qualquer indústria ou ramo de atividade, sobretudo em economias cada vez mais abertas.

Neste contexto, os agricultores açorianos, como enfrentam dificuldades resultantes do isolamento geográfico, nomeadamente custos de transporte e outros encargos relacionados com a colocação dos seus produtos no mercado (de consumos intermédios necessários à produção, bem como do produto final), acabam por ter de praticar preços mais elevados que os seus congéneres continentais, no sentido de conseguirem manter margens sustentáveis.

Como se pode observar na Tabela 59, apesar da R.A. dos Açores acompanhar as tendências de preços do Continente, os seus valores têm não só sido superiores, como também com volatilidade maior. Estes factos dificultam o posicionamento açoriano de bens essenciais como os agrícolas no cabaz de compras, assim como limita a capacidade de planeamento destes produtores, uma vez que a grandeza das variações torna o ramo ainda mais suscetível a efeitos sazonais.

Tabela 59. Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	Índice	100,27	100,00	100,48	101,09	102,45	103,50
	Variação (%)	0,27	-0,28	0,49	0,61	1,34	1,02
Continente	Índice	100,23	99,95	100,44	101,06	102,44	103,44
	Variação (%)	0,23	-0,28	0,49	0,62	1,36	0,97
R.A. Açores	Índice	101,86	102,12	103,14	104,42	106,44	107,04
	Variação (%)	1,86	0,26	1,00	1,23	1,94	0,56

Fonte: SPI, a partir de SREA

A Figura 102 ilustra como a taxa de inflação açoriana permaneceu sempre acima da nacional no período 2013-2017, ficando abaixo da média nacional apenas em 2018.

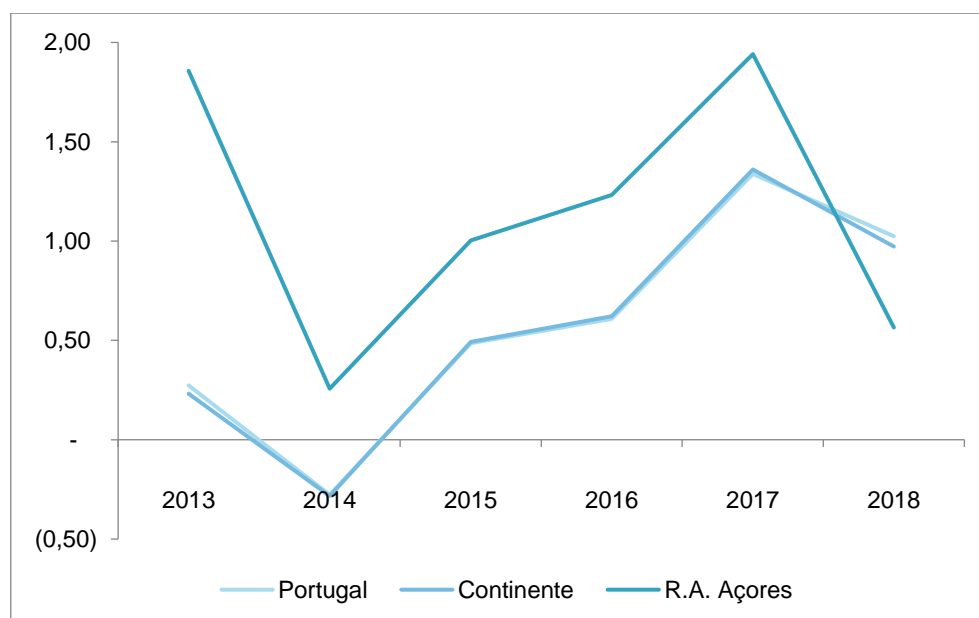


Figura 102. Evolução da taxa de inflação no período 2013-2018 (%)

Fonte: SPI, a partir de SREA

Ao nível do produto, pode-se observar que os “Produtos alimentares não transformados” açorianos, no período 2015-2017, conseguiram manter-se competitivos no início e no fim do mesmo, mas a subida nos preços registada em 2016 pode ter sido problemática.

Observando a Figura 103, pode-se concluir que a variação dos preços dos produtos alimentares não transformados tem conseguido acompanhar a média do cabaz açoriano, mesmo que este seja sempre superior à média nacional e continental.

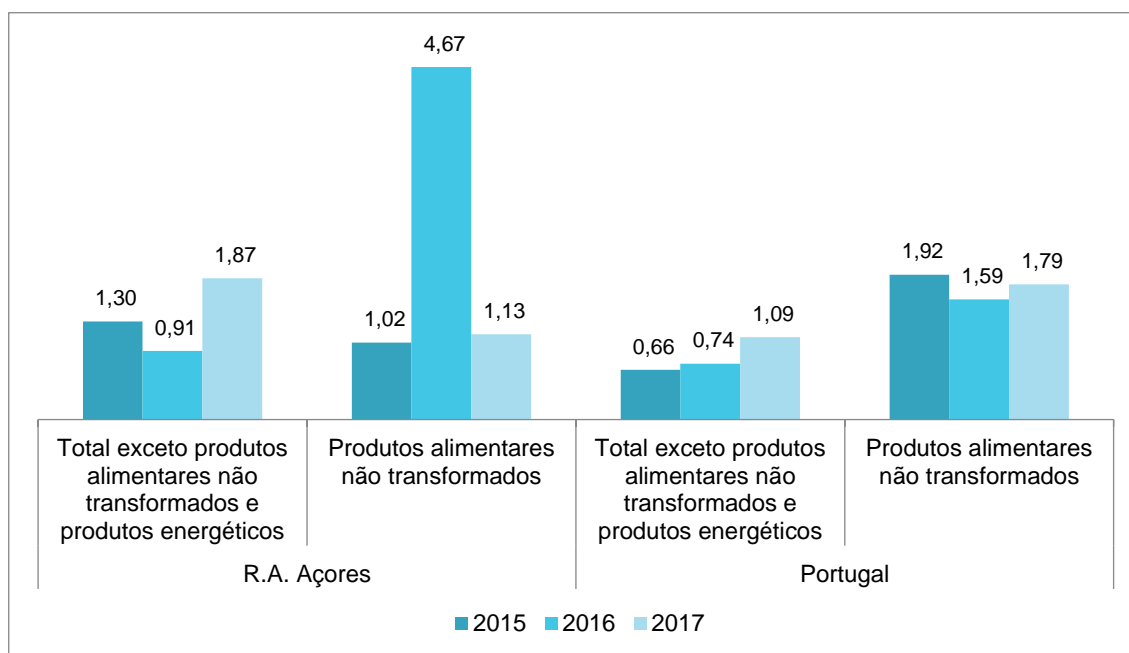


Figura 103. Variações nos preços de diferentes tipos de produtos na R.A. dos Açores, em %

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, INE, 2017

Através da perspetiva “farm to fork”, é possível constatar que os preços dos bens e serviços gerados pela cadeia de valor agrícola têm aumentado no período 2013-2017 (Tabela 60). Pode-se notar que os produtos alimentares têm acompanhado mais as tendências da inflação geral, com a restauração a acompanhar de perto o mesmo fenómeno.

Esta proximidade dos produtos alimentares com a restauração demonstra que o fenómeno da servitização na R.A. dos Açores ainda está a ter pouco impacto. Ao mesmo tempo, a presença de impostos nas bebidas alcoólicas pode justificar a maior disparidade nos preços observada (Figura 104).

Tabela 60. Índice de preços no consumidor (IPC, Base - 2012) na R.A. dos Açores

	2013	2014	2015	2016	2017
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	104,09	102,57	103,41	105,17	106,34
Bebidas alcoólicas e tabaco	102,59	106,98	117,13	122,30	132,83
Restaurantes e hotéis	102,58	103,96	105,06	106,66	109,77
Total	101,86	102,12	103,14	104,42	106,44

Fonte: SREA

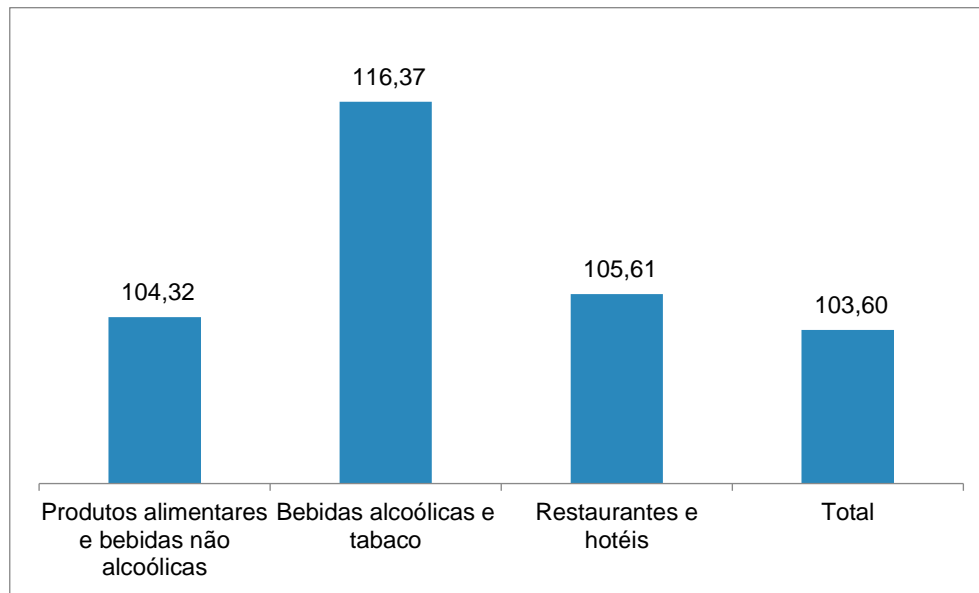


Figura 104. Média do IPC na R.A. dos Açores, no período 2013-2017

Fonte: SREA

Recorrendo a outra categorização de produtos, uma que procura incluir mais etapas da cadeia de valor, pode-se concluir que o perfil dos preços praticados na alimentação tem acompanhado a média total, apresentando menor volatilidade que a habitação, hotelaria e restauração.

Ao mesmo tempo, deve-se notar que as bebidas alcoólicas e o tabaco têm apresentado preços cada vez mais crescentes, sendo que o contexto açoriano volta a ser aquele com crescimentos maiores (Figura 105 e Figura 106).

No contexto açoriano, retratado na Figura 105 e Figura 106 observa-se que a média total apresentou sempre valores de crescimento, apenas com casos pontuais de deflação nos transportes e nos produtos alimentares em 2014.

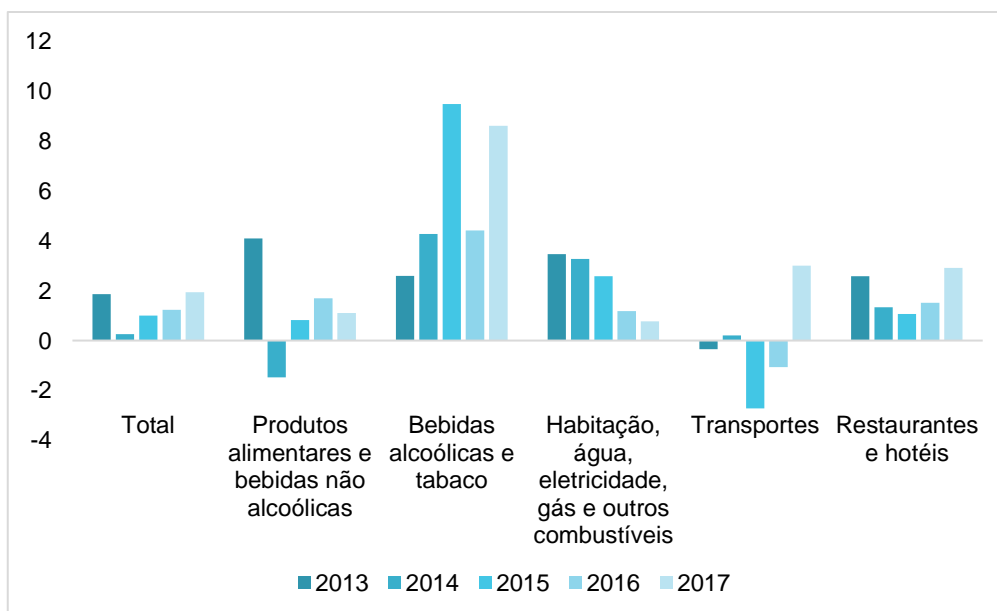


Figura 105. Variações nos preços de diferentes grupos de produtos comercializados na R.A. Açores (%)

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, INE, 2017

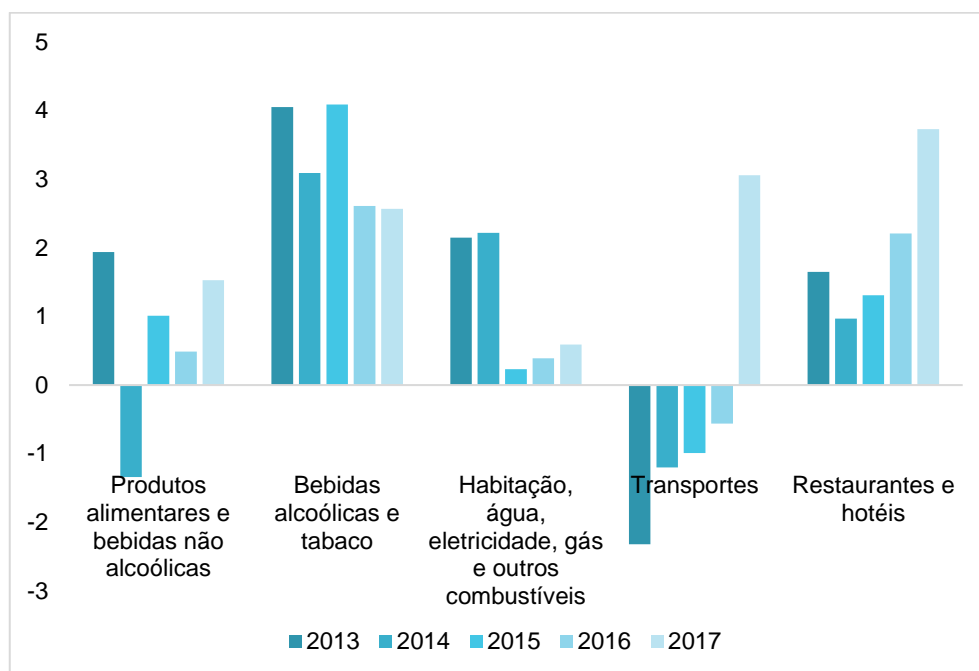


Figura 106. Variações nos preços de diferentes grupos de produtos comercializados em Portugal (%)

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, INE, 2017

Comparando a variação dos preços no período de 2015-2017 com os custos de produção (Figura 107), pode-se concluir que o diferencial entre estes tem sido vantajoso para os agricultores, uma vez que os segundos têm apresentado uma tendência de taxas cada vez menos crescentes, e sempre inferiores aos preços.

Este diferencial é oposto do que se observa a nível nacional (documento do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral), onde a produção agrícola não conseguiu fazer repercutir nos preços de venda o aumento dos custos. O diferencial observado na R.A. dos Açores sugere um impacto positivo, e não negativo, sobre as margens dos agricultores.

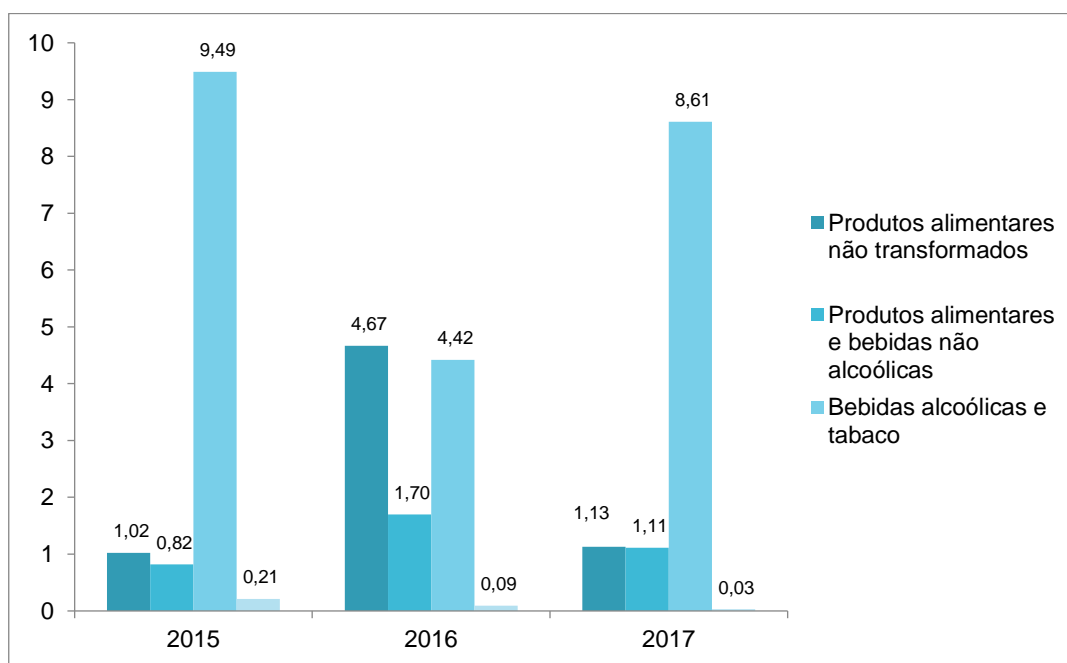


Figura 107. Taxas de variação média anual (%) dos preços de diferentes produtos e dos custos da produção agrícola

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, INE

Em suma, os “Produtos alimentares não transformados” açorianos, no período 2015-2017, conseguiram manter-se competitivos com os preços nacionais. A variação dos preços dos produtos alimentares não transformados tem conseguido acompanhar a média do cabaz açoriano. Os preços praticados na alimentação têm acompanhado a média total, apresentando menor volatilidade do que outros preços (habitação, hotelaria e restauração).

Verifica-se, contudo, que os preços açorianos têm apresentado maior volatilidade que no continente, sendo a inflação açoriana mais elevada que a média nacional. As bebidas alcoólicas e o tabaco vendido na R.A. dos Açores têm apresentado preços crescentes.

4.3. Cadeia de valor e VAB

A análise da cadeia de valor baseia-se no VAB de vários setores de atividade da cadeia de valor, nomeadamente:

- Indústria Agroalimentar: Inclui os ramos de atividade 10 (indústrias alimentares), 11 (indústria das bebidas) e 12 (indústria do tabaco);
- Distribuição Alimentar: Inclui os ramos de atividade 4617 (Agentes do comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco), 463 (Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco), 4711 (Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco), 472 (Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estabelecimentos especializados) e 4781 (Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda, de produtos alimentares, bebidas e tabaco); e
- Restauração: Inclui o ramo de atividade 56 (Restauração e similares)

A nível da R.A. Açores não foi possível encontrar VAB individualizados para estes setores, pelo que foram usadas classes mais abrangentes.

Para que haja uma maior perceção de como o ramo agrícola pode melhorar a sua posição na cadeia de valor, é importante perceber os efeitos relativos de diferentes fatores na variação do VAB.

Analisando a Tabela 49, o Valor da Produção Padrão Total (VPPT)¹⁹ Açoriano de 2016 ultrapassou os 474 milhões de euros, contribuindo as grandes unidades produtivas com mais de 60% deste valor para a região (6% da produção nacional). Em média cada exploração açoriana gerou 41 mil euros de VPPT – Dimensão Económica.

A análise das explorações por classes de dimensão económica revela que praticamente 50% das explorações são muito pequenas, gerando menos de 8 mil euros por ano e contribuindo com 3% para o VPPT insular (0,27% da produção nacional).

No entanto, deve-se destacar que o perfil açoriano de classes de dimensão económica é mais marcado por explorações médias e grandes que o cenário nacional, o que não deixa de ser interessante, tendo em conta

¹⁹ **Valor de produção padrão (VPP):** é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em euros por hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região.

Valor de produção total (VPT) ou valor de produção padrão total (VPPT) da exploração: corresponde à soma dos diferentes VPP obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP pelo número de unidades (de área ou de efetivo) existentes dessa atividade na exploração.

a dimensão relativa de cada ilha. Por exemplo, as explorações médias açorianas são responsáveis por quase mais 10% de produção que as suas congéneres continentais.

Tabela 61. Número de explorações, segundo as classes de Dimensão Económica (DE), por NUTS II (2016)

			Portugal	Continente	R.A. Açores
Total	Explorações	n.º	258.983	235.774	11.580
	VPPT	mil euros	5.144.213	4.584.374	474.606
		%	100	89	9
Explorações muito pequenas (< 8 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	188.652	174.306	5.590
		%	73	74	48
	VPPT	mil euros	488.733	445.257	13.964
Explorações pequenas (8 000 a < 25 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	40.291	35.577	2.160
		%	16	15	19
	VPPT	mil euros	560.489	496.952	31.685
Explorações médias (25 000 a < 100 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	20.598	17.894	2.432
		%	8	8	21
	VPPT	mil euros	1.011.332	865.874	134.224
Explorações grandes (≥ 100 000 € de VPPT)	Explorações	n.º	9.441	7.997	1.398
		%	4	3	12
	VPPT	mil euros	3.083.659	2.776.291	294.733
	%	60	61	62	

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

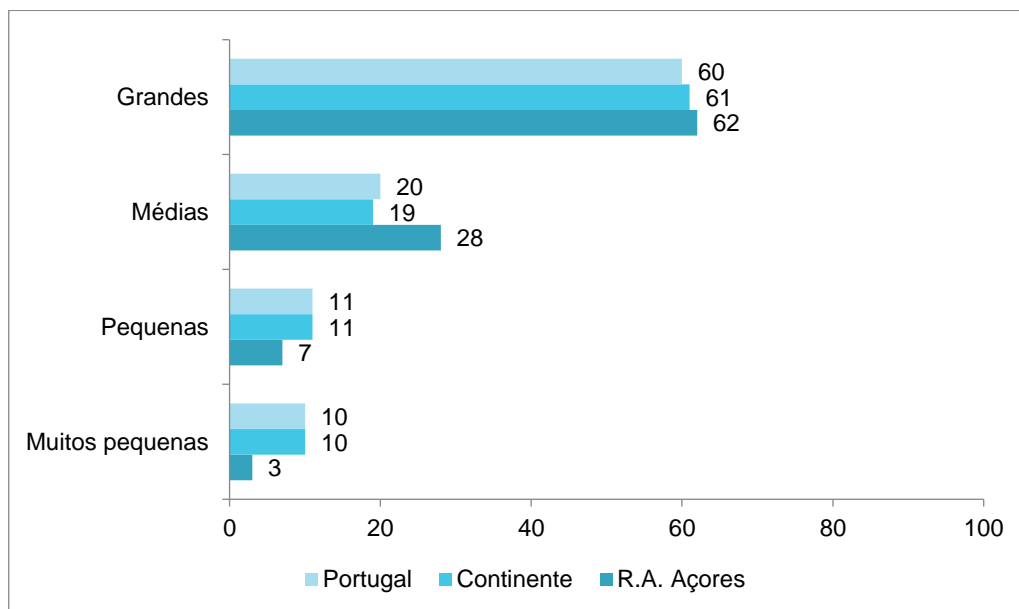


Figura 108. Proporção no total do Valor de Produção Padrão Total agrícola (%)

Fonte: SPI, a partir do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Por sua vez, a Tabela 62 revela que no ano de 2016 se registou uma diminuição do número de explorações na R.A. Açores face ao ano de 2009. Esta tendência foi igualmente registada na média do país e no Continente, nos quais também se verificou uma diminuição do número de explorações agrícolas em 2016 face a 2009.

Tendo em conta a evolução da DE das explorações da R.A. Açores, em 2016 verificou-se uma diminuição do número de explorações “muito pequenas < 8 000 euros” aliado a um aumento considerável do número de explorações “grandes > 100 000 euros”. Por outro lado, na R.A. Açores o número de explorações “pequenas 8 000 - < 25 000 euros” e “médias 25 000 - < 100 000 euros” manteve-se significativamente constante no período de referência, enfatizando o perfil açoriano de classes de DE referido anteriormente.

Em 2016, o VPPT açoriano ultrapassou os 474 milhões de euros, o que significou um aumento significativo em relação ao valor registado no ano de 2009 (cerca de 351 milhões de euros). Tal representou uma taxa de variação de 35% no ano de 2016 face a 2009. Assim, face aos números já observados ao nível das taxas de variação dos preços e da produção poder-se-á verificar que o crescimento do VPPT na R.A. Açores foi mais influenciado pelo aumento dos preços do que pela produção.

Por outro lado, no período 2009-2016 verificou-se um aumento da UTA na R.A. Açores, a qual passou de 11.532 para 12.183. Esta tendência foi também verificada na média do país, contudo não se verificou na média do Continente.

Tabela 62. N.º Explorações, VPPT (€) e Volume de Trabalho (UTA) segundo a DE da Explorações Agrícolas, 2009-2016

Região Agrária	DE	2016			2009		
		N.º Expl	VPPT	UTA	N.º Expl	VPPT	UTA
Portugal	Total	258.983	5.144.213.098	318.292	305.266	4.639.738.780	367.393
	Muito pequenas < 8 000 €	188.652	488.733.375	165.408	239.639	599.439.903	230.996
	Pequenas 8 000 - < 25 000 €	40.291	560.489.062	57.555	37.732	516.846.273	53.466
	Médias 25 000 - < 100 000 €	20.598	1.011.332.025	42.702	19.494	969.821.810	40.199
	Grandes > 100 000 €	9.441	3.083.658.636	52.626	8.401	2.553.630.795	42.732
Continente	Total	235.774	4.584.374.004	295.316	278.114	4.208.310.788	341.502
	Muito pequenas < 8 000 €	174.306	445.256.825	156.288	220.136	546.915.814	216.556
	Pequenas 8 000 - < 25 000 €	35.577	496.952.329	51.885	33.721	462.828.638	48.700
	Médias 25 000 - < 100 000 €	17.894	865.873.582	38.460	16.801	826.554.689	36.121
	Grandes > 100 000 €	7.997	2.776.291.269	48.683	7.456	2.372.011.647	40.125
R.A. Açores	Total	11.580	474.605.868	12.183	13.541	350.932.628	11.532
	Muito pequenas < 8 000 €	5.590	13.963.979	2.457	7.911	19.258.436	3.640
	Pequenas 8 000 - < 25 000 €	2.160	31.684.807	2.369	2.254	32.227.827	2.055
	Médias 25 000 - < 100 000 €	2.432	134.223.803	3.667	2.483	133.804.848	3.563
	Grandes > 100 000 €	1.398	294.733.280	3.690	893	165.641.516	2.274

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Analisando a Tabela 63, é possível constatar que as empresas açorianas da Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, representam 28% das empresas açorianas, 9% do VAB açoriano, e 14% do pessoal ao serviço na Região.

Tabela 63. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empresas	N.º	6.117	7.163	7.455	7.400	7.375	7.228
	% região	25	29	29	29	28	27
VABpm	mil euros	77.048	82.761	96.739	92.167	94.008	100.767

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
	% região	8	8	11	9	9	9
Pessoal ao serviço	N.º	7.730	8.875	9.376	9.142	8.952	8.890
	% região	13	15	16	15	14	13

Fonte: Empresas em Portugal – 2017, INE

Observando a Tabela 64, conclui-se que as Indústrias transformadoras açorianas têm um peso relativamente pequeno no VAB insular (12% em 2017). Mais ainda, ao nível no número total de empresas, esta secção tem uma representatividade ainda mais pequena, rondando os 4% no período 2012-2017.

Tabela 64. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção C - Indústrias transformadoras

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empresas	N.º	967	952	969	1.004	1.013	1.037
	% região	4	4	4	4	4	4
VABpm	mil euros	116.268	122.378	118.984	119.059	134.807	143.893
	% região	12	13	13	12	12	12
Pessoal ao serviço	N.º	6.783	6.585	6.519	6.665	6.883	7.054
	% região	11	11	11	11	11	11

Fonte: Empresas em Portugal – 2017, INE

Em seguida, ao analisar a Tabela 65 e a Tabela 66, destaca-se que o comércio tem um peso no VAB açoriano bastante superior a todas as secções até agora mencionadas (mais do dobro das indústrias transformadoras, por exemplo), e os transportes e armazenagem um peso semelhante à Secção A.

Ainda assim, os transportes e armazenagem apenas representam 2% do tecido empresarial açoriano, enquanto o comércio representa 14% da massa total de empresas.

Tabela 65. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empresas	N.º	3.700	3.639	3.581	3.559	3.533	3.531
	% região	15	15	14	14	13	13
VABpm	mil euros	245.934	240.659	232.150	250.643	273.884	290.919
	% região	25	25	25	26	25	25
Pessoal ao serviço	N.º	14.490	13.944	13.693	14.155	14.489	14.931
	% região	24	23	23	23	23	22

Fonte: Empresas em Portugal – 2017, INE

Tabela 66. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção H - Transportes e armazenagem

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empresas	N.º	620	606	596	589	592	584
	% região	3	2	2	2	2	2
VABpm	mil euros	96.775	93.155	75.607	87.716	110.930	87.029

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
	% região	10	10	8	9	10	7
Pessoal ao serviço	N.º	3.587	3.550	3.538	3.495	3.533	3.619
	% região	6	6	6	6	6	5

Fonte: Empresas em Portugal – 2017, INE

Observando a Tabela 67, constata-se que a representatividade da Secção I - Alojamento, restauração e similares, na R.A. dos Açores é relativamente pequena, quer no número de empresas (7%), VAB (8%) e Pessoal ao serviço (9%).

Tabela 67. Indicadores económicos das empresas açorianas da Secção I - Alojamento, restauração e similares

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empresas	N.º	1.526	1.540	1.624	1.837	2.076	2.337
	% região	6	6	6	7	8	9
VABpm	mil euros	64.308	61.920	63.063	74.533	98.153	123.951
	% região	7	6	7	8	9	11
Pessoal ao serviço	N.º	4.905	4.757	4.905	5.438	6.278	7.208
	% região	8	8	8	9	10	11

Fonte: Empresas em Portugal – 2017, INE

Analisando a Tabela 68 e a Figura 109, pode-se constatar que a cadeia de valor mais imediatamente relacionada com os produtos agrícolas e alimentares tem-se mantido relativamente estável no período pós-crise. Esta cadeia, na sua totalidade representou cerca de 63% do VAB açoriano.

Tabela 68. VAB_{pm} (milhares de euros) e respetiva representatividade no total açoriano das secções mais relevantes para o abastecimento alimentar

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	VAB	77.048	82.761	96.739	92.167	94.008	100.767
	%	8	8	11	9	9	9
Secção C - Indústrias transformadoras	VAB	116.268	122.378	118.984	119.059	134.807	143.893
	%	12	13	13	12	12	12
Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	VAB	245.934	240.659	232.150	250.643	273.884	290.919
	%	25	25	25	26	25	25
Secção H - Transportes e armazenagem	VAB	96.775	93.155	75.607	87.716	110.930	87.029
	%	10	10	8	9	10	7
Secção I - Alojamento, restauração e similares	VAB	64.308	61.920	63.063	74.533	98.153	123.951
	%	7	6	7	8	9	11

Fonte: Empresas em Portugal – 2017, INE

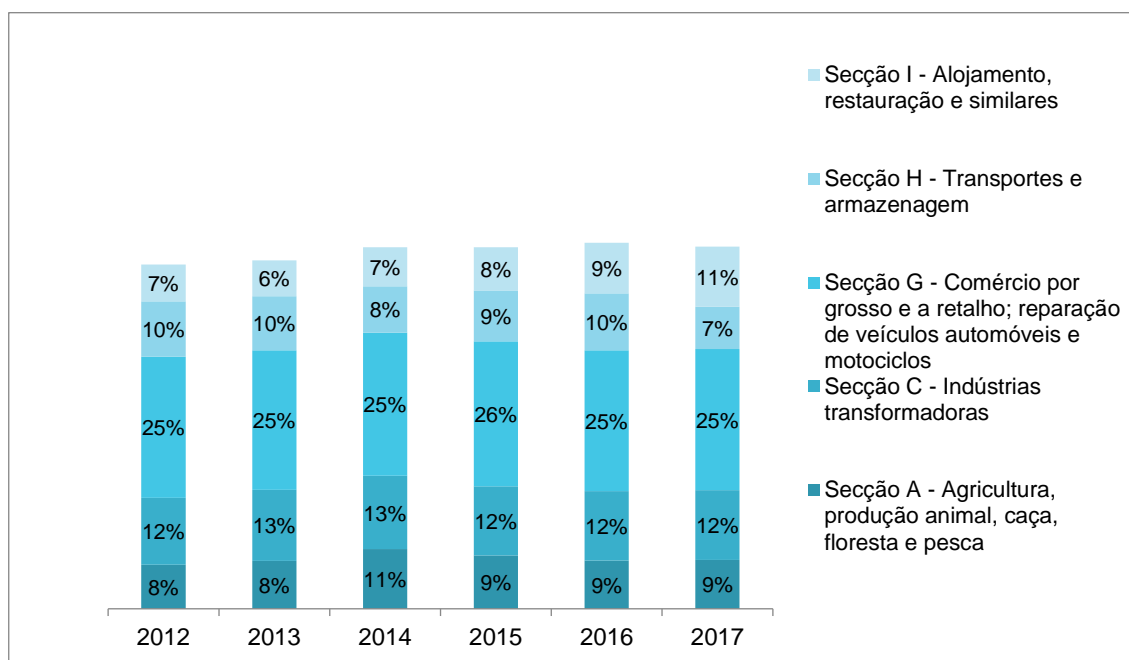


Figura 109. Evolução do peso das diferentes secções da cadeia de valor no VAB açoriano

Fonte: Empresas em Portugal 2017, INE

Ao nível das taxas de variação, pode-se concluir, observando a Tabela 69, que a cadeia de valor tem apresentado um crescimento médio de 6% ao longo do período 2012-2017, com apenas os Transportes a registarem uma média negativa de -0,33%, e destacando-se a Secção I com uma média de crescimento de 15%.

É interessante também observar que as secções A, C e G (as mais próximas na cadeia de valor) têm apresentado um comportamento relativamente semelhante no seu VAB.

Tabela 69. Taxa de variação média anual do VAB nas diferentes secções da cadeia de valor (%)

	2013	2014	2015	2016	2017
Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7	17	-5	2	7
Secção C - Indústrias transformadoras	5	-3	0	13	7
Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-2	-4	8	9	6
Secção H - Transportes e armazenagem	-4	-19	16	26	-22
Secção I - Alojamento, restauração e similares	-4	2	18	32	26

Fonte: SPI, a partir de Empresas em Portugal – 2017, INE

Por fim, através da perspetiva “farm to fork”, pode-se analisar a Tabela 70 e concluir que a cadeia de valor agrícola açoriana ainda não está tão terciarizada (servitizada) como a média nacional. Aliás, pode-se constatar que em 2017, enquanto a nível nacional o peso da restauração no VAB (3,67%) é mais do dobro do peso da agricultura (1,56%), no contexto açoriano esta relação inverte-se (a restauração contribui com 4,73% para o VAB enquanto a agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados contribuem com 6,79%).

Ainda assim, observa-se que a restauração açoriana tem acompanhado as mesmas taxas de crescimento observadas em todo o país.

Tabela 70. Valor acrescentado bruto (M€) por atividade económica

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	830,87	927,20	1.060,07	1.178,34	1.239,82	1.444,36
	t.v.m.a. (%)		11,59%	14,33%	11,16%	5,22%	16,50%
	% VAB Total	1,14%	1,27%	1,39%	1,46%	1,45%	1,56%
	Restauração e similares	2.077,70	1.967,78	2.094,55	2.349,82	2.830,42	3.398,50
	t.v.m.a. (%)		-5,29%	6,44%	12,19%	20,45%	20,07%
	% VAB Total	2,84%	2,69%	2,75%	2,92%	3,31%	3,67%
R.A. Açores	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	63,05	65,92	79,93	74,19	75,34	79,27
	t.v.m.a. (%)		4,55%	21,24%	-7,18%	1,55%	5,22%
	% VAB Total	6,39%	6,75%	8,70%	7,59%	6,84%	6,79%
	Restauração e similares	35,13	31,23	29,73	34,70	43,78	55,22
	t.v.m.a. (%)		-11,10%	-4,79%	16,72%	26,14%	26,15%
	% VAB Total	3,56%	3,20%	3,24%	3,55%	3,98%	4,73%

Fonte: SPI, a partir de INE

Paralelamente, a Figura 110 ilustra como o comportamento do VAB tem sido influenciado por fatores estruturais e de competitividade a taxas relativamente alternadas. Isto é, num ano a variação acompanhou a tendência estrutural, noutra a tendência da competitividade.

Ao nível da competitividade, pode-se acrescentar que a influência dos seus subfactores tem sido menos alternada, com o perfil da especialização a ser mais paradigmático no período de 2011-2012, e o da diferenciação mais no período 2013-2015.

A Figura 110 também ajuda a demonstrar que a componente estrutural do VAB tem sido mais estável que a da competitividade, com subcomponentes desta última a apresentarem perfis bastante extremados, mas de alguma forma simétricos.

Esta simetria poderia resultar numa média para o fator competitividade mais neutral, mas este apresenta-se mais volátil, ainda assim. Curiosamente, a média de crescimento do VAB no período em apreço é igual à observada para o fator competitividade (0,25%). Por sua vez, o fator estrutural apresenta uma média de variação tendente para zero (0,0002%).

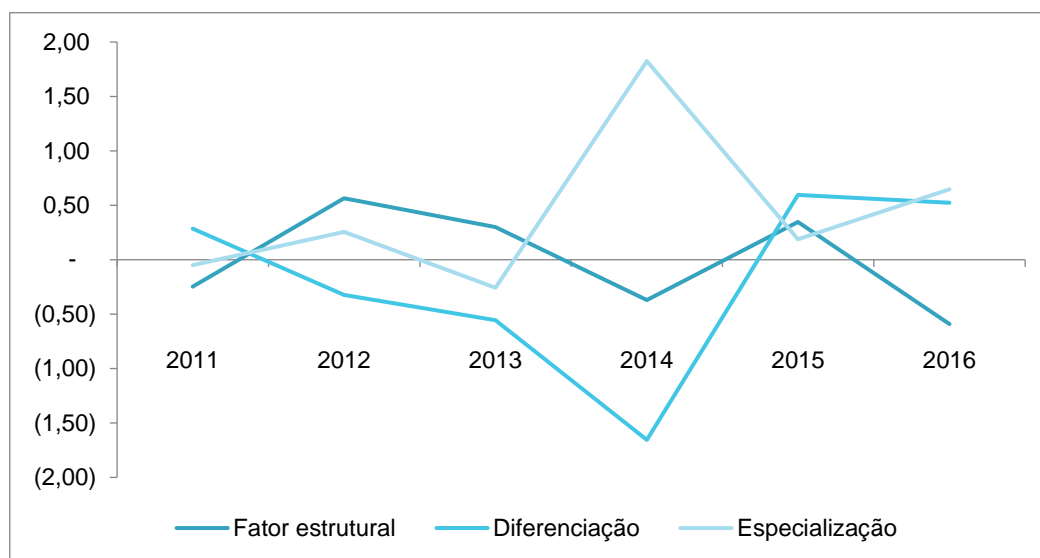


Figura 110. Evolução dos diferentes contributos para o VAB açoriano (%)

Fonte: INE

Passando da economia açoriana para a cadeia de valor dos produtos alimentares, importa analisar como é que o trabalho dos agricultores está a ser incorporado em valor.

Os ramos em apreço seguidamente são:

- 1 – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;
- 2 – Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição;
- 4 – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração.

Observando a Tabela 71, pode-se constatar que dos três ramos analisados, o do setor primário é aquele que apresenta maiores tendências para crescimento de custos (4,48%), ao mesmo tempo que é aquele com maior queda na produtividade do trabalho (média de -2,76%).

O ramo industrial e de comércio, por sua vez, apresentam comportamentos mais similares entre si nos dois efeitos formadores do custo de trabalho por unidade produzida.

Tabela 71. Contribuição do fator trabalho para o crescimento do VAB dos diferentes ramos da economia açoriana (%)

	Ramo	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Custo do trabalho por unidade produzida	1	-0,91	5,57	-2,64	8,16	5,95	2,47
	2	2,08	-2,01	3,80	-9,76	3,51	0,00
	4	-3,58	-2,77	-0,08	-1,50	1,73	6,38
Efeito custo horário de trabalho	1	3,62	8,81	-0,54	11,14	4,57	7,58
	2	5,23	4,01	5,71	-6,01	0,51	-2,07
	4	-0,04	6,61	5,22	-4,57	-3,33	2,19
Efeito produtividade do trabalho	1	-4,52	-3,24	-2,10	-2,98	1,39	-5,10
	2	-3,15	-6,02	-1,91	-3,76	3,00	2,07
	4	-3,54	-9,38	-5,30	3,06	5,05	4,19

Fonte: INE

Analisando o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” através da Figura 111, pode-se concluir que estas atividades têm influenciado a sua posição na cadeia de valor mais pela via do custo horário de trabalho do que pela via da produtividade.

Ainda assim, esta componente do VAB tem-se apresentado bastante oscilante o que não permite propô-la como uma base robusta para posicionamento na cadeia de valor.

Também deve ser destacado que, apesar de pequeno, o efeito da produtividade tem sido consistentemente negativo no período em apreço.

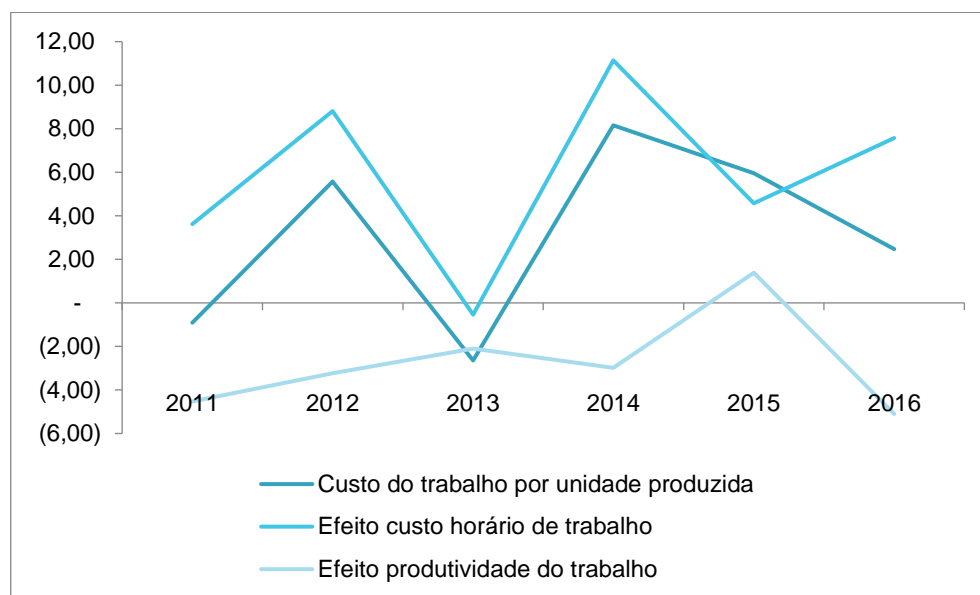


Figura 111. Fator trabalho no VAB da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” açorianas (%)

Fonte: INE

Tendo em conta o total da economia (Tabela 72), pode-se constatar que a influência contracíclica da produtividade mantém-se, sendo a taxa de emprego a melhor componente para prever o comportamento do VAB *per capita*.

Tabela 72. Decomposição do crescimento do VAB *per capita* a preços do ano anterior (%)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	VAB <i>per capita</i>	-1,00	-2,83	-0,22	0,98	2,07	1,94
	Produtividade por hora de trabalho	2,03	1,81	1,59	-1,39	-0,18	-0,18
	Média de horas de trabalho	-1,23	-0,93	0,54	0,42	0,43	0,19
	Taxa de emprego	-1,50	-3,43	-1,99	2,33	2,11	2,29
	Taxa de população em idade ativa	-0,30	-0,29	-0,37	-0,38	-0,30	-0,35
R.A. Açores	VAB <i>per capita</i>	-1,22	-2,89	-1,33	0,48	3,13	2,42
	Produtividade por hora de trabalho	2,44	4,14	2,49	-2,72	-2,96	0,56
	Média de horas de trabalho	-1,53	-2,01	-0,13	-1,55	-0,63	1,60
	Taxa de emprego	-2,48	-5,41	-4,13	4,44	6,54	0,22
	Taxa de população em idade ativa	0,35	0,40	0,44	0,32	0,17	0,04

Fonte: INE

No contexto açoriano (Figura 112), destaca-se a forma como a produtividade e a taxa de emprego apresentam comportamentos relativamente simétricos, e, mais importante, com oscilações consideráveis ao longo do período e a média de horas de trabalho e a taxa de população em idade ativa permanecerem bastante estáveis.

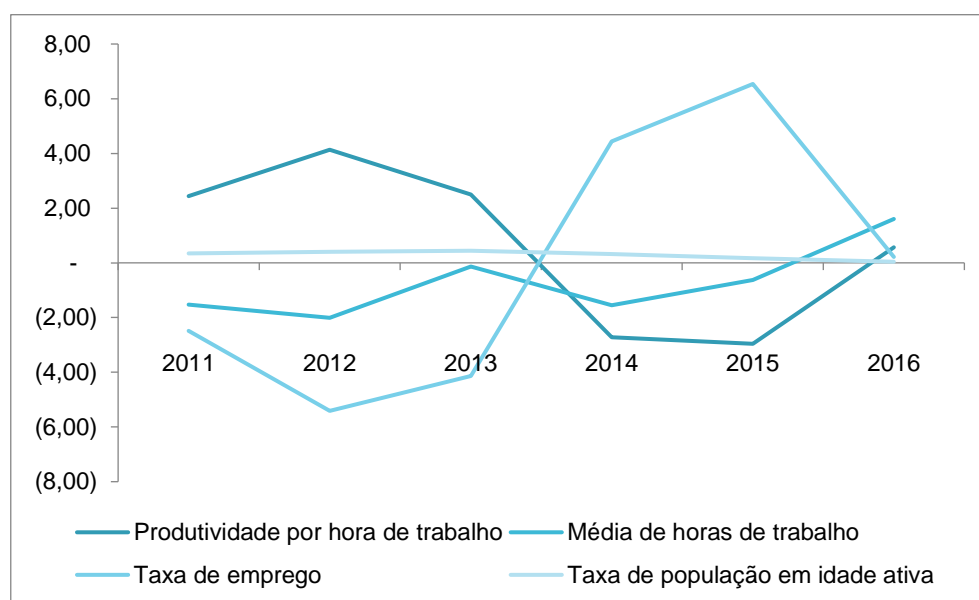


Figura 112. Evolução das diferentes componentes da variação do VAB *per capita* açoriano (%)

Fonte: INE

Em suma, a componente estrutural do VAB tem-se apresentado estável, verificando-se que de 2015 em diante houve uma estabilização na contribuição do fator trabalho para o crescimento do VAB. Pelo contrário, o efeito da produtividade tem sido consistentemente negativo na contribuição do fator trabalho para o crescimento do VAB. O VAB tem sido influenciado por fatores estruturais e de competitividade a taxas relativamente alternadas. A “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” têm influenciado a sua posição na cadeia de valor mais pela via do custo horário de trabalho do que pela via da produtividade.

4.4. Fator trabalho

Tendo em conta a influência constatada do fator trabalho sobre a variação do VAB, importa analisar mais a fundo como é que esta componente se tem comportado isoladamente no mesmo período.

Analisando a Tabela 73, é possível constatar que o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” é o que apresenta a média mais baixa de taxas de variação (-3,90%), sendo o ramo industrial aquele com momentos de maior crescimento (mas com média de -0,18%).

No período em apreço, observa-se que os três primeiros anos são marcados pelas taxas de variação mais baixas (-2,97%), e os três seguintes por crescimento (0,03%).

Adicionalmente, é possível concluir que o efeito produtividade é aquele com maior influência no comportamento dos custos do trabalho, contrário ao que se observou para o VAB. Aliás, o efeito custo horário apresenta uma tendência contrária à do custo do trabalho e produtividade (0,29% face a -2,20% e -2,50%).

Tabela 73. Contribuição do fator trabalho para a variação do custo do trabalho por unidade produzida em alguns ramos²⁰ da economia açoriana (%)

	Ramo	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Custo do trabalho por unidade produzida	1	-1,08	-12,62	-4,01	-11,55	-3,45	-2,41
	2	-5,23	-4,87	-4,18	9,56	-0,25	3,33

²⁰ Os ramos em apreço são:

1 – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;

2 – Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição;

4 – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração.

	Ramo	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	4	-1,78	-7,13	0,78	2,77	2,47	-0,03
Efeito custo horário de trabalho	1	2,54	-4,61	-4,55	-1,47	0,92	4,99
	2	-0,19	-0,92	1,31	2,94	0,25	1,22
	4	-1,82	-0,68	6,03	-1,89	-0,87	2,09
Efeito produtividade do trabalho	1	-3,61	-8,02	0,54	-10,08	-4,36	-7,39
	2	-5,04	-3,95	-5,49	6,62	-0,50	2,10
	4	0,04	-6,46	-5,25	4,66	3,34	-2,13

Fonte: INE

No caso específico do ramo 1, usando a Figura 113 como referência, é claro que este apresenta o mesmo perfil que as médias gerais já caracterizadas. O custo do trabalho tem o mesmo comportamento do efeito produtividade, chegando mesmo a apresentar uma média de decréscimo ligeiramente mais forte (-5,85% e -5,49%, respetivamente).

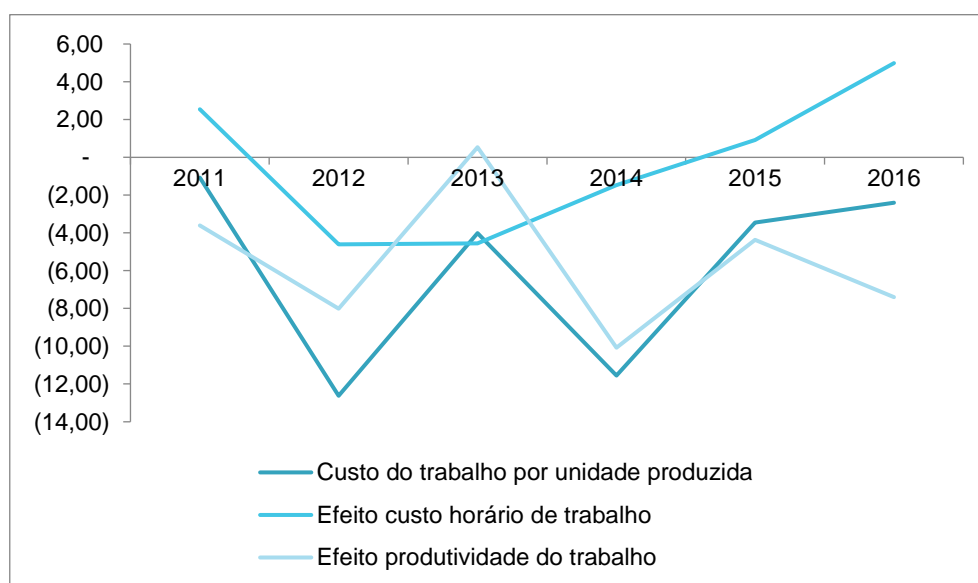


Figura 113. Diferentes componentes da variação do custo do trabalho por unidade produzida no ramo "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" da R.A. dos Açores (%)

Fonte: INE

No total da economia (Tabela 74), por sua vez, observa-se que os efeitos inter e intrasectoriais acabam por ser bastante exíguos, com o custo do trabalho em Portugal e a R.A. dos Açores a ter variações negativas na ordem dos -0,50% e -1,08%, respetivamente, mas os determinantes setoriais a apresentarem variações mais modestas como -0,09% e -0,15% nos dois contextos geográficos.

Mais uma vez, observa-se que, mesmo a esta escala, o ramo industrial continua a ter o contributo menos negativo (-0,01%), e o ramo agrícola o mais negativo (-0,27%).

À semelhança da análise feita para os ramos acima, o período 2011-2013 foi marcado por variações negativas (-0,74%) e os anos seguintes por crescimentos (0,23%).

Tabela 74. Determinantes setoriais da variação do custo do trabalho por unidade produzida (%)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	Custo do trabalho	-2,51	-4,16	0,95	-0,41	0,92	2,23
	Efeito da redistribuição intersectorial	-0,57	-0,03	-0,14	-0,02	0,09	0,00
	Ramo 1	-0,20	-0,06	-0,40	-0,10	-0,22	0,08
	Ramo 2	-0,14	-0,17	0,03	0,01	0,08	0,27

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Ramo 4	-0,12	-1,17	-0,96	0,11	0,55	0,77
	Custo do trabalho	-2,88	-7,58	3,12	-0,87	0,53	1,18
	Efeito da redistribuição intersectorial	-0,44	-0,41	-0,25	0,26	0,41	0,00
R.A. Açores	Ramo 1	-0,07	-0,90	-0,28	-0,78	-0,22	-0,15
	Ramo 2	-0,40	-0,37	-0,34	0,70	-0,02	0,25
	Ramo 4	-0,40	-1,60	0,18	0,61	0,56	-0,01

Fonte: INE

Focando a análise apenas no ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, é possível discernir que a influência deste para os custos de trabalho gerais é bastante mais oscilante na R.A. dos Açores do que no contexto nacional (Figura 114).

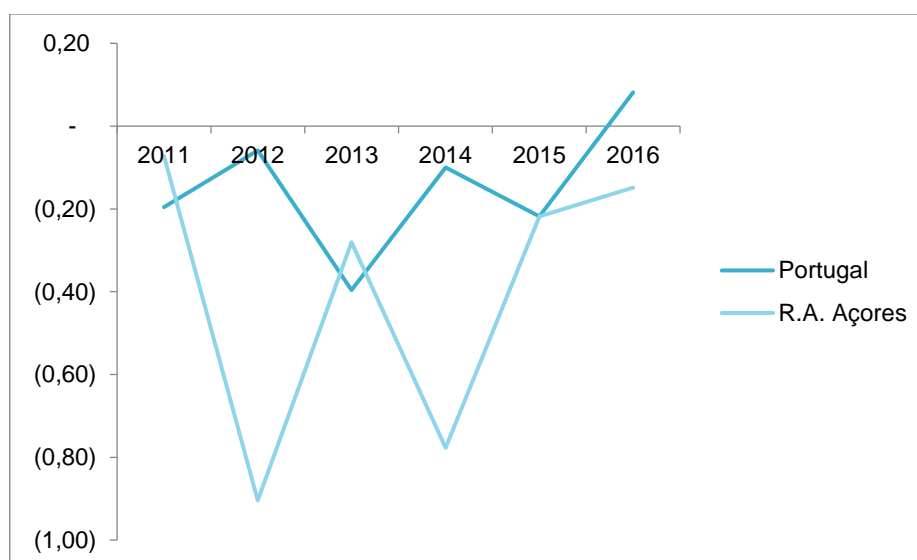


Figura 114. Efeito intrassectorial na variação do custo do trabalho por unidade produzida pelo ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (%)

Fonte: INE

Por fim, deve-se também analisar o comportamento das horas de trabalho e suas componentes, já que estas são elas próprias componentes do VAB.

Analisando a Tabela 75, é possível concluir que o ramo 1 volta a ser o que apresenta as taxas mais baixas (-1,78%). De uma forma geral, nos três ramos analisados, o comportamento do efeito pessoas ao serviço é mais influente nas horas totais de trabalho que o efeito hora por pessoa.

À semelhança do que foi constatado anteriormente, o período 2011-2013 é aquele com taxas mais baixas (-2,83%), acabando os três anos seguintes a apresentar taxas de crescimento (0,54%).

Tabela 75. Decomposição do crescimento das horas de trabalho nos diferentes ramos da economia açoriana (%)

		Ramo	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Horas totais de trabalho	1		-4,44	-3,10	-2,11	-2,82	1,35	-4,91
	2		-3,07	-5,90	-1,85	-3,88	2,99	2,09
	4		-3,54	-9,07	-5,16	3,13	5,14	4,15
Efeito horas de trabalho por pessoa ao serviço	1		-2,74	-10,77	1,30	-0,12	3,55	2,19
	2		-0,22	-0,32	1,21	-1,53	-0,96	0,26
	4		-1,36	-1,89	-0,22	-1,52	-0,92	1,14

	Ramo	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Efeito pessoas ao serviço	1	-1,70	7,67	-3,41	-2,70	-2,20	-7,10
	2	-2,85	-5,58	-3,06	-2,34	3,95	1,83
	4	-2,18	-7,17	-4,94	4,65	6,05	3,00

Fonte: INE

Analisando em mais detalhe o ramo 1 açoriano (Figura 115), pode-se afirmar que a relativa simetria dos comportamentos dos dois efeitos acaba por levar a que a variação das horas totais de trabalho seja mais estável.

A variação de horas totais de trabalho no início do período 2011-2016 tende 0% uma vez que as suas duas componentes (i.e. efeito horas e efeito pessoas) apresentam comportamentos díspares. No entanto, no final deste período é possível constatar que o efeito pessoas ao trabalho é mais determinante do que o efeito horas visto que a curva das horas totais apresenta um perfil mais próximo do primeiro.

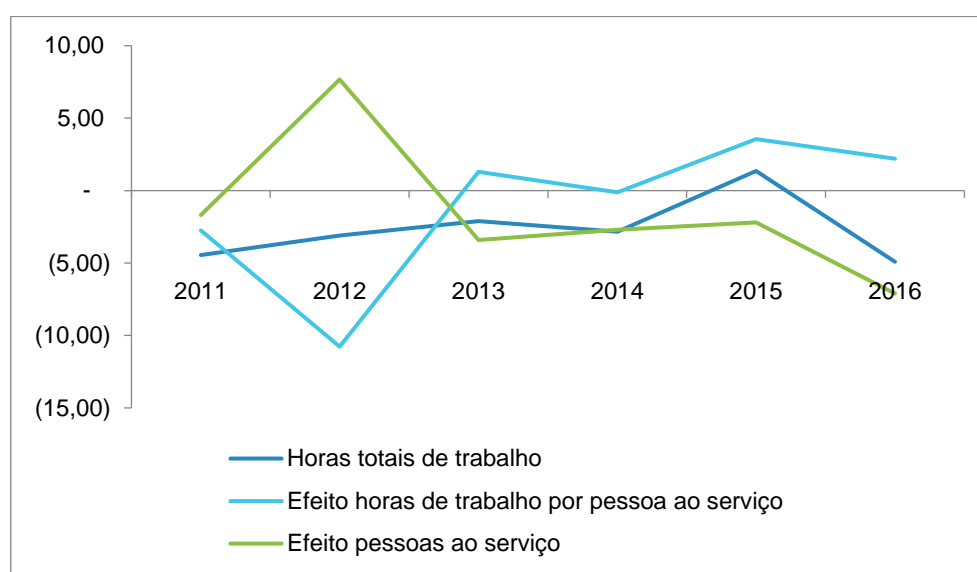


Figura 115. Decomposição da variação de horas totais de trabalho no ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” da economia açoriana (%)

Fonte: INE

Em suma, o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” é o que apresenta a média mais baixa de taxas de variação (-3,90%) como contribuição do fator trabalho para a variação do custo do trabalho por unidade produzida. Neste ramo, a variação das horas totais de trabalho é estável. No total da economia observa-se que o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” tem o contributo mais negativo (-0,27%) para a variação do custo do trabalho por unidade produzida. A influência deste ramo para os custos de trabalho gerais é bastante mais oscilante na R.A. dos Açores do que no contexto nacional.

4.5. Produtividade e remunerações

Por fim, não só devido à sua influência no VAB, mas também por estarem ligadas às horas de trabalho e seus custos, importa agora perceber como é que a produtividade e as remunerações associadas se têm vindo a comportar nos últimos anos.

Em linha com conclusões constatadas no OE2 – “Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização”, é possível observar que a produtividade açoriana tem apresentado taxas de crescimento superiores à média nacional (0,72% face a 0,63%).

A nível nacional, apenas o efeito redistribuição sectorial apresentou uma tendência semelhante (0,62%). Já no que toca à R.A. dos Açores, para além do efeito redistribuição, o efeito da variação no ramo 1 também se mostrou similarmente influente (0,53%).

Por outro lado, e ao contrário das tendências observadas para outros indicadores, a produtividade demonstrou-se crescente no início do período (0,95%) e decrescente nos últimos três anos (-0,15%).

Tabela 76. Determinantes setoriais²¹ do crescimento da produtividade por hora de trabalho (%)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	Produtividade	2,06	1,86	1,61	-1,38	-0,18	-0,18
	Efeito redistribuição sectorial	0,37	0,14	0,63	0,56	0,63	1,41
	Ramo 1	0,12	-0,01	0,16	0,09	0,16	0,01
	Ramo 2	0,36	0,17	0,10	0,10	0,08	0,12
	Ramo 4	0,46	1,11	1,05	-0,35	-0,06	-0,28
R.A. Açores	Produtividade	2,49	4,28	2,54	-2,68	-2,87	0,56
	Efeito redistribuição sectorial	-0,21	2,19	1,75	-0,03	-0,61	0,10
	Ramo 1	0,30	0,76	-0,05	1,02	0,44	0,71
	Ramo 2	0,44	0,34	0,50	-0,53	0,04	-0,18
	Ramo 4	-0,01	1,67	1,31	-1,09	-0,76	0,51

Fonte: INE

No contexto de apenas o ramo 1 (Figura 116), observa-se que, à semelhança do perfil ilustrado no efeito intrasectorial na variação do custo do trabalho, a R.A. dos Açores volta a apresentar o comportamento mais oscilante e imprevisível. No entanto, estas tendências são positivas.

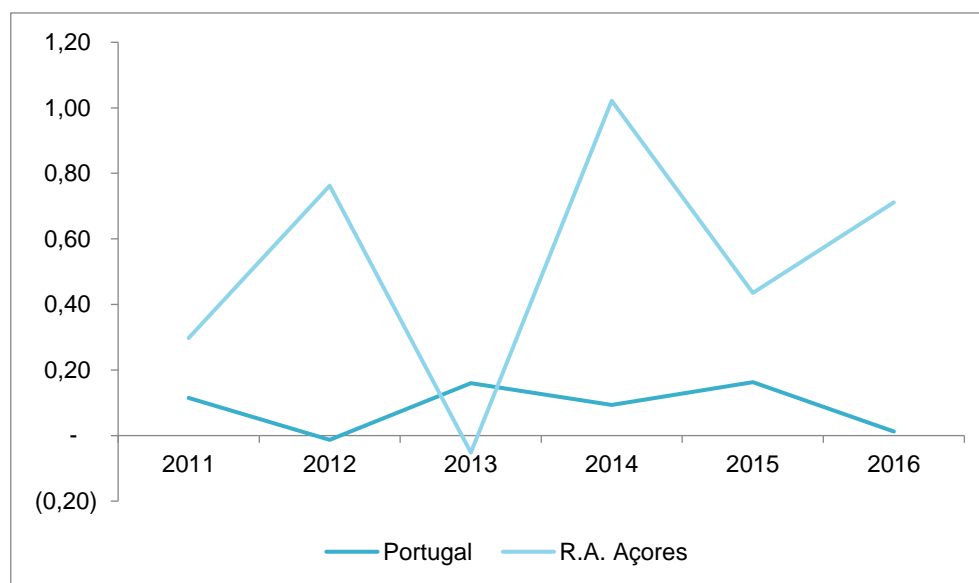


Figura 116. Efeito da variação setorial da produtividade por hora de trabalho pelo ramo "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" (%)

Fonte: INE

²¹ Os ramos em apreço são:

1 – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;

2 – Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição;

4 – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração.

Do lado das remunerações (Tabela 77), constata-se que estas têm sido decrescentes nos dois contextos geográficos (-0,04% em Portugal e -0,57% na R.A. dos Açores). No entanto, tirando o efeito intrasetorial negativo do ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” na R.A. dos Açores (-0,01%), todos os outros efeitos analisados têm sido positivos.

Ao nível do ano, não se observa nenhuma tendência periódica como nos outros indicadores, havendo alguma oscilação ano-após-ano entre taxas crescentes e taxas decrescentes.

Tabela 77. Determinantes setoriais do crescimento das remunerações por hora de trabalho (%)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	Remunerações por hora de trabalho	-0,55	-2,44	2,82	-2,26	0,45	1,73
	Efeito da redistribuição intersectorial	0,48	0,74	0,24	-0,21	-0,29	-0,28
	Ramo 1	0,01	-0,02	-0,02	0,02	0,02	0,03
	Ramo 2	0,18	-0,02	0,12	0,10	0,15	0,38
	Ramo 4	0,33	-0,12	0,03	-0,21	0,49	0,49
R.A. Açores	Remunerações por hora de trabalho	-0,68	-4,00	6,60	-4,01	-3,00	1,64
	Efeito da redistribuição intersectorial	0,08	1,42	0,71	1,45	0,58	-0,29
	Ramo 1	0,04	-0,09	-0,09	-0,03	0,03	0,11
	Ramo 2	-0,02	-0,07	0,12	0,22	0,01	0,09
	Ramo 4	-0,42	-0,17	1,43	-0,39	-0,18	0,50

Fonte: INE

Olhando agora com mais minúcia para o ramo 1, volta-se a constatar que a R.A. dos Açores apresenta um perfil mais oscilante que a média nacional. Ainda assim, a transição observada entre 2013-2016 é encorajadora pelo seu declive constante.

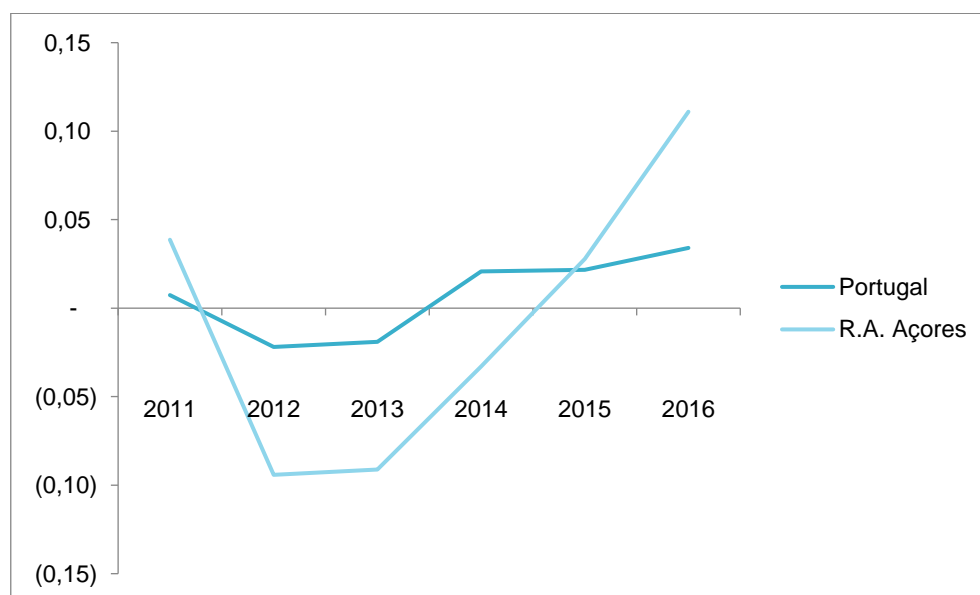


Figura 117. Efeito intrasetorial na variação das remunerações pelo ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (%)

Fonte: INE

Em suma, a produtividade açoriana tem apresentado taxas de crescimento superiores à média nacional. Para além do efeito redistribuição, o efeito da variação na produtividade do ramo “Agricultura, produção animal,

caça, floresta e pesca” também se apresenta similarmente influente. Do lado das remunerações, constata-se que estas têm sido decrescentes nos dois contextos geográficos (-0.04% em Portugal e -0.57% na R.A. dos Açores).

4.6 Organizações de Produtores

Para além das componentes técnicas e fatoriais do posicionamento da agricultura na cadeia de valor, também existem estruturas socioeconómicas que podem facilitar esta integração dos agricultores. De entre essas estruturas destacam-se as Organizações de Produtores (OP) e a DOP.

A atividade agrícola depara-se com limitações em termos de logística, de escala da procura/ insuficiência da oferta (mesmo tratando-se apenas do mercado interno), de integração entre a produção primária e a transformação industrial, e de promoção.

A criação de agrupamentos e/ou de OP é uma forma de os agricultores atenuarem constrangimentos económicos, ambientais e sociais resultantes da fragmentação, ao mesmo tempo que se promovem as condições para a otimização e racionalização dos recursos existentes, identificando complementaridades e conhecimento especializado, assim como formas de promover a difusão de novos produtos e serviços.

Neste contexto, as OP concorrem para o ganho de capacidade para enfrentar os desafios colocados pela intensificação da concorrência e para consolidar os mercados no que respeita à comercialização dos seus próprios produtos, nomeadamente, em mercados locais e na exploração de novos mercados no Continente e para além do Continente.

Ainda assim, a organização da produção na R.A. dos Açores é incipiente. A portaria n.º 169/2015 de 4 de junho, estabeleceu as regras de reconhecimento de organizações de produtores e associações previstas no Capítulo III, do Título II, da Parte II, do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro. Os agrupamentos de produtores passaram a ser reconhecidos enquanto estruturas de carácter transitório.

A Portaria n.º 77/2015 de 18 de junho, por sua vez, designa como entidade competente, na R.A. dos Açores, no âmbito do reconhecimento de organizações de produtores e respetivas associações, no que diz respeito às produções vegetais e produções animais, o IAMA – Instituto de Alimentação e mercados Agrícolas.

O Despacho n.º 493/2016 de 15 de março, estabeleceu para a R.A. dos Açores o número mínimo de membros produtores e o volume mínimo de produção comercializada com vista ao reconhecimento das organizações de produtores dos sectores das produções vegetais e animais (**Error! Reference source not found.**).

Assim, o potencial para a criação desta tipologia de entidades é grande, particularmente, em torno do vinho, da horticultura e fruticultura, da floricultura e do mel, e de produtos inseridos em regimes de qualidade.

Tabela 78. Mínimo de membros produtores e o Valor mínimo de produção comercializada (VPC) (milhares de euros)

Setor ou produto		N.º mínimo de produtores	VPC
Produções vegetais	Cereais, sementes de oleaginosas e proteaginosas, não incluindo o milho	6	25
	Cereais, sementes de oleaginosas e proteaginosas, incluindo o milho	6	35
	Vinho	5	20
	Flores	5	50
	Bananas	5	50
	Frutas e produtos hortícolas transformados	5	10

Setor ou produto		N.º mínimo de produtores	VPC
	Batata	5	20
	Outros produtos vegetais	5	10
Produções animais	Carne do bovino	12	500
	Carne de suíno	7	200
	Carne de aves de capoeira	6	100
	Ovos	6	100
	Carne de caprino	6	20
	Carne de coelho	5	20
	Carne de ovino	6	30
	Leite e produtos lácteos de vaca	12	2500
	Leite e produtos lácteos de ovelha ou cabra	6	15
	Produtos apícolas	6	15
	Outros produtos animais	5	15

Fonte: Despacho n.º 493/2016 de 15 de março

Em resultado da criação destas condições legais têm vindo a ser formalizadas OP na R.A. dos Açores. A **Error! Reference source not found.** lista os setores de atividade reconhecidos até ao momento.

Tabela 79. Organizações de Produtores reconhecidas nos Açores

Setor	Ilha
Bananas	São Miguel
Bananas	Faial
Bananas	Terceira
Flores	
Produtos apícolas	

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

4.7 4.7 Produtos certificados DOP e IGP

Por sua vez, a DOP é um reconhecimento regulamentado pela UE que protege os nomes dos produtos cuja produção, elaboração e transformação ocorrem numa região delimitada, com um saber-fazer devidamente verificado.

Esta garante ao consumidor que o produto tem sabor e aroma diferenciados, que foi obtido ou processado de forma tradicional, que tem uma ligação ao território, e que foi sujeito a um sistema de controlo independente.

Os produtos açorianos com DOP são os seguintes:

- Queijo São Jorge;
- Queijo do Pico;
- Ananás dos Açores / São Miguel;
- Maracujá de São Miguel / Açores;

- Mel dos Açores;
- Vinhos e vinhos licorosos DO dos Biscoitos, Graciosa e Pico.

Adicionalmente, os seguintes produtos possuem uma Indicação Geográfica Protegida (IGP):

- Carne dos Açores;
- Meloa de Santa Maria.
- Vinhos IGP - Açores²².

O Objetivo Estratégico 9 apresenta maior detalhe sobre estes produtos.

4.8 Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OE3 “Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor” reflete os principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da competitividade dos “Produtos alimentares não transformados” açorianos; • Estabilidade da componente estrutural do VAB; • Taxas de crescimento da produtividade açoriana superiores à média nacional; • Potencial de valorização das produções agrícolas, por via dos regimes de qualidade, da “Imagem Açores” e da “Marca Açores”; • Existência de cooperativas agrícolas e organizações de produtores reconhecidas; • Infraestruturas logísticas existentes, nomeadamente portos, aeroportos, matadouros, etc.; • Excelentes condições para produção de pastagens; • Região dos Açores associada a produção extensiva e sustentável; • Forte peso económico do setor do leite; • Volume de produção de leite (quase 35% da produção nacional); 	<ul style="list-style-type: none"> • Inflação mais elevada que a média nacional; • Agricultura, produção animal, e floresta com maiores tendências para crescimento de custos; • Fraca organização da produção em alguns setores (fragmentação e falta de concentração da produção); • Fraco poder negocial dos produtores agrícolas no âmbito da cadeia de valor agroalimentar; • Custos de contexto induzidos pela ultraperifericidade que prejudicam a intensidade exportadora da Região; • Elevado custo de transportes dos produtos regionais; • Atomização da produção e falta de organização em alguns setores (carne); • Falta de condições das infraestruturas existentes para responder aos requisitos de qualidade de determinados clientes.

²² O Objetivo Estratégico 9 apresenta informação mais detalhada sobre os produtos DOP e IGP.

- Produção de leite com vantagem competitiva face ao seu principal mercado de destino (o continente português).

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamentos e/ou Organizações de Produtores como forma de os agricultores atenuarem constrangimentos económicos, ambientais e sociais resultantes da fragmentação insular; • Reforço da capacidade de organização e gestão; • Possibilidade de surgimento de "circuitos de proximidade" como forma de valorizar as produções agroalimentares locais; • Valorização dos produtos regionais, por exemplo através dos canais turísticos; • Aposta em produtos de maior valor acrescentado; • Existência de apoios para a criação e desenvolvimento de organizações de produtores; • Existência de legislação para o reconhecimento de organizações de produtores; • Posição geográfica do arquipélago dos Açores no Atlântico Norte entre o continente europeu e americano. • Existência de um efetivo de bovinos de carne com potencial de valorização; • Portugal é deficitário na produção de carne; • Procura crescente por produtos de pastagem (carne e leite). 	<ul style="list-style-type: none"> • Influência alternada no VAB entre fatores estruturais e de competitividade; • Custo horário do trabalho na Agricultura, produção animal e floresta mais influente no posicionamento na cadeia de valor que a produtividade; • Oscilação da influência da agricultura, produção animal e floresta nos custos de trabalho gerais; • Aumento da concorrência externa, nomeadamente através dos acordos comerciais estabelecidos e em negociação, entre a EU e os países por exemplo do Mercosul; • Aumento da pressão dos preços por parte da distribuição; • Volatilidade dos preços das matérias-primas/fatores de produção; • Sobrecustos de produção e transporte das produções para o principal mercado (Português continental); • Concorrência dos grandes operadores económicos nacionais e internacionais, com custos de produção muito inferiores; • Exposição do setor ao preço internacional das <i>commodities</i>; • Greves nos portos e de estivadores; • Crise económica decorrente da situação pandémica, que poderá reduzir a

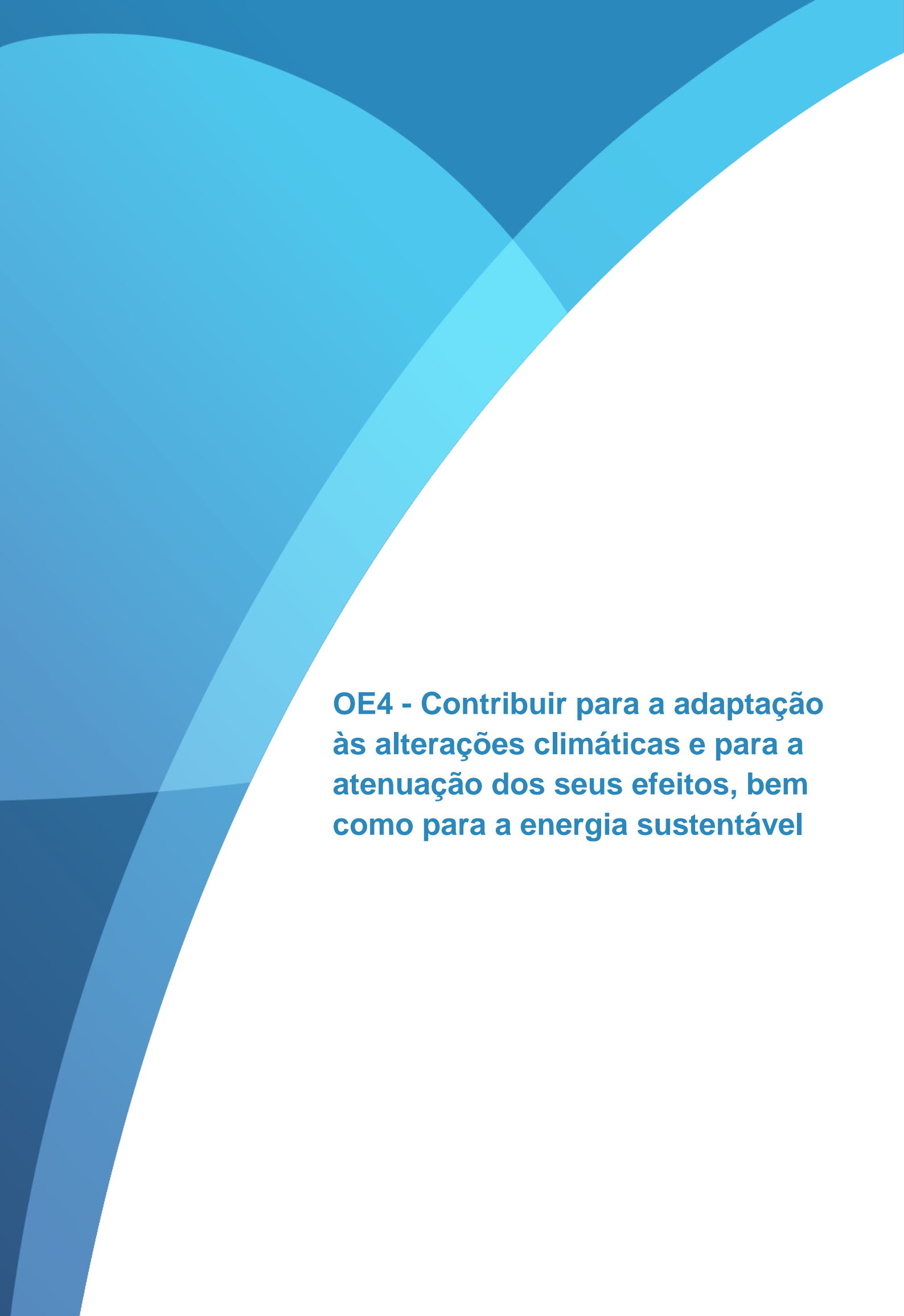
disponibilidade financeira das famílias para “comprar qualidade”.

4.9 Avaliação de necessidades

Tendo por base o diagnóstico e análise SWOT realizada para o OE3, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com 1) Organização de cadeias alimentares; 2) Custos de produção; e 3) Produtos regionais qualificados, as quais são temáticas prementes no âmbito deste objetivo estratégico. Neste sentido, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Organização de cadeias alimentares	<ul style="list-style-type: none"> • Maior capacidade para enfrentar os desafios da concorrência crescente; • Consolidar estratégias de relação com o mercado interno e externo; • Promover os ganhos de escala através da organização dos produtores em organizações de produtores e cooperativas; • Melhorar a integração dos produtores primários através de sistemas de qualidade, nomeadamente, para normalizar, calibrar e embalar, que acrescentam valor; • Reforçar as relações entre a produção primária, a agroindústria e o mercado; • Criar agrupamentos de produtores na fileira da diversificação como forma de promover estes setores; • Garantir a sustentabilidade económica das explorações agrícolas, quer por via da melhoria da gestão dos fatores de produção, quer pela estratégia de diversificação do produto ou de aposta em produtos diferenciados de maior valor acrescentado; • Reforço de uma gestão técnica e empresarial profissionalizada; • Melhorar a visibilidade externa dos produtos açorianos, através de campanhas concertadas. • Fomentar a criação de organizações de produtores, como forma de reduzir a pressão sobre os preços por parte da distribuição.
Custos de produção	<ul style="list-style-type: none"> • Promover medidas para compensar os sobrecustos de produção e dos transportes; • Promover a mecanização agrícola; • Promover as tecnologias e a agricultura de precisão.
Produtos regionais qualificados	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o aumento da qualidade dos produtos produzidos; • Definir uma estratégia de promoção dos produtos regionais focada na sua qualidade;

Temática	Necessidades
	<ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="443 223 1287 297">• Promover a imagem, bem como o desenvolvimento e valorização dos produtos regionais.

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy blue to a light sky blue. These shapes create a dynamic, modern aesthetic. The text is positioned in the lower right quadrant of the page.

OE4 - Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável

5. OE4 - Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável

5.1. Desafios da agricultura para a neutralidade carbónica

No âmbito do Acordo de Paris e da governação da UE para a energia e ação climática, Portugal assumiu compromissos, nomeadamente os determinados por:

- Regulamentos Partilha de Esforços (ESR) e Uso do solo, alteração do uso do solo e floresta (*Land Use, Land-Use Change and Forestry*, LULUCF) - estabelecem a meta de redução, até 2030, de 17% das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), face a 2005 e com flexibilidade de 1,1% para LULUCF, a aplicar aos setores não abrangidos pelo regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissões (CELE). Os CELE incluem Serviços, Residencial, Transportes, Agricultura e Resíduos;
- Diretiva das Energias Renováveis (REDII) – estabelece regras comuns para uma quota nacional de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia, a estabelecer no plano energia e clima, com um contributo mínimo de 31% no total do consumo em 2030;
- Diretiva da Eficiência Energética (EE) - identifica regras comuns para objetivos nacionais de eficiência energética, a estabelecer no plano energia e clima.

Por sua vez, a Estratégia de Longo Prazo para a Neutralidade Carbónica da Economia Portuguesa em 2050, designada por Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), projeta objetivos para dar resposta ao desafio emissões de GEE zero em 2050. Nesse sentido, pretende-se, face ao ano 2005, reduzir entre 85% e 90% as emissões de GEE e compensar as emissões remanescentes através do LULUCF. O RNC 2050 identifica o papel determinante da Agricultura e Florestas para esse fim (conforme ilustrado na Figura 118), ou seja:

- Define o potencial de redução de emissões do setor “Agricultura e uso do solo” face a 2005: 36%-39% em 2030, 37%-49% em 2040 e 38%-60% em 2050 (Figura 119).
- Identifica os principais vetores de descarbonização em todos os setores da economia (e linhas de orientação a serem integradas no desenvolvimento e revisão das políticas setoriais relevantes), nomeadamente para Agricultura e Florestas: redução de emissões na produção animal e solos com pastagens; redução de emissões na produção vegetal e solos com agricultura; redução de emissões e aumento de sequestro na floresta e restantes usos de solo.
- Identifica os co-benefícios da neutralidade carbónica para a qualidade do ar e saúde pública (e *trade-offs* como o uso de biomassa na produção de calor), destacando a Agricultura como um setor de contributo, bem como para a resiliência e capacidade de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas, com a Agricultura e Florestas a contribuir para o sequestro florestal e agrícola (aumento da matéria orgânica do solo/capacidade de retenção de água ou combate à desertificação).

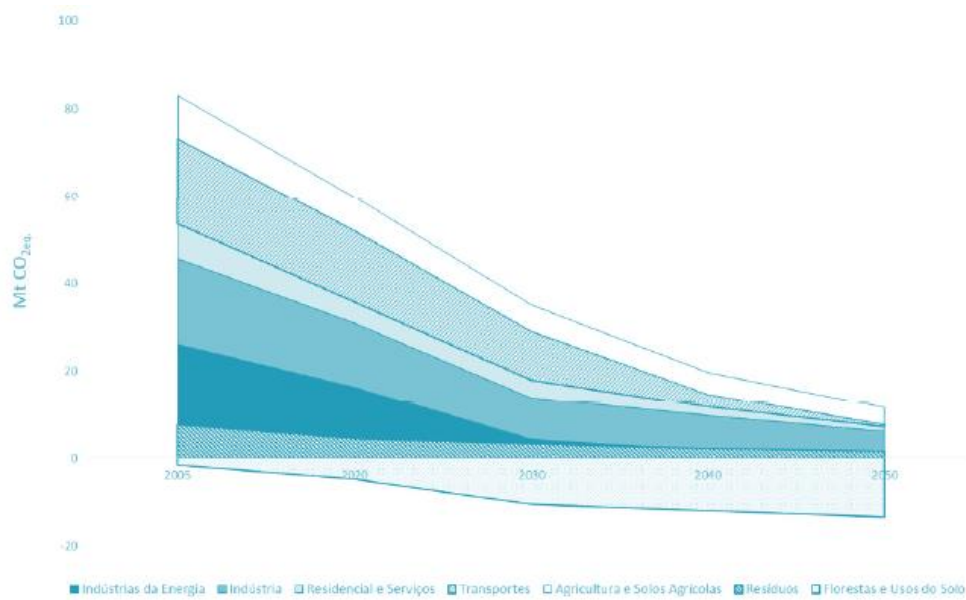


Figura 118. Contribuição setorial para a trajetória de redução de emissões de GEE até 2050, em Portugal

Fonte: Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (2019)

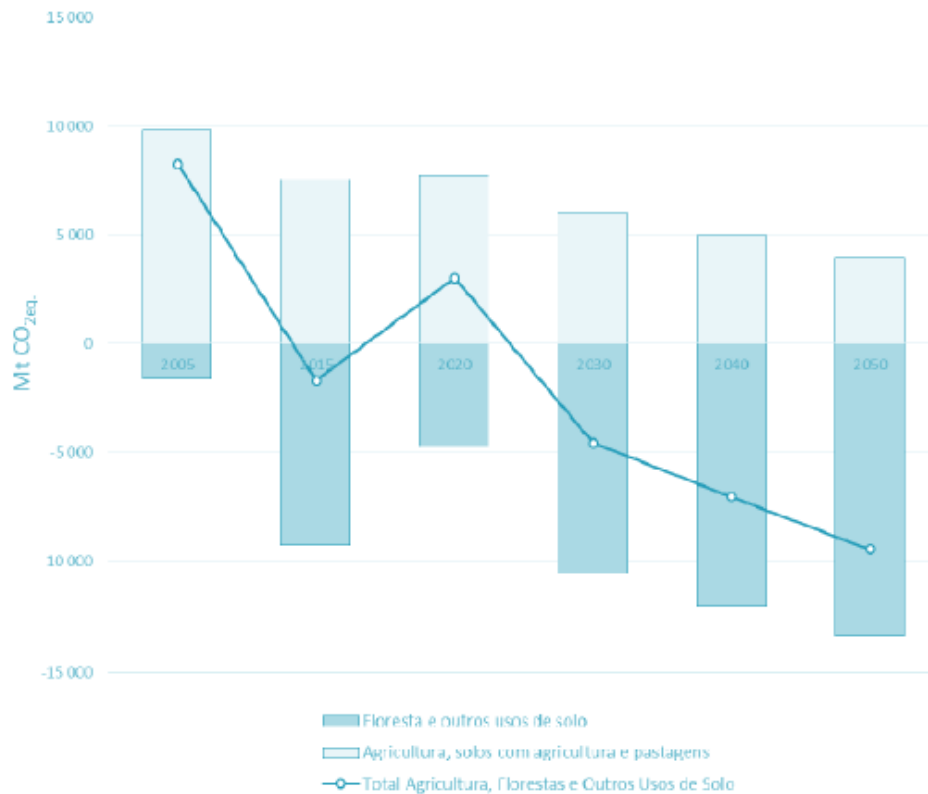


Figura 119. Evolução das emissões do setor agricultura, florestas e outros usos do solo em Portugal

Fonte: Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (2019)

Segundo o Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) (2019), a luta contra as alterações climáticas e os seus impactes pode ser realizada segundo dois planos, cuja fronteira é, por vezes, ténue. No plano da mitigação podem incluir-se: a redução das emissões dos GEE, o investimento na descarbonização e no aumento da eficiência da economia, por forma a reduzir a dependência dos recursos energéticos externos. Por sua vez, no plano da adaptação são contempladas medidas que protejam os bens, os recursos e as pessoas, aumentando a resiliência aos impactes das alterações climáticas, tendo em conta a interação com outras pressões, nomeadamente socioeconómicas, legislativas e conjunturais. Deste modo, este

Programa constitui um instrumento de política setorial de destacada relevância na R.A. Açores em matéria de alterações climáticas.

5.2. Caracterização do clima atual da R.A. Açores

Segundo Azevedo (2001), o clima da R.A. Açores é essencialmente ditado pela localização geográfica das ilhas no contexto da circulação global atmosférica e oceânica e pela influência da massa aquática da qual emergem. Pese embora alguma irregularidade observada ao longo da sua história climática, o clima das ilhas apresenta uma sazonalidade medianamente marcada que se reflete nos diferentes elementos do clima. As quatro estações do ano, típicas dos climas temperados, são reconhecíveis. As amplitudes térmicas são baixas, pelo que nem as temperaturas de verão nem as de inverno se manifestam excessivamente rigorosas. A ocorrência de neve, sendo esporádica, só ocorre nas zonas altas. A precipitação ocorre durante todo o ano, mesmo nos meses de estio, embora nestes com muito menor expressão. O regime interanual da precipitação pode ser irregular, podendo nos anos secos corresponder a 50% dos anos mais húmidos. Os episódios de precipitação intensa e localizada são frequentes, particularmente nos períodos de inverno, com graves implicações nos regimes de escoamento. A precipitação de origem frontal é significativamente reforçada pela precipitação de origem orográfica no interior de cada ilha. Os verões são significativamente mais ensolarados do que o resto do ano. São raros, no entanto, os dias de céu completamente limpo. Os períodos tempestuosos, sendo mais frequentes de inverno podem, no entanto, ocorrer em fins de verão e no Outono por efeito de esporádicas tempestades tropicais em evolução próximo do arquipélago. Violentas tempestades quer de origem tropical quer provocadas por células depressionárias provenientes das latitudes mais setentrionais do Atlântico Norte Ocidental são responsáveis por numerosos episódios de naufrágios e de tragédias em terra os quais povoam a história e o imaginário do povo açoriano (PRAC, 2019).

5.3. Contributo da agricultura para a mitigação de GEE

As fontes de emissão de GEE podem assumir uma natureza pontual - quando existe informação sobre a localização da fonte de emissão (ex.: unidades industriais, aeroportos, aterros e centrais de incineração de resíduos, entre outros); ou difusa - quando a fonte de emissão não ocorre num ponto em concreto (ex.: linhas ferroviárias, autoestradas, entre outros). A Figura 120 ilustra a distribuição espacial das diversas fontes pontuais de GEE predominantes na R.A. Açores, diferenciadas segundo os seguintes setores: energia, transportes, indústria e resíduos.

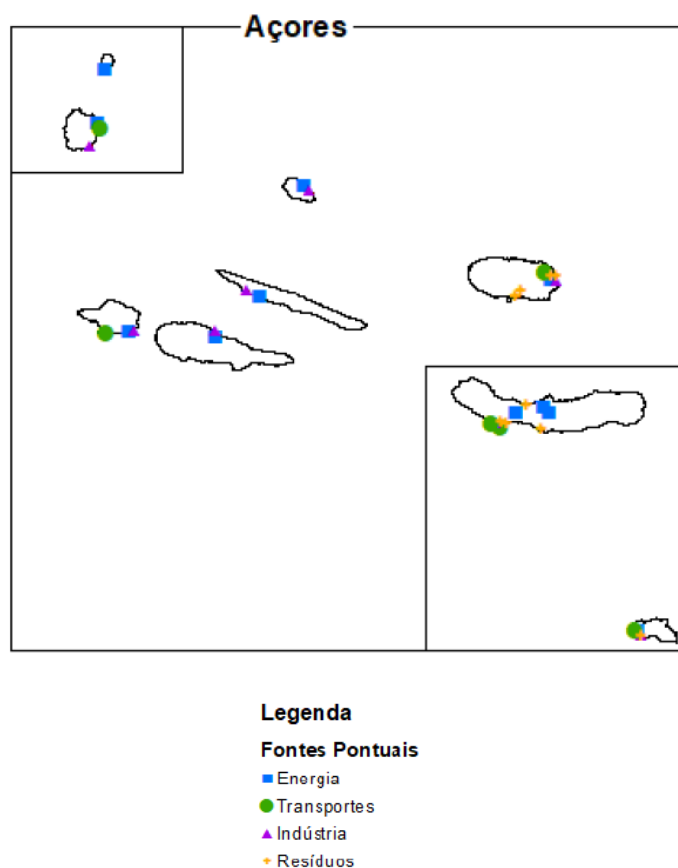


Figura 120. Fontes pontuais de emissão de GEE na R.A. Açores no ano 2017

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (2019)

5.3.1. Emissões de GEE pela agricultura – evolução 1990-2017

Segundo o Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (IRERPA) 2019 as emissões de GEE na R. A. Açores totalizaram 1.804.193 t CO₂eq. em 2017, tendo o setor Uso de Solo e Florestas - (LULUCF) - sido responsável por um sequestro líquido de cerca de 713.057 t CO₂eq., o que coloca as emissões líquidas da R. A. Açores em 1.091.136 t CO₂eq (Figura 121). As emissões totais (s/ LULUCF) representam um aumento de 2,8% relativamente ao ano de 2016. Estabelecendo a comparação com o ano 1990, esse aumento é de 67,9%. O pico de emissões na R. A. Açores (c/ e s/ LULUCF) foi atingido em 2014 (1.213.396 t CO₂eq) e 2009 (1.878.574 t CO₂eq), respetivamente.

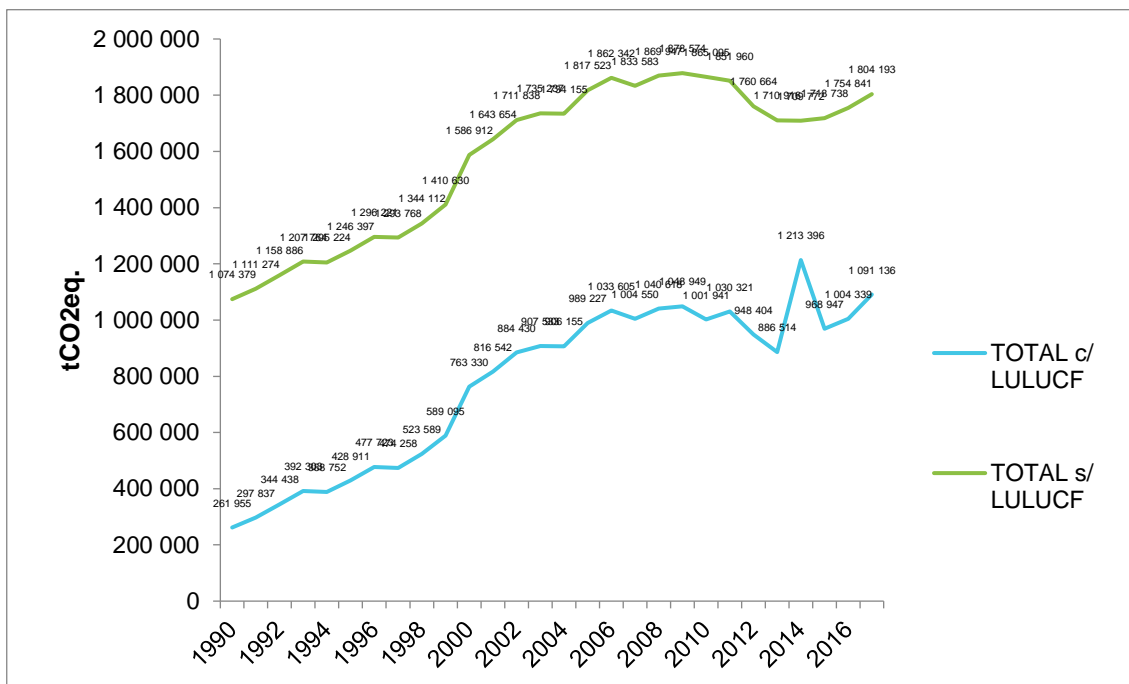


Figura 121. Evolução das Emissões totais de GEE na R. A. Açores, entre 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Ao efetuar a análise das emissões de GEE por setor no período 1990-2017, apesar das variações verificadas ao longo dos anos, observa-se que os dois principais setores em termos de emissões de GEE são a energia e a agricultura, os quais totalizaram 93,4% das emissões no ano 2017 (Figura 122).

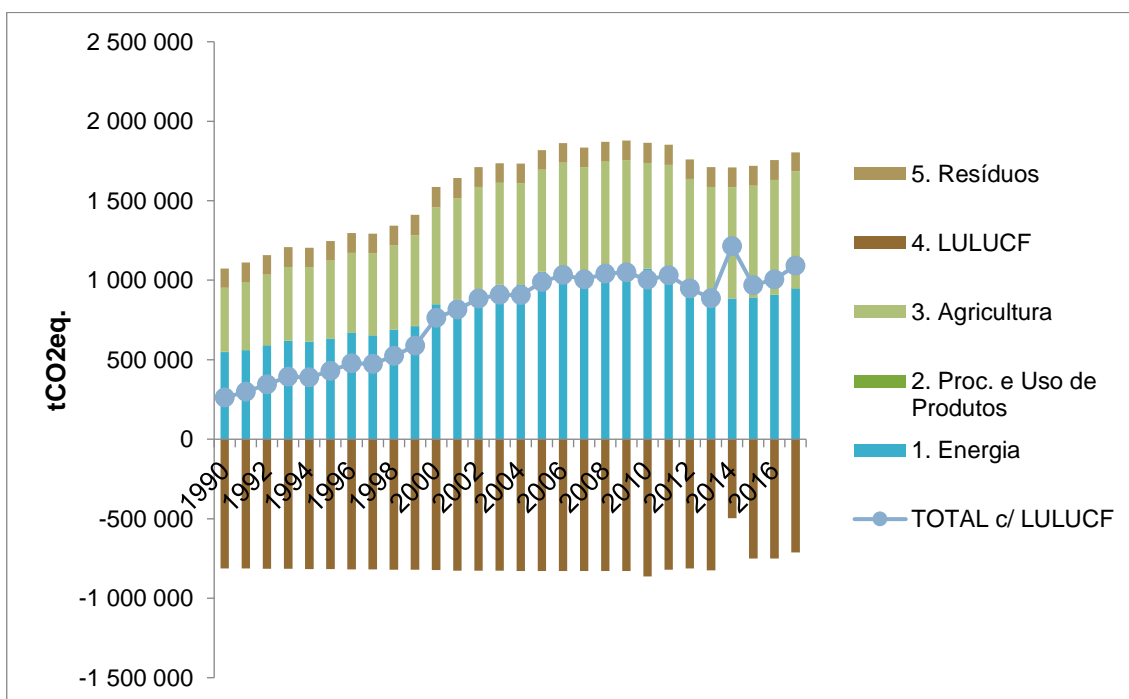


Figura 122. Evolução das Emissões de GEE por Setor na R. A. Açores, entre 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Conforme ilustra a Figura 121, o setor da energia foi o mais intensivo em carbono, registando um aumento das emissões durante o período 1990-2017. Em 2017 este setor representava 52,5% do total regional s/ LULUCF, ou seja, +2,9% do que em 1990.

Por sua vez, o setor resíduos contribuiu com 6,6% do total regional s/ LULUCF no ano 2017. Deste modo, verifica-se um decréscimo de 42,1% das emissões face a 1990.

No ano 2017, o setor agricultura contribuiu com 40,9% do total regional de emissões de GEE, verificando-se uma tendência de aumento das emissões durante o período de referência (de 9,1% entre 1990 e 2017). Este setor cresceu 82,7% desde 1990 e conseqüentemente, aumentou o seu peso no total de emissões (IRERPA, 2019).

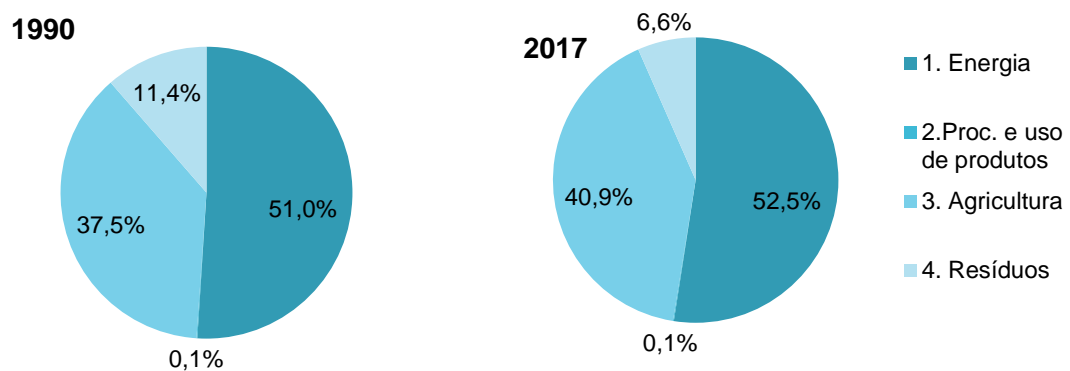


Figura 123. Perfil de Emissões de GEE por Setor na R. A. Açores em 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

A R.A. Açores registou um valor médio LULUCF de -802.850 tCO₂eq. (remoção líquida que infere o setor sequestrador) entre 1990 e 2017 (Figura 124). No ano 2017 observou-se um valor relativo a LULUCF de -713.057 tCO₂eq. O valor mais elevado registado no período em análise ocorreu no ano de 2010 e correspondeu a -863.154 tCO₂eq.

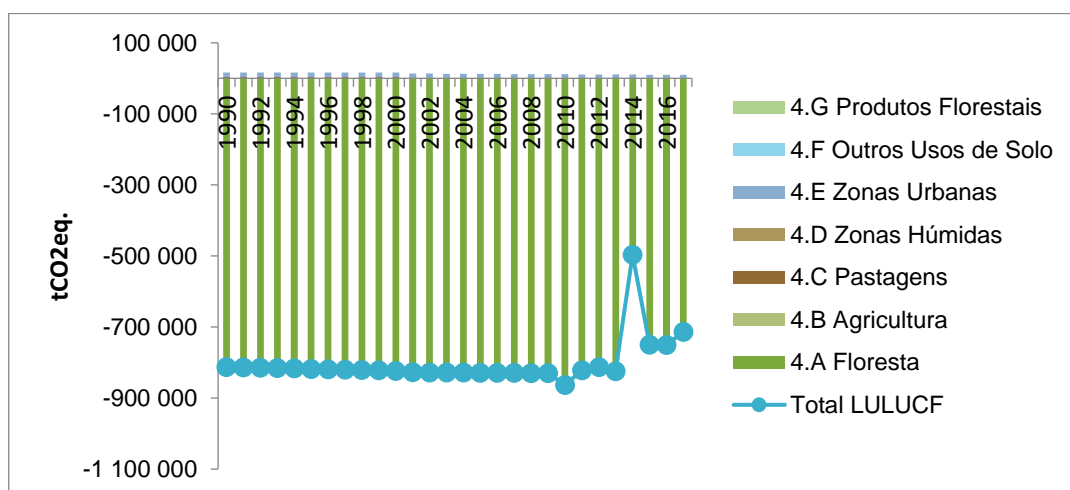


Figura 124. Evolução das Emissões do Setor relativo a LULUCF na R. A. Açores, entre 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

5.3.2. Emissões de GEE pela agricultura – principais origens

O setor agricultura representava, em 2017, 40,9% das emissões da R. A. Açores, registando-se um aumento do seu peso no total das emissões desde 1990 (em 1990 o setor representava 37,5% das emissões).

Em 2017, as emissões de GEE do setor atingiram as 736.210 tCO₂eq., sendo a fermentação entérica o maior contribuinte, com 69,1%, seguida da gestão dos solos agrícolas e gestão de estrume, com 24,9% e 4,9%, respetivamente (Figura 125). No ano 1990 as mesmas emissões registam 402.933 tCO₂eq. Deste modo, verifica-se que este setor registou um incremento muito substancial das emissões entre 1990 e 2017 (82,7%).

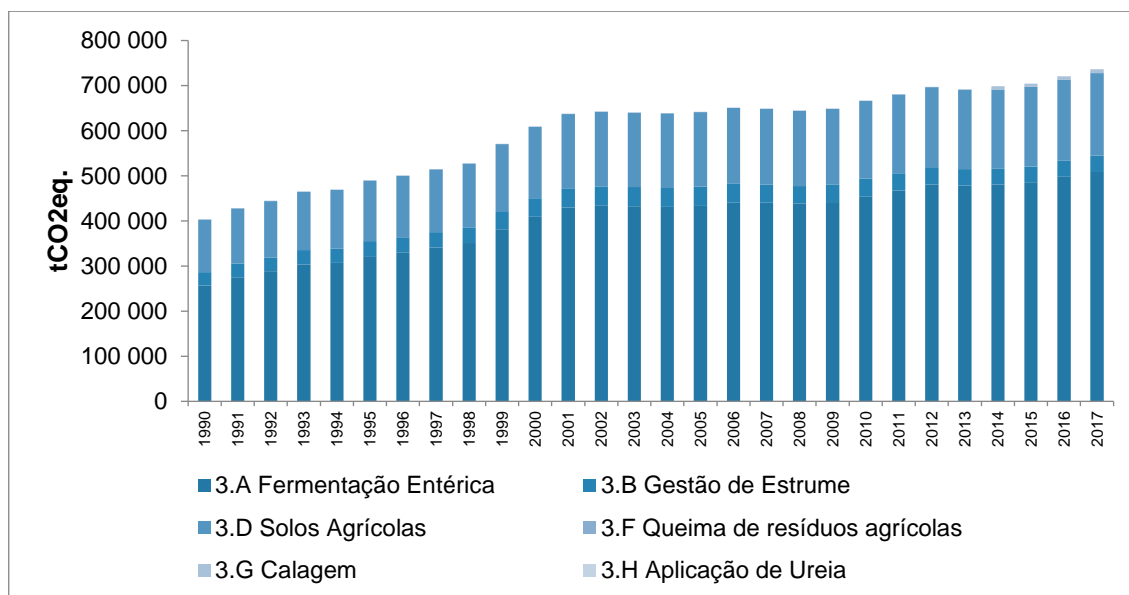


Figura 125. Perfil de emissões do setor agricultura

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Uma análise fonte-poluente confirma a relevância dos GEE não-CO₂ no setor agrícola, ou seja, do metano (CH₄) e do óxido nitroso (N₂O). Verifica-se também que as fontes mais significativas são o CH₄, proveniente da fermentação entérica e o N₂O, proveniente da gestão dos solos agrícolas. O peso relativo de cada setor nas emissões de cada um dos três principais GEE é bastante variável, sendo o setor da energia o principal responsável pelas emissões de CO₂, enquanto que os setores da agricultura e resíduos são responsáveis pela quase totalidade das emissões de CH₄ e N₂O.

Concretizando a comparação com os totais nacionais (77,8 Mt CO₂eq), verifica-se que a R. A. Açores representava 1,4% das emissões totais nacionais (2,6% se excluirmos o setor LULUCF). O perfil de emissões é, no entanto, bastante distinto, sendo as principais diferenças: uma predominância muito mais marcada na R. A. Açores do setor agricultura e uma quase ausência do setor dos processos industriais e uso de produtos. Essas diferenças setoriais denotam também expressão no perfil de emissões por gás, ou seja, o peso de metano na R. A. Açores é substancialmente superior ao total nacional, conforme se evidencia na Figura 126.

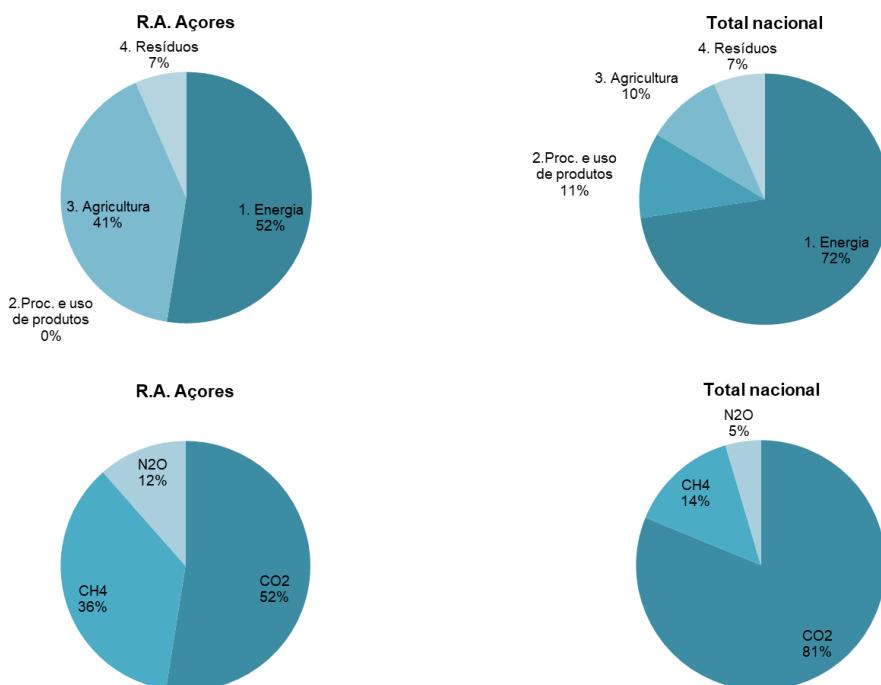


Figura 126. Comparação entre o Perfil de Emissões na R. A. Açores e Total Nacional em 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

De acordo com a Figura 127, as emissões de CO₂ na agricultura são totalmente originadas pela calagem. No ano 2017 as emissões de CO₂ totalizam 8.470 tCO₂.

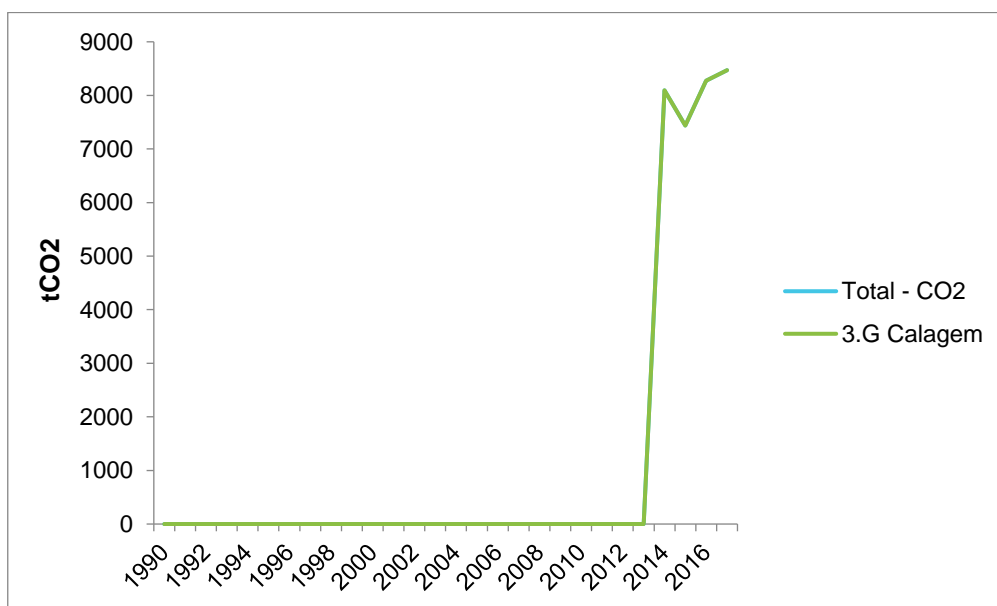


Figura 127. Evolução das Emissões de CO₂ na R. A. Açores, entre 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Na R.A. Açores as emissões totais de metano (CH₄) pela agricultura apresentaram uma tendência de crescimento entre 1990 e 2017 (92,9%), sendo o principal contribuinte a fermentação entérica (Figura 128).

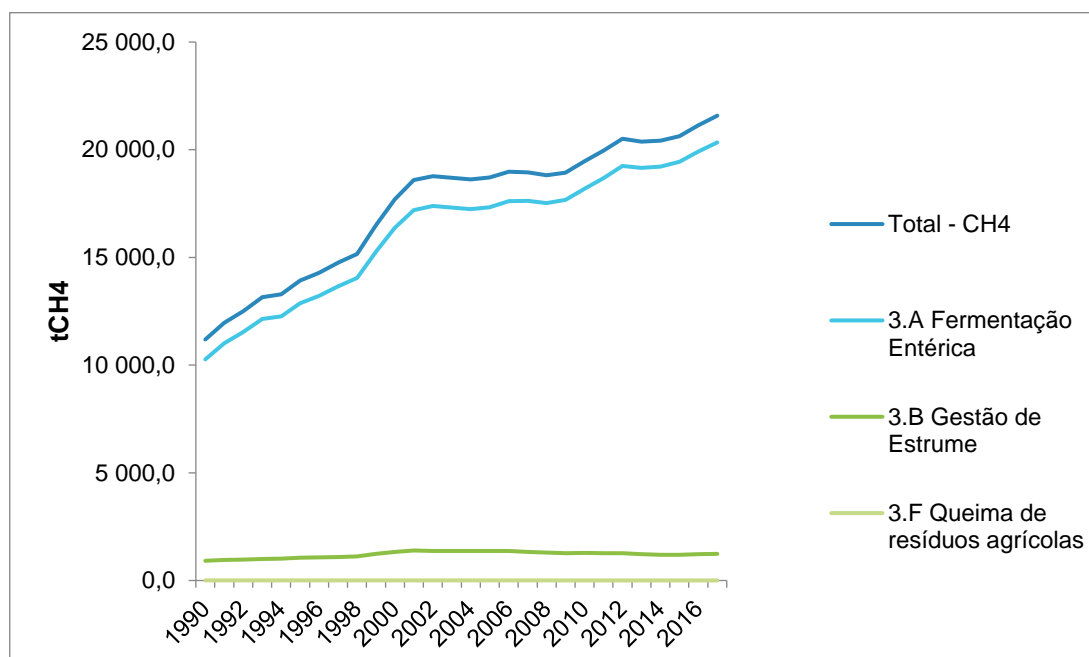


Figura 128. Evolução das Emissões de CH₄ na R. A. Açores, entre 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Pela análise da Figura 129 verifica-se que, em 2017, a maior concentração de emissões de CH₄ (tCH₄/km²) se situava sobretudo nas ilhas de S. Miguel e Terceira.

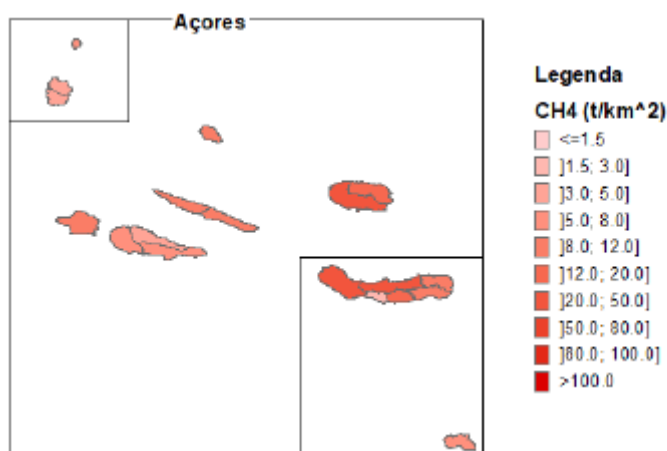


Figura 129. Distribuição geográfica das emissões totais de CH₄ na R. A. Açores, por concelho, em 2017

Fonte: APA (2019)

Entre 1990 e 2017 observou-se um crescimento de 52,8% nas emissões de N₂O na agricultura (Figura 130). No ano 2017, cerca de 97,2% das emissões de N₂O são relativas à gestão de solos agrícolas (614,2 t N₂O). A gestão de estrume e a queima de resíduos agrícolas são responsáveis por 2,7% (17,4 t N₂O) e 0,02% (0,1 t N₂O) das emissões, respetivamente.

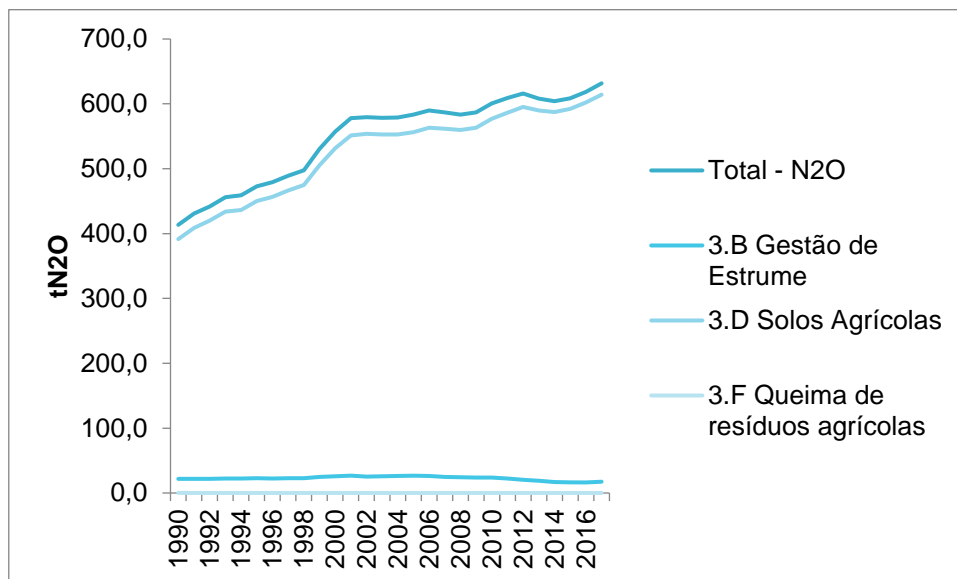


Figura 130. Evolução das Emissões de N₂O na R. A. Açores, entre 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

De acordo com a Figura 131 é possível observar uma maior concentração de emissões de N₂O (tN₂O/km²) no concelho de Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel.

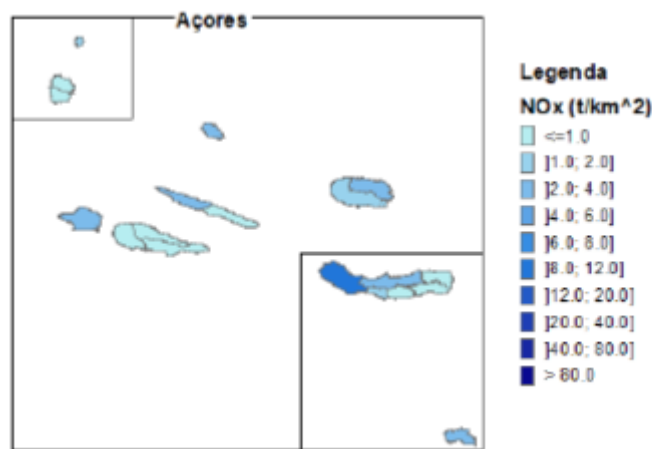


Figura 131. Distribuição geográfica das emissões totais de N₂O na R. A. Açores, por concelho, em 2017

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (2019)

5.3.3. Emissões de GEE pela agricultura, por tipo de animal

O setor da agricultura abrange as emissões resultantes da produção animal, da aplicação de fertilizantes e de corretivos nos solos agrícolas e de pastagens, bem como da queima intencional de resíduos da agricultura. No âmbito da análise às emissões de fermentação entérica por tipo de animal, conforme explicitado na Figura 132, merece destaque o crescimento das emissões em cerca de 98% desde 1990 (2,1% desde 2016). Os bovinos representavam 99,5% das emissões da categoria. Adicionalmente, é possível observar um crescimento acentuado de emissões desde 1990 em todas as categorias de bovinos: vacas leiteiras (+62,4%), outros bovinos (+111,8%) e vitelos (+189,3%).

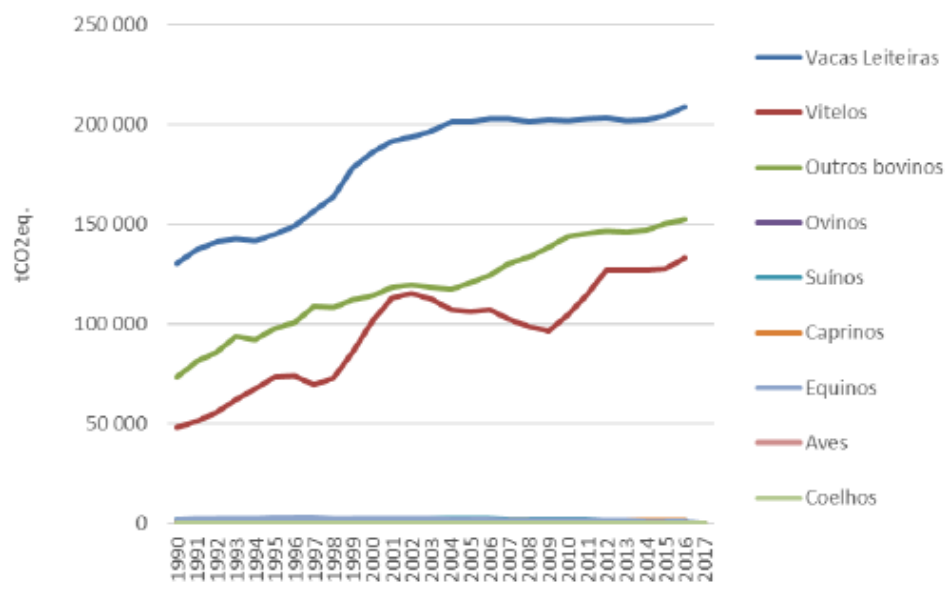


Figura 132. Emissões de fermentação entérica por tipo de animal

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Em 2017, as emissões de CH₄ originadas pela gestão de estrume de suínos apresentaram uma redução face a 1990, a qual acompanhou a redução de efetivos de suínos desde 1990 (-30,2%). Por sua vez, verificou-se um crescimento das emissões de 35,4% desde 1990 e de 2% desde 2016, conforme refletido na Figura 133. Os bovinos representavam 73,5% das emissões da categoria, seguidos dos suínos com 25,1%.

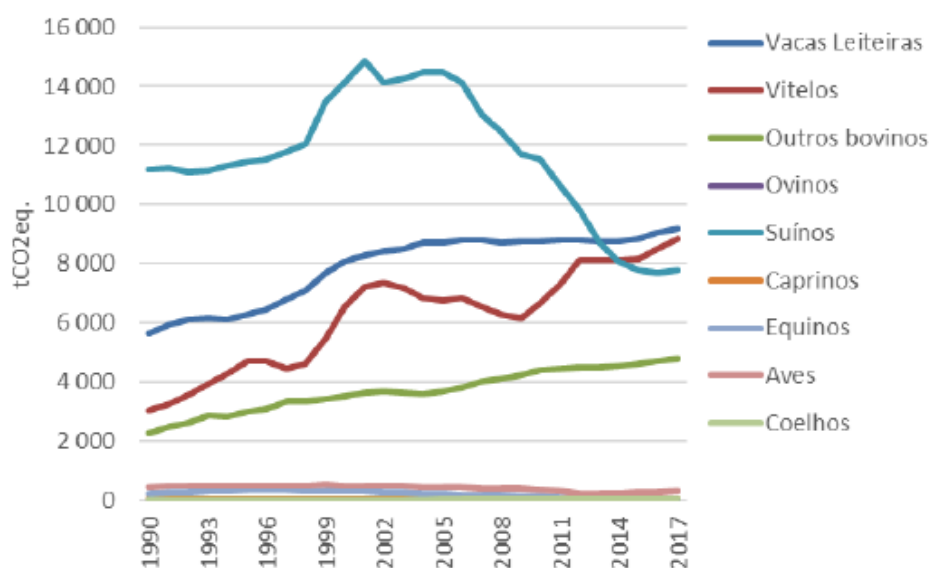


Figura 133. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal / CH₄

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Em matéria de emissões de N₂O originadas pela gestão de estrume (Figura 134), observou-se uma redução de 20,1% desde 1990. Contudo, verificou-se um aumento das emissões de 7,1% entre 2016 e 2017. As emissões indiretas representavam 67,5% da categoria. O tipo de animal mais relevante são os suínos (19,3% da categoria).

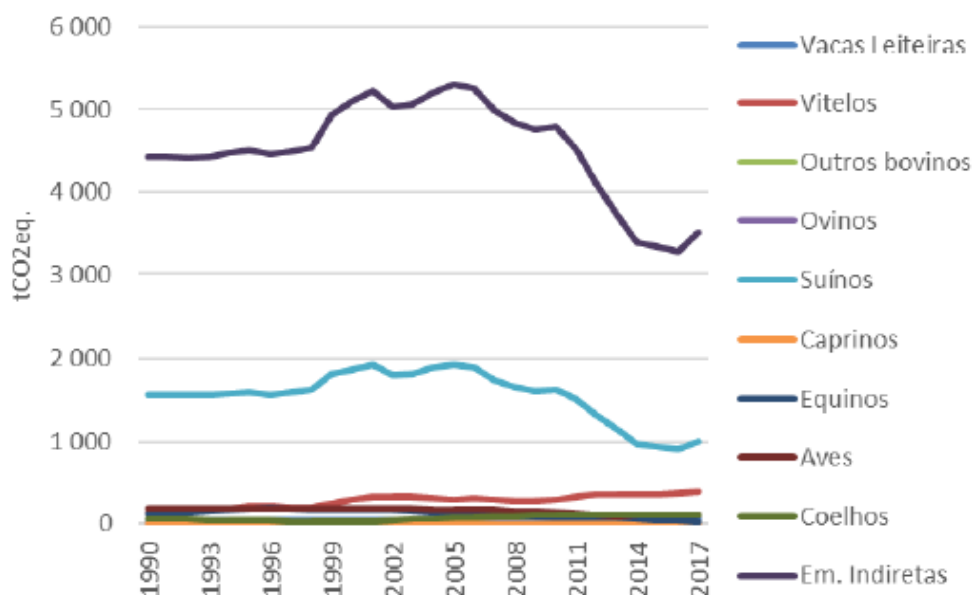


Figura 134. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal / N₂O

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

5.3.4. Emissões e remoções de CO₂ por LULUCF (agricultura)

Os solos agrícolas e pastagens são as subcategorias de LULUCF mais especificamente relacionadas com a agricultura, que doravante serão designadas por LULUCF (Agricultura). Neste contexto, importa analisar as áreas de solos agrícolas e de pastagens, relacionando estes dados com as respetivas emissões de cada categoria, conforme se apresenta de seguida. A área de solos agrícolas (LULUCF) da R.A. Açores contempla as seguintes subcategorias: “1. Agricultura que se mantém Agricultura” e “2. Terras convertidas em Agricultura” (onde se inclui “2.1 Floresta convertida em Agricultura” e “2.2 Pastagens convertidas em Agricultura”).

Conforme se observa na Figura 135, assistiu-se a uma diminuição da área de solos agrícolas, que se revelou mais acentuada entre 1990 e 2000. A partir do ano 2000 este decréscimo manteve-se, apesar de ser menos expressivo. No ano 1990 a área era de 30.240 ha, totalizando 29.162 ha no ano de 2017, o que se traduz num decréscimo de 3,6% no período.

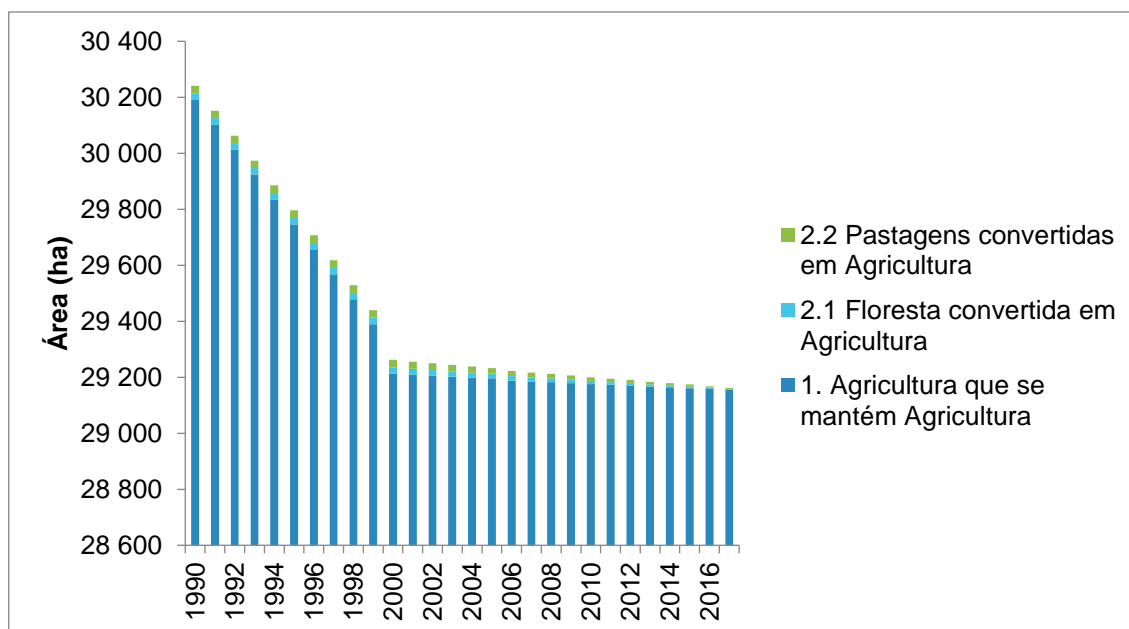


Figura 135. Área total de solos agrícolas (LULUCF)

Fonte: SPI, a partir de Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Relativamente às emissões de GEE por solos agrícolas (LULUCF), entre 1990 e 2017 ocorreu uma redução de 96,2%. Merece destaque uma redução mais expressiva ocorrida entre 2000 e 2001, de 76,7%. Segundo os registos do IRERPA (2019), as únicas transições que contribuem para estas emissões são a transição de floresta para agricultura e de pastagem para agricultura.

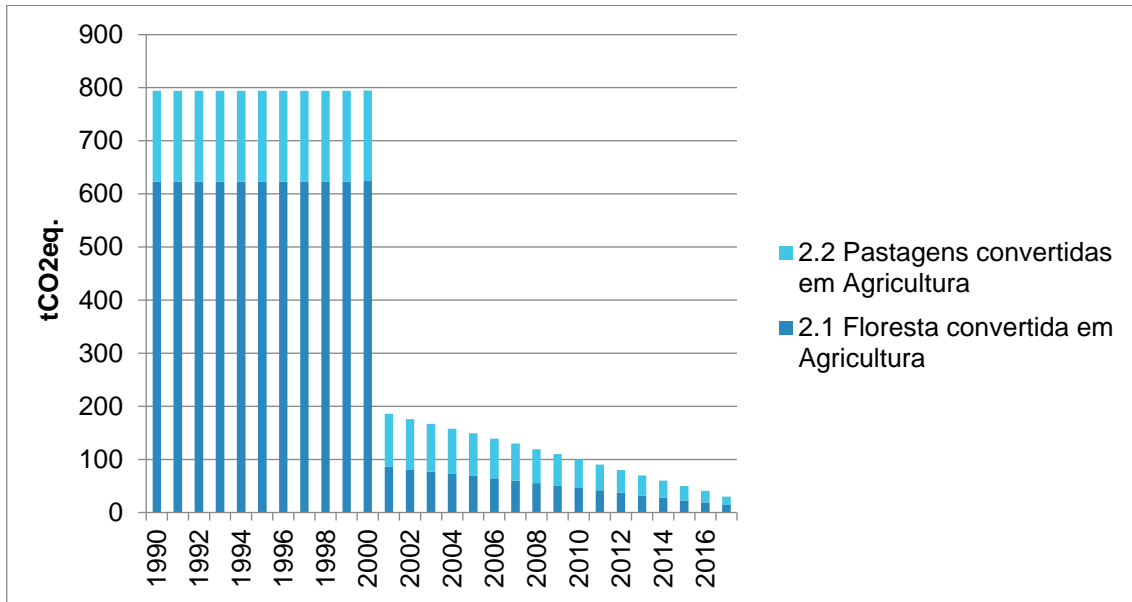


Figura 136. Emissões de GEE relativamente aos solos agrícolas (LULUCF)

Fonte: SPI, a partir de Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

No ano 1990 a área foi de 134.806 ha, totalizando 133.360 ha no ano de 2017, o que se traduz num decréscimo de 1,1% no período de referência (Figura 137)

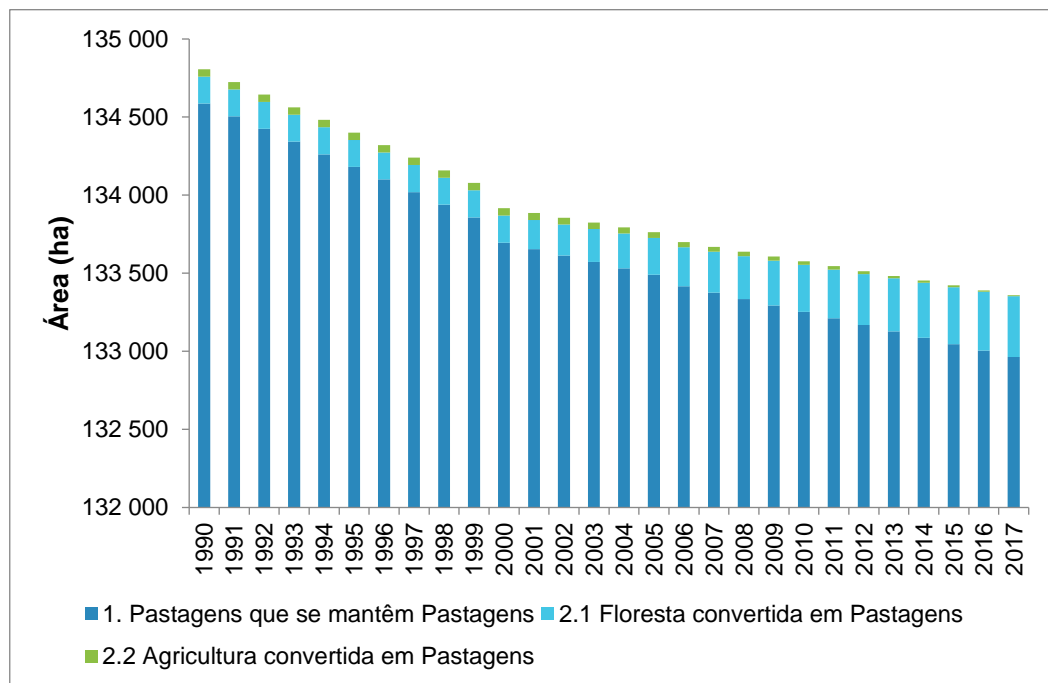


Figura 137. Área total de pastagens (LULUCF)

Fonte: SPI, a partir de Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

No que concerne às emissões de GEE por pastagens (LULUCF), entre 1990 e 2017 ocorreu uma redução de 116,6%, registando-se o valor de -515 tCO₂eq. no ano 2017 (corresponde a sequestro líquido de carbono). Esta categoria foi emissora de carbono nos anos em que ocorreu uma conversão de floresta para pastagem mais expressiva (1990-2000) e passou a sequestradora nos anos seguintes. Observou-se uma redução mais expressiva entre 2000 e 2001, de 113,2%, que ditou, em termos líquidos, a modificação das emissões em 2000 (3.102 tCO₂eq.) para sequestro de carbono em 2001 (-408 tCO₂eq.) (Figura 138).

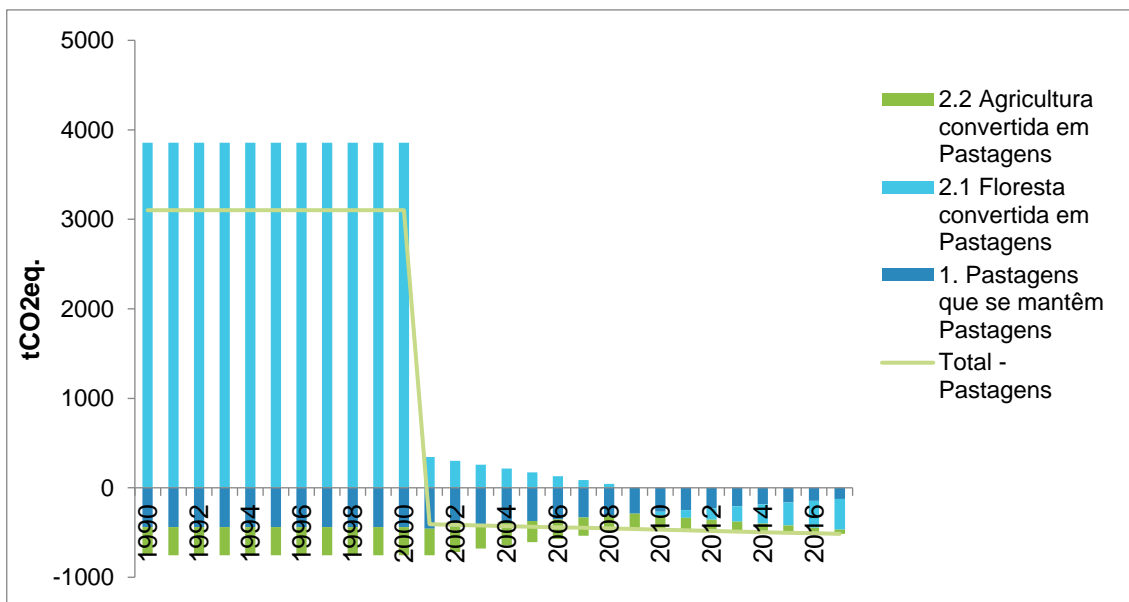


Figura 138. Emissões de GEE relativamente às pastagens (LULUCF)

Fonte: SPI, a partir de Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Na Figura 139 constam as emissões totais de GEE segundo as subcategorias LULUCF inseridas na agricultura. Em termos líquidos, no ano 1990 registaram-se emissões de 3.896 tCO₂. No ano 2017, observou-se um sequestro líquido de carbono de 485 tCO₂, o que corresponde a uma variação de -112,4% no período em análise.

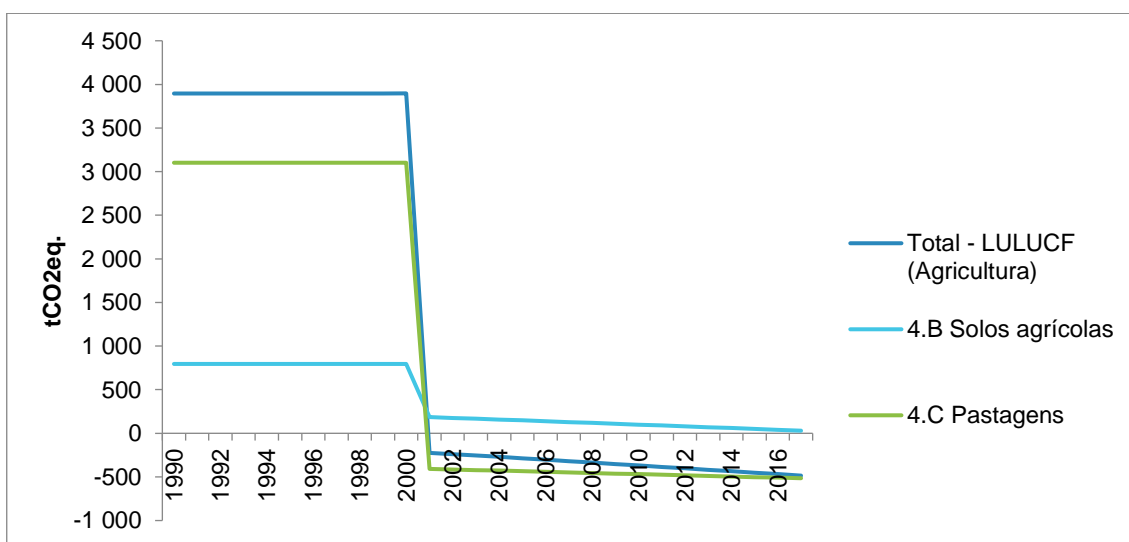


Figura 139. Emissões totais de GEE segundo as subcategorias LULUCF inseridas na agricultura

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

Conforme refletido nas figuras seguintes, a contribuição das emissões totais de GEE relativas a LULUCF (agricultura) (Figura 141) para as emissões totais de GEE (englobando agricultura e LULUCF (agricultura)) (Figura 142)) apresenta uma reduzida expressão. No ano 2017 a LULUCF (agricultura) (-485 tCO₂eq.) induziu um decréscimo nas emissões totais de GEE (1.803.708 tCO₂eq.) de 0,03%.

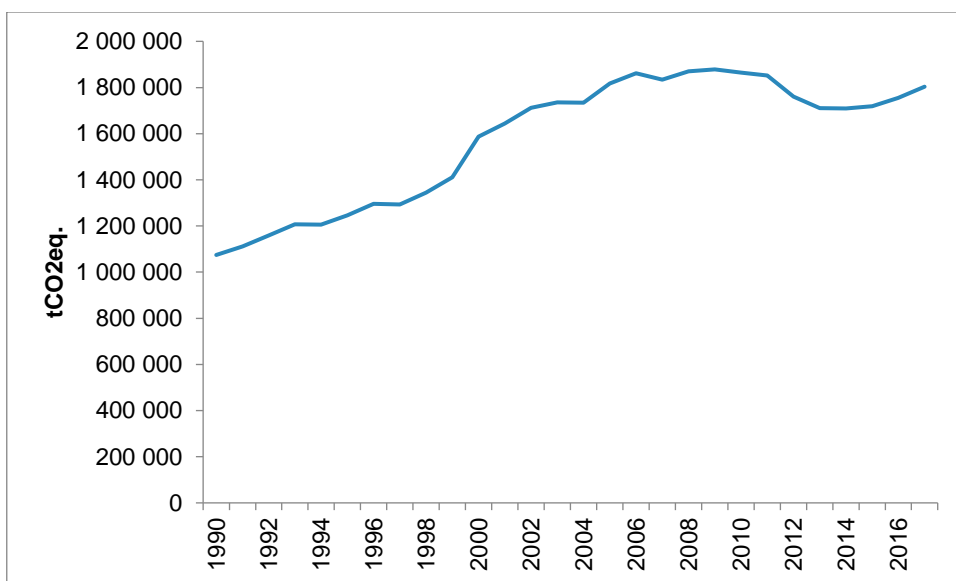


Figura 140. Emissões totais de GEE na agricultura

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

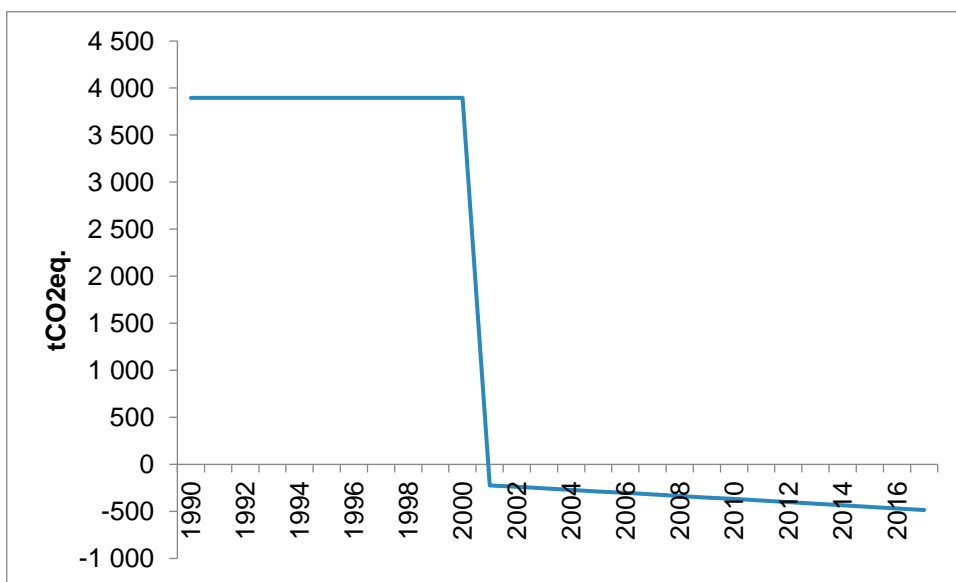


Figura 141. Emissões totais de GEE relativas a LULUCF (agricultura)

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

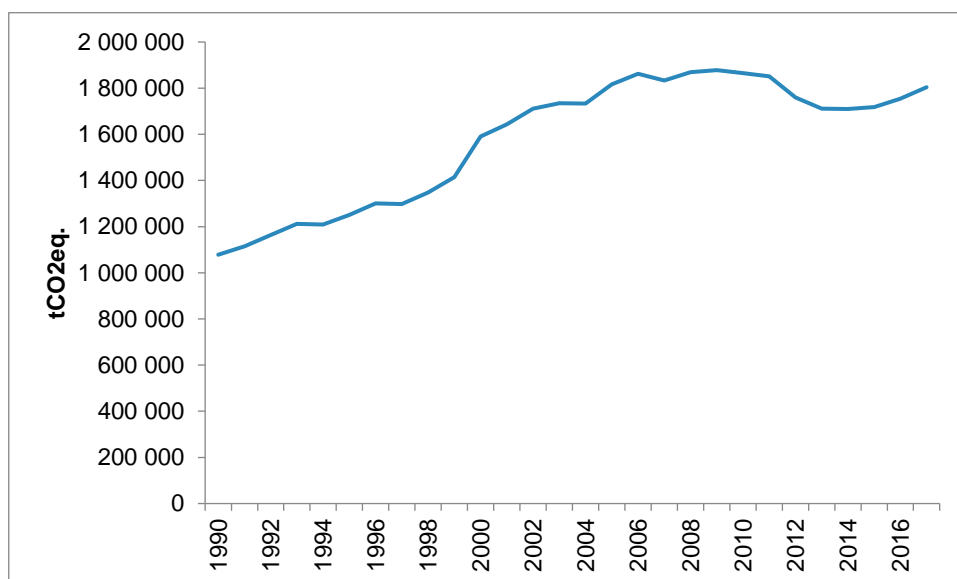


Figura 142. Emissões totais de GEE relativas a agricultura e LULUCF (agricultura)

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

As alterações do uso de Solos Agrícolas e de Pastagens (perdas e ganhos), fator determinante para as emissões/remoções de CO₂, apresentou uma diversidade evolutiva ao longo do período 1970-2017 na R.A. Açores. Entre as várias categorias de LULUCF, as pastagens representam a maior parcela (Figura 143).

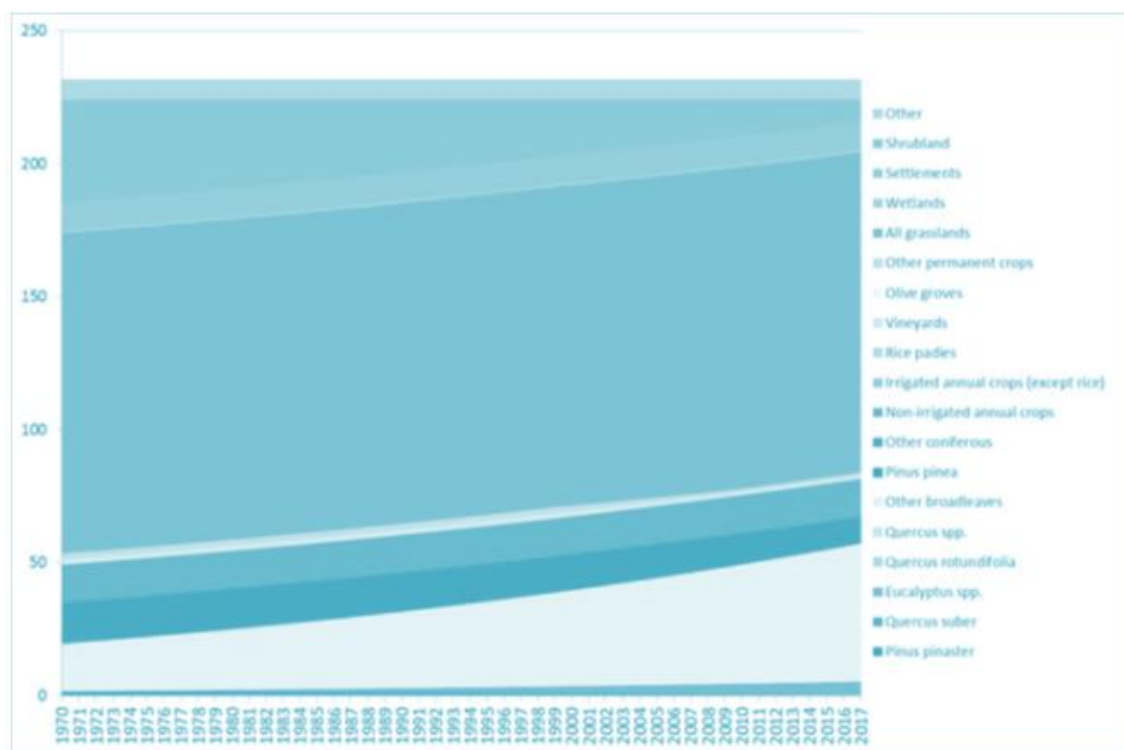


Figura 143. Alterações no total do uso do solo, entre 1970 e 2017 (1000 ha)

Fonte: GPP (2019)

5.4. Contributo para uma energia sustentável

A R.A. Açores importa grande parte da energia primária de que necessita, evidenciando uma forte dependência energética do exterior. A produção de energia elétrica advém essencialmente de fontes fósseis (fuelóleo e gasóleo) e de fontes de energia renovável (FER) - geotérmica, hídrica, eólica. Analisando as fontes

de produção de energia elétrica na R.A. Açores, torna-se evidente a forte dependência da Região relativamente aos combustíveis fósseis (IRERPA, 2019).

Segundo os dados do SREA, no ano 2018 a produção de energia elétrica ascendeu aos 794 747 MWh (Figura 144), verificando-se um crescimento de 1,3% comparativamente ao ano 2017. Verificou-se ainda um decréscimo de 9,7% da produção de energia hídrica e um crescimento de 7,0% da produção de energia eólica, face ao ano anterior. O consumo de energia elétrica atingiu os 744 278 MWh, traduzindo um aumento de 1,3% em comparação com o ano 2017. Relativamente a este valor de consumo, 38,7% correspondem a consumos em Média Tensão e 61,3% a consumos em Baixa Tensão.

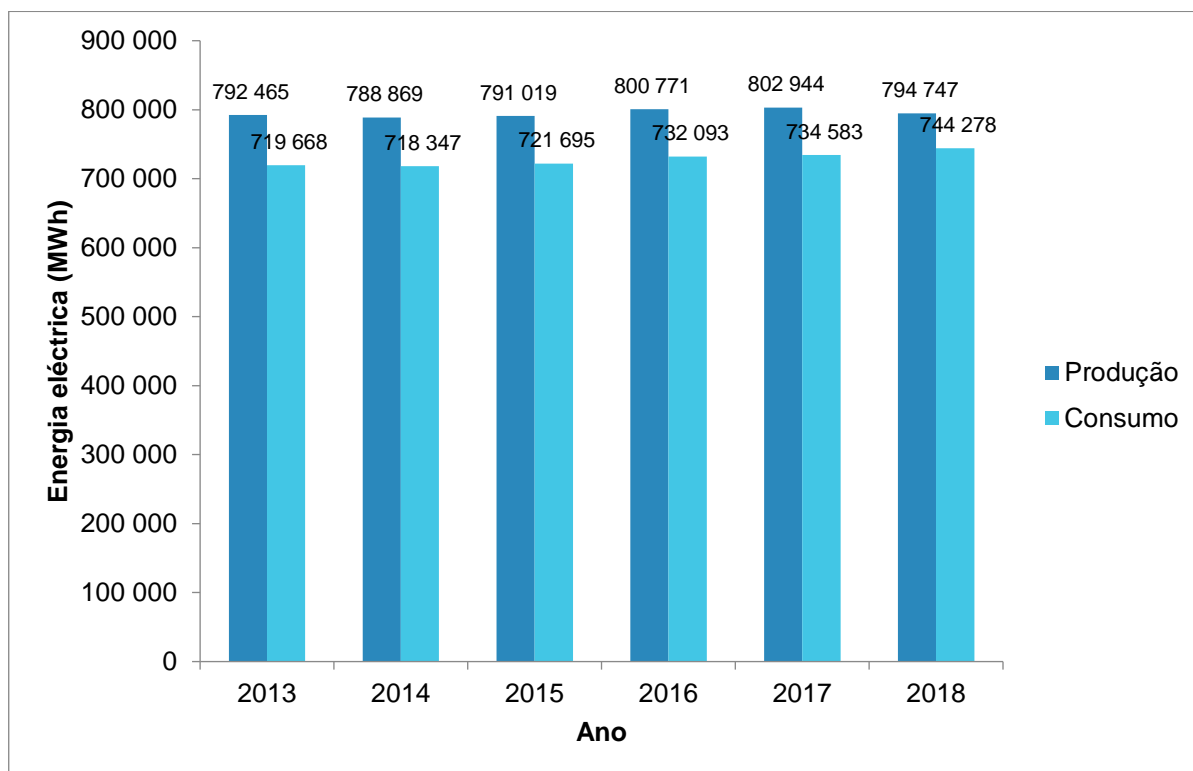


Figura 144. Produção e consumo de energia elétrica entre 2013 e 2018 na R. A. Açores

Fonte: SPI, a partir de SREA (2019)

As Ilhas de S. Miguel e Terceira destacam-se como as principais ilhas de produção de energia elétrica no ano 2018 - Figura 145. Em conjunto constituem cerca de 79% do total de energia produzida na R. A. Açores.

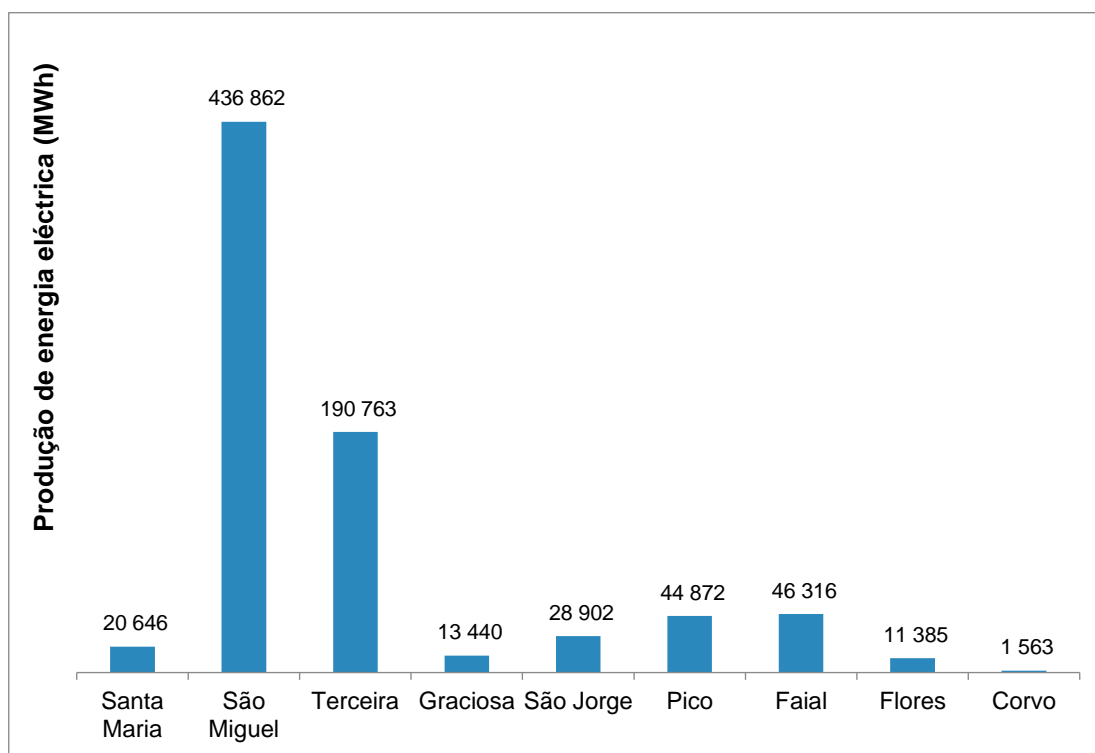


Figura 145. Distribuição da produção de energia eléctrica por ilha, no ano 2018

Fonte: SPI, a partir de SREA (2019)

No ano de 2018 a energia produzida era composta por 39,2% de origem renovável e 60,8% de origem térmica (onde 52,7% foi originada por produção a fuel e 8,2% por produção a gasóleo). Conforme indicado no IRERPA, apesar do investimento em fontes renováveis alternativas para a produção de energia eléctrica na R. A. Açores, esta continua a ser fortemente dependente da componente térmica (IRERPA, 2019).

Do conjunto de fontes de energia renovável, no ano 2018 merece destaque a energia geotérmica com uma expressão de 25,7 % no mix energético, seguida da eólica com 8,4%, conforme se observa na Figura 146.

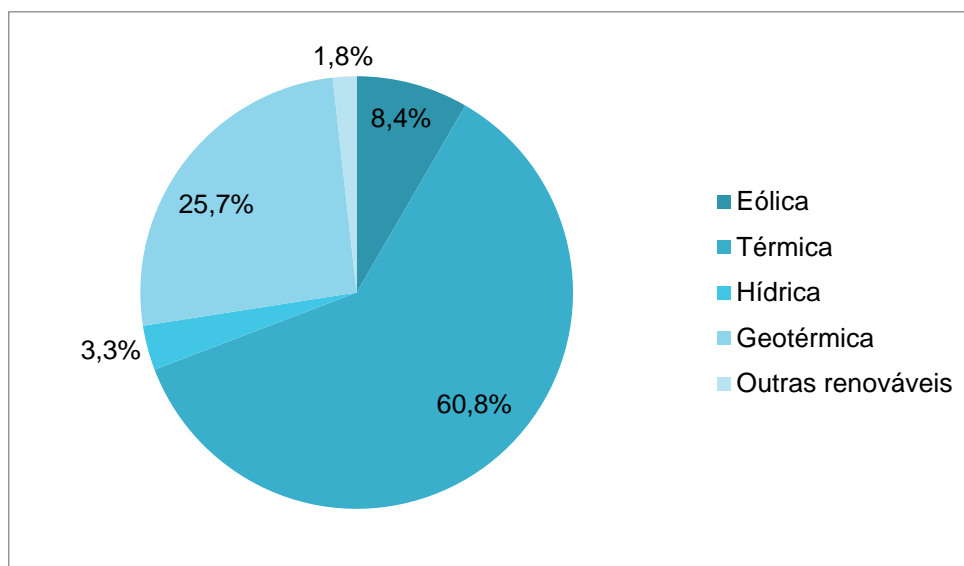


Figura 146. Distribuição da produção de energia eléctrica na R. A. Açores, por tipo de fonte, em 2018

Fonte: SPI, a partir de SREA (2019)

Apesar de ter sofrido ligeiras oscilações durante o período 2013-2018, a contribuição do conjunto de fontes de energia renovável tem vindo a aumentar progressivamente, registando um incremento de 4,4p.p. entre

2013 (34,8%) e 2018 (39,2%), conforme se demonstra na Figura 147. Em termos médios, no período em análise a contribuição das energias renováveis é de 35,8%.

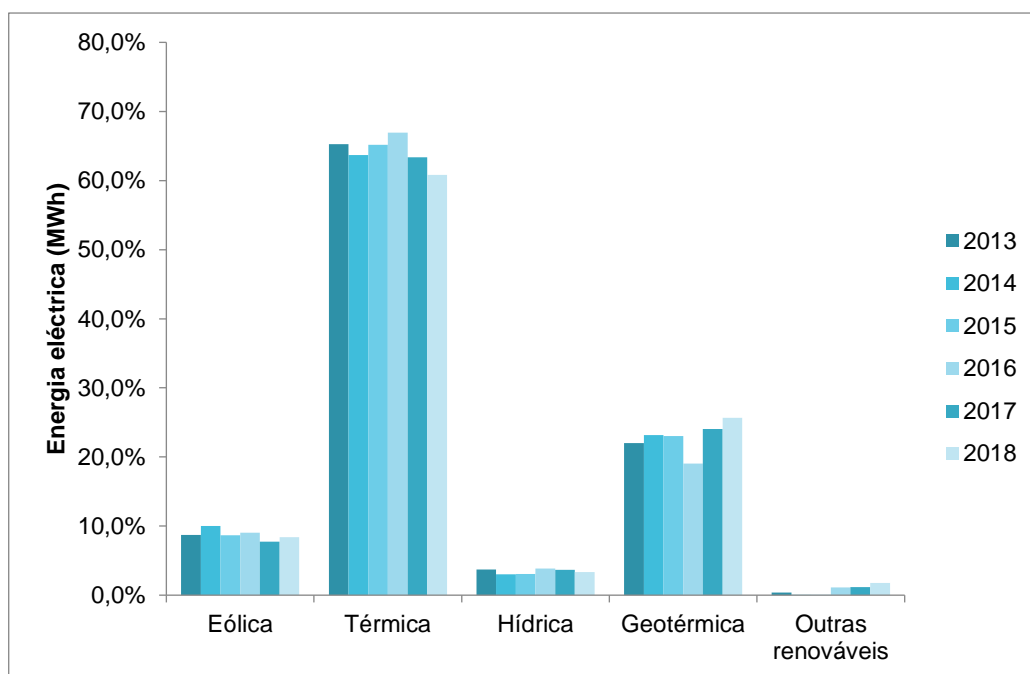


Figura 147. Produção de energia elétrica renovável na R. A. Açores, entre 2013 e 2018

Fonte: SPI, a partir de SREA (2019)

Relativamente ao consumo total de energia, destaca-se o peso de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) com 45,1%, os usos domésticos que representam 33,0% e os usos industriais com 17,6%. No que concerne ao nível de perdas total da Eletricidade dos Açores (EDA), o valor apurado foi de 8,6%. No contexto dos centros produtores, o nível de perdas foi de 3,8%, enquanto nas redes este atingiu os 6,4% (EDA, 2018).

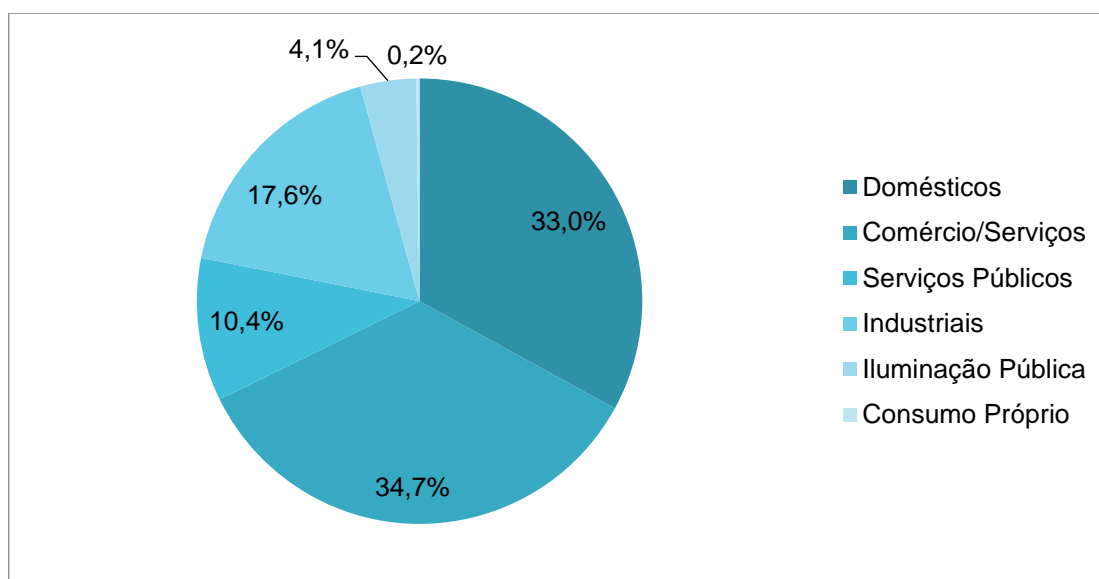


Figura 148. Distribuição do consumo total de energia elétrica na R. A. Açores segundo o destino, no ano 2018

Fonte: SPI, a partir de SREA (2019)

Conforme ilustrado na Figura 149, a produção de energia geotérmica apenas se verifica nas Ilhas de São Miguel (42%) e Terceira (11%) - esta última na sequência da Central Geotérmica inaugurada no ano 2017. Por sua vez, a Ilha das Flores evidencia uma contribuição elevada relativamente à energia hídrica (42%). A Ilha do Corvo é a única onde não se observa uma contribuição de energias renováveis, sendo totalmente

abastecida por energia térmica. É na Ilha de São Miguel onde se regista uma maior implementação das energias renováveis no *mix* energético (51%), seguida da ilha das Flores (46%).

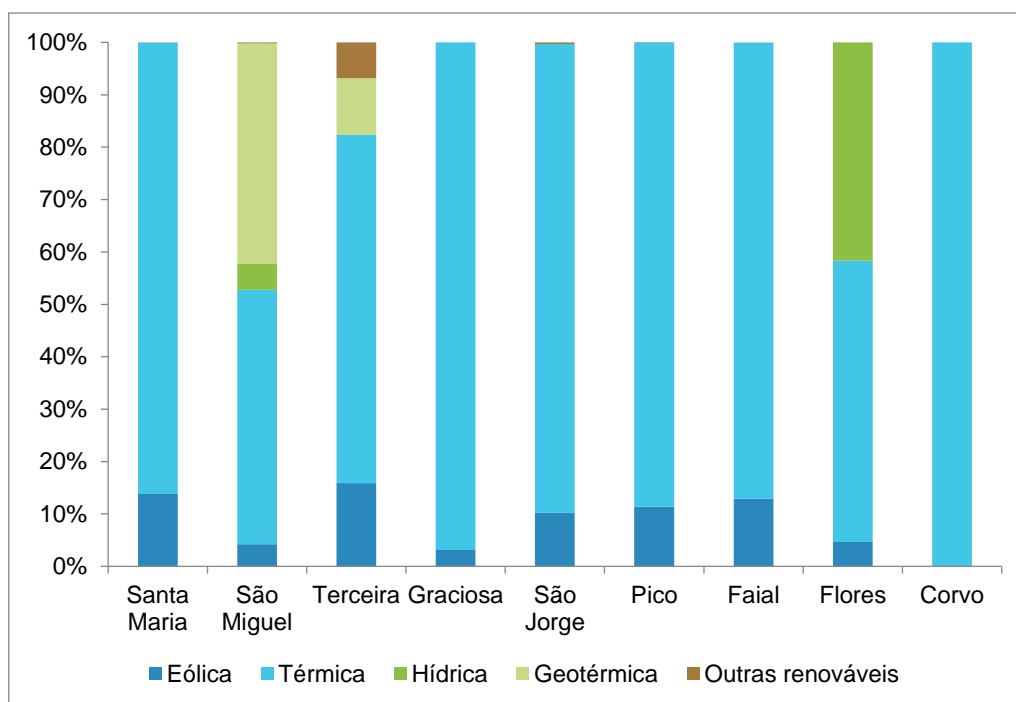


Figura 149. Distribuição da produção de energia elétrica, por ilha, por tipo de fonte, em 2018

Fonte: SPI, a partir de SREA (2019)

No ano 2017 as fontes de energia mais consumidas pela agricultura correspondiam ao petróleo (92,6%) e eletricidade (5,1%). O calor apresentava uma reduzida expressão, de 0,1%. No ano 2016 ocorreu um pico no consumo de energia (27.978 tep), provocado sobretudo pelo aumento do consumo de petróleo nesse ano. No período em análise, é no ano 2017 que se verifica o valor mínimo (18.343 tep), na sequência de uma redução de 14,3% face ao ano 2012.

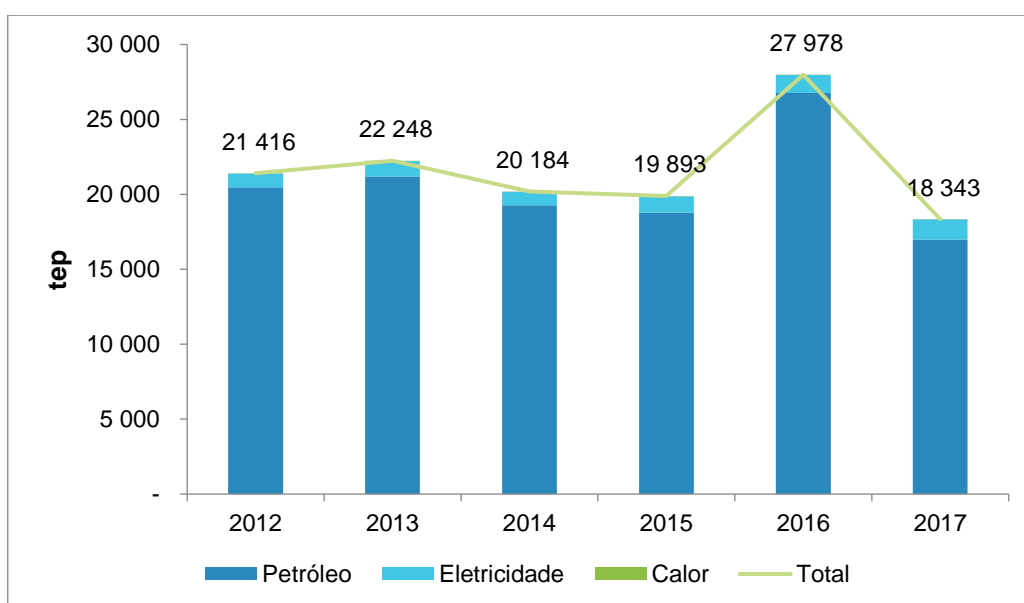


Figura 150. Consumo de energia pela agricultura, por tipo de fonte (2012-2017)

Fonte: SPI, a partir de Balanço energético da Região Autónoma dos Açores – Direção Geral de Energia e Geologia (2012-2017)

No âmbito das emissões da R. A. Açores (sem LULUCF, que foi responsável por um sequestro líquido de cerca de 0,71 Mt CO₂eq. no ano 2017), o setor dedicado à energia representa atualmente 52,5%, tendo ocorrido um aumento do peso no total das emissões desde 1990 (em 1990 o setor representava 51% das emissões) - Figura 151. Este setor conheceu um incremento muito substancial das suas emissões entre 1990 e 2009, com reduções de emissões nos anos seguintes. Entre 2011 e 2014 ocorre uma redução mais marcada das emissões. No ano 2015 inverte-se a tendência de decréscimo, ocorrendo entre 2016 e 2017 um aumento de cerca de 4,2%. As emissões do setor estão atualmente 73% acima das observadas em 1990 (IRERPA, 2019).

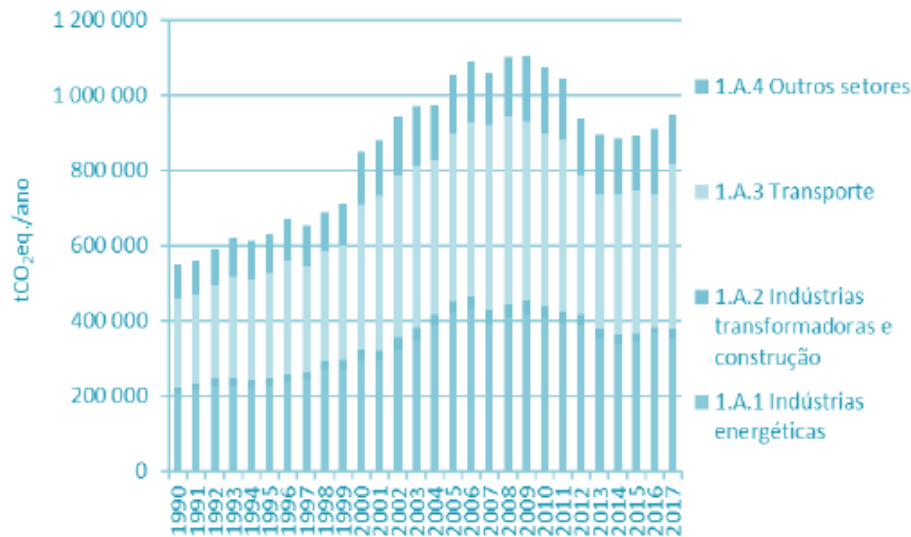


Figura 151. Evolução das emissões do setor energia.

Fonte: Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (2019)

5.5. Impactos das Alterações Climáticas

No que concerne à análise dos impactos das alterações climáticas na R. A. Açores são considerados os domínios cuja relação com o setor agricultura se considera ser mais relevante, designadamente: recursos hídricos, erosão costeira e biodiversidade. Assim, esta análise recorre essencialmente a dados do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) e do Relatório do Estado do Ambiente dos Açores (REAA).

5.5.1. Recursos hídricos

Os recursos hídricos dependem fortemente da precipitação e temperatura, pelo que estas se constituem como as principais variáveis climáticas relevantes para este sistema. Segundo o PRAC 2019, as mudanças previstas para o regime de precipitação, assim como as tendências de aumento de temperatura, resultarão num acréscimo da pressão sobre este recurso, implicando impactos sobre a sua qualidade e quantidade. Neste âmbito e devido às alterações na precipitação, podem vir a ser registadas mudanças no nível das lagoas da R. A. Açores, assim como no caudal das ribeiras. Também a qualidade poderá ser afetada devido ao aumento da temperatura, ao aumento da carga orgânica ou mineral e ao aumento do estado trófico. Conforme destacado no PRAC 2019, a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos deve ser acautelada em função da existência de algumas massas de água que, atualmente, têm já níveis de qualidade abaixo do desejável.

Relativamente às situações de inundação, cada vez mais frequentes na R.A. Açores, observa-se que são maioritariamente originadas por cheias rápidas, geralmente resultantes de episódios de precipitação muito

intensa (Relatório do Estado do Ambiente dos Açores (REAA), 2018). Neste contexto, com base no histórico de eventos e nos termos da Diretiva Inundações (Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro), podem ser consideradas cinco bacias hidrográficas com maior risco, designadamente: Ribeira Grande, na ilha das Flores; Ribeiras da Aqualva e do Porto Judeu (Ribeira do Teste e Grota do Tapete), na ilha Terceira; e Ribeira Grande e Ribeira da Povoação, na ilha de São Miguel.

De acordo com a tabela que se segue, é possível constatar que as bacias hidrográficas que representam mais risco para as populações são as de Porto Judeu na Ilha Terceira (1948) e de Povoação na Ilha de São Miguel (1805). Por seu turno, a Bacia de Ribeira Grande na Ilha das Flores (2,44%) é aquela cuja inundação representaria uma maior afetação em termos do território (medido como percentagem da área da ilha).

Tabela 80. Bacias hidrográficas classificadas com risco elevado de inundação, nos termos da Diretiva Inundações

Zona	Bacia	BH (km ²)	Ilha (km ²)	Área de Risco (km ²)	Área Risco Elevado-BH (%)	Área Risco Elevado-Ilha(%)	N.º Hab.-Área de Risco
São Miguel	Povoação	28,98	744,55	5,4	18,62	0,72	1805
	Ribeira Grande	18,44	744,55	0,98	5,31	0,13	1636
Terceira	Porto Judeu	26,11	400,29	2,92	11,18	0,73	1948
	Aqualva	7,44	400,29	1,75	23,58	0,44	1351
Flores	Ribeira Grande	15,86	141,02	3,44	21,67	2,44	14

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2018

5.5.2. Erosão costeira

A situação geográfica da R. A. Açores e o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos induzem a ocorrência de cheias e inundações que contribuem para a erosão costeira, constituindo um risco para a população, bens e atividades económicas relacionadas com o mar e o litoral. Adicionalmente, o efeito da erosão hídrica nos solos implica a perda de terreno produtivo, nutrientes e matéria orgânica (PRAC, 2019).

A distribuição da população na R. A. Açores é caracterizada pela localização de muitos núcleos populacionais junto de falésias da orla costeira ou taludes, locais estes reconhecidamente mais vulneráveis a riscos naturais e aos efeitos das alterações climáticas, o que coloca em causa a salvaguarda de pessoas e bens. Conforme destacado no REAA (2018), nos últimos anos foram executadas várias intervenções na orla costeira da R. A. Açores. No final de 2009 a extensão da faixa costeira em risco, identificada através dos diversos estudos e instrumentos de planeamento disponíveis, ultrapassava os 13 km, tendo sido realizadas intervenções durante o período 2010-2013, em cerca de 56% daquela extensão (7,4km). Conforme se pode observar na Figura 3, as ilhas de São Jorge e Pico, são aquelas onde foram identificadas as maiores extensões de faixa costeira em risco, seguindo-se, ainda que com menor expressão, Santa Maria e São Miguel. No período 2010-2013 as ilhas onde foram intervencionadas as maiores extensões de faixa costeira foram o Pico, Santa Maria, São Miguel e Graciosa.

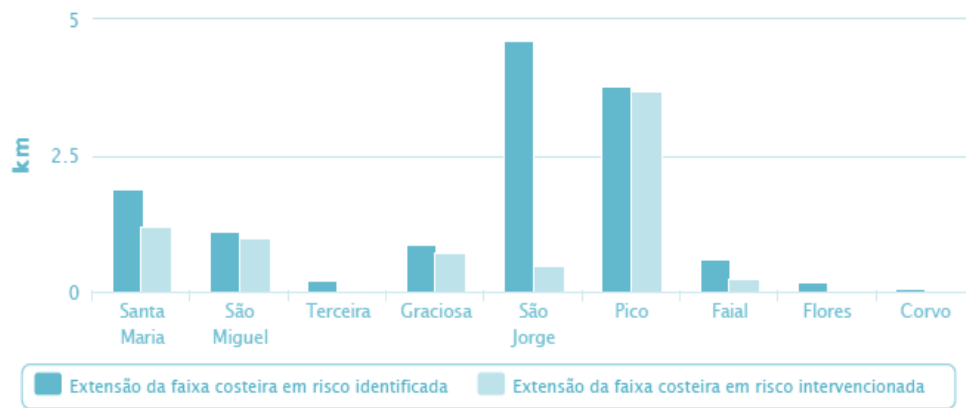


Figura 152. Faixa costeira em risco identificada no final de 2009 e intervencionada no período 2010-2013, por localização geográfica (ilhas)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2018

Importa destacar que o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), a pedido da Direção Regional do Ambiente (DRA), é responsável pelo acompanhamento da Rede Hidrometeorológica, com vista à mitigação do risco de movimentos de vertentes e cheias (REAA, 2018).

5.5.3. Biodiversidade

Segundo o PRAC 2019, no plano da biodiversidade e dos recursos naturais observa-se uma particular sensibilidade a alterações nas condições ambientais, apesar de ainda existir pouca evidência relativamente aos impactos observados. Adicionalmente, merece destaque a elevada complexidade de uma relação causa-efeito, já que muitas vezes as alterações registadas podem estar também relacionadas com alterações socioeconómicas (ex.: alterações no padrão do uso do solo) (PRAC, 2019).

Segundo a avaliação da vulnerabilidade dos habitats da Diretiva Habitats que se encontram nas áreas de Rede Natura 2000 na R.A. Açores, os habitats mais vulneráveis são os habitats alpinos e macaronésios, as turfeiras e os prados. No geral, os fatores que mais contribuem para a vulnerabilidade destes habitats são os eventos extremos, a seca, a alteração da área climática e as atividades humanas. Porém, a confiança nesta avaliação é muito baixa devido à falta de informação disponível sobre os habitats, a falta de dados de base e de estudos sobre o efeito das Alterações Climáticas nos ecossistemas, habitats ou espécies.

Embora exista ainda pouca informação de base sobre a vulnerabilidade das espécies da R. A. Açores às alterações climáticas, os estudos existentes demonstram que uma percentagem muito elevada de espécies nativas poderá vir a desaparecer ou a ter uma redução muito significativa da sua distribuição. Conforme indicado no PRAC 2019, futuramente os impactos na biodiversidade da R. A. Açores podem vir a agravar-se, contribuindo para tal não apenas a evolução climática, mas também a pressão humana daí resultante (PRAC, 2019).

A análise efetuada no âmbito do objetivo estratégico 6 – “Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens” descreve com maior detalhe os aspetos relacionados com a biodiversidade na R. A. Açores.

5.5.4. Vulnerabilidade do setor da Agricultura e Florestas

Segundo a análise setorial efetuada no âmbito do PRAC (2017) - Impactes, Vulnerabilidades e Medidas de Adaptação para o Setor da Agricultura e Florestas - as atividades englobadas na esfera agroflorestal,

agricultura, floresta e agroindústria, representam cerca de 13% do produto interno bruto da R.A. Açores e contribuem significativamente para a geração de emprego. Cerca de 78% do solo apresenta uma utilização agrícola, pastorícia e florestal. Em sintonia com os dados históricos, a evolução das alterações de usos do solo indicia uma consolidação da área de pastagem, uma redução tendencial das culturas aráveis e um crescimento da área florestada. A utilização produtiva do solo denota uma expansão das áreas com culturas forrageiras nos terrenos abaixo dos 300 m e um declínio das culturas aráveis. Nos centros urbanos em expansão regista-se igualmente uma transferência de usos agrícolas para utilização urbana, correspondendo essa alteração do uso do solo a 3% do território nas duas últimas décadas. Segundo a União Europeia, os cenários de curto e médio-prazo apontam para um crescimento moderado da produção de leite e carne, com uma eventual concentração espacial da produção nas regiões com vantagens edafoclimáticas, particularmente as regiões produtoras da costa atlântica e com produtores mais eficientes. Deste modo, a R.A. Açores, que apresenta 56% do solo ocupado por pastagens e culturas forrageiras e com um clima atlântico, constitui uma dessas regiões (PRAC, 2017).

A evolução da utilização agrícola dos solos é dominada pelo complexo lacto-forrageiro e pelo aumento da produção leiteira. A tendência de modernização do complexo lacto-forrageiro decorreu da especialização e intensificação produtiva e procurou beneficiar de forma efetiva e eficiente das alterações de mercado e políticas resultantes do processo de integração europeia. A vulnerabilidade das ilhas face às Alterações Climáticas, e em particular a R.A. Açores, é determinante nos processos hidrológicos, na disponibilidade de água doce e capacidade de recarga de aquíferos, no aumento de episódios meteorológicos extremos, na alteração dos regimes sazonais da temperatura e da precipitação e no aumento da concentração de CO₂ na atmosfera. Tais fenómenos poderão afetar potencialmente o setor agrícola no futuro. Do ponto de vista da exposição a riscos, o aumento da temperatura e a alteração na variabilidade intra-anual da precipitação têm maior relevância para este setor, podendo ter impactos potenciais na sua resiliência. Segundo a análise setorial efetuada no âmbito do PRAC (2017), a longo prazo perspetiva-se uma tendência de redução da precipitação entre 10% a 20% no mês de março, exceto na ilha do Pico, onde a redução máxima deverá ocorrer no mês de junho. As reduções da precipitação entre 13% e 16% nos meses de maio e junho poderão afetar o desenvolvimento das culturas aráveis. No curto prazo podem verificar-se aumentos ligeiros de precipitação para os mesmos meses ou precipitação próxima dos níveis atuais. A evolução da precipitação acumulada de Inverno é particularmente importante no que concerne à recarga dos aquíferos e à disponibilidade de água para a agropecuária (PRAC, 2017).

Em suma, no âmbito da análise na vulnerabilidade do setor agrícola às alterações climáticas, os principais fatores com impactos potenciais identificados são:

- Alterações nos padrões sazonais de precipitação e temperatura;
- Ocorrência de pragas;
- Alterações na distribuição e produtividade das principais culturas agrícolas.

A redução da área semeada apresenta um impacto direto na produção agrícola e indireto na redução de habitats com impacto potencial na biodiversidade. Em conjugação com a redução da precipitação identifica-se uma provável redução na qualidade das forragens devido ao surgimento de condições favoráveis à introdução e expansão de infestantes. O aumento da probabilidade de ocorrência e expansão de pragas no setor agrícola é uma consequência direta e indireta do aumento da temperatura com impacto negativo sobretudo nas

pastagens e com um potencial para aumentar os prejuízos económicos e os custos com o controlo biológico e químico da praga (PRAC, 2017).

No âmbito do estudo setorial do PRAC (2017), a vulnerabilidade atual do setor agrícola é avaliada recorrendo a uma escala de seis níveis (Tabela 81), que se baseia nos impactos potenciais identificados e na capacidade adaptativa atual do sistema. Os dois níveis positivos devem ser interpretados como oportunidades geradas pelos potenciais impactes positivos das alterações climáticas e os três níveis negativos devem ser interpretados como vulnerabilidades, sendo o impacto das alterações climáticas negativo com o nível mais baixo classificado como crítico. Entre os níveis positivo e negativo regista-se uma situação neutra em que, face ao conhecimento atual não se esperam alterações nem positivas nem negativas. De igual forma, é atribuída uma classificação associada ao grau de confiança que define cinco níveis - Muito Baixa, Baixa, Média, Alta e Muito Alta - por forma a comunicar as incertezas associadas e melhorar futuramente o processo de decisão.

Tabela 81. Escala de vulnerabilidade

2	Muito Positivo	As alterações climáticas são uma oportunidade a explorar e o sistema encontra-se no ponto ótimo de aproveitamento das oportunidades
1	Positivo	As alterações climáticas permitem a exploração de algumas oportunidades
0	Neutro	Não se esperam alterações nem positivas nem negativas, sendo que o sistema não é vulnerável
-1	Negativo	Espera-se que o impacto seja tendencialmente negativo, sendo que o sistema apresenta uma vulnerabilidade baixa
-2	Muito Negativo	O impacto potencial será claramente negativo, sendo que o sistema apresenta vulnerabilidade reversível
-3	Crítico	Se nada se fizer, os impactos causados poderão forçar o sistema para o ponto de não-retorno; o sistema apresenta vulnerabilidade muito alta e de reversibilidade reduzida

Fonte: Relatório setorial de Agricultura e Florestas do PRAC (2017)

A capacidade adaptativa abrange a utilização de medidas de mercado que melhorem a eficiência de utilização de recursos, a introdução de seguros agrícolas adequados, a remoção de distorções de mercado, a divulgação de melhores práticas agrícolas e a implementação de programas de investimento público. As principais áreas onde se identificou existir capacidade adaptativa presente ou capacidade adaptativa potencial são:

- Sistema de gestão de abastecimento de água;
- Introdução de novos cultivares híbridos adaptados às novas condições climáticas;
- Utilização de novas técnicas agrícolas na sementeira e na proteção do solo;
- Plano de combate às infestantes e invasoras;
- Medidas de controlo sanitário à entrada de pragas e infestantes;
- Plano de propagação e plantação de endémicas;

Relativamente à vulnerabilidade atual do setor agrícola, merece destaque a redução da área semeada em situações de seca e a redução da qualidade nas pastagens e forragens devido à introdução de agentes infestantes, com uma avaliação negativa (Tabela 82). Por sua vez, a identificação da vulnerabilidade futura no setor agrícola resulta da conjugação da evolução climática e da capacidade de adaptação existente e

potencial. Perante os principais riscos analisados, a redução da qualidade nas pastagens e forragens devido à introdução de agentes infestantes apresenta-se como o mais negativo, sendo esta revisão do nível de vulnerabilidade resultante da conjugação do aumento de temperatura com a redução da precipitação no longo prazo. A vulnerabilidade da área semeada enquanto consequência das alterações na precipitação mantém-se. Por sua vez, relativamente ao aumento da área com lagarta da pastagem, ocorre uma revisão do nível de vulnerabilidade, de neutro para negativo (PRAC, 2017).

Tabela 82. Evolução da vulnerabilidade do setor agrícola

Risco	Situação	Confiança	Vulnerabilidade
Redução da área semeada em situações de seca	Atual	Média	-1 (Negativo)
	Futura	Média	-1 (Negativo)
Redução da qualidade nas pastagens e forragens devido à introdução de agentes infestantes	Atual	Média	-1 (Negativo)
	Futura	Média	-2 (Muito Negativo)
Aumento da área infestada com lagarta da pastagem	Atual	Alta	0 (Neutro)
	Futura	Alta	-1 (Negativo)

Fonte: Relatório setorial de Agricultura e Florestas do PRAC (2017)

Relativamente às principais culturas vulneráveis (Tabela 83), destacam-se pela negativa o tabaco e a beterraba sacarina, na sequência de uma revisão do nível de vulnerabilidade de negativo para muito negativo, perspetivando-se um impacto negativo na área cultivada e na produtividade. A vulnerabilidade destas culturas conjugada com fatores económicos que afetam a respetiva viabilidade, permite prever um ajustamento do mix de culturas nas terras baixas e um eventual aumento da área semeada com milho forrageiro e outras culturas forrageiras, contribuindo para uma maior sustentabilidade do complexo lacto-forrageiro. No caso do milho existe uma capacidade de adaptação, originada pela introdução de novos cultivares e alteração das técnicas de cultivo, mantendo-se o nível de vulnerabilidade. No caso da banana mantém-se o nível negativo de vulnerabilidade, existindo uma potencial revisão decorrente da possibilidade de ganhos de produtividade face ao aumento da temperatura e alterações de práticas agrícolas (PRAC, 2017).

Tabela 83. Evolução da vulnerabilidade das principais culturas

Cultura	Situação	Confiança	Vulnerabilidade
Milho	Atual	Média	2 (Muito Positivo)
	Futura	Média	2 (Muito Positivo)
Batata	Atual	Baixa	0 (Neutro)
	Futura	Baixa	1 (Positivo)
Banana	Atual	Média	-1 (Negativo)
	Futura	Média	-1 (Negativo)
Tabaco	Atual	Média	-1 (Negativo)
	Futura	Média	-2 (Muito Negativo)
Beterraba Sacarina	Atual	Média	-1 (Negativo)
	Futura	Média	-2 (Muito Negativo)
Vinha	Atual	Média	-1 (Negativo)
	Futura	Média	-1 (Negativo)

Fonte: Relatório setorial de Agricultura e Florestas do PRAC (2017)

Perante o contexto climático e económico da R.A. Açores, as respostas de adaptação às tendências de longo prazo apontam fundamentalmente para a necessidade de avaliar a capacidade de resposta adaptativa dos sistemas de gestão de água e o conhecimento das capacidades de adaptação das culturas ao stress hídrico.

Adicionalmente, o aumento da experimentação dos sistemas culturais do milho forrageiro e de outras forragens com capacidade de resposta a situações de aumento de stress hídrico é crucial para o sistema de produção lacto-forrageiro. Acrescente-se ainda a importância das capacidades de monitorização, controlo e combate a pragas e infestantes que podem afetar a produção do setor (PRAC, 2017).

5.6. Promoção e Educação Ambientais

Conforme referenciado no Relatório do Estado do Ambiente dos Açores (REAA) (2018), as diversas formas de atuação relacionadas com a promoção e educação ambiental (informação, sensibilização, interpretação, educação formal e formação) constituem uma aposta do Governo Regional dos Açores. O investimento realizado nesta área tem sido permanente e em articulação com os planos e políticas de conservação da natureza.

Conforme referido no REAA (2018), em matéria de educação e promoção ambiental na R.A. Açores, destaca-se a importância do Plano Regional de Educação e Sensibilização Ambiental dos Açores (PRESAA) publicado pela então Secretaria Regional do Ambiente e do Mar em 2011. Para além das ações de educação e sensibilização ambiental promovidas pela Direção Regional do Ambiente (DRA), que constituem a maioria das iniciativas de educação ambiental da R.A. Açores, existem outros organismos, privados e públicos, que têm vindo a promover iniciativas nesta área, nomeadamente municípios e empresas municipais, associações locais, entre outros. Além dos rótulos, concursos e prémios internacionais dirigidos a empresas e entidades municipais que são promovidos nos Açores (dos quais alguns exemplos são o Rótulo Ecológico, Chave Verde e ECO XXI), a DRA tem vindo a criar e promover galardões de âmbito regional de forma a colmatar algumas lacunas ou inadequações à realidade regional, dos quais são exemplos o programa “ECO Freguesia, freguesia limpa”, que pretende premiar o bom desempenho ambiental das juntas de freguesia, cuja monitorização se apresenta na Figura 153. Verifica-se que o número de freguesias inscritas tem vindo a aumentar nos últimos anos (REAA, 2018).

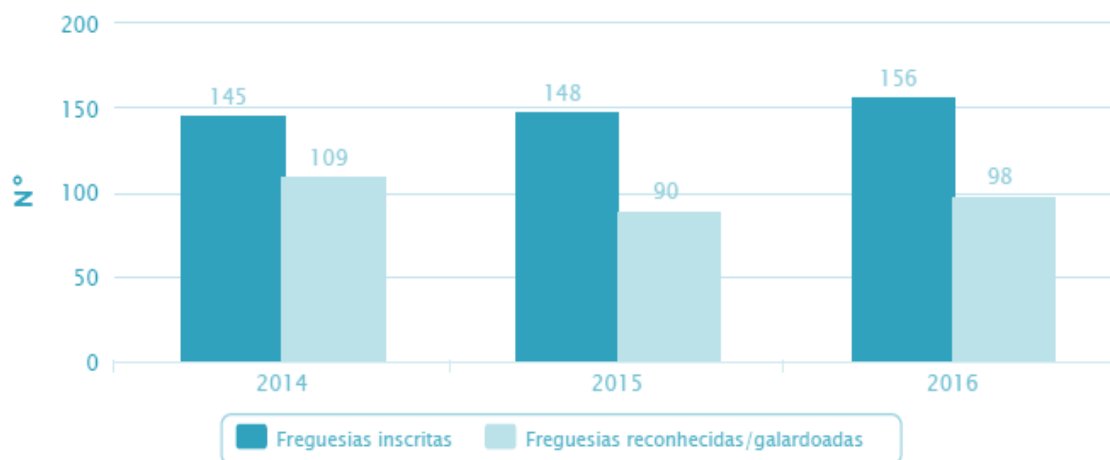


Figura 153. Número de freguesias inscritas e reconhecidas como “Ecofreguesia, freguesia limpa”, entre 2014 e 2016

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Segundo o REAA (2018), os municípios representam importantes parceiros das escolas para a implementação deste programa. O número de inscrições de escolas açorianas tem-se mantido estável nos últimos anos do período em análise (Figura 154). A percentagem de escolas galardoadas atualmente na R.A. Açores é de cerca de 95%, ou seja, 5% das escolas inscritas não alcançam o galardão. Das escolas públicas existentes nos Açores, cerca de 30% inscrevem-se no programa Eco-Escolas, sendo que a média nacional

é de 14%. O número de alunos envolvidos diretamente nas Eco-Escolas nos Açores foi de cerca de 17.000 alunos no ano letivo de 2015/16 (REAA, 2018).

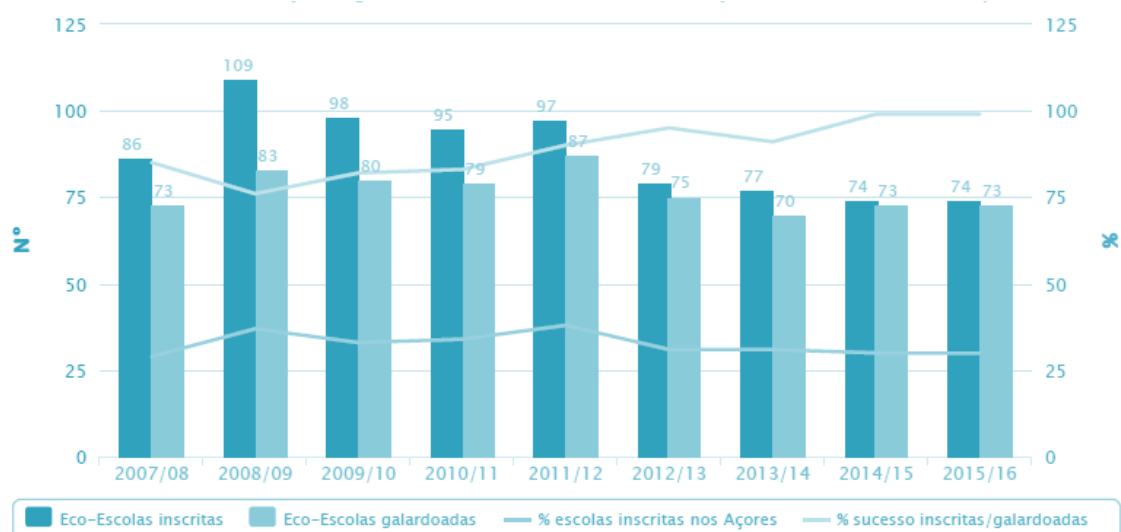


Figura 154. Evolução de escolas inscritas e galardoadas no programa Eco-Escolas nos Açores entre 2007/08 e 2015/16

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

A DRA criou em 2010 a campanha “Semana dos Resíduos dos Açores”, com o objetivo de demonstrar a importância da redução de produção de resíduos, dar a conhecer as estratégias e políticas de gestão de resíduos para os Açores e incentivar a aplicação de boas práticas de redução de resíduos e o seu adequado encaminhamento, para os cidadãos, empresas e serviços. Conforme se observa na Figura 155, a partir de 2015 observa-se um aumento significativo no número de entidades proponentes, no número de atividades e no número de participantes (REAA, 2018).

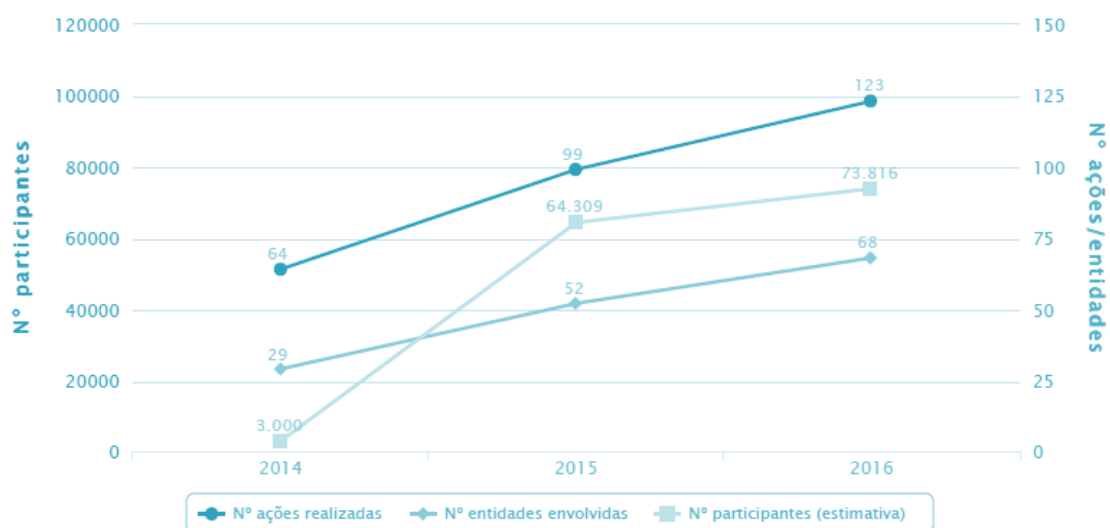


Figura 155. Número de ações, de entidades envolvidas e de participantes na Semana dos Resíduos dos Açores entre 2014 e 2016

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Em 2010, no âmbito do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, foi criado o registo regional de organizações não-governamentais de ambiente. Entre 2010 e 2016 foram registadas 14 Organizações Não Governamentais (ONG) de ambiente sediadas nas ilhas de São Miguel,

Terceira, Faial e Graciosa, tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades consideradas de relevante interesse público.

Adicionalmente, no âmbito da agricultura, o Governo dos Açores implementou, em 2019, um sistema de recolha de plásticos agrícolas em São Jorge através da disponibilização de vários contentores pelos dois concelhos da ilha. Os contentores foram colocados em pontos estratégicos ao longo da Ilha de São Jorge, nomeadamente junto a currais de gado e pontos de abastecimento de água para a lavoura. A implementação deste sistema de recolha de plásticos agrícola visa contribuir para melhorar a qualidade de vida e do ambiente nesta ilha da R.A. Açores.

5.7. Análise SWOT

A análise crítica do diagnóstico efetuado sobre os principais impactos das alterações climáticas e a utilização sustentável da energia na R.A. Açores permite a elaboração de uma matriz, que resume os principais pontos fortes e as oportunidades, bem como os pontos fracos e fraquezas relacionados com esta temática.

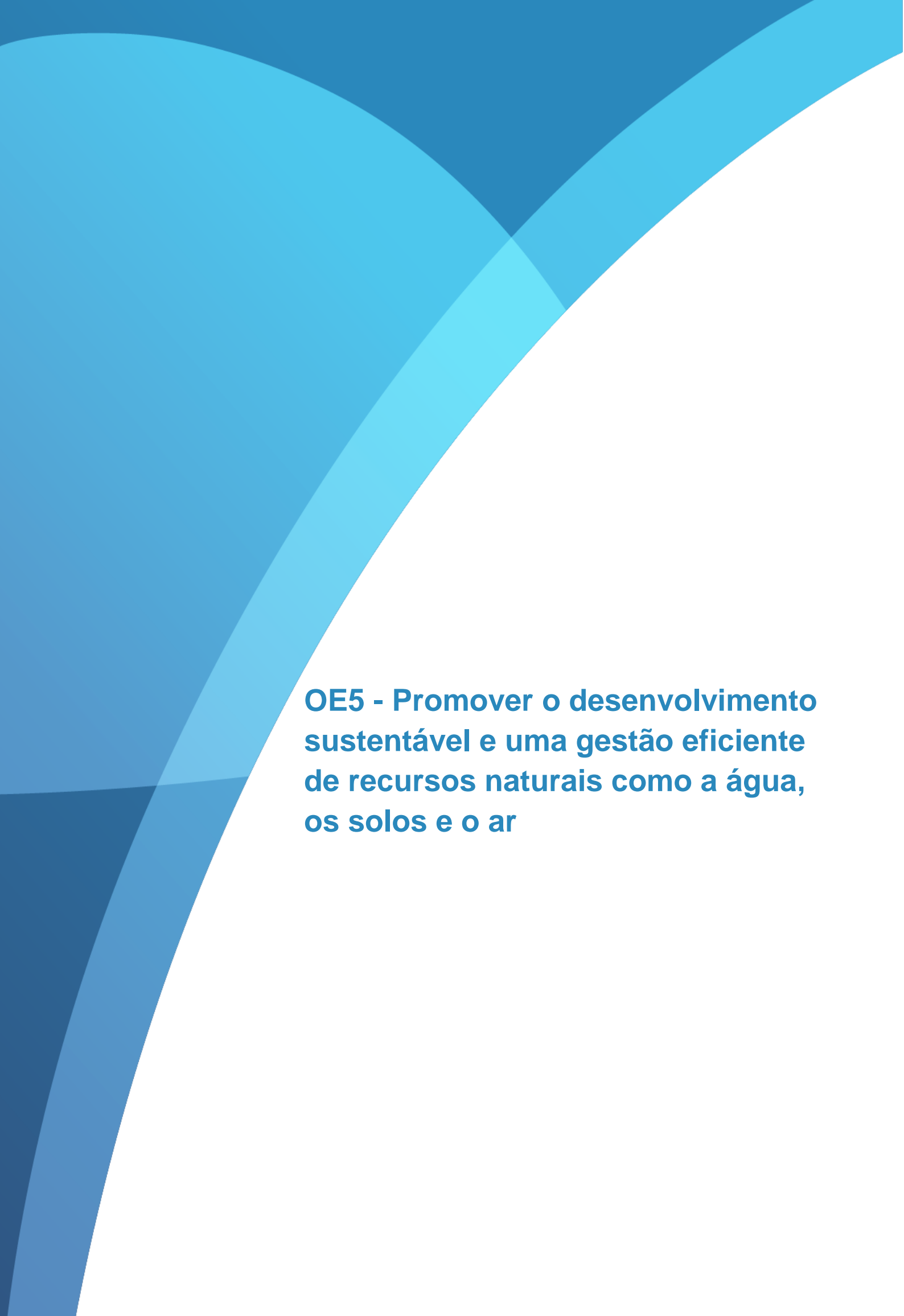
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC) e respetiva operacionalização, segundo o Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC); • Contributo da pastagem permanente, enquanto importante sumidouro de carbono; • Existência de uma margem de progressão no aumento de sequestro de carbono em povoamentos florestais e em prados e pastagens; • Existência de fontes renováveis de energia de origem florestal; • Execução de várias intervenções na orla costeira da R. A. Açores nos últimos anos; • Histórico de investimento em fontes renováveis alternativas para a produção de energia elétrica; • Existência do Estudo e Avaliação dos Recursos Hídricos; • A Superfície Florestal Útil representa um terço da superfície total da Região; • Existência da Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a produção e Promoção de Produtos Biológicos; • Importância do papel da floresta no combate às alterações climáticas e atenuação dos seus efeitos, considerando que é um importante sumidouro de carbono; 	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento da emissão de GEE, quando ocorrem situações de deficiente gestão de efluentes da pecuária (sobretudo quando se verificam maiores concentrações animais), ou da incorreta utilização de fertilizantes e pesticidas; • Adoção de modos de produção integrada e biológica ainda residual; • Dependência do exterior em termos energéticos e relativamente aos combustíveis fósseis; • Existência de fortes pressões no litoral, observando-se extensões de faixa costeira com risco identificado; • Redução da qualidade nas pastagens e forragens devido à introdução de agentes infestantes; • Redução da área semeada em situações de seca; • Aumento da área infestada com espécies invasoras; • Ausência de regularidade de análises aos solos nas explorações; • Área limitada e dispersa; • Dependência dos transportes; • Existência de terrenos com declives acentuados. • Falta de sistematização e divulgação de conhecimento relevante em formato adequado aos agricultores; • Falta de produtos fitofarmacêuticos homologados.

<ul style="list-style-type: none"> Existência de áreas florestais públicas com a gestão certificada. 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de investir na eficiência da produção pecuária de leite e carne, obtendo efeitos simultâneos no aumento de valor e na diminuição das emissões unitárias de GEE; Apoio à realização de análises de solos, fornecendo elementos para uma fertilização adequada; Possibilidade de concretizar todo o potencial de aproveitamento de biomassa; Potencial de investimento em fontes de energia renovável; Desenvolvimento e aplicação de biopesticidas; Promoção da agricultura biológica e produção integrada; Manutenção, proteção e valorização da paisagem agrícola; Conceção de cortinas de abrigo de paisagens agrícolas, compostas por árvores e arbustos e manutenção dos muros; Diminuição do encabeçamento pecuário evitando o sobre pastoreio; Manutenção de sistemas tradicionais de culturas permanentes; Implementação de medidas com vista à diminuição do fenómeno da lixiviação de elementos nutritivos do solo; Reforço da aposta da R. A. Açores na promoção e educação ambientais, nomeadamente na agricultura; Potencial de aumento das áreas florestais com gestão certificada. 	<ul style="list-style-type: none"> Elevada vulnerabilidade do Arquipélago às alterações climáticas e catástrofes naturais; Aumento da frequência de situações de inundação; Aumento do fenómeno da erosão hídrica nos solos, implicando a perda de terreno produtivo, nutrientes e matéria orgânica; Vulnerabilidade dos habitats alpinos e macaronésios, bem como turfeiras e prados; Aumento da ocorrência de situações de escassez hídrica; Eutrofização das massas de água; Aumento da ocorrência de pragas e doenças; Perca de biodiversidade decorrente das alterações climáticas; Redução e dificuldade de manutenção de sebes naturais.

5.8. Avaliação de necessidades

O diagnóstico e a análise SWOT elaborados para o OE4, permitem enunciar um conjunto de necessidades relativamente à adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, bem como o incremento da utilização de energia sustentável, que permitirão suportar a elaboração de uma estratégia integrada para o período 2021-2027.

Temáticas	Necessidades
Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma utilização de adubos mais eficiente; • Monitorizar e controlar a propagação de infestantes com impacto na agricultura e florestas; • Adaptar o sistema agroflorestal aos potenciais efeitos das alterações climáticas; • Reduzir as emissões de GEE; • Aumentar o sequestro de carbono no solo através da racionalização do uso de fertilizantes; • Aumentar o sequestro de carbono em solos orgânicos; • Promover a seleção e utilização de espécies vegetais autóctones e de espécies adaptadas às condições edafoclimáticas; • Reforçar a monitorização e a previsão de cenários evolutivos da orla costeira na R.A. Açores; • Reforçar a proteção costeira, conferindo prioridade à manutenção/ adaptação de obras de proteção de aglomerados urbanos e de infraestruturas portuárias; • Promover uma monitorização efetiva dos solos através da realização de análises periódicas; • Aumentar as práticas de produção agrícola sustentável, reforçando a aposta em ações de sensibilização; • Avaliar a capacidade de resposta adaptativa dos sistemas de gestão de água e obter conhecimento sobre as capacidades de adaptação das culturas ao stress hídrico; • Diminuir o consumo de adubos e corretivos de forma a proteger os recursos hídricos; • Incrementar o sequestro de carbono através do aumento e melhoria do potencial produtivo da floresta; • Assegurar a sustentabilidade e gestão eficiente dos recursos naturais; • Melhorar de forma sustentável a produtividade agrícola para atender à crescente procura de alimentos; • Aumentar a resiliência a desastres ambientais e crises prolongadas; • Promover a manutenção das sebes naturais; • Investigação e transferência de conhecimento científico na redução das emissões de metano pelos ruminantes.
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar a utilização de fontes de energia renovável com vista ao cumprimento das metas estabelecidas; • Promover a sustentabilidade ambiental e a redução de emissão de gases com efeito de estufa das explorações, incentivando investimentos em instalação de energias renováveis; • Incentivar investimentos com efeitos positivos na mitigação e adaptação às alterações climáticas (tecnologias menos poluidoras, instalação de energias renováveis); • Reduzir o consumo de combustíveis fósseis.



OE5 - Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar

6. OE5 - Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar

6.1. Análise da pressão do setor sobre o recurso água

Do ponto de vista estratégico, a água representa um recurso crucial para a atividade humana. Conforme explanado no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT, 2019), a disponibilidade e a qualidade da água, de origem superficial ou subterrânea, exigem um planeamento e gestão dos recursos hídricos focados na boa manutenção do ciclo da água em extensões geográficas coerentes e não segmentadas por limites administrativos. A gestão por bacias hidrográficas implica assumir a importância deste recurso e atender aos consumos atuais e futuros, tendo em conta cenários de alterações climáticas, demográficas e económicas (PNPOT, 2019).

Também o Relatório sobre o Estado do Ambiente dos Açores (REAA) referente ao período 2014-2016, salienta a importância de uma política no domínio da água que seja eficaz e coerente, tendo em conta a vulnerabilidade e especificidades dos ecossistemas na R. A. Açores. Objetivamente, a qualidade das massas de água, a recuperação e a melhoria do estado das águas e dos ecossistemas associados, a proteção de pessoas e bens contra situações hidrológicas extremas e a racionalização dos usos das águas representam aspetos de crescente importância na gestão dos recursos hídricos regionais (REAA, 2014-2016).

A erosão hídrica, sendo geralmente um fenómeno natural, pode ser consideravelmente acelerada devido a ações antrópicas, com consequentes desajustamentos no uso do solo, tanto em áreas de floresta e de agricultura, como em zonas urbanas e de lazer. Segundo o Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores (RERA), o fenómeno da erosão hídrica é relevante na R. A. Açores, decorrendo do escoamento superficial, que por sua vez, é potenciado pelo regime pluviométrico, pelo tipo de ocupação do solo e pelo tipo de formações litológicas existentes, constituídas na generalidade por materiais não consolidados. Estas características, conjuntamente com inadequados padrões de uso do solo, contribuem para o aumento do potencial erosivo provocando situações que frequentemente têm estado na origem de inúmeras ocorrências, algumas delas com consequências desastrosas (RERA, 2019).

6.1.1. Disponibilidade hídrica

As disponibilidades de água na R.A. Açores foram estimadas no decurso da elaboração do Plano Regional da Água (2003) e validadas posteriormente nos Planos de Gestão de Região Hidrográfica de 2009-2015 e de 2016-2021 com novas estimativas, a partir de variáveis climatológicas de base como a precipitação, a temperatura e a evapotranspiração real, bem como o escoamento superficial. Tendo em conta a sua origem (água superficial, água subterrânea e água subterrânea explorável), na R.A. Açores as disponibilidades de água são superiores ao nível da água subterrânea. Estima-se que as reservas hídricas subterrâneas na R.A. Açores sejam cerca de 1588 hm³/ano - Figura 156. Estima-se igualmente que a fração dos recursos hídricos exploráveis seja de 60% e os não exploráveis seja de 40%, volume importante para assegurar o abastecimento e o escoamento dos cursos de água, em particular nos meses mais secos.

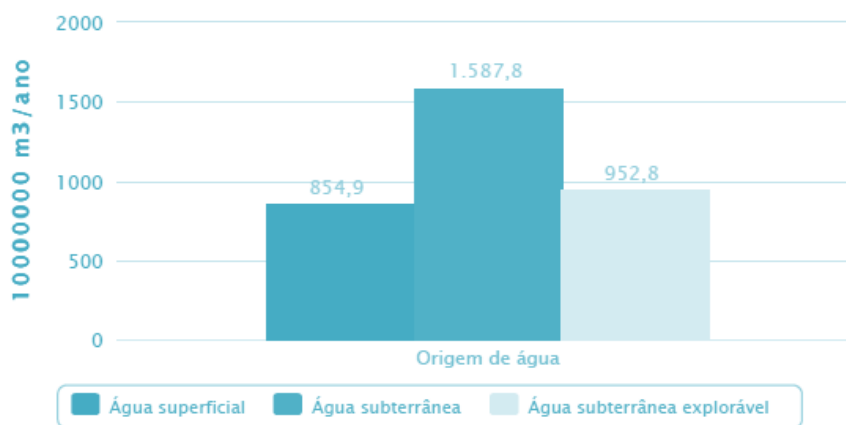


Figura 156. Disponibilidades hídricas na R.A. Açores em 2013

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

As ilhas de Pico e São Miguel são aquelas onde a disponibilidade é maior, conforme se observa na Figura 157. Em contraponto, as ilhas de Santa Maria, Graciosa e Corvo são aquelas onde se regista menor disponibilidade.

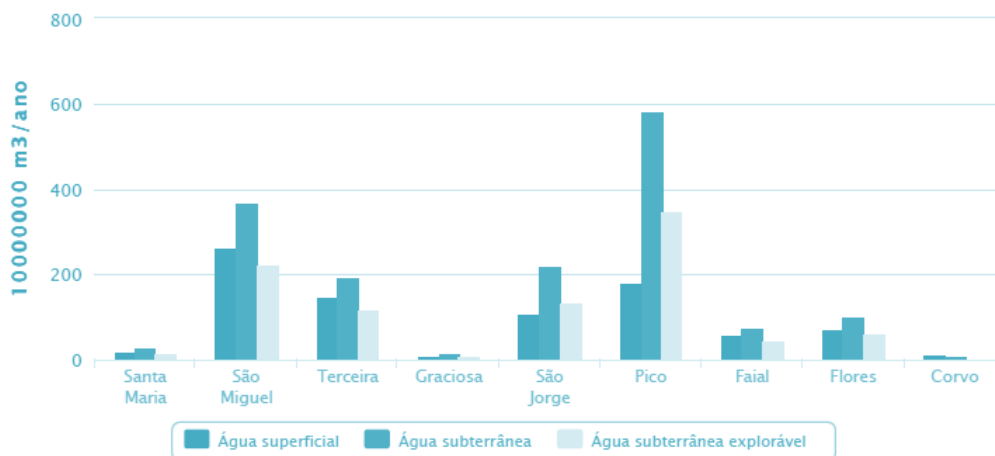


Figura 157. Disponibilidades hídricas por ilha em 2013

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

6.1.2. Necessidades de água

No que concerne à avaliação dos consumos e necessidades de água por tipologia de uso na R. A. Açores, no âmbito do REAA é realizada a caracterização e o diagnóstico da situação atual. Na R. A. Açores as necessidades absolutas de água estão relacionadas com o desenvolvimento social e económico de cada Ilha (REAA, 2014-2016). Deste modo, pela análise da Figura 158 é possível observar que a Ilha de São Miguel, a mais populosa e de maior dimensão, representa mais de metade das necessidades absolutas de água (55%), seguindo-se a Ilha Terceira que, por sua vez, é responsável por 22% das necessidades absolutas de água da R. A. Açores.

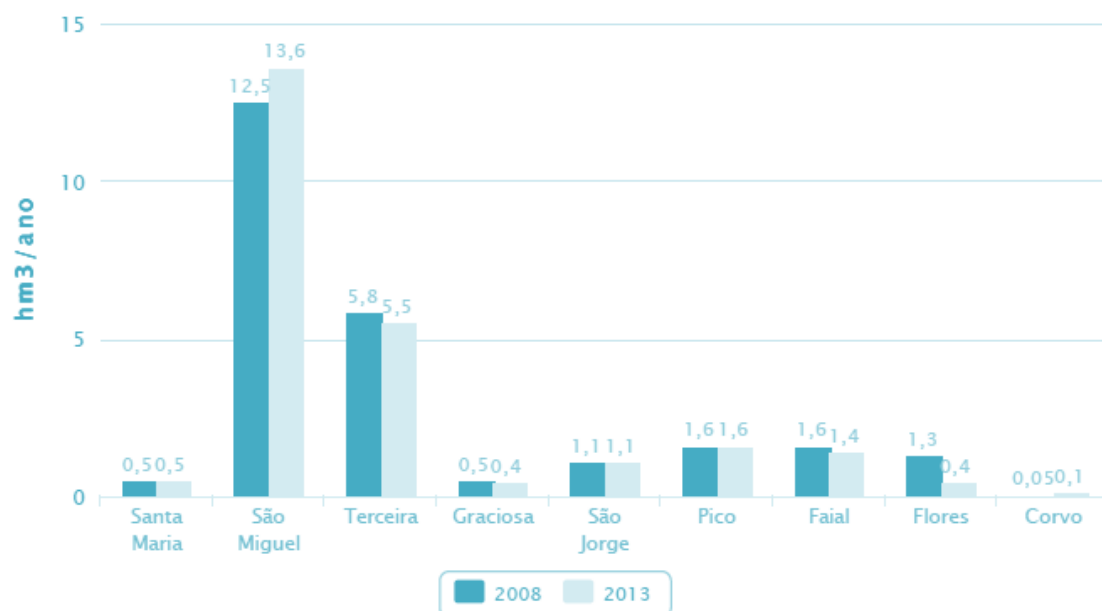


Figura 158. Necessidades absolutas de água para usos consumptivos na R. A. Açores, em 2008 e 2013

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Relativamente às necessidades médias de água *per capita*, observa-se uma redução progressiva desta variável na R. A. Açores, que se cifrou no ano de 2013 em 104,5 m³/hab.ano. Com base nas estimativas da população do INE para o ano de 2013, as necessidades de água oscilam entre os 90,3 m³/hab.ano (Santa Maria) e os 130,2 m³/hab.ano (São Jorge), conforme se evidencia na Figura 159.

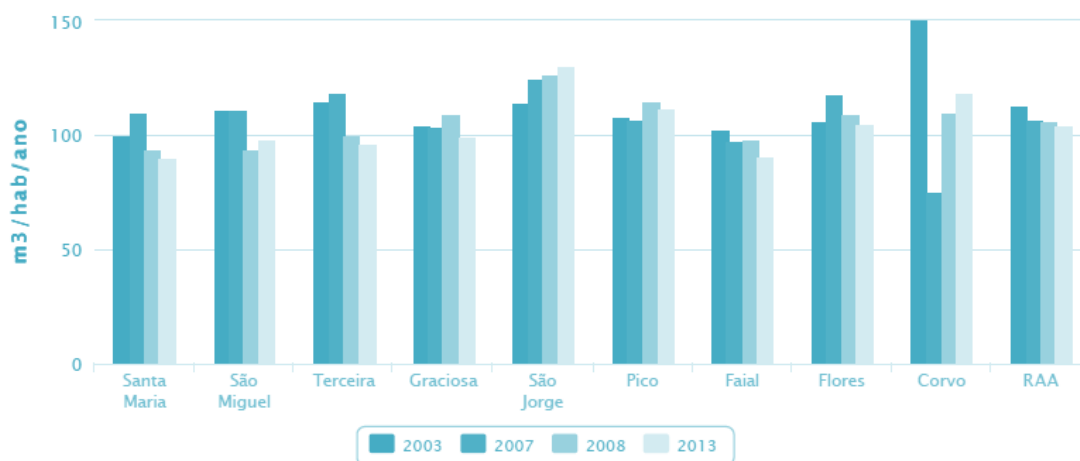


Figura 159. Necessidades estimadas *per capita* de água, por ilha, em 2003, 2007, 2008 e 2013

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

A desagregação das necessidades de água pelas diferentes atividades demonstra que o uso energético é o mais significativo na R.A. Açores (Figura 160), representando mais de 70% das necessidades absolutas de água.

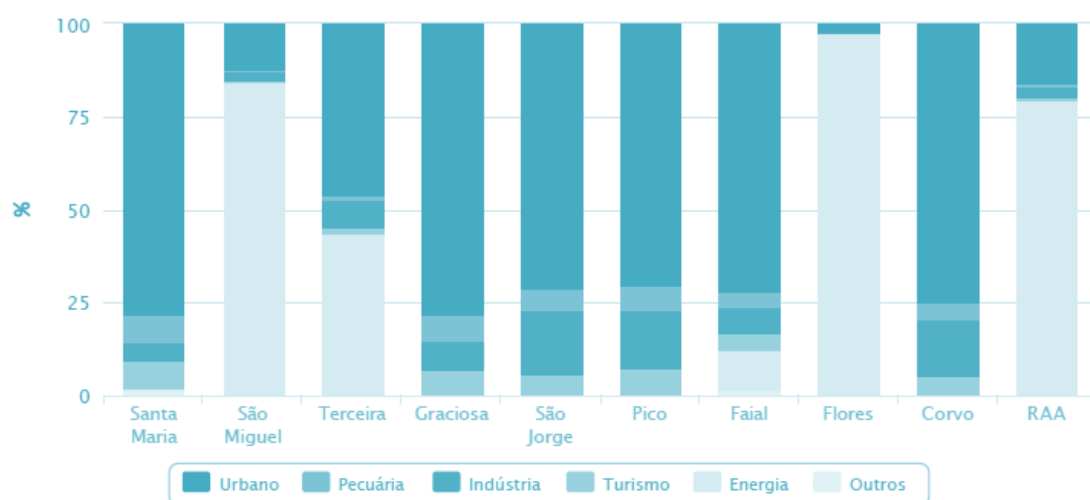


Figura 160. Necessidades de água associadas aos usos, por ilha, em 2013

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Por sua vez, em termos de balanço entre necessidades e disponibilidades de água, a R.A. Açores apresenta necessidades totais de cerca de 25,5 hm³/ano, enquanto as disponibilidades são de 1792,2 hm³/ano (937 hm³/ano subterrâneas e 855 hm³/ano superficiais), o que se considera suficiente para suprir as necessidades. As ilhas de São Miguel, Graciosa e Terceira são as ilhas onde existe maior pressão sobre os recursos hídricos disponíveis.

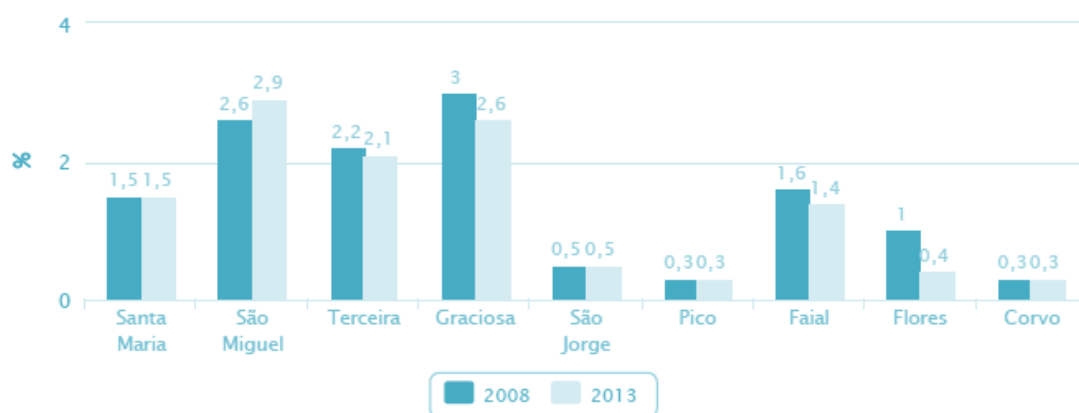


Figura 161. Balanço das necessidades/disponibilidades hídricas por ilha em 2008 e 2013

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

6.1.3. Captação e consumo de água

Os recursos hídricos subterrâneos satisfazem cerca de 98% das necessidades da Região, sendo que em determinadas ilhas esta é a única origem de água para abastecimento público, sendo por isso de maior importância. Na R.A. Açores o abastecimento público é realizado com recurso a 68 furos, 548 nascentes, 4 lagoas e 1 curso de água. Em termos de furos, as Ilhas Terceira (18) e Pico (17) são as que mais recorrem a esta origem, enquanto São Miguel é a Ilha que mais recorre a nascentes (287 nascentes). Na Ilha do Corvo o abastecimento está dependente de 2 massas de águas superficiais (lagoas artificiais).

Na R.A. Açores o consumo de água está naturalmente relacionado com a pressão sobre os recursos hídricos, sendo as ilhas de São Miguel e Terceira aquelas onde se verifica um maior consumo. Desde 2008 foram também estas as ilhas onde se deu um maior decréscimo no consumo (maior peso populacional

possivelmente relacionado com melhor racionalização face à conjuntura económica), tendo-se verificado um novo aumento a partir de 2013.

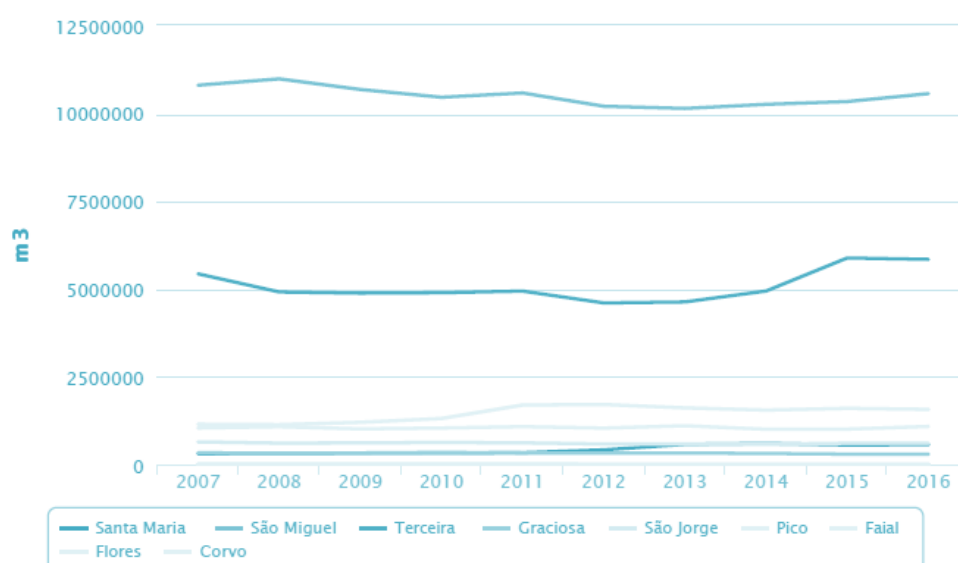


Figura 162. Evolução do consumo de água por ilha (2007-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Ao longo dos anos, o tipo e o número de origens de água captadas para o abastecimento público são pouco variáveis, destacando-se apenas o caso da Ilha do Corvo que passou a ser totalmente abastecida por origens superficiais – lagoas artificiais, conforme explicitado na Tabela 84.

Tabela 84. Inventário das origens de água para abastecimento, por ilha, em 2016

Zona	Furos	Nascentes	Lagoas	Cursos de água
Santa Maria	7	18	0	0
São Miguel	8	287	0	1
Terceira	18	57	1	0
Graciosa	7	17	0	0
São Jorge	2	63	0	0
Pico	17	3	1	0
Faial	9	45	0	0
Flores	0	58	0	0
Corvo	0	0	2	0
Total	68	548	4	1

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Por sua vez, o indicador consumo de água encontra-se relacionado com a pressão sobre os recursos hídricos regionais. Deste modo, conforme consta no REAA (2014-2016), urge promover uma otimização deste recurso, privilegiando a gestão na procura relativamente à gestão da oferta, no sentido de promover a redução de consumos evitáveis. Neste âmbito merece destaque o potencial desenvolvimento e aplicação de tecnologias que permitam reduzir os consumos de água dos processos produtivos, sobretudo nas atividades que exigem maiores disponibilidades (REAA, 2014-2016).

Pela análise da Figura 163 é possível constatar que o consumo de água se encontra estável desde o ano de 2007, existindo uma ligeira tendência de aumento.

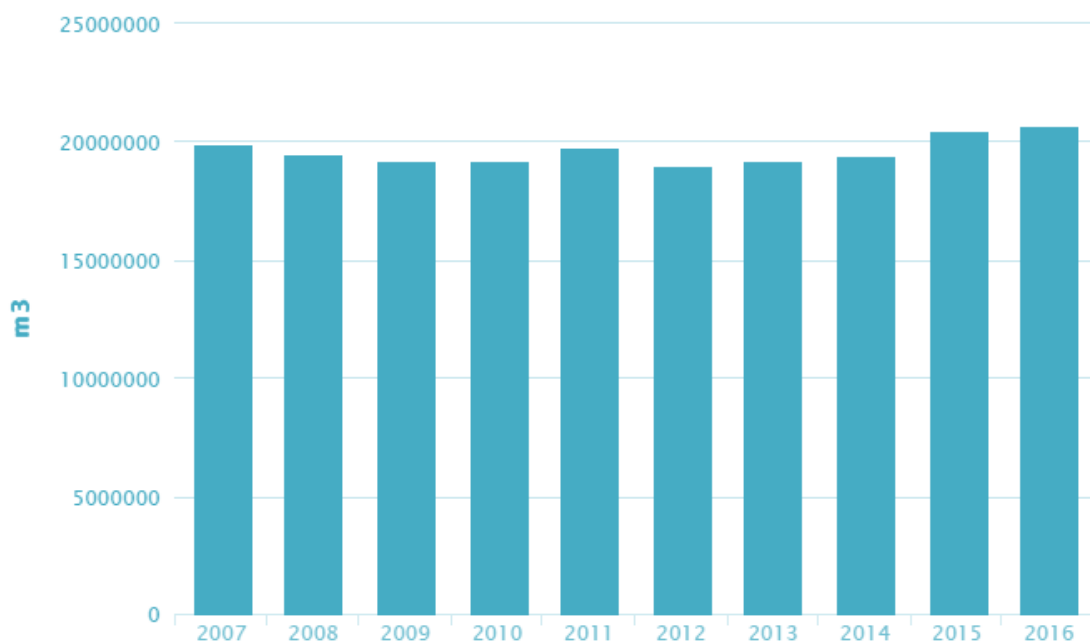


Figura 163. Evolução do consumo de água na R. A. Açores entre 2007 e 2016

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Conforme evidencia a Figura 164, entre 2014 e 2016, os municípios açorianos com maiores volumes de água faturados foram Ponta Delgada, seguindo-se Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Horta e Praia da Vitória, todos com volumes faturados superiores a 1 milhão de m³ que, no seu conjunto, representaram cerca de 51% dos volumes totais faturados na R. A. Açores.

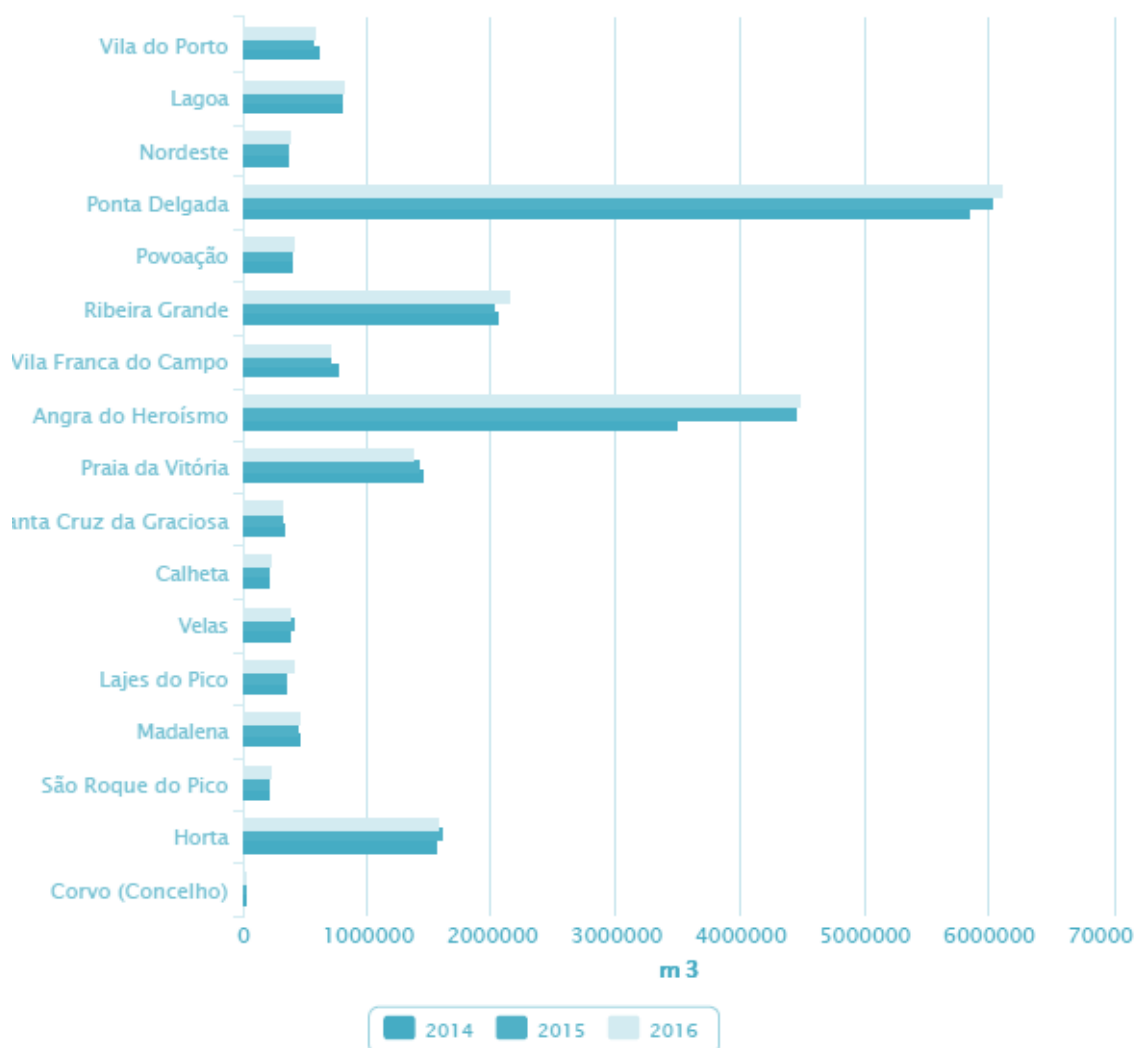


Figura 164. Volume de água faturado por município, entre 2014 e 2016

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

No que concerne ao volume de água faturado por setor de atividade (Figura 165), verifica-se que entre 2011 e 2016 predomina a faturação para o setor particular (na ordem dos 65%), seguindo-se os volumes faturados para o uso empresarial (26%) e o uso público (9%).

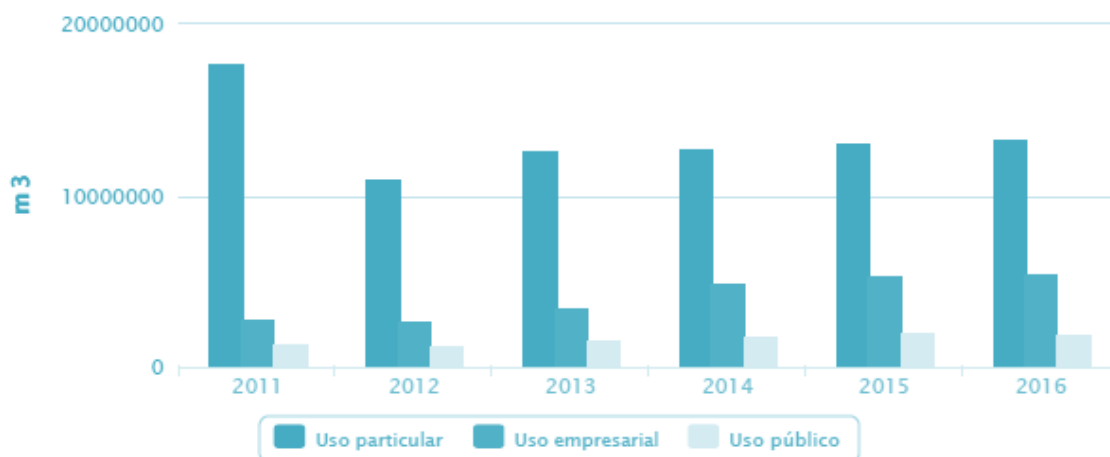


Figura 165. Volume de água faturado, por setor de atividade, na R. A. Açores, entre 2011 e 2016

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Conforme enunciado no REAA (2014-2016), o controlo da qualidade da água para consumo humano pode definir-se como o conjunto sistemático de ações de avaliação de qualidade da água realizadas com caráter regular pela entidade gestora do sistema de abastecimento de água, com vista à manutenção permanente da sua qualidade em conformidade com a norma ou padrão estabelecido legalmente. A evolução da percentagem de água controlada e de boa qualidade é muito positiva na R.A. Açores, atingindo 98,73% em 2016 do total de água controlada para consumo humano, estando 98,78% desta água em cumprimento com os valores paramétricos legalmente estipulados (Figura 166). A gradual melhoria observada a partir do ano de 2004 deve-se essencialmente ao investimento no setor do abastecimento público de água, com a dotação de infraestruturas adequadas e maior controlo da qualidade da água, bem como no conhecimento e proteção das origens de água (REAA, 2014-2016).

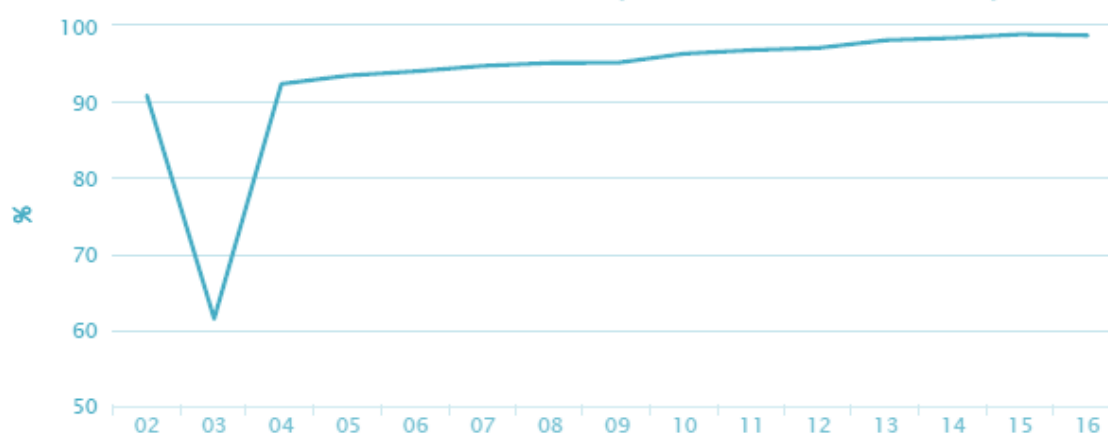


Figura 166. Evolução da percentagem de água controlada e de boa qualidade na R. A. Açores, entre 2002 e 2016

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

6.1.4. Drenagem e tratamento de águas residuais

As infraestruturas associadas aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são, de um modo geral, de pequena dimensão, apresentando uma implantação dispersa e procurando satisfazer isoladamente as populações e as atividades económicas da R. A. Açores, tal como explicitado no REAA (2014-2016). No seguimento de constrangimentos no acesso a sistemas coletivos de drenagem e de tratamento de efluentes, e a elevados custos de investimento associados à construção de estações de tratamento de águas residuais convencionais, economicamente insustentáveis, a implantação de fossas sépticas é, ainda, uma opção bastante utilizada para o tratamento de águas residuais domésticas e industriais em aglomerados de pequena dimensão. Segundo a informação contida no REAA, em 2016 foram cadastrados um total de 192 equipamentos de tratamento de águas residuais, sendo 15 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em funcionamento e 177 Fossas Sépticas Coletivas (FSC), conforme evidenciado na Tabela 85, verificando-se um acréscimo destas estruturas em relação ao ano de 2013 (11 ETAR e 147 FSC) (REAA, 2014-2016).

Tabela 85. Número e tipo de instalações de tratamento de águas residuais existentes na R. A. Açores, por concelho, em 2016

Zona	ETAR	Fossas Coletivas
Vila do Porto	2	2
Lagoa	1	3
Nordeste	0	24
Ponta Delgada	3	42

Zona	ETAR	Fossas Coletivas
Povoação	0	12
Ribeira Grande	2	34
Vila Franca do Campo	1	26
Angra do Heroísmo	2	20
Praia da Vitória	2	4
Santa Cruz da Graciosa	1	1
Calheta	0	0
Velas	0	1
Lajes do Pico	0	0
Madalena	0	0
São Roque do Pico	0	0
Horta	0	5
Lajes das Flores	0	2
Santa Cruz das Flores	0	1
Corvo (Concelho)	1	0
Total	15	177

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

O REAA (2014-2016) refere ainda que, apesar de ter existido nos últimos anos um esforço por parte da administração local em servir a população açoriana de sistemas públicos de tratamento de águas residuais, estima-se que este serviço inclua cerca de 31% da população residente.

As atividades industriais com sistemas de tratamento individuais são sujeitas a um título de utilização de recursos hídricos no desenvolvimento do seu processo produtivo. São Miguel é a ilha onde existem mais indústrias licenciadas para a rejeição de águas residuais, onde se incluem cinco unidades de transformação de carnes e quatro indústrias de laticínios (Tabela 86). As explorações intensivas de gado suíno com instalações de tratamento de efluentes concentram-se, maioritariamente, na Ilha de São Miguel, num total de 3 explorações, e uma exploração licenciada na Ilha do Pico. Note-se que todas as ilhas dos Açores, à exceção da Ilha do Faial, dispõem de um matadouro com sistema de tratamento de águas residuais devidamente licenciado.

Tabela 86. Número de unidades industriais com sistemas de tratamento de efluentes e detentoras de Título de Utilização de Recursos Hídricos, por ilha, em 2016

Zona	Matadouros	Suicultura	Transformação de carnes	Indústria de laticínios
Santa Maria	1	0	0	0
São Miguel	1	3	5	4
Terceira	1	0	1	0
Graciosa	1	0	0	1
São Jorge	1	0	2	2
Pico	1	1	0	1
Faial	0	0	0	1
Flores	1	0	0	0
Total	7	4	8	9

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

A Figura 167 ilustra as unidades industriais existentes com sistema de tratamento de efluentes adequado. Em termos globais (exceto no caso dos matadouros), verifica-se um ligeiro aumento deste índice em 2016, comparativamente aos anos de 2010 e 2013.

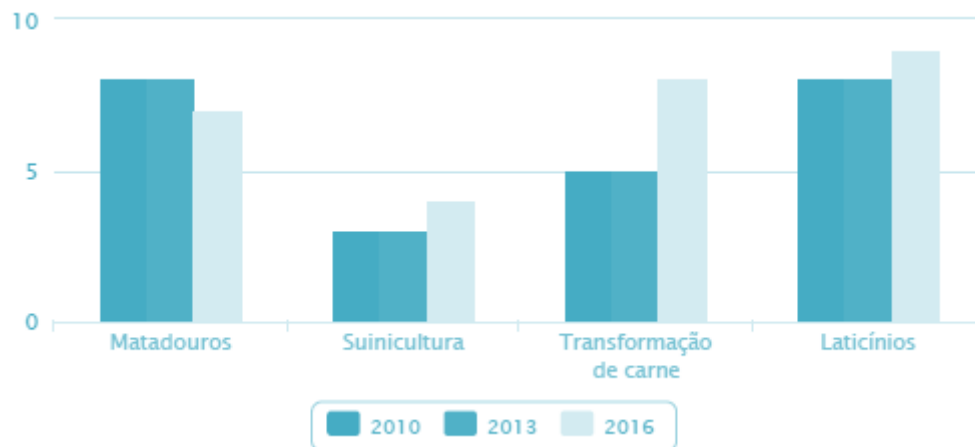


Figura 167. Unidades industriais com sistema de tratamento de efluentes adequado

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

6.1.5. Estado das massas de água da Região Hidrográfica dos Açores

A Região Hidrográfica dos Açores (RH9) compreende a área de terra e de mar constituída pelas bacias hidrográficas contíguas e pelas águas subterrâneas e costeiras que lhes estão associadas, constituindo-se como a principal unidade de planeamento e gestão, tendo por base a bacia hidrográfica. A hidrologia da RH9, com uma área 10 045 km², caracteriza-se por lagoas, ribeiras, águas de transição, águas costeiras e águas subterrâneas (REAA, 2014-2016).

Segundo o REAA (2014-2016), a conjuntura económica limitou a ambição do conjunto de medidas consideradas necessárias para atingir o Bom Estado das águas na RH9 em 2015, prorrogando o cumprimento dos objetivos para 2021 ou 2027, com um programa de medidas adequado e pormenorizado, constante no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores. De acordo com os critérios da Diretiva-Quadro da Água (DQA), a expressão global do estado de uma massa de água de superfície, que inclui a categoria rios, lagos, águas de transição e águas costeiras, é definida em função do pior dos dois estados: ecológico ou químico. Por sua vez, o estado final de uma massa de água subterrânea é determinado pelo pior dos dois estados quantitativo ou químico dessas águas. A vertente biológica do estado ecológico de uma massa de água é determinada pelo cálculo do índice de integridade biótica e pelo rácio de qualidade ecológica (REAA, 2014-2016).

Em suma, a RH9 integra as seguintes massas de água por categoria: 10 rios (ribeiras), 23 lagos (lagoas), 3 de transição, 27 costeiras e 54 subterrâneas, o que totaliza 117 massas de água relevantes. Neste contexto, importa destacar os seguintes pontos (REAA, 2014-2016):

- Águas Costeiras: a totalidade das 27 massas de água costeiras apresenta bom e excelente estado de qualidade.
- Águas de Transição (massas de água em situação de fronteira entre o ambiente terrestre e o ambiente marinho): das 3 massas de água de transição designadas para a Região (Fajã do Santo Cristo, Fajã dos Cubres - Este e Fajã dos Cubres – Oeste, localizadas na Ilha de São Jorge), a lagoa

da Fajã do Santo Cristo é a que apresenta melhor qualidade. No entanto, a última campanha realizada em 2015, em ambas as lagoas da Fajã dos Cubres (Este e Oeste), demonstrou uma diminuição do estado de qualidade, o que determina a necessidade de acompanhamento destas massas de água.

- Lagoas: os resultados da monitorização dos últimos anos registam uma tendência para a melhoria na qualidade das águas das lagoas Azul das Sete Cidades, Empadadas Norte, Rasa das Sete Cidades da ilha de São Miguel, Caiado da ilha do Pico e Lomba da Ilha das Flores. Não obstante, no ano 2016 cerca de 43% das lagoas são classificadas como eutróficas. No âmbito da DQA, cerca de 57% das massas de água (13 lagoas) não cumprem os objetivos de qualidade (Bom Estado), contudo verifica-se uma melhoria em relação ao ano de 2012.
- Ribeiras: cerca de 20% dos locais amostrados em ribeiras encontram-se em estado igual ou superior a bom, estando as restantes em estado razoável. A falta de qualidade de algumas ribeiras deve-se sobretudo à exposição às pressões antropogénicas, essencialmente ao nível de atendimento dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, bem como a intensificação da agropecuária. Adicionalmente, ainda são detetadas situações de descarga de águas residuais não tratadas nas ilhas mais populosas.
- Águas subterrâneas: das 54 massas de água delimitadas, cerca de 94% apresenta bom estado. O facto de existirem três massas de água subterrânea com um estado químico medíocre, deve-se à salinização da água subterrânea por intrusão marinha.

6.2. Análise da pressão do setor sobre o recurso solo

O solo constitui uma componente básica dos ecossistemas naturais, assumindo funções de suporte à biodiversidade e à produção de bens primários, de organização dos povoamentos e da paisagem, bem como da gestão e controlo dos recursos naturais. Conforme destacado no PNROT (2019), reconhecer o valor do solo significa inverter as lógicas de crescente consumo artificializado, e preservar a sua integridade melhorando as condições bióticas e contendo as situações de perda, degradação e artificialização. A transformação do solo natural em solo artificializado, decorrente da urbanização, edificação e outras ocupações artificializadas e ainda as utilizações relacionadas com intensidades excessivas de exploração ou más práticas de mobilização, devem ser contidas, geridas e compensadas, particularmente em situações de fragilidade biofísica e de acrescida perigosidade potenciada pelas alterações climáticas (PNROT, 2019).

O uso excessivo de adubos azotados na gestão das atividades agrícolas vegetais é um dos problemas que a R. A. Açores enfrenta, designadamente, no caso de sistemas agrícolas com encabeçamentos elevados, e um dos fatores que contribui para a acumulação de azoto no solo (e na água). Será importante referir que a poluição do solo com azoto pela atividade agrícola não resulta exclusivamente da ação dos adubos, a mineralização de detritos e corretivos orgânicos. Deste modo, são exemplos de outros fatores que também podem contribuir para a poluição do solo (e das águas) a fixação do azoto atmosférico e as águas da chuva (DRADR, 2014).

Segundo o Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (IRERPA), a área agrícola utilizada aumentou 2,7% desde 1990, atingindo cerca de 128 000 ha no ano 2017 - Figura 168. No que concerne à evolução das áreas anuais de culturas agrícolas, os prados e culturas forrageiras representam 97,3% da área agrícola utilizada em 2017, o que se traduz num aumento de 90,6% desde 1990. Observa-se um aumento de

55% desde 1990 da área de culturas forrageiras e uma redução de 59,7% do total de culturas permanentes. Verificam-se ainda reduções superiores a 70% em quase todas as culturas temporárias.

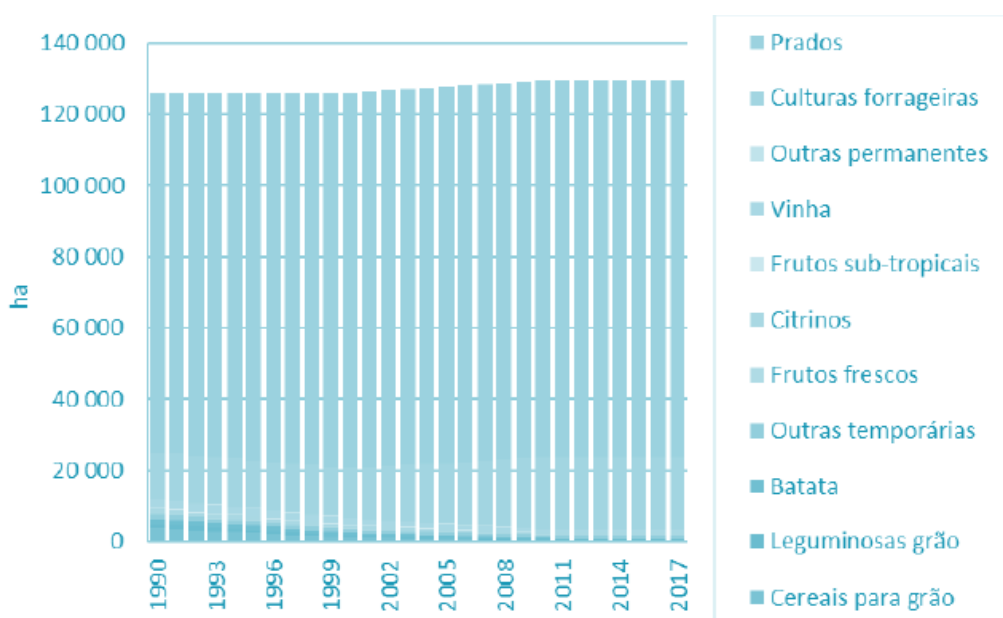


Figura 168. Evolução das áreas anuais de culturas agrícolas

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

A Figura 169 representa as emissões respeitantes a solos agrícolas, onde se observa um crescimento das emissões de 56,9% desde 1990. As emissões de estrume dos animais em pastoreio constituem 66% das emissões da categoria em 2017 e apresentaram um aumento de 99,8% desde 1990.

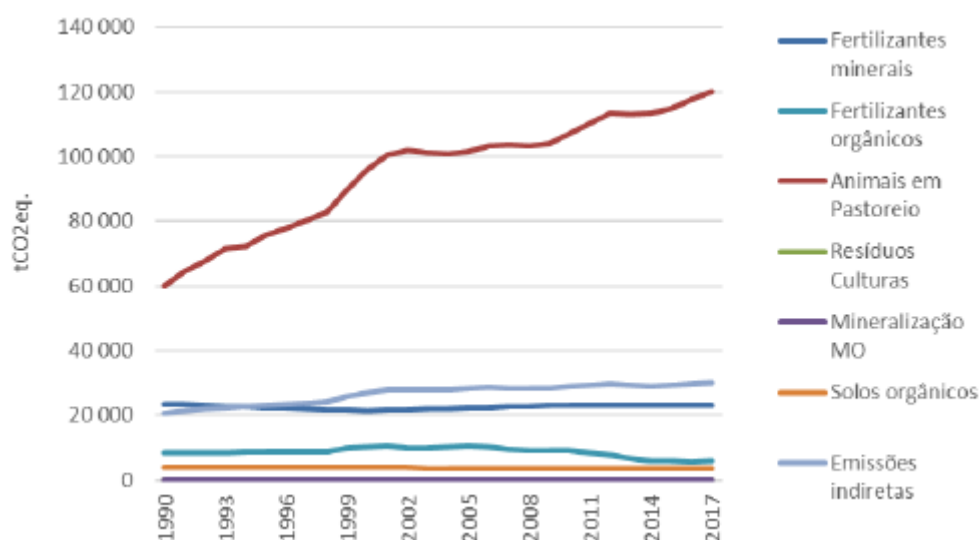


Figura 169. Emissões de solos agrícolas

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

Conforme refere o IRERPA (2019), o setor Uso de Solo, Alterações de Uso de Solo e Florestas é responsável quer por emissões de GEE (sobretudo CH₄, N₂O e CO₂), quer por sumidouros de dióxido de carbono. Este setor abrange alterações nos *stock* de carbono que podem ocorrer na biomassa viva, na biomassa morta e nos solos (IRERPA, 2019).

Segundo o mesmo relatório, observa-se que o sequestro líquido de GEE do setor atinge as 713 mil tCO₂eq em 2017 (um decréscimo de 12,2% desde 1990). A Floresta representa a maior categoria de sequestro com 722,5 mil tCO₂eq. Por sua vez, as Zonas Urbanas são a maior categoria emissora com 9,9 mil tCO₂eq.

Os resíduos das culturas podem ter vários destinos, o que altera o perfil das emissões a que dão origem. Conforme referido no IRERPA, verifica-se que não existe informação sobre estes destinos na R. A. Açores, motivo pelo qual a Tabela 87 apresenta uma aproximação a esses valores. Os dados apresentados permitem verificar que os resíduos provenientes das culturas de leguminosas secas para grão, batata e beterraba são totalmente incorporados no solo. Merece ainda destaque o facto de cerca de 50% dos resíduos provenientes de pomares e vinhas serem submetidos a queima sem aproveitamento energético.

De facto, para as culturas analisadas ainda não existem resíduos a serem submetidos a processos de compostagem ou queima com aproveitamento energético.

Tabela 87. Destino dos Resíduos das Culturas Agrícolas

Tipo de cultura	Incorporação no solo	Queima sem aproveitamento energético	Queima com aproveitamento energético	Compostagem	Fenos ou pastoreio	Camas para animais
Cereais para grão	70%	0%	0%	0%	0%	30%
Leguminosas secas para grão	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Batata e beterraba	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Forragens fixadoras de N	9%	0%	0%	0%	91%	0%
Forragens não fixadoras de N	9%	0%	0%	0%	91%	0%
Gramíneas perenes	9%	0%	0%	0%	91%	0%
Prados e Misturas gramínea/leguminosa	9%	0%	0%	0%	91%	0%
Pomares	50%	50%	0%	0%	0%	0%
Vinha	50%	50%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

6.3. Análise da pressão do setor sobre a qualidade do ar

A qualidade do ar é uma componente relevante do ambiente, determinante para a saúde pública e para o equilíbrio dos ecossistemas. Os efeitos negativos resultantes da deterioração da qualidade do ar constituem já uma preocupação no que à saúde e ao ambiente concerne. As concentrações dos diversos poluentes atmosféricos no ar ambiente, num determinado local, resultam das emissões que ocorrem na sua proximidade e do transporte e dispersão dos mesmos a partir de locais mais distantes, sendo também significativamente dependentes das condições meteorológicas (RQA, 2019).

A capacidade de regeneração da atmosfera reduz consideravelmente à medida que as emissões de poluentes aumentam, sobretudo devido ao fenómeno da industrialização e ao aumento do número de veículos automóveis no planeta. Atualmente são inúmeros os poluentes da atmosfera, sendo as fontes que

os originam e os seus efeitos muito diversificados. Neste contexto, podem distinguir-se dois tipos de poluentes:

- Primários – aqueles que são emitidos diretamente pelas fontes para a atmosfera, como é o caso do monóxido de carbono (CO), os óxidos de azoto (NOx), dióxido de enxofre (SO₂) ou das partículas em suspensão.
- Secundários – resultam de reações químicas que ocorrem na atmosfera e onde participam alguns poluentes primários (ex.: ozono troposférico (O₃), que resulta de reações fotoquímicas e que se estabelece entre os óxidos de azoto, o monóxido de carbono ou os compostos orgânicos voláteis (COV)).

Segundo o Relatório de Qualidade do Ar (RQA), referente ao ano 2018, atualmente a caracterização do ar ambiente na R. A. Açores é realizada por três estações, encontrando-se uma localizada na Ilha do Faial, de tipologia rural de fundo, representativa da R. A. Açores, e as outras duas na Ilha de São Miguel (Ponta Delgada e Ribeira Grande), de tipologia urbana de fundo e urbana de tráfego. O conjunto destas estações permite avaliar os seguintes poluentes: partículas em suspensão (PM10 e PM2,5), monóxido de carbono (CO), dióxido de azoto (NO₂) e dióxido de enxofre (SO₂). Em termos de eficiência de recolha dos dados, foram alcançadas eficiências na ordem dos 75% para a generalidade dos poluentes, com exceção do dióxido de azoto.

As partículas constituem um dos principais poluentes no que concerne aos efeitos na saúde humana. A Tabela 88 sintetiza os dados relativos à monitorização do poluente PM10 na R. A. Açores. Constata-se que, apesar de Ponta Delgada registar um valor máximo (base diária) de 61,6 µg/m³, é na Ribeira Grande que se verificam os valores médios superiores (base horária e diária). Durante o ano 2018, o Valor Limite Diário (VLD) relativo ao poluente PM10 foi excedido quatro vezes na R. A. Açores, igualmente distribuídas por Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Tabela 88. Monitorização de PM10 em 2018

Parâmetro/Zona	Horta	Ponta Delgada	Ribeira Grande
Média (base horária) (µg/m ³)	6,4	12,8	13,0
Média (base diária) (µg/m ³)	6,4	12,6	13,1
Máximo (base horária) (µg/m ³)	55,4	157,3	83,0
Máximo (base diária) (µg/m ³)	22,4	61,6	58,3
VLD (µg/m ³)	50	50	50
Excedências (n.º dias)	0	2	2
VLA (µg/m ³)	40	40	40

VLD - Valor limite diário, que não deve ser excedido mais do que 35 vezes no ano;

VLA - Valor limite anual.

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

Na Tabela 89 são apresentados os dados relativos à monitorização do poluente PM2,5 na R. A. Açores. É possível verificar que o valor alvo definido para este poluente (base diária), de 25 µg/m³, foi excedido em Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Tabela 89. Monitorização de PM2,5 em 2018

Parâmetro ($\mu\text{g}/\text{m}^3$) /Zona	Horta	Ponta Delgada	Ribeira Grande
Média (base horária)	3,3	6,6	7,4
Média (base diária)	3,3	6,7	8
Máximo (base horária)	33,6	94,4	54
Máximo (base diária)	14,9	33,3	25,7
Valor alvo (base diária)	25	25	25
Valor anual (base diária)	3,3	6,7	8,0

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

O monóxido de carbono é um gás incolor e inodoro, que ocorre naturalmente de erupções vulcânicas, fogos florestais e da decomposição da clorofila. A sua origem antropogénica resulta da combustão incompleta de combustíveis e de outros materiais orgânicos, sendo, nas grandes cidades o poluente mais abundante. Por esse motivo é considerado um bom indicador da poluição resultante do tráfego rodoviário. Conforme explicitado na Tabela 90, no ano 2018 não se verificaram excedências do valor limite de monóxido de carbono na R. A. Açores. Este poluente apresenta valores muito inferiores aos valores estipulados nos diplomas legais que regulamentam a qualidade do ar.

Tabela 90. Monitorização de Monóxido de Carbono em 2018

Zona	Média (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Média (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Máximo (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Máximo (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	VL (base 8 horas) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Excedências (n.º)
Ribeira Grande	0,2	0,2	3,8	2,9	10 000	0

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

Os óxidos de azoto (NOx) têm origem antropogénica, principalmente como produto secundário da queima de combustíveis fósseis a altas temperaturas. As principais fontes destes compostos são as centrais termoelétricas, os transportes rodoviários, os navios e alguns processos de fabrico (RQA, 2019). Relativamente aos óxidos de azoto, cuja monitorização é apresentada na Tabela 91, os valores obtidos em cada uma das zonas analisadas encontram-se abaixo do nível crítico anual, referente à proteção da vegetação.

Tabela 91. Monitorização de Óxidos de Azoto em 2018

Zona	Nível crítico anual ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Valor obtido ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
Horta	30	2,6
Ponta Delgada	30	8
Ribeira Grande	30	3,6

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

O azoto, ao reagir com o oxigénio, produz maioritariamente monóxido de azoto (NO) que, por sua vez, facilmente se combina com o oxigénio, através de oxidação fotoquímica, formando NO₂ (RQA, 2019). Ao analisar os dados de monitorização de dióxido de azoto na R. A. Açores durante o ano 2018, conforme

evidenciado na Tabela 90, verifica-se que o Valor Limite de proteção à população por dia (VL) não foi excedido em nenhuma das zonas analisadas.

Tabela 92. Monitorização de Dióxido de Azoto em 2018

Parâmetro / Zona	Horta	Ponta Delgada	Ribeira Grande
Média (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	1,3	5,7	3,1
Média (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	1,3	5,8	3,1
Máximo (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	17,9	80,4	33,7
Máximo (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	3,7	28,1	13,5
LA ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	400	400	400
Excedências LA (n.º)	0	0	0
VL (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	200	200	200
VLA ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	40	40	40

LA - Limiar de alerta horário, que não deve ser ultrapassado durante mais de 3 horas consecutivas; VL (base horária) - Valor limite, a não exceder mais de 18 vezes por ano civil; VL (base diária) - Valor limite de proteção à população por dia; VLA - Valor limite por ano civil.

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

O setor industrial é o principal responsável pelas emissões de dióxido de enxofre (SO_2), principalmente devido à combustão em refinarias e caldeiras, onde são queimados combustíveis com elevados teores de enxofre. Pela análise da Tabela 93 pode-se constatar que nenhum dos limites impostos é atingido. Verifica-se também que é na Ribeira Grande que se regista o valor mais elevado de concentração de dióxido de enxofre.

Tabela 93. Monitorização de Dióxido de Enxofre em 2018

Parâmetro / Zona	Horta	Ponta Delgada	Ribeira Grande
Média (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	2	0,9	7,2
Média (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	2	0,9	7,3
Máximo (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	7,3	5,3	92,8
Máximo (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	4,9	3,2	46,5
LA ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	500	500	500
Excedências LA (n.º)	0	0	0
VL + MT (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	350	350	350
Excedências VL + MT (n.º horas)	0	0	0
VL (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	125	125	125
Excedências VL (n.º dias)	0	0	0

LA - Limiar de alerta à população a medir em 3 horas consecutivas; VL + MT (base horária) - Valor limite, a não exceder mais de 24 vezes por ano civil, com uma margem de tolerância de $150 \mu\text{g}/\text{m}^3$ (43%); VL (base diária) - Valor limite, a não exceder mais de 3 vezes por ano civil.

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

A maior parte do ozono encontra-se na estratosfera (“camada de ozono”), onde desempenha um papel crucial para a existência de vida no planeta – filtro para a radiação solar ultravioleta. O remanescente distribui-se

pela troposfera onde os seus efeitos são prejudiciais. Este poluente apenas obriga à preparação e execução de Planos de Curto Prazo, com vista a reduzir o risco e duração de ultrapassagens dos Valores Limiar de Alerta e de Informação, por forma a minimizar os perigos inerentes para a saúde humana (RQA, 2019). No que concerne às respetivas concentrações, os resultados da monitorização demonstram que não se verifica um incumprimento dos limites estabelecidos. As concentrações máximas são bastante idênticas nas três zonas visadas, com destaque para a concentração mais elevada de 119,7 $\mu\text{g}/\text{m}^3$, observada em Ponta Delgada.

Tabela 94. Monitorização de Ozono em 2018

Parâmetro / Zona	Horta	Ponta Delgada	Ribeira Grande
Média (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	71,7	63,1	61
Média (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	71,7	63	61
Máximo (base horária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	123,9	117,4	114,2
Máximo (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	117,4	119,7	110,1
LA ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	240	240	240
Excedências LA (n.º)	0	0	0
LI ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	180	180	180
Excedências LI (n.º)	0	0	0
VA (8horas) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	120	120	120
Excedências VA (n.º)	0	0	0

LA - Limiar de alerta à população por hora; LI - Limiar de informação à população por hora; VA - Valor alvo de proteção à saúde humana, a não exceder mais de 25 vezes, em média, por ano civil, num período de 3 anos.

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

O índice de qualidade do ar (IQAr) traduz a qualidade do ar de uma determinada aglomeração, área industrial ou cidade, através de uma classificação simples e intuitiva, baseada na comparação das concentrações medidas com gamas de concentrações associadas a uma escala de cores, variando entre “Muito Bom” e “Mau”.

De seguida é apresentado o Índice global de qualidade do ar em cada Região, designadamente: Faial, Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Faial

A Figura 170 representa o Índice global de qualidade do ar da Região do Faial em 2018. À semelhança do que tem ocorrido em anos anteriores, em 2018 o índice de qualidade do ar da Região obteve a classificação de “Bom”, sendo o Ozono o poluente determinante.

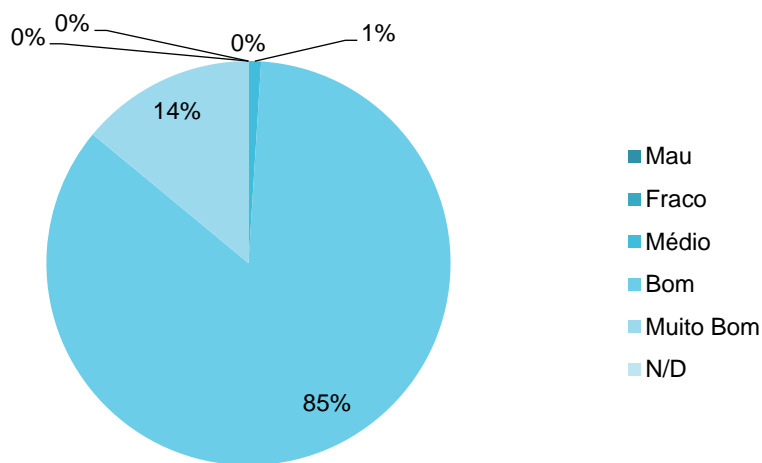


Figura 170. Índice global de qualidade do ar da Região do Faial em 2018

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

Ponta Delgada

No caso de Ponta Delgada o poluente com pior classificação foi o ozono, pelo que se verifica que o respetivo índice de qualidade do ar apresenta a classificação de “Bom”, conforme ilustra a Figura 171.

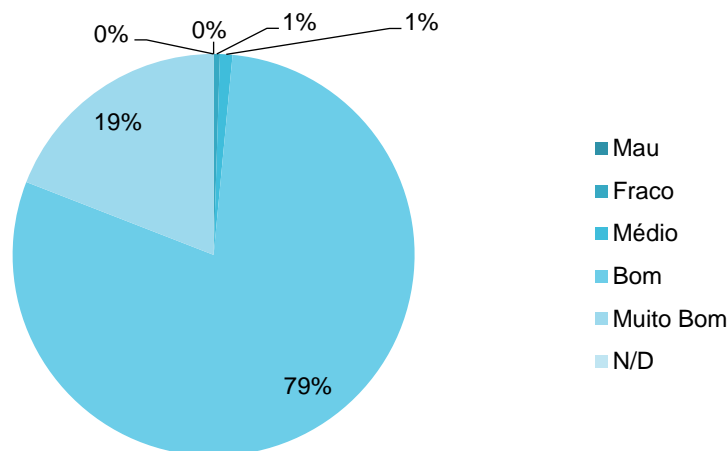


Figura 171. Índice global de qualidade do ar de Ponta Delgada em 2018

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

Ribeira Grande

Segundo a mesma lógica de classificação utilizada nos casos anteriormente apresentados (tendo sido também o ozono o poluente determinante), verifica-se que o índice de qualidade do ar da Ribeira Grande apresenta a classificação de “Bom”.

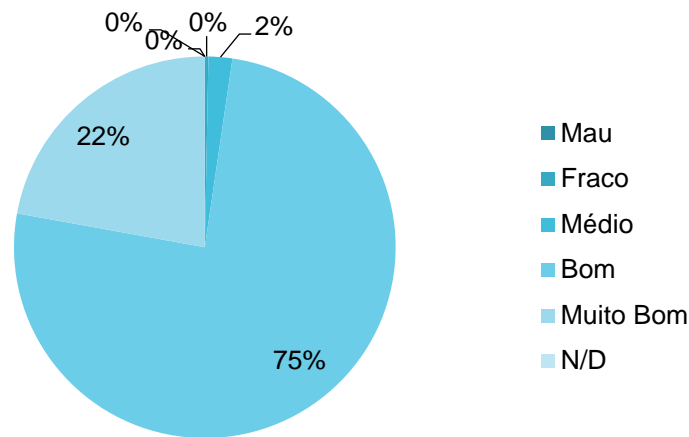


Figura 172. Índice global de qualidade do ar de Ribeira Grande em 2018

Fonte: Relatório de Qualidade do Ar (2019)

Conforme indicado no RQA, de acordo com os resultados analisados para cada poluente, pode-se concluir que:

- Dos poluentes monitorizados nas três estações de monitorização da qualidade do ar, o único poluente que requer uma vigilância mais atenta é o Ozono, pois é aquele que tem apresentado valores mais elevados. No entanto, os valores registados são inferiores aos limiares e valor alvo definidos na legislação;
- No que se refere ao critério definido por lei para a proteção das florestas referente ao Ozono, o valor registado é bastante inferior ao valor alvo atual;
- Em 2018, registaram-se duas excedências na estação da Ribeira Grande para o poluente PM10, 58,3 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (3/04) e 51,7 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (31/10). Ocorreram outras duas excedências na estação de Ponta Delgada igualmente para o poluente PM10, 61,6 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (15/09) e 56,3 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (16/09). Sendo de referir que são permitidas, pela legislação, 35 excedências no ano. De resto não foi registada qualquer excedência dos limiares legislados para os seis poluentes monitorizados. Salienta-se que as excedências registadas na estação de Ponta Delgada ficaram a dever-se a um evento natural que ocorreu no mês de setembro, nomeadamente as poeiras provenientes dos desertos do Norte de África.

Importa destacar que, desde o início do funcionamento das estações, e para todos os poluentes monitorizados, não foram registados quaisquer valores superiores ao valor limiar de alerta à população.

Neste contexto, constata-se que a R. A. Açores continua a usufruir de uma boa qualidade do ar, confirmada pelo índice global de qualidade do ar que apresenta a classificação de “Bom”, condicionada pelo poluente Ozono (RQA, 2019).

6.3.1. Emissões de GEE pela agricultura

Segundo o IRERPA 2019 (Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos) as emissões na R. A. Açores em 2017 totalizaram 1,8 Mt CO₂eq. (o que corresponde a um aumento de 2,8% desde 2016 e de 67,9% face a 1990). O setor Uso de Solo e Florestas (*Land Use, Land-Use Change and Forestry* - LULUCF) é responsável por um sequestro líquido de cerca de 0,71 Mt CO₂eq., o que coloca as emissões líquidas da R. A. Açores em 1,09 Mt CO₂eq (Figura 122).

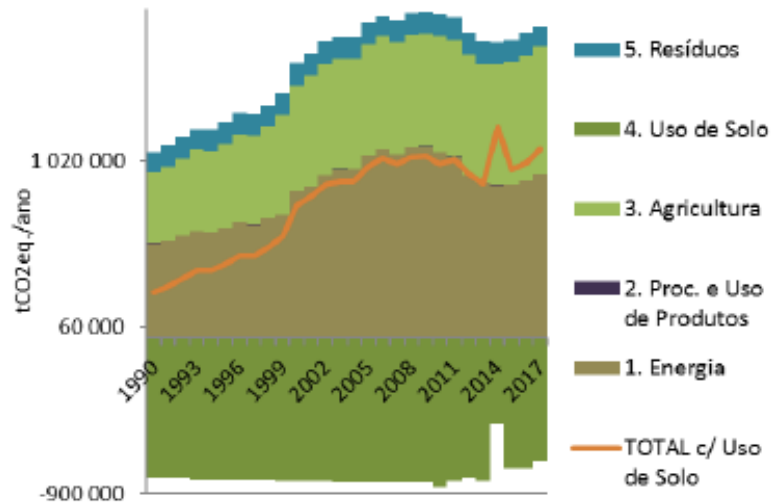


Figura 173. Evolução das emissões na R. A. Açores

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

O perfil de emissões por setor mantém-se estável, com o setor energia a representar mais de 50% das emissões. O setor agricultura, que representa cerca de 41% das emissões, foi o que mais cresceu (82,7% desde 1990) e aumentou em consequência o seu peso no total de emissões (IRERPA, 2019).

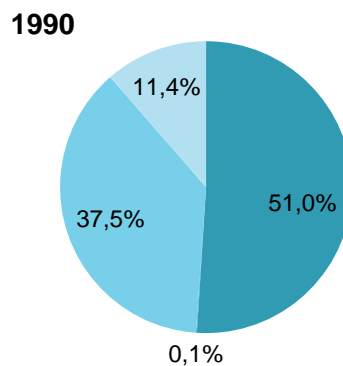


Figura 174. Perfil de Emissões por Setor na R. A. Açores em 1990 e 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

O peso relativo de cada setor nas emissões de cada um dos três principais Gases de Efeito de Estufa é bastante variável, sendo o setor energia o principal responsável pelas emissões de CO₂, enquanto que os setores agricultura e resíduos são responsáveis pela quase totalidade das emissões de CH₄ e N₂O.

Concretizando a comparação com os totais nacionais (77,8 Mt CO₂eq), verifica-se que a R. A. Açores representa 1,4% das emissões totais nacionais (2,6% se excluirmos o setor uso de solo e florestas). O perfil de emissões é, no entanto, bastante distinto, sendo as principais diferenças: uma predominância muito mais marcada na R. A. Açores do setor agricultura e uma quase ausência do setor processos industriais e uso de produtos. Essas diferenças setoriais têm também expressão no perfil de emissões por gás, ou seja, o peso de metano na R. A. Açores é substancialmente superior ao total nacional, conforme se evidencia na Figura 175.

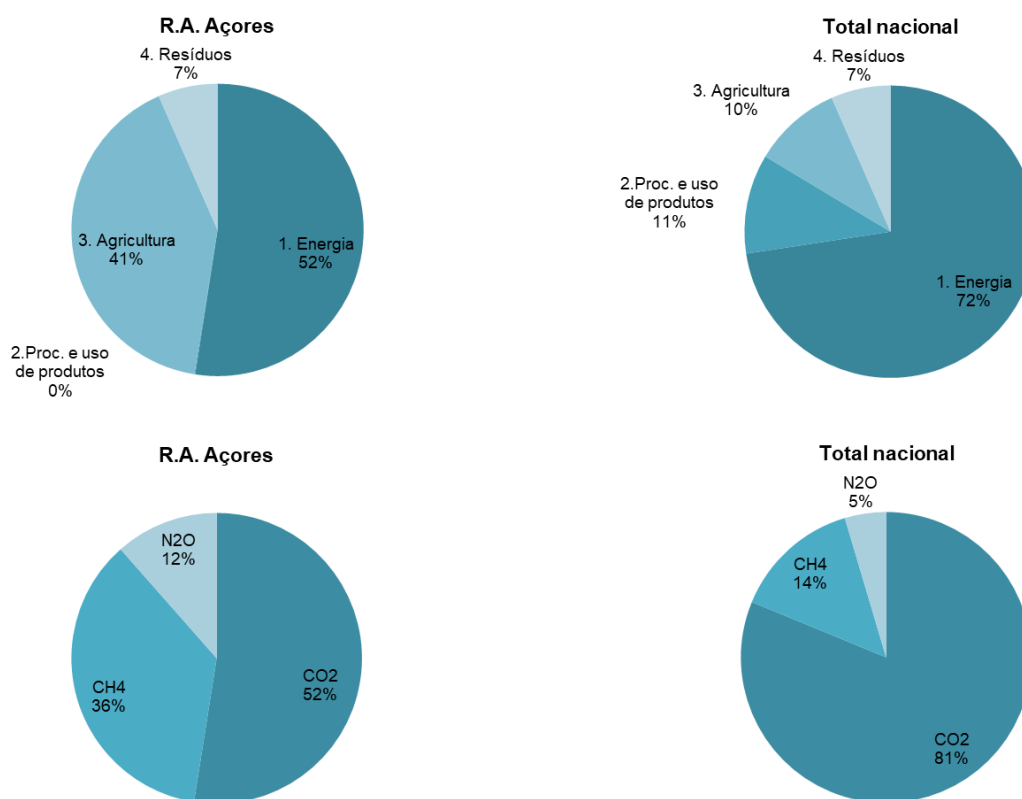


Figura 175. Comparação entre o Perfil de Emissões na R. A. Açores e Total Nacional em 2017

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

O setor agricultura abrange as emissões resultantes da produção animal, da aplicação de fertilizantes e de corretivos nos solos agrícolas e de pastagens e da queima intencional de resíduos da agricultura. Os principais gases com relevância para o setor agricultura são o CH₄, N₂O e o CO₂. No caso do N₂O, são consideradas tanto as emissões diretas, como as emissões indiretas.

Este setor representa atualmente 40,8% das emissões da R. A. Açores, o que constitui um aumento do seu peso no total das emissões desde 1990 (em 1990 o setor representava 37,5% das emissões).

As emissões de GEE do setor atingem as 736 mil tCO₂eq. em 2017, sendo a fermentação entérica o maior contribuinte para as emissões, com 69,1% (Figura 176). Este setor conheceu um incremento muito substancial das suas emissões desde 1990 com um aumento de emissões de cerca de 82,7%. Relativamente ao ano 2016 este aumento foi de 2,1%.

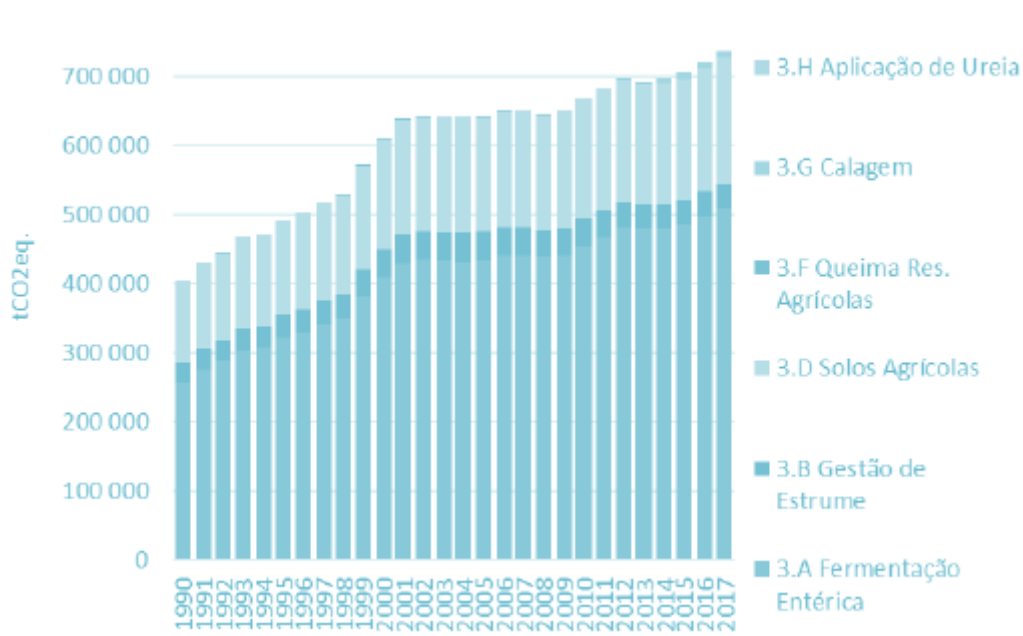


Figura 176. Perfil de emissões do setor agricultura

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

Os efetivos animais de cada espécie têm uma relação direta com as emissões desta categoria. Regista-se um grande aumento de efetivos desde 1990 em vacas leiteiras (+18,3%), outros bovinos (+89,2%) e coelhos (+95,8%). Por outro lado, ocorreu uma redução de efetivos desde 1990 em suínos (-29,9%), caprinos (-35,5%), equinos (-85,3%) e aves (-36,7%) (Figura 177).

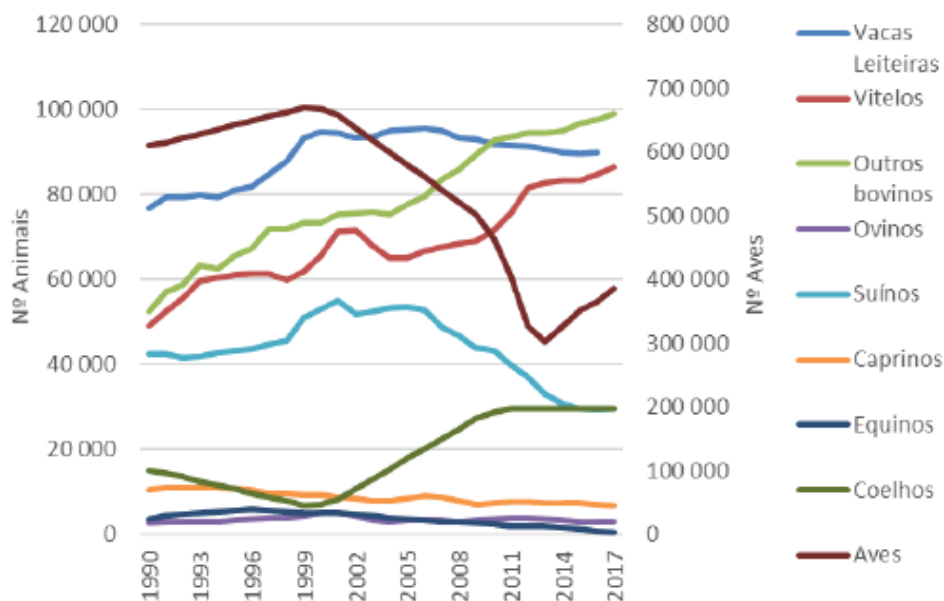


Figura 177. Evolução dos efetivos de cada categoria animal considerada

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

No seguimento da análise às emissões de fermentação entérica por tipo de animal, conforme explicitado na Figura 132, merece destaque o crescimento das emissões em cerca de 98% desde 1990 (2,1% desde 2016). Os bovinos representam 99,5% das emissões da categoria. Observa-se um crescimento acentuado de emissões desde 1990 em todas as categorias de bovinos: vacas leiteiras (+62,4%), outros bovinos (+111,8%) e vitelos (+189,3%).

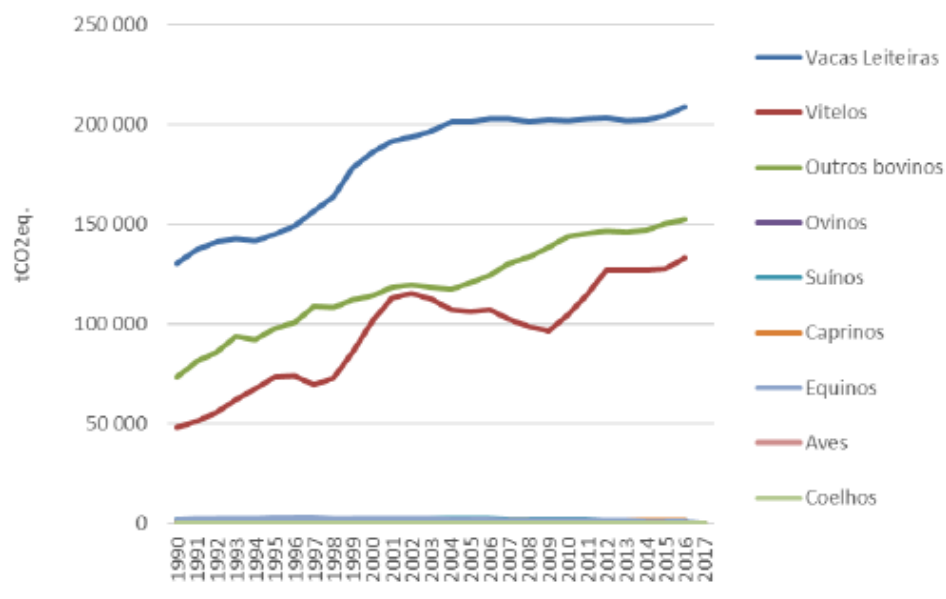


Figura 178. Emissões de fermentação entérica por tipo de animal

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

As emissões de gestão de estrume (relativamente ao CH₄) de suínos apresentam uma redução face a 1990, a qual acompanha a redução de efetivos de suínos desde 1990 (-30,2%). Verifica-se um crescimento das emissões de 35,4% desde 1990 e de 2% desde 2016, conforme refletido na Figura 133. Os bovinos representam 73,5% das emissões da categoria, seguidos dos suínos com 25,1%.

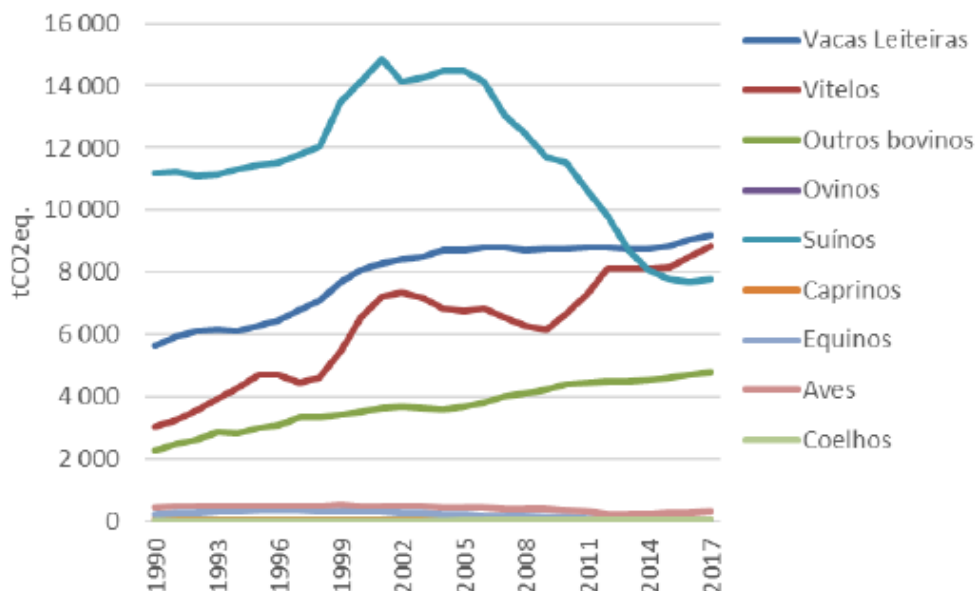


Figura 179. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal - CH₄

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

Em matéria de emissões de N₂O decorrentes da gestão de estrume (Figura 180), observa-se uma redução de 20,1% desde 1990. Contudo, verifica-se um aumento das emissões de 7,1% desde 2016. As emissões indiretas representam 67,5% da categoria. O tipo de animal mais relevante são os suínos (19,3% da categoria).

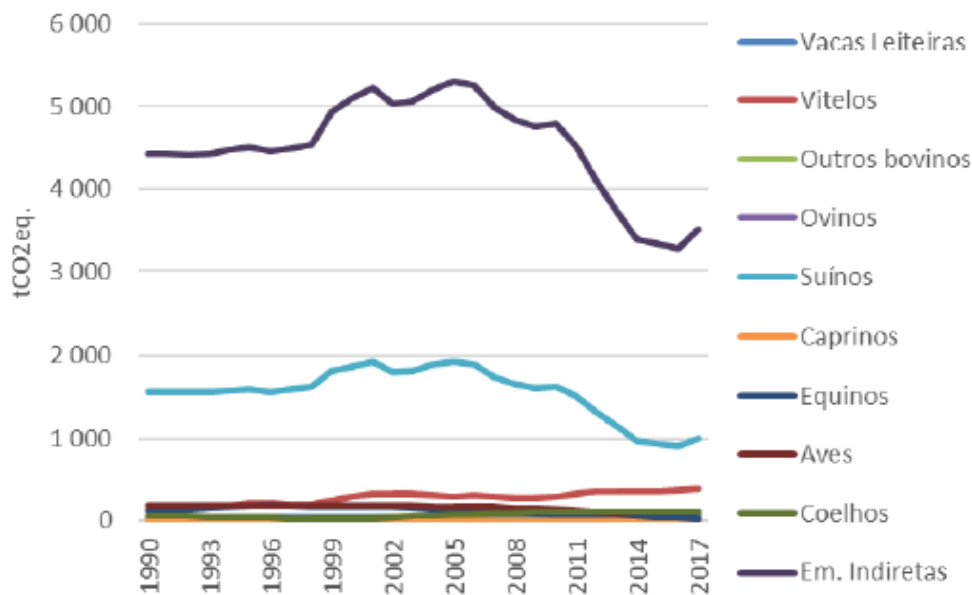


Figura 180. Emissões de gestão de estrume por tipo de animal - N₂O

Fonte: Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019)

6.4. Análise SWOT

A análise crítica do diagnóstico efetuado sobre a gestão dos recursos naturais como a água, os solos e o ar na R. A. Açores permite a elaboração de uma matriz, que sintetiza os principais pontos fortes e as oportunidades dos recursos naturais e os principais pontos fracos e fraquezas que condicionam a sua utilização mais eficiente.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Importância da floresta como regulador da qualidade da água do solo e do ar e como importante sumidouro de carbono; • Importância da pastagem permanente enquanto importante sumidouro de carbono; • Existência de uma margem de progressão no aumento de sequestro de carbono em povoamentos florestais e em prados e pastagens; • Presença de fontes renováveis de energia de origem agrícola e florestal; • Estratégias concertadas de desenvolvimento sustentável e combate às alterações climáticas (ex.: Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)); 	<ul style="list-style-type: none"> • Contributo negativo para a emissão de GEE, quando ocorrem situações de deficiente gestão de efluentes da pecuária ou da incorreta utilização de fertilizantes e pesticidas; • Biomassa com aproveitamento incipiente; • Recursos hídricos mais escassos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa e Pico; • Tendência para o aumento do consumo de água desde o ano de 2013; • Captação excessiva de água para a atividade agroindustrial; • Lixiviação de nitratos para as lagoas (existem massas superficiais de água em estado de eutrofização); • Ligação domiciliária à rede de drenagem aquém de atingir as metas propostas; • Fortes pressões no litoral;

<ul style="list-style-type: none"> • Totalidade das massas de água costeiras com bom e excelente estado de qualidade; • Regularidade do regime pluvial que permite o predomínio de uma agricultura de sequeiro; • Abundantes disponibilidades hídricas na maioria das ilhas e balanço hídrico positivo; • Pastagens permanentes favoráveis do ponto de vista de conservação do solo; • Atividades agrícolas e florestais com forte ligação com o ambiente e paisagem e com contributo importante para o ordenamento físico do território, proteção, valorização e gestão dos recursos naturais, e constituição de habitats; • Tendência para o aumento da área agrícola afeta aos modos de produção biológico; • Ocorrência de sistemas caracterizados por ter um reduzido <i>input</i> externo de nutrientes, baixa utilização de agroquímicos e baixo grau de mecanização; • Existência do Estudo e Avaliação dos Recursos Hídricos; • Existência do Plano Regional da Água; • Existência de áreas florestais públicas com gestão certificada; • Existência de áreas florestais privadas com planos de gestão florestal aprovados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na formação de agricultores e técnicos agrícolas para adesão ao modo de "Produção Integrada"; • Existência de terrenos com declives acentuados; • Existência de áreas agrícolas marginais; • Existência de ilhas com área florestal reduzida (Santa Maria, Graciosa e Corvo).
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Forte investimento na implantação de energias renováveis; • Possibilidade de investir na eficiência da produção pecuária de leite e carne, obtendo efeitos simultâneos no aumento de valor e na diminuição das emissões unitárias da emissão de GEE; 	<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade elevada da R. A. Açores às alterações climáticas e às catástrofes naturais; • Incremento de situações de descarga de águas residuais não tratadas, sobretudo nas ilhas mais populosas; • Aumento da salinização da água subterrânea por intrusão marinha;

<ul style="list-style-type: none"> • Maior sensibilização dos produtores agropecuários para as questões ambientais; • Capacitação do setor agrícola para a necessidade da racionalização de recursos, nomeadamente a água; • Programas de Ação com o objetivo de reduzir a poluição das águas causada ou induzida por nitratos e fosfatos de origem agrícola, bem como impedir a propagação desta poluição; • Introdução de novas tecnologias que potenciem uma gestão sustentável dos recursos; • Desenvolvimento e aplicação de biopesticidas; • Reconversão de áreas agrícolas marginais em áreas florestais; • Potencial de aumento da área florestal com gestão certificada; • Potencial de aumento da área florestal com planos de gestão aprovados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento progressivo das necessidades de água para a agricultura; • Situações mais preocupantes continuam a registar-se nas zonas vulneráveis, onde persistem concentrações elevadas de nitrato na água subterrânea; • Intensificação da atividade agropecuária (nomeadamente, pastoreio); • Redução da população agrícola; • Aumento da incidência e surgimento de novas pragas e doenças decorrentes das alterações climáticas; • Remoção de sebes vivas e cortinas de abrigo, na sequência de iniciativas de redimensionamento de parcelas; • Efeito das alterações climáticas no regime pluviométrico (períodos de seca mais longos); • Ocorrência de fenómenos atmosféricos extremos; • Difusão de fenómenos de erosão, sobretudo na orla costeira. • Existência de uma área limitada e dispersa.
--	--

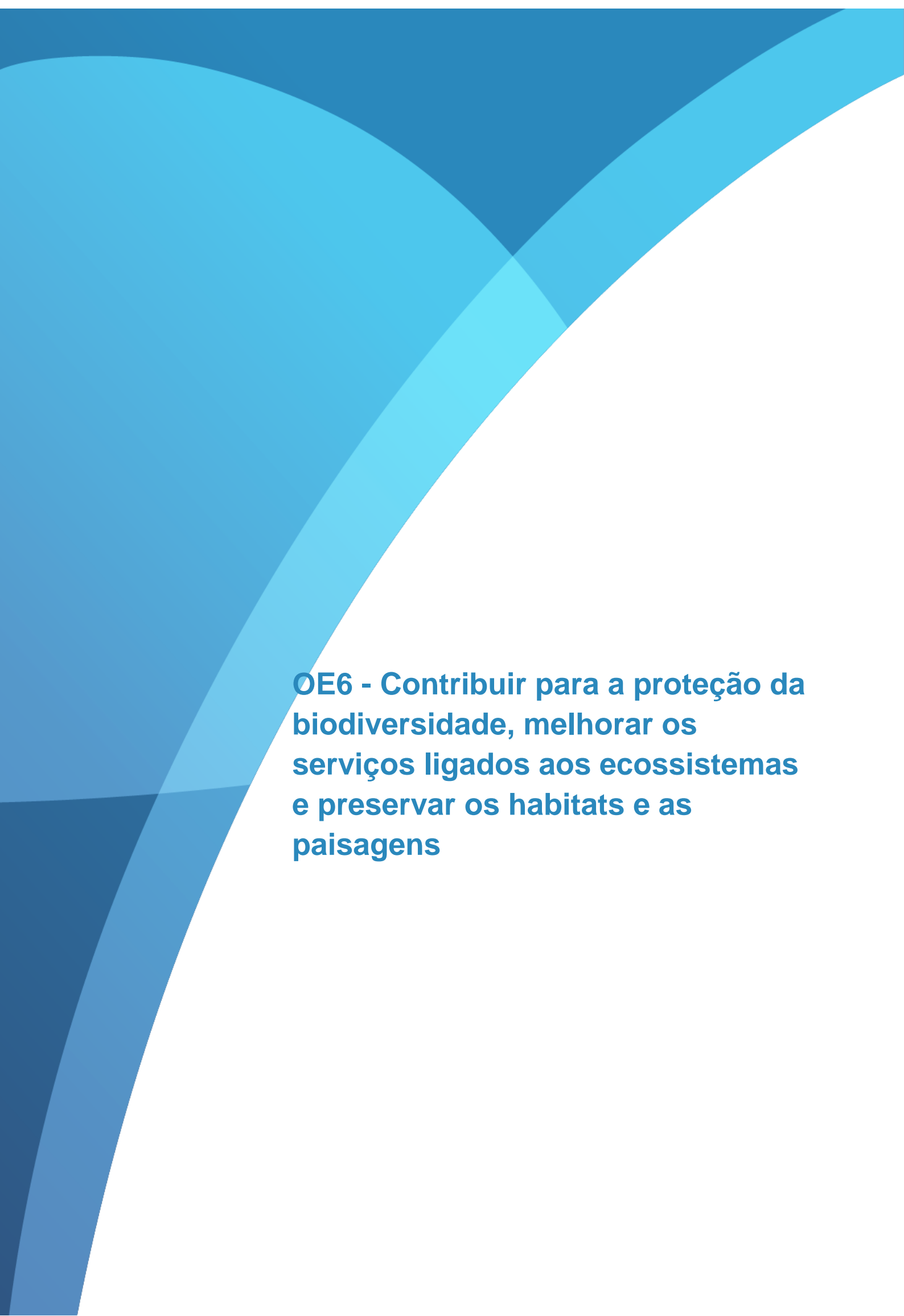
6.5. Avaliação de necessidades

O diagnóstico e a análise SWOT elaborados para o OE5, permitem enunciar um conjunto de necessidades com vista a uma gestão eficiente dos recursos e à promoção da agricultura sustentável, que se apresentam como fundamentais para a elaboração de uma estratégia integrada para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Ar	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a florestação e reflorestação, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas das estações, contribuindo para a preservação da qualidade do ar e aumentando a capacidade fixadora de carbono; • Promover a gestão das áreas florestais através de planos compatíveis com a preservação da qualidade do ar e do aumento da capacidade de fixação de carbono; • Garantir o valor da floresta como potenciador da preservação da qualidade do ar e da fixação de carbono; • Promover e conservar os prados e pastagens, preservando ou aumentando a sua capacidade fixadora de carbono;

Temática	Necessidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar a R. A. Açores como uma região de agricultura sustentável, num contexto de particular enfoque sobre a temática das alterações climáticas; • Desmistificar o impacto ambiental associado aos gases emitidos pelos animais; • Estimular a introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a atenuação das alterações climáticas.
Água e solo	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a florestação e reflorestação de linhas de água, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas das estações, contribuindo para a preservação da qualidade da água e do solo, diminuindo os riscos de erosão e aumentando a biodiversidade e a formação de corredores ecológicos; • Garantir o valor da floresta como potenciador da preservação da qualidade da água e do solo, na diminuição dos riscos de erosão, aumento da biodiversidade e na formação de corredores ecológicos; • Melhorar/conservar os solos e os recursos hídricos, com destaque para as ribeiras, cuja qualidade é afetada pela exposição às pressões antropogénicas (ex.: intensificação da agropecuária); • Evitar a seca de aquíferos subterrâneos; • Incrementar a cobertura do sistema de ligação domiciliária à rede de drenagem, por forma a atingir as metas propostas; • Realização de ações de sensibilização da população e aumento da fiscalização por forma a mitigar situações de descarga de águas residuais não tratadas, que ocorrem com maior frequência nas ilhas mais populosas; • Promover uma gestão integrada da água com foco na prevenção e redução dos níveis de poluição, na promoção da utilização sustentável, na proteção do ambiente e na melhoria do estado dos ecossistemas aquáticos; • Promover a gestão das áreas florestais através de planos compatíveis com a preservação da qualidade da água, do solo e dos riscos de erosão; • Estimular a introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a proteção dos recursos hídricos e do solo (ex.: sensibilizar os produtores agrícolas para as questões ambientais); • Adotar estratégias de mitigação das agressões da atividade agrícola e florestal sobre os recursos naturais; • Promover e conservar sistemas agrícolas sustentáveis e reduzir impactos ambientais negativos com origem agrícola; • Valorizar a importância de devolver o estrume à terra e a importância que os animais têm na manutenção e enriquecimento do solo;

Temática	Necessidades
	<ul style="list-style-type: none">• Delimitar o encabeçamento nos sistemas produtivos mais intensivos;• Estimular a introdução ou manutenção de práticas agrícolas e florestais e modos de produção que promovam a proteção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico;• Promover investimentos na captação e armazenamento de água pluvial para abastecimento à agricultura;• Incentivar projetos nas explorações agrícolas para armazenamento de água pluvial.

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy blue to a light sky blue. These shapes create a dynamic, layered effect on the left side of the page, while the right side is a plain white background.

OE6 - Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens

7. OE6 – Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens

7.1. Paisagens dos Açores

A diversidade de paisagens da R.A. Açores resulta da atuação de diversas forças, tanto naturais como antrópicas. A localização do arquipélago próxima da junção tripla das placas euroasiática, americana e africana, confere à Região um enquadramento geodinâmico perceptível ao nível da constante atividade sísmica e vulcânica.

Às forças internas, juntam-se as forças externas cujos elementos, principalmente do clima à escala local, ajudam a moldar a paisagem das ilhas, como a presença do mar, os ventos intensos e as tempestades. A combinação destas manifestações de origem natural modela lentamente a morfologia insular, resultando zonas de montanha que se intercalam com planaltos e vales encaixados, ribeiras pronunciadas, cones e crateras vulcânicas, fumarolas, grandes taludes, falésias e arribas costeiras íngremes, praias de areia vulcânica, áreas naturais de mato e de floresta, entre outras.

Além dos elementos naturais, a paisagem da R.A. Açores resulta também da atividade humana desenvolvida durante cerca de cinco séculos de povoamento, desde as práticas mais antigas e rurais, até às atividades mais avançadas de índole industrial e tecnológica. Realça-se, por isso, o desbravamento dos matos para a utilização de terrenos de pastagens, na pecuária, e para o cultivo de cereais, laranja, vinha, batata, milho, chá, as manchas florestais (principalmente a criptoméria) e os assentamentos urbanos, desde os pequenos aglomerados rurais até aos principais centros urbanos da Região, com grandes equipamentos e infraestruturas.

De uma forma geral, em todas as ilhas dos Açores a paisagem caracteriza-se por:

- Aglomerados e áreas agrícolas situados em locais até aos 150 metros de altitude, devido a uma maior adaptação ao conforto climático e às condições de relevo, que a par com a distribuição da vegetação natural, são os principais fatores determinantes da localização destes. Ainda que em menor número, surgem ainda alguns povoados em cota até 350 metros, bem como a maioria das pastagens, sendo que acima deste valor situam-se essencialmente áreas florestais e os matos de altitude a partir dos 1200 metros.
- A grande maioria dos povoados e centros urbanos localizam-se junto à faixa costeira, com fácil acesso ao mar e boas ligações às principais vias de comunicação;
- O verde como cor predominante das paisagens da Região, fruto da atividade agrícola que rodeia os aglomerados e da presença de matos e pastagens, que conferem diferentes tons consoante as variações nas culturas.

A Ilha de Santa Maria, grosso modo, caracteriza-se por ter uma paisagem mais plana, seca e pobre em coberto vegetal no setor poente, sendo mais húmida, arborizada e acidentada no setor nascente. A meio, divide-se por uma cadeia montanhosa que tem no Pico Alto o ponto mais elevado da ilha. Na costa existem grandes arribas de elevado valor paisagístico onde se cultiva a vinha, como são o caso das baías de São Lourenço e da Maia, com os muretes de pedra e socalcos, sendo as praias de São Lourenço e Praia Formosa as maiores, de cor clara e formação sedimentar.



Figura 181. Paisagens da Ilha de Santa Maria

Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

Na Ilha de São Miguel a intensa e sempre presente atividade vulcânica da Região é bem visível, não só pela presença de manifestações como caldeiras e fumarolas nas Furnas, como pela presença de crateras vulcânicas que deram origem às lagoas das Sete Cidades, das Furnas ou do Fogo. De relevo bastante acidentado, especialmente no setor nascente/norte da ilha, o declive e a altitude acentuam-se nas zonas interiores da ilha junto às principais formações montanhosas que são recortadas por inúmeras linhas de água de caudal considerável (algumas permanentes) e que formam uma rede hidrográfica complexa. A linha de costa da ilha é recortada pelos processos erosivos do vento e do mar que originam desabamentos, em alguns locais formando fajãs, como na Relva/Ferraria, Nordeste e Povoação.

A riqueza dos solos vulcânicos associada ao clima local potenciaram o surgimento de uma paisagem muito verde, rica em muitas espécies vegetais. A fertilidade dos solos permitiu, aliás, o surgimento da atividade agrícola, principalmente nos solos menos declivosos. A intensificação da pecuária, a partir de meados do século XX e nas décadas de 1980/90 mudaram a paisagem de São Miguel, com um grande alargamento da pastagem permanente em detrimento das áreas de cultivo tradicional, passando-se de uma maior diversidade paisagística para a homogeneidade das pastagens na atividade agropecuária.

A Ilha de São Miguel, maior em área e mais populosa, é o principal centro de desenvolvimento económico, cuja expansão dos seus principais centros urbanos, dos quais se destaca naturalmente a cidade de Ponta Delgada, também marca de forma vincada a paisagem, pelo crescimento habitacional e de infraestruturas públicas, comércio e serviços, elementos patrimoniais, culturais e religiosos.



Figura 182. Paisagens da Ilha de São Miguel

Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

Na Ilha Terceira distinguem-se duas secções, a secção ocidental, mais alta e montanhosa, e onde se situam os pontos mais altos da ilha como a Serra de Santa Bárbara (1021 metros), o Pico Alto (808 metros) e a Serra do Morião (400 metros) e a secção Oriental, mais baixa e plana, onde ocorre a zona da Achada, uma grande

extensão de pastagens muito compartimentada (cerrados) e sem aglomerados urbanos. A norte desta última, a zona do Ramo Grande é uma vasta encosta com amplas áreas agrícolas e pastagens, sendo povoada abaixo dos 200 metros de altitude.

Realça-se ainda as áreas de biscoito (onde se situa a freguesia dos Biscoitos) e que estão associadas à cultura da vinha (como o Verdelho) em curraletas delimitadas pelos tradicionais muros de pedra. Na ilha Terceira os aglomerados urbanos localizam-se sobretudo ao largo da costa formando um anel, tendo como maior expressão as cidades de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.



Figura 183. Paisagens da Ilha Terceira

Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

A Ilha Graciosa é geralmente baixa, sendo uma das menos húmidas do arquipélago, onde não ocorre chuva orográfica, ao contrário das restantes ilhas. Possui diversas baías e uma costa rochosa, maioritariamente baixa, indo até aos 20 a 30 metros de altitude. Atinge os 250 metros de altitude nas arribas da Serra Branca e os 170 metros na Ponta da Restinga. Nas suas diferentes zonas morfológicas, distinguem-se: a norte e nordeste uma planície agrícola mais humanizada e ocupada por campos agrícolas e pastagens, ocupando cerca de um terço da área da ilha; o Maciço Central mais montanhoso, com pouco povoamento e mais acidentado a nível topográfico, marcado pelas Serras Branca, Dormida e das Fontes; o Maciço da Caldeira, com altitude máxima de 402 metros, ocupado essencialmente por pastagens e áreas de criptoméria e espécies autóctones, localizando-se no interior a Caldeira; e o Vale entre o Maciço Central e o Maciço da Caldeira, de ocupação diversa entre agricultura, floricultura, pastagens, matos e maciços arbóreos.



Figura 184. Paisagens da Ilha Graciosa

Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

A Ilha de São Jorge distingue-se das restantes pelo seu formato alongado de extremos em fuso, com áreas aplanadas no topo da ilha que descem até ao mar através de enormes arribas (nalguns casos com cerca de 400 metros de altura) até às fajãs. As fajãs de São Jorge, apesar da ocupação humana, são um elemento

marcante da paisagem da ilha e até da Região, constituindo-se desde 2016 como Reserva da Biosfera, integrando a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO.

A frente costeira da Ilha de São Jorge é escassa em terrenos aplanados, pelo que a maioria das áreas aptas a cultura agrícola e pastagem situam-se acima dos 300 metros de altitude, mais expostos aos elementos climáticos.



Figura 185. Paisagens da Ilha de São Jorge
Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

A singularidade da paisagem da Ilha do Pico é marcada essencialmente pela existência de dois elementos de relevo: a montanha do Pico, ponto mais alto de Portugal com 2351 metros, cuja presença é visível nas ilhas mais próximas; e na área associada à cultura da vinha, cujos currais, marroços de pedra e canadas em terra batida ocupam as áreas aplanadas da baixa litoral da ilha, essencialmente na parte ocidental. A atividade vitivinícola na ilha do Pico é um fator determinante na modelação da paisagem, tendo esta sido classificada como Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico” em 1996, por proposta do Governo Regional²³ dos Açores, de forma a salvaguardar os valores naturais, paisagísticos e culturais aí existentes. Desde 2004, a vinha do Pico é Paisagem Cultural na lista de bens Património Mundial da UNESCO, solidificando o seu papel paisagístico e histórico-cultural.

O setor poente da Ilha do Pico, no concelho da Madalena, é geralmente aplanado ao redor da montanha, que é o elemento mais marcante desta zona. A zona nascente, tanto para nordeste como para sudeste até à Manhenta, observa a ocorrência de encostas de maior dimensão que se erguem desde o mar até ao planalto no interior da ilha. As escassas linhas de água existentes são pouco desenvolvidas.



Figura 186. Paisagens da Ilha do Pico
Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

²³ Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/A, de 27 de junho.

Na Ilha do Faial a paisagem é dominada pela presença do vulcão central da Caldeira, culminando no centro da ilha a 1043 metros de altitude no Cabeço Gordo, tendo em seu redor áreas de declives mais suaves até encontrarem a linha de costa. A zona do Vulcão dos Capelinhos marca a paisagem da ilha no setor poente, com os seus solos arenosos e ausência de coberto vegetal, especialmente expostos à ação erosiva do mar, do vento e da chuva.

A ocupação humana desenvolveu-se sobretudo na baía onde hoje se situa a cidade da Horta, sendo complementada pelos aglomerados rurais que se desenvolveram sobretudo no alinhamento da costa. A paisagem da Ilha do Faial é ainda marcada pelo graben de Pedro Miguel, a praia do Porto Pim, a falésia da Praia do Norte e o Morro de Castelo Branco.



Figura 187. Paisagens da Ilha do Faial

Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

A ilha das Flores possui um relevo acidentado com vales pronunciados, uma rede hidrográfica bastante desenvolvida e inúmeras cascatas. No cimo desta distinguem-se dois patamares, a norte entre os 600 e 700 metros de altitude, onde situam o Morro Alto, o Pico da Burrinha, o Pico da Testa da Igreja e o Pico da Sé, e a sul uma zona planáltica que se desenvolve entre os 500 e os 600 metros de altitude onde os aparelhos vulcânicos são mais pequenos, situando-se aí a Lagoa Rasa, Lagoa Funda e Lagoa Negra.

No litoral da ilha destacam-se as arribas e as fajãs, enquanto na costa ocidental sucedem-se as áreas de pastagem e de matos.



Figura 188. Paisagens da Ilha das Flores

Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

A Ilha do Corvo tem uma paisagem marcada pela presença do Caldeirão numa zona central, com um diâmetro de 5 quilómetros e profundidade de cerca de 300 metros, verificando a existência de planos de água no seu interior. Em seu redor predominam pastagens compartimentadas por muros de pedra, sendo escassa a presença de matas e floresta, bem como de uma linha de água de caudal permanente.

O assentamento populacional dá-se na Vila Nova do Corvo, único aglomerado urbano da ilha, localizado no extremo sul desta.



Figura 189. Paisagens da ilha do Corvo

Fonte: SIARAM, Direção Regional do Ambiente

7.2. Biodiversidade

A grande variedade de espécies animais e vegetais existentes na R.A. Açores resulta das especificidades das ilhas inerentes à evolução pelo isolamento geográfico, às condições climáticas e às características geográficas das mesmas, que possibilitaram a criação de paisagens e habitats específicos e únicos.

Estima-se que atualmente ocorram na R.A. Açores 6.164 espécies e subespécies terrestres e de água doce, sendo 452 endémicas. As ilhas de São Miguel, Terceira e Pico concentram a maior parte das espécies e subespécies endémicas terrestres.

O fenómeno do endemismo na R.A. Açores acontece maioritariamente nos animais terrestres, em cerca de 73% do total, ocorrendo em maior número os filos Molusca (caracóis e lesmas) com 49 espécies e subespécies e os Arthropoda com 272 espécies e subespécies.

A ocorrência destas espécies é maior nas ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, Faial e Flores. A observação de espécies e subespécies de Arthropoda na Região revela uma presença semelhante nos últimos anos, embora em São Miguel se verifique um ligeiro decréscimo em contraponto com as restantes ilhas.

Em termos de plantas vasculares, o Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016 divulga 73 espécies endémicas, embora este número possa ser potencialmente maior à medida que novos estudos científicos são realizados.

Relativamente à evolução do número de espécies e subespécies de plantas vasculares em anos recentes, as ilhas de São Miguel, Terceira e Pico são aquelas onde se deram ligeiros decréscimos, enquanto na Ilha do Faial esse número manteve-se entre 2010 e 2016. Nas restantes ilhas deu-se um pequeno acréscimo.

7.3. Conservação de espécies e habitats

No âmbito do Artigo 17.º da Diretiva Habitats, cujo relatório é elaborado a cada 6 anos, são identificadas 32 espécies de flora terrestre da R.A. Açores para o período 2007-2012. Segundo a avaliação global do estado de conservação, 12 espécies deverão prosperar de forma favorável sem necessidade de alteração nas medidas de gestão existentes, enquanto sete espécies enfrentam uma situação desfavorável-inadequada, encontrando-se em perigo de extinção ao nível da Região (necessitando de alterações nas práticas de gestão) e 11 espécies encontram-se em estado desfavorável-mau, com perigo de extinção a nível local a um nível superior às restantes. É desconhecido o estado de conservação de duas espécies.

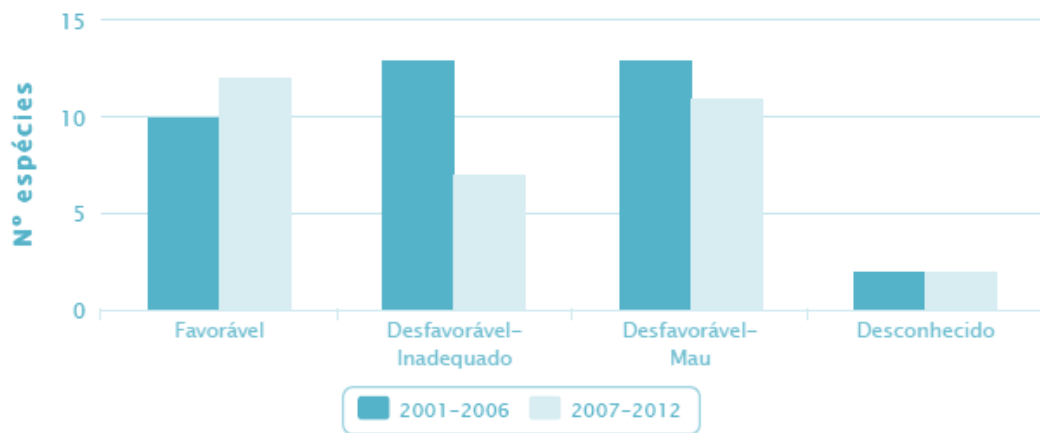


Figura 190. Avaliação global do estado de conservação da flora terrestre na RAA (2001-2012)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Quanto à fauna terrestre ameaçada, na R.A. Açores as principais situações são o morcego (único mamífero), o priolo (único passeriforme endémico da R.A. Açores) e a estrelinha. De realçar que o estatuto do priolo foi já alterado algumas vezes, tendo passado de “espécie criticamente em perigo de extinção” para “espécie em perigo de extinção”, ocupando um grau “vulnerável”, que é o mais baixo para comunidades em risco de extinção, em resultado da implementação de projetos de conservação LIFE que levaram à estabilização daquela população na Região.

Em termos de habitats, de acordo com o Anexo I da Diretiva Habitats ocorrem 29 na R.A. Açores, três dos quais são marinhos. Dos 26 habitats terrestres protegidos segundo a Avaliação Global do Estado de Conservação, 16 deles apresentam estado favorável, seis apresentam estado desfavorável-inadequado e quatro apresentam estado desfavorável-mau, nomeadamente os habitats correspondentes a habitats costeiros e vegetação alófito.

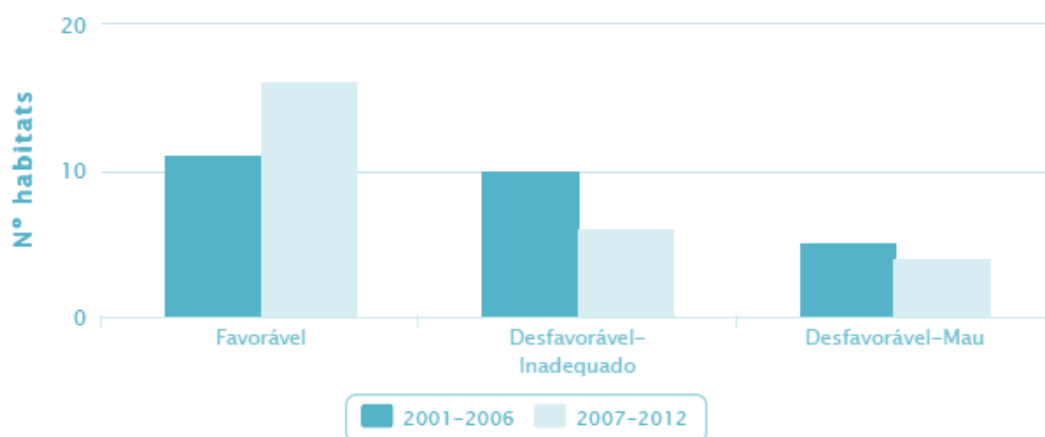


Figura 191. Avaliação global do estado de conservação dos habitats terrestres na RAA (2001-2012)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Quanto às espécies marinhas, são desconhecidos os estados de conservação de 21 espécies de cetáceos, três pinípedes e um invertebrado, sendo desfavorável o estado de conservação para um réptil e três cetáceos.

Em termos de aves marinhas, nidificam regularmente na Região nove espécies, sendo que sete destas estão incluídas no Anexo I da Diretiva das Aves, pelo que é exigida assim a existência das ZPE (Zona de Proteção Especial) enquanto instrumento para a sua conservação.

A lista detalhada das espécies marinhas protegidas pode ser consultada no Decreto Legislativo Regional n.º 14/2015/A, de 2 de abril.

7.4. Evolução das espécies invasoras

Na R.A. Açores os ecossistemas são sensíveis e vulneráveis a invasões de espécies exóticas, pelo que a chegada e introdução destas no meio natural da Região funciona como fator de pressão e contribui muitas vezes para a extinção das espécies endémicas e consequentemente redução da biodiversidade. O peso das espécies exóticas no global das plantas vasculares na Região assume um peso importante (70%), constituindo assim uma forte ameaça para as espécies endémicas e ecossistemas locais.

De forma a controlar esta proliferação de espécies exóticas, especialmente em áreas sensíveis, desde 2004 tem decorrido, por iniciativa do Governo Regional dos Açores, um projeto de conservação “*in situ*” com o objetivo de controlar o desenvolvimento dessas mesmas espécies invasoras, estando também associado a programas de recuperação das espécies vegetais autóctones.

Até ao ano de 2010 foram alvo de controlo 16 espécies, mas no entanto esse número bem como a área abrangida têm vindo a aumentar, sendo que de 2011 a 2013 o controlo foi feito em 30 espécies numa área de 1200 hectares, enquanto entre 2014 e 2016 as ações de controlo abrangeram 35²⁴ espécies numa superfície de cerca de 2500 hectares.

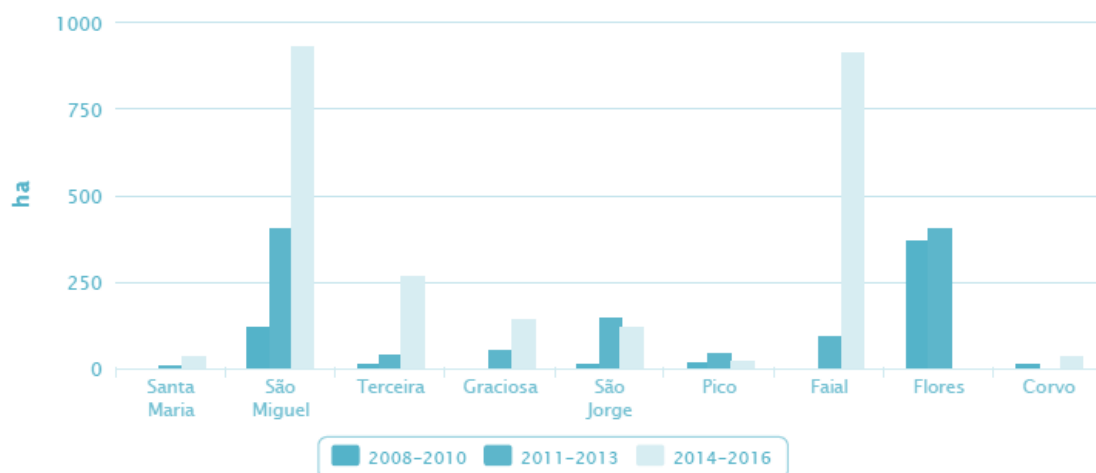


Figura 192. Áreas sujeitas a trabalhos de controlo de espécies exóticas invasoras por ilha (2008-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Relativamente a espécies animais, a introdução de espécies exóticas tem naturalmente impactos sobre as espécies autóctones (tanto na fauna como na flora), sendo os mais importantes de referir o coelho, a ratazana-preta e a ratazana-castanha, que invadem e destroem ninhos, alimentam-se de ovos, crias e aves. Enquanto espécies particularmente prejudiciais em especial para a flora local, identificam-se o escaravelho-

²⁴ *Pittosporum undulatum*, *Hedychium gardnerarum*, *Hydrangea macrophylla*, *Arundo donax*, *Gunnera tinctoria*, *Clethra arborea*, *Carpobrotus edulis*, *Lantana camara*, *Ailanthus altissima*, *Polygonum capitatum*, *Drosanthemum floribundum*, *Acacia melenoxylon*, *Ulex europaeus*, *Ipomoea indica*, *Ipomoea imperati*, *Rubus ulmifolius*, *Pteridium aquilinum*, *Leysesteria formosa*, *Metrosideros excelsa*, *Canna indica*, *Solanum mauritianum*, *Tritonia x crocosmiflora*, *Cortaderia selloana*, *Erigeron karvinskianuse*, *Phormium tenax*, *Ageratina adenophora*, *Tamarix africana*, *Ficus carica*, *Rhaphiolepis umbellata*, *Crinum moorei*, *Zantedeschia aethiopicum*, *Phytolacca americana*, *Tetragonia tetragonoides*, *Criptomera japonica* e *Pinus pinaster*.

japonês e as térmitas, como a térmita-da-madeira-seca, a térmita-da-madeira-húmida e as térmitas subterrâneas.

No controlo das espécies de flora invasoras tem destaque o projeto no âmbito do Programa LIFE, Terras do Priolo, entre 2014 e 2016²⁵. A nível legislativo, o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril veio regular a entrada de espécies exóticas na Região, sendo evitada a disseminação de espécies que constituam ameaça para a flora endémica²⁶.

7.5. Geodiversidade e património geológico

São conhecidas na R.A. Açores 272 cavidades vulcânicas, com maior incidência nas ilhas do Pico e Terceira, que incluem tubos lávicos, algares e grutas de erosão marinha, que além do valor geológico que representam são também o habitat de numerosas espécies endémicas. As suas características contribuem para o seu potencial turístico e de visitaçã, bem como ao desenvolvimento de estudos científicos, que ajudaram na classificação como Monumentos Naturais as cavidades vulcânicas do Algar do Carvão (Ilha Terceira), Furna do Enxofre (Ilha Graciosa), Gruta das Torres (Ilha do Pico) e Gruta do Carvão (Ilha de São Miguel).

Importa referir que as cavidades vulcânicas estão categorizadas pelo seu interesse científico, integridade e espetacularidade, em quatro classes, sendo as classes A, B e C ordenadas de forma decrescente pelo grau de importância. A classe D refere-se a cavidades cuja localização não é completamente precisa.

Os estudos executados pelo Grupo de Trabalho para o Estudo Espeleológico dos Açores identificaram entre 2014 e 2016 novas cinco cavidades de classe C na Ilha Terceira e a diminuição do número de cavidades das classes B e D. Na ilha do Pico, ilha que concentra o maior número de cavidades vulcânicas da Região, a classe C é a predominante.

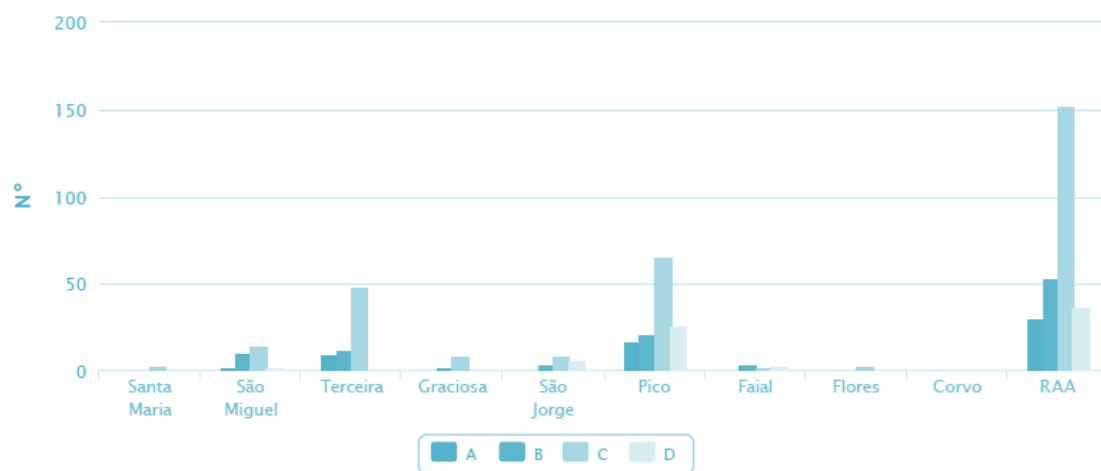


Figura 193. Número de cavidades vulcânicas existentes nas ilhas e na RAA, por classe (2014-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Do património geológico da Região faz parte um grande número de monumentos naturais singulares, como vulcões, caldeiras, lagoas, campos lávicos, fumarolas, águas termais, grutas e algares vulcânicos, fajãs, escarpas de falha e depósitos fossilíferos marinhos, entre outros. Esta diversidade potenciou a criação do

²⁵ Projeto LIFE12 NAT/PT/000527, Life Terras do Priolo - <http://life-terrasdopriolo.spea.pt/pt/>

²⁶ Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade. Transpõe para o ordenamento jurídico regional a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, e a Diretiva n.º 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens - <https://data.dre.pt/eli/declegreg/15/2012/04/02/a/dre/pt/html>

Geoparque Açores²⁷, com o objetivo de promover a preservação e a divulgação destes locais de enorme interesse turístico, pedagógico, científico, cultural, económico e paisagístico.

O Geoparque Açores constitui uma rede de geossítios nas nove ilhas da Região e na área marinha envolvente, sendo que 121 são geossítios terrestres e quatro são geossítios marinhos. Destes, 55 são considerados prioritários para o desenvolvimento de estratégias de geoconservação e ações de valorização, concentrando-se em maior número nas ilhas de São Miguel, Pico e Terceira.

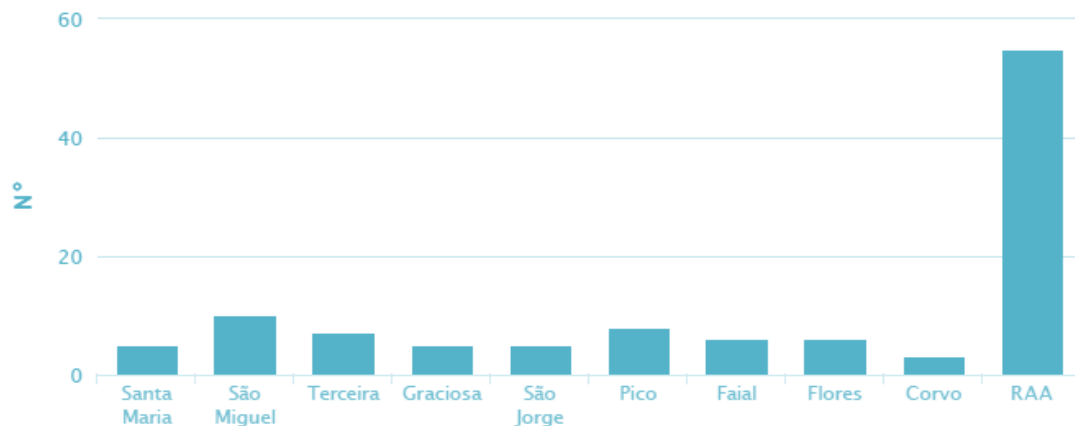


Figura 194. Número de geossítios terrestres prioritários por ilha e na RAA (2011-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

7.6. Áreas classificadas

Na R.A. Açores a Rede de Áreas Protegidas integra todas as áreas protegidas existentes na Região, utilizando a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), dentro das seguintes categorias:

- Reserva natural – com as subcategorias de “reserva natural integral” (categoria Ia) e “reserva natural parcial” (categoria Ib);
- Monumento natural – categoria III;
- Área protegida para a gestão de habitats ou espécies – categoria IV;
- Paisagem protegida – categoria V;
- Área protegida de gestão de recursos – categoria VI.

São três os tipos de unidades de gestão da Rede de Áreas Protegidas, nomeadamente o Parque Natural de Ilha (PNI), que integra também os territórios marinhos imediatamente adjacentes às ilhas, o Parque Marinho dos Açores (PMA) e as Áreas Protegidas de Importância Local. Os PNI e os PMA constituem a unidade de gestão da Rede de Áreas Protegidas da R.A. Açores e integram também as áreas classificadas da Rede Natura 2000.

²⁷ Geoparque Açores - <https://www.azoresgeopark.com/>

7.6.1. Parque Natural de Ilha (PNI)

No âmbito dos PNI são protegidas 123 áreas, ocupando uma superfície total de 180 247 hectares (56 066 hectares de área terrestre e 124 181 hectares de área marinha), nomeadamente:

- 19 Reservas Naturais;
- 10 Monumentos Naturais;
- 48 Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies;
- 16 Áreas de Paisagem Protegida;
- 30 Áreas Protegidas para a Gestão de Recursos.

Os PNI existem em todas as ilhas da Região e foram criados com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável de recursos naturais, de forma potenciar o bem-estar das populações e o turismo.

O PNI de Santa Maria foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de novembro e integra 13 áreas terrestres e marítimas, pela necessidade de conservar as suas características a nível biológico e geológico e o seu património paleontológico, nomeadamente:

- Reservas Naturais: Ilhéus das Formigas; Ilhéu da Vila.
- Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha.
- Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies: Costa Sudoeste; Ponta do Castelo; Baía do Cura; Pico Alto.
- Áreas de Paisagem Protegida: Barreiro da Faneca; Baía de São Lourenço e Baía da Maia.
- Áreas Protegidas de Gestão de Recursos: Baía de São Lourenço; Costa Norte; Costa Sul.

O PNI de São Miguel, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, integra todas as áreas protegidas classificadas da ilha, constituindo-se como a unidade de gestão dessas áreas e tendo em conta a conciliação dos valores naturais com as atividades económicas. São áreas do PNI de São Miguel:

- Reservas Naturais: Lagoa do Fogo; Pico da Vara.
- Monumentos Naturais: Caldeira Velha; Gruta do Carvão; Pico das Camarinhas – Ponta da Ferraria;
- Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies: Ilhéu de Vila Franca do Campo; Serra de Água de Pau; Tronqueira e Planalto dos Graminhais; Ponta do Cintrão; Ponta do Arnel; Feteiras; Ponta do Escalvado; Ponta da Bretanha; Faial da Terra; Ferraria; Lagoa do Congro.
- Áreas de Paisagem Protegida: Sete Cidades; Furnas.
- Áreas Protegidas de Gestão de Recursos: Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo; Costa Este; Ponta do Cintrão – Ponta da Maia; Porto das Capelas – Ponta das Calhetas; Ponta da Ferraria – Ponta da Bretanha.

A ilha Terceira viu o seu PNI ser criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2011/A, de 20 de abril, sendo constituído por 20 áreas terrestres e marinhas, o que significa que 22% da sua área terrestre está inserida no parque natural. São áreas de PNI na Ilha Terceira:

- Reservas Naturais: Serra de Santa Bárbara e dos Mistérios Negros; Biscoito da Ferraria e Pico Alto; Terra Brava e Criação das Lagoas.
- Monumentos Naturais: Algar do Cavão; Furnas do Enxofre.
- Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies: Ponta das Contendas; Ilhéus das Cabras; Matela; Biscoito das Fontinhas; Quatro Ribeiras; Planalto Central e Costa Noroeste; Pico do Boi.
- Áreas de Paisagem Protegida: Vinha dos Biscoitos.
- Áreas Protegidas de Gestão de Recursos: Caldeira do Guilherme Moniz.
- Áreas Marinhas Protegidas de Gestão de Recursos: Quatro Ribeiras; Costa das Contendas; Ilhéu das Cabras; Cinco Ribeiras; Baixa da Vila Nova; Monte Brasil.

O PNI da Graciosa é constituído por 8 áreas protegidas terrestres e marinhas, tendo sido criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 45/2008/A, de 5 de novembro. Integram quatro categorias da IUCN, nomeadamente:

- Reservas Naturais: Ilhéu de Baixo; Ilhéu da Praia.
- Monumentos Naturais: Caldeira da Graciosa.
- Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies: Ponta da Restinga; Ponta Branca; Ponta da Barca.
- Áreas Protegidas de Gestão de Recursos: Costa Sudeste; Costa Noroeste.

Quanto ao PNI de São Jorge, foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/2010/A, de 28 de março e engloba 24% da superfície da ilha, integrando 13 áreas protegidas com importantes pontos de interpretação e contemplação:

- Monumentos Naturais: Ponta dos Rosais.
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies: Costa Noroeste; Costa Sudoeste; Costa das Velas; Pico da Esperança e Planalto Central; Fajã das Almas; Costa do Topo; Ilhéu do Topo.
- Áreas de Paisagem Protegida: Fajãs do Norte.
- Áreas Protegidas de Gestão de Recursos: Costa Oeste; Entre Morros; Costa das Fajãs; Topo.

O PNI do Pico integra 22 áreas protegidas e abrange cerca de 35% da área total da ilha, compreendendo 22 áreas protegidas, tanto terrestres como marinhas, para o qual contribuem a montanha do Pico, a paisagem das vinhas, a fauna e flora e a biodiversidade local. Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, são áreas do PNI do Pico:

- Reservas Naturais: Montanha do Pico; Caveiro; Mistério da Prainha; Furnas de Santo António; Gruta das Torres.
- Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies: Lagoa do Caiado; Lajes do Pico; Furnas de Santo António; Silveira; Mistério de São João; Terra Alta; Ribeiras; Zona do Morro.

- Áreas de Paisagem Protegida: Zona Central.
- Área de Paisagem Protegida da Cultura da Vinha: Ponta da Ilha; Ponta do Mistério; Zona Norte; São Mateus/São Caetano; Zona Oeste
- Áreas Protegidas de Gestão de Recursos: Porto das Lajes; Ponta da Ilha; Canal Faial-Pico/Sector Pico.

O PNI do Faial foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 46/2008/A, de 7 de novembro e integra 14 áreas protegidas. Foi distinguido pela Comissão Europeia em 2011 como destino para representar Portugal no programa EDEN (European Destinations of Excellence), um galardão atribuído pela União Europeia aos locais da Europa onde se praticam atividades turísticas sustentáveis. As áreas de PNI do Faial são as seguintes:

- Reservas Naturais: Caldeirinhas; Caldeira do Faial; Morro do Castelo Branco.
- Monumentos Naturais: Vulcão dos Capelinhos.
- Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies: Cabeço do Fogo; Capelinhos, Costa Noroeste e Varadouro; Varadouro – Castelo Branco; Lomba Grande.
- Áreas de Paisagem Protegida: Monte da Guia; Zona Central.
- Áreas de Paisagem de Gestão de Recursos: Canal Faial-Pico/Sector Faial; Castelo Branco: Capelinhos; Cedros.

O PNI das Flores, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011/A, de 23 de março, integra 9 áreas protegidas com os ecossistemas terrestres e marinhos mais representativos da biodiversidade e geodiversidade da ilha. As áreas de PNI das Flores são as seguintes:

- Reservas Naturais: Ilhéu de Maria Vaz; Morro Alto e Pico da Sé; Caldeiras Funda e Rasa.
- Monumentos Naturais: Rocha dos Bordões.
- Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies: Ponta Nordeste; Ponta da Caveira; Costa Sul e Sudoeste.
- Áreas de Paisagem Protegida: Zona Central e Falésias da Costa Oeste.
- Áreas Protegidas de Gestão de Recursos: Costa Norte.

O PNI do Corvo foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 44/2008/A, de setembro e, apesar da pequena área de superfície da ilha (apenas 17 km²), alberga uma grande biodiversidade e variedade de habitats, como por exemplo, 48 espécies vegetais endémicas dos Açores, além de várias espécies de aves migratórias. As duas áreas do PNI do Corvo são:

- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies: Costa e Caldeirão do Corvo.
- Área Protegida para a Gestão de Recursos: Costa do Corvo.

7.6.2. Parque Marinho dos Açores (PMA)

Quanto ao PMA, desde a publicação do Decreto Legislativo Regional 13/2016/A, de 19 de julho, que foram criadas 4 novas áreas protegidas, pelo que desde 2016 são protegidas 15 áreas marinhas (o dobro de 2011), num total de 24 627 256 hectares.

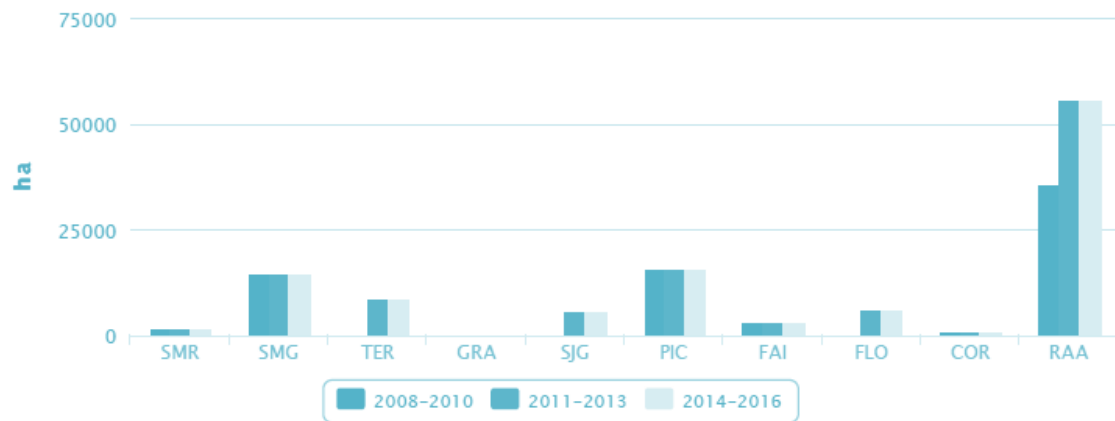


Figura 195. Área terrestre da Rede de Áreas Protegidas por ilha e na RAA (2008-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

A Rede de Áreas Protegidas e a Rede Natura 2000 ocupa cerca de 24% do território da Região, sendo que, proporcionalmente à área, a ocupação é superior nas ilhas do Corvo, Flores e Pico.

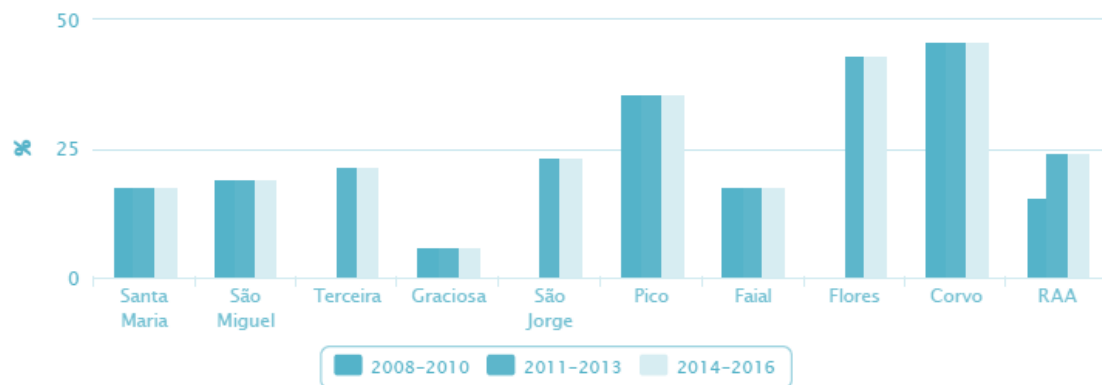


Figura 196. Percentagem de área terrestre ocupada pela Rede de Áreas Protegidas por ilha e na RAA (2008-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

7.6.3. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 integra áreas protegidas de importância regional, reserva ecológica e reserva agrícola regional e destina-se a proteger sítios importantes para espécies e habitats raros e ameaçados ao abrigo da Diretiva Aves e da Diretiva Habitats. Na Região a Rede Natura 2000 integra 15 Zonas de Proteção Especial (ZPE), 23 Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e 3 Sítios de Interesse Comunitário (SIC). As ilhas com maiores áreas de Rede Natura 2000 são o Pico e São Miguel, sendo que proporcionalmente, é a Ilha do Corvo que tem a maior percentagem de área de Rede Natura 2000, seguida da ilha das Flores e do Pico. A proporção a nível regional situa-se nos 15%.

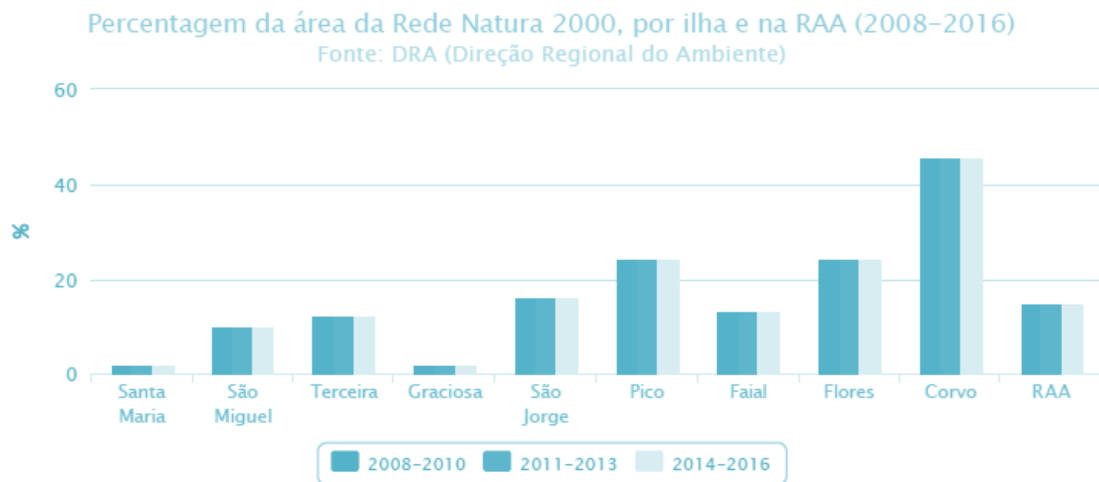


Figura 197. Percentagem da área da Rede Natura 2000 por ilha e na RAA (2008-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

7.6.4. Áreas Marinhas Protegidas (AMP)

Quanto a Áreas Marinhas Protegidas (AMP) estas surgiram nos Açores pela primeira vez em 1980 com a designação da Baía das Caldeirinhas, no Monte da Guia (Ilha do Faial) e são importantes para a conservação de recursos naturais, habitats e espécies, bem como para a manutenção de forma sustentável dos serviços e atividades ligados ao mar. Até 2016 designaram-se 15 destas áreas: 5 áreas de categoria I (reserva sem visitação), 6 áreas de categoria IV (reserva com visitação) e 4 áreas de categoria VI (áreas de proteção de recursos), numa área de superfície aproximada de 25 milhões de hectares.

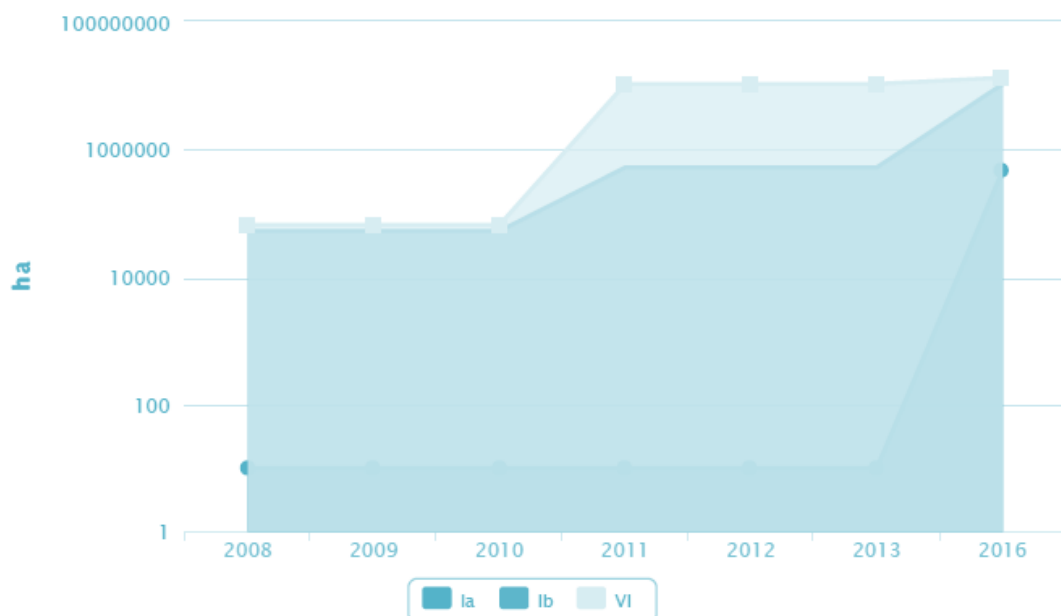


Figura 198. Área Marinha Protegida nos Açores (2008-2016)

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016

Na R.A. Açores os habitats marinhos encontram-se em estado de conservação favorável, sendo que enquanto Região incluída na região biogeográfica da Macaronésia, classificam-se três habitats no âmbito da Diretiva Habitats:

- Grutas marinhas submersas e semisubmersas;
- Enseadas e baías pouco profundas;
- Recifes (incluindo recifes costeiros, montes submarinos e campos hidrotermais).

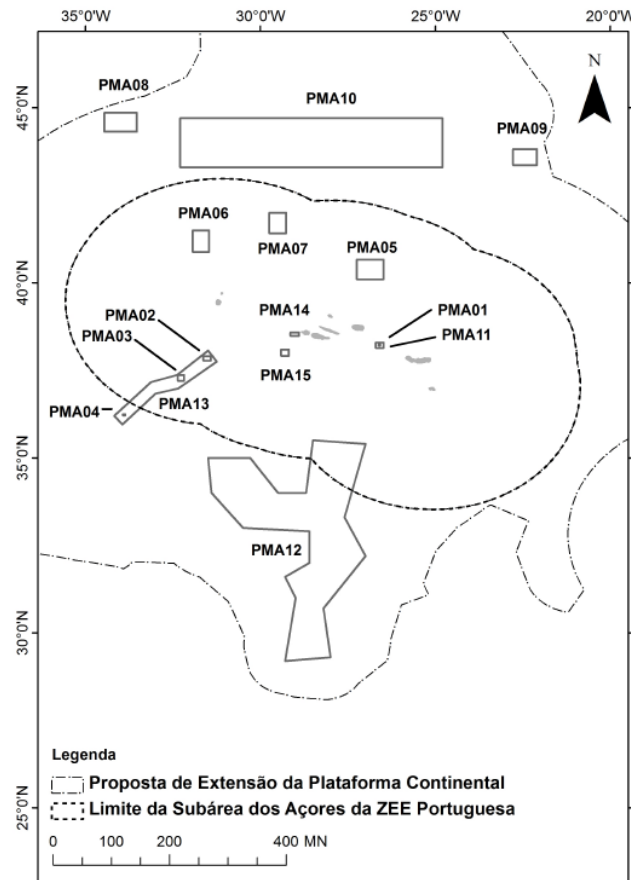


Figura 199. Parque Marinho dos Açores

Fonte: Decreto Legislativo Regional 13/2016/A, de 19 de julho²⁸

A lista completa das Áreas Marinhas Protegidas pode ser consultada no Anexo I do Decreto Legislativo Regional 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores e no Anexo III do Decreto Legislativo Regional 13/2016/A, de 19 de Julho, que altera o primeiro.

7.6.5. Reservas da Biosfera

Na R.A. Açores existem quatro reservas da biosfera que integram a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, nomeadamente as Fajãs de São Jorge, a Ilha Graciosa, a Ilha das Flores e a Ilha do Corvo. O objetivo geral da rede a nível mundial passa por melhorar as relações entre as populações e o ambiente. Complementarmente, apresentam ainda três objetivos:

1. Conservação – contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética;

²⁸ Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

2. Desenvolvimento – contribuir para um desenvolvimento económico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável;
3. Logística – prover alicerces para investigação, monitorização, educação e troca de informação, relacionados com temas de conservação e desenvolvimento locais, nacionais e globais.

Desde 2007, a Ilha da Graciosa é, na sua totalidade, Reserva da Biosfera. Em termos de ecossistemas presentes destacam-se as baías e as falésias rochosas, bem como os ilhéus, que além do interesse paisagístico são áreas de passagem e nidificação de diversas aves migratórias, especialmente o ilhéu da Praia.

O seu património geológico é enriquecido pela existência de diversas cavidades vulcânicas, grutas lávicas e algares, onde se salienta a Caldeira, que além importância paisagística e da presença da Furna do Enxofre, integra ainda a maior área florestal da ilha, conferindo uma maior riqueza biológica, estética, científica e cultural.

Em termos de espécies a ilha da Graciosa apresenta níveis elevados de riqueza endémica, tanto da Região (40 espécies) como da Macaronésia (20 espécies), como artrópodes terrestres e moluscos. Nesta Reserva da Biosfera também nidificam algumas espécies sensíveis de aves, bem como de morcegos.

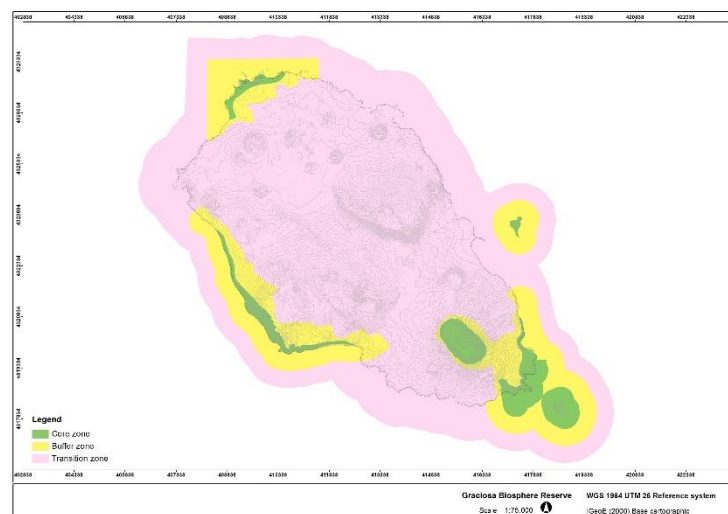


Figura 200. Zonamento da Reserva da Biosfera da Graciosa
Fonte: Direção Regional do Ambiente - Governo dos Açores

As Fajãs de São Jorge são Reserva da Biosfera desde o ano de 2016 e ocupam uma área de cerca de 98.114,17 hectares, na prática toda a área terrestre da ilha e ainda uma área marinha envolvente até 3 milhas da linha de costa. Apesar da paisagem marcada pela ação antrópica, existem zonas pouco intervencionadas principalmente em altitude ou zonas baixas de difícil acesso. Nos locais mais altos da ilha sobressaem as zonas húmidas importantes para o equilíbrio hídrico e enquanto habitats naturais, predominando bosques de cedro, azevinho e ericais. As zonas de arriba contêm áreas de vegetação endémica com grande valor e importância para a sua conservação.

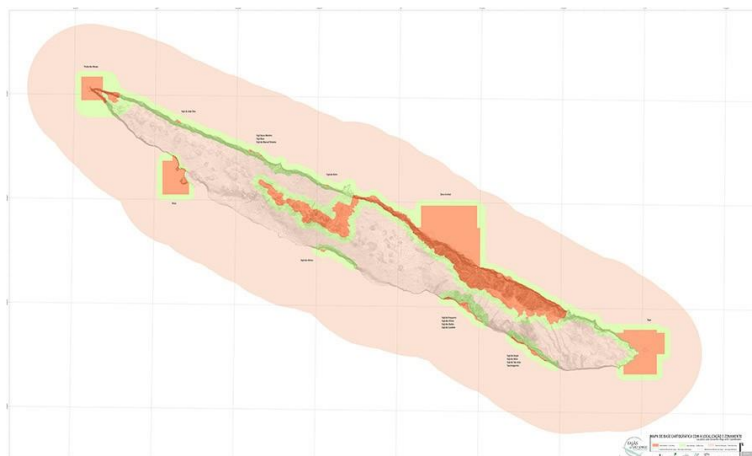


Figura 201. Zonamento da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge

Fonte: Direção Regional do Ambiente (2013), Fajãs de São Jorge – Candidatura a Reservas da Biosfera

As fajãs constituem-se como áreas de elevado interesse paisagístico, ecossistémico e da biodiversidade, cultural e patrimonial, como são o caso das Fajãs do João Dias, do Além, do Santo Cristo, dos Cubres, dos Bodes, entre outras. Os sistemas lagunares destas são lugares únicos em termos de importância ecológica, tanto nos Açores como na região biogeográfica da Macaronésia.

Ao nível da fauna e flora, a ilha de São Jorge apresenta uma grande riqueza de espécies endémicas, destacando-se a cigarrinha-das-árvores, a aranha, a aranha caçadora de São Jorge, o pseudescorpião cavernícola, a traça e o carochinho cavernícola. Ao nível da flora destaca-se a redescoberta, em 2013, de uma orquídea rara confinada ao Pico da Esperança, a *Platanthera azorica*.

A Ilha das Flores é Reserva da Biosfera desde 2009. As zonas altas e húmidas, no Planalto Central, possuem a maior área de turfeira da R.A. Açores, que conjuntamente com as diversas cascatas e ribeiras são importantes a nível paisagístico e para o equilíbrio hídrico. É nas turfeiras que existe a maior floresta de cedro-do-mato da Região, existindo ainda outros dois tipos de habitat prioritário, as charnecas macaronésias endémicas e a floresta Laurissilva.

À semelhança das restantes ilhas, estes locais têm relevância para a passagem e descanso de muitas aves migratórias. A ilha das Flores apresenta 195 endemismos da Região, onde se destacam os invertebrados e a vegetação terrestre. Dos vertebrados endémicos, apenas nesta ilha conhecem-se espécies únicas de peixe marinho (uma espécie), aves (9 espécies) e um morcego, bem como 9 espécies e uma subespécie de artrópodes.

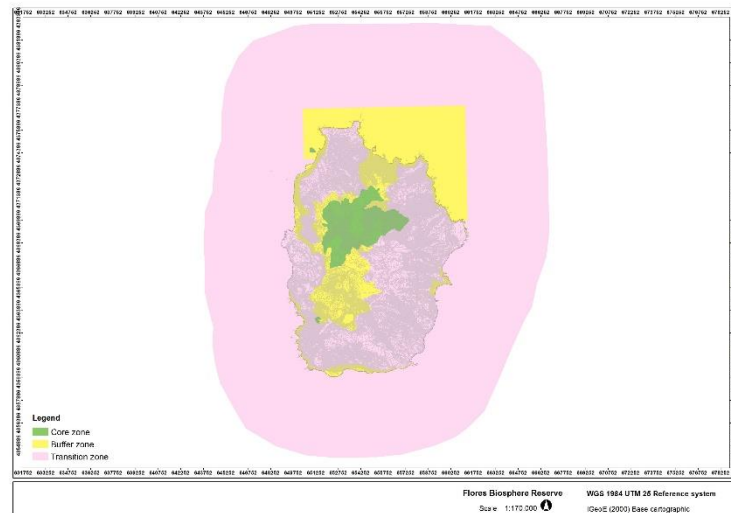


Figura 202. Zonamento da Reserva da Biosfera das Flores
 Fonte: Direção Regional do Ambiente - Governo dos Açores

Por fim, a ilha do Corvo é, juntamente com a ilha Graciosa, Reserva da Biosfera desde o ano de 2007. Com apenas cerca de 17 km² de área, é a mais pequena da R.A. Açores sendo marcada pela presença de uma caldeira no setor norte/noroeste com uma forte erosão costeira a noroeste e oeste, que é testemunha da perda de área terrestre perante os fortes agentes erosivos.

Apesar da sua pequena dimensão, apresenta em termos de ecossistemas uma diversidade interessante, destacando-se o Caldeirão (uma caldeira vulcânica) onde no interior se formaram duas lagoas. Nas vertentes viradas a norte existem turfeiras, que em conjunto com as da ilha das Flores, são das mais antigas do país, constituindo importantes reservas hídricas e refúgio para espécies endémicas.

Registam-se na Reserva da Biosfera do Corvo 95 endemismos ao nível da flora, sendo 59 dos Açores, 19 da Macaronésia e ainda 17 da Europa. Em termos de artrópodes terrestres, regista 24 espécies endémicas dos Açores e 6 da Macaronésia. Tal como nas restantes ilhas, é local de passagem para muitas espécies de aves, registando-se também 8 subespécies endémicas dos Açores e uma da Macaronésia.

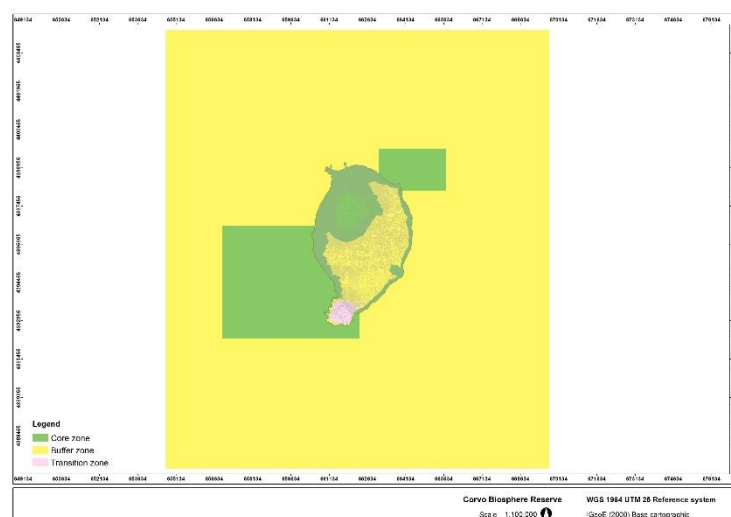


Figura 203. Zonamento da Reserva da Biosfera das Flores
 Fonte: Direção Regional do Ambiente - Governo dos Açores

Adicionalmente, é importante referir a importância da agricultura em modo de produção biológico e da apicultura para a preservação dos habitats e das paisagens da R.A. Açores. Deste modo, o presente documento inclui uma análise da produção biológica (secção 10.2), bem como uma análise do setor apícola da R.A. Açores (secção 11.1).

7.7. Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OE6 “Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens” reflete os principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de capacidade para produção de plantas florestais em viveiros públicos, bem-adaptadas às condições edafoclimáticas das estações; • Diversidade de espécies faunísticas e florísticas devido às especificidades geográficas e climáticas das ilhas; • Resultados positivos na conservação de espécies endémicas e seus habitats, como é exemplo o Priôlo no âmbito do Programa LIFE; • Existência de áreas de habitats protegidos no âmbito da Diretiva Habitats; • Aumento das áreas sujeitas a controlo de espécies exóticas invasoras; • Atividade agrícola e florestal enquanto prática de conservação e valorização dos recursos naturais, habitats e biodiversidade; • Património geológico considerável e diverso; • Aumento da área abrangida por instrumentos de conservação da natureza; • Grande diversidade de paisagens e características naturais em todas as ilhas; • Condicionismos próprios da insularidade e da dispersão geográfica dos territórios insulares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de espécies animais e vegetais exóticas, com características invasoras, resultando numa natural competição pelo território com as espécies endémicas locais, especialmente sensíveis; • Decréscimo de espécies e subespécies endémicas de plantas vasculares especialmente em São Miguel, Terceira e Pico; • Pressão antrópica nos habitats e recursos naturais e endógenos; • Fraca divulgação e promoção das variedades vegetais (culturas temporárias e culturas permanentes, excetuando a vinha), melhor adaptadas às nossas condições edafoclimáticas; • Substituição das áreas de cultivo pela pastagem.


Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Maior atenção para os problemas ambientais no seio da atividade agrícola e florestal; • Continuação da intervenção na promoção e gestão da biodiversidade ao nível da Rede Natura 2000; • Promoção no exterior do valioso património natural, paisagístico, biológico e geológico da Região; • Focagem atual e futura ao nível da União para o desenvolvimento de ações no âmbito da descarbonização, da sustentabilidade ambiental, da preservação de recursos e valorização das comunidades; • Reforço da aposta no modo de produção biológico; • Condições favoráveis para a apicultura em Modo de Produção Biológico; • Benefícios ambientais decorrentes da apicultura; • Valorização da paisagem através da associação de produtos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamentos próprios da insularidade e da dispersão geográfica dos territórios insulares; • Exposição a fenómenos climáticos extremos e vulnerabilidade às alterações climáticas; • Intensificação da atividade agropecuária; • Aumento de fluxos turísticos e pressão sobre os habitats e espécies endémicas; • Erosão em terrenos de cultivo, pastagem, matos, habitats e paisagens protegidas enquanto fator de vulnerabilidade em pequenas ilhas; • Remoção de sebes vivas e cortinas de abrigo, na sequência de iniciativas de redimensionamento de parcelas; • Aumento das espécies invasoras (vegetais e animais) decorrente das alterações climáticas, mas também da globalização do comércio mundial; • Risco de erosão genética de espécies e variedades tradicionais de interesse agrícola e pecuário.

7.8. Avaliação de necessidades

Tendo por base o diagnóstico e análise SWOT realizada para o OE6, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com: 1) Conservação de espécies endémicas e combate às invasoras; 2) Recursos naturais e Endógenos; 3) Proteção e Valorização da Paisagem, as quais são temáticas prementes no âmbito deste objetivo estratégico. Neste sentido, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Conservação de espécies endémicas e combate às invasoras	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a florestação e reflorestação, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas das estações, contribuindo para a preservação dos habitats florestais, diminuindo os riscos de erosão e aumentando a biodiversidade e a formação de corredores ecológicos; • Promover práticas agrícolas, florestais, cinegéticas e modos de produção que promovam a biodiversidade.

Temática	Necessidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a formação e a prática de atividades agrícolas e florestais que reforcem a preservação das espécies endémicas; • Reforçar o combate à introdução e disseminação de espécies exóticas; • Manter, reforçar e criar novas ações de preservação de espécies animais e vegetais em maior risco.
<p>Recursos naturais e endógenos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e divulgar práticas sustentáveis com vista à utilização racional de recursos endógenos; • Sensibilizar os produtores agrícolas para as questões ambientais; • Promover a conservação de solos e água na atividade agrícola e florestal; • Alertar para as consequências dos maus usos na degradação de solos e recursos hídricos subterrâneos; • Promover as práticas agrícolas e florestais amigas do ambiente e em prevenção às alterações climáticas. • Promover a atividade agrícola de cultivo enquanto alternativa para a preservação da qualidade dos solos; • Preservação e incentivo à utilização de espécies e variedades tradicionais de interesse agrícola e pecuário.
<p>Proteção e valorização da paisagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a preservação dos recursos paisagísticos; • Estudar o impacto da atividade antrópica na paisagem das ilhas e os modos de atenuar o seu efeito; • Prever mecanismos de reconversão paisagística de áreas expectantes; • Aumentar as áreas de floresta; • Estimular a florestação e reflorestação, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas das estações, contribuindo para a preservação dos habitats florestais e valorização da paisagem, diminuindo os riscos de erosão e aumentando a biodiversidade e a formação de corredores ecológicos.

The background features a series of overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy to a light sky blue. These shapes create a sense of movement and depth, framing the text on the right side of the page.

**OE7 - Atrair os jovens agricultores
e facilitar o desenvolvimento das
empresas em zonas rurais**

8. OE7 - Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas em zonas rurais

8.1. Considerações demográficas

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), na R. A. Açores verifica-se a persistência de um elevado índice de ruralidade na residência da população quando comparado com os valores médios nacionais. A população açoriana residente em lugares com menos de 2.000 habitantes é de 52% contra os 42% nacionais. Adicionalmente, a predominância de densidades populacionais relativamente baixas, assim como da pequena dimensão dos aglomerados têm impacto no modelo territorial da R. A. Açores.

Segundo dados do Anuário Estatístico da R.A. Açores 2016/2017, a densidade populacional da R.A. Açores (NUT III) é de 105 habitantes por quilómetro quadrado. Deste modo, aplicando-se diretamente a metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)²⁹ é possível constatar que todo o território da R.A. Açores se classifica como zona predominantemente rural. Tal encontra-se em conformidade com a classificação de “Zona Rural” utilizada nos períodos de programação anteriores (2007-2013 e 2014-2020).

Atualmente, a estrutura etária da população da R. A. Açores é mais jovem do que a média nacional e do Continente (Figura 204), sendo a dimensão média da família açoriana superior à nacional, mas com tendência para o decréscimo. Neste sentido, o aumento das famílias clássicas unipessoais e o início do processo de progressiva atomização das famílias podem estar na base do incremento do índice de envelhecimento da R.A. Açores registado entre 2001 e 2018.

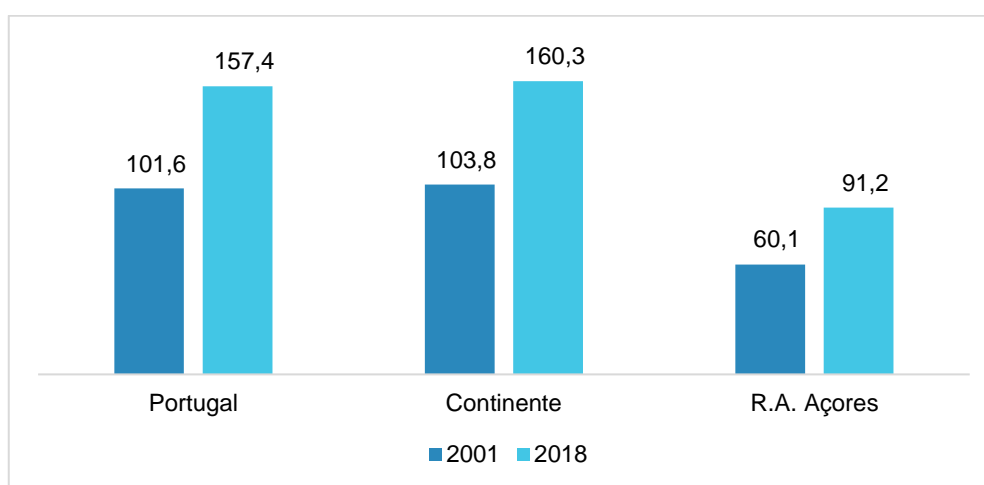


Figura 204. Evolução do índice de Envelhecimento³⁰ em Portugal, no Continente e na R.A. Açores

Fonte: SPI, a partir de PORDATA

²⁹ De acordo com a metodologia da OCDE, as Regiões Predominantemente Rurais são aquelas em que mais de 50% da população vive em comunidades rurais, ou seja, com uma densidade demográfica abaixo de 150 hab./km².

³⁰ Índice de Envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Relativamente ao quadro demográfico da R.A. Açores, este afigura-se bastante heterogéneo tendo sido registadas perdas populacionais consideráveis nas Ilhas da Graciosa, Flores, Pico e São Jorge. Por sua vez, a Ilha de São Miguel apresenta uma estrutura etária da população mais jovem do que a restante R. A. Açores, enquanto que os residentes nas Ilhas de São Jorge e das Flores são os mais envelhecidos (Figura 205).

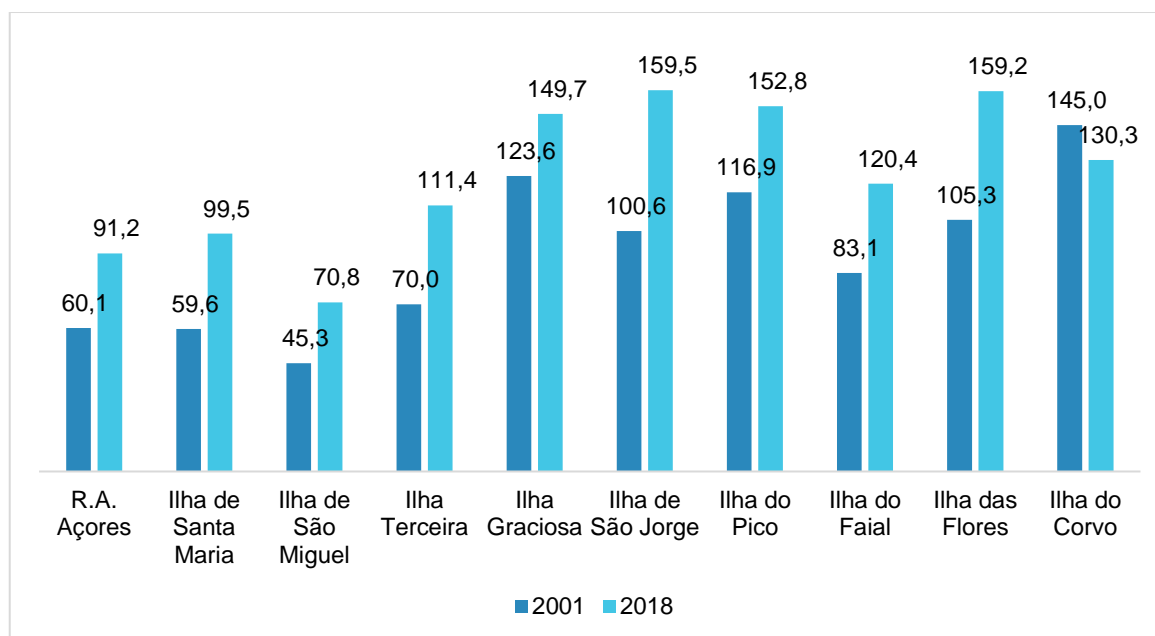


Figura 205. Evolução do Índice de Envelhecimento na R.A. Açores

Fonte: SPI, a partir de PORDATA

De acordo com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2019, uma parte significativa do território da R. A. Açores foi considerado como território a “estruturar” ou a “valorizar”.

Por sua vez, os sistemas de povoamento rural têm um elevado impacto na demografia da R.A. Açores e, conseqüentemente, na distribuição das atividades económicas. Assim, e de acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, 2016, a Tabela 95, apresenta as principais características dos sistemas de povoamento na R.A. Açores, as quais devem ser tidas em consideração nos instrumentos desenhados para atrair jovens agricultores e promover a criação e desenvolvimento de empresas em áreas rurais.

Tabela 95. Características dos sistemas de povoamento na R.A. Açores

Ilha	Características dos sistemas de povoamento
Santa Maria	Ocupação de elevado nível de dispersão linear constituindo um padrão quase único, exceto no caso de Vila do Porto e da área do aeroporto.
São Miguel	Existem assimetrias claras de povoamento, desde povoamentos rurais dispersos, passando por povoamentos rurais mais concentrados e autónomos, até áreas com maior densidade populacional, de edificação contínua.
Terceira	O povoamento caracteriza-se por zonas rurais dispersas ao longo das vias, enquanto as zonas urbanas surgem concentradas em núcleos de quarteirões, mas que se dispersam nas zonas periféricas.

Ilha	Características dos sistemas de povoamento
Graciosa	O sistema de povoamento é caracterizado por estruturas lineares dispersas, com exceção do pequeno núcleo urbano de Santa Cruz (núcleo mais concentrado).
São Jorge	O povoamento tende a apresentar dois registos: um de carácter mais disperso e outro mais concentrado, consoante as condições de altitude e os declives das plataformas disponíveis.
Pico	A principal forma de povoamento caracteriza-se pela ocupação linear dispersa.
Faial	O povoamento apresenta um padrão disperso, normalmente relacionado com a via principal, evidenciando densidades médias.
Flores	O povoamento caracteriza-se por aglomerados concentrados, uma vez que as condições altimétricas não favorecem a dispersão.
Corvo	Aglomerado de malha irregular de quarteirões, de edificação contínua ou de densidade elevada (Vila do Corvo).

Fonte: Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, 2016

8.2. Mão-de-obra agrícola

8.2.1. Produtores agrícolas

8.2.1.1 Escalão etário

Atualmente, o envelhecimento das populações, afigura-se como um obstáculo à modernização da atividade agrícola. Neste sentido, a atração de jovens para o setor agrícola da R.A. Açores poderia contribuir positivamente para a inovação e melhoria da competitividade do mesmo.

Deste modo, apesar de os produtores agrícolas³¹ singulares da R. A. Açores serem os mais jovens do país e apresentarem uma média de idades (57 anos em 2016) oito anos abaixo da média nacional (65 anos em 2016), entre 2009 e 2016 verificou-se uma subida de 3 anos na idade média dos produtores agrícolas da R.A. Açores (Figura 206). Assim, a menor presença de população jovem e ativa no setor agrícola afigura-se como um fator de impacto nas estruturas familiares, sociais e económicas, mas também territoriais da R.A. Açores.

³¹ Produtor Agrícola: Responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, entre outros.

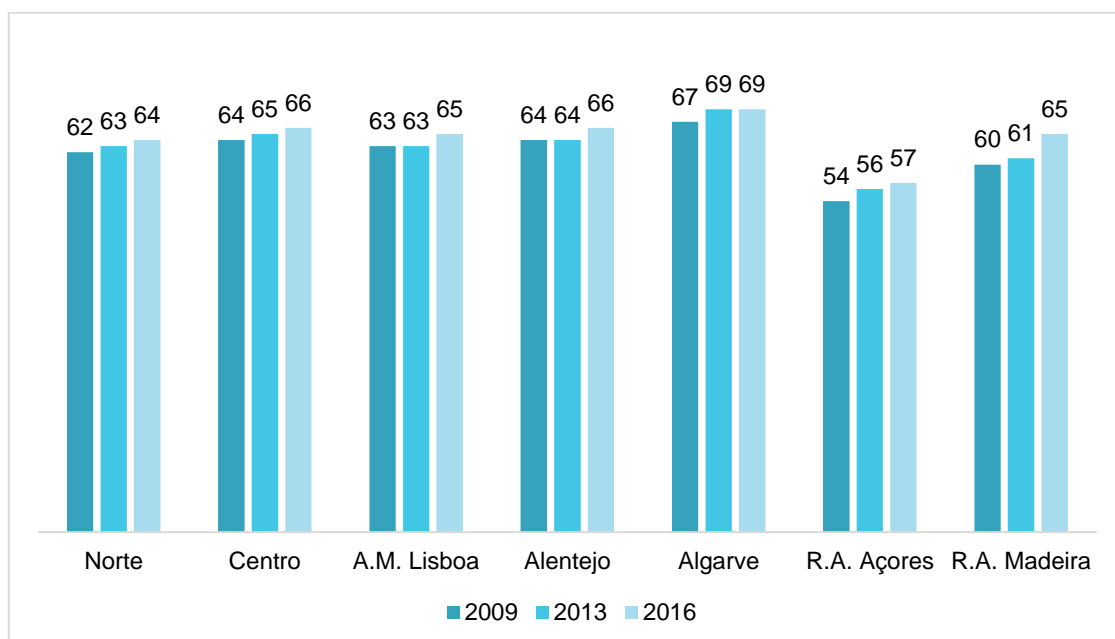


Figura 206. Evolução da idade média do produtor agrícola singular

Fonte: SPI, a partir de partir de Recenseamento Agrícola 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

As explorações dos Açores correspondem a 4,4% das explorações de Portugal, tendo este rácio se mantido estável desde o recenseamento geral da agricultura de 2009 e do IEEA de 2016. Verifica-se que neste período houve um decréscimo no número de explorações agrícolas nos Açores tendo a variação sido de -2,77% correspondendo a menos 1.961 explorações entre 2016 e 2009 (ver tabela 104).

Tabela 96. Explorações por Natureza Jurídica Açores e Portugal de 2009 a 2016

		2009	2013	2016
Portugal	Total explorações	305.266	264.419	258.983
	Produtor singular	297.381	253.493	246.149
	Sociedades e outros	7.885	10.927	12.834
Açores	Total explorações	13.541	11.825	11.580
	Produtor singular	13.360	11.641	11.105
	Sociedades e outros	181	184	475

Fonte: INE

Relativamente à Natureza Jurídica, verifica-se um aumento no número de “Sociedades e Outros” e um decréscimo no número de explorações cujo Produtor é em nome Singular, como podemos verificar pela Figura 197. Estas variações têm acompanhado as variações verificadas a nível do país, como podemos ver pela observação das Figuras 197 e 198. Na R.A.Açores as “Sociedades e Outros” apresenta uma variação de 2,76% de 2016 relativamente a 2009 e em Portugal essa variação é de 2,37% e o produtor singular apresenta uma variação de -2,76% no período homólogo nos Açores e em Portugal a variação é de -2,37%.

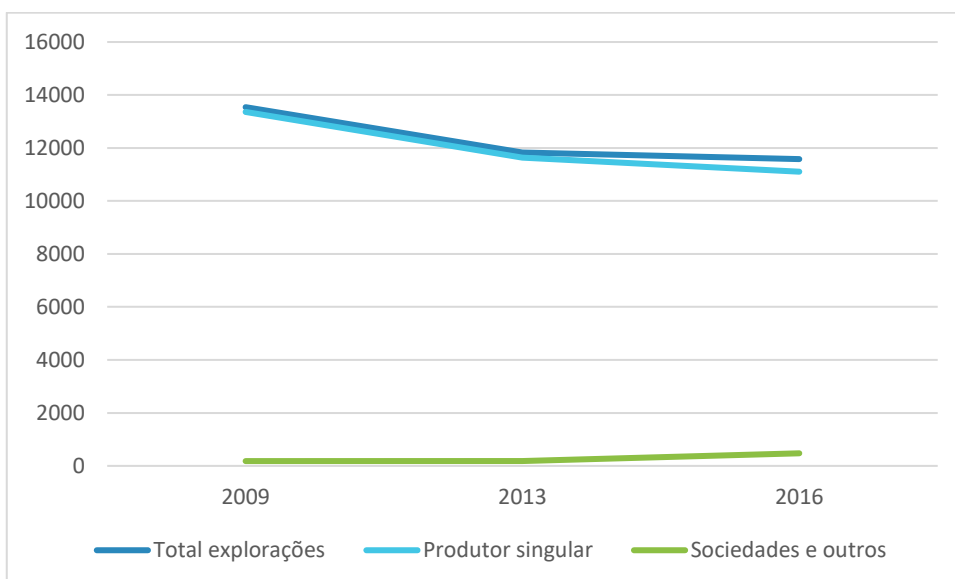


Figura 207. Evolução do número de explorações por Natureza Jurídica nos Açores de 2009 a 2016

Fonte: DRDR, a partir dos dados do INE

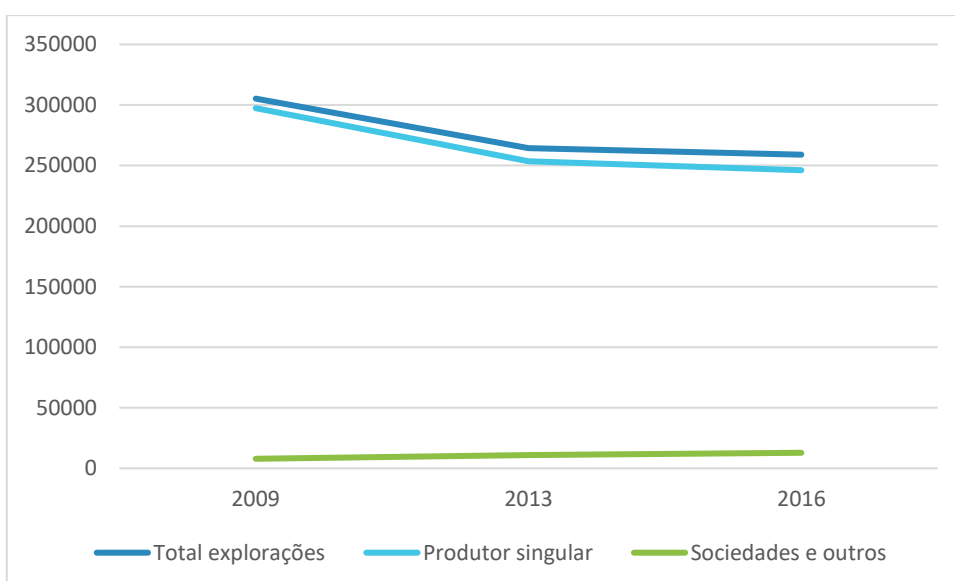


Figura 208. Evolução do número de explorações por Natureza Jurídica em Portugal de 2009 a 2016

Fonte: DRDR, a partir dos dados do INE

Segundo os últimos censos (2011), a população da R.A. Açores representava 2,3% da população portuguesa. Neste contexto, em 2016, existiam 246.149 produtores agrícolas singulares em Portugal, dos quais 11.105 (5% do total nacional) se localizavam na R.A. Açores, o que enfatiza o peso da atividade agrícola no contexto regional e nacional (Figura 209). Em 2013 a representatividade dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores no contexto nacional era igualmente de 5%.

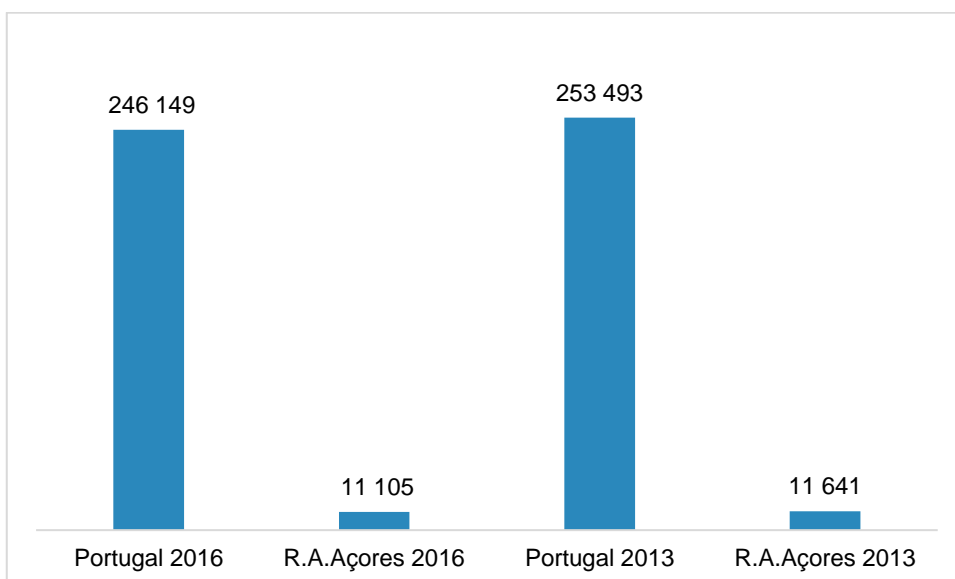


Figura 209. Produtores Agrícolas Singulares em Portugal e na R.A. Açores, 2013 e 2016

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

Através da análise da Figura 210 é possível observar uma discrepância entre a distribuição etária dos produtores agrícolas da R.A. Açores e a média do país. Assim, enquanto 55% dos produtores agrícolas nacionais têm mais de 65 anos, na R. A. Açores apenas 30% dos produtores agrícolas se encontram nessa faixa etária. Por sua vez, a maioria dos produtores agrícolas (52%) da R. A. Açores têm entre 45 e 65 anos, enquanto a nível nacional esta faixa etária representa apenas 38%.

Apesar da terminologia considerar que um jovem agricultor tem uma idade compreendida entre os 18 e os 40 anos, o IEEA 2016³² apresenta apenas dados para a categoria “<35 anos”. Por outro lado, o GPP e o EUROSTAT apresentam dados que permitem analisar a categoria “<40 anos”. Deste modo, no âmbito do presente estudo serão utilizadas distribuições etárias distintas de acordo com a fonte dos dados existentes.

Deste modo, em 2016, no contexto da média nacional os jovens produtores agrícolas representavam apenas 2% dos 246.149 agricultores existentes em 2016; enquanto na R. A. Açores o valor eleva-se para os 5%.

³² O Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) divulga neste destaque os principais resultados, para os Açores, do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016 (IEEA 2016), disponível em: <https://srea.azores.gov.pt/upl/%7Bacbbb2af-d595-4827-8b7b-3a5f57f2b4f1%7D.pdf>

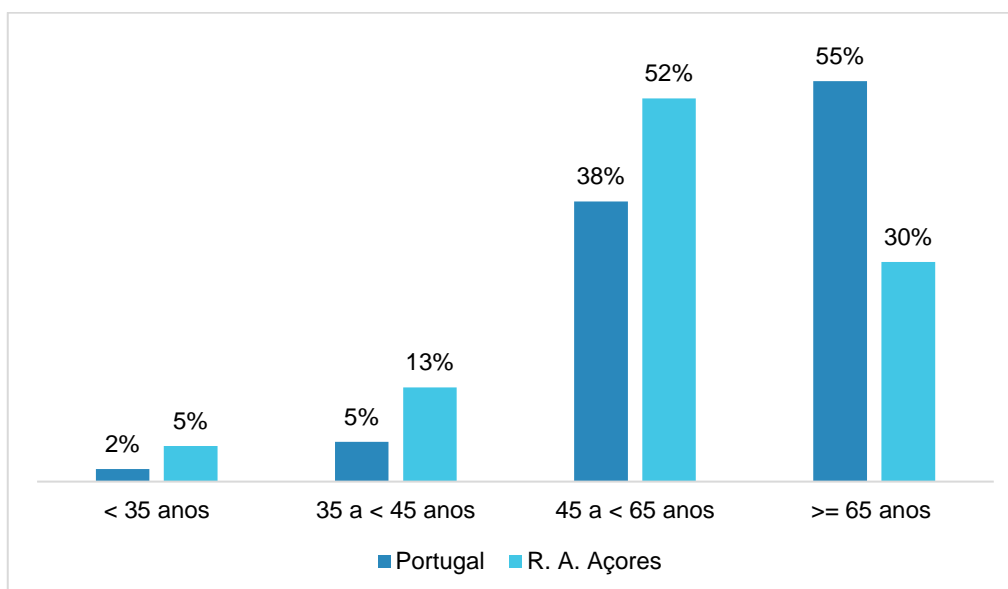


Figura 210. Distribuição etária dos produtores agrícolas singulares em Portugal e na R.A. Açores, em 2016

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Adicionalmente, de acordo com a Figura 211 é possível constatar a existência de ligeiras alterações na distribuição etária dos produtores agrícolas singulares na R.A. Açores no período 2013-2016. Assim, verificou-se apenas uma ligeira diminuição dos produtores agrícolas singulares situados nas faixas etárias “35 a 45 anos” e “45 a 65 anos”, aliado a um aumento dos produtores agrícolas singulares na faixa “≥ 65 anos”.

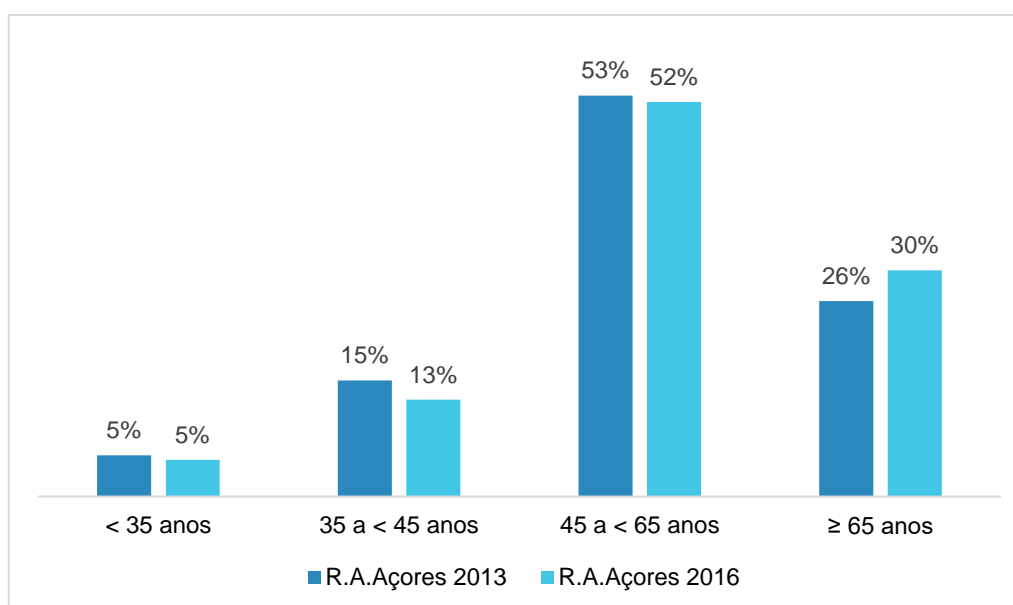


Figura 211. Evolução da distribuição etária dos produtores agrícolas singulares na R.A. Açores, 2016 e 2013

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

8.2.1.2 Género

Relativamente à distribuição dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores por género, através da Figura 212 é possível verificar que em 2016 a percentagem de mulheres aumentou face ao ano de 2013. Tal é revelador da entrada crescente de mulheres na atividade agrícola da R.A. Açores.

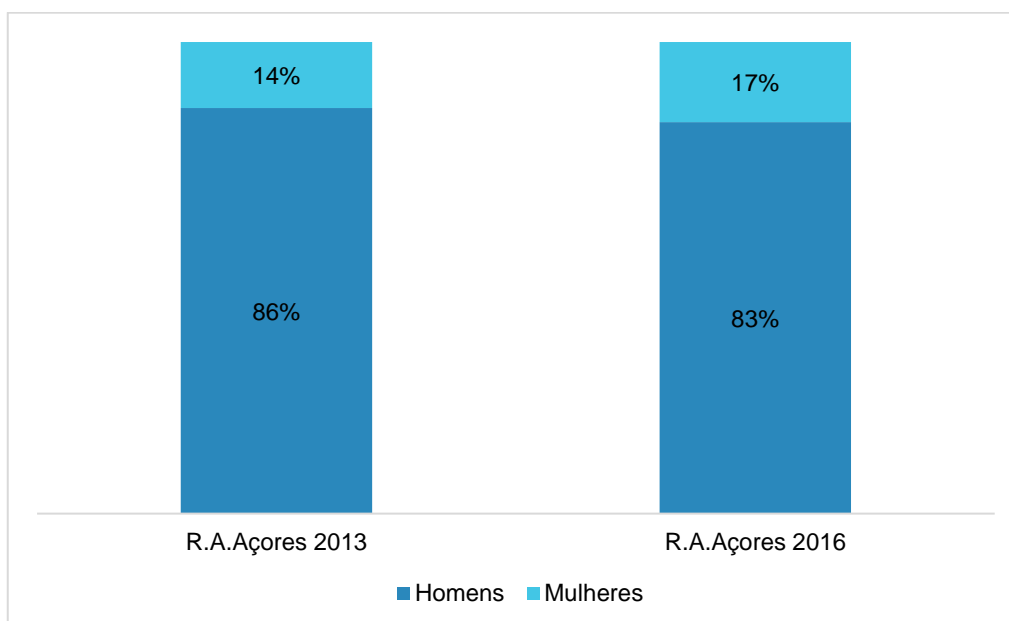


Figura 212. Distribuição dos produtos agrícolas singulares por gênero, 2013 e 2016
 Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

8.2.1.3 Nível de instrução

Por sua vez, os dados relativos ao nível de instrução dos produtores agrícolas singulares relevam que na R.A. Açores apenas 3% dos produtores concluíram o ensino superior, o que se afigura como metade da média do país (Figura 213). No entanto, no que concerne a percentagem de produtores agrícolas singulares que não concluíram nenhum nível de ensino, a realidade açoriana é um pouco menos negativa do que a média do país. Deste modo, 8% dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores não concluíram qualquer nível de ensino, enquanto no contexto geral do país este número se eleva para 16%.

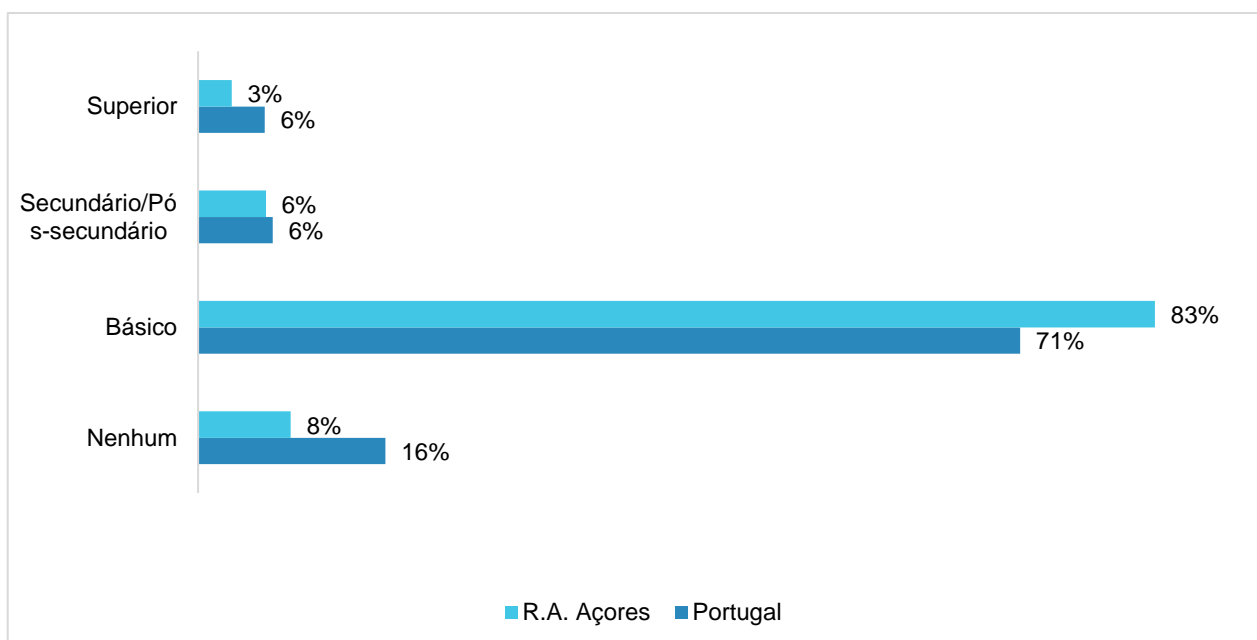


Figura 213. Nível de instrução dos produtores agrícolas singulares em 2016
 Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Relativamente à evolução do nível de instrução dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores, através da Figura 214 é possível verificar uma ligeira redução da percentagem de produtores sem nenhuma instrução,

acompanhado de um ligeiro aumento dos produtores com ensino secundário/pós-secundário. A evolução registada no período 2013-2016 afigura-se como um fator positivo no âmbito da escolarização dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores.

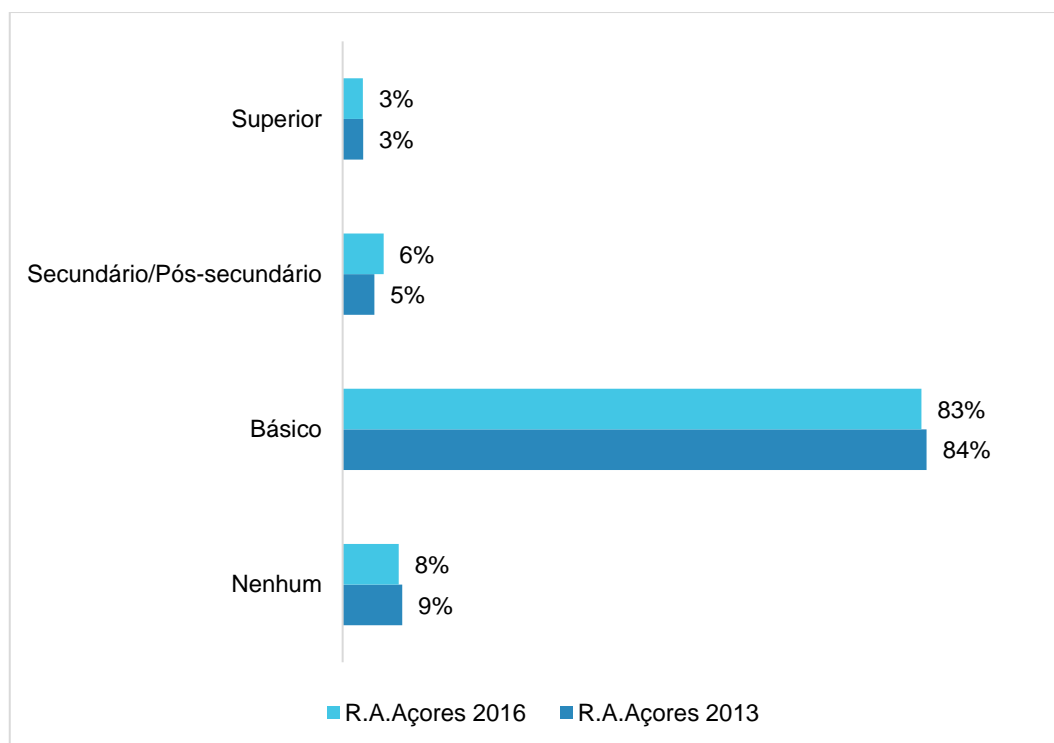


Figura 214. Evolução do nível de instrução dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores, 2013 e 2016

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

No que diz respeito aos motivos dos produtores agrícolas singulares da R.A. Açores para permanecerem na atividade agrícola, a viabilidade económica da exploração foi indicada como o principal motivo (37,4%), à qual se seguem o complemento do rendimento familiar (29,1%) e o valor afetivo (22,5%). Alguns agricultores da R.A. Açores (9,3%) referiram também continuar na atividade agrícola por falta de alternativas profissionais. Neste sentido, os motivos para a permanência na atividade agrícola ainda se prendem bastante com fatores sociais e familiares o que poderá ajudar a compreender a reduzida percentagem de produtores agrícolas singulares que concluíram o ensino superior na R.A. Açores.

8.2.2. Dirigentes agrícolas

8.2.2.1 Escalão etário

Em 2016, verificou-se uma diminuição de 43% do número de dirigentes agrícolas³³ da R.A. Açores com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos face ao ano de 2010 (Figura 215). A tendência de diminuição da representatividade dos jovens dirigentes agrícolas também se verificou em termos nacionais, apesar de neste contexto a diminuição ser de apenas 38% face ao ano de 2010.

³³ Dirigente Agrícola: Pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela obrigatoriamente uma ocupação regular. Entende-se por gestão quotidiana da exploração a tomada de decisões dia a dia, respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica, no andamento da exploração.

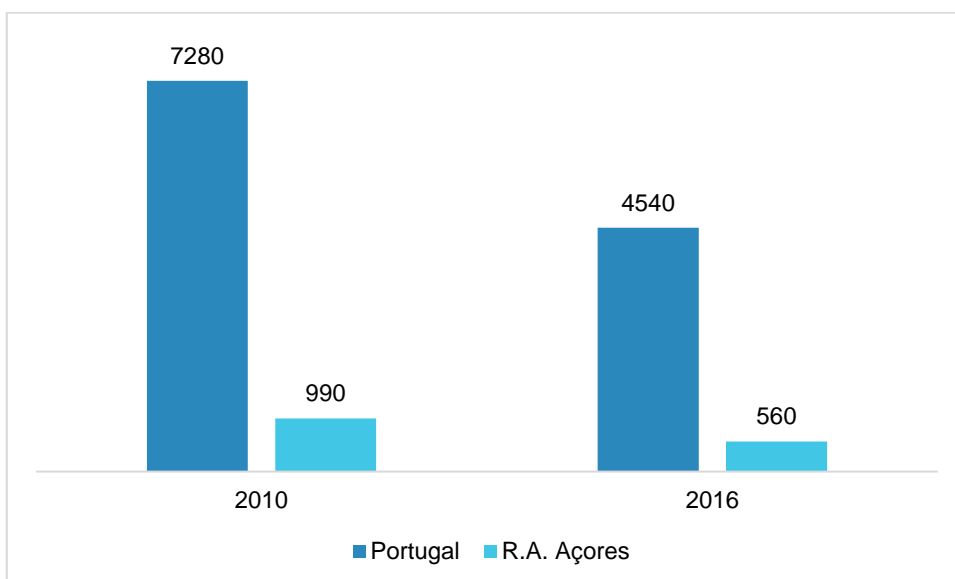


Figura 215. Variação do número de dirigentes agrícolas com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos entre 2010 e 2016

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

Por sua vez, apesar de o EUROSTAT apresentar classificações etárias distantes do IEEA 2013 e 2016, pode concluir-se que a distribuição etária dos dirigentes agrícolas em Portugal e na R. A. Açores (Figura 216) se afigura semelhante à dos produtores agrícolas singulares (Figura 210). Deste modo, na R. A. Açores existe uma percentagem mais elevada de dirigentes agrícolas com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos (total de 53%) do que na generalidade do país (total de 40%). Por sua vez, na R.A. Açores a percentagem de dirigentes agrícolas com 65 ou mais anos é significativamente inferior (27%) à da média nacional (52%), evidenciando que na R. A. Açores os dirigentes agrícolas são mais jovens do que na média do país.

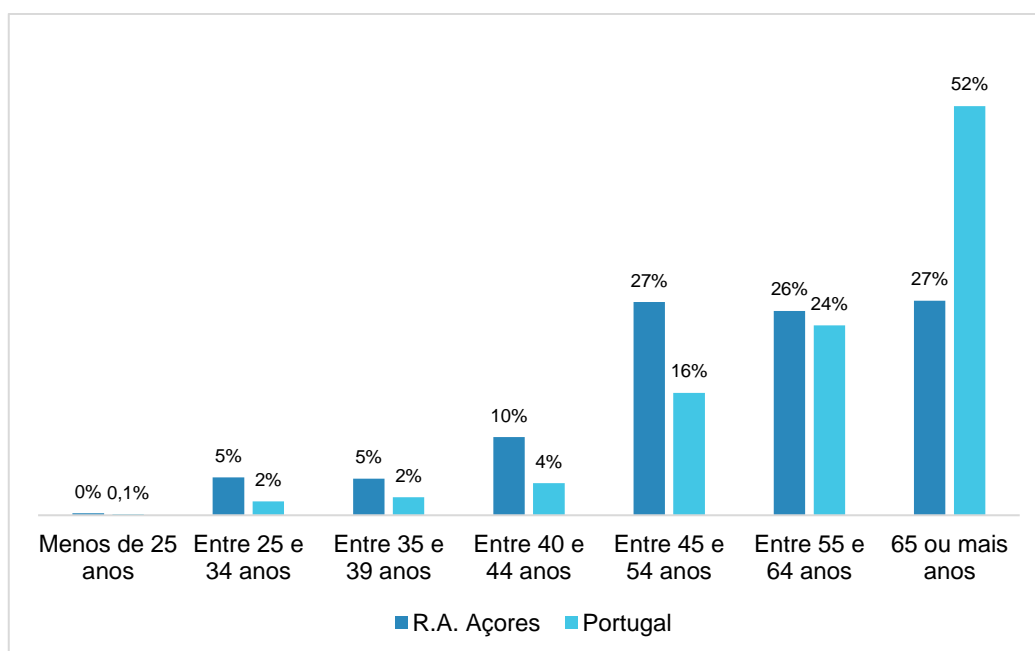


Figura 216. Distribuição etária dos dirigentes agrícolas em Portugal e na R. A. Açores, 2016

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

Adicionalmente, a Tabela 97 apresenta a evolução da distribuição das explorações agrícolas segundo o escalão etário por ilha da R.A. Açores. Neste contexto, é possível constatar que a maioria dos dirigentes agrícolas da R.A. Açores se situava no escalão etário 25-54 tanto no ano de 2013 como em 2016.

Apenas um número muito reduzido de dirigentes se situava no escalão etário “<=24” durante o período de análise.

No que diz respeito à distribuição dos dirigentes agrícolas por ilha, em todas as ilhas da R.A. Açores o escalão etário 25-54 foi o que reuniu o maior número de dirigentes agrícolas no período em análise. Por outro lado, no ano de 2016, o escalão etário <=24 apenas teve representatividade nas ilhas São Jorge e do Pico, registando-se igualmente uma redução em relação ao ano de 2013.

Tabela 97. Explorações Agrícolas Segundo o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013 e 2016

Ano	Ilha	Escalão Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
2013	R.A. Açores	11 824	34	5 644	3 225	2 922
	Santa Maria	288	2	156	91	39
	São Miguel	4 771	8	2 208	1 295	1 260
	Terceira	2 722		1 227	829	666
	Graciosa	337	1	182	73	82
	São Jorge	943	16	464	208	255
	Pico	1 394	3	591	434	366
	Faial	908	1	530	219	158
	Flores	462	3	286	76	97
2016	R.A. Açores	11 580	26	5 387	3 007	3 160
	Santa Maria	396		246	80	70
	São Miguel	4 794		1 969	1 182	1 644
	Terceira	2 650		1 111	702	837
	Graciosa	574		240	248	85
	São Jorge	761	25	468	180	88
	Pico	1 147	1	631	317	197
	Faial	408		187	94	127
	Flores	591		353	140	99
	Corvo	260		183	64	13

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

Tabela 98. Explorações agrícolas segundo o escalão etário do dirigente da exploração da RAA, 2009, 2013, 2016

	Total	<=24	25-54	55-64	>=65
2009	13 541	110	6 911	3 303	3 217
2013	11 824	34	5 644	3 225	2 922
2016	11 580	26	5 387	3 007	3 160

Fonte: DRDR, a partir dos dados do INE

Ao analisar o número de dirigentes por escalão etário, tendo por base os dados do Recenseamento Geral Agrícola de 2009 e os Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2013 e de 2016, verificamos que as maiores alterações ocorreram de 2009 para 2013 com um decréscimo significativo do número de explorações, tendo-se verificado uma diminuição de cerca de 12,68% das explorações de 2009. Em 2009 o número de dirigentes jovens, com idade compreendida entre 25 e 54 anos de idade correspondia a 51% das explorações. Apesar de ter diminuído a representatividade em 2013 e 2016, o grupo de agricultores com

idade neste escalão continuou a ser o grupo com maior percentagem, nomeadamente 47,7% em 2013 e 46,52% em 2016. Apesar de ser um grupo mais jovem aquele que representa quase maioritariamente os agricultores da R.A. Açores, verifica-se também um aumento do número de dirigentes com idade superior a 65 anos de idade de 2013 para 2016, voltando a valores muito semelhantes aos valores de 2009.

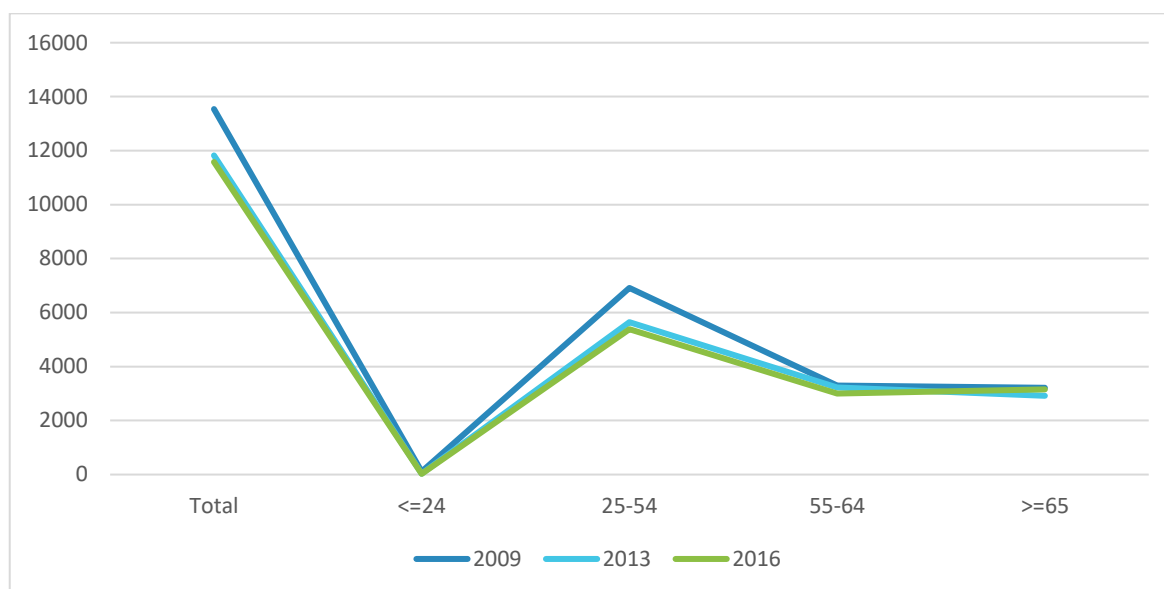


Figura 217. Dirigente da exploração agrícola por escalão etário

Fonte: DRDR, a partir do SREA e INE

Relativamente à relação entre as classes de dimensão económica e o escalão etário dos dirigentes agrícolas, a Tabela 99 revela que, em 2013, 6.153 das explorações da R.A. Açores eram “muito pequenas”; enquanto que apenas 1.247 das explorações eram “grandes”. Por sua vez, o escalão etário 25-54 era o que reunia um número mais elevado de dirigentes das quatro classes de dimensão económica das explorações apresentadas na Tabela 99.

Em 2013, todas as ilhas da R.A. Açores seguiam o padrão geral da Região em termos da relação entre a dimensão económica e o escalão etário dos dirigentes agrícolas com predominância das explorações “Muito pequenas” a serem exploradas por dirigentes com idade igual ou superior a 64 anos de idade, seguindo-se as “Médias” e as “Pequenas e Grandes” a serem geridas na sua maioria por dirigentes com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos de idade.

Tabela 99. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Económica da Exploração e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013

Ilha	Classe de dimensão Económica	Escalão Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
R.A. Açores	Total	11 824	34	5 644	3 225	2 922
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	6 153	23	2 039	1 761	2 329
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	2 112	2	1 173	667	270

Ilha	Classe de dimensão Económica	Total	Escalaão Etário			
			<=24	25-54	55-64	>=65
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	2 313	6	1 506	576	226
	G (Grandes)> 100 000 €	1 247	3	925	221	97
Santa Maria	Total	288	2	156	91	39
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	73	2	33	18	20
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	120		74	42	5
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	86		44	28	14
	G (Grandes)> 100 000 €	9		6	3	
São Miguel	Total	4 771	8	2 208	1 295	1 260
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	2 581	8	883	670	1 020
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	595		326	191	78
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	974		612	283	79
	G (Grandes)> 100 000 €	621		387	152	83
Terceira	Total	2 722		1 227	829	666
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	1 517		451	517	549
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	499		219	195	85
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	378		260	89	29
	G (Grandes)> 100 000 €	328		297	29	3
Graciosa	Total	337	1	182	73	82
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	154		59	44	51
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	91	1	65	21	3
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	63		29	7	26
	G (Grandes)> 100 000 €	30		28		2
São Jorge	Total	943	16	464	208	255
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	493	13	133	115	233
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	134		85	46	3
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	203		154	30	19
	G (Grandes)> 100 000 €	112	3	93	16	
Pico	Total	1 394	3	591	434	366
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	789		221	262	307
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	233	1	119	76	37
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	284	2	182	85	16
	G (Grandes)> 100 000 €	87		69	11	6
Faial	Total	908	1	530	219	158
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	351		163	90	98
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	320		207	75	38
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	188	1	123	44	20
	G (Grandes)> 100 000 €	49		37	10	2
Flores	Total	462	3	286	76	97
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	194		97	45	52
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	120		78	21	21
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	138	3	103	10	22
	G (Grandes)> 100 000 €	10		8		2

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013

Por sua vez, apesar de no ano de 2016 se ter registado um ligeiro decréscimo do número total de explorações na R.A. Açores, os padrões da relação entre as classes de dimensão económica e o escalaão etário dos dirigentes agrícolas mantêm-se semelhantes aos do ano de 2013. Assim, continuava a existir em todas as

ilhas da R.A. Açores um predomínio de explorações “Muito Pequenas <8 000 euros” tendo 41,22% dos seus dirigentes agrícolas idade igual ou superior a 65 anos. As outras Classes de Dimensão Económica são maioritariamente geridas por dirigentes com idade compreendida entre os 25 e os 54 anos de idade (Tabela 100).

Em 2016, verificou-se uma distribuição dos dirigentes agrícolas com menos de 24 anos por apenas duas classes de dimensão, nomeadamente “Muito Pequenas” e “Grandes”, sendo este o grupo etário com menor representatividade ao nível dos dirigentes agrícolas da R.A. Açores.

Tabela 100. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Económica da Exploração e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2016

Ilha	Classe de dimensão Económica	Escalão Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
R.A. Açores	Total	11 580	26	5 387	3 007	3 160
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	5 590	25	1 959	1 303	2 304
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	2 160		1 067	703	390
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	2 432		1 432	663	337
	G (Grandes) > 100 000 €	1 398	1	928	338	130
Santa Maria	Total	396		246	80	70
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	34			34	
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	184		130	15	40
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	160		104	32	25
	G (Grandes) > 100 000 €	17		12		5
São Miguel	Total	4 794		1 969	1 182	1 644
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	3 049		1 021	630	1 398
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	612		321	202	90
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	505		259	167	79
	G (Grandes) > 100 000 €	628		368	183	76
Terceira	Total	2 650		1 111	702	837
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	1 439		515	300	624
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	512		128	263	120
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	317		182	70	65
	G (Grandes) > 100 000 €	382		285	69	28
Graciosa	Total	574		240	248	85
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	210		76	66	68
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	169		68	101	
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	179		80	81	18
	G (Grandes) > 100 000 €	17		17		
São Jorge	Total	761	25	468	180	88
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	142	25	84	34	
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	154		63	31	61
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	331		212	98	21
	G (Grandes) > 100 000 €	134		110	17	6
Pico	Total	1 147	1	631	317	197
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	344		138	109	96
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	152		120	18	14
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	500		288	137	75
	G (Grandes) > 100 000 €	151	1	84	53	12
Faial	Total	408		187	94	127

Ilha	Classe de dimensão Económica	Escala Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	106			38	69
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	78		46	14	18
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	177		112	27	38
	G (Grandes) > 100 000 €	46		30	15	2
Flores	Total	591		353	140	99
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	242		101	92	49
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	145		98	13	33
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	183		132	34	16
	G (Grandes) > 100 000 €	21		21		
Corvo	Total	260		183	64	13
	MP (Muito pequenas) <8 000 €	25		25		
	P (Pequenas) 8 000 - <25 000 €	154		94	47	13
	M (Médias) 25 000 - <100 000 €	81		64	17	
	G (Grandes) > 100 000 €	1		1		

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

Por outro lado, é possível estabelecer uma relação entre as classes da superfície e o escala etário dos dirigentes agrícolas da R.A. Açores. Assim, através da análise da Tabela 101 é possível constatar que, em 2013, 2.999 explorações tinham uma superfície inferior a 0.5ha, tendo sido esta a classe de exploração predominante na Região em 2013. Neste contexto, é importante destacar que neste tipo de explorações verificou-se uma predominância de dirigentes agrícolas com mais de 65 anos. Esta relação ocorreu principalmente nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge e Pico.

Em 2013, as explorações com uma superfície superior a 100ha eram as menos predominantes na R.A. Açores. Nestas explorações não existiam dirigentes agrícolas com menos de 24 anos, sendo estas maioritariamente geridas por dirigentes com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos.

Tabela 101. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Física da Exploração e o Escala Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013

Ilha	Classe de Superfície Total	Total	Escala Etário			
			<=24	25-54	55-64	>=65
R.A. Açores	Total	11 824	34	5 644	3 225	2 922
	<0.5 ha	2 999	8	856	870	1 265
	0.5 ha a < 1 ha	1 288		485	440	364
	1 ha a < 2 ha	1 248	2	503	277	467
	2 ha a < 5 ha	1 738	13	847	581	297
	5 ha a < 20 ha	2 500	3	1 514	634	349
	20 ha a < 50 ha	1 555	5	1 070	356	124
	50 ha a < 100 ha	401	3	301	54	43
	>= 100 ha	96		69	14	13
Santa Maria	Total	288	2	156	91	39
	<0.5 ha	23		10	6	7
	0.5 ha a < 1 ha	12		6	3	3
	1 ha a < 2 ha	23	2	10	2	9
	2 ha a < 5 ha	48		15	32	1
	5 ha a < 20 ha	112		76	27	9
	20 ha a < 50 ha	46		30	15	

Ilha	Classe de Superfície Total	Total	Escala Etário			
			<=24	25-54	55-64	>=65
	50 ha a < 100 ha	19		3	6	10
	>= 100 ha	6		6		
São Miguel	Total	4 771	8	2 208	1 295	1 260
	<0.5 ha	1 568	8	515	403	641
	0.5 ha a < 1 ha	527		230	192	105
	1 ha a < 2 ha	507		203	116	188
	2 ha a < 5 ha	616		291	200	125
	5 ha a < 20 ha	882		559	205	118
	20 ha a < 50 ha	548		343	152	53
	50 ha a < 100 ha	99		50	24	25
	>= 100 ha	24		16	3	6
Terceira	Total	2 722		1 227	829	666
	<0.5 ha	773		138	289	346
	0.5 ha a < 1 ha	283		120	101	62
	1 ha a < 2 ha	264		132	36	97
	2 ha a < 5 ha	482		195	199	89
	5 ha a < 20 ha	534		322	155	57
	20 ha a < 50 ha	298		243	43	13
	50 ha a < 100 ha	70		67	1	1
	>= 100 ha	17		10	5	1
Graciosa	Total	337	1	182	73	82
	<0.5 ha	34		26	8	
	0.5 ha a < 1 ha	30		11	4	16
	1 ha a < 2 ha	73		4	39	30
	2 ha a < 5 ha	51		42	3	6
	5 ha a < 20 ha	95	1	60	19	16
	20 ha a < 50 ha	32		19		13
	50 ha a < 100 ha	19		18		2
	>= 100 ha	3		3		
São Jorge	Total	943	16	464	208	255
	<0.5 ha	246		51	62	132
	0.5 ha a < 1 ha	84		15	12	56
	1 ha a < 2 ha	57		17	18	23
	2 ha a < 5 ha	151	13	84	33	22
	5 ha a < 20 ha	142		92	41	10
	20 ha a < 50 ha	189		139	40	10
	50 ha a < 100 ha	57	3	50		3
	>= 100 ha	18		17	2	
Pico	Total	1 394	3	591	434	366
	<0.5 ha	242		76	76	89
	0.5 ha a < 1 ha	255		67	108	81
	1 ha a < 2 ha	172		61	34	76
	2 ha a < 5 ha	129		39	55	35
	5 ha a < 20 ha	279	1	121	85	72
	20 ha a < 50 ha	202	2	137	58	5
	50 ha a < 100 ha	97		79	16	2
	>= 100 ha	19		11	3	5

Ilha	Classe de Superfície Total	Total	Escala Etário			
			<=24	25-54	55-64	>=65
Faial	Total	908	1	530	219	158
	<0.5 ha	64		20	15	29
	0.5 ha a < 1 ha	49		13	16	19
	1 ha a < 2 ha	96		34	25	37
	2 ha a < 5 ha	200		152	35	13
	5 ha a < 20 ha	319	1	199	80	39
	20 ha a < 50 ha	144		85	39	21
	50 ha a < 100 ha	32		25	7	
	>= 100 ha	3		2	2	
Flores	Total	462	3	286	76	97
	<0.5 ha	50		19	11	20
	0.5 ha a < 1 ha	48		24	3	21
	1 ha a < 2 ha	56		42	7	8
	2 ha a < 5 ha	61		30	25	7
	5 ha a < 20 ha	136		86	21	29
	20 ha a < 50 ha	97	3	74	10	10
	50 ha a < 100 ha	8		8		
	>= 100 ha	5		3		2

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013

A análise da Tabela 102 permite constatar a existência de diferenças nas explorações agrícolas segundo a dimensão física da exploração e o escalão etário do dirigente, em 2016, quando comparadas com o ano de 2013. Assim, em 2016, 2.509 das explorações da R.A. Açores tinham entre 5 ha e 20 ha, das quais 1.363 eram geridas por dirigentes com idades compreendidas entre os 25-54 anos. É importante destacar que esta relação se verificou em todas as ilhas da R.A. Açores com exceção da Ilha de São Miguel.

Tabela 102. Explorações Agrícolas Segundo a Dimensão Física da Exploração e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2016

Ilha	Classe de Superfície Total	Total	Escala Etário			
			<=24	25-54	55-64	>=65
R.A. Açores	Total	11 580	26	5 387	3 007	3 160
	<0.5 ha	1 995		511	552	931
	0.5 ha a < 1 ha	1 580		464	391	726
	1 ha a < 2 ha	1 740	25	800	327	588
	2 ha a < 5 ha	1 554		840	466	248
	5 ha a < 20 ha	2 509		1 363	748	398
	20 ha a < 50 ha	1 554		971	371	212
	50 ha a < 100 ha	499	1	316	135	46
	>= 100 ha	151		122	17	12
Santa Maria	Total	396		246	80	70
	<0.5 ha					
	0.5 ha a < 1 ha	5		5		
	1 ha a < 2 ha	34			34	
	2 ha a < 5 ha	96		83		13
	5 ha a < 20 ha	179		113	40	27
	20 ha a < 50 ha	64		38	6	20

Ilha	Classe de Superfície Total	Escala Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
	50 ha a < 100 ha	15		5		10
	>= 100 ha	2		2		
São Miguel	Total	4 794		1 969	1 182	1 644
	<0.5 ha	1 391		362	330	698
	0.5 ha a < 1 ha	717		196	185	335
	1 ha a < 2 ha	813		334	165	314
	2 ha a < 5 ha	697		389	170	138
	5 ha a < 20 ha	654		359	209	86
	20 ha a < 50 ha	347		214	77	56
	50 ha a < 100 ha	145		88	43	15
	>= 100 ha	31		26	3	2
Terceira	Total	2 650		1 111	702	837
	<0.5 ha	326		109	25	192
	0.5 ha a < 1 ha	487		89	151	247
	1 ha a < 2 ha	475		248	55	172
	2 ha a < 5 ha	487		218	200	68
	5 ha a < 20 ha	524		201	198	126
	20 ha a < 50 ha	253		184	47	22
	50 ha a < 100 ha	81		51	22	8
	>= 100 ha	17		10	4	3
Graciosa	Total	574		240	248	85
	<0.5 ha	43		1	42	
	0.5 ha a < 1 ha	76		76		
	1 ha a < 2 ha	79			25	55
	2 ha a < 5 ha	61		13	48	
	5 ha a < 20 ha	182		61	96	26
	20 ha a < 50 ha	65		22	38	5
	50 ha a < 100 ha	14		14		
	>= 100 ha	55		55		
São Jorge	Total	761	25	468	180	88
	<0.5 ha	39		5	34	
	0.5 ha a < 1 ha					
	1 ha a < 2 ha	108	25	84		
	2 ha a < 5 ha	42		30	12	
	5 ha a < 20 ha	325		157	95	74
	20 ha a < 50 ha	178		135	30	13
	50 ha a < 100 ha	55		53	1	1
	>= 100 ha	13		5	8	
Pico	Total	1 147	1	631	317	197
	<0.5 ha	88			55	34
	0.5 ha a < 1 ha	185		97	55	33
	1 ha a < 2 ha	56		42		15
	2 ha a < 5 ha	55		39		16
	5 ha a < 20 ha	241		161	40	40
	20 ha a < 50 ha	351		197	108	46
	50 ha a < 100 ha	140	1	73	59	6
	>= 100 ha	30		22	1	7

Ilha	Classe de Superfície Total	Escala Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
Faial	Total	408		187	94	127
	<0.5 ha					
	0.5 ha a < 1 ha	69				69
	1 ha a < 2 ha	25			25	
	2 ha a < 5 ha					
	5 ha a < 20 ha	151		94	37	20
	20 ha a < 50 ha	135		75	22	38
	50 ha a < 100 ha	27		17	10	
	>= 100 ha	1		1		
Flores	Total	591		353	140	99
	<0.5 ha	108		33	68	7
	0.5 ha a < 1 ha	42				42
	1 ha a < 2 ha	125		68	25	33
	2 ha a < 5 ha					
	5 ha a < 20 ha	154		141	13	
	20 ha a < 50 ha	140		95	34	11
	50 ha a < 100 ha	20		15		5
	>= 100 ha	1		1		
Corvo	Total	260		183	64	13
	<0.5 ha					
	0.5 ha a < 1 ha					
	1 ha a < 2 ha	25		25		
	2 ha a < 5 ha	116		68	35	13
	5 ha a < 20 ha	98		77	21	
	20 ha a < 50 ha	21		12	8	
	50 ha a < 100 ha					
	>= 100 ha	1		1		

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

À semelhança da Dimensão Económica, também o número de explorações tendo em conta a Dimensão Física tem sofrido variações aos longo do tempo analisando os anos de 2009, 2013 e 2016. Considerando os dados de 2009 a 2016 verifica-se um aumento nas explorações de dimensão entre 1 e 5 hectares e nas de dimensão entre 20 e 50 hectares. Se considerarmos as diferenças entre 2013 e 2016 a variação positiva é também maior no número de explorações com dimensão entre 1 e 5ha, seguindo-se as com área igual ou superior a 50ha. Em alguns casos o número de explorações não equivale ao número de explorações efetivamente existentes nesse ano devido ao facto de terem sido abertas explorações sem área associada.

Tabela 103. Evolução do número de explorações por Dimensão Física da Exploração na RAA em 2009, 2013, 2016

Ano	Total	0 - < 1 ha	1 ha - < 5 ha	5 ha - < 20 ha	20 ha - < 50 ha	>= 50 ha
2009	13 511	5 767	3 152	2 805	1 375	412
2013	11 824	4 287	2 986	2 500	1 555	497
2016	11 580	3 575	3 294	2 509	1 em alguns casos 554	650

Fonte: DRDR, a partir dos dados do INE

Como podemos observar na Figura que se segue, a maior diminuição verificada é no número de explorações com dimensão inferior a 1ha.

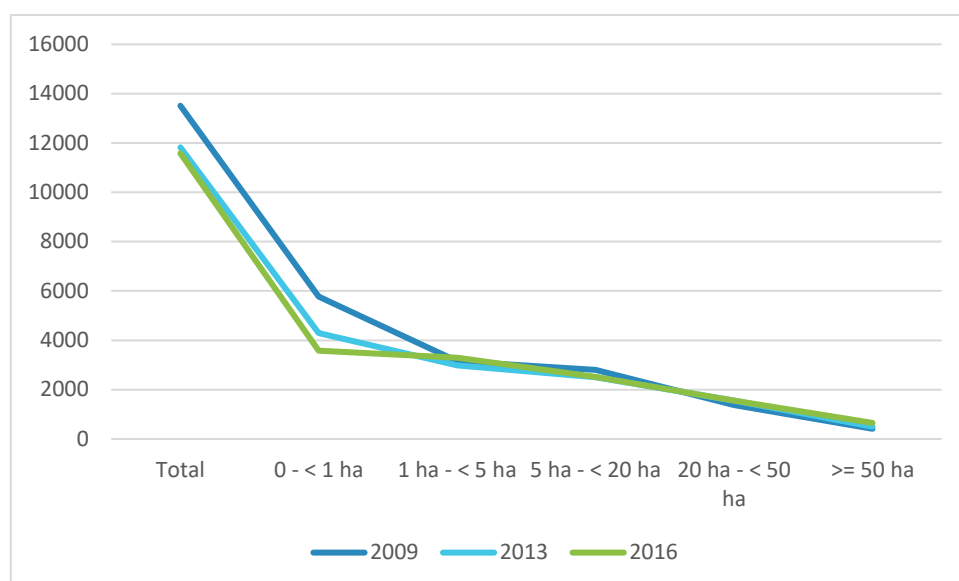


Figura 218. Evolução do número de explorações por dimensão física na RAA, 2009, 2013, 2016

Fonte: DRDR, a partir de dados do INE

Outro aspeto importante a analisar prende-se com a forma de exploração das terras, sendo de referir o aumento de 5,75% de 2009 para 2016 da área explorada por conta própria, tendo acontecido uma ligeira quebra de 2009 para 2013 (1,39%). A exploração da terra em forma de arrendamento mostrou um aumento (2,43%) de 2009 para 2013, tendo-se verificado uma diminuição de 2013 para 2016 na ordem dos 8,94%.

Tabela 104. Forma de Exploração da terra, em hectares

Ano	Forma de exploração da terra			
	Total	Conta própria	Arrendamento	Outra forma de exploração
2009	120 412	55 205	57 400	7 807
2013	118 590	52 664	59 414	6 512
2016	123 792	63 819	50 952	9 021

Fonte: DRDR, a partir de dados do INE

Por análise à Figura seguinte, verificamos que as “Outras Formas de Exploração das Terras”, desceu 1% de 2009 para 2013, voltando a subir 1,8% de 2013 para 2016.

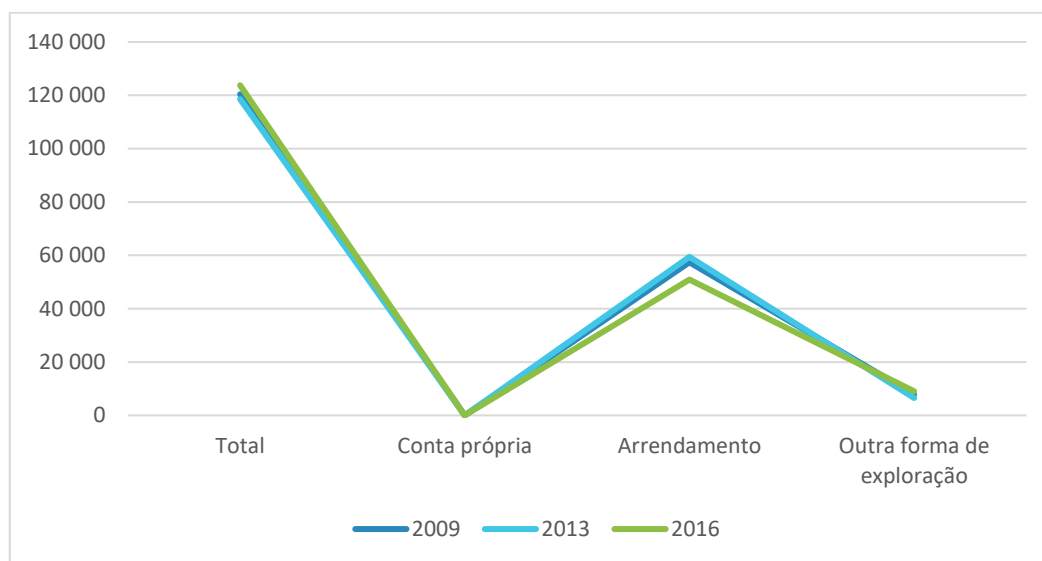


Figura 219. Outras Formas de Exploração das Terras

Fonte: DRDR, a partir de dados do INE

Relativamente à relação entre a formação agrícola e o escalão etário dos dirigentes, em 2013, verificou-se uma predominância dos dirigentes com formação exclusivamente prática, principalmente dos dirigentes com idades compreendidas entre os 25 e 54 anos. Tal ocorria em todas as ilhas da R.A. Açores (Tabela 105).

Por sua vez, em 2013, apenas um número reduzido (93) de dirigentes tinha formação agrícola completa, sendo que 62 dos mesmos tinha idades compreendidas entre os 25 e 54 anos. Apenas a Ilha das Flores não contabilizava em 2013 dirigentes com formação agrícola completa.

Tabela 105. Explorações Agrícolas Segundo a Formação Agrícola e o Escalão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2013

Ilha	Formação Agrícola	Escalão Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
R.A. Açores	Total	11 824	34	5 644	3 225	2 922
	Exclusivamente prática	10 168	28	4 451	2 936	2 753
	Cursos de formação profissional agrícola	1 563	6	1 131	276	151
	Completa	93		62	13	18
Santa Maria	Total	288	2	156	91	39
	Exclusivamente prática	209		105	74	29
	Cursos de formação profissional agrícola	68	2	50	17	
	Completa	11		1		10
São Miguel	Total	4 771	8	2 208	1 295	1 260
	Exclusivamente prática	4 107	8	1 762	1 145	1 193
	Cursos de formação profissional agrícola	633		421	147	66
	Completa	30		26	4	1
Terceira	Total	2 722		1 227	829	666
	Exclusivamente prática	2 291		886	774	631
	Cursos de formação profissional agrícola	397		319	48	31
	Completa	34		22	7	5
Graciosa	Total	337	1	182	73	82
	Exclusivamente prática	281	1	142	70	69

Ilha	Formação Agrícola	Escalaão Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
	Cursos de formação profissional agrícola	54		38	3	13
	Completa	2		2		
São Jorge	Total	943	16	464	208	255
	Exclusivamente prática	805	13	356	188	249
	Cursos de formação profissional agrícola	129	3	100	20	6
	Completa	9		9		
Pico	Total	1 394	3	591	434	366
	Exclusivamente prática	1 312	3	549	409	352
	Cursos de formação profissional agrícola	79		42	25	12
	Completa	2		1		1
Faial	Total	908	1	530	219	158
	Exclusivamente prática	808		459	204	144
	Cursos de formação profissional agrícola	95	1	68	13	13
	Completa	5		2	2	1
Flores	Total	462	3	286	76	97
	Exclusivamente prática	354	3	192	72	86
	Cursos de formação profissional agrícola	108		94	3	10
	Completa					

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013

Por sua vez, em comparação com o ano de 2013, no ano de 2016 verificou-se um acréscimo dos dirigentes da R.A. Açores com cursos de formação profissional agrícola, bem como com formação agrícola completa (Tabela 105 e Tabela 106). Neste contexto, apesar de em 2016 se continuar a verificar uma predominância dos dirigentes com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos com formação agrícola exclusivamente prática, é possível constatar um aumento bastante significativo dos dirigentes deste escalaão etário com cursos de formação profissional agrícola e com formação agrícola completa.

Tabela 106. Explorações Agrícolas Segundo a Formação Agrícola e o Escalaão Etário do Dirigente por ilha da R.A. Açores, 2016

Ilha	Formação Agrícola	Escalaão Etário				
		Total	<=24	25-54	55-64	>=65
R.A. Açores	Total	11 580	26	5 387	3 007	3 160
	Exclusivamente prática	7 744	25	3 134	2 126	2 459
	Cursos de formação profissional agrícola	3 680	1	2 110	879	690
	Completa	157		143	2	12
Santa Maria	Total	396		246	80	70
	Exclusivamente prática	89		39	14	36
	Cursos de formação profissional agrícola	286		192	66	27
	Completa	21		15		6
São Miguel	Total	4 794		1 969	1 182	1 644
	Exclusivamente prática	4 020		1 399	1 037	1 583
	Cursos de formação profissional agrícola	746		547	143	56
	Completa	29		23	1	5
Terceira	Total	2 650		1 111	702	837
	Exclusivamente prática	1 425		600	413	412

Ilha	Formação Agrícola	Total	Escala Etário			
			<=24	25-54	55-64	>=65
	Cursos de formação profissional agrícola	1 203		490	287	425
	Completa	22		20	1	
Graciosa	Total	574		240	248	85
	Exclusivamente prática	395		88	222	85
	Cursos de formação profissional agrícola	124		98	26	
	Completa	55		55		
São Jorge	Total	761	25	468	180	88
	Exclusivamente prática	756	25	468	175	88
	Cursos de formação profissional agrícola	5			5	
	Completa					
Pico	Total	1 147	1	631	317	197
	Exclusivamente prática	356		227	52	77
	Cursos de formação profissional agrícola	763	1	376	265	120
	Completa	28		28		
Faial	Total	408		187	94	127
	Exclusivamente prática	258		64	81	114
	Cursos de formação profissional agrícola	148		122	13	13
	Completa	1		1		
Flores	Total	591		353	140	99
	Exclusivamente prática	282		151	80	51
	Cursos de formação profissional agrícola	308		200	60	48
	Completa	1		1		
Corvo	Total	260		183	64	13
	Exclusivamente prática	163		99	52	13
	Cursos de formação profissional agrícola	97		85	12	
	Completa					

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

8.2.2.2 Género

De acordo com os dados da Figura 220 e Figura 221, a proporção de dirigentes agrícolas do sexo masculino é significativamente superior à proporção de dirigentes agrícolas do sexo feminino. Tal verifica-se tanto a nível nacional como na R.A. Açores. Esta discrepância é bastante mais acentuada na R.A. Açores, uma vez que 90% dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos são homens. Tal evidencia o reduzido envolvimento das mulheres com menos de 35 anos na gestão corrente e quotidiana das explorações agrícolas açorianas.

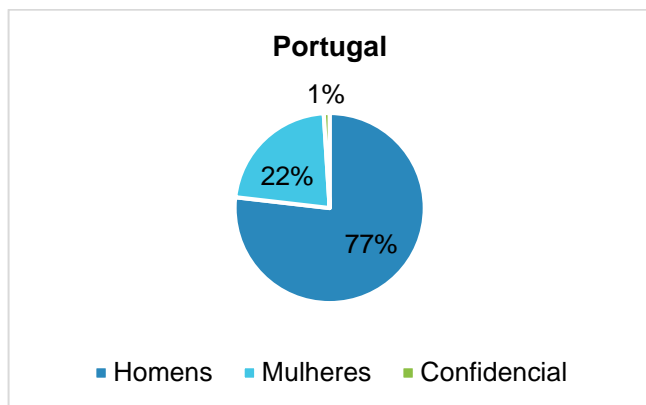


Figura 220. Distribuição dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos por género em Portugal

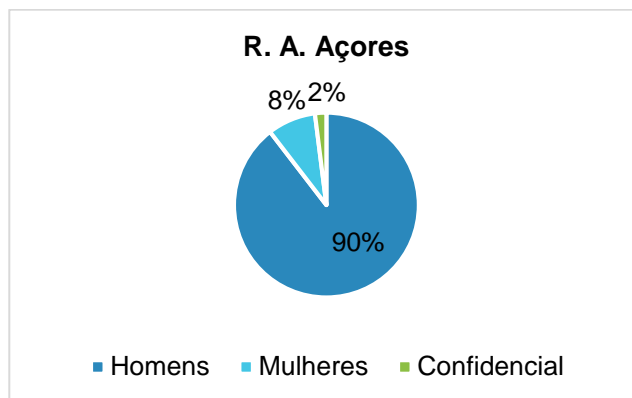


Figura 221. Distribuição dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos por género na R. A. Açores

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

8.2.2.3 Distribuição geográfica

A análise da distribuição demográfica dos dirigentes agrícolas é fundamental para perceber as dinâmicas existentes a nível regional. Deste modo, através da Figura 222 é possível perceber que os dirigentes agrícolas com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos se concentram especialmente nas regiões Norte (34%) e Centro (27%) do país. Por sua vez, na R.A. Açores localizam-se 12% dos dirigentes agrícolas com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos, o que significa que, apesar da sua dimensão geográfica, a região consegue concentrar um número significativo de dirigentes na faixa etária em análise.

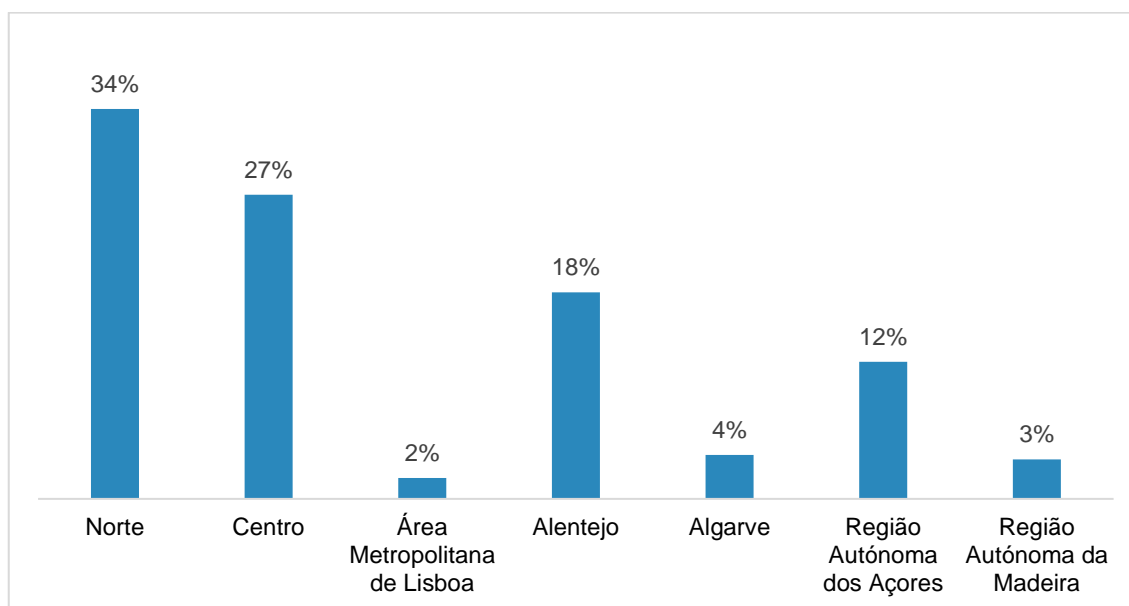


Figura 222. Distribuição geográfica dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos - 2016 (%) por região

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

Por sua vez, as dinâmicas regionais em termos de fixação de dirigentes agrícolas com 65 ou mais anos revelam semelhanças com a distribuição analisada na Figura anterior. Assim, os dirigentes agrícolas desta faixa etária localizam-se principalmente nas regiões Norte (35%) e Centro (37%) do país (Figura 223). A R.A. Açores concentra apenas 2% dos dirigentes agrícolas com 65 ou mais anos, o que evidencia novamente o facto de os dirigentes agrícolas nesta Região serem mais jovens do que a generalidade do país.

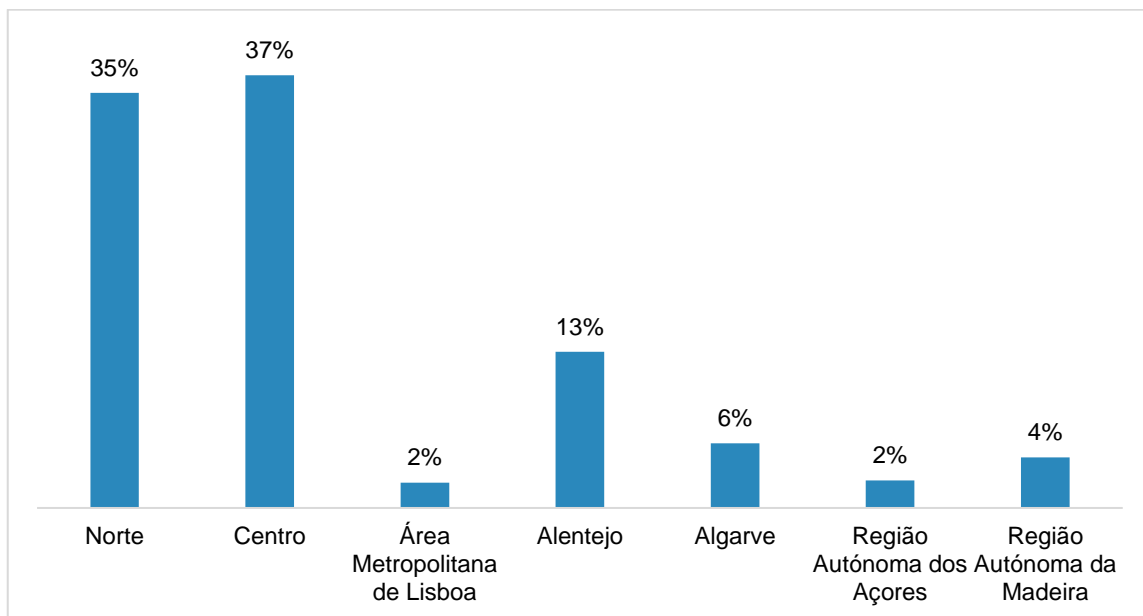


Figura 223. Distribuição geográfica dos dirigentes agrícolas com 65 ou mais anos no total - 2016 (%) por região

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

8.2.2.4 Orientação produtiva

Segundo dados do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), a dimensão média das explorações dos jovens agricultores a nível nacional é de 18,5 hectares, no entanto verificam-se diversas assimetrias regionais, o que leva a que mais de metade das explorações geridas por jovens agricultores tenham menos de 5 hectares. Assim, na R. A. Açores (Figura 224) a dimensão física das explorações detidas por dirigentes agrícolas com menos de 35 anos afigura-se distinta da média nacional. Mais precisamente, na R.A. Açores 39% das explorações detidas por dirigentes agrícolas com menos de 35 anos têm entre 5 e 20 hectares, enquanto 31% têm menos de 5 hectares (Figura 224).

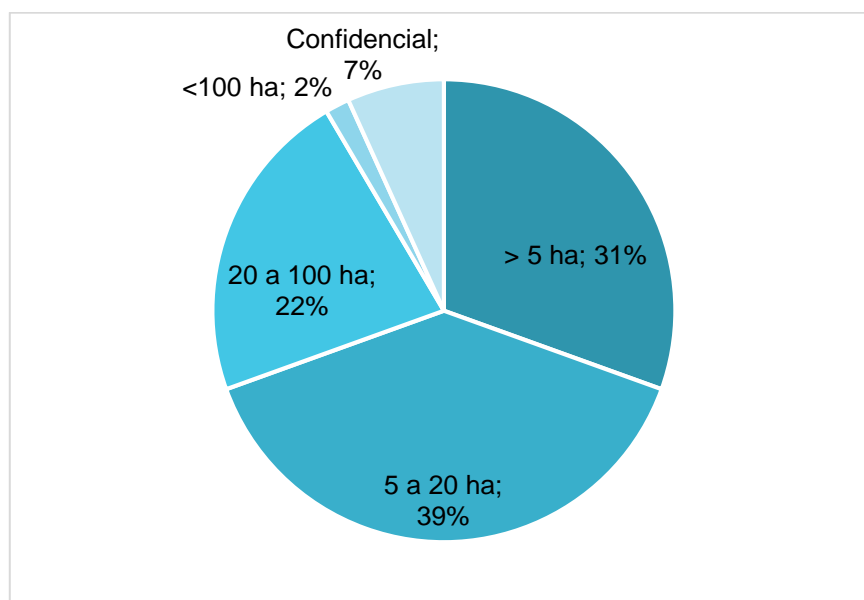


Figura 224. Distribuição dos dirigentes agrícolas com menos de 35 anos por dimensão física na R.A. Açores, 2016 (%)

Fonte: SPI, a partir de GPP e EUROSTAT

Por sua vez, segundo dados do GPP, a dimensão média das explorações de jovens dirigentes agrícolas é superior à dos agricultores com mais de 40 anos (o GPP e o EUROSTAT apresentam classificações etárias

distintas do IEEA 2013 e 2016). Mais precisamente na R.A. Açores os jovens dirigentes agrícolas (<40 anos) detêm em média explorações com 14 hectares, enquanto os dirigentes agrícolas com mais de 40 possuem explorações com uma média de 6 hectares.

No que diz respeito à orientação produtiva dos dirigentes agrícolas da R. A. Açores com menos de 35 anos, os laticínios e a produção de vinho são as áreas de orientação produtiva mais representativas entre os dirigentes agrícolas desta faixa etária (Figura 225). A predominância dos laticínios encontra-se profundamente em linha com a orientação produtiva da economia da R. A. Açores.

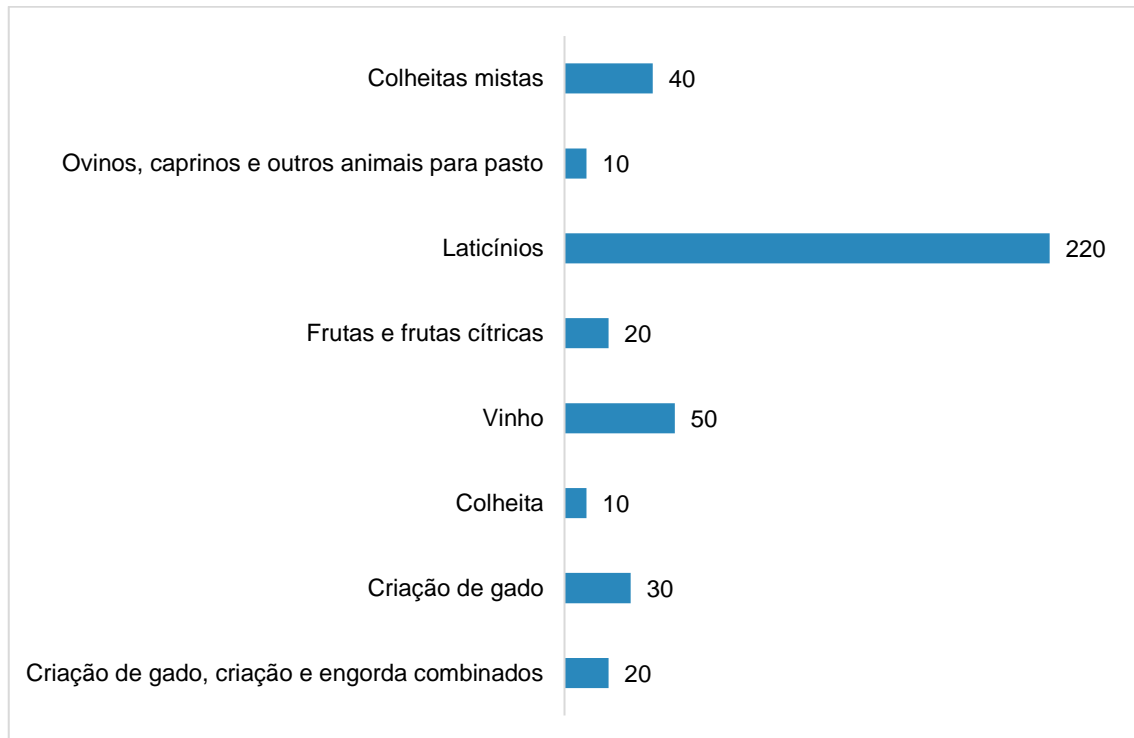


Figura 225. Distribuição dos dirigentes agrícolas da R. A. Açores com menos de 35 anos por orientação produtiva 2016

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

8.3. Desenvolvimento das empresas em zonas rurais

8.3.1. Evolução do número de empresas na R.A. Açores

Durante o período 2009-2018 verificaram-se oscilações na constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas na R.A. Açores (Tabela 107). Deste modo, no período 2009-2015 verificou-se um crescimento do número de empresas constituídas na R.A. Açores, o qual foi seguido de uma diminuição acentuada deste número no ano de 2016. Não obstante, no período 2017-2018 voltou a verificar-se um aumento do número de empresas na R.A. Açores.

No que diz respeito ao número de empresas ligadas à “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” também se registaram diversas oscilações no período de análise, apesar de se verificar um aumento deste número no ano de 2018 face a 2009. No âmbito desta atividade económica, no período em análise, registou-se um número mais elevado de constituições de empresas ligadas à “Agricultura, Produção Animal, Caça e atividades dos serviços relacionados”, seguidas da “Pesca e Aquicultura”. Contrariamente, ao longo do

período 2009-2018, apenas foram constituídas 21 empresas ligadas à “Silvicultura e Exploração Florestal” (Tabela 107).

Por sua vez, no âmbito das “Indústrias transformadoras” verificou-se alguma regularidade no número de empresas constituídas, com exceção dos anos 2015 e 2016 nos quais o número aumentou consideravelmente. Neste contexto, é de destacar que as “indústrias alimentares” registaram um número superior de empresas constituídas em relação à “indústria das bebidas” e à “indústria de tabaco”, sendo que no caso da última não foram constituídas quaisquer empresas no período em análise.

No cômputo geral das empresas constituídas no período 2009-2018 é de destacar o aumento das empresas ligadas ao “alojamento, restauração e similares”; contrariamente ao número reduzido de empresas constituídas nas áreas de “eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, “captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” e “educação”.

Tabela 107. Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) na R.A. Açores por Atividade económica (CAE Rev. 3); 2009-2018

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Total	429	422	382	552	517	458	332	350	356	304
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	28	25	19	34	24	32	17	22	12	17
▪ Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	17	20	18	25	16	20	8	12	10	12
▪ Silvicultura e exploração florestal	1	1	0	4	2	1	4	5	1	0
▪ Pesca e aquicultura	10	4	1	5	6	11	5	5	1	5
Indústrias extrativas	0	0	0	1	1	0	1	0	0	2
Indústrias transformadoras	19	21	29	35	20	24	14	19	18	19
▪ Indústrias alimentares	5	6	13	13	8	8	8	3	5	6
▪ Indústria das bebidas	1	1	3	1	1	0	0	3	0	1
▪ Indústria do tabaco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	1	2	0	1	1	3	1	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	2	1	1	1	3	2	0	7	0
Construção	38	37	29	35	44	34	17	42	30	33
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	62	60	86	111	116	111	91	83	99	83
Transportes e armazenagem	9	9	3	11	9	13	16	10	18	10
Alojamento, restauração e similares	120	110	91	122	109	81	45	35	37	41
Atividades de informação e de comunicação	15	12	13	9	12	8	8	10	14	10
Atividades financeiras e de seguros	6	2	8	7	5	5	6	7	7	3
Atividades imobiliárias	22	20	18	7	16	7	8	7	7	5

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	41	47	29	45	42	48	38	38	40	23
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	20	25	18	64	39	31	10	17	16	8
Educação	2	3	1	6	9	9	7	4	3	3
Atividades de saúde humana e apoio social	27	15	17	25	26	24	24	27	21	14
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	11	25	16	31	30	12	16	18	14	19
Outras atividades de serviços	9	8	2	8	13	15	9	10	13	14

Fonte: SPI, a partir de INE

Relativamente à dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas também se verificaram oscilações no período 2009-2018. Assim, entre 2009 e 2013 verificou-se uma diminuição das dissoluções de empresas, seguida de aumento no período 2014-2016. No período 2017-2018 voltou a registar-se uma diminuição das dissoluções de empresas na R.A. Açores (Tabela 108).

Por sua vez, registaram-se diversas oscilações na dissolução de empresas ligadas à “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” no período 2009-2018. Neste âmbito, as empresas ligadas à “agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” foram as que registaram mais dissoluções, apesar de o valor das constituições ter sido superior. Contrariamente, verificou-se um número superior de dissoluções em relação às constituições de empresas nas áreas da “silvicultura e exploração florestal” (Tabela 107 e Tabela 108).

No âmbito das “indústrias alimentares” e da “indústria das bebidas” é possível constatar que o número de dissoluções foi inferior ao de criações no período 2009-2018. Por sua vez, na “indústria do tabaco” não se registaram dissoluções nem criações de empresas no período em análise (Tabela 107 e Tabela 108).

Adicionalmente, durante o período 2009-2018, o “comércio por grosso e a retalho”, “reparação de veículos automóveis e motociclos” foi a atividade onde se registou um maior número de dissoluções, enquanto na área da “eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” apenas se registaram três dissoluções.

Tabela 108. Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) na R.A. Açores por Atividade económica (CAE Rev. 3); 2009-2018

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Total	178	130	349	231	314	149	201	279	113	286
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	12	2	13	6	20	7	5	10	4	15
▪ Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	7	2	9	3	16	6	4	4	1	11
▪ Silvicultura e exploração florestal	1	0	3	2	0	0	0	0	0	0
▪ Pesca e aquicultura	4	0	1	1	4	1	1	6	3	4
Indústrias extrativas	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0
Indústrias transformadoras	15	6	24	11	13	3	12	23	3	30

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
▪ Indústrias alimentares	9	1	3	2	2	2	5	13	0	8
▪ Indústria das bebidas	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0
▪ Indústria do tabaco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	1	0	0	2	1	0	1	0	0
Construção	14	11	53	37	73	16	24	32	11	23
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	52	31	104	67	75	43	68	79	31	117
Transportes e armazenagem	8	3	2	7	9	1	10	18	9	12
Alojamento, restauração e similares	27	29	47	26	35	20	21	40	17	30
Atividades de informação e de comunicação	4	2	7	9	9	6	6	10	2	10
Atividades financeiras e de seguros	0	4	3	0	2	1	1	2	2	3
Atividades imobiliárias	3	4	9	10	16	4	10	11	12	7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	14	11	21	12	20	15	12	19	4	12
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	8	7	20	17	12	8	7	12	3	14
Educação	0	3	4	3	3	2	3	4	1	2
Atividades de saúde humana e apoio social	7	7	17	7	7	7	2	2	5	5
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	10	6	12	10	13	9	11	8	3	2
Outras atividades de serviços	2	3	11	8	3	6	8	7	5	4

Fonte: SPI, a partir de INE

8.3.2. Caracterização das empresas não financeiras em zonas rurais

8.3.2.1 Distribuição das empresas não financeiras

Em 2017, existiam em Portugal 1.242.693 empresas não financeiras, das quais 27.174 se situavam na R. A. Açores, o que representava 2% do total nacional. Através da Figura 226 pode observar-se que o número de empresas não financeiras em 2017 cresceu residualmente face ao ano de 2009 no que diz respeito a Portugal, ao Continente e à R. A. Açores, o que pode ser justificado pela conjuntura económica vivida no período em causa.

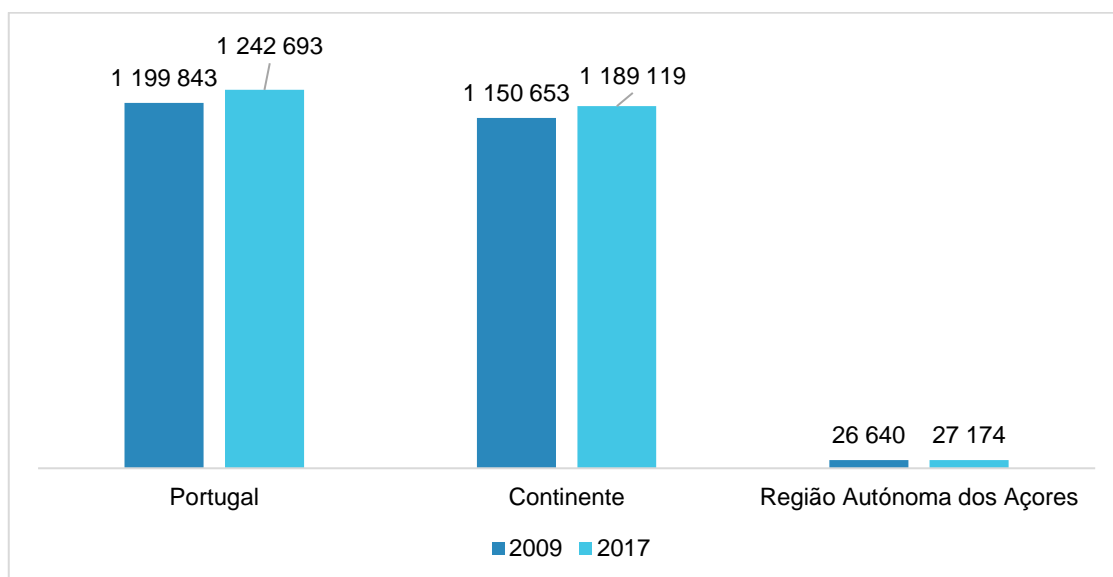


Figura 226. Evolução do número de empresas não financeiras em Portugal, no Continente e na R. A. Açores, 2017 face a 2009

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas)

Na R.A. Açores a distribuição do número de empresas não financeiras por ilha é profundamente heterogénea. Assim, em 2017 cerca de 73% das empresas não financeiras açorianas localizavam-se nas ilhas de São Miguel (43%) e Terceira (25%). Por outro lado, as Ilhas do Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria afiguram-se como as ilhas com o menor número de empresas não financeiras (Figura 227).

Por sua vez, no que diz respeito à evolução do número de empresas não financeiras por ilha, verificou-se um ligeiro aumento do número de empresas em 2017 face a 2009 em algumas das Ilhas da R.A. Açores, sendo o mesmo mais notório na Ilha Terceira. No entanto, em ilhas como São Miguel, Faial e Flores não se verificou uma dinâmica de aumento empresarial semelhante, havendo uma diminuição do número de empresas não financeiras (Figura 227).

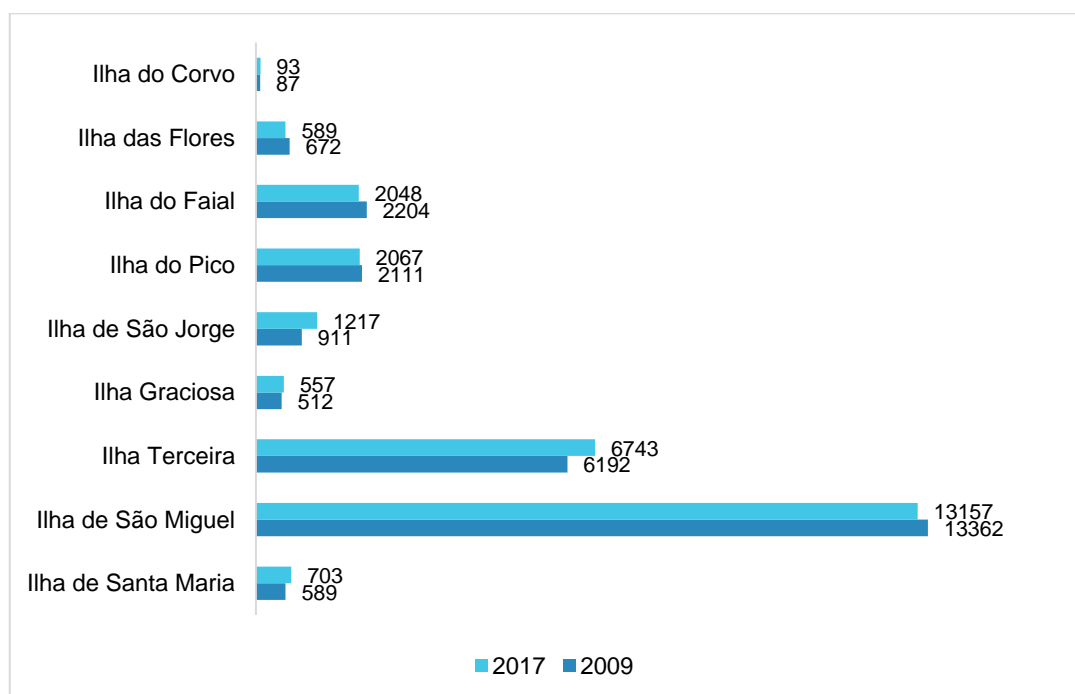


Figura 227. Evolução do número de empresas não financeiras por ilha, 2017 face a 2009

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas)

Adicionalmente, em 2017, a nível municipal verificou-se uma elevada concentração das empresas não financeiras em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ribeira Grande e Horta. Esta tendência de concentração empresarial acentuou-se no ano de 2017 face a 2009, verificando-se um aumento do número de empresas não financeiras situadas em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. No entanto, o mesmo não se verificou nos municípios da Ribeira Grande e Horta (Figura 228).

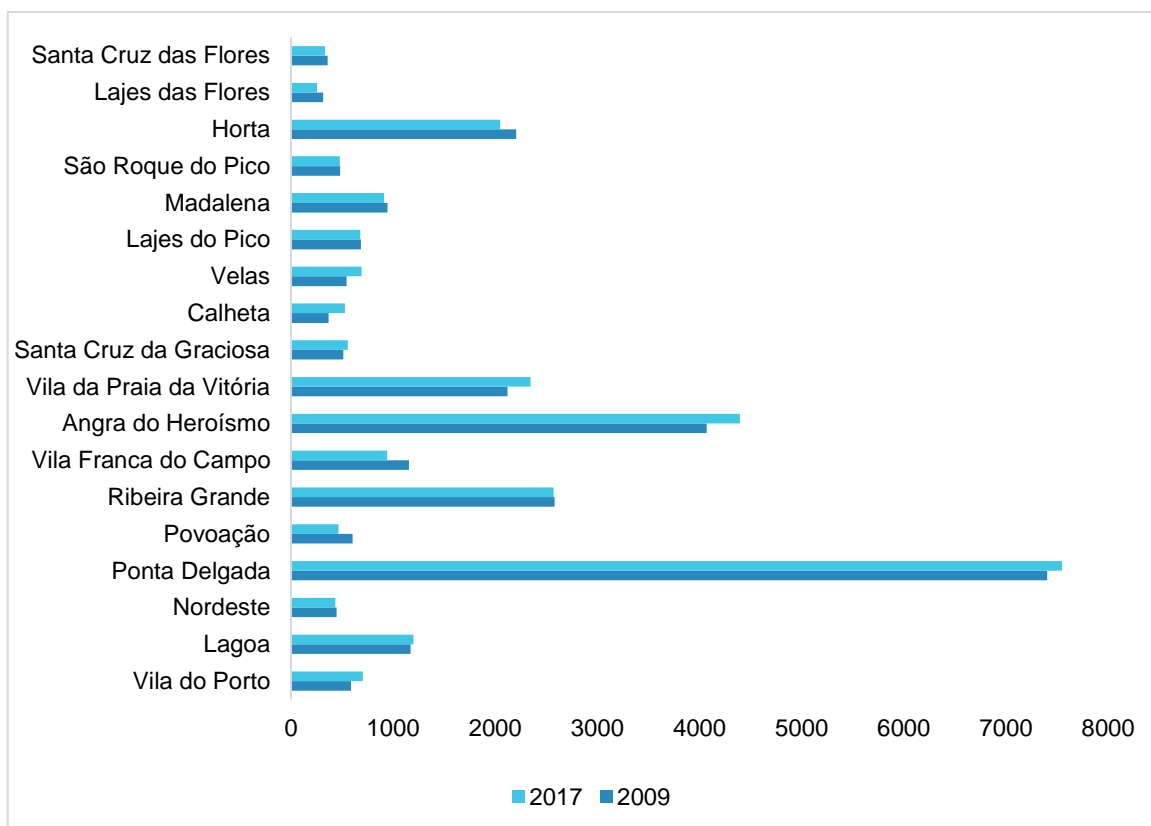


Figura 228. Evolução do número de empresas não financeiras por município da R. A. Açores, 2017 face a 2009

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas)

Em 2017, aproximadamente 99,9% do tecido empresarial português e da R. A. Açores era composto por PME (Figura 229). Na verdade, segundo o Anuário Estatístico da R. A. Açores, em 2016, 96,7% das empresas da Região tinham menos de 10 pessoas ao serviço, o que se afigura superior à média nacional (96,1%).

A nível municipal, o Corvo, o Nordeste e as Lajes das Flores são os municípios com a maior proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço. Contrariamente, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo são os municípios com a menor proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço. Tal encontra-se em linha com o facto de, em 2017, as 14 grandes empresas existentes na R. A. Açores se encontrarem concentradas num número bastante reduzido de municípios, nomeadamente: Ponta Delgada (7 empresas), Ribeira Grande (5 empresas), Angra do Heroísmo (1 empresa) e Horta (1 empresa).

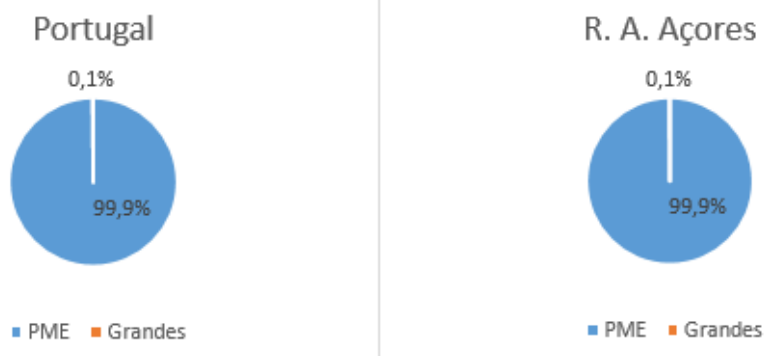


Figura 229. Dimensão das empresas não financeiras em Portugal e na R. A. Açores em 2017

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas)

Adicionalmente, segundo o Anuário Estatístico da R. A. Açores 2016, a proporção de pessoal ao serviço das empresas maioritariamente estrangeiras é bastante mais reduzido na R. A. Açores (1,66%) do que na generalidade do país (11,52%). Deste modo, em 2016, na R. A. Açores a empregabilidade em empresas com participação de capital estrangeiro superior a 50% afigurava-se bastante residual, o que enfatiza a importância das empresas nacionais na economia da região.

8.3.2.2 Distribuição das empresas não financeiras com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário)

Em 2017, as empresas da R. A. Açores com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário) representavam 5% do total nacional deste tipo de empresas. Tal representa uma diminuição acentuada face ao ano de 2009, uma vez que nesse ano as empresas da R. A. Açores ligadas a esta atividade representavam 10% do total nacional.

Em termos da evolução do número de empresas não financeiras do setor primário verificou-se um aumento expressivo do mesmo na média do país e do Continente (2017 face a 2009). Não obstante, na R.A. Açores o aumento no número de empresas não financeiras do setor primário afigurou-se bastante mais moderado que na média do país e do Continente (Figura 230).

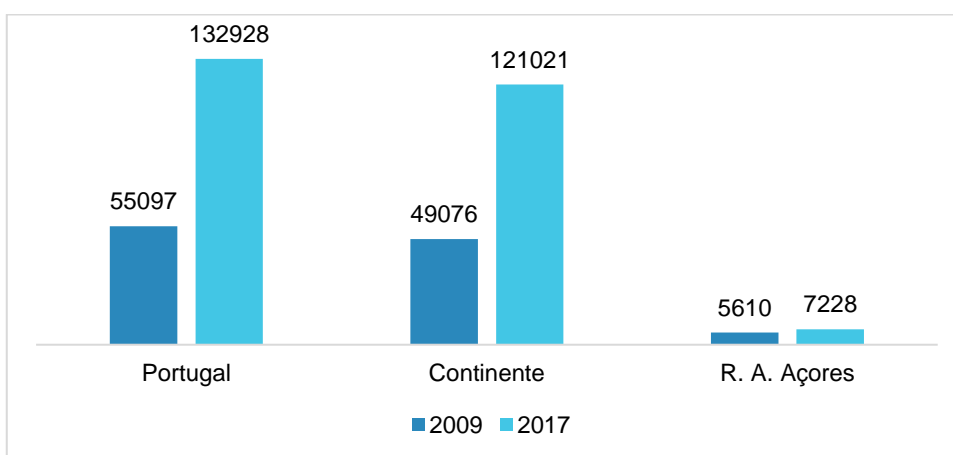


Figura 230. Evolução do número de empresas não financeiras do setor primário em Portugal, no Continente e na R. A. Açores, 2017 face a 2009³⁴

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas)

³⁴ A oscilação de valores apresentada nesta Figura terá sido influenciada pelo Art. 198 da Lei 66B/2012 de 31 de Dezembro que introduziu novas regras para os para os contribuintes que estavam dispensados da obrigação da liquidação do IVA nas transmissões de bens e prestações de serviços no âmbito das atividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias, designadamente a obrigatoriedade de apresentação

No âmbito da distribuição das empresas com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário) por ilha da R. A. Açores, São Miguel e a Terceira destacam-se tanto em termos do seu número como em termos de evolução temporal. Assim, em 2017, São Miguel e a Terceira concentravam entre si 64% das empresas com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário) da R. A. Açores (Figura 231).

Por outro lado, em 2017, as Ilhas de Santa Maria e do Corvo reuniam o menor número de empresas com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário) da R.A. Açores, representando apenas respetivamente 3% e 0,5% do total da Região.

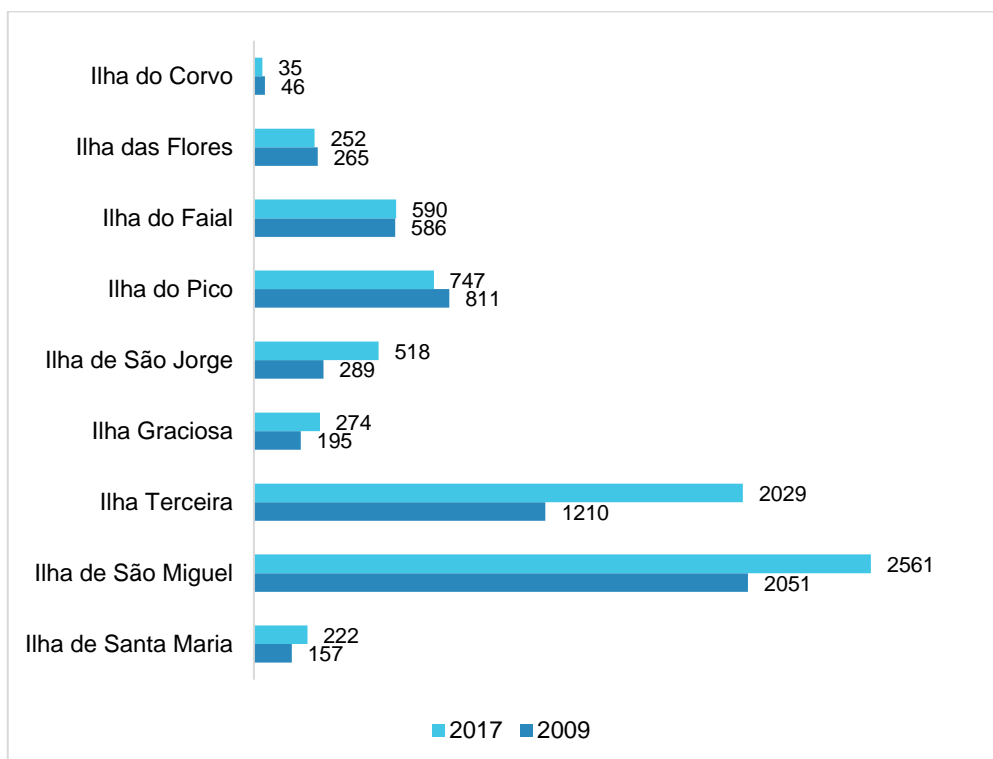


Figura 231. Evolução do número de empresas não financeiras do setor primário por ilha, 2017 face a 2009

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas)

No que diz respeito à distribuição municipal das empresas com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário), é de ressaltar o destaque e evolução temporal de Angra do Heroísmo no contexto regional. Assim, tal como pode ser observado na Figura 232, em 2017, Angra do Heroísmo era o município com o maior número de empresas deste setor (1218 empresas), sendo este um número bastante superior ao do ano de 2009 (732 empresas). Por sua vez, os municípios de Ponta Delgada e Praia da Vitória também se destacam em termos de concentração e evolução do número de empresas com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário).

Por contraste, em 2017, os municípios de Lajes das Flores, São Roque do Pico e Povoação eram os que reuniam o menor número de empresas com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário) da R.A. Açores. Assim, o conjunto destes três municípios representava apenas 5% do total regional deste tipo de empresas (Figura 232).

da declaração de início de atividade ou da declaração de alterações (cf. Despacho n.º 218/2013.XIX, do SEAF, de 30/05. Prorrogação do prazo por Despacho n.º 41/2014. XIX, de 31/01).

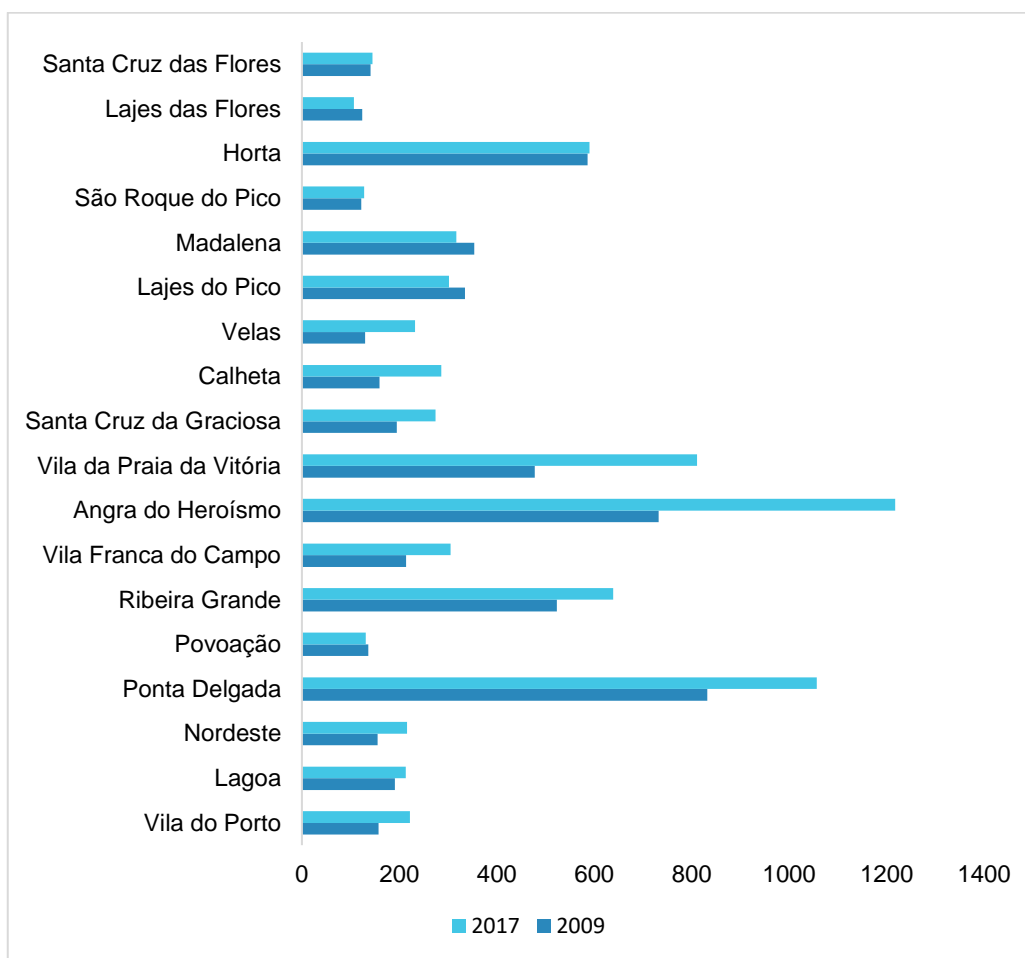


Figura 232. Evolução do número de empresas não financeiras do setor primário por município, 2017 face a 2009

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas)

8.3.2.3 VAB das empresas não financeiras

Em Portugal o VAB das empresas não financeiras cresceu 10% no ano de 2017 face ao ano de 2009. Não obstante, a R.A. Açores registou um decréscimo de 3% do VAB das empresas não financeiras no período de referência.

Relativamente à distribuição do VAB das empresas não financeiras por ilha, em 2017 verificou-se que as empresas das ilhas de São Miguel e da Terceira foram as que mais contribuíram para a produção efetiva do arquipélago. Não obstante, em ambas as ilhas se verificou uma diminuição do VAB das empresas não financeiras no ano de 2017 face ao ano de 2009. Contrariamente, o Corvo, a Graciosa e Santa Maria foram as ilhas que menos contribuíram para a produção efetiva da R.A. Açores em 2017 (Figura 233).

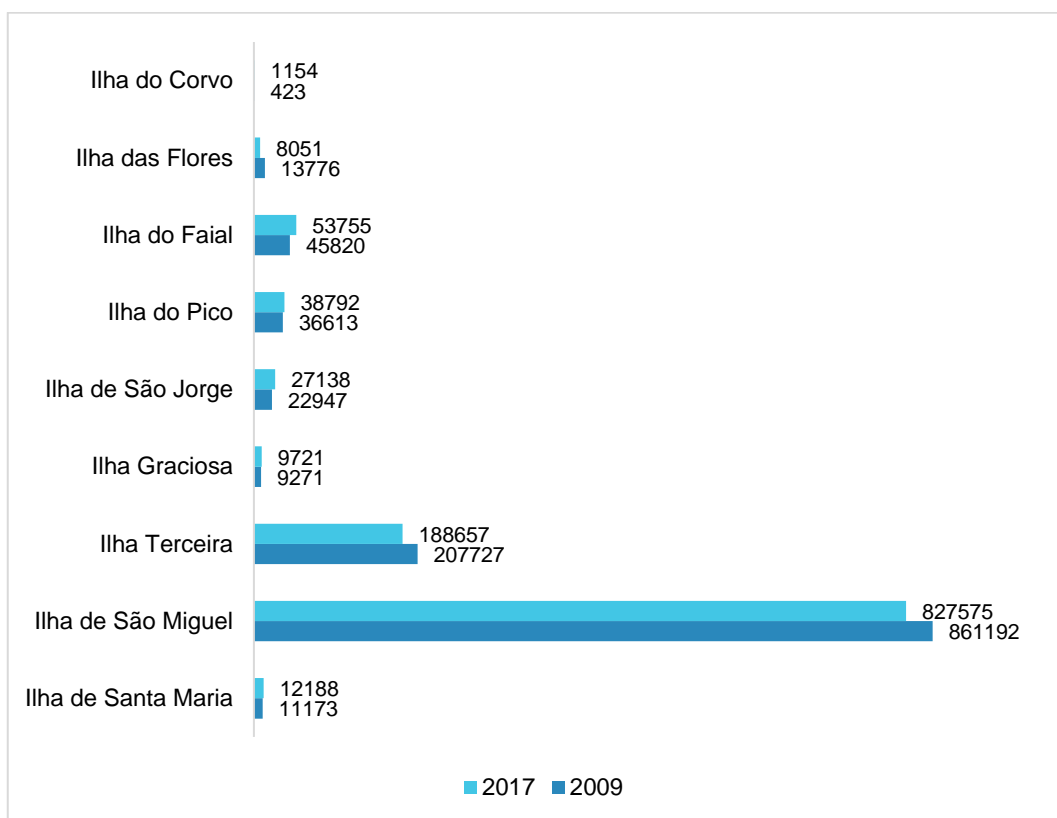


Figura 233. Evolução do VAB das empresas não financeiras por ilha, 2017 face a 2009 (Euro – milhares)

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas)

Na R. A. Açores a distribuição municipal do VAB afigura-se profundamente heterogénea (Figura 234). Assim, em 2017, as empresas não financeiras de Ponta Delgada foram as que mais contribuíram para a produção efetiva do arquipélago, apesar de se registar uma diminuição dessa contribuição face ao ano de 2009. Paralelamente, as empresas não financeiras dos municípios de Ribeira Grande e de Angra do Heroísmo também tiveram uma contribuição de destaque para o VAB regional tanto em 2009 como em 2017. Contrariamente, diversos municípios tiveram uma contribuição apenas residual para a produção efetiva da R.A. Açores tanto em 2009 como em 2017, o que evidencia as diferenças regionais.

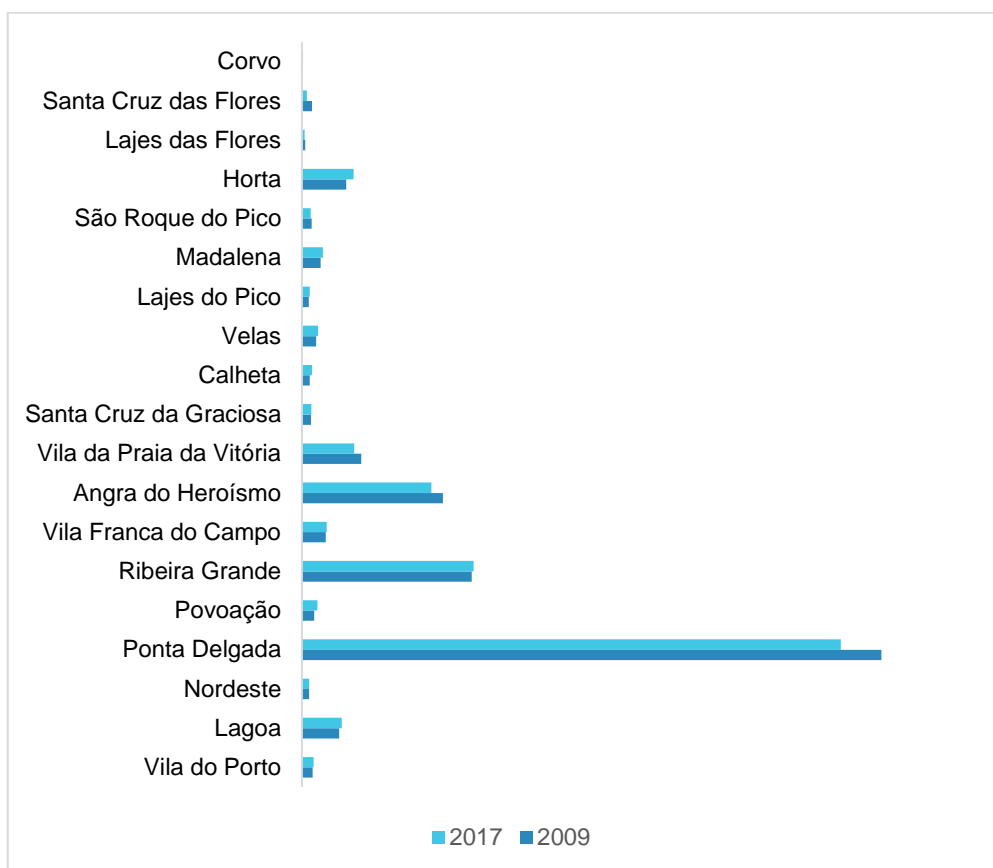


Figura 234. Evolução do VAB das empresas não financeiras por município, 2017 face a 2009 (Euro – milhares)

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas)

8.3.2.4 VAB das empresas não financeiras com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário)

Em Portugal, no ano de 2017, o VAB das empresas não financeiras com atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (setor primário) cresceu 79% face ao ano de 2009. Por sua vez, na R. A. Açores o crescimento foi de 59%, no ano de 2017 face ao ano de 2009.

Apesar de a Figura 235 refletir a ausência de dados para todas as Ilhas da R. A. Açores, é possível constatar que São Miguel se afigura como a ilha que mais contribuiu para a produção efetiva de atividades ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca na R.A. Açores em 2017, seguida da Terceira. Por sua vez, o Corvo, Flores e Santa Maria foram as ilhas que tiveram uma contribuição menor tanto no ano de 2009 como no ano de 2017.

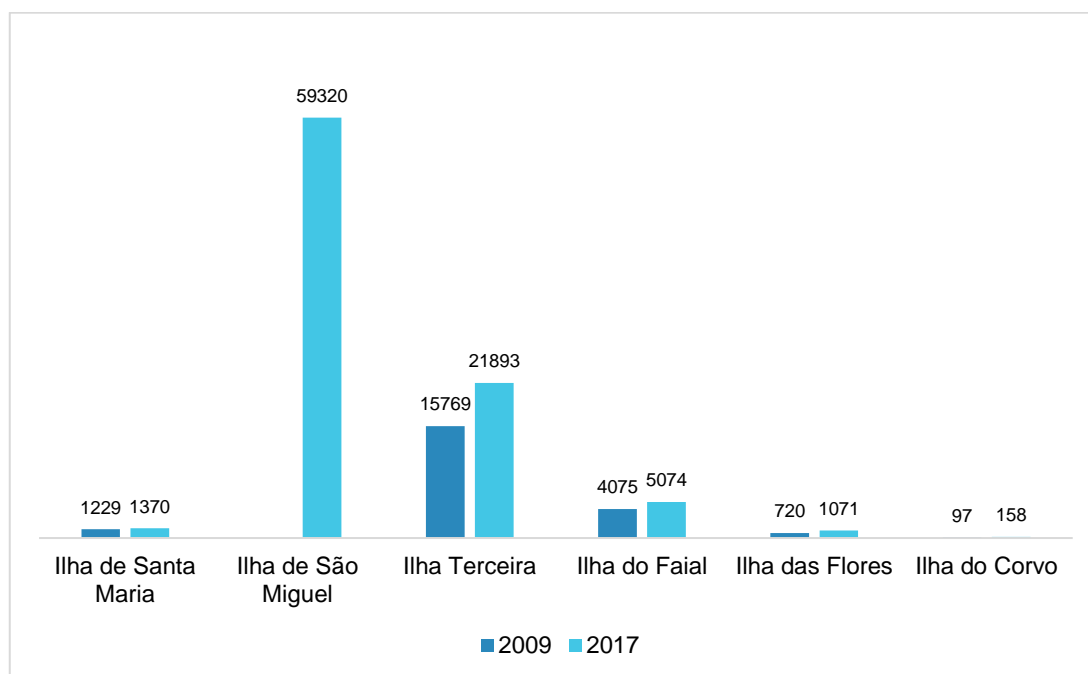


Figura 235. Evolução do VAB das empresas não financeiras do setor primário por ilha, 2017 face a 2009 (Euro – milhares)

Fonte: SPI, a partir de PORDATA (Dados: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas)

8.4. Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OE7 “Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas em zonas rurais” reflete os principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> A população da R. A. Açores é mais jovem do que a média nacional; Os produtores agrícolas singulares da R. A. Açores são os mais jovens do país; Os dirigentes agrícolas da R. A. Açores são mais jovens do que na generalidade do país; A população mais jovem apresenta um grau habilitacional mais elevado; Maior apetência dos jovens para a inovação e aplicação de novas tecnologias; As explorações de dimensões Pequena, Média e Grandes são predominantemente geridas por agricultores entre os 25 e os 54 anos de idade, verificando-se a maior 	<ul style="list-style-type: none"> Escolaridade dos agricultores da R. A. Açores; Pouca disponibilidade de capital próprio dos jovens e reduzida capacidade negocial junto da banca, por inexistência de historial bancário; Reduzido número de produtores dedicados às áreas da diversificação; Arrendamento constitui a forma mais comum de exploração das terras; Reduzido número de estudos de apoio à tomada de decisão, principalmente estudos de mercado; Alguns territórios estão a sofrer de alguma desertificação populacional.

<p>expressividade nas explorações Grandes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da representatividade das culturas temporais; • Crescente número de mulheres na agricultura; • Jovens agricultores dedicam-se maioritariamente à produção de leite, seguindo-se o vinho e criação de gado; • Aumento do número de empresas ligadas à agricultura, produção animal e floresta”; • O VAB das empresas não financeiras com atividades ligadas à agricultura, produção animal e floresta da R.A. Açores registou uma tendência de crescimento; • Existência de apoios à Compra de Terras Agrícolas; • Implementação de formação para jovens agricultores organizada por diversas entidades; • Existência de produtos certificados; • Existência da Universidade dos Açores com capacidade de formação e de interação com os empresários na conceção de novos produtos e na inovação; • Adoção de modos de produção sustentáveis, nomeadamente em modo biológico. 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência do Programa “Jovem Agricultor”; • Abertura de um <i>Business Innovation Centre (BIC)</i> certificado com a insígnia EU BIC; • Sinergias entre o setor agrícola e o turismo rural; • Existência de discriminação positiva para os jovens agricultores nas medidas de 	<ul style="list-style-type: none"> • População envelhecida; • Difícil acesso dos jovens ao financiamento bancário; • Rendimento instável, fruto das oscilações de preços nos mercados; • Carga contributiva elevada; • Difícil acesso à terra; • Preferência dos jovens por outras áreas de atividade;

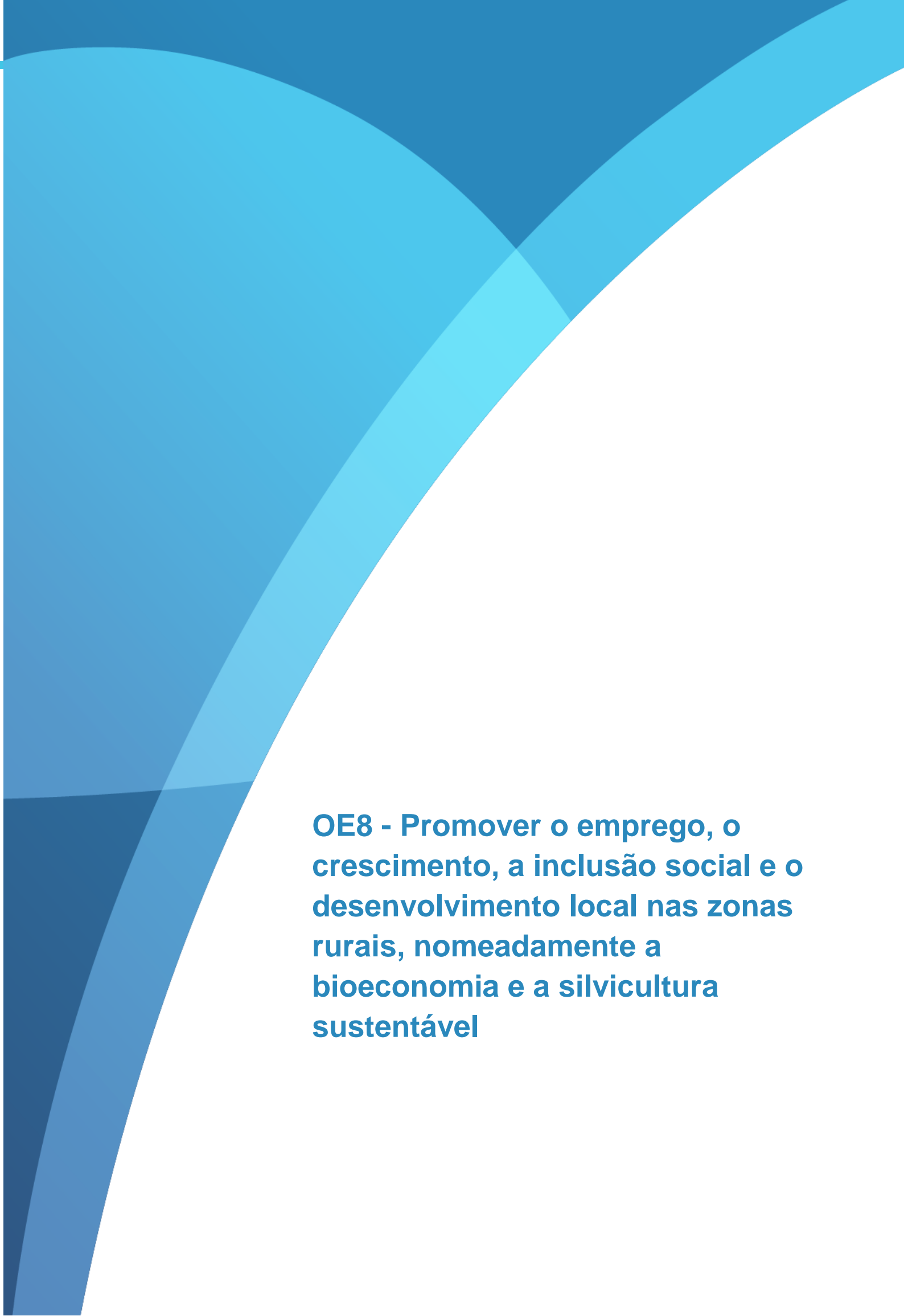
<p>apoio disponíveis e de ajudas específicas para os jovens agricultores;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número significativo de agricultores mais idosos a saírem do setor até 2027; • Maior orientação para os jovens da PAC 2021 – 2027; • Maior propensão dos consumidores para o consumo de produtos locais; • Crescimento do setor turístico, que promove uma maior procura no consumo de produtos locais; • Vasto leque de ofertas da R.A. Açores: turismo, ar livre, agricultura, pecuária, bordados, mar, gastronomia, saúde, apoio a diversas classes etárias, cultura; • Interação com a Universidade dos Açores no estudo de novos produtos e de tecnologias de inovação; • Concorrência crescente e exigência crescente dos consumidores; • Oportunidade de certificação de produtos e garantia de qualidade ao consumidor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Carência de sinergias entre a indústria e o ecossistema de I&D local; • Fraca apetência para inovação e grande aversão ao risco; • Aumento da pressão dos preços por parte da grande distribuição; • Vulnerabilidade às alterações climáticas.
---	---

8.5. Avaliação de necessidades

Tendo por base o diagnóstico e análise SWOT realizada para o OE7, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com 1) Educação e formação profissional, 2) Inovação e empreendedorismo e 3) Dinamização do tecido empresarial das áreas rurais, as quais são temáticas prementes no âmbito deste objetivo estratégico. Neste sentido, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Educação e formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a inscrição em ensino especializado (Secundário e Superior) dos jovens com interesse em prosseguir o desenvolvimento de atividades agrícolas; • Implementar campanhas escolares que desmistifiquem a perceção atual dos jovens sobre a atividade agrícola; • Promover formações específicas em “gestão de explorações” para os jovens agricultores por forma a fomentar a gestão sustentável e a modernização das explorações;

Temática	Necessidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar ensino e formação profissional em agricultura.
<p>Inovação e empreendedorismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os jovens para a criação de empresas ligadas ou não à atividade agrícola; • Promover a realização de eventos ligados ao empreendedorismo; • Potenciar uma maior ligação entre os jovens agricultores e as instituições de I&D locais de modo a fomentar um progresso inovador e sustentável; • Incrementar o papel da Universidade dos Açores enquanto promotor de inovação e conhecimento científico; • Promover a importância do agricultor enquanto agente da paisagem e "amigo" do ambiente.
<p>Dinamização do tecido empresarial das áreas rurais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a criação de um sistema de "<i>peer learning</i>" entre empresas; • Criar medidas focadas em fomentar o empreendedorismo nas zonas rurais da R. A. Açores; • Promover a implementação de serviços de apoio às empresas; • Potenciar ações de apoio à implementação de novos métodos de gestão e inovação nas empresas das zonas rurais da Região; • Fomentar a criação de sinergias entre o setor agrícola e o turismo em áreas rurais; • Incentivar a continuidade da atividade; • Incentivar a entrada de mulheres no setor agrícola; • Melhorar as condições de acesso às Terras; • Implementar medidas que visem o rejuvenescimento do sector agrícola.



OE8 - Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável

9. OE8 – Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável

9.1. Grau de Urbanização do território da Região Autónoma dos Açores

De acordo com o EUROSTAT, o indicador que melhor permite uma abordagem da dispersão territorial para o contexto português é o Grau de Urbanização do território. O Grau de Urbanização 2011 permitiu repartir o território dos Estados-Membros em três categorias, essencialmente através de critérios de densidade e dimensão populacional, sendo utilizada no âmbito de alguns inquéritos comunitários, nomeadamente no Inquérito ao Emprego, no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento e nas Estatísticas do Turismo. Deste modo, a não existência de uma definição, generalizadamente aceite, que permitisse a delimitação de áreas urbanas, levou o EUROSTAT a tipificar os territórios nacionais que integram a União Europeia (UE) de acordo com o seu grau de urbanização.

Assim, o EUROSTAT considera a existência de três categorias de urbanização:

- **Áreas densamente povoadas:** Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), em que pelo menos 50% da população vive em agrupamentos de alta densidade. Entende-se por agrupamentos de alta densidade agrupamentos de quadrículas contíguas com 1 km², com uma densidade populacional igual ou superior a 1 500 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 50 000 habitantes.
- **Áreas medianamente povoadas:** Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias) que, não fazendo parte de uma área densamente povoada, apresentem cada uma, menos de 50% da população a viver em agrupamentos de alta densidade e menos de 50% da população a viver em quadrículas (células com 1 km²) que representam o espaço rural, isto é, quadrículas fora dos agrupamentos urbanos. Entende-se por agrupamentos urbanos, agrupamentos que correspondem a um conjunto de quadrículas contíguas com 1 km², com uma densidade populacional igual ou superior a 300 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 5 000 habitantes.
- **Áreas pouco povoadas:** Conjunto de unidades locais (freguesias), em que mais de 50% da população vive em quadrículas classificadas como espaço rural³⁵.

³⁵ INE, informação disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013&xlang=pt

Neste contexto, a Figura 236, a Figura 237, e a Figura 238 apresentam os resultados do Grau de Urbanização do território da R.A. Açores.

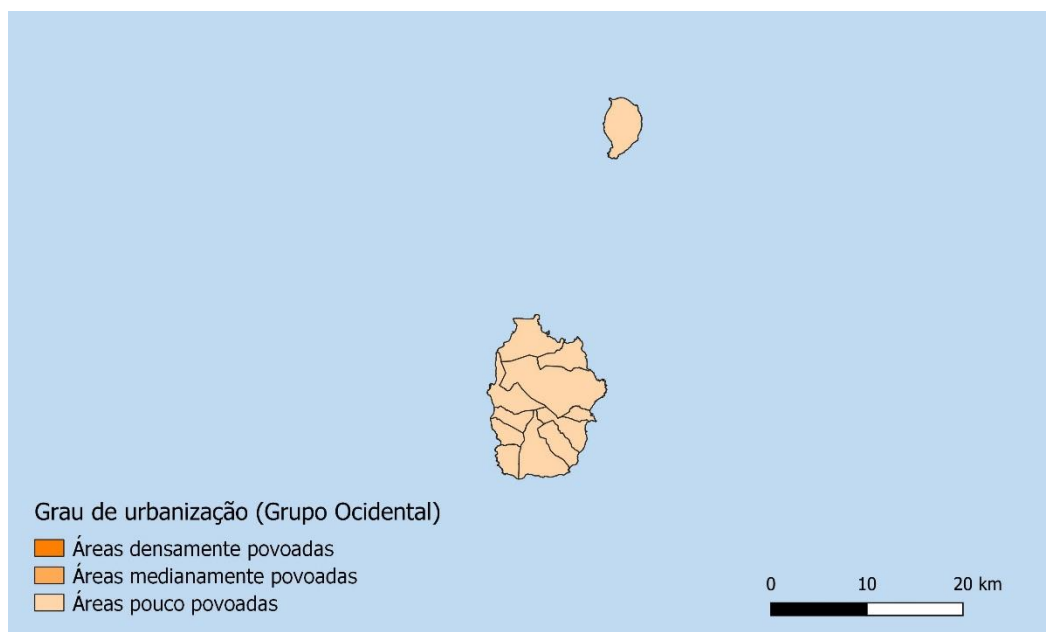


Figura 236. Grau de Urbanização do Grupo Ocidental

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

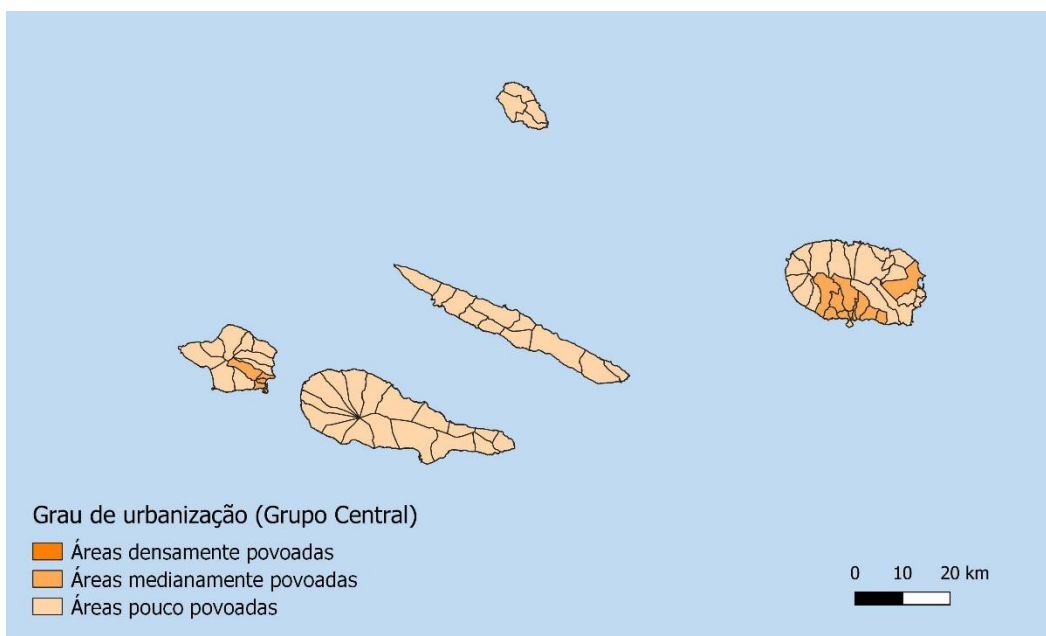


Figura 237. Grau de Urbanização do Grupo Central

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

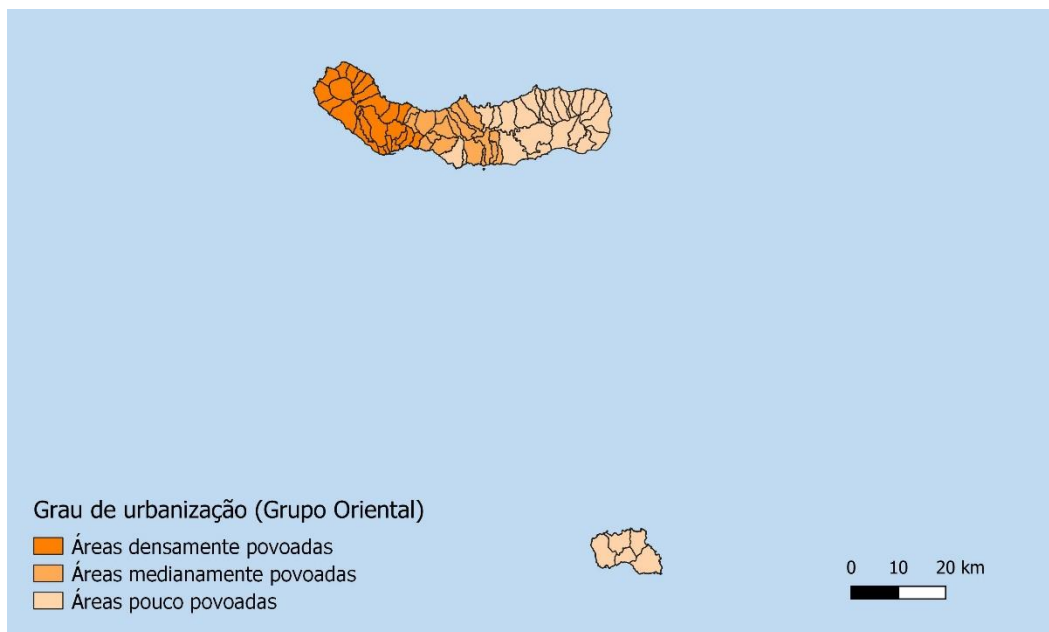


Figura 238. Grau de Urbanização do Grupo Oriental

Fonte: SPI, a partir de EUROSTAT

De acordo com as figuras acima pode verificar-se que as áreas densamente povoadas da R.A. Açores se situam em freguesias do concelho de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel). Por sua vez, as áreas de densidade intermédia encontram-se distribuídas por freguesias dos concelhos de Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo (Ilha de São Miguel), Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) e Calheta (Ilha de São Jorge). Todas as restantes freguesias da R.A. Açores foram classificadas como áreas pouco povoadas.

Segundo dados do Anuário Estatístico da R.A. Açores 2016/2017, a densidade populacional da R.A. Açores (NUT III) é de 105 habitantes por quilómetro quadrado. Deste modo, aplicando-se diretamente a metodologia da OCDE³⁶ é possível constatar que todo o território da R.A. Açores se classifica como zona predominantemente rural. Tal encontra-se em conformidade com a classificação de “Zona Rural” utilizada nos períodos de programação anteriores (2007-2013 e 2014-2020).

A classificação de zona predominantemente rural pode ser enfatizada pelo facto de as ilhas de São Miguel e Terceira serem as únicas da R.A. Açores com relações inter-urbanas com áreas do Continente (Figura 239). Tal permite enfatizar o reduzido grau de urbanização da maioria das ilhas da R.A. Açores, assim como a sua posição de insularidade.

³⁶ De acordo com a metodologia da OCDE, as Regiões Predominantemente Rurais são aquelas em que mais de 50% da população vive em comunidades rurais, ou seja, com uma densidade demográfica abaixo de 150 hab./km².

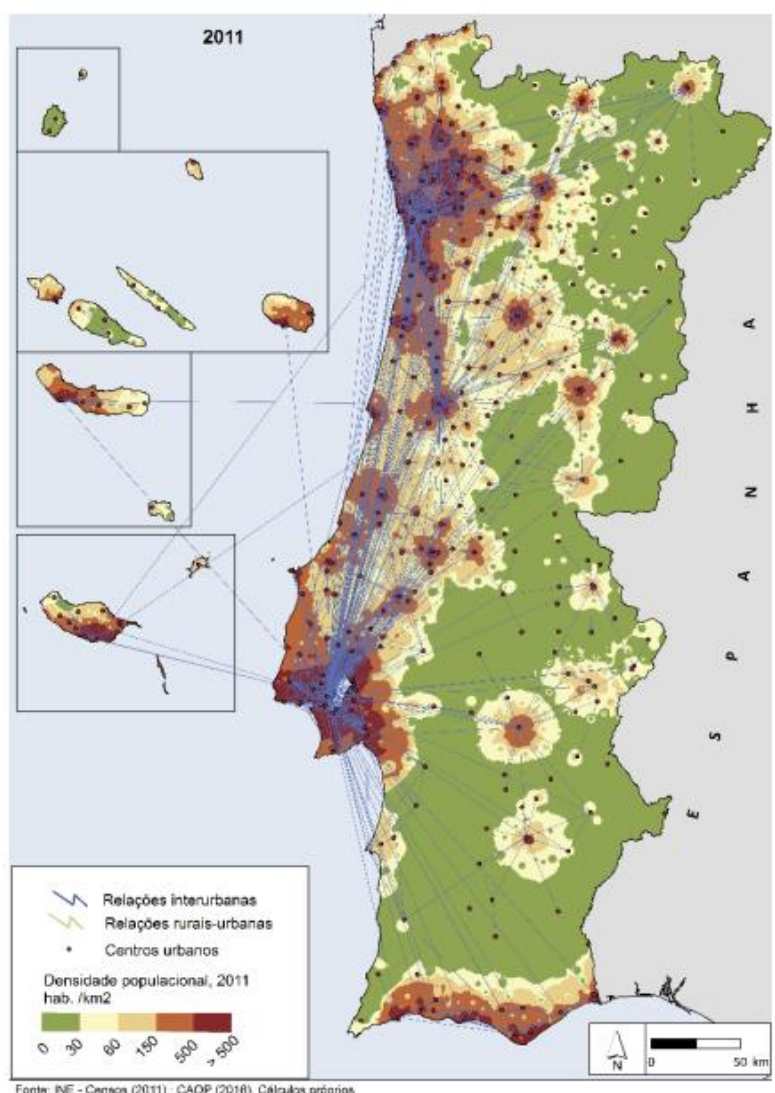


Figura 239. Relações interurbanas e rurais-urbanas (2011)
Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

9.2. Demografia

9.2.1. Crescimento da população residente

A R.A. Açores apresenta uma situação demográfica bastante heterogénea, incluindo, simultaneamente, o concelho mais jovem e um dos mais envelhecidos do país. Nos últimos anos, algumas das ilhas da Região viram crescer o seu número de residentes enquanto outras têm vindo a perder população, o que contribuiu para o acentuar das heterogeneidades regionais.

Neste contexto, entre 2011 e 2016, as ilhas de Santa Maria (1,8%), São Miguel (0,2%) e Corvo (7%) registaram um crescimento da sua população residente. Contrariamente, destaca-se a Ilha de S. Jorge (-7,4%) pela acentuada redução da sua população residente no período em análise.

Nas restantes ilhas da R.A. Açores a redução foi menos acentuada, registando-se valores a oscilar entre -0,9% na Terceira e -2,7% nas Flores (Figura 240).

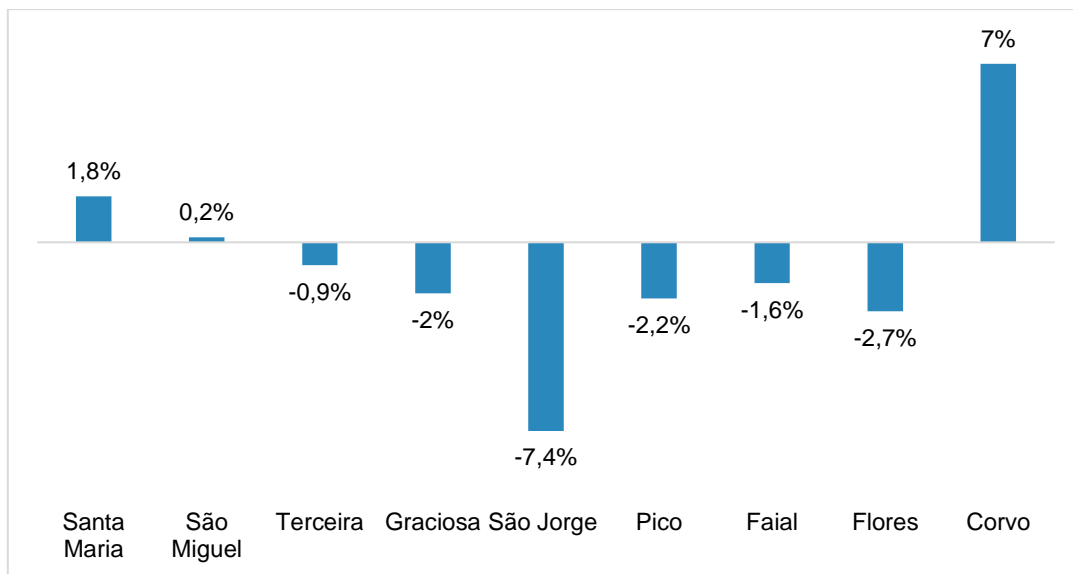


Figura 240. Taxa de crescimento da população residente, por ilha - Açores 2011 – 2016 (%)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Entre 2011 e 2016, foi o Concelho de Vila Nova do Corvo aquele que, percentualmente, ganhou mais população (7%) e Calheta (Ilha de São Jorge) o que mais perdeu (-13%), seguindo-se os concelhos de Santa Cruz das Flores e Povoação, ambos com perdas de - 4% (Figura 241).

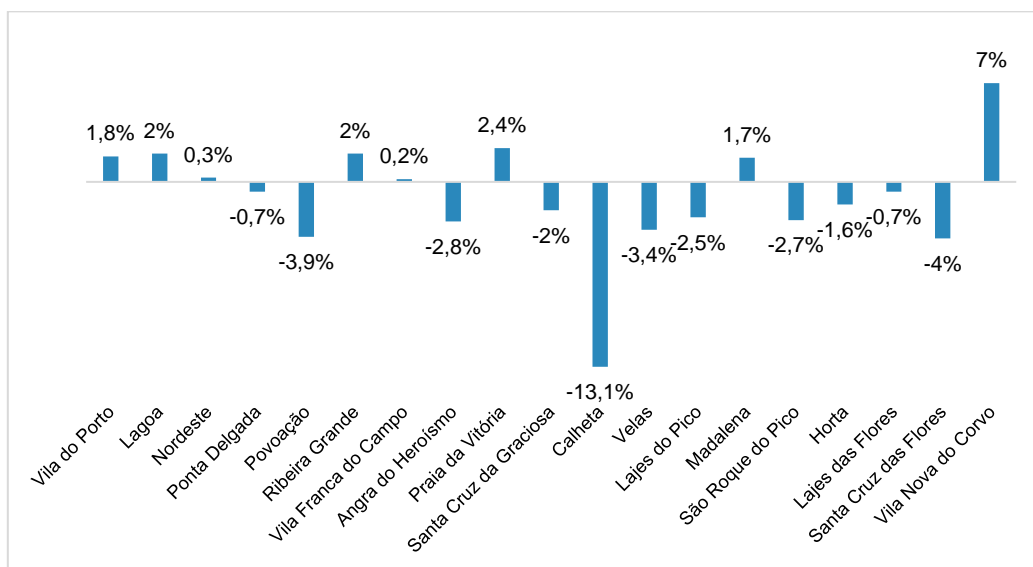


Figura 241. Taxa de crescimento da população residente, por concelho - Açores 2011 – 2016 (%)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Relativamente à distribuição da população residente por ilha da R.A. Açores é possível observar profundas desigualdades, as quais estão associadas a uma característica demográfica específica da Região: a concentração da sua população em duas ilhas. Deste modo, tal como se pode observar na Figura 242, em 2016, 56,3% da população açoriana residia na Ilha de São Miguel e 23% na Ilha Terceira. Os restantes 21% da população da R.A. Açores residiam nas outras sete ilhas.

A concentração da população em duas ilhas acarreta consequências na forma como os recursos são alocados às diferentes ilhas, o que, conseqüentemente, tem impacto no crescimento, inclusão social e desenvolvimento rural da R.A. Açores. O facto da Ilha de São Miguel ser a mais povoada acaba por ocultar importantes diferenças intrarregionais, uma vez que os dados refletem principalmente a realidade desta ilha e não a realidade da R.A. Açores.

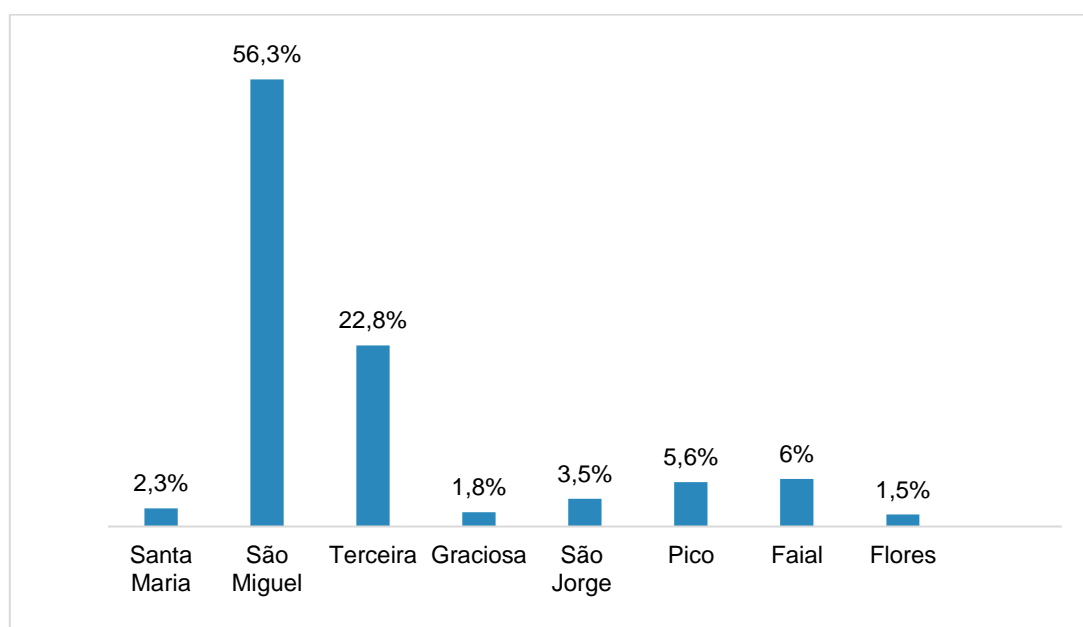


Figura 242. Distribuição da população residente, por ilha - Açores 2016

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

No que diz respeito à distribuição etária da população, segundo a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico³⁷, em 2016, a R.A. Açores era a região do país com maior percentagem de população jovem [0-14 anos] (16%) comparativamente à média nacional (14%), e menor percentagem de pessoas idosas [65 ou mais anos] (14%).

Por sua vez, no que diz respeito à distribuição regional da população jovem, a Ilha de São Miguel afigurava-se como a mais jovem da Região, registando 8% da população com idade inferior a 15

³⁷ Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico disponível em: <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/904C6C12-8BA1-4EC5-A8A9-97E30B67465F/1099081/Diagnosticoversaoatualizadaemmarco20191.pdf>

anos. O Concelho da Ribeira Grande era o mais jovem do país, registando a maior percentagem de população no escalão etário 0-14 anos (21%).

Os concelhos da Calheta (23%) e Lajes do Pico (22%) eram os que apresentavam a maior proporção de população com 65 anos ou mais anos.

9.2.2. Saldo migratório

De forma geral, nas últimas duas décadas, a realidade migratória portuguesa pode ser caracterizada de forma cada vez mais intensa devido à simultaneidade de fluxos de entrada e saída³⁸. Assim, de acordo com os dados da Figura 243, registou-se um acentuado decréscimo do saldo migratório³⁹ de Portugal, do Continente e da R.A. Açores no ano de 2018 face ao ano de 2001.

O decréscimo foi particularmente elevado na R.A. Açores, a qual passou de um saldo migratório positivo em 2001 (636) para um saldo migratório negativo no ano de 2018 (-974).

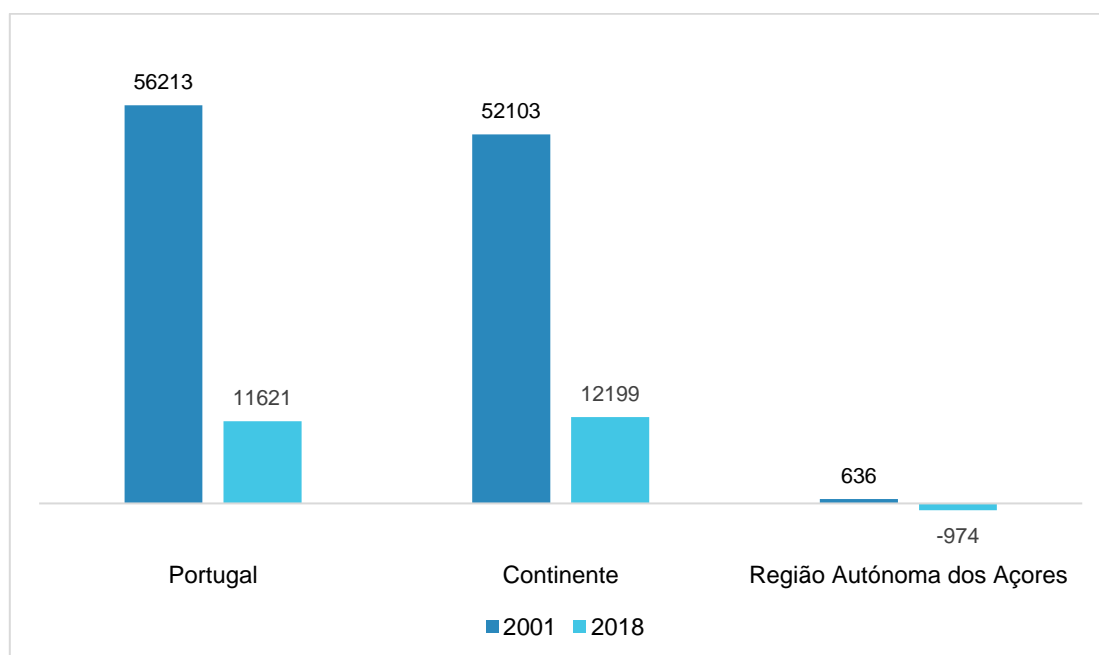


Figura 243. Evolução do saldo migratório por região, 2001 face a 2018 (indivíduos)

Fonte: SPI, a partir de PORDATA

³⁸ Pedro Góis e José Carlos Marques, “Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos”, 2018. Disponível a partir de: <https://journals.openedition.org/eces/3307>

³⁹ Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. (Fonte: INE)

No que diz respeito à evolução do saldo migratório por ilha da R.A. Açores pode verificar-se que o êxodo se verificou principalmente na Ilha de São Miguel e na Ilha Terceira.

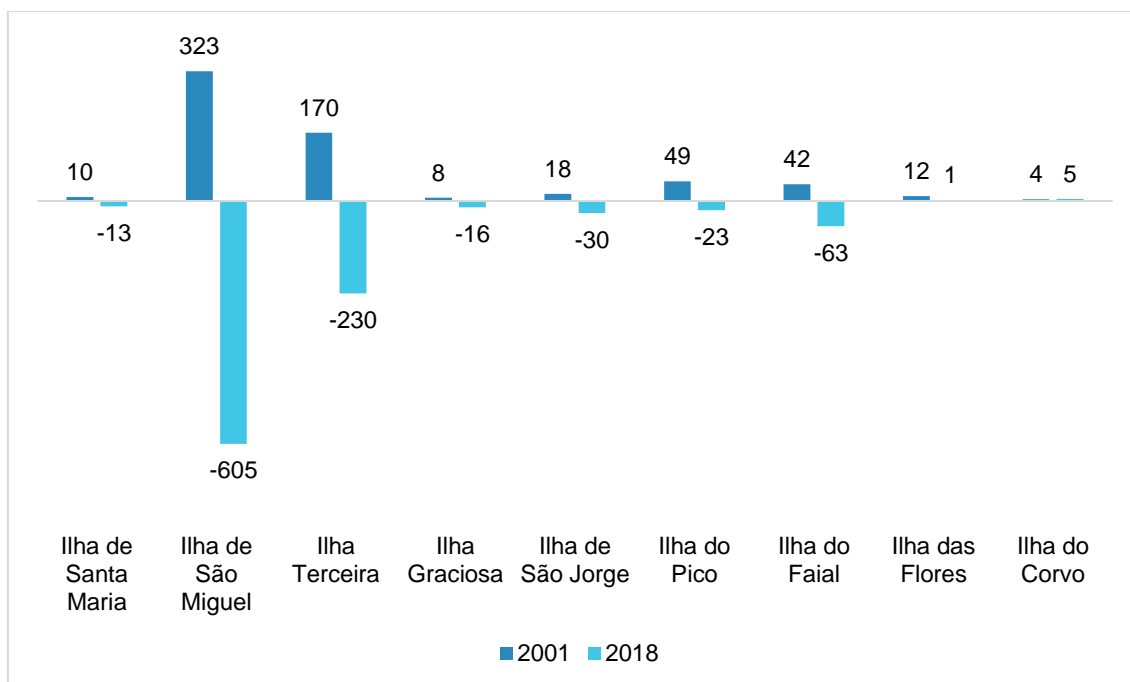


Figura 244. Evolução do saldo migratório por ilha da R.A. Açores, 2001 face a 2018 (indivíduos)

Fonte: SPI, a partir de PORDATA

Em 2018 o Brasil, a China e Espanha eram os principais países de origem da população estrangeira com estatuto legal de residente na R.A. Açores.

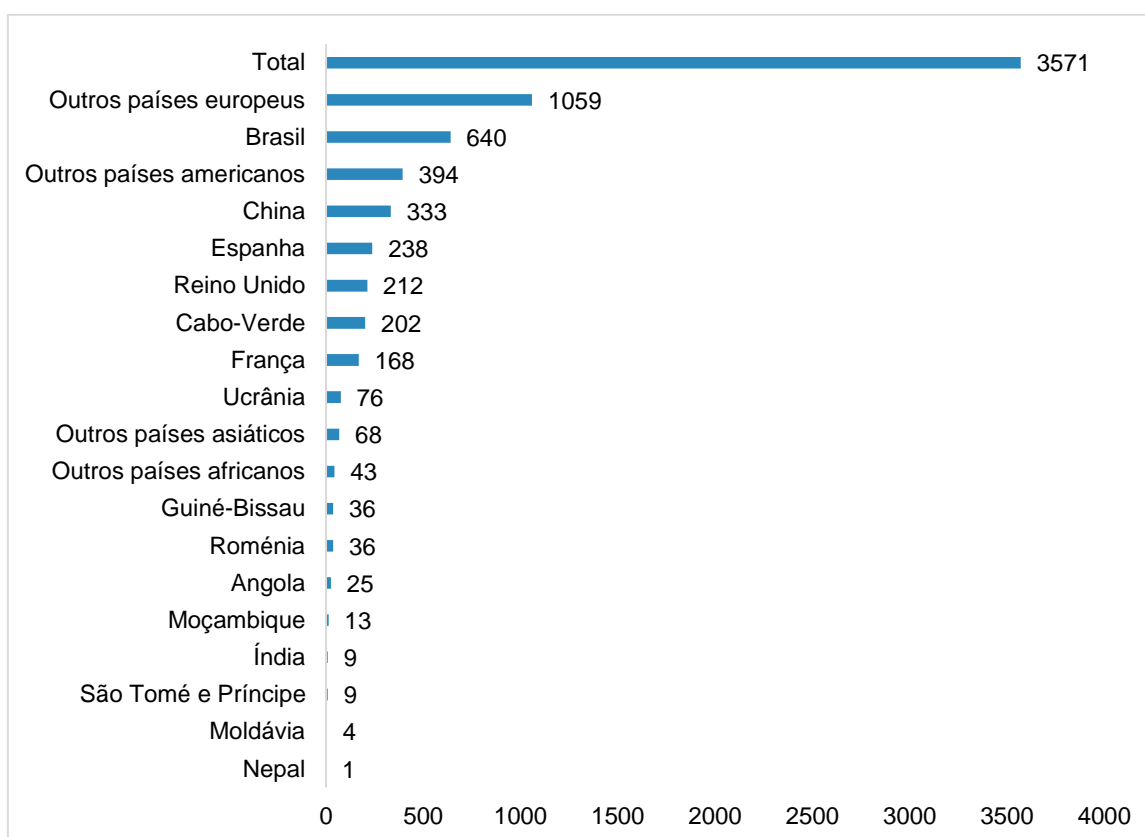


Figura 245. População estrangeira com estatuto legal de residente, 2018

Fonte: INE

9.2.3. Ensino e Formação

De acordo com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico (2018), existe uma ligação intrínseca entre a educação e a pobreza, o que, conseqüentemente, tem impacto no desenvolvimento das zonas rurais. Assim, quanto menor o nível de escolaridade de um indivíduo, maior a probabilidade de este ser pobre, principalmente se estiver enquadrado num agregado familiar em que os adultos que contribuem para o rendimento familiar também têm baixa escolaridade.

Neste contexto, existem diversos indicadores que permitem analisar o ensino e a formação, bem como o impacto que estes têm no desenvolvimento das zonas rurais. O ingresso no sistema de ensino numa idade precoce é, por exemplo, uma variável considerada relevante para o sucesso dos indivíduos ao longo de toda a sua carreira escolar (Figura 246).

No ano letivo 2016/17, a R.A. Açores apresentava uma taxa bruta de pré-escolarização muito próxima (95,0%) da média nacional (94,5%), tendo a mesma subido 17,6 p.p. em comparação com o ano letivo 2000/01 (Figura 246).

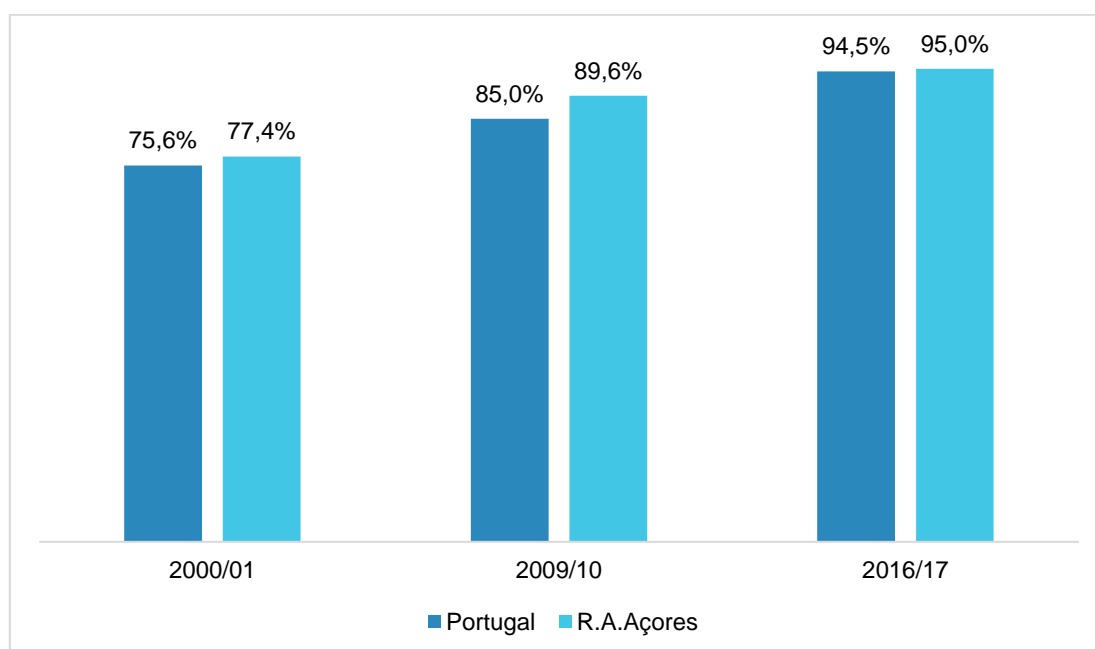


Figura 246. Taxa bruta de pré-escolarização⁴⁰, por ano letivo (%)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico e INE

Por sua vez, relativamente à taxa bruta de escolarização no ensino básico, no ano letivo 2016/17 a R.A. Açores registou um valor (111,5%) superior ao da média do país (108,9%) (Figura 247). Não obstante, o mesmo não se verifica no ensino secundário, com a R.A. Açores a apresentar uma taxa de escolarização significativamente inferior à média do país.

⁴⁰ **Taxa bruta de pré-escolarização:** percentagem de crianças entre os 3 e os 5 anos matriculadas no ensino pré-escolar (INE).

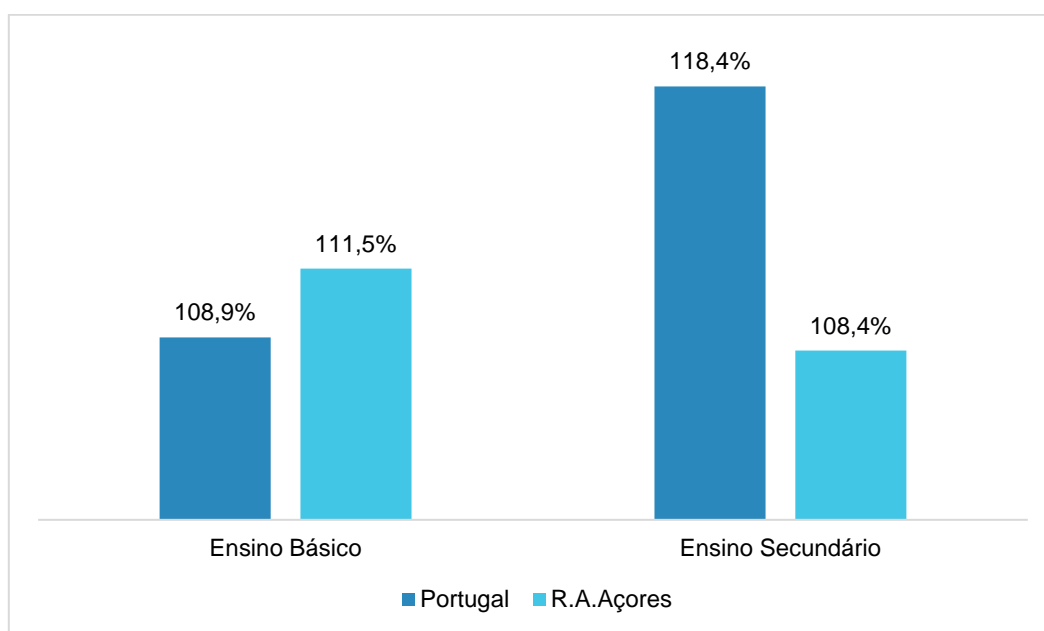


Figura 247. Taxa bruta de escolarização⁴¹, ano letivo 2016/17

Fonte: INE

De acordo com os dados da Figura 248 é possível constatar que a taxa de abandono escolar diminuiu de forma significativa na R.A. Açores e na média do país durante o período em análise. Deste modo, em Portugal e de acordo com os censos de 1991, 12,60% dos indivíduos entre 10 e 15 anos tinham abandonado a escola (sem concluir o 9º ano), enquanto na R.A. Açores esse valor se fixou em 17,15%. Em 2011, o valor para Portugal foi de 1,7% e para a R.A. Açores de 2,51%. Assim, a diferença entre a R.A. Açores e a média do país reduziu de 4,55 p.p para 0,81 p.p. em 20 anos, tendo o valor dos Açores descido 14,64 p.p..

⁴¹ **Taxa bruta de escolarização:** Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino (INE).

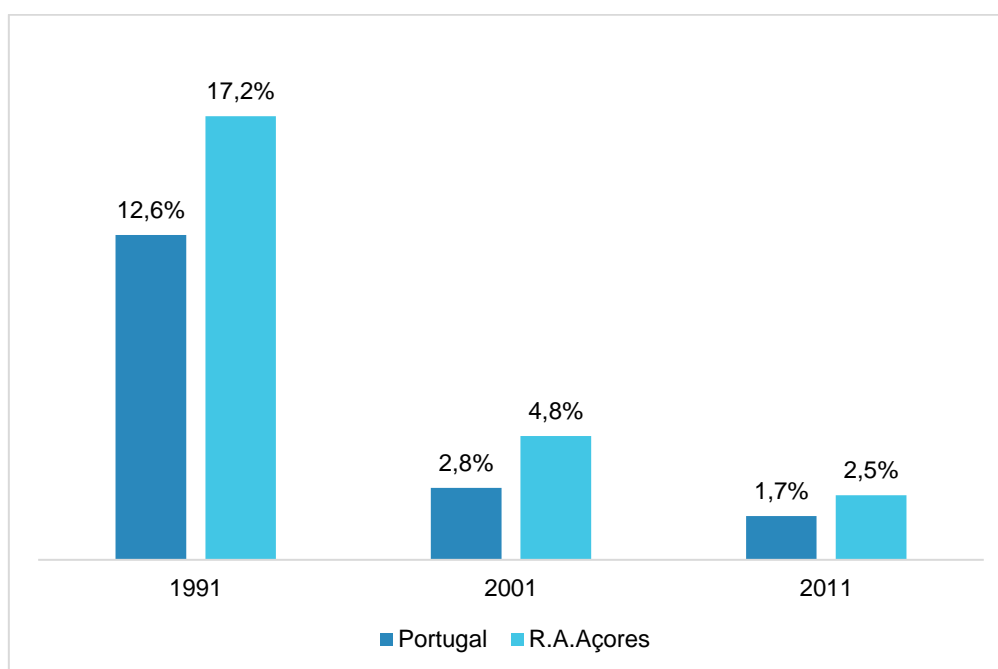


Figura 248. Taxa de abandono escolar à data dos Censos 1991, 2001 e 2011 (%)
Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Segundo a Figura 249 é possível constatar que o abandono escolar não se distribui de forma uniforme na R.A. Açores. Assim, os concelhos de Lagoa (4,1%), Ribeira Grande (3,4%) (ambos na Ilha de São Miguel) e de Santa Cruz (3,1%) (Ilha Graciosa) foram os que registaram valores mais altos de abandono escolar nos censos 2011. Por sua vez, os maiores concelhos da R.A. Açores (em termos de volume populacional) encontravam-se abaixo da média regional, fixando-se os valores para Ponta Delgada em 1,8% e para Angra do Heroísmo em 2,2%.

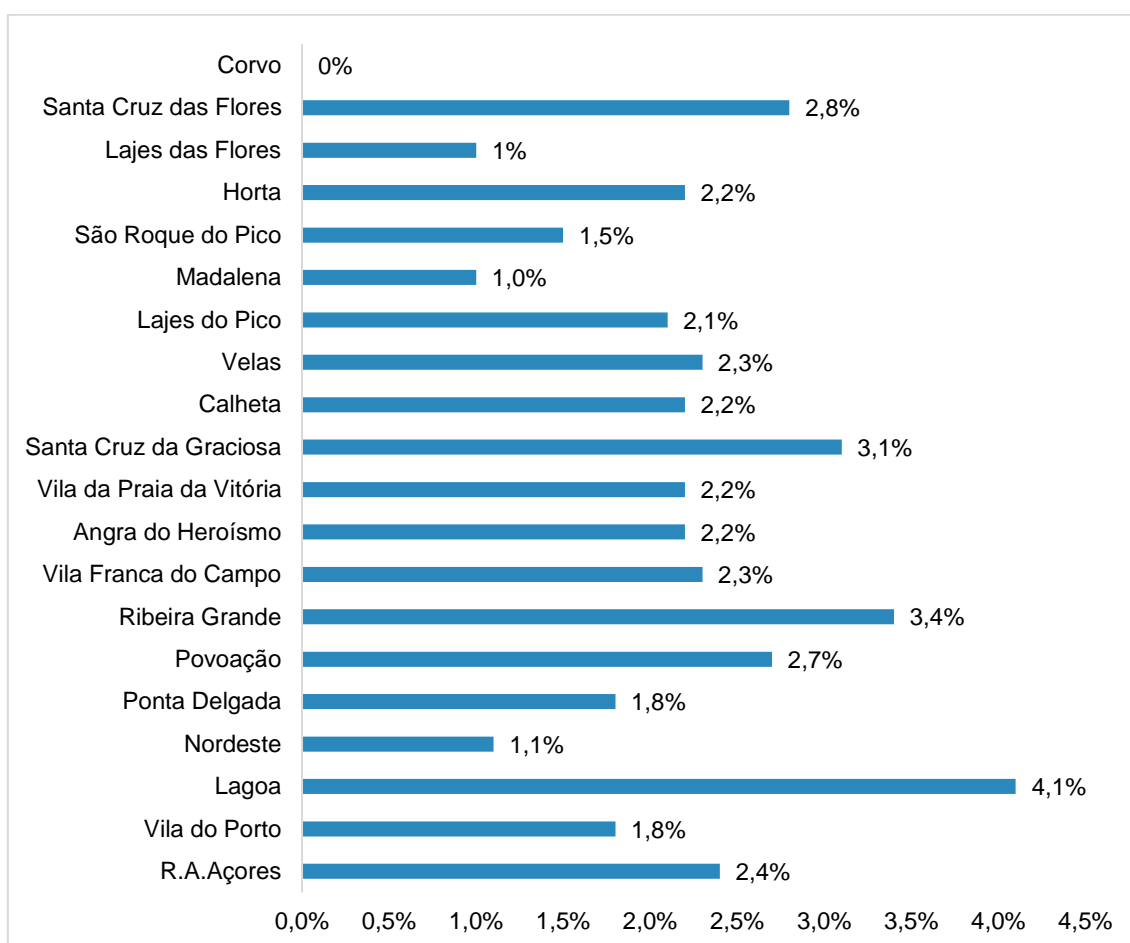


Figura 249. Taxa de abandono escolar na R.A. Açores, por concelho, censos 2011 (%)

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

De acordo com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico, o abandono escolar precoce de educação e formação é um dos indicadores que melhor expressa as desigualdades educacionais entre países, tendo sido selecionado pela UE para medir o sucesso da estratégia Europa 2020. Na R.A. Açores, a taxa de abandono precoce de educação e formação, em 2017, afigurava-se significativamente superior (27,8%) à da média do país (12,6%) (Figura 250). Tal representa um dos piores indicadores relativos à educação na R.A. Açores.

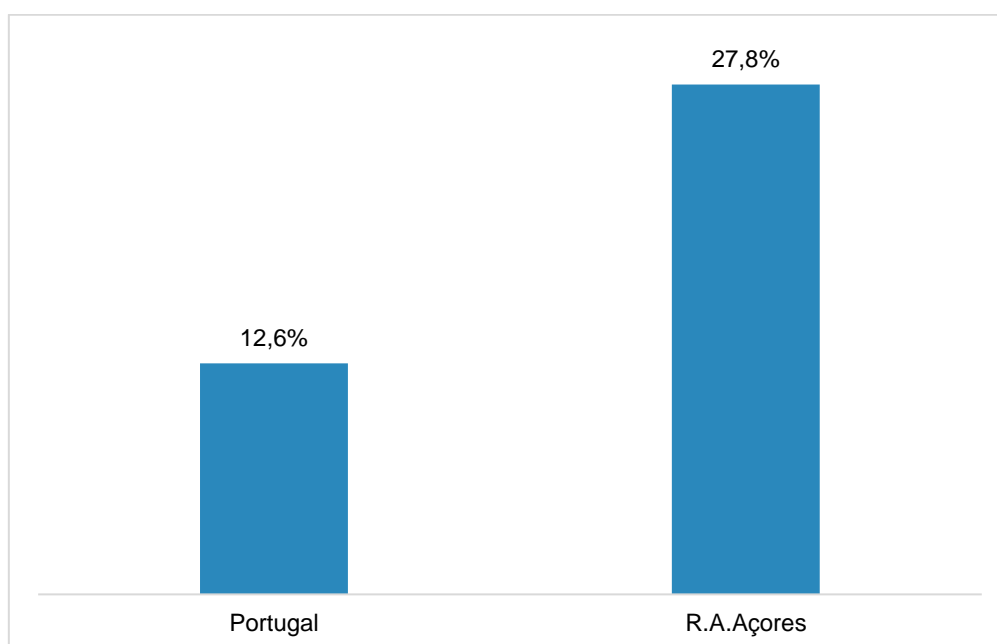


Figura 250. Taxa de abandono precoce de educação e formação, 2017 (%)

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

O insucesso escolar, ou seja, a retenção dos alunos num dado ano escolar por não terem adquirido as competências necessárias para transitar de ano, afigurava-se como um importante indicador para caracterizar a educação na R.A. Açores. Assim, um indicador frequentemente utilizado nas estatísticas oficiais para o medir é a taxa de retenção e desistência nos diferentes níveis de ensino (Figura 251).

De acordo com a Figura 251, nos anos letivos em análise é possível observar uma diminuição dos valores registados, o que indica uma redução do problema do insucesso escolar. Não obstante, uma análise por ciclos de ensino permite perceber que o insucesso é maior nos ciclos mais avançados, em especial, no ensino secundário.

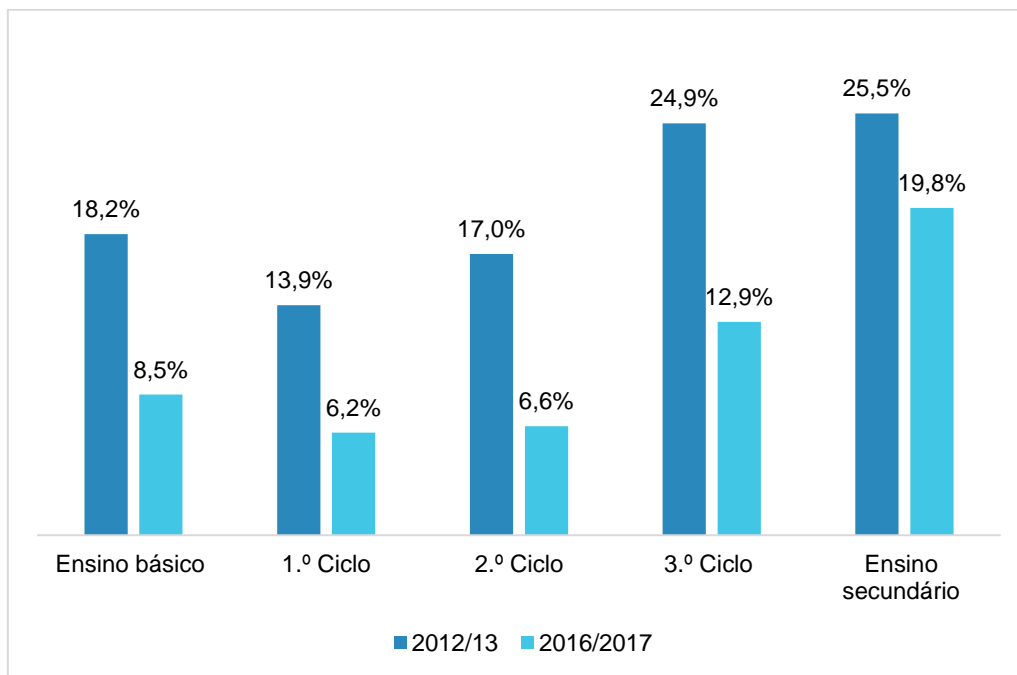


Figura 251 . Retenção e desistência no ensino básico e secundário, ensino regular e ensino profissional, por nível de ensino e ano letivo – R.A. Açores, anos letivos 2012/13 e 2016/2017 (%)

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

9.2.3.1 Ensino Superior e Formação Profissional

Pela figura que se segue, na R.A. Açores existe uma maior percentagem de estudantes matriculados em cursos gerais/ científico-humanísticos (71%) do que na média do país e do Continente (65% em ambos).

Por sua vez, na R.A. Açores verifica-se uma menor percentagem de estudantes matriculados em cursos profissionais (21%) do que na média do país e do Continente (24% em ambos).

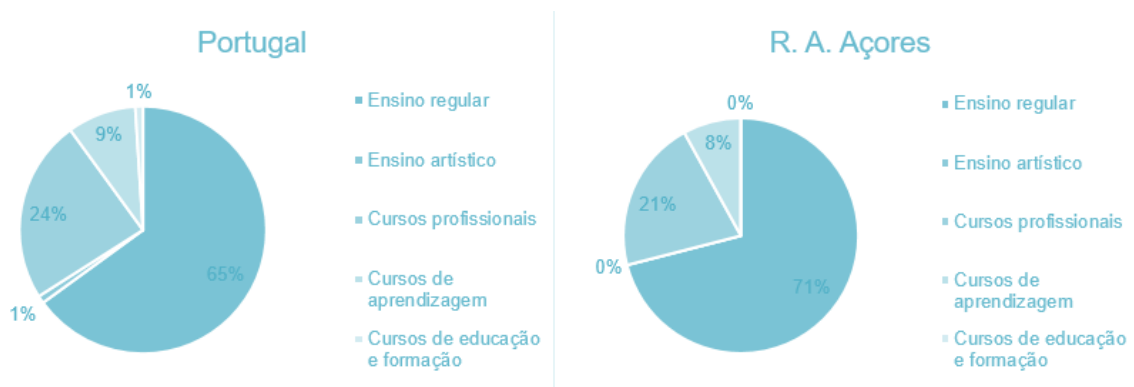


Figura 252. Alunos matriculados no ensino secundário público em ofertas de educação/formação orientadas para jovens, por município, segundo a oferta 2016/2017

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

No âmbito do ensino superior, a Universidade dos Açores disponibiliza licenciaturas, mestrados, doutoramentos e cursos técnicos superiores profissionais em áreas de relevância como Agroindústrias, Agropecuária, Hortofruticultura, Ciências Agrárias, e Gestão e Conservação da Natureza. Deste modo, a adequação da oferta curricular da Universidade dos Açores à realidade da estrutura económica da Região poderá ajudar na atração de jovens para a atividade agrícola.

Neste contexto, é importante ressaltar que na R. A. Açores existe uma maior percentagem de estudantes (homens e mulheres) inscritos no ensino superior em áreas de estudo relacionadas com a agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias do que na média do país (Figura 253).

Nos Açores há uma maior percentagem de estudantes inscritos no ensino superior na área da agricultura do que no país. Tal enfatiza a necessidade de se continuar a promover medidas e incentivos aos jovens agricultores com formação superior que queiram se instalar na agricultura, o que poderá ter um efeito positivo na modernização da agricultura da R. A. Açores.

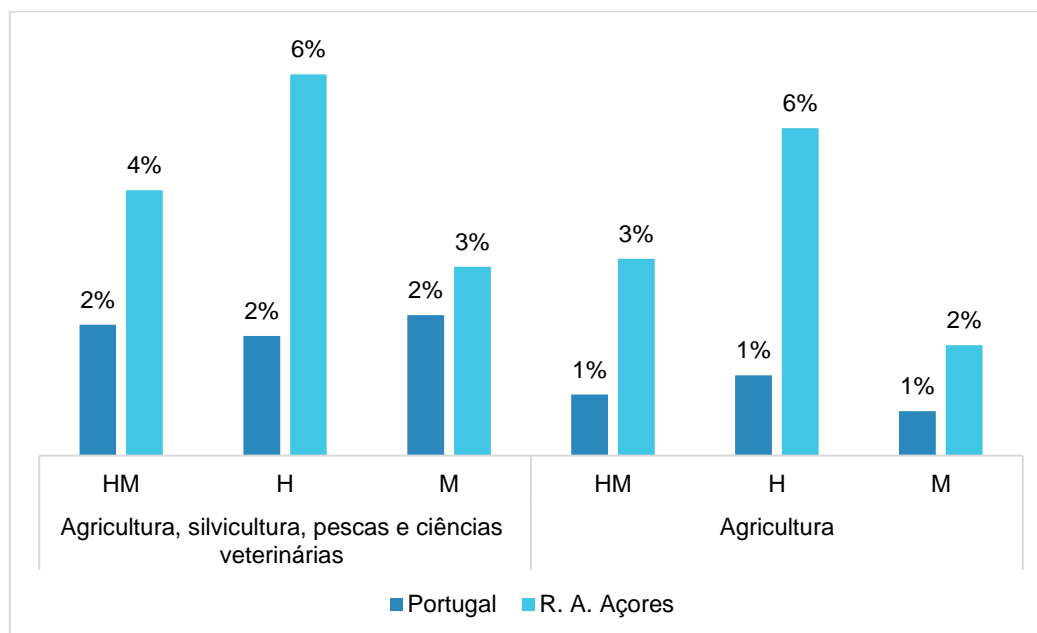


Figura 253. Alunos inscritos no ensino superior por área de estudo (CITE-F 2013) e sexo no ano letivo 2017/2018

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Perante esta realidade, o programa “Jovem Agricultor” visa promover a formação profissional ao nível da formação dos jovens agricultores, quer através de uma medida de apoio à formação, quer propondo a criação de um curso, com equivalência ao 12.º ano, na área da agricultura e pecuária, com caráter de permanência e a ministrar num estabelecimento de ensino oficial, em parceria com a associações agrícolas.

9.3. Emprego

Atualmente, o emprego é uma questão que continua a ser determinante para definir a posição e identidade dos indivíduos na sociedade, afetando o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local.

Devido à complexidade da realidade do emprego em Portugal e na R.A. Açores, a análise do mesmo requer ter em conta diferentes indicadores. Assim, a Tabela 109 demonstra a evolução dos principais indicadores de emprego em Portugal e na R.A. Açores.

Tabela 109. Evolução dos principais indicadores de emprego em Portugal e na R.A. Açores

Indicadores de Emprego	2015		2016		2017		2018	
	R.A. Açores	Portugal	R.A. Açores	Portugal	R.A. Açores	Portugal	R.A. Açores	Portugal
População ativa (milhares)	122	5.195	121	5.178	122	5.219	122	5.233
População empregada (milhares)	107	4.549	107	4 605	111	4.757	112	4.867
População desempregada (milhares)	16	647	14	573	11	463	10	366
Taxa de atividade tomando como referência a população total	49%	50%	49%	50%	50%	51%	-	-
Taxa de atividade (15-64 anos)	69%	73%	69%	74%	69%	75%	-	-
Taxa de emprego da população ativa (15-64 anos)	60%	64%	61%	65%	63%	68%	-	-

Indicadores de Emprego	2015		2016		2017		2018	
	R.A. Açores	Portugal	R.A. Açores	Portugal	R.A. Açores	Portugal	R.A. Açores	Portugal
Taxa de Atividade Feminina (tendo como base a população total)	43%	47%	44%	47%	45%	47%	52%	54%
Taxa de desemprego	13%	12%	11%	11%	9%	9%	9%	7%

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico e INE

Segundo a Tabela 109, em 2018 (valor médio do ano) a população ativa da R. A. Açores era de aproximadamente 122.000 indivíduos, representando cerca de 2,3% da população ativa portuguesa. Tal mantém-se em linha com os valores dos anos de 2015, 2016 e 2017. Por sua vez, a taxa de atividade feminina da R. A. Açores aumentou nove pontos percentuais no ano de 2018 face a 2015, o que se afigurava como um indicador bastante positivo.

Por seu turno, em 2017, a taxa de emprego da população ativa (15-64 anos) da R. A. Açores (63%) era mais baixa do que a média nacional (68%), seguindo a tendência registada em 2015 e 2016. No entanto, a taxa de desemprego da R. A. Açores revela-se semelhante à média nacional, registando uma evolução positiva entre 2015 e 2017 (Tabela 109).

Na R.A. Açores a entrada das mulheres no mercado de trabalho representava uma considerável transformação estrutural da sociedade. Deste modo, em 2017, a taxa de atividade feminina da R.A. Açores fixou-se nos 45%, um valor já próximo da média nacional e distinta dos valores de outrora.

Por sua vez, a taxa de emprego por tipologia de áreas urbanas (Tabela 110) da R.A. Açores está em linha com o seu elevado índice de ruralidade. Deste modo, em 2017, a taxa de emprego em áreas predominantemente rurais fixava-se nos 57%, ou seja, 6 pontos percentuais acima da média nacional. Por contraste, a taxa de emprego da R.A. Açores em áreas predominantemente urbanas afigurava-se inferior à média nacional.

Tabela 110. Taxa de emprego por local de residência e tipologia de áreas urbanas - 2017 (%)

	Total	Área predominantemente urbana (APU)	Área medianamente urbana (AMU)	Área predominantemente rural (APR)
Portugal	55	56	54	51
Continente	55	56	54	51

	Total	Área predominantemente urbana (APU)	Área medianamente urbana (AMU)	Área predominantemente rural (APR)
R.A. Açores	55	53	56	57

Fonte: INE

No que diz respeito à proporção da população ativa por nível de escolaridade completo (Figura 254), a R.A. Açores apresenta uma percentagem de população ativa com ensino secundário e pós-secundário (23%), bem com ensino superior (17,5%) inferior à média nacional. Por outro lado, a percentagem da população ativa da R.A. Açores com níveis básicos de formação afigura-se superior à média nacional. Neste sentido, a baixa escolarização da população açoriana é uma questão central na dinâmica do mercado de trabalho da Região.

A escolaridade é outro dos fatores importantes no mercado de emprego e na proteção dos indivíduos contra a exclusão social. Assim, a existência de um elevado número de postos de trabalho que exigem baixa escolaridade é outra característica do mercado de emprego açoriano que tem impacto no crescimento, inclusão social e desenvolvimento local.

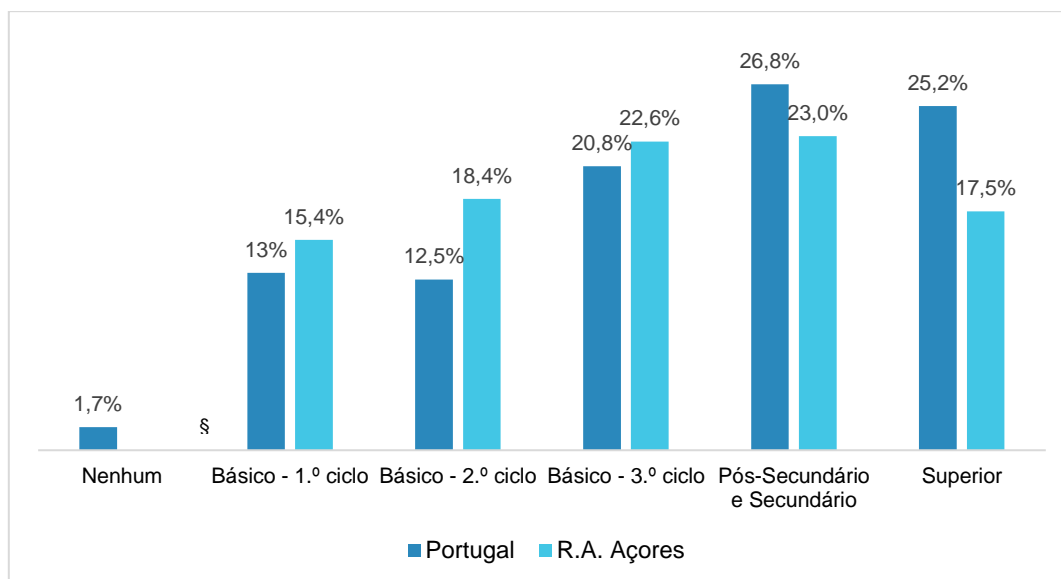


Figura 254. Proporção da população ativa por nível de escolaridade completo – 2017 (%)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Analisando a distribuição da população empregada em função da atividade principal, verifica-se que na R.A. Açores 10,7% da população empregada exerce atividades no setor da agricultura, produção animal, caça e floresta. Tal afigura-se superior à média nacional, a qual se posiciona nos 6,4% (Figura 255).

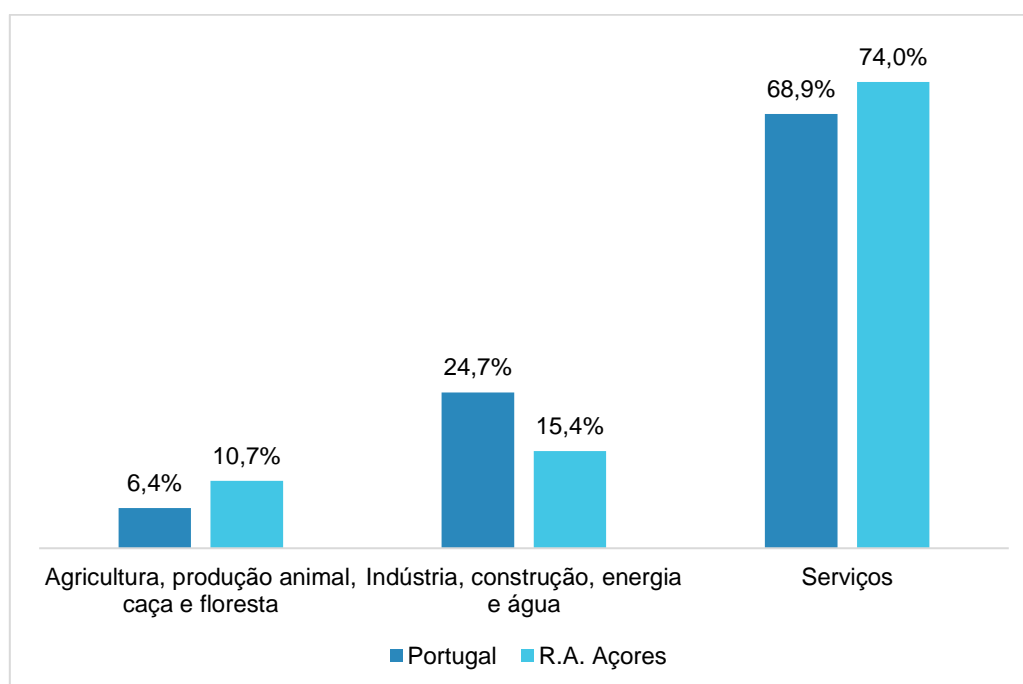


Figura 255. População empregada por atividade principal - 2017 (%)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Por seu turno, o setor da “indústria, construção, energia e água” reúne 15,4% da população empregada da R.A. Açores, o que se afigura inferior à média nacional (24,7%). A atividade dos “serviços” absorve 74% da população empregada da R.A. Açores, destacando-se os serviços relacionados com a “administração pública e defesa, segurança social, educação, atividades de saúde e apoio social”.

De acordo com os dados da Figura 256, é possível constatar a existência de oscilações temporais no número de pessoas empregadas na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca durante o período 2011-2018. Deste modo, verificou-se uma diminuição da população empregada no setor primário no período 2012-2016, não obstante entre 2016 e 2018 os números voltaram a crescer positivamente.

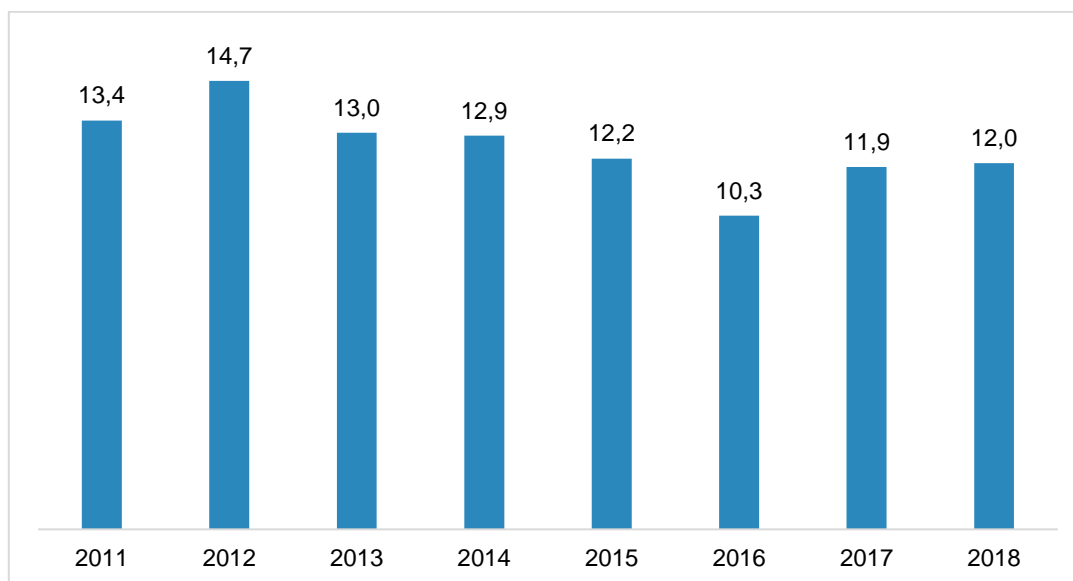


Figura 256. População empregada (Série 2011 - N.º) na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (nº em milhares) na R.A. Açores

Fonte: INE

A evolução da percentagem da população da R.A. Açores empregada na “agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas” durante o período 2011-2018 registou uma diminuição.

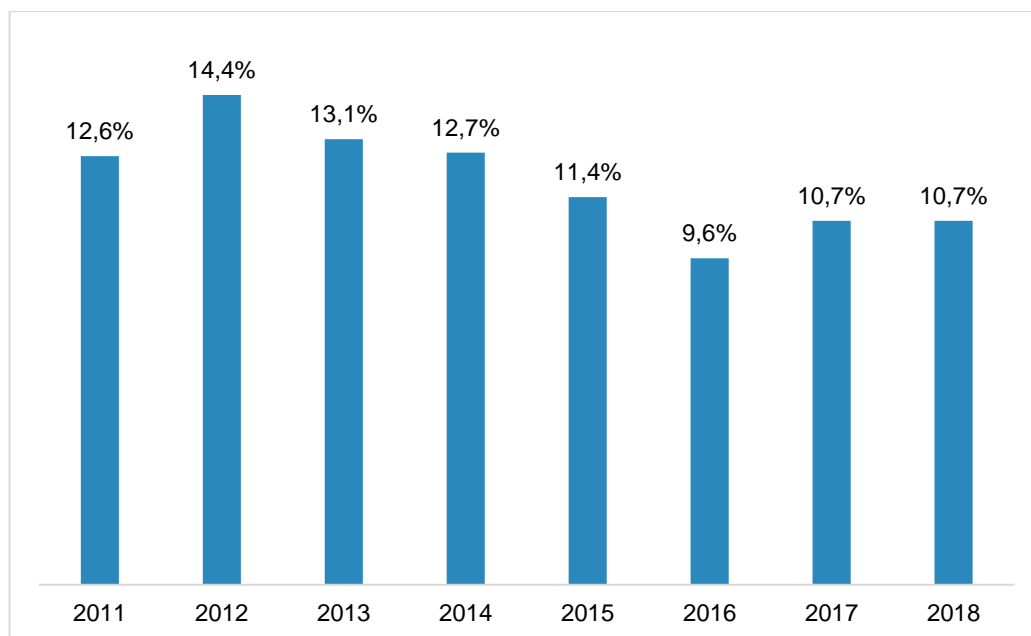


Figura 257. Percentagem da população da R.A. Açores empregada na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas

Fonte: INE

Segundo a Tabela 111, 31,4% dos trabalhadores da R.A. Açores revelam auferir salários situados entre €600 e €900, valor percentual semelhante à média do país (31,5%). Não obstante, apenas 9,3% dos trabalhadores açorianos recebem salário entre €900 e €1200, sendo este valor inferior à média nacional (12,8%).

Tabela 111. Proporção de trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência, por escalão de rendimento salarial mensal líquido – 2017 (%)

Escalão de rendimento salarial mensal líquido	Portugal	R. A. Açores
Menos de 310 €	3,2	§
De 310 a menos de 600 €	24,9	27,9
De 600 a menos de 900 €	31,5	31,4
De 900 a menos de 1.200 €	12,8	9,3
De 1.200 a menos de 1.800 €	12,1	12,3
De 1.800 a menos de 2.500 €	3,2	§
De 2.500 a menos de 3.000 €	0,7	§
3.000 € e mais €	0,8	§
NS/NR	10,8	12,5

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

9.3.1. Estrutura empresarial

A R.A. Açores continua a caracterizar-se por uma baixa densidade de empresas, sendo a densidade de estabelecimentos superior à média nacional somente em 5 dos 19 municípios da R.A. Açores: Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Em 2017, os estabelecimentos localizados em Portugal geraram um volume de negócios médio de cerca de 283,6 milhares de euros. Na R.A. Açores a média foi de 121.51 milhares de euros de volume de negócios.

Tabela 112. Densidade empresarial e volume de negócios por concelho, 2017

Concelhos RAA	Densidade de estabelecimentos N.º/km ²	Volume de negócios por estabelecimento (milhares de euros)
Vila do Porto	7,9	157,7
Lagoa (R.A.A.)	27,8	183
Nordeste	4,5	59,3
Ponta Delgada	34,8	253,7

Concelhos RAA	Densidade de estabelecimentos N.º/km ²	Volume de negócios por estabelecimento (milhares de euros)
Povoação	4,7	105,9
Ribeira Grande	15	232
Vila Franca do Campo	12,8	107,4
Angra do Heroísmo	19,3	152,5
Vila da Praia da Vitória	15,4	131,1
Santa Cruz da Graciosa	9,9	118,8
Calheta (R.A.A.)	4,3	96,5
Velas	6,4	164,9
Lajes do Pico	4,5	50,2
Madalena	6,7	128,6
São Roque do Pico	3,5	93,1
Horta	12,4	106,4
Lajes das Flores	3,8	55,8
Santa Cruz das Flores	5,4	90,3
Corvo	6,1	71,4

Fonte: INE

Do quadro que se segue verificamos que continua a imperar a empresa individual. De 2017 para 2018 quer o número de estabelecimentos quer o pessoal ao serviço na R.A. Açores cresceu cerca de 5%.

Tabela 113. Empresas Não Financeiras (N.º), Atividade económica e Forma jurídica

Indicadores de empresas			2018		2017	
			Portugal	RAA	Portugal	RAA
Empresas (N.º)	Forma jurídica	Total (Nº)	1 278 164	28 387	1 242 693	27 174
		Empresa individual (Nº)	864 397	23 002	847 726	21 987
		Sociedade (Nº)	413 767	5 385	394 967	5 187
Pessoal ao serviço (N.º)			4 060 451	69 895	3 892 218	66 552
Volume de negócios (€)			396 679 490 869	5 305 531 780	371 477 802 487	5 031 502 885
Valor acrescentado bruto (€)			98 652 563 812	1 241 834 050	92 690 115 941	1 167 030 745
Estabelecimentos (N.º)			1 336 122	30 218	1 297 053	28 867

Fonte: INE

A proporção de empresas individuais em 2018 nos Açores era de 81,03% para 67,63 % em Portugal. Relativamente à dimensão do tecido empresarial açoriano podemos ver que o peso das grandes empresas é mínimo relativamente às PME (0,049%).

Tabela 114. Dimensão das Empresas (N.º) 2018

	Total (nº)	Pequenas e médias empresas (PME)	Grandes
Portugal	1 278 164	1 276 965	1 199
Região Autónoma dos Açores	28 387	28 373	14

Fonte: INE

Tabela 115. Proporção de pessoal ao serviço (%) e Escalão de pessoal ao serviço 2018

	Escalão de pessoal ao serviço				
	Total	Menos de 10 pessoas	10 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
Portugal	100	44,78	19,34	15,09	20,80
Região Autónoma dos Açores	100	53,73	21,25	14,73	10,28

Fonte: INE

O rácio entre a despesa em desenvolvimento e o volume de negócios das empresas com menos de 250 pessoas ao serviço das indústrias transformadoras em 2018 na RAA era de 0,05%, muito abaixo do país que se situava nos 0,15%.

No que concerne às atividades económicas, e analisando os anos de 2014 e 2018, verificamos que o setor “Alojamento, restauração e similares” foi o que apresentou maior crescimento (aproximadamente 50%). Quanto ao número de pessoal ao serviço verifica-se um aumento em praticamente todos os setores, à exceção da atividade económica “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e de “Indústrias extrativas”. O maior aumento do número de pessoal ao serviço deu-se na atividade económica “Alojamento, restauração e similares”.

Tabela 116. Estabelecimentos (N.º) e Atividade económica

Atividade económica	Estabelecimentos (N.º)		Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos		Volume de negócios (€) dos estabelecimentos	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Total	26435	30218	61337	72202	4 543 508 082	5 277 424 255,00
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7465	7558	9371	9295	311 611 445,00	346 324 215,00
Indústrias extrativas	19	15	108	65	3 911 992,00	4 603 496,00
Indústrias transformadoras	1022	1166	6244	6731	705 292 510,00	731 155 333,00
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	31	43	781	825	208 313 063,00	222 194 311,00
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	26	41	675	902	40 198 819,00	40 783 099,00
Construção	1546	1686	5765	7139	254 176 875,00	322 148 755,00
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4105	4371	14168	15574	2 075 304 028,00	2 278 902 612,00

Atividade económica	Estabelecimentos (N.º)		Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos		Volume de negócios (€) dos estabelecimentos	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Transportes e armazenagem	699	750	3870	3978	377 247 832,00	461 398 847,00
Alojamento, restauração e similares	1765	3000	4988	8719	145 643 597,00	303 103 269,00
Atividades de informação e de comunicação	257	330	784	919	106 418 939,00	101 430 714,00
Atividades imobiliárias	241	350	451	646	28 423 662,00	42 785 729,00
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1761	2063	2883	3427	74 836 228,00	100 768 412,00
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3105	3942	5437	7063	113 363 652,00	179 858 441,00
Educação	1162	1183	1386	1445	12 054 667,00	15 418 011,00
Atividades de saúde humana e apoio social	1400	1606	2064	2557	55 543 723,00	73 184 986,00
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	686	870	863	1285	12 898 808,00	27 816 996,00
Outras atividades de serviços	1145	1244	1499	1632	18 268 242,00	25 547 029,00

Fonte: INE

Relativamente ao comportamento demográfico das empresas em 2018, destacamos uma taxa de natalidade de empresas no setor das indústrias transformadoras superior à média nacional, uma taxa de mortalidade bastante inferior à média na atividade “produção animal, caça, floresta e pesca” e uma taxa de sobrevivência superior à média nacional na atividade “Alojamento, restauração e similares”, corroborando o investimento na área do Turismo da R.A. Açores.

Tabela 117. Indicadores demográficos das empresas no ano 2018, por atividade económica

Atividade económica	Taxa de natalidade (%)		Taxa de mortalidade (%)		Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA
Total	15,26	14,91	12,19	11,43	56,09	55,32
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10,39	9,32	11,37	7,55	53,79	59,65
Indústrias transformadoras	8,86	12,32	7,86	9,64	67,01	65,81
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	9,32	11,11	3,37	0	91,63	66,67
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	14,14	7,41	9,84	4,17	63,64	33,33
Construção	13,30	19,03	9,59	13,25	63,04	53,88
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	10,36	10,89	10,34	10,25	59,44	59,84
Transportes e armazenagem	16,54	11,51	7,68	6,16	64,33	66,67
Alojamento, restauração e similares	18,12	19,82	12,13	11,30	63,94	70,14
Atividades de informação e de comunicação	19,50	18,82	12,65	12,05	60,53	46,94
Atividades imobiliárias	16,94	14,37	7,91	5,88	75,46	70,59

Atividade económica	Taxa de natalidade (%)		Taxa de mortalidade (%)		Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	13,21	14,68	10,68	10,75	57,24	53,07
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	27,54	25,82	21,81	20,40	41,08	41,86
Educação	17,91	18,77	14,85	15,74	50,51	50,28
Atividades de saúde humana e apoio social	12,86	12,07	9,81	10,80	66,38	63,86
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	17,36	16,59	13,80	12,14	55,70	55,07
Outras atividades de serviços	13,32	13	9,50	11,20	64,09	53,79

Fonte: INE

A proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, em 2017 da R.A. Açores situava-se nos 1,74% enquanto Portugal estava nos 2,08%.

Para completar este tema, no ponto 8.4.1 (ponto 8. OE7 “Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas em zonas rurais”) encontra-se analisada a Evolução do número de empresas na R.A. Açores relativamente à criação e dissolução de empresas.

9.4. Inclusão social

Segundo a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028⁴², a crise económica e social que se fez sentir nos últimos anos, sobretudo a partir de 2010, fez com que as questões da pobreza e exclusão social ganhassem uma importância crescente na R.A. Açores. Neste sentido, na R.A. Açores têm vindo a ser implementadas e consolidadas medidas que pretendem diminuir a pobreza e a exclusão social de modo a garantir mais igualdade no acesso às oportunidades. Assim, a Figura 258 apresenta o índice de Gini⁴³ por regiões de modo a demonstrar as desigualdades existentes na distribuição dos rendimentos.

⁴² Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, documento disponível em: <https://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/904C6C12-8BA1-4EC5-A8A9-97E30B67465F/1099083/EstrategiaRegionaldeCombateaPobrezaeExclusaoSocial.pdf>

⁴³ Índice de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

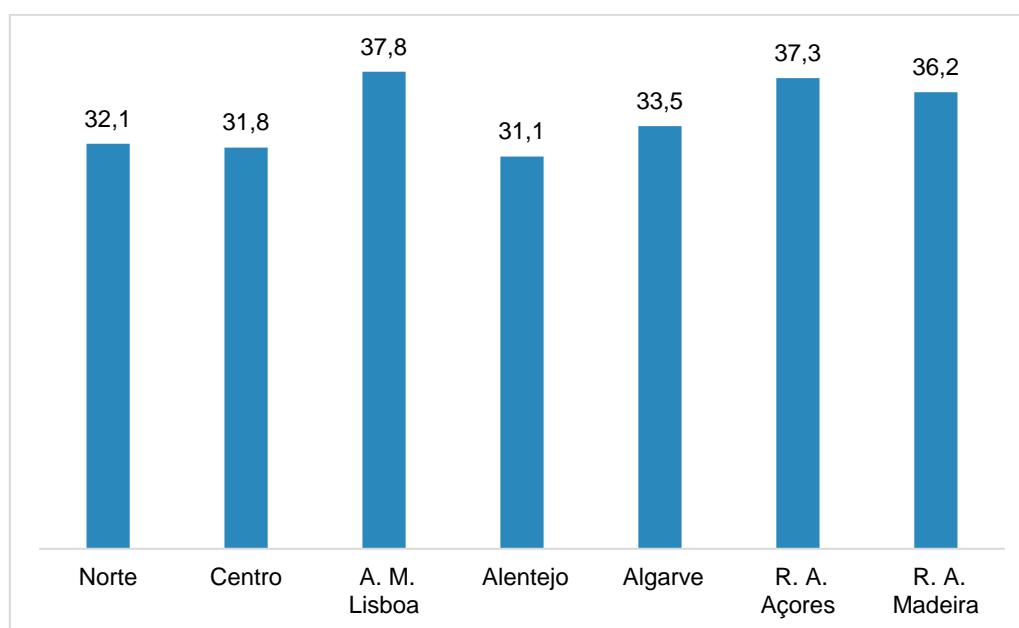


Figura 258 . Índice de Gini, (rendimento monetário), por regiões, 2014

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

De acordo com os dados da Figura 258, em 2014, a R.A. Açores era a segunda região do país com a maior desigualdade de distribuição de rendimentos. Tal evidencia que a pobreza é um problema associado a um elevado nível de desigualdade de distribuição de rendimentos.

Por outro lado, de acordo com os dados da Figura 259 é possível constatar que, em 2014, o risco de pobreza variava de forma significativa entre as diversas regiões de Portugal. Neste contexto, em 2014, a R.A. Açores era a região do país com a taxa de pobreza mais elevada (27,5%). Assim, a taxa de risco de pobreza da R.A. Açores era cerca de 12 pontos percentuais mais elevada do que a média nacional (15,9%), o que enfatiza a existência de fenómenos de pobreza latentes na Região.

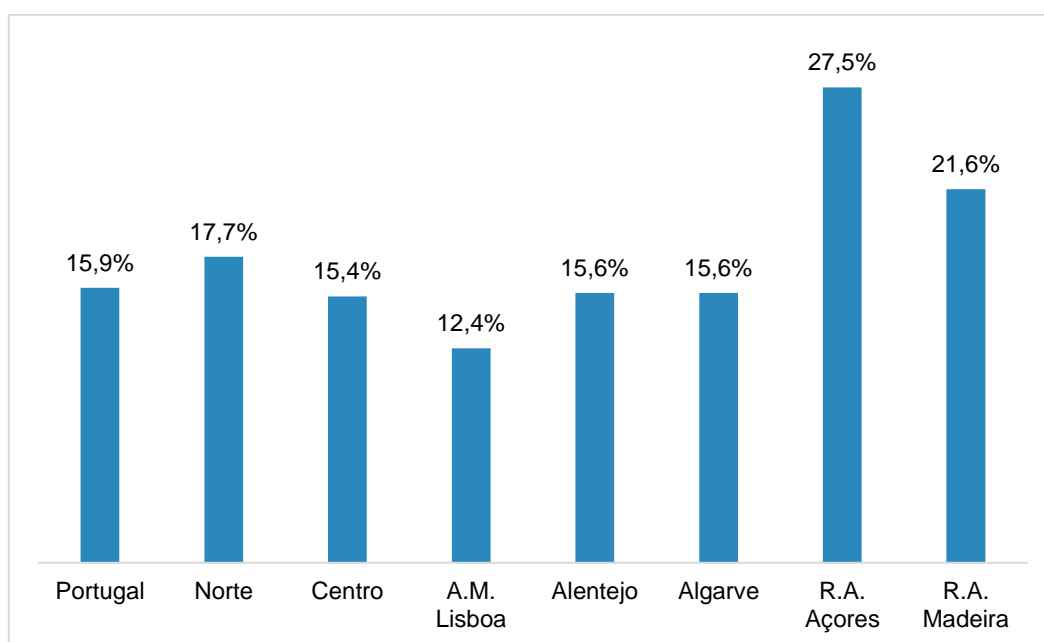


Figura 259. Taxa de risco de pobreza, 2014

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Pela análise da Figura 260 verifica-se que a pobreza na R.A. Açores apresenta um valor mais alto do que nas restantes regiões do país, envolvendo cerca de um em cada três residentes.

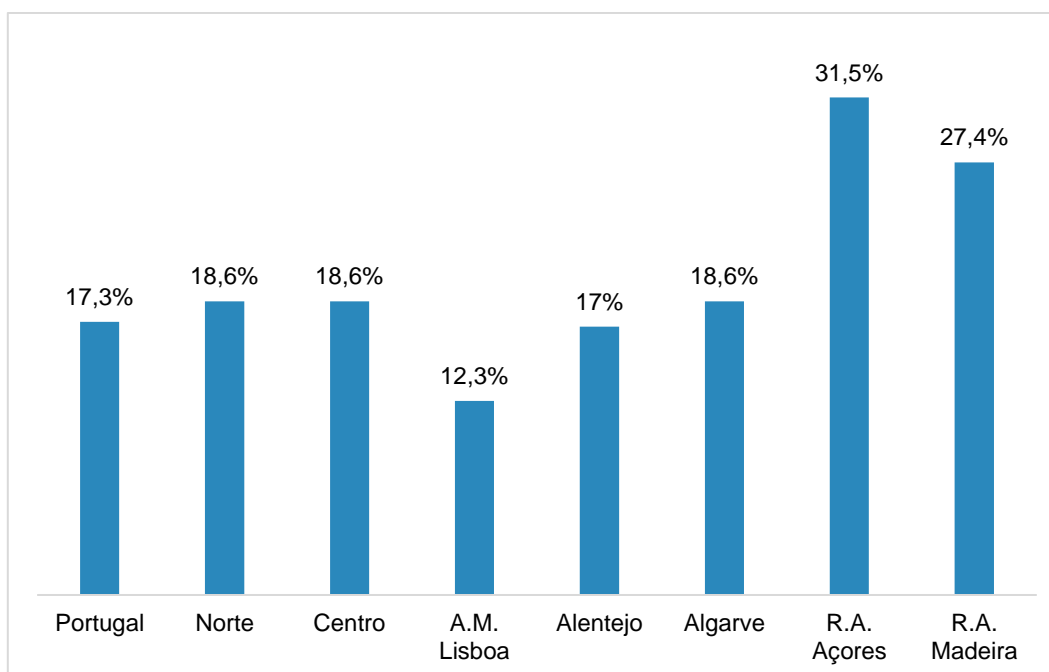


Figura 260. Distribuição da população pobre por Regiões (NUT II), em %, 2017

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018

9.4.1. Despesa dos agregados familiares

A análise da despesa média por agregado⁴⁴ (Figura 261) permite constatar que, em 2015/2016, as famílias residentes na R.A. Açores registavam o valor mais baixo a nível nacional (16.856 euros) para a despesa total anual média.

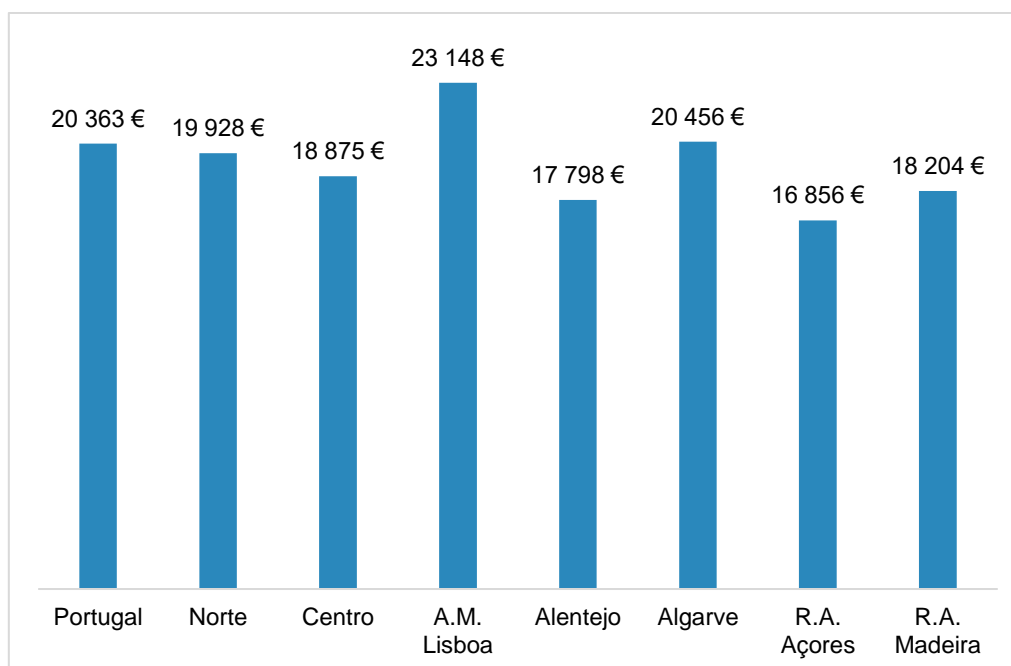


Figura 261. Despesa total anual média por agregado, NUTS II, 2015/2016

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Segundo o Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016, na R.A. Açores registava-se a proporção de despesas com habitação (37,2%) mais elevada do país, com um valor médio por agregado de 6.276 euros. Simultaneamente, a Região tinha a menor percentagem de despesas em transportes do país (12,9% face a 14,1% em Portugal), com um valor de 2.172 euros em média por agregado.

Na R.A. Açores o peso das despesas efetuadas com lazer, recreação e cultura (3,1%) era inferior à média do país (4,2%), o mesmo se verificava com as despesas efetuadas com ensino (1,2% face a 2,3% em Portugal). O peso das despesas das famílias da R.A. Açores efetuadas com acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação (3,4%) afigura-se semelhante à média nacional (3,4%).

⁴⁴ Despesa média por agregado: quociente entre a soma das despesas de todos os agregados que verificam uma determinada condição e a soma desses mesmos agregados.

9.4.2. Solidariedade Social

9.4.2.1 Rendimento Social de Inserção (RSI)

De acordo com Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico (2018), os dados sobre a pobreza e exclusão social nos Açores afiguram-se relativamente escassos e, como tal, verifica-se a necessidade de recorrer ao Rendimento Social de Inserção (RSI) como *proxy* para esta análise. Neste contexto, a Figura 262 apresenta a percentagem de beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários.

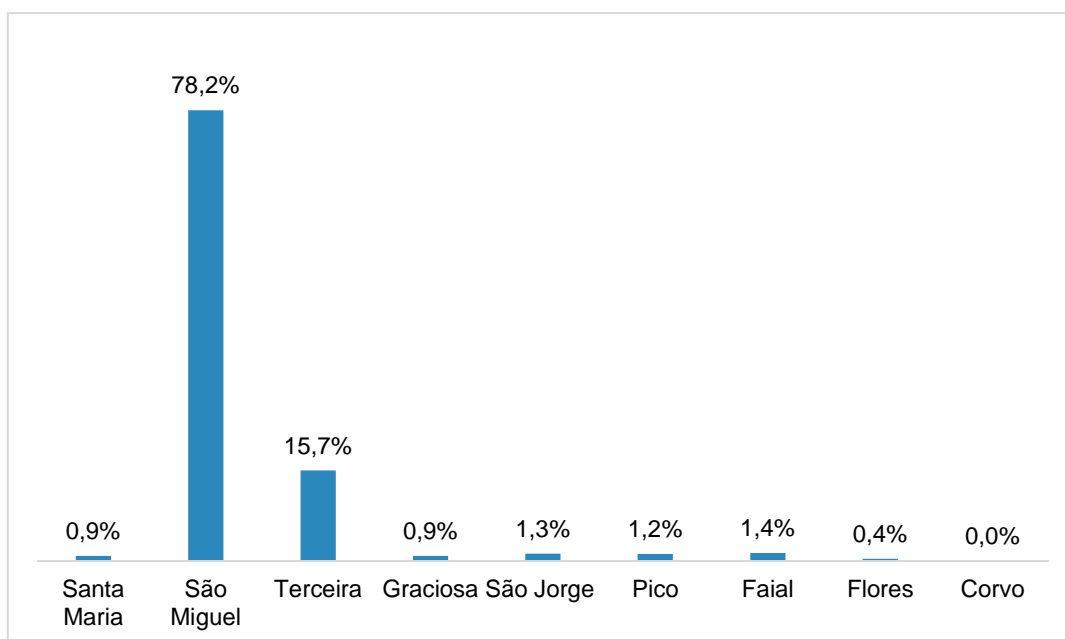


Figura 262. Percentagem de beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários: Açores – dezembro 2017

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Tendo em consideração a distribuição dos beneficiários do RSI por ilha da R.A. Açores, é possível observar-se uma elevada heterogeneidade regional (Figura 262). Deste modo, 78% dos beneficiários encontravam-se concentrados na Ilha de São Miguel, a qual representava cerca de 56% da população total de residentes na R.A. Açores. Por sua vez, apesar da Ilha Terceira representar cerca de 23% da população residente na R.A. Açores, a percentagem de beneficiários em 2017 era de apenas 15,7%. O peso das restantes ilhas no total dos beneficiários é cerca de 1% por ilha, o que demonstra a existência de diferenças territoriais.

Por sua vez, em Dezembro de 2017, os concelhos de Ponta Delgada (31,7%) e Ribeira Grande (29%) concentravam cerca de 60% do total de beneficiários da R.A. Açores, seguindo-se os concelhos de Angra do Heroísmo (8,6%), Lagoa (8,3%) e Praia da Vitória (7,1%). Por seu turno, os restantes concelhos apresentavam valores bastante residuais (Figura 263).

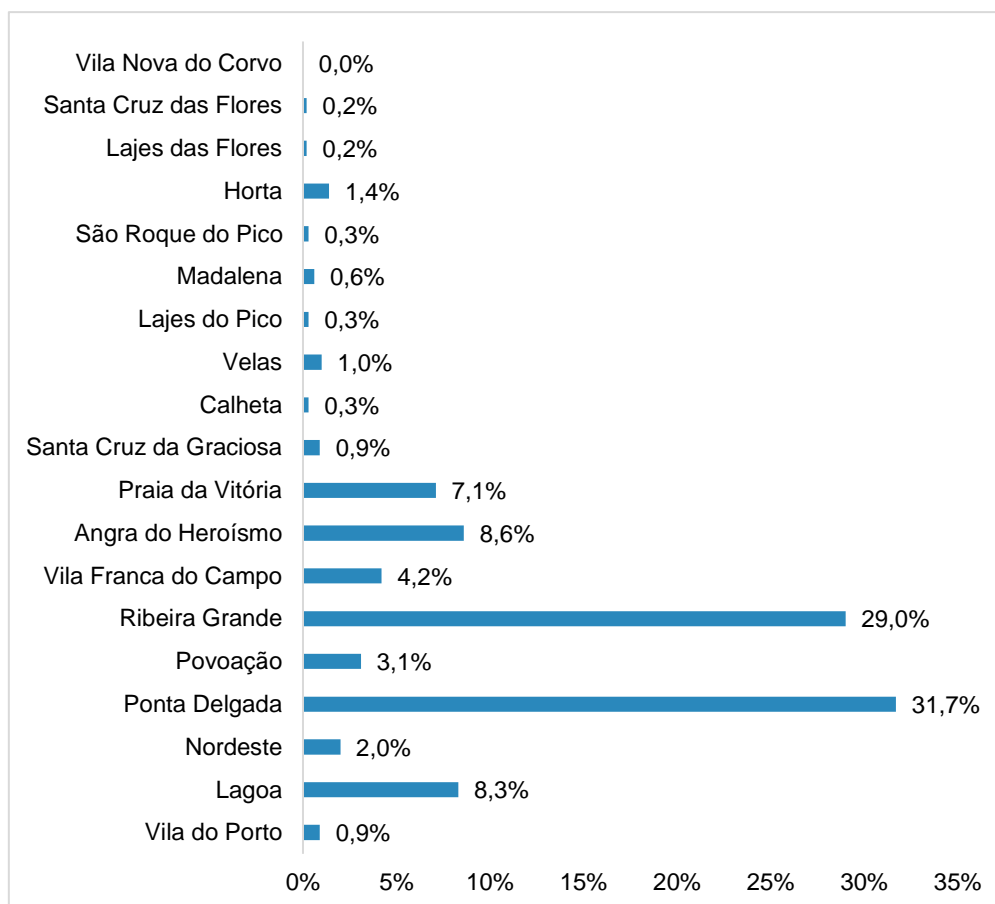


Figura 263. Proporção de beneficiários do RSI, por concelho, face ao total de beneficiários: Açores – dezembro 2017

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Considerando a percentagem de beneficiários do RSI face à população residente por concelho da R.A. Açores, é possível constatar que, em dezembro de 2017, os concelhos da Ilha de São Miguel eram os que apresentavam a maior proporção de beneficiários. Contrariamente, os concelhos de Lajes do Pico (1,1%) e Vila Nova do Corvo (0,5%) registavam os índices mais baixos, o que evidencia a existência de disparidades regionais (Figura 264).

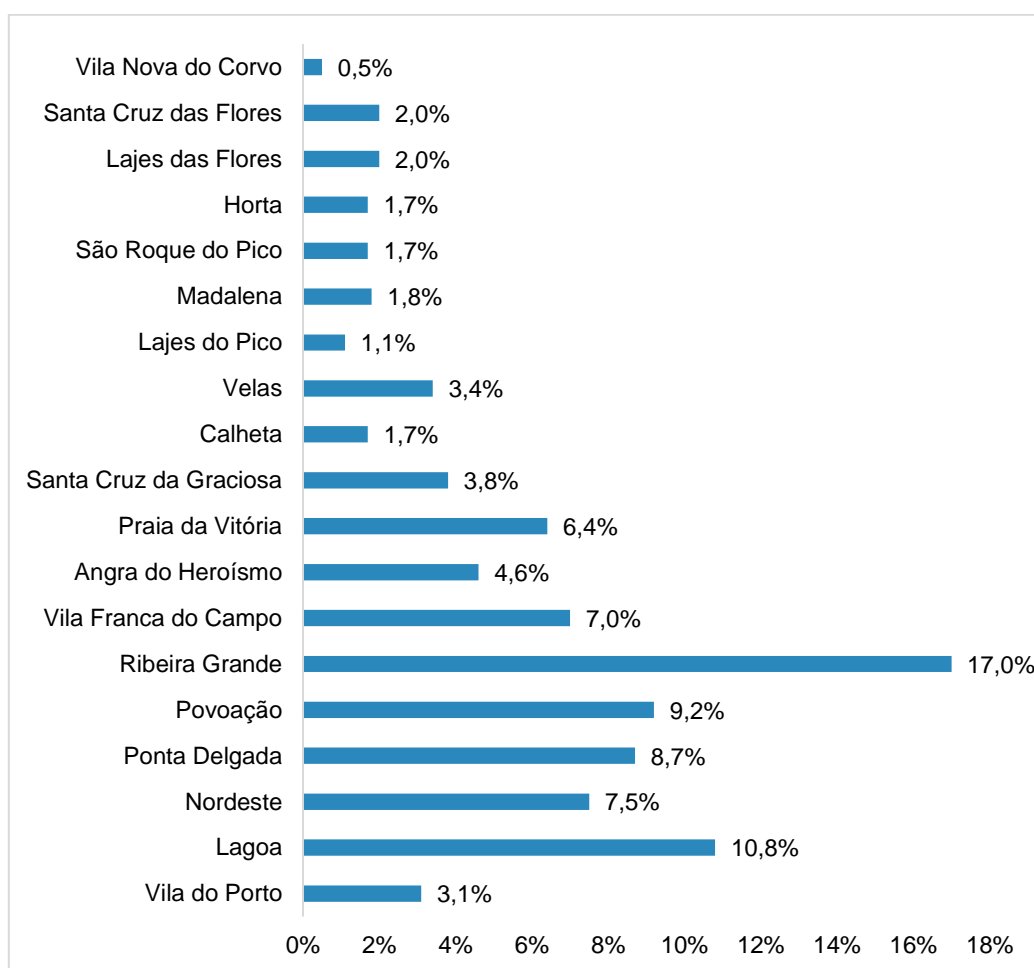


Figura 264. Percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por concelho, Açores – Dezembro 2017

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Segundo a Figura 265, em 2017, 10,7% da população da Ilha de São Miguel era beneficiária do RSI, o que representava cerca do dobro do valor da Ilha Terceira (5,3%). As ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo apresentaram taxas inferiores a 2%.

Comparando com o ano de 2006, é possível constatar que em todas as ilhas ocorreu uma redução da proporção de beneficiários do RSI face à população residente, à exceção da Ilha de São Miguel, na qual essa taxa cresceu 1,9 %.

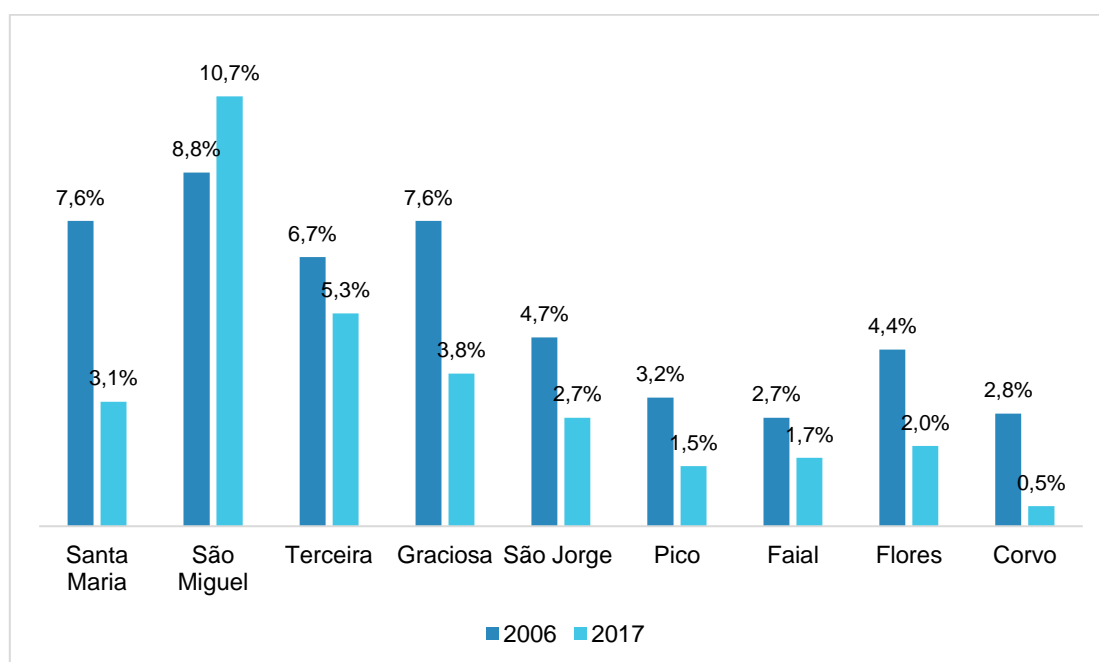


Figura 265. Evolução da percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por ilha - Açores 2006 e 2017 (%)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

No que diz respeito à prestação média por beneficiário (Figura 266), verifica-se que o valor médio da prestação por beneficiário na R.A. Açores é de 80,1 euros e, como tal, é consideravelmente mais baixo do que os valores médios das restantes regiões. No entanto, segundo a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, o valor por beneficiário na R.A. Açores é baixo no contexto nacional, mas o valor por agregado é elevado, o que se justifica pela maior dimensão dos agregados na Região do que no conjunto do país.

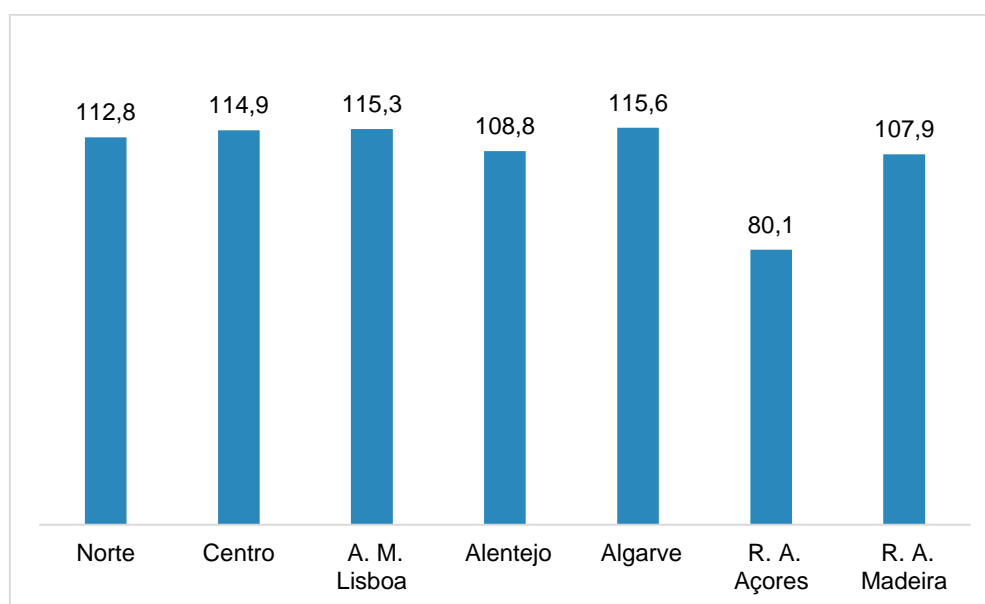


Figura 266. Prestação média por beneficiário, por regiões (NUTS II) - dezembro 2016 (€)

Fonte: SPI, a partir de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

De acordo com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, a R.A. Açores é a região a nível nacional onde existem menos beneficiários isolados devido ao elevado número de famílias alargadas e nucleares com filhos, as quais têm maior probabilidade de reunir as condições de ingresso na medida. Por outro lado, a R.A. Açores, em comparação com as restantes regiões do país, regista a maior taxa de risco de pobreza, a mais baixa taxa de atividade feminina (em especial nas populações mais desfavorecidas), bem como a mais baixa escolaridade da população ativa (associada à qualidade do emprego).

No cômputo geral, a utilização do RSI como *proxy* da pobreza acentua ainda mais a singularidade da pobreza da R.A. Açores por contraponto com o restante território nacional e ao mesmo tempo, mostra que a sua distribuição no território regional é bastante assimétrica.

9.4.2.2 Ação Social Escolar

De acordo com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, a Ação Social Escolar (ASE), à semelhança do RSI, é um indicador relevante para a análise dos fenómenos de pobreza na R.A. Açores.

Assim, de acordo com a Figura 267 pode observar-se que o número de alunos subsidiados pela ASE aumentou entre os anos letivos 2006/2007 e 2016/2017. Neste último ano letivo, um total de 25.211 alunos da R.A. Açores beneficiaram desta medida, o que representa 64,2% do total de alunos matriculados. Este valor representa um incremento de 22% em relação ao ano letivo de 2006/07 no que se refere à proporção de alunos beneficiários da ASE no total de alunos.

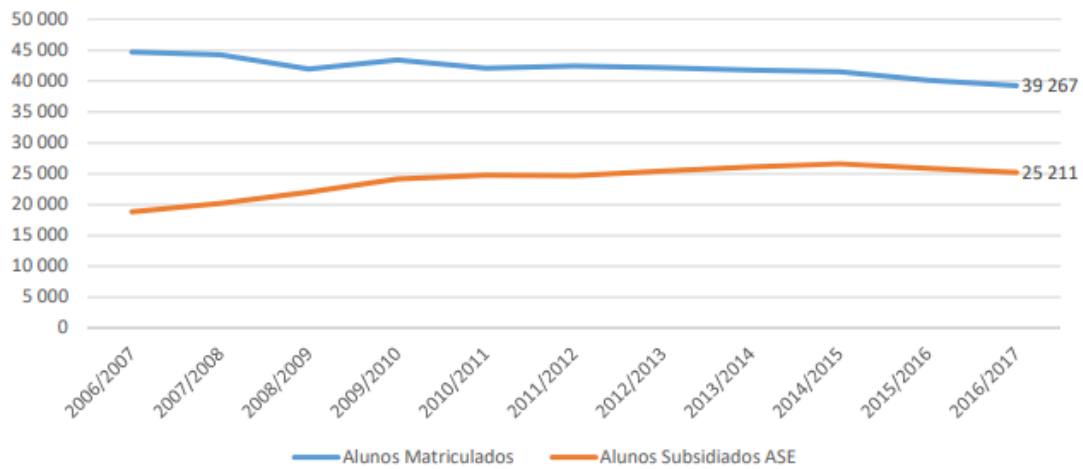


Figura 267. Evolução do número de alunos matriculados e alunos subsidiados pela Ação Social Escolar (ASE), por ano letivo – R.A. Açores 2006/7 – 2016/17

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Adicionalmente, segundo a Figura 268, é possível verificar que o número de alunos beneficiários da ASE aumentou em todos os escalões, entre os anos letivos de 2006/2007 e 2016/2017, sendo as variações mais expressivas as verificadas nos 2º e 3º escalões, com aumentos de 51,2% e 48,3%, respetivamente.

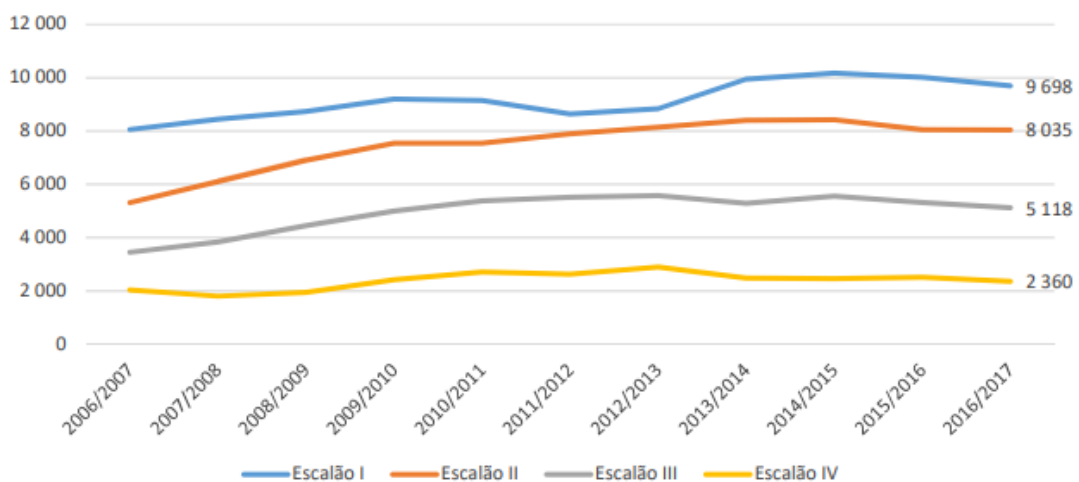


Figura 268. Evolução do número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, por ano letivo e por escalão – R.A. Açores 2006/7 – 2016/17

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

9.4.2.3 Complemento Solidário para Idosos (CSI)

Segundo a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, o Complemento Solidário para Idosos (CSI) afigura-se como outro indicador que permite simultaneamente, relacionar a pobreza e o apoio social do Estado. O CSI foi introduzido em 2006, aplicando-se, nesse ano, às pessoas com idade igual ou superior a 80 anos. Em 2007, o limite inferior de idade passou para os 70 anos e, em 2008, para os 65 anos. Estas alterações não devem ser ignoradas numa análise da evolução do número de beneficiários existentes.

Atualmente, o CSI destina-se aos pensionistas cuja idade é maior ou igual a 66 anos e 5 meses – idade da reforma, estabelecida pela Portaria 50/2019, de 8 de fevereiro – assumindo o perfil de um complemento aos rendimentos preexistentes (pensão de velhice, de sobrevivência ou equiparada, e subsídio mensal vitalício) e a sua atribuição é diferenciada em função da situação concreta do pensionista que o requer, nomeadamente, o seu estado civil e rendimentos do agregado.

Segundo a Figura 269, o número de beneficiários desta prestação social tem vindo a decrescer desde o ano de 2013, fixando-se em 3.625 no ano de 2017. De acordo com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico, a descida verificada no período de referência pode ser, em parte, associada à entrada em vigor do Decreto-Lei 13/2013, de 25 de janeiro o qual veio alterar o valor de referência do CSI de 5.022 para 4.909 euros/ano.

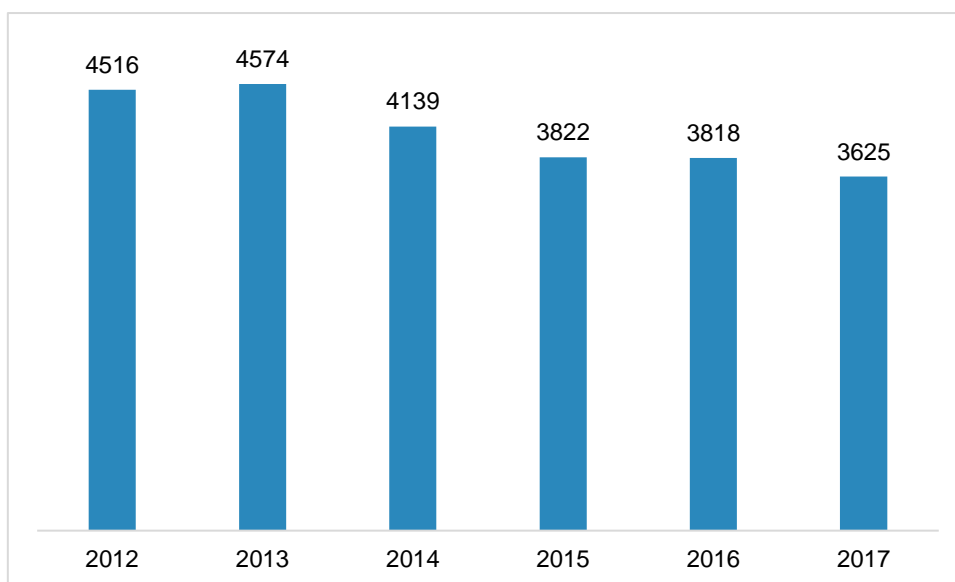


Figura 269. Evolução do número de beneficiários do CSI - Açores 2012-2017

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Por sua vez, na R.A. Açores a distribuição dos beneficiários do CSI por sexo afigura-se bastante heterogénea (Figura 270). Na verdade, 78% dos beneficiários do CSI são mulheres, enquanto apenas 22% dos mesmos são homens. Segundo a Estratégia Regional de Combate à Pobreza

e Exclusão Social, esta diferença pode ser justificada pela maior longevidade das mulheres, mas também pela baixa taxa de atividade feminina que, até recentemente, se registou na R.A. Açores.

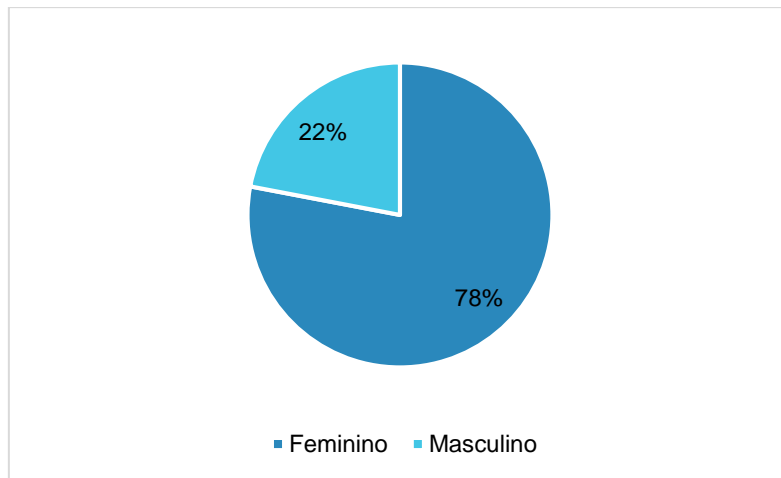


Figura 270. Distribuição dos beneficiários do CSI, por sexo – R.A. Açores - dezembro 2017 (%)

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

A distribuição dos beneficiários do CSI por ilha também se afigura profundamente heterogénea (Figura 271). Deste modo, a maioria dos beneficiários do CSI (72,4%) encontra-se em S. Miguel, mesmo apesar de esta ser a ilha menos envelhecida da Região. Por sua vez, a Terceira reúne 12% dos beneficiários, enquanto as restantes ilhas da R.A. Açores apresentam valores bastante abaixo, principalmente a Ilha das Flores e a Ilha do Corvo.

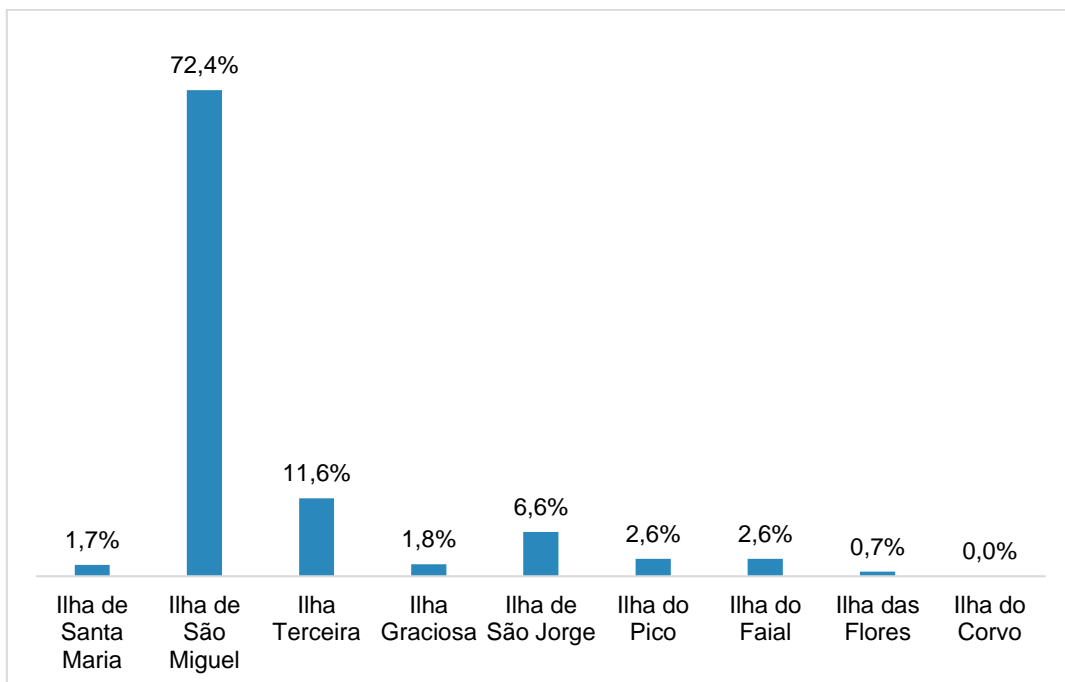


Figura 271. Distribuição dos beneficiários do CSI, por ilha – R.A. Açores - dezembro 2017 (%)

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

Relativamente à distribuição dos beneficiários do CSI por valor (intervalos) da prestação mensal, é possível constatar que cerca de metade dos beneficiários (51%) usufrui de uma prestação até 119,99 euros. É também importante ressaltar que cerca de 6% beneficiam de mais de 300 euros/mensais. Tal é revelador de uma situação socioeconómica precária (Figura 272).

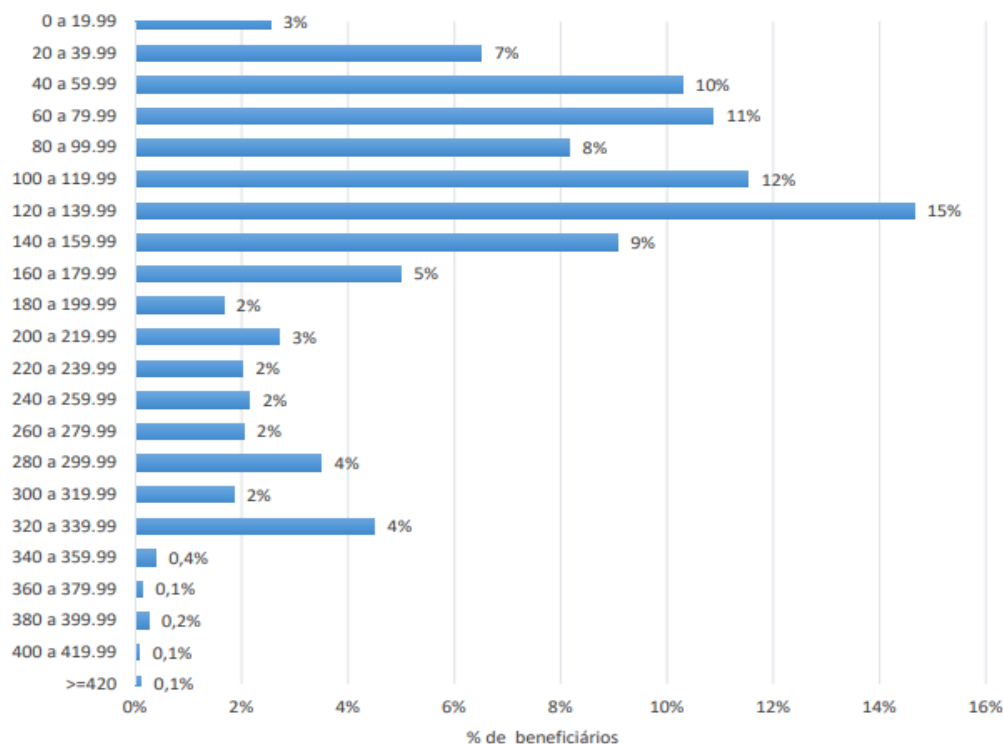


Figura 272. Distribuição dos beneficiários, do CSI, por valor (intervalos) da prestação mensal, R.A. Açores – dezembro 2017

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico

9.4.2.4 Complementos às prestações nacionais da Segurança Social e respostas sociais

Para além das medidas acima apresentadas, aos indivíduos da R.A. Açores com rendimentos mais baixos é disponibilizado um conjunto de complementos às prestações nacionais da Segurança Social, assegurado pelo orçamento regional e que mitiga a intensidade da pobreza, nomeadamente:

- Acréscimo ao salário mínimo (Retribuição Mínima Mensal Garantida - RMMG);
- Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens (CAAFJCJ);
- Complemento Regional de Pensão (CRP); e
- Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID).

Neste contexto, no período entre 2012 e 2017, cerca de 35.000 habitantes da R.A. Açores beneficiaram do Complemento Regional de Pensões (CRP), o que representa,

aproximadamente, 70% dos pensionistas. Por sua vez, verifica-se que dos 33.212 beneficiários, cerca de 90% auferem pensões inferiores à remuneração mínima mensal garantida.

O número de creches pode ser considerado um indicador importante enquanto instrumento de prevenção da exclusão social ou de minimização da intensidade da pobreza. Deste modo, de acordo com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, em 1996, existiam na R.A. Açores 30 creches, com uma frequência de 749 utentes. Em 2017, a Região dispunha de 67 creches, servindo 2.348 crianças (crescimento de 152%), tendo sido atingida uma taxa efetiva de cobertura de 33%. Se forem consideradas as amas no cálculo da taxa de cobertura para as duas respostas sociais (creche + ama), esta sobe para 38%, acima da taxa mínima desejável de 33% (definida no Conselho de Barcelona).

É também importante ter em conta que o número de centros de atividades de tempos livres passou de 28 em 1996 para 121 em 2017, o que corresponde a uma taxa de cobertura média de 28%.

No que diz respeito às respostas sociais para pessoas adultas com deficiência, verificou-se um crescimento ainda mais significativo no número e tipo de respostas sociais durante o período 1996-2017. Deste modo, no período de referência, a R.A. Açores passou de seis respostas sociais para 51, com destaque para os centros de atividades ocupacionais, que passaram de 5 para 16. Os lares residenciais cresceram de um para 12 e, os centros de atendimento, acompanhamento e reabilitação social, de zero para 15.

Relativamente às respostas sociais para as pessoas idosas, o crescimento verificado nos últimos 21 anos é igualmente acentuado. Assim, os serviços de apoio domiciliário passaram de 33 para 40; os centros de dia, de seis para 23; os centros de convívio, de 44 para 132; e as estruturas residenciais, para idosos de 21 para 35.

Na tabela que se segue podemos verificar o crescimento quer ao nível de número de utentes quer ao nível das respostas existentes nos últimos anos e, no total da Região verifica-se uma taxa negativa, ou seja, apesar de todo o esforço, as respostas sociais não tem conseguido acompanhar as necessidades, que têm sido crescentes.

Tabela 118. Evolução do nº de utentes e respostas sociais com contratos de cooperação valor cliente, por áreas de intervenção social e tipologia 14 nos Açores (2013 – 2017)

	Taxa de cresc. nº utentes (2013-2017)	Taxa de cresc. nº respostas sociais (2013-2017)
Infância e Juventude (inclui Creches, CATL's, Lar, Centro Acolhimento, etc.)	2%	-2%
Família e Comunidade (inclui Albergue, Refeitório, Atendimento, Centro de Apoio, etc.)	-2%	-22%

	Taxa de cresc. nº utentes (2013-2017)	Taxa de cresc. nº respostas sociais (2013-2017)
Pessoas Adultas com Deficiência (Centro de Atividades Ocupacionais, Lar residencial, etc.)	13%	50%
Pessoas Idosas (inclui Centro de Dia, de Noite, de Convívio, Unidades de Cuidados, de Apoio, Apoio Domiciliário, etc.)	-12%	4%
Total Açores	-3%	-1%

Fonte: ISSA

Tabela 119. Nº de respostas sociais com contratos de cooperação valor cliente, por áreas de intervenção social e tipologia, nos Açores – 2017

Áreas de intervenção social/tipologia	2017	
	Nº Respostas Sociais	Frequência
1. Infância e Juventude	303	10713
1.1. Crianças e Jovens	251	9477
Ama	5	162
Creche	67	2348
Estabelecimento de Educação Pré-escolar	47	1809
Centro de Atividades de Tempos Livres	121	3784
Centro de Atividades de Tempos Livres - Ludoteca	11	1374
1.2. Crianças e Jovens com Deficiência	0	0
1.3. Crianças e Jovens em Situação de Perigo	52	1236
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	4	324
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	5	197
Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens	0	0
Centro de Acolhimento Temporário	4	32
Lar de Infância e Juventude	29	226
Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ)	10	457
2. População Adulta	293	8167
2.1. Pessoas idosas	234	6637
Serviço de Apoio Domiciliário	40	1775
Apoio Domiciliário Integrado - ADI	2	41
Centro de Convívio	132	3163
Centro de Dia	23	339

Áreas de intervenção social/tipologia	2017	
	Nº Respostas Sociais	Frequência
Centro de Noite	2	11
Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas	0	0
Estrutura Residencial para Idosos: Apartamentos/Moradias (antes: Residência)	3	45
Estrutura Residencial para Idosos Lar de Idosos: Quartos (antes: lar de idosos)	32	1263
2.2. Pessoas adultas com deficiência	51	1207
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social Para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	15	439
Centro de Atividades Ocupacionais	16	508
Lar Residencial	12	118
Transporte de Pessoas com Deficiência	8	142
2.3. Pessoas em situação de dependência	0	0
2.4. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	6	126
Fórum Sócio Ocupacional	2	94
Unidade de Vida Protegida	4	32
2.5. Pessoas sem abrigo	2	197
Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo	2	197
3. Família e Comunidade	87	5355
3.1. Família e Comunidade em Geral	75	5065
Atendimento/Acompanhamento Social	18	2003
Centro Comunitário	40	2687
Refeitório/Cantina Social	1	56
Centro de Alojamento Temporário	14	159
Ajuda Alimentar	2	160
3.2. Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	0	0
3.3. Pessoas toxicodependentes	4	152
Equipa de Intervenção Direta	2	141
Apartamento Reinserção Social	2	11
3.4. Pessoas vítimas de violência doméstica	8	138
Centro de Atendimento	4	127
Casa de Abrigo	4	11
Totais	683	24235

Fonte: ISSA

Tendo em conta a evolução do número de respostas sociais, por área de intervenção social e por anos, os dados de 2017 indicam a existência de 683 respostas sociais, abrangendo 24 235 utentes, o que representa um decréscimo de respetivamente, 3% e de 1% face a 2013. Os equipamentos de apoio à infância e juventude destacam-se na oferta existente, seguidos dos equipamentos para a terceira idade, sendo igualmente de salientar o forte crescimento recente das respostas sociais dirigidas às Pessoas Adultas com Deficiência.

Tabela 120. Evolução do número de respostas sociais, por áreas de intervenção social, capacidade instalada, frequência e taxas de crescimento, por ilha, nos Açores (2013 – 2017)

Área	2013			2017			Taxa Cresc. Respostas 2013-2017	Taxa Cresc. Capacidade 2013-2017	Taxa Cresc. Frequência 2013-2017
	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência			
Santa Maria	10	318	278	12	433	384	20%	36%	38%
Infância e juventude	2	53	35	3	102	91	50%	92%	160%
Invalidez e reabilitação	1	10	10	1	25	22	0%	150%	120%
Família e comunidade	2	130	130	1	123	116	-50%	-5%	-11%
Terceira idade	5	125	103	7	183	155	40%	46%	50%
São Miguel	380	15 993	14 100	368	19 358	13 954	-3%	21%	-1%
Infância e juventude	191	7 681	6 503	186	8 301	6 523	-3%	8%	0%
Invalidez e reabilitação	19	728	713	29	901	789	53%	24%	11%
Família e comunidade	85	4 645	4 433	68	6 921	4 611	-20%	49%	4%
Terceira idade	85	2 939	2 451	85	3 235	2 031	0%	10%	-17%
Terceira	148	7 014	6 231	148	7 147	5 267	0%	2%	-15%
Infância e juventude	64	2 958	2 671	59	2 940	2 162	-8%	-1%	-19%
Invalidez e reabilitação	6	212	206	7	189	161	17%	-11%	-22%
Família e comunidade	20	953	777	19	997	631	-5%	5%	-19%
Terceira idade	58	2 891	2 577	63	3 021	2 313	9%	4%	-10%
Graciosa	17	655	518	16	645	445	-6%	-2%	-14%
Infância e juventude	7	240	166	7	255	167	0%	6%	1%
Invalidez e reabilitação	1	10	9	1	10	8	0%	0%	-11%
Família e comunidade	1	25	25	0	0	0	-100%	-100%	-100%
Terceira idade	8	380	318	8	380	270	0%	0%	-15%
São Jorge	28	1 111	775	32	1 097	772	14%	-1%	0%
Infância e juventude	15	465	306	14	441	358	-7%	-5%	17%
Invalidez e reabilitação	2	40	32	4	66	49	100%	65%	53%
Família e comunidade	2	88	85	1	8	3	-50%	-91%	-96%

Área	2013			2017			Taxa Cresc. Respostas 2013-2017	Taxa Cresc. Capacidade 2013-2017	Taxa Cresc. Frequência 2013-2017
	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência	Nº respostas	Capacidade instalada	Frequência			
Terceira idade	9	518	352	13	582	362	44%	12%	3%
Pico	41	1 497	1 072	44	1 606	1 072	7%	7%	0%
Infância e juventude	12	344	241	12	364	253	0%	6%	5%
Invalidez e reabilitação	2	65	37	4	84	55	100%	29%	49%
Família e comunidade	0	0	0	0	0	0	-----	-----	-----
Terceira idade	27	1 088	794	28	1 158	764	4%	6%	-4%
Faial	45	2 263	1 449	44	2 582	1 957	-2%	14%	35%
Infância e juventude	12	569	428	16	782	998	33%	37%	133%
Invalidez e reabilitação	3	94	63	4	134	109	33%	43%	73%
Família e comunidade	10	507	290	5	441	307	-50%	-13%	6%
Terceira idade	20	1 093	668	19	1 225	543	-5%	12%	-19%
Flores	15	501	387	14	534	329	-7%	7%	-15%
Infância e juventude	4	180	148	4	180	140	0%	0%	-5%
Invalidez e reabilitação	0	0	0	1	50	14	-----	-----	-----
Família e comunidade	2	62	29	1	80	10	-50%	29%	-66%
Terceira idade	9	259	210	8	224	165	-11%	-14%	-21%
Corvo	5	76	61	5	77	55	0%	1%	-10%
Infância e juventude	2	25	16	2	25	21	0%	0%	31%
Invalidez e reabilitação	0	0	0	0	0	0	-----	-----	-----
Família e comunidade	0	0	0	0	0	0	-----	-----	-----
Terceira idade	3	51	45	3	52	34	0%	2%	-24%
Açores	689	29 428	24 871	683	33 479	24 235	-1%	14%	-3%

Fonte: ISSA

Tabela 121. Número de instituições particulares de solidariedade social (IPSS's) e instituições equiparadas, sem fins lucrativos, segundo a natureza jurídica nos Açores – 2017

Instituições	Nº
Associações	97
Casas de Povo	63
Fundações e Centros Sociais e Paroquiais	42
Misericórdias	23
Cooperativas de Solidariedade Social	7
Associações de Socorros Mútuos	1

Fonte: ISSA

Não obstante o investimento muito considerável em políticas sociais realizado nas últimas décadas, a R.A. Açores continua a apresentar uma situação social frágil, com elevados riscos em termos de pobreza e exclusão social, que condiciona o desenvolvimento da Região e que tem ganho diferentes formas à medida que a sociedade açoriana se transforma.

Existem já medidas implementadas e consolidadas que visam promover o acesso a uma vida de qualidade, complementadas por outras que procuram mitigar a situação da diferença no acesso às oportunidades que a sociedade atual disponibiliza. Acresce ainda que os níveis de pobreza são o reflexo do comportamento de um conjunto de variáveis, muitas delas externas e não controláveis no âmbito da ação governativa, que tem vindo a implementar vários planos de ação de combate à Pobreza e Exclusão Social, de duração bianual.

Em termos globais, a R.A. Açores observa uma ligeira diminuição do índice sintético de desenvolvimento regional, devido à diminuição do índice de qualidade ambiental e do índice de competitividade, observando-se um ligeiro aumento do índice de coesão social.

Tabela 122. Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal=100)

Ano	Índice global	Competitividade	Coesão	Qualidade ambiental
2014	88,67	86,42	77,65	102,64
2015	89,91	87,05	77,42	106,17
2016	90,15	85,30	78,11	108,33
2017	89,84	83,24	79,86	107,71

Fonte: INE

9.4.3. Acesso à Internet

O acesso à internet pode ser considerado um indicador interessante para analisar as discrepâncias territoriais existentes. Assim, segundo a Figura 273, o acesso da população à internet em banda larga é inferior ao da generalidade do país tanto ao nível do segmento residencial, como ao nível do segmento não residencial.

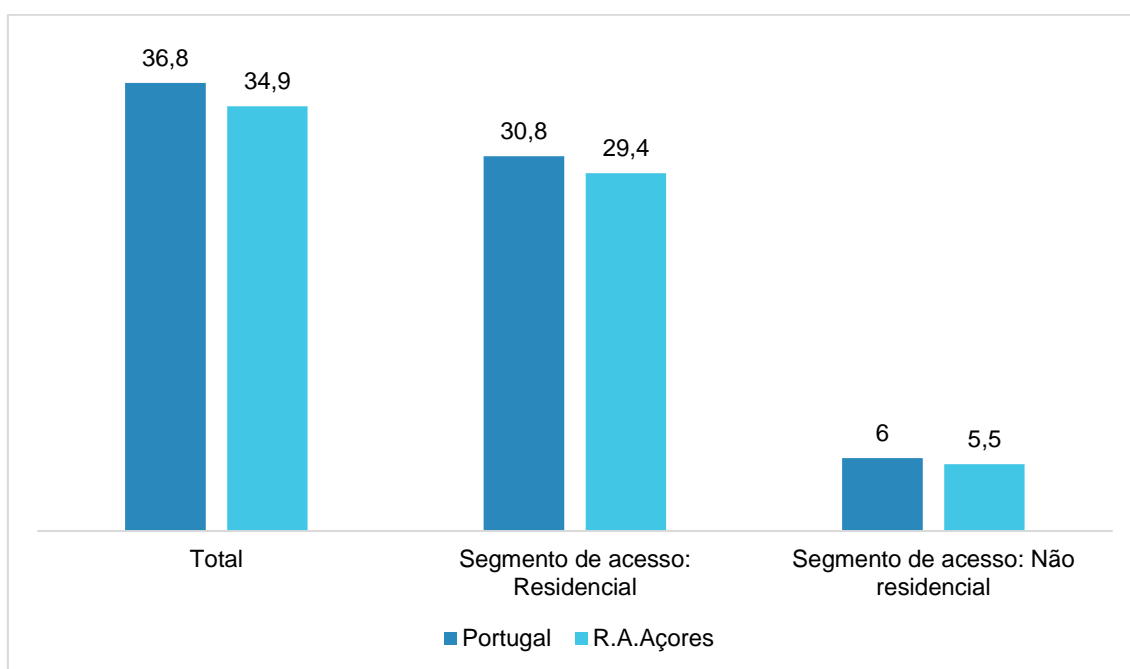


Figura 273. Acessos à Internet em banda larga por 100 habitantes (%) em Portugal e na R.A. Açores, 2018

Fonte: INE

9.5. Saúde

9.5.1. Caracterização Geral do Sistema de Saúde da R.A. Açores

A saúde afigura-se uma importante componente do desenvolvimento económico e social. Deste modo, a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico destaca alguns indicadores de saúde relativos à população residente, os quais, de alguma forma, se relacionam com a pobreza e inclusão social.

De acordo com a Figura 274, no período 2016-2018, a R.A. Açores apresentava a média mais baixa do país em termos de esperança de vida à nascença (77,85). Na verdade, a média da esperança de vida à nascença da R.A. Açores situa-se cerca de 3 pontos percentuais abaixo da média nacional, o que se afigura como um indicador negativo.

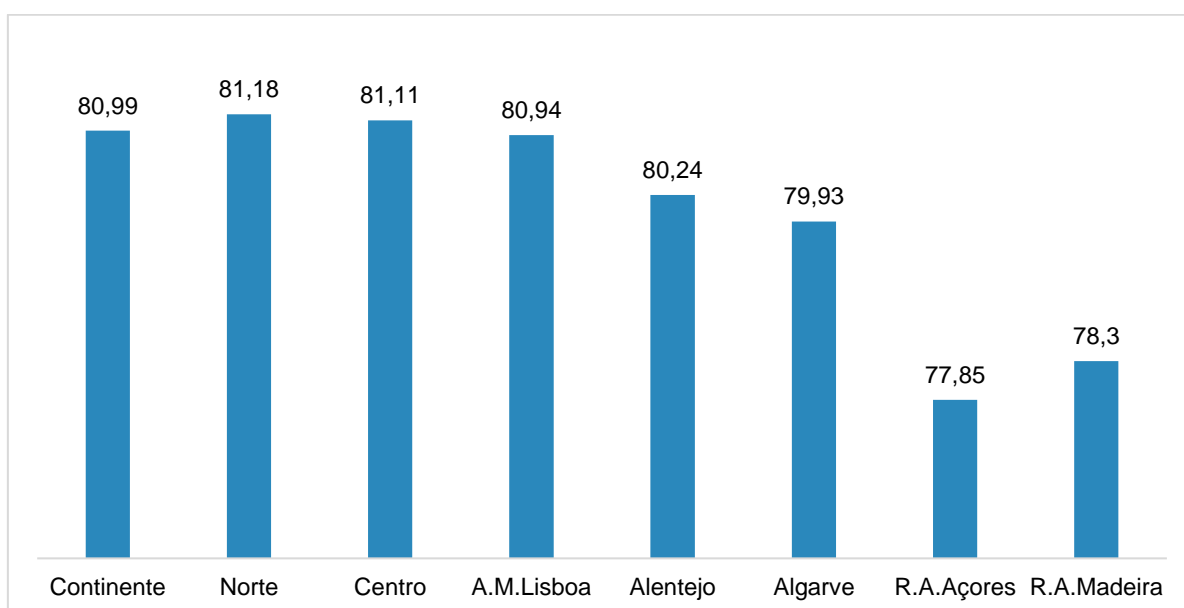


Figura 274. Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 – Anos) por Local de residência (NUTS – 2013); 2016-2018

Fonte: INE: Tábuas Completas de Mortalidade, 2016 – 2018

Segundo a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico, o acesso à saúde por parte das pessoas em situação de pobreza não se proporciona de forma idêntica ao da restante população. Tal acontece pela dificuldade em custear o acesso à saúde privada, a que a população portuguesa tende a recorrer em muitas circunstâncias, mas também por outros motivos, nomeadamente associados à literacia.

Neste contexto, do Inquérito Regional de Saúde (InReS Açores), realizado em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP (INSA, IP), que abrangeu a população residente na R.A. Açores com idades compreendidas entre os 20 e os 74 anos (2014), destaca-se que a grande maioria dos açorianos está satisfeita com os cuidados de saúde que recebe. Mais concretamente, cerca de 60% dos inquiridos consideram-se satisfeitos e, 12%, totalmente satisfeitos.

De acordo com a Tabela 123, é possível verificar que existem três hospitais na R.A. Açores, os quais se localizam nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. Tendo em conta a evolução temporal do número de camas, médicos e pessoal de enfermagem dos hospitais da R.A. Açores, é possível verificar que no ano de 2018 face ao ano de 2013, se registou um aumento do número total de médicos e pessoal de enfermagem, apesar de se registar uma diminuição do número de camas.

Tabela 123. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem dos hospitais da R.A. Açores, por Ilha e ano

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
R.A. Açores	Hospitais	3	3	3	3	3	3
	Nº de Camas	967	951	964	992	950	950
	Médicos	409	421	414	425	413	417
	Pessoal de Enfermagem	940	953	937	1001	1039	1025
São Miguel	Hospitais	1	1	1	1	1	1
	Nº de Camas	538	521	529	539	521	521
	Médicos	232	245	237	246	248	248
	Pessoal de Enfermagem	472	495	470	495	516	496
Terceira	Hospitais	1	1	1	1	1	1
	Nº de Camas	289	289	290	304	296	296
	Médicos	127	127	121	123	117	119
	Pessoal de Enfermagem	342	333	328	362	367	373
Faial	Hospitais	1	1	1	1	1	1
	Nº de Camas	140	141	145	149	133	133
	Médicos	50	49	56	56	48	50
	Pessoal de Enfermagem	126	125	139	144	156	156

Fonte: SREA

De acordo com a Tabela 124, no ano de 2018 existiam cinco Casas de Saúde e Clínicas Particulares na R.A. Açores, as quais se situavam nas ilhas de São Miguel e Terceira. No período 2013-2018 verificou-se um aumento bastante significativo do número total de camas nas Casas de Saúde e Clínicas Particulares na R.A. Açores, apesar de uma ligeira diminuição do número de médicos e pessoal de enfermagem.

Tabela 124. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem das Casas de Saúde e Clínicas Particulares da R.A. Açores, por Ilha e ano

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
R.A. Açores	Casas de Saúde e Clínicas Particulares	5	5	5	5	5	5
	Nº de Camas	740	800	800	807	825	831
	Médicos	13	13	12	13	11	11
	Pessoal de Enfermagem	87	90	94	96	96	93
São Miguel	Casas de Saúde e	3	3	3	3	3	3

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Clínicas Particulares						
	Nº de Camas	396	456	456	463	484	490
	Médicos	9	9	8	8	7	7
	Pessoal de Enfermagem	52	57	59	58	58	54
Terceira	Casas de Saúde e Clínicas Particulares	2	2	2	2	2	2
	Nº de Camas	344	344	344	344	341	341
	Médicos	4	4	4	5	4	4
	Pessoal de Enfermagem	35	33	35	38	38	39

Fonte: SREA

No que diz respeito aos Centros de Saúde sem Internamento da R.A. Açores, no período 2013-2018 verificou-se um aumento do número total de Centros (5 para 8), acompanhado de um aumento do número de médicos e pessoal de enfermagem (Tabela 125).

Tabela 125. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem nos Centros de Saúde sem Internamento da R.A. Açores, por Ilha e ano

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
R.A. Açores	Centros de Saúde S/ Internamento	5	5	8	8	8	8
	Médicos	92	94	128	137	138	158
	Pessoal de Enfermagem	252	250	389	403	411	413
São Miguel	Centros de Saúde S/ Internamento	2	2	5	5	5	5
	Médicos	45	51	84	89	87	107
	Pessoal de Enfermagem	126	127	263	265	269	271
Terceira	Centros de Saúde S/ Internamento	2	2	2	2	2	2
	Médicos	34	35	36	38	39	37
	Pessoal de Enfermagem	100	96	102	112	116	115
Faial	Centros de Saúde S/ Internamento	1	1	1	1	1	1
	Médicos	13	8	8	10	12	14
	Pessoal de Enfermagem	26	27	24	26	26	27

Fonte: SREA

Por outro lado, de acordo com a Tabela 126, é possível verificar que no período 2013-2018 se registou uma diminuição do número de Centros de Saúde com Internamento da R.A. Açores, a qual foi acompanhada de um decréscimo do número de camas, médicos e pessoal de enfermagem.

Tabela 126. Nº de camas, médicos e pessoal de enfermagem nos Centros de Saúde com Internamento da R.A. Açores, por Ilha e ano

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
R.A. Açores	Centros de Saúde C/ Internamento	13	13	9	9	9	9
	Nº de Camas	256	254	124	125	127	119
	Médicos	65	64	32	36	36	34
	Pessoal de Enfermagem	255	253	119	138	142	144
Santa Maria	Centros de Saúde C/ Internamento	1	1	1	1	1	1
	Nº de Camas	20	18	18	18	18	15
	Médicos	3	5	5	5	5	3
	Pessoal de Enfermagem	22	21	22	24	23	24
São Miguel	Centros de Saúde C/ Internamento	4	4	-	-	-	-
	Nº de Camas	107	85	-	-	-	-
	Médicos	33	29	-	-	-	-
	Pessoal de Enfermagem	134	133	-	-	-	-
Graciosa	Centros de Saúde C/ Internamento	1	1	1	1	1	1
	Nº de Camas	16	16	17	17	17	16
	Médicos	3	3	3	5	4	3
	Pessoal de Enfermagem	16	14	14	17	17	16
São Jorge	Centros de Saúde C/ Internamento	2	2	2	2	2	2
	Nº de Camas	53	53	31	32	32	32
	Médicos	6	5	6	7	10	9
	Pessoal de Enfermagem	28	23	24	26	31	30
Pico	Centros de Saúde C/ Internamento	3	3	3	3	3	3
	Nº de Camas	41	65	41	41	43	39

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Médicos	16	18	14	16	14	16
	Pessoal de Enfermagem	42	49	45	57	57	61
Flores	Centros de Saúde C/ Internamento	1	1	1	1	1	1
	Nº de Camas	17	17	17	17	17	17
	Médicos	3	3	3	2	2	2
	Pessoal de Enfermagem	12	12	13	13	13	12
Corvo	Centros de Saúde C/ Internamento	1	1	1	1	1	1
	Nº de Camas	2	-	-	-	-	-
	Médicos	1	1	1	1	1	1
	Pessoal de Enfermagem	1	1	1	1	1	1

Fonte: SREA

9.6. Bioeconomia

Na sua estratégia “Bioeconomia – a Inovar para o Crescimento Sustentável”, a Comissão Europeia (CE) estabeleceu o rumo para uma economia sustentável e eficiente na utilização de recursos biológicos. De acordo com a CE, a bioeconomia inclui a produção primária (agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura) e indústrias que utilizam/processam recursos biológicos, bem como as indústrias de alimentos e celulose e papel e partes das indústrias química, biotecnológica e energética.

Neste contexto, o objetivo da bioeconomia é potenciar uma economia mais inovadora e de baixa intensidade carbónica, reconciliando a necessidade de alcançar níveis mais elevados de sustentabilidade nos setores da agricultura e das pescas, maior segurança alimentar, e a utilização sustentável de recursos naturais para fins industriais, assegurando ao mesmo tempo a biodiversidade e a proteção dos valores naturais.

9.6.1. Setor primário

O setor primário representa uma importante componente da economia da R.A. Açores. O peso do VAB primário é um indicador relevante para perceber a importância deste setor na economia da R.A. Açores, bem como enquanto parte do potencial bioeconómico da Região (Figura 275).

De acordo com a Figura 275, na R.A. Açores o VAB do setor primário tem uma expressão relativamente significativa na respetiva economia, estando o seu valor fixado nos 9%.

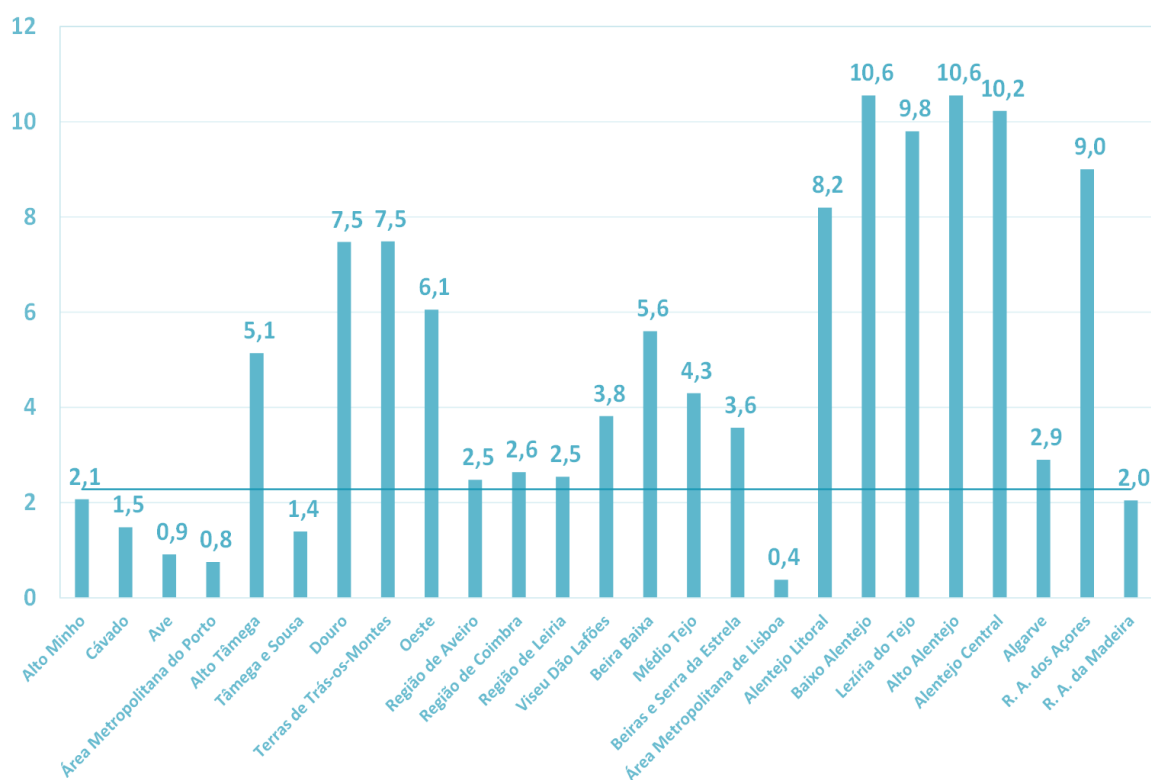


Figura 275. Peso do VAB do setor primário, por Região, 2017 (%)

Fonte: GPP

Pela análise da Figura 276, o VAB do setor primário da R.A. Açores registou um crescimento bastante positivo (34,2%), quando comparado com a tendência nacional de decréscimo (-3,6%).

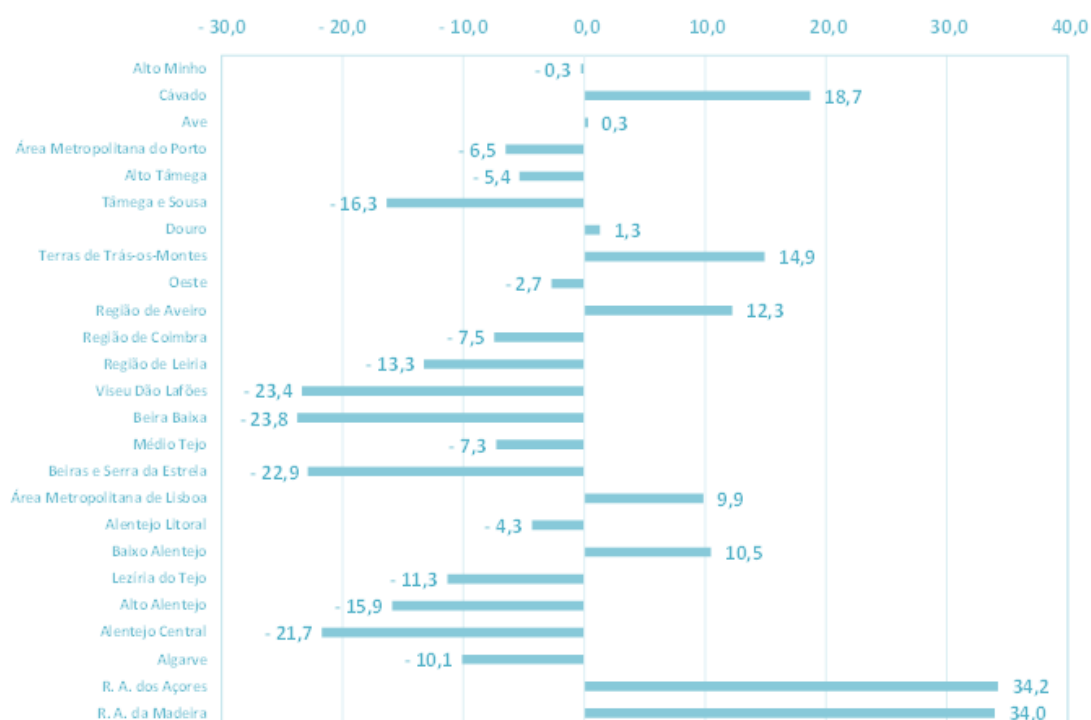


Figura 276. Taxa de Variação do VAB, em valor, no setor primário entre 2000 e 2017, por NUT III (%).

Fonte: GPP

9.6.2. Setor Agroalimentar

O setor agroalimentar é um dos pilares fundamentais da economia da R.A. Açores, dispondo de condições edafoclimáticas vantajosas à produção do setor primário.

O leite é um elemento fundamental do potencial bioeconómico da R.A. Açores. Assim, segundo a Associação Nacional dos Industriais de Laticínios, a produção de laticínios nos Açores representou, em 2016:

- **Queijo:** 50% da produção total portuguesa. Cerca de 26.600 toneladas e €114M de receitas de exportação.
- **Leite empacotado:** 31% do total do leite de vaca comercializado em Portugal. Mais de 119.400 toneladas e cerca de €54M de receitas de exportação.
- **Leite em pó:** 75% do total da produção portuguesa. Cerca de 17.000 toneladas e mais de €40M de receitas de exportação.
- **Manteiga:** 25% do total da produção portuguesa. Cerca de 10.700 toneladas e mais de €36M de receitas de exportação.

Os dados supramencionados revelam a importância da indústria dos laticínios a nível regional e a nível nacional. Assim, de modo a garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos comercializados, o setor agroalimentar na R.A. Açores tem vindo a promover medidas que garantam a qualidade do leite que é produzido na Região. Estas incluem:

- Realização de inspeções periódicas para verificação de todos os parâmetros de higiene e saúde do leite;
- Todas as explorações leiteiras estão sujeitas ao Plano de Controlo do Leite Cru; e
- Todos os produtores devem ser certificados e as estruturas de produção devem estar de acordo com os regulamentos territoriais e ambientais.

Por outro lado, é também importante ressaltar que a bioeconomia beneficia do desenvolvimento de atividades de I&D no setor agroalimentar. Neste sentido, a existência de parcerias de excelência com Centros de Investigação & Desenvolvimento afigura-se fundamental para promover o potencial da bioeconomia na R.A. Açores.

9.7. Desenvolvimento das zonas rurais

O desenvolvimento das zonas rurais está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de setores conexos, tal como o Turismo, as atividades culturais e criativas (incluindo o artesanato), a silvicultura e a caça.

9.7.1. Turismo

9.7.1.1 Caracterização geral do turismo na R.A. Açores

De acordo com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, 2016, nos últimos anos o turismo tem vindo a ganhar cada vez mais importância para o desenvolvimento rural das ilhas da R.A. Açores. Assim, verificou-se uma evolução positiva do volume de hóspedes e dormidas entre 2000 e 2015, acompanhada de um aumento da estada média global.

Neste contexto, de acordo com a Tabela 127, é possível verificar que, em 2018, existiam na R.A. Açores 363 estabelecimentos de alojamento turístico, dos quais 162 eram de alojamento local, 104 de turismo no espaço rural e de habitação, e 97 de hotelaria.

Tabela 127. Nº. de estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal e na R.A. Açores, 2018

	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Portugal	6.868	1.865	3.534	1.469
R.A. Açores	363	97	162	104

Fonte: INE

Em 2018, a R.A. Açores tinha 6.753 quartos em estabelecimentos de alojamento turístico, os quais se localizavam maioritariamente em estabelecimentos de hotelaria. Tal segue a tendência registada a nível nacional (Tabela 128).

Tabela 128. Nº de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal e na R.A. Açores, 2018

	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Portugal	184.435	142.033	31.656	10.746

	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
R.A. Açores	6.753	5.016	1.203	534

Fonte: INE

No que diz respeito ao número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2018, a R.A. Açores registou 718.033 hóspedes, os quais se hospedaram maioritariamente em estabelecimentos de hotelaria (Tabela 129).

Tabela 129. Nº de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal e na R.A. Açores, 2018

	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Portugal	25.249.904	20.450.232	395.1007	848.665
R.A. Açores	718.033	609.859	84.161	24.013

Fonte: INE

Analisando o período 2014 a 2019 relativamente ao número de hóspedes por ilha verifica-se um aumento.

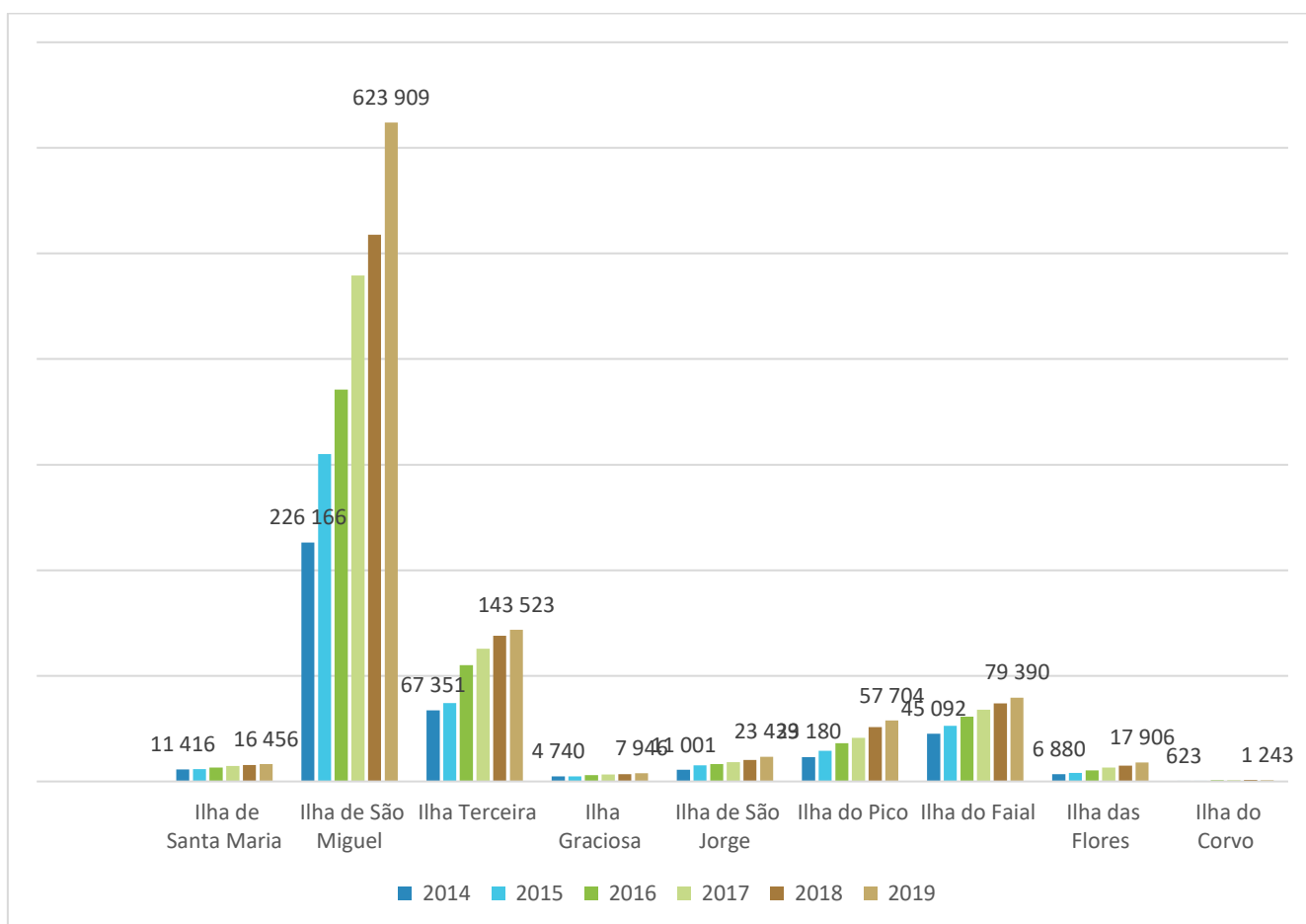


Figura 277. Número de Hóspedes por ilhas entre 2014 e 2019

Fonte: SREA

Relativamente aos proveitos de aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico, através da análise da Tabela 130, é possível verificar que a R.A. Açores obteve 80.786 milhares de euros em proveitos, dos quais 70.522 milhares de euros foram registados em estabelecimentos de hotelaria. Deste modo, é possível constatar que os estabelecimentos de hotelaria detêm um papel predominante no turismo da R.A. Açores, tal como também acontece a nível nacional.

Tabela 130. Proveitos de aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico (milhares de euros) em Portugal e na R.A. Açores, 2018

	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Portugal	2.993.197	2.633.189	277.424	82.584
R.A. Açores	80.786	70.522	6.951	3.312

Fonte: INE

Por seu turno, através da análise da Tabela 131, é possível constatar que no ano de 2018 o número total de dormidas nos alojamentos turísticos coletivos da R.A. Açores foi de 2.210.730 dormidas, havendo uma predominância das dormidas em estabelecimentos hoteleiros. O número total de dormidas em pousadas de juventude e colónias de férias da R.A. Açores não se encontra disponível.

Tabela 131. Nº de dormidas nos alojamentos turísticos coletivos em Portugal e na R.A. Açores, 2018

	Total	Estabelecimentos hoteleiros	Pousadas de juventude	Parques de campismo	Colónias de férias	Turismo no espaço rural
Portugal	75.197.734	65.871.340	428.057	6.840.808	266.766	1.790.763
R.A. Açores	2.210.730	2.039.852	-	42.295	-	85.974

Fonte: INE

No período 2014 a 2019, verifica-se um aumento do número de dormidas por ilha.

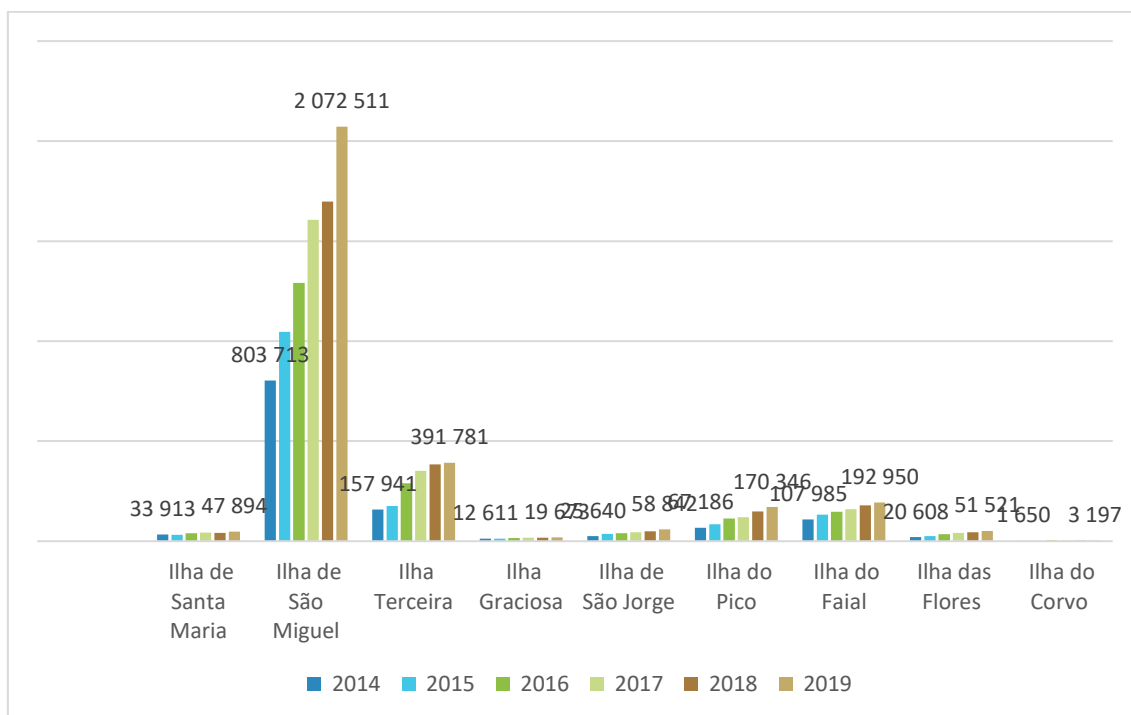


Figura 278. Número de Dormidas por ilhas entre 2014 e 2019

Fonte: SREA

Na R.A. Açores o número médio de dormidas é de 3, ficando um pouco acima da média os “apartamentos turísticos”.

Tabela 132. Estada média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro), 2018

	Total	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos
Portugal	2,7	2,4	2,3	5,4	1,8	4,3	4,9	4,8
R.A. Açores	3	2,9	3,1					4,1

Fonte: INE

Analisando a evolução do numero de dormidas no período 2014 a 2019 na R.A.Açores verifica-se não existir grandes variações, nem mesmo entre ilhas.

Tabela 133. Estadas médias por ilha entre 2014 e 2019

Estada Média	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ilha de Santa Maria	3.0	2.7	3.0	2.9	2.6	2.9
Ilha de São Miguel	3.6	3.4	3.5	3.4	3.3	3.3
Ilha Terceira	2.3	2.4	2.6	2.8	2.8	2.7

Estada Média	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ilha Graciosa	2.7	2.6	2.6	2.6	2.6	2.5
Ilha de São Jorge	2.3	2.4	2.4	2.4	2.4	2.5
Ilha do Pico	2.9	2.9	3.1	2.9	2.9	3.0
Ilha do Faial	2.4	2.5	2.4	2.4	2.4	2.4
Ilha das Flores	3.0	3.2	3.4	3.1	2.9	2.9
Ilha do Corvo	2.6	2.4	3.6	2.4	2.3	2.6
Total	3.1	3.1	3.2	3.1	3.1	3.1

Fonte: SREA

Nos estabelecimentos hoteleiros o maior número de pessoas ao serviço encontra-se nos Hóteis.

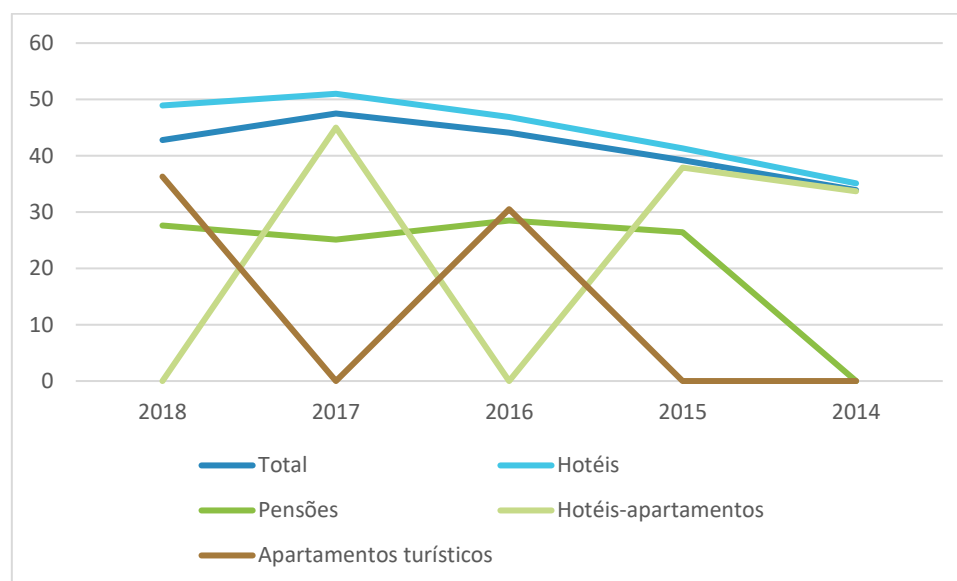
Tabela 134. Pessoal ao serviço (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro), 2018

	Total	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Apartamentos turísticos
Portugal	73069	45299	13672	403	890	6638	2600	3567
R.A. Açores	2822	2120	448					154

Fonte: INE

Relativamente à taxa líquida de ocupação na R.A. Açores podemos observar que se verificou um aumento até 2017 havendo uma diminuição em 2018. Verificou-se também que os Hotéis têm uma ocupação mais estável ao longo do tempo e as pensões têm vindo a aumentar a sua taxa de ocupação.

Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); 2014-2018



Fonte: INE

9.7.1.2 Custos e Proveitos dos Estabelecimentos Hoteleiros

Relativamente à evolução dos custos e dos proveitos por ilha, entre 2014 e 2019, registou-se um crescimento de 43% nos proveitos e de 50% nos custos totais com o pessoal.

Os “Proveitos Aposento” são sempre muito maiores que os de “Restauração”, em 2019 são respetivamente 75% e 21%.

Tabela 135. Custos e Proveitos dos Estabelecimentos Hoteleiros por Ilha, entre 2014 e 2019

Ilhas	Custos e Proveitos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ilha de Santa Maria	Proveitos Total	839 334	785 804	963 545	1 295 072	1 299 045	1 256 850
	Proveitos Restauração	76 452	57 251	114 576	322 960	299 818	281 629
	Proveitos Aposento	747 682	723 231	848 963	962 064	998 222	975 218
	Custos Pessoal Total	393 847	324 232	388 431	504 580	595 681	614 933
	Custos Pessoal Directos	302 289	264 326	319 051	410 644	487 814	507 111
	Custos Pessoal Indirectos	91 558	59 544	66 153	92 756	107 791	107 823
	Custos Pessoal Outros	-	362	3 227	1 180	76	-
Ilha de São Miguel	Proveitos Total	29 330 741	37 719 714	48 856 020	63 286 914	68 985 158	77 809 956
	Proveitos Restauração	7 763 236	9 353 830	12 363 217	16 098 997	15 820 607	17 673 763
	Proveitos Aposento	20 916 610	27 336 219	34 995 490	44 756 459	49 856 141	56 805 208
	Custos Pessoal Total	11 707 183	13 404 967	16 345 604	19 480 166	21 579 254	24 741 031
	Custos Pessoal Directos	9 296 831	10 570 208	12 980 161	15 437 238	17 119 717	19 659 515
	Custos Pessoal Indirectos	2 265 453	2 615 467	3 081 659	3 634 367	3 884 038	4 566 479
	Custos Pessoal Outros	144 899	219 292	283 784	408 561	575 499	644 874
Ilha Terceira	Proveitos Total	6 352 082	6 925 624	10 113 646	11 514 449	12 215 212	11 928 554

Ilhas	Custos e Proveitos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Proveitos Restauração	1 103 294	1 165 325	1 826 267	1 938 712	1 754 178	1 696 389
	Proveitos Aposento	5 055 491	5 488 057	7 886 998	9 356 958	10 313 210	10 206 938
	Custos Pessoal Total	2 033 206	2 750 747	3 319 201	3 906 583	4 125 695	4 247 262
	Custos Pessoal Directos	1 629 493	2 211 161	2 647 927	3 133 138	3 305 278	3 396 587
	Custos Pessoal Indirectos	402 245	532 939	666 079	754 913	806 493	832 815
	Custos Pessoal Outros	1 468	6 647	5 195	18 532	13 924	17 840
Ilha Graciosa	Proveitos Total	511 795	462 968	578 388	614 277	587 805	613 329
	Proveitos Restauração	135 867	106 486	112 153	117 676	50 332	55 368
	Proveitos Aposento	375 824	356 027	466 175	496 601	537 473	557 858
	Custos Pessoal Total	344 751	283 808	278 748	293 001	262 621	304 072
	Custos Pessoal Directos	254 390	210 701	219 305	235 729	208 478	244 854
	Custos Pessoal Indirectos	89 470	72 174	57 948	56 122	53 013	53 009
	Custos Pessoal Outros	891	933	1 495	1 150	1 130	6 209
Ilha de São Jorge	Proveitos Total	666 331	850 230	1 011 318	1 194 319	1 163 463	1 281 290
	Proveitos Restauração	54 392	84 298	99 278	202 926	199 176	209 416
	Proveitos Aposento	586 025	734 538	812 553	872 617	911 828	960 014
	Custos Pessoal Total	235 844	265 158	265 899	308 839	374 566	384 845
	Custos Pessoal Directos	184 921	208 826	212 368	246 096	299 331	307 355

Ilhas	Custos e Proveitos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Custos Pessoal Indirectos	37 041	48 907	53 521	62 743	75 235	77 490
	Custos Pessoal Outros	13 882	7 425	10	-	-	-
Ilha do Pico	Proveitos Total	2 053 073	2 294 210	2 908 327	3 240 483	3 099 956	3 867 961
	Proveitos Restauração	475 532	526 765	648 257	818 955	408 952	753 294
	Proveitos Aposento	1 540 066	1 729 790	2 146 339	2 338 886	2 459 754	2 934 359
	Custos Pessoal Total	563 250	565 745	611 061	708 605	755 780	926 616
	Custos Pessoal Directos	400 502	391 994	436 959	500 389	521 122	692 467
	Custos Pessoal Indirectos	133 916	155 320	144 659	143 167	205 078	188 083
	Custos Pessoal Outros	28 832	18 431	29 443	65 049	29 580	46 066
Ilha do Faial	Proveitos Total	4 114 299	4 432 313	5 294 516	5 362 868	5 945 516	6 408 697
	Proveitos Restauração	983 460	1 108 360	1 407 107	1 400 849	1 226 509	1 261 741
	Proveitos Aposento	3 049 506	3 206 915	3 779 389	3 930 362	4 512 019	5 003 038
	Custos Pessoal Total	1 486 560	1 661 284	1 810 486	1 898 401	2 628 072	2 323 295
	Custos Pessoal Directos	1 158 021	1 313 139	1 426 561	1 537 685	2 136 326	1 899 031
	Custos Pessoal Indirectos	215 290	200 980	190 743	310 449	459 658	331 555
	Custos Pessoal Outros	113 249	147 165	193 182	50 267	32 088	92 709
Ilha das Flores	Proveitos Total	677 950	759 570	866 064	1 031 826	1 130 015	1 257 812
	Proveitos Restauração	162 560	164 131	174 284	224 433	274 856	318 029
	Proveitos Aposento	512 292	590 431	679 436	796 354	846 668	929 138

Ilhas	Custos e Proveitos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Custos Pessoal Total	177 225	375 261	354 321	590 730	534 780	560 928
	Custos Pessoal Directos	131 549	288 759	264 530	453 110	407 852	440 656
	Custos Pessoal Indirectos	37 274	62 547	62 148	106 084	79 227	83 054
	Custos Pessoal Outros	8 402	23 955	27 643	31 536	47 701	37 218
Ilha do Corvo	Proveitos Total	74 691	70 242	84 268	81 887	86 747	72 464
	Proveitos Restauração	-	-	-	-	-	-
	Proveitos Aposento	74 691	70 242	84 268	81 887	86 747	72 464
	Custos Pessoal Total	6 912	6 912	6 912	6 912	6 912	6 912
	Custos Pessoal Directos	5 364	5 364	5 364	5 364	5 364	5 364
	Custos Pessoal Indirectos	972	972	972	972	972	972
	Custos Pessoal Outros	576	576	576	576	576	576
Total	Proveitos Total	44 620 296	54 300 675	70 676 092	87 622 095	94 512 917	104 496 913
	Proveitos Restauração	10 754 793	12 566 446	16 745 139	21 125 508	20 034 428	22 249 629
	Proveitos Aposento	32 858 187	40 235 450	51 699 611	63 592 188	70 522 062	78 444 235
	Custos Pessoal Total	16 948 778	19 638 114	23 380 663	27 697 817	30 863 361	34 109 894
	Custos Pessoal Directos	13 363 360	15 464 478	18 512 226	21 959 393	24 491 282	27 152 940
	Custos Pessoal Indirectos	3 273 219	3 748 850	4 323 882	5 161 573	5 671 505	6 241 280
	Custos Pessoal Outros	312 199	424 786	544 555	576 851	700 574	845 492

Fonte: SREA

Segundo a Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores, o Turismo criou cerca de 10 mil empregos na Região desde 2012, sendo que quatro mil foram no setor do alojamento, restauração e similares, o que representa cerca de 43% do emprego gerado no arquipélago em oito anos.

Os números comprovam que a atividade turística tem conseguido ser um dos maiores empregadores da Região, chegando a um número cada vez maior de famílias, em todos os concelhos do arquipélago. Nos últimos anos, o Turismo tem um peso ainda maior no emprego gerado no arquipélago, representando cerca de 76% dos novos postos de trabalho. No entanto, não podemos esquecer que estes dados positivos não são homogêneos na Região, sendo o seu core somente numa das ilhas.

9.7.1.3 Turismo em Espaço Rural (TER)

O TER representa uma atividade geradora de desenvolvimento económico para as zonas rurais quer por si só, quer através da dinamização de muitas outras atividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem. Assim, segundo a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o TER pode contribuir para a melhoria da economia rural através do contributo para:

- Sustentação do rendimento dos agricultores;
- Diversificação das atividades ligadas à exploração agrícola;
- Pluriatividade;
- Manutenção, criação e diversificação de empregos, em particular dos agricultores a tempo parcial;
- Desenvolvimento de novos serviços;
- Conservação e a melhoria da natureza e do ambiente paisagístico;
- Sobrevivência dos pequenos agregados populacionais;
- Recuperação do património histórico; e
- Incremento do papel das mulheres e dos idosos.

Segundo a Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo do Governo dos Açores, o desenvolvimento turístico dos Açores deverá passar, obrigatoriamente, por uma oferta ambiental ímpar, aliada à sustentabilidade energética, numa estratégia concertada para salvaguarda dos recursos naturais que potencie a atividade turística do arquipélago dos Açores como destino de Natureza, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento das zonas rurais.

Neste contexto, o TER é um produto turístico distinto dos demais devido ao seu caráter ligado à natureza, aos valores, àquilo que é genuíno e autêntico. Deste modo, o TER tem como objetivo trazer turistas ao meio local de forma não prejudicial para o meio ambiente.

De acordo com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, o ordenamento turístico do território da R.A. Açores deve definir as linhas orientadoras do desenvolvimento turístico, que preservem a qualidade ambiental e o bem-estar social da Região. Assim, a tipologia do alojamento a oferecer deverá estar integrada na oferta do turismo de natureza, considerando-se que as opções de alojamento mais adequadas para o turismo dos Açores, são aquelas com um nível de autenticidade superior e muito ligadas às características do território. Neste contexto, o Turismo de natureza deve ser o principal produto da R.A. Açores, além dos seus recursos naturais e a biodiversidade, criando a necessidade de uma estratégia de produto complementar.

Segundo dados do Observatório do Turismo dos Açores, na R.A. Açores, o TER tem vindo a registar um crescimento bastante positivo. Na verdade, em Junho de 2019 existiam 109 estabelecimentos de TER em atividade, o que significa uma taxa de crescimento média anual de 8,3% face ao ano de 2017. Por sua vez, em junho de 2019 existem 1.116 camas no TER da R.A. Açores, significando uma taxa de crescimento média anual de 11,7% em relação a 2017.

Por sua vez, de acordo com a Figura 279, é possível constatar que o número de hóspedes no TER da R.A. Açores registou um visível crescimento no período 1995-2015. Este crescimento afigurou-se ainda mais significativo nos últimos três anos do período de referência, com uma taxa de variação anual acima dos 15%. Tal enfatiza a importância deste produto turístico para o desenvolvimento das zonas rurais da R.A. Açores.

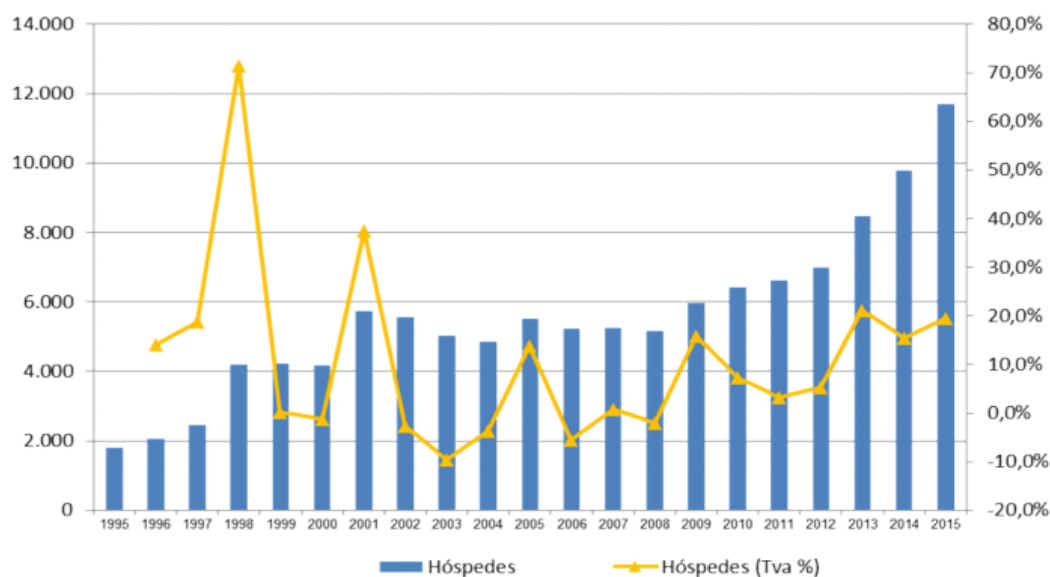


Figura 279. Número de hóspedes do TER e taxa de variação anual, 1995-2015

Fonte: “Turismo no Espaço Rural Açores”, SREA, 2016

Em 2018, o TER reunia 17.295 do total de 840.523 hóspedes que visitaram a R.A. Açores nesse ano demonstrando que a Hotelaria Tradicional continua a ser o produto turístico que mais atrai hóspedes para a R.A. Açores.

Tabela 136. Hóspedes (N.º em milhares) nos estabelecimentos de turismo no espaço rural por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Modalidade de hospedagem (turismo no espaço rural);2018

	Total	Turismo no espaço rural	Agroturismo	Casas de campo	Hotéis rurais	Outros TER	Turismo de habitação
Portugal	849	732	139	342	219	33	117
Região Autónoma dos Açores	24	20				5	4

Fonte: INE

Relativamente à distribuição do número de hóspedes do TER por ilha, é possível verificar que a Ilha de São Miguel foi a que obteve um maior número de hóspedes no ano de 2018 (Figura 280). Tal evidencia a existência de profundas diferenças regionais no número de hóspedes no TER.

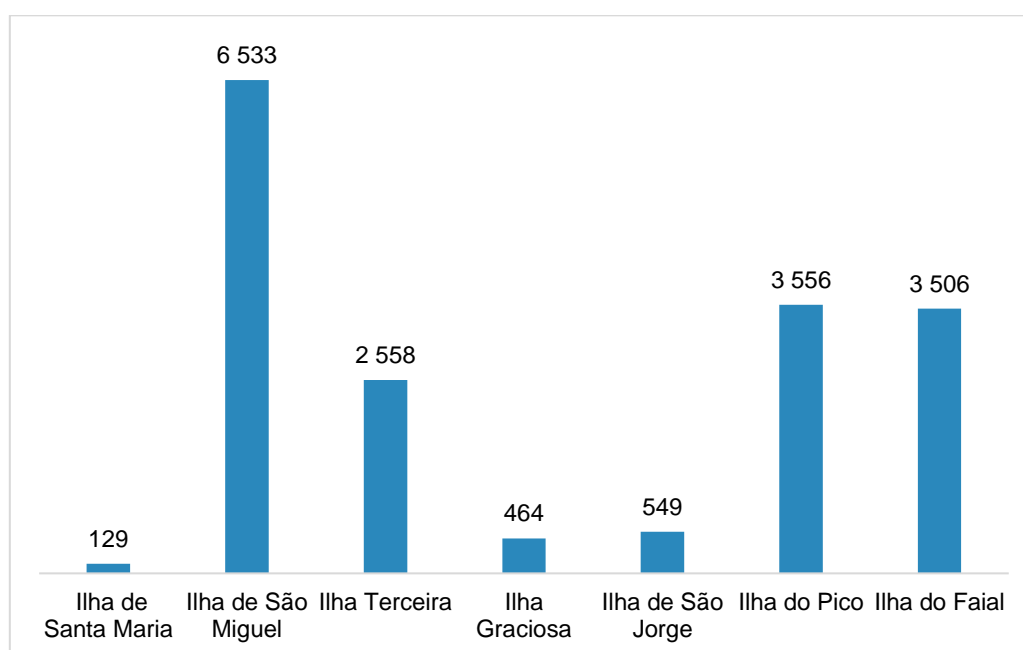


Figura 280. Número de hóspedes do TER por ilha⁴⁵, 2018

Fonte: SREA

Por sua vez, no período 1995-2015 as dormidas no TER apresentaram uma tendência de crescimento, a qual foi particularmente acentuada nos anos mais recentes do período em causa (Figura 281). Na verdade, a taxa de crescimento anual do número de dormidas no TER afigurou-

⁴⁵ Dados não disponíveis para a Ilha do Corvo

se superior a 10% em cinco dos últimos sete anos do período em análise, sendo em três desses anos superiores a 20%.

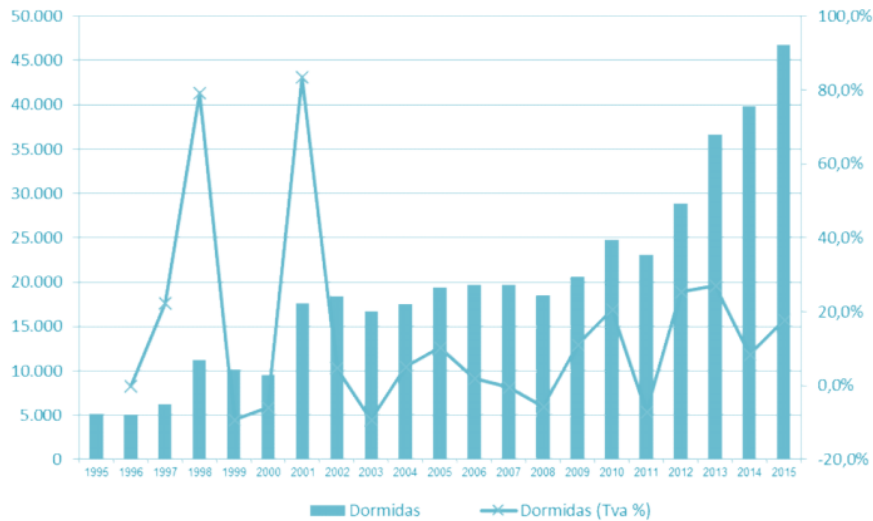


Figura 281. Número de dormidas no TER e taxa de variação anual, 1995-2015

Fonte: “Turismo no Espaço Rural Açores”, SREA

Relativamente à evolução do número de dormidas no TER (Figura 282), é possível verificar profundas diferenças durante o período 2010-2018. Deste modo, durante o período de análise, a Ilha de São Miguel registou um aumento significativo do número de dormidas, sendo atualmente a ilha com o número de dormidas mais elevado.

Por sua vez, as ilhas do Pico e do Faial registaram uma tendência crescente do número de dormidas no TER, o que poderá ter impactos positivos para a sua economia. Por contraste, a Ilha Terceira perdeu o seu lugar de destaque relativamente ao indicador em análise, sendo em 2018 a quarta ilha da R.A. Açores em termos do número de dormidas no TER.

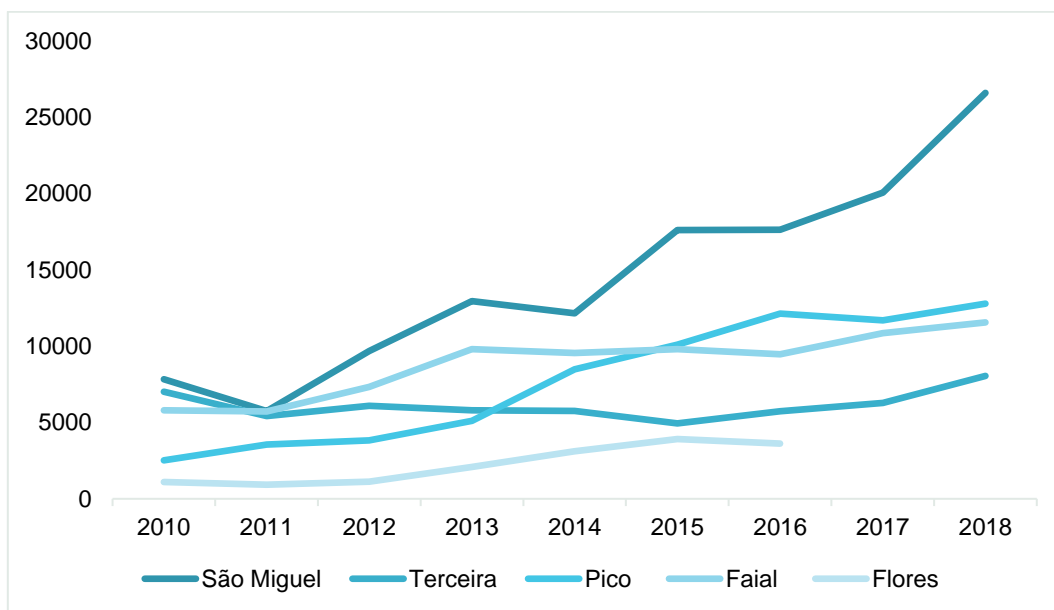


Figura 282. A evolução do número de dormidas no TER por ilha, 2010-2018

Fonte: SPI, a partir de SREA

No mês de dezembro a R.A.Açores contava com 100 estabelecimentos em TER com 1 058 camas.

Tabela 137. Nº Estabelecimentos e nº camas (mês de dezembro)

R.A.A.	2019
Nº Estabelecimentos em atividade	100
Nº Camas	1058

Fonte: SREA

Pela observação da figura que se segue verificamos que a taxa de ocupação durante o ano de 2019 atingiu o máximo no mês de agosto com 50% de ocupação.

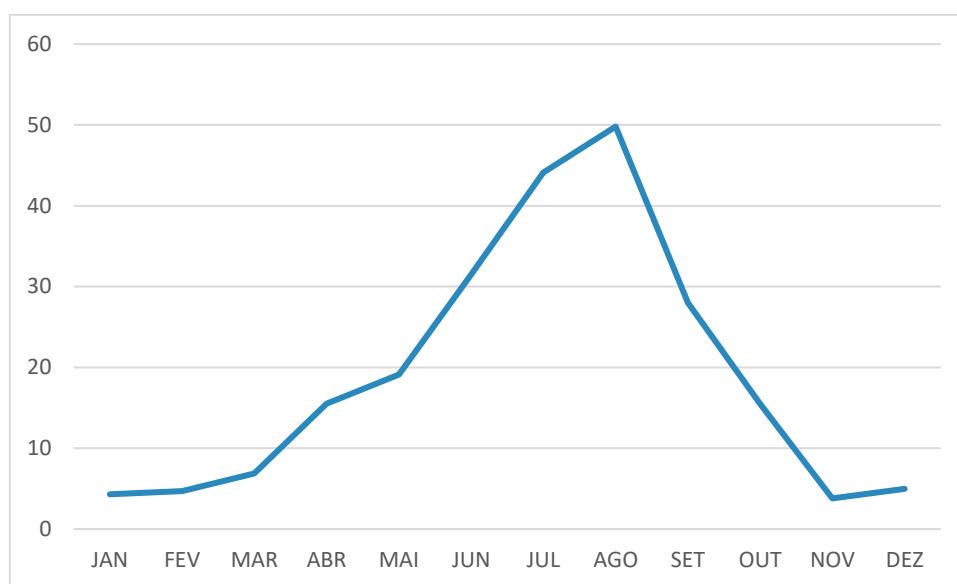


Figura 283. Taxa de ocupação durante o ano de 2019

Fonte: SREA

No que diz respeito aos proveitos totais do TER por ilha, é possível constatar que a Ilha de São Miguel é a ilha que regista o valor mais elevado dos mesmos (530.051 euros). Adicionalmente, o valor registado em junho de 2019 representa uma taxa de crescimento de 86,1% face ao ano de 2018, o que revela uma crescente importância deste produto turístico na Ilha de São Miguel.

Por sua vez, a Ilha do Pico é a que regista o segundo valor mais elevado dos proveitos totais do TER (148.017 euros), registando um crescimento de 2,9% face a 2018. A Ilha Terceira, em junho de 2019, registou uma diminuição (-23,2%) face ao ano de 2018.

Pela análise das tabelas que se seguem, é possível constatar que a Hotelaria Tradicional, em 2018, tinha 2.217 pessoas ao serviço, as quais se situavam maioritariamente na Ilha de São Miguel e o serviço do TER contava com 101 pessoas.

Tabela 138. Pessoal ao Serviço na Hotelaria Tradicional e no Turismo em Espaço Rural

Ilha	Tipo de Turismo	Pessoal ao serviço, 2018
Ilha de Santa Maria	Hotelaria Tradicional	48
	Turismo Espaço Rural	4
Ilha de São Miguel	Hotelaria Tradicional	1 530
	Turismo Espaço Rural	37
Ilha Terceira	Hotelaria Tradicional	334
	Turismo Espaço Rural	14

Ilha	Tipo de Turismo	Pessoal ao serviço, 2018
Ilha Graciosa	Hotelaria Tradicional	20
	Turismo Espaço Rural	7
Ilha de São Jorge	Hotelaria Tradicional	35
	Turismo Espaço Rural	3
Ilha do Pico	Hotelaria Tradicional	62
	Turismo Espaço Rural	18
Ilha do Faial	Hotelaria Tradicional	153
	Turismo Espaço Rural	19
Ilha das Flores	Hotelaria Tradicional	33
	Turismo Espaço Rural	0
Ilha do Corvo	Hotelaria Tradicional	1
	Turismo Espaço Rural	0
Total da R.A. Açores	Hotelaria Tradicional	2.217
	Turismo Espaço Rural	101

Fonte: SREA

9.7.1.4 Alojamento Local

Da observação dos valores ao nível de hóspedes e dormidas por ilha é inequívoca a liderança da ilha de São Miguel que perfaz mais de 70% em ambos os indicadores, seguida pela ilha Terceira com cerca de 12% e pelo Faial com cerca de 8%. Estas 3 ilhas somam 93% ao nível do nº de hóspedes e 92% do nº de dormidas (valores acumulados 2019).

Tabela 139. Hóspedes e Dormidas por Ilha em valores acumulados de 2019

	Hóspedes	Dormidas
Açores	16 563	54 485
Santa Maria	86	431
São Miguel	11 731	40 028
Terceira	2 174	6 281
Graciosa	31	100
São Jorge	184	470
Pico	596	2 135
Faial	1 479	3 864
Flores	232	887
Corvo	50	289

Fonte: SREA

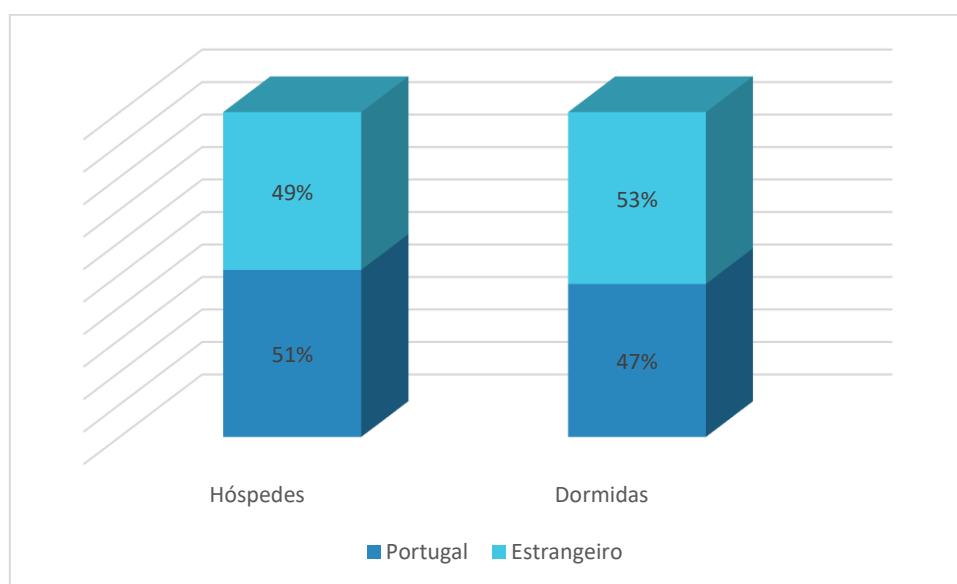


Figura 284. Hóspedes e Dormidas segundo os países de residência, em valores acumulados de 2019

Fonte: SREA

Relativamente aos países estrangeiros, em 2019, destaca-se a Alemanha com respetivamente 12% de hóspedes e 14% ao nível das dormidas logo seguido de Espanha com os mesmos 12% de hóspedes e 10% nas dormidas.

9.7.2. Atividades culturais e criativas

9.7.2.1 Património Cultural Imóvel e Museus

De acordo com as Estatísticas da Cultura 2017, no ano de referência estavam classificados em Portugal 4.521 bens imóveis, dos quais 3.436 eram “monumentos”, 562 “conjuntos” e 523 “sítios arqueológicos”. Na R.A. Açores estavam registados 298 bens imóveis, dos quais 286 eram “monumentos”, 7 “conjuntos” e 5 “sítios arqueológicos”.

Tabela 140. Bens imóveis classificados, segundo a categoria, em Portugal e na R.A. Açores, 2017

Área Geográfica	Total	Monumentos	Conjuntos	Sítios
Portugal	4.521	3.436	562	523
R.A. Açores	298	286	7	5

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017

Através da análise da Figura 285 é possível constatar que era na região Norte que se concentravam 30,3% do total dos bens imóveis nacionais, seguido da região Centro (24,9%). Em 2017, na R.A. Açores encontravam-se 6,6% dos bens imóveis portugueses.

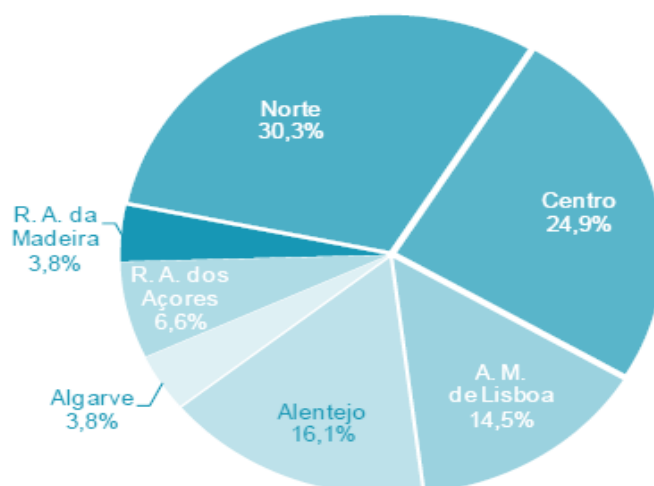


Figura 285. Património cultural imóvel, por NUTS II (%), 2017

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017

De acordo as Estatísticas da Cultura 2017, em 2017 na R.A. Açores predominavam os Imóveis de Interesse Municipal, os quais representavam 50,7% do total; enquanto os Imóveis de Interesse Público representavam 48,3% do total. Os Monumentos Nacionais eram a categoria com menor representatividade no património cultural da R.A. Açores com 1,0%.

Segundo o Inquérito aos Museus, em 2017, estavam em atividade em Portugal 680 museus, dos quais foram considerados para fins estatísticos 430. Dos 430 museus considerados neste Inquérito, 16 encontravam-se na R.A. Açores. De acordo com a análise da tabela seguinte, é possível constatar que todos os museus da R.A. Açores funcionavam de modo permanente.

Tabela 141. Museus, segundo o funcionamento, em Portugal e na R.A. Açores, 2017

Área Geográfica	Total	Permanente	Sazonal
Portugal	430	422	8
R.A. Açores	16	16	0

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017

No ano de 2017, 17.174.986 pessoas visitaram os museus portugueses, das quais 260.975 visitaram os museus da R.A. Açores.

Tabela 142. Visitantes dos Museus, em Portugal e na R.A. Açores, 2017

Área Geográfica	N.º de Visitantes dos Museus
Portugal	17.174.986
R.A. Açores	260.975

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017

Relativamente às entidades culturais distribuídas pela R.A. Açores, podemos observar pela tabela que se segue que as filarmónicas e as escolas de música estão presentes em todas as ilhas, sendo que envolvem conjuntamente 3.785 elementos. Os salões de teatro também existem em todas as ilhas totalizando 332 ao nível a Região.

Tabela 143. Entidades culturais por ilha

Entidades/ Ilhas	Filarmónicas/ Sociedades Recreativas		Grupos Etnográficos	Escolas de Música		Grupos de Teatro		Companhia de Dança		Salões de Teatro
	Nº	Elementos	Nº	Nº	Elementos	Nº	Elementos	Nº	Elementos	Nº
Santa Maria	1	30	2	1	10	0	0	0		8
São Miguel	34	1020	25	30	300	7		2	22	121
Terceira	24	720	16	24	240	3	62	0		67
Graciosa	4	120	1	2	20	1	19	0		20
São Jorge	14	420	2	6	60	1	9	0		44
Pico	13	390	10	10	100	3	30	0		45
Faial	8	240	5	4	40	1	30	0		19
Flores	1	30	4	1	10	1	25	0		6
Corvo	1	25	0	1	10	0	0	0		2
Total RAA	100	2 995	65	79	790	17	175	2	22	332

Fonte: Direção Regional da Cultura

9.7.2.2 Empresas do setor das atividades culturais e criativas

Em 2016, de acordo com a informação do Sistema de Contas Integradas das Empresas, existiam no setor cultural e criativo, em Portugal 55.422 empresas, as quais empregavam 90.306 pessoas. Nesse mesmo ano, na R.A. Açores estavam registadas 977 empresas deste setor, havendo um total de 1.366 pessoas ao serviço das mesmas (Tabela 144).

Tabela 144. Empresas das atividades culturais e criativas, em Portugal e na R.A. Açores, 2016

Área Geográfica	Nº. de empresas	Total de pessoal ao serviço
Portugal	55.422	90.306
R.A. Açores	977	1.366

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017

De acordo com a Tabela 145, no ano de 2016, na R.A. Açores existiam 948 empresas a desempenhar atividades relacionadas com teatro, música, dança e outras atividades artísticas e literárias, sendo este o tipo de atividade com maior expressão no âmbito das empresas culturais e criativas. Apenas 9 empresas desempenhavam atividades relacionadas com bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais.

Tabela 145. Distribuição das empresas culturais e criativas por ramo de atividade, na R.A. Açores, 2016

Ramo de Atividades	N.º de Empresas
Comércio a retalho de bens culturais e recreativos	39
Edição	53
Cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	110
Rádio e de televisão	26
Arquitetura, agências de publicidade, atividades de <i>design</i> , atividades de tradução e interpretação, aluguer de videocassetes e discos	269
Teatro, música, dança e outras atividades artísticas e literárias	948
Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	9

Fonte: Estatísticas da Cultura 2017

9.7.2.3 Estruturas e atividades desportivas

Cada vez mais o desporto associado à saúde é um tema que merece a maior atenção e a R.A. Açores não tem sido exceção no contínuo apoio às atividades físicas e desportivas e ao desporto escolar, visando a generalização da prática desportiva da população açoriana.

Relativamente ao número de clubes e praticantes inscritos a evolução tem sido diferente, isto é, entre 2014 e 2018, o número de clubes tem vindo a diminuir mas o número de praticantes aumentou até 2017, sofrendo um decréscimo em 2018 mas manteve-se ainda acima dos valores de 2014.

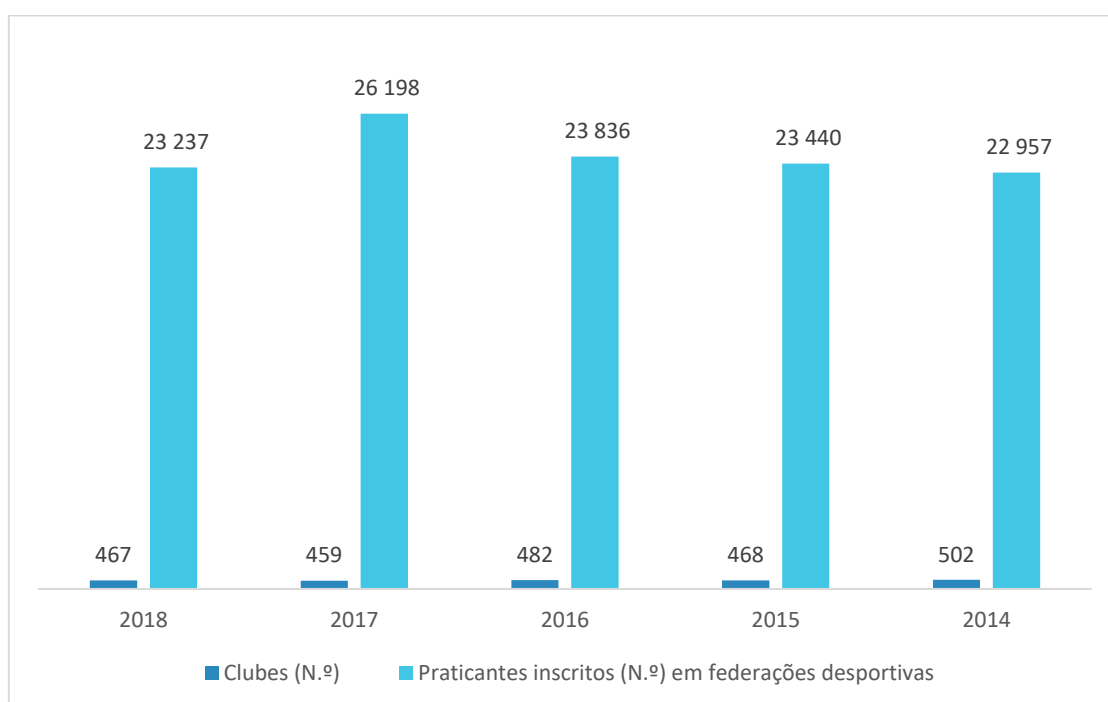


Figura 286. Evolução do nº de clubes e praticantes em federações desportivas

Fonte: INE

Para uma melhor e maior prática de desporto são necessárias estruturas adequadas. Observando por tipo de categorias, verifica-se um crescimento entre 2008 a 2020, com exceção dos Grandes Campo, passando de 94 para 74 de 2008 para 2020.

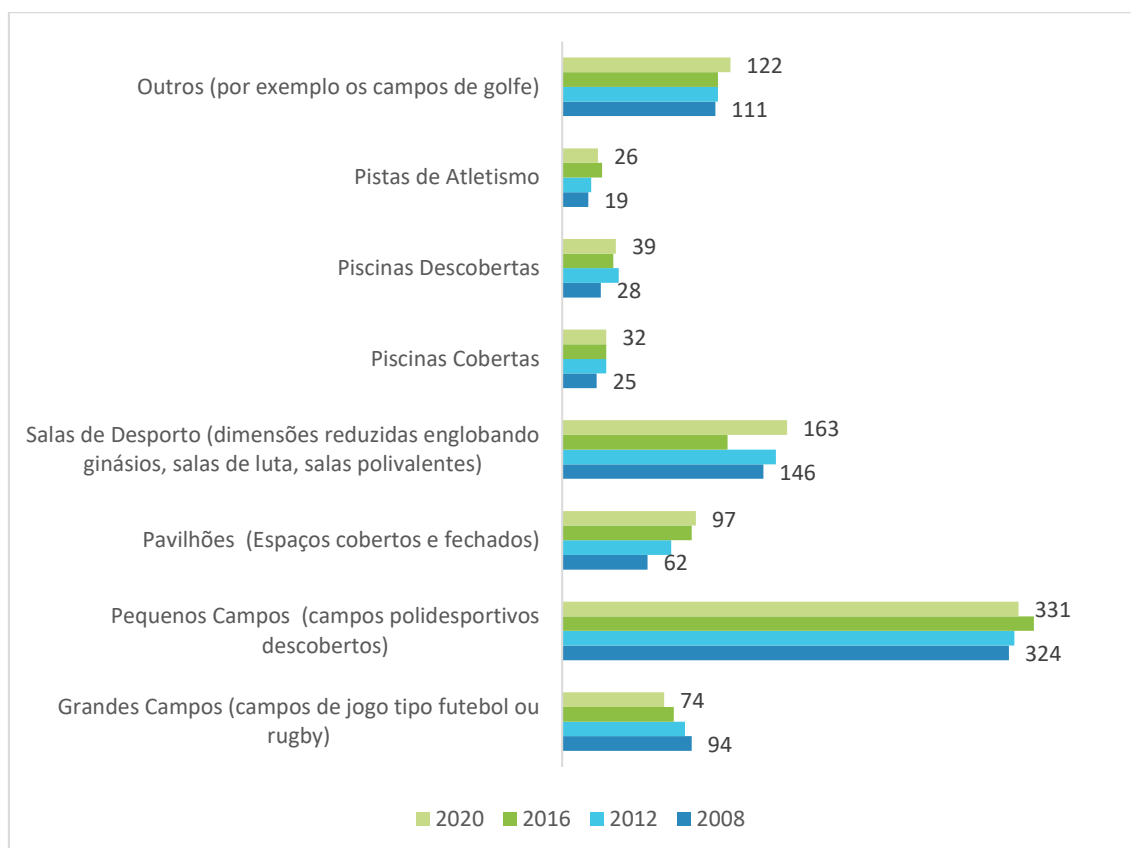


Figura 287. Evolução do nº de clubes e praticantes em federações desportivas

Fonte: Direção Regional do Desporto

Procedendo a uma análise por ilha, verificamos a existência de pavilhões desportivos em todas as ilhas, destacando-se as ilhas de São Miguel e Terceira. É também nestas ilhas que se situam por exemplo os campos de Golfe. Os campos de futebol só não estão presentes na ilha do Corvo.

Na tabela seguinte verifica-se que os Açores estão munidos de bastantes infraestruturas desportivas que corroboram a aposta no desporto para todos.

Tabela 146. Distribuição pelas ilhas por Tipologias no ano 2020

Ilhas	Grandes Campos	Pequenos Campos	Pavilhões	Outros	
	Campos de Futebol	Campos de Ténis (inclui campos mini ténis)	Pavilhões Desportivos	Campos de Golfe (exceto Mini Golfe)	Zonas de lazer e Desporto ao Ar livre
São Miguel	27	10	42	2	9
Santa Maria	2	2	4	0	0
Terceira	19	13	29	1	7
Flores	2	0	4	0	1
Corvo	0	0	1	0	0
São Jorge	5	0	4	0	1
Pico	5	4	7	0	6
Faial	9	9	4	0	3
Graciosa	5	2	2	0	0
Total	74	40	97	3	27

Fonte: Direção Regional do Desporto

Nos últimos anos tem havido uma aposta no Desporto ao Ar Livre, conjuntamente com o Turismo, nomeadamente em provas internacionais de Trail, que tem vindo a ganhar importância para elevar a notoriedade dos Açores como destino de natureza.

9.7.2.4 Artesanato

O artesanato personifica a riqueza do património da R.A. Açores. Deste modo, o artesanato afigura-se como uma atividade de elevada importância para o crescimento das zonas rurais. Neste contexto, é importante destacar as seguintes técnicas de artesanato presentes na R.A. Açores:

- **Boina de Lã do Corvo:** A boina do Corvo é feita em tricot, com um conjunto de cinco agulhas, originalmente em lã local tingida de azul-escuro, com uma barra estreita (grega), trabalhada com o tradicional branco natural.
- **Fechaduras de Madeira do Corvo:** Estas fechaduras constituem um produto emblemático do artesanato local que manteve a sua relevância ao longo dos séculos. Na produção desta tipologia de artesanato, a reutilização de matérias-primas também é importante, sendo, por vezes, utilizada madeira proveniente de antigas construções que aparentemente não tem qualquer utilidade.
- **Cestaria:** O trabalho em vimes é uma referência associada à tradição e à cultura da R.A. Açores, apesar de haver a necessidade de fomento do mesmo.

- **Chapelaria:** A chapelaria afigura-se como uma das atividades que caracterizou a freguesia de Santo Amaro, da ilha do Pico. A chapelaria realiza-se através da feitura de chapéus de palha de trigo, utilizando a técnica da espiral cosida.
- **Viola da Terra:** A viola da terra é o mais típico instrumento musical da R.A. Açores, desempenhando ao longo dos tempos um papel importante nos cantares festivos, balhos, derrickos, desgarradas, desafios e despiques e, como tal, tem uma grande importância social e cultural na vida dos Açorianos.
- **Confeção de Bonecas:** Alguns elementos vegetais que foram introduzidos nos Açores, como o milho, o trigo e o dragoeiro, deram origem à produção de artefactos de natureza decorativa, como as flores e as bonecas.
- **Azulejaria:** Os azulejos de produção local revestem as fachadas de alguns edifícios urbanos e as paredes das capelas em composições historiadas, em tons de azul-cobalto, ou em composições simétricas, ditas “de tapete”, com desenhos geométricos e vegetalistas em azulejos lisos de estampilha ou relevados através da técnica do molde.
- **Empalhamento:** O empalhamento é outra técnica aplicada ao vime e complementar à atividade de um cesteiro. Com técnicas similares, utilizando os mesmos materiais e ferramentas, forram-se garrafas de vidro, assentos de cadeiras e uma série de peças de mobiliário, criadas a partir de uma simples estrutura de madeira, que depois é forrada e ornamentada com entrançado de vime.
- **Fabrico de Mobiliário de Vime:** O trabalho do vime não se restringiu à produção de cestos. No Século XIX, surgiu na confeção de mobiliário, para se adequar à moda romântica das moradias de veraneio e dos jardins de Inverno.

Através da análise da Tabela 147, é possível constatar que os municípios da R.A. Açores tiveram 29.778 euros de despesas com artesanato, o que representa 0,9% do total nacional.

Tabela 147. Despesas em artesanato dos municípios em Portugal e na R.A. Açores, 2018, em euros

Área Geográfica	Despesas em artesanato
Portugal	3.041.685
R.A. Açores	29.778

Fonte: INE

9.7.3. Silvicultura

Segundo dados da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas do Governo dos Açores⁴⁶, a floresta é uma componente determinante da paisagem das nove ilhas da R.A. Açores. Assim, a floresta ocupa cerca de 1/3 do território da R.A. Açores e suporta um sector responsável por cerca de 1.400 postos de trabalho, gerando uma receita anual aproximadamente de 1,8 milhões

⁴⁶Dados disponíveis em: http://drrf-sraa.azores.gov.pt/areas/viveiros-florestais/Paginas/Criptomeria_Especies_PT.aspx#DESCR1%c3%87%c3%83O

de euros através da venda direta de madeira, bem como 10,9 milhões de euros ao nível do sector industrial da primeira transformação.

Na R.A. Açores, o sector silvícola é constituído por dois grandes grupos: (1) a floresta de produção e (2) a floresta de proteção. Embora não exista uma fronteira bem definida entre o que se possa considerar floresta de produção e floresta de proteção, a floresta plantada desempenha um importante papel de proteção, ocupando 35% da área total de floresta nas ilhas, sendo os restantes 65% floresta de proteção.

A área de floresta da R.A. Açores tem 12.698 hectares de matas de Criptoméria (*Cryptomeria japonica* D. Don), povoamentos puros e mistos. Mais precisamente, cerca de 4.500 hectares estão sob a gestão do Governo Regional e, destes, 2.119 hectares estão situados na Ilha de São Miguel⁴⁷. Deste modo, considerando a importância da floresta para a R.A. Açores, a estratégia florestal definida para a Região baseia-se na promoção, incentivo e modernização do setor de base florestal, assim como no fomento da gestão florestal responsável.

Neste contexto, tal como pode ser observado na Tabela 148, a Criptoméria é uma espécie com grande relevância no âmbito da ocupação dos espaços florestais (constitui cerca de 26% destes espaços), estando presente em todas as ilhas da R.A. Açores. Mais precisamente, segundo o Inventário Florestal, a Criptoméria ocupava 12.394,7 hectares, representando uma importante componente da economia rural da R.A. Açores.

Tabela 148. Áreas de ocupação dos espaços florestais por espécie florestal dominante (hectares)

Espécie	Corvo	Faial	Flores	Graciosa	Pico	Santa Maria	São Jorge	São Miguel	Terceira	Total
Criptoméria	1,6	866,5	547,9	62,9	823,9	203,7	181,3	8.123,9	1.583,1	12.394,7
Pinheiro bravo		4,4		2,5	657,6	82,7	20,3	2	104,3	873,8
Pinheiro japonês					116,3	0,4		8,1		124,8
Camacipáris						0,5		14,7	5,6	20,8
Resinosas diversas		4,6		58,6		0,1		23,5	19,3	106,1
Eucalipto			3,7	111,8	152,7	156,2	100,1	678,3	2.379	3.581,7
Acácia			74,9	9,1	507,7	302,8	324,8	2.928,6	174,2	4.321,9
Vinhático		19,7		140,1		0,3		1,8		161,9
Faia das ilhas	0,6	140,9	43,9		956,2		1.035,2	235,8	29,4	2442
Incenso	28,7	1.757,2	1.811,6	342	1.1705,1	1.172,8	2.021,3	3.701,4	1347,9	23.888
Folhosas diversas	5,2	239,3	11,4		5,3	37,4	8	233,1	48	587,6

⁴⁷ Dados disponíveis em: http://drf-sraa.azores.gov.pt/areas/viveiros-florestais/Paginas/Criptomeria_Especies_PT.aspx

Espécie	Corvo	Faial	Flores	Graciosa	Pico	Santa Maria	São Jorge	São Miguel	Terceira	Total
Total espaços florestais	36,1	3.032,6	2.493,4	727	1.4924,8	1.956,9	3691	15.951,2	5.690,8	48.503,3

Fonte: Inventário Florestal, Governo dos Açores através da Direção Regional dos Recursos Florestais, 2013

Segundo o Inventário Florestal, a criptoméria ocupa 1.501 hectares de povoamentos mistos e 10.894 hectares de povoamentos puros. Esta espécie regenera de forma natural na R.A. Açores, onde ocorre uma abundante frutificação. Não obstante, o repovoamento das áreas exploradas não é viável sem o recurso à plantação, devido à baixa capacidade germinativa da semente e à elevada competitividade de infestantes como a coneteira, a silva, a acácia e o incenso, os quais proliferam muito rapidamente nas zonas que foram sujeitas a corte.

Os povoamentos são instalados geralmente em zonas bastante declivosas em que os solos são mais difíceis de trabalhar e situam-se, em média, acima dos 400 m de altitude. Assim, são essencialmente as condições orográficas que condicionam a plantação e exploração dos povoamentos, salvo raras exceções de arborização em pastagens, as operações de instalação dos povoamentos são exclusivamente manuais, devido à topografia do terreno.



Figura 288. Criptoméria na R.A. Açores

Fonte: Direção Regional dos Recursos Florestais

Por sua vez, a madeira de Criptoméria tem um campo de utilização bastante próprio, sendo as suas principais utilizações:

- Lamelados e Contraplacados;
- Lamelados colados;
- Revestimentos, divisórias e isolamentos;
- Portas, janelas e batentes;
- Treliças e telhados;
- Casas e elementos de construção;
- Embalagens de madeira; e
- Mobiliário e componentes de móveis.

Deste modo, considerando as diversas utilizações da Criptoméria, a mesma pode constituir um importante elemento de promoção do crescimento e desenvolvimento local das zonas rurais da R.A. Açores, podendo revelar-se um ativo económico relevante.

Por sua vez, tal como se pode observar na Tabela 148, o incenso é a espécie que ocupa a maior área dos espaços florestais da R.A. Açores (23.888 hectares). Assim em algumas ilhas da R.A. Açores é frequente os agricultores usarem sazonalmente a ramada desta planta na alimentação de gado bovino. Adicionalmente, já foram efetuados estudos que visam o aproveitamento desta espécie, mostrando a sua potencialidade como substrato de culturas hortícolas.

Por sua vez, é necessário ressaltar que o Mel de Incenso é obtido a partir dos néctares das flores da planta do incenso. Mais concretamente, o Mel de Incenso é uma variedade do Mel dos Açores DOP produzida de janeiro a abril e que é extraída no final de maio. O mel é extraído por centrifugação e é deixado a maturar a uma temperatura controlada e, por último, quaisquer impurezas de superfície são removidas. Deste modo, a comercialização do Mel de Incenso representa uma relevante oportunidade de desenvolvimento local associada ao incenso.

9.7.4. Caça

De acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) o sector da caça contribuiu para o desenvolvimento da economia das zonas rurais, tendo um impacto benéfico na gestão da biodiversidade e conservação da natureza. Deste modo, segundo a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, a caça tem uma função insubstituível e reguladora ao nível da abundância das espécies cinegéticas, passíveis de poderem causar prejuízos na agricultura, na floresta e na flora endémica.

Em termos recreativos, a caça representa uma importante componente ao nível do leque de ofertas que a R.A. Açores dispõe. Na R.A. Açores é possível encontrar níveis de densidade populacional confortáveis e, sobretudo, a ocorrência de uma boa capacidade natural para a reposição dos efetivos da maioria das espécies cinegéticas sujeitas à pressão da caça.

Neste contexto, a R.A. Açores possui a sua própria legislação para a caça. A caça na R.A. Açores é praticada apenas em regime não ordenado, o que leva a que a atual estratégia da DRRF para a gestão da caça nos Açores assuma como principais pilares para a gestão sustentável dos recursos cinegéticos: (i) a monitorização da abundância populacional das diferentes espécies cinegéticas, através da implementação de metodologias de censo ajustadas à realidade regional; e (ii) o acompanhamento da evolução do esforço de caça exercido em cada uma das diferentes ilhas, a partir da concessão de licenças de caça por ilha, instrumentos indispensáveis para o estabelecimento de calendários venatórios ajustados à realidade de cada ilha.

9.7.5. Ambiente e o seu património

Relativamente a este tema, não será desenvolvido neste ponto uma vez que já se encontra detalhado no OE6 – Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens, nomeadamente nos pontos 7.1 (Paisagens do Açores), 7.5 (Geodiversidade) e 7.6 (Áreas classificadas).

9.8. DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)

A abordagem LEADER foi implementada como uma «iniciativa comunitária» financiada pelos fundos estruturais comunitários, tendo incluído três períodos: Leader I (1991- 1993), Leader II (1994 - 1999) e Leader+ (2000 - 2006), foram programas autónomos e com financiamento ao nível comunitário. A partir de 2007, a abordagem Leader foi integrada na Política de Desenvolvimento Rural global da UE, sendo incluída nos Programas de Desenvolvimento Rural, que no caso dos Açores foi integrada no PRORURAL, e financiada pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Desde a sua implementação em 1991 que a abordagem Leader proporcionou às comunidades rurais da UE as ferramentas necessárias para desempenharem um papel ativo na definição do seu próprio futuro, tendo como objetivo de contribuir para o desenvolvimento das zonas rurais, baseando-se em iniciativas e competências locais.

Nos Açores, a abordagem LEADER foi implementada a partir de 1995, através da «Iniciativa Comunitária».

Atualmente, a abordagem LEADER aplica-se em todo o território da Região Autónoma dos Açores (RAA), em virtude de ser uma zona predominantemente rural, em que os 4 GAL cobrem a totalidade da população dos Açores e todo o seu território.

Na RAA estão em atividade quatro GAL que emanam de quatro Associações de Desenvolvimento Local que foram e são responsáveis pela aplicação da “Abordagem LEADER” (LEADER II e LEADER+) na Região: ADELIAÇOR (Faial, Pico, São Jorge, Flores e Corvo), ARDE (Concelho de Ponta Delgada e Santa Maria), ASDEPR (São Miguel, com exceção do Concelho de Ponta Delgada) e GRATER (Graciosa e Terceira).

Tratam-se de associações privadas sem fins lucrativos, criadas através de parcerias entre entidades públicas e privadas.

Analisando a história da abordagem LEADER nos Açores, no âmbito do LEADER II, LEADER+ e PRORURAL, os 4 Gal dos Açores dinamizaram a criação de 197 novas empresas, 578 postos de trabalho e financiaram 2 218 projetos, num valor total de investimento superior a 67 milhões de euros.

Por cada GAL, nas respetivas zonas de intervenção foram financiados:

ADELIAÇOR

	Principais resultados
LEADER II	Apoiados 293 projetos Investimento aprovado de 3.617.257,16€
LEADER +	Aprovados 199 projetos Investimento aprovado de 5.645.083,96€
Eixo 3 do PRORURAL +	Aprovados 106 projetos Investimento aprovado de 6.362.225,00€ 25 postos de trabalho

ARDE

	Principais resultados
LEADER II	Apoiados 193 projetos Investimento aprovado de 4.021.438,33 € Criação de 12 novas empresas e 43 postos de trabalho, 4 masculinos e 39 femininos
LEADER +	Aprovados 173 projetos Investimento aprovado de 5.936.274,40 € Criação de 11 novas empresas e 73 postos de trabalho, 21 masculinos e 52 femininos
Eixo 3 do PRORURAL +	Aprovados 117 projetos Investimento aprovado de 6.806.801,36 € Criação de 4 novas empresas e 10 postos de trabalho, 7 masculinos e 3 femininos

ASDEPR

	Principais resultados
LEADER II	Apoiados 124 projetos Investimento aprovado de 3.835.997,61 € Criação de 15 novas empresas e 103 postos de trabalho,

	21 masculinos e 82 femininos
LEADER +	Aprovados 166 projetos Investimento aprovado de 5.736.458,00 € Criação de 17 novas empresas e 46 postos de trabalho, 19 masculinos e 27 femininos
Eixo 3 do PRORURAL +	Aprovados 148 projetos Investimento aprovado de 6.783.787,13 € Criação de 10 novas empresas e 31 postos de trabalho, 11 masculinos e 20 femininos

GRATER

	Principais resultados
LEADER II	Apoiados 237 projetos Investimento aprovado de 4.494.612,98€ Criação de 25 novas empresas e 105 postos de trabalho: 61 masculinos e 44 femininos
LEADER +	Aprovados 160 projetos Investimento aprovado de 6.293.921,38€ Criação de 27 novas empresas e 70 postos de trabalho: 29 masculinos e 41 femininos
Eixo 3 do PRORURAL +	Aprovados 102 projetos Investimento aprovado de 7.877.021,43€ Criação de 21 novas empresas e 54 postos de trabalho: 22 masculinos e 32 femininos

A Comissão Europeia reconhece que os objetivos da iniciativa LEADER, nomeadamente estratégias locais de desenvolvimento por zona, assentaram em abordagem ascendente no que diz respeito à elaboração e execução de estratégias, parcerias locais dos setores público e privado: grupos de ação local ações integradas e multissetoriais, inovação, cooperação e ligação em rede, estão em sintonia com as políticas de desenvolvimento rural da UE, permitindo uma abordagem ascendente por zona, envolvendo as comunidades locais e acrescentando valor aos recursos locais, tendo-se tornado uma nova forma de criar emprego e atividades nas zonas rurais, sendo uma oportunidade de desenvolvimento das zonas rurais.

9.9. Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OE8 “Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável” demonstra os principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Região do país com maior percentagem de população jovem; • Adequada oferta curricular da Universidade dos Açores à estrutura económica da Região; • Percentagem de população empregada que exerce atividades no setor da agricultura, produção animal, caça e floresta superior à média nacional; • Elevado crescimento das estruturas e equipamentos de apoio social; • Elevado crescimento do Turismo em termos de proveitos, hóspedes e dormidas; • Crescente importância da venda de madeira e do sector industrial da primeira transformação; • Reconhecimento crescente da Criptoméria e dos seus usos distintos; • Promoção turística dos Açores como um destino <i>premium</i> de turismo de natureza; • Expansão e melhoria da rede do ensino secundário e profissional com diminuição da taxa de abandono escolar; • Aumento do número centros de saúde, bem como o número de profissionais de saúde; • Desenvolvimento de estruturas desportivas e aumento do número de praticantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Evidentes desigualdades de distribuição populacional pelo território Açoriano; • Decréscimo elevado do saldo migratório; • Baixa taxa de escolarização nos níveis escolares mais avançados; • Taxa de abandono precoce de educação e formação superior à média nacional; • Desigualdades populacionais regionais; • Menor percentagem de estudantes matriculados em cursos profissionais do que em Portugal Continental; • Nível de escolaridade completo inferior à média nacional; • Diminuição do número de pessoal ao serviço dos estabelecimentos da atividade agrícola, de produção animal e florestal ”; • Taxa de atividade e taxa de emprego da população ativa mais baixas do que a média nacional; • Níveis de rendimento das famílias; • Valor reduzido em termos de despesa média por agregado.

<ul style="list-style-type: none"> • Herança cultural rica, elevado valor patrimonial e paisagístico das ilhas e forte carácter rural da Região; • Importância do papel da floresta na diversificação da paisagem, do emprego e da atividade económica, no mundo rural; • Existência de áreas florestais públicas com a gestão certificada; • Existência de áreas florestais promotoras do uso-múltiplo. 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de emprego em áreas predominantemente rurais mais elevada do que a média nacional; • Elevadas potencialidades para a bioeconomia; • Elevadas potencialidades para o Turismo em Espaço Rural devido ao património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico da R.A. Açores; • Existência de diversas festividades ao longo do ano; • Riqueza do folclore, gastronomia e artesanato local; • Crescente valorização da cultura e atividades rurais; • Diversificação das atividades conexas ao Turismo; • Diversificação de atividades ligadas aos espaços florestais; • Fomento da Criptoméria enquanto componente da economia rural da R.A. Açores; • Promoção turística dos Açores como um destino <i>premium</i> de turismo de natureza; 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de escolarização da população da R.A. Açores; • Envelhecimento da população; • Tendência de concentração de serviços básicos nos principais centros urbanos; • Existência de níveis elevados de obesidade, principalmente em termos de obesidade infantil; • Reduzida representatividade da bioeconomia na Região; • Concorrência internacional entre destinos do Turismo; • Elevados custos e constrangimentos ao nível de transportes; • Sazonalidade da atividade turística.


- Produções e tradições artesanais;
- Crescimento das respostas sociais existentes;
- Programa Jovem Agricultor.

9.10. Avaliação de necessidades

Tendo por base o diagnóstico e análise SWOT realizada para o OE8, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com 1) Emprego, 2) Inclusão Social, 3) Desenvolvimento das zonas rurais; 4) Saúde. Neste sentido, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar medidas para criar emprego nas zonas rurais; • Fomentar a criação de empregos conexos à atividade agrícola, turística e florestal; • Promover o reforço da participação das mulheres no mercado de trabalho; • Incentivar a criação de atividades não agrícolas ligadas às explorações agrícolas e ao seu núcleo familiar; • Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes; • Melhorar os níveis de habilitações e as competências dos empresários; • Diminuir a taxa de abandono escolar; • Implementar e desenvolver serviços de apoio às empresas.
Inclusão Social	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território; • Assegurar as respostas sociais dos equipamentos existentes; • Garantir a existência de estruturas de apoio nas diferentes áreas da R.A. Açores; • Promover o sucesso escolar como forma de inclusão social; • Adaptar os serviços básicos para grupos alvo da população em meio rural; • Necessidade de reestruturação dos edifícios e património na acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida; • Promoção e valorização da cultura como um elemento fundamental para o desenvolvimento e inclusão da população.

Temática	Necessidades
Desenvolvimento das zonas rurais	<ul style="list-style-type: none">• Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural;• Apoiar as diferentes atividades ligadas ao Turismo, nomeadamente incentivar e promover os produtos locais;• Divulgar o <i>branding</i> dos Açores enquanto destino de excelência de turismo de natureza, aliado à necessidade da sua preservação;• Estabelecer medidas de apoio à cultura e ao artesanato;• Divulgar os potenciais usos da Criptoméria e explorar mercados para a sua comercialização;• Promover e preservar o património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico;• Incentivar a bioeconomia.
Saúde	<ul style="list-style-type: none">• Insistir, através da educação escolar e dos serviços de saúde familiar, na importância de uma alimentação saudável aliada à atividade física e a um estilo de vida saudável.



OE9 - Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais

10. OE9 – Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais

10.1. Alimentação e Saúde

O excesso de peso e a obesidade são um dos principais problemas de saúde pública a nível nacional e a R. A. Açores apresenta níveis bastante elevados no seio da sua população, liderando mesmo a nível nacional em termos de obesidade infantil. Entre vários fatores, destacam-se os maus hábitos alimentares, assentes num elevado consumo por parte da população açoriana de refrigerantes e néctares e os baixos consumos de fruta, legumes e vegetais, e água.

As consequências de maus hábitos alimentares na saúde podem manifestar-se de diversas formas, sendo mais comuns a diabetes, a hipertensão arterial e as doenças oncológicas. Segundo o Inquérito Alimentar e de Atividade Física (IAN-AF) 2015-2016, em termos de consumo alimentar, a ingestão nutricional em Portugal é variada consoante as regiões, situando-se o total nacional numa média de 1912 kcal/dia. Na R. A. Açores, o valor é o terceiro mais baixo do país, dando-se uma ingestão média de 1955 kcal/dia, estando abaixo desta apenas a Região Centro e a R. A. Madeira.

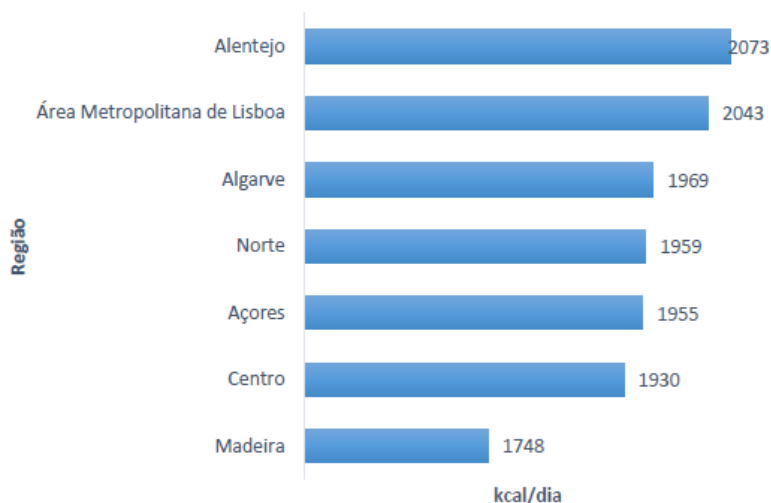


Figura 289. Ingestão energética média (kcal/dia) em Portugal por região

Fonte: Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020

A grande maioria da população da R.A. Açores não cumpre as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e não consome porções adequadas de produtos hortícolas e frutícolas, num mínimo de 400g/dia (a média da R.A. Açores é de 341 g/dia). Na região prevalecem

consumos mais elevados de sopa, produtos lácteos, refrigerantes e néctares, e valores mais baixos de água, fruta e produtos hortícolas, carnes, peixe e derivados.

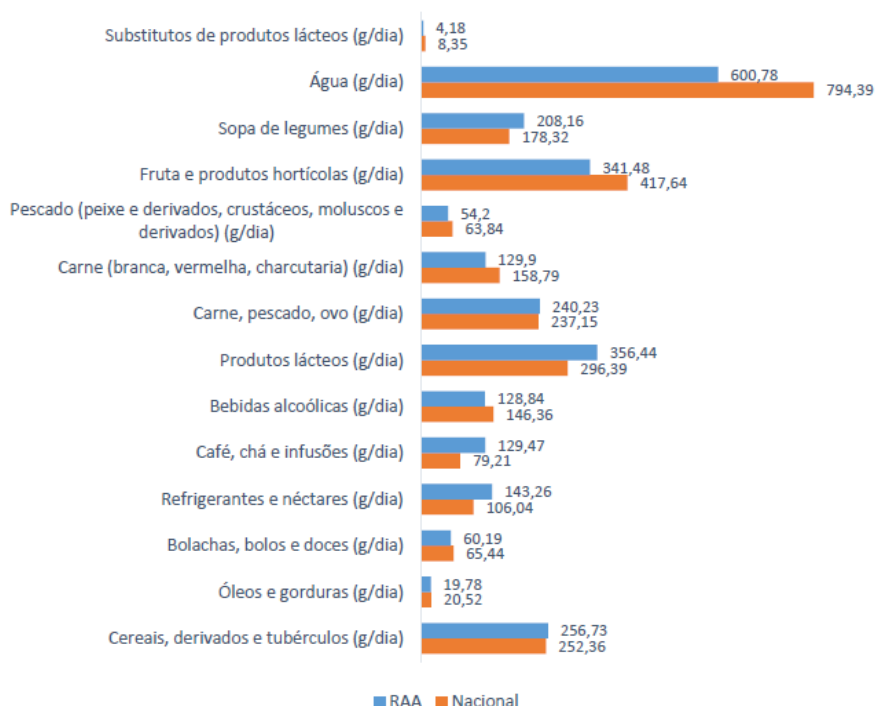


Figura 290. Valores médios de consumo por grupos alimentares em Portugal e na R. A. Açores

Fonte: Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020

Em termos de dificuldades no acesso à alimentação suficiente para todos os elementos do agregado familiar, segundo o IAN-AF 2015-1016, em Portugal cerca de 10,1% das famílias passaram por insegurança alimentar, experimentando períodos de escassez de alimentos, principalmente por questões de incapacidade financeira. Esta realidade acentua-se na R.A. Açores, onde o valor é superior, atingindo os 13,4%, valor mais alto do país.

Também na R.A. Açores verifica-se uma adesão baixa ao padrão alimentar mediterrânico⁴⁸. Situando-se a média nacional nos 27,8%, é nas regiões Centro (32,2%), do Alentejo (30,7% e Norte (24,9%) que esta adesão é mais elevada, enquanto na R.A. Madeira é de 22,0%. Na R.A. Açores este valor situa-se nos 17,7%.

Ainda segundo o IAN-AF 2015-2016, e tendo em conta que o nível de atividade física constitui um importante complemento na promoção de um estilo de vida saudável e da promoção da saúde e de uma melhor qualidade de vida, em 42,6% da população nacional prevalece um estilo de vida sedentário, enquanto em 30,3% prevalece um estilo de vida moderadamente ativo e em 27,2% um estilo de vida ativo. Assim, por regiões, observa-se que na R.A. Açores a percentagem de população com uma vida sedentária é de 39,0%, enquanto em 33,2% prevalece um estilo de

⁴⁸ Ácidos gordos monoinsaturados/saturados, fruta e frutos gordos, produtos hortícolas, leguminosas, cereais e derivados, peixe, produtos lácteos (leite, queijo e iogurte), carnes vermelhas e produtos cárneos (charcutaria) e álcool.

vida ativo. Assim, na R.A. Açores verifica-se um valor de prevalência de sedentarismo mais baixo do que a média nacional, a qual se fixou nos 42,6% no período de referência.

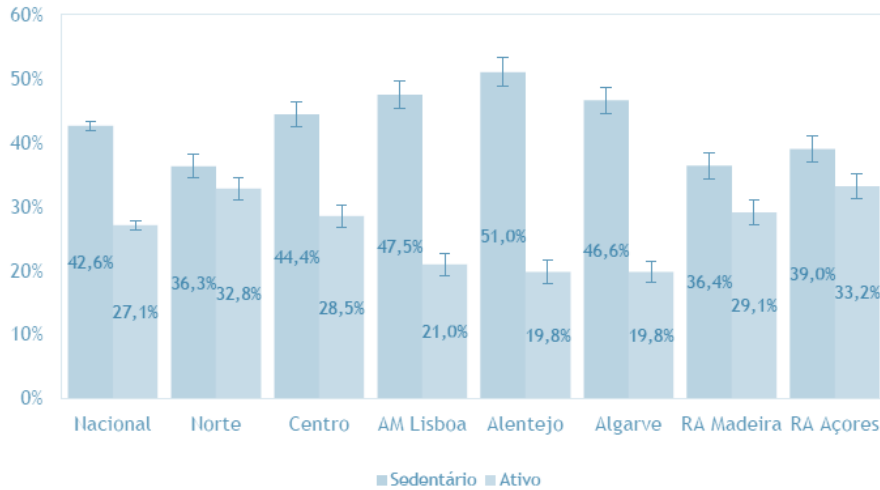


Figura 291. Prevalência dos níveis de sedentarismo e de vida ativa por regiões NUTII

Fonte: Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física 2015-2016

É na R. A. Açores, inclusive, que se observa a maior prevalência de cumprimento com as recomendações da OMS para a prática de atividade física (77,4%), valor superior à prevalência nacional (57,5%).

Quanto à prática de atividade física desportiva programada nas crianças, a prevalência ao nível nacional situa-se nos 59,6%, sendo superior no Algarve, com 73,9%. Na R.A. Açores regista-se o valor mais baixo do país, com 52,2%.

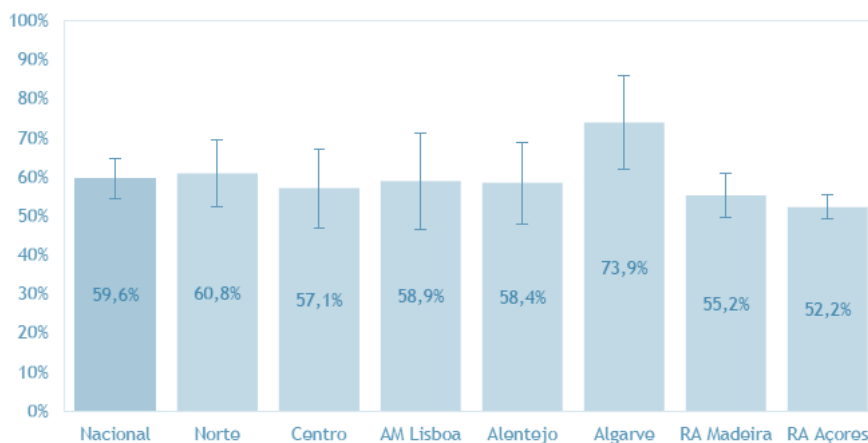


Figura 292. Prevalência de atividade física desportiva programada e regular por regiões NUTII

Fonte: Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física 2015-2016

Em termos de obesidade e pré-obesidade, na R. A. Açores verificam-se valores elevados no panorama nacional, com uma prevalência de obesidade situada nos 30,4% (acima de todas as restantes regiões) e uma prevalência de pré-obesidade nos 31,2%. De registar ainda que os níveis de prevalência de risco de obesidade abdominal (cintura-anca) a nível nacional situam-se nos 50,5%, sendo superiores em indivíduos menos escolarizados. Na R. A. Açores, considerando a população residente com idade entre os 20 anos e os 74 anos com diagnóstico de obesidade ou pré-obesidade, mais de 50% não possuía qualquer nível de escolaridade, enquanto no extremo oposto, a menor percentagem possuía licenciatura/mestrado.



Figura 293. Proporção da população com 20 ou mais anos com obesidade ou pré-obesidade na R.A. Açores por nível de escolaridade

Fonte: Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020

Segundo os dados apresentados no Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020, o número de utentes das Unidades de Saúde de Ilha (USI) dos Açores com obesidade ou excesso de peso tem vindo a aumentar nos últimos anos. Na R.A. Açores, o valor deste parâmetro supera o nacional, sendo de 61,7%, o mais elevado do país.

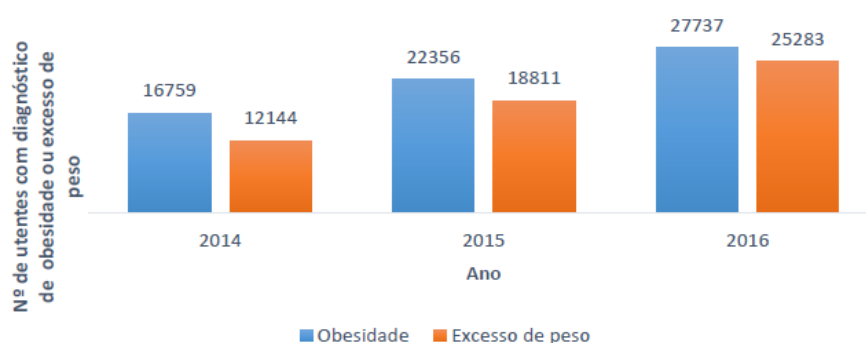


Figura 294. Evolução do n.º de utentes com diagnóstico de obesidade ou excesso de peso nas USI

Fonte: Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020

Em termos de proporção da população com diagnóstico de obesidade ou pré-obesidade na R. A. Açores, por faixa etária (a partir dos 20 anos), observa-se que esta afeta principalmente a população com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos de idade.

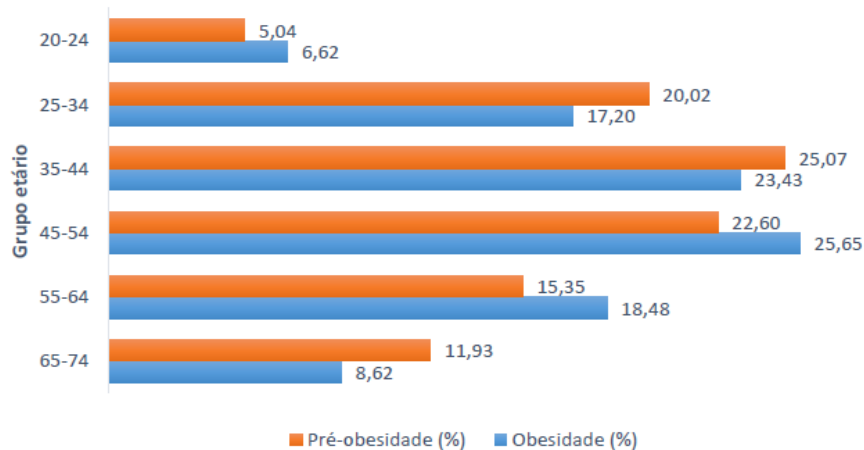


Figura 295. Proporção da população com 20 ou mais anos com obesidade ou pré-obesidade na R.A. Açores por faixa etária

Fonte: Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020

O regime de distribuição de fruta e produtos hortícolas nas escolas (RFE) e o regime de distribuição de leite nas escolas (RLE) foram criados para promover o consumo de frutas, legumes, leite e produtos lácteos nas escolas. Numa ótica de melhoria da eficiência e reforço da dimensão educativa, o Regulamento (UE) 2016/791 do Parlamento Europeu e do Conselho, adotado em 11 de maio de 2016, fundiu os regimes mencionados num único programa de distribuição nas escolas – o Regime Escolar (RE).

O novo RE tem como objetivos promover o consumo de frutas, produtos hortícolas e leite junto das crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico e o ensino pré-escolar, bem como criar hábitos alimentares para uma dieta saudável. Assim, o RE encontra-se enquadrado nos objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) através da estabilização dos mercados, bem como alinhado com os objetivos de saúde pública e de formação de hábitos alimentares saudáveis.

O financiamento das despesas elegíveis no âmbito do RE está limitado a:

- 6,73€ aluno/ano – fruta e produtos hortícolas, bananas (100 gramas por aluno e por dia – 2 distribuições por semana, durante 30 semanas);
- 4€ aluno/ano - leite e produtos lácteos (1 embalagem por aluno e por dia – 1 distribuição por semana, durante 30 semanas).

Caso o montante total elegível exceda a dotação disponível, é aplicado um coeficiente de atribuição, em função do número de alunos inscritos em cada estabelecimento de ensino e dos produtos a distribuir.

De acordo com dados do IFAP, no contexto da R.A. Açores do total de 138 estabelecimentos públicos de Ensino básico - 1.º ciclo, apenas cerca de 20 beneficiam do RE.

10.2. Modos de produção sustentáveis

10.2.1. Produção biológica

No âmbito do regulamento CE n.º 834/2007, a produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção, em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais.” A agricultura em modo de produção biológica assenta em quatro princípios:

- Princípio da saúde – a agricultura biológica deve manter e melhorar a qualidade dos solos, assim como a saúde das plantas, dos animais, dos seres humanos e do planeta como um todo;
- Princípio da ecologia – a agricultura biológica deve respeitar os ciclos naturais dos ecossistemas;
- Princípio da justiça – a agricultura biológica deve basear-se em relações justas no que respeita ao ambiente e às oportunidades de vida;
- Princípio da precaução – a agricultura biológica deve ser gerida de uma forma cautelosa e responsável de modo a proteger o ambiente, a saúde e o bem-estar das gerações atuais e futuras.

A agricultura biológica tem observado um crescimento recente, principalmente motivado pelas crescentes exigências dos consumidores, os quais procuram cada vez mais produtos que protejam a biodiversidade, o bem-estar animal e a saúde pública. Neste sentido, em 2018, foi publicada a Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (ERDAB) e o Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da R.A. Açores, os quais visam fomentar este modo de produção na Região.

Neste contexto, recentemente, foi lançado na R.A. Açores o primeiro leite produzido em modo de produção biológica. Este leite é proveniente de vacas que se alimentam de pastagens produzidas em modo de produção biológico, sendo este mais um passo da Região na adoção de modos de produção sustentáveis.

Na R. A. Açores a área agrícola explorada em modo de produção biológico (MPB) tem aumentado de forma progressiva desde 2009 tendo atingido os 664,5 hectares em 2016, valor que inclui as áreas em conversão (cerca de 50%), com uma maior fatia de pastagens e prados permanentes.

De acordo com dados do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016, a área em modo de produção biológica na R. A. Açores representa 0,5% da superfície agrícola utilizada (SAU)

total, o que é um acréscimo de 0,1 p.p. face ao inquérito de 2013 mas um valor inferior à média nacional e europeia.

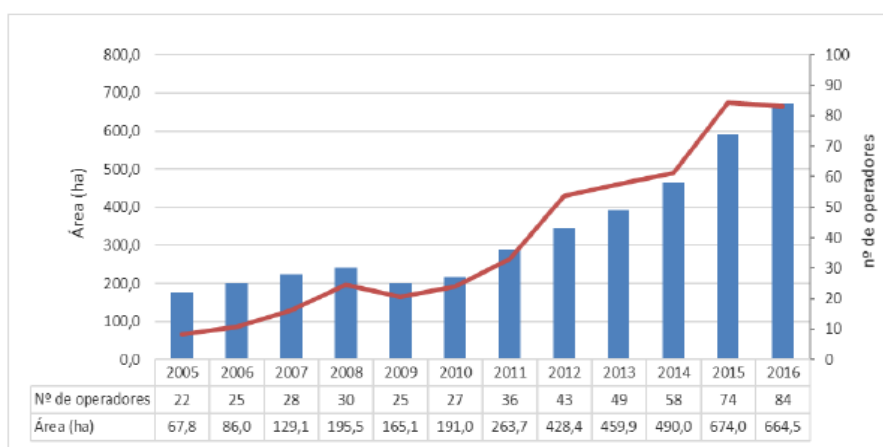


Figura 296. Evolução do n.º de produtores/operadores e área explorada em MPB na R.A. Açores

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Em 2016 apenas quatro ilhas da região registavam atividade agrícola em Modo de Produção Biológico (MBP), nomeadamente São Miguel, Terceira, São Jorge e Faial. A ilha Terceira representava 51% dos produtores/operadores, enquanto que na ilha de São Jorge observava-se uma maior predominância da área de exploração, cerca de 53% da área em modo de produção biológico da Região.

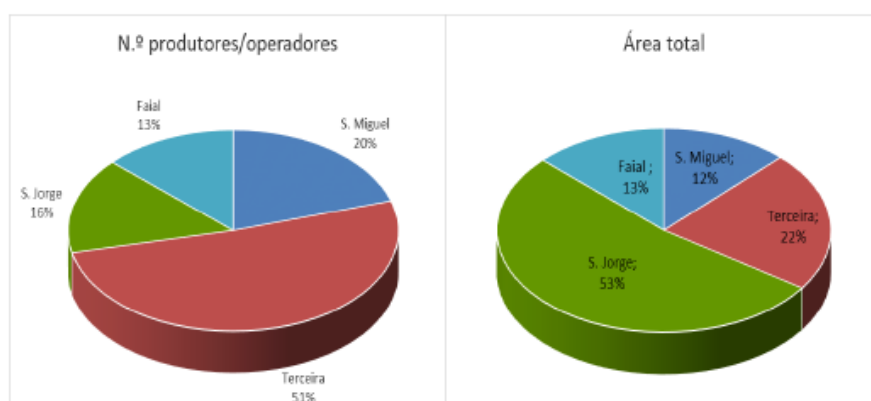


Figura 297. Distribuição do n.º de produtores/operadores e área de cultivo em MPB por ilhas em 2016

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Em termos de área média da exploração agrícola em MPB na ilha de São Jorge é de cerca de 25 hectares, enquanto nas ilhas Terceira e São Miguel é inferior a 5 hectares.

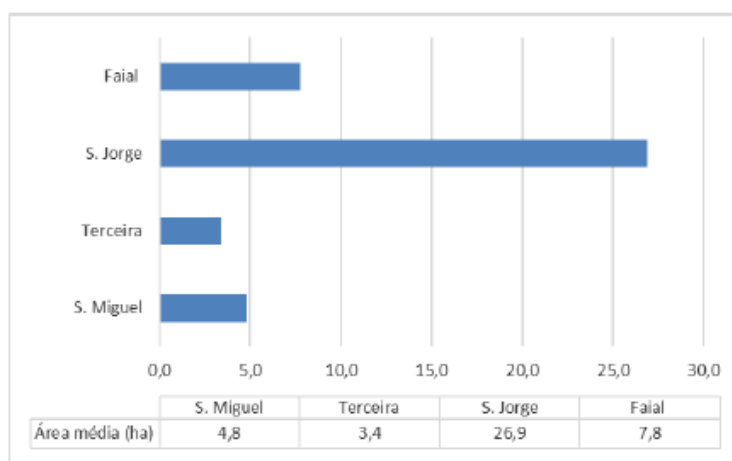


Figura 298. Área média das explorações agrícolas em MPB por produtor

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Em termos de área distribuída pelas diferentes ocupações do solo, as pastagens representavam cerca de 80% em 2016 (534,2 hectares), o chá representava 6%, a floresta 2%, o pousio e as forrageiras 1% cada. De salientar que desde 2013, a floricultura diminuiu a sua ocupação de 14% para 4% em 2016, e o chá, até 2014 incluído em “outras culturas”, verificou desde 2015 uma ocupação de 37 hectares.

Tabela 149. Área em MPB na R.A. Açores por tipo de cultura entre 2013 e 2016

Culturas	2013	2014	2015	2016
	Área (ha)			
Arvenses	0,2	0	2,1	2,1
Pastagem	344	380,1	547,3	534,2
Vinha	0,8	0,8	0	0
Fruticultura	62,5	38,2	29,3	25,3
Horticultura	25	37,2	46,9	39,5
Floresta	24,8	20,9	19,4	15,1
Pousio	3,8	2,9	2,7	3,2
Outras	5,4	0	2,9	2,7
Plantas Aromáticas	1,7	6,4	2,2	2,2
Forragens	0	1,7	4,4	3,8
Chá	0	0	37	37
Floricultura	1,8	1,8	2,6	2,3
Misto de culturas	-	-	-	0,1

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Nas ilhas do Faial e São Jorge predominava a pastagem (90% e 92% da ocupação, respetivamente), enquanto na ilha Terceira estas ocupavam 78% do solo em exploração agrícola em MPB. Na ilha de São Miguel existia uma maior variedade de culturas, onde o chá representava 45% e a pastagem 23% e a Fruticultura cerca de 13%.

A produção animal em MPB, não tinha grande relevo na Região, verificando-se entre 2013 e 2016, um aumento na produção de bovinos e no setor apícola.

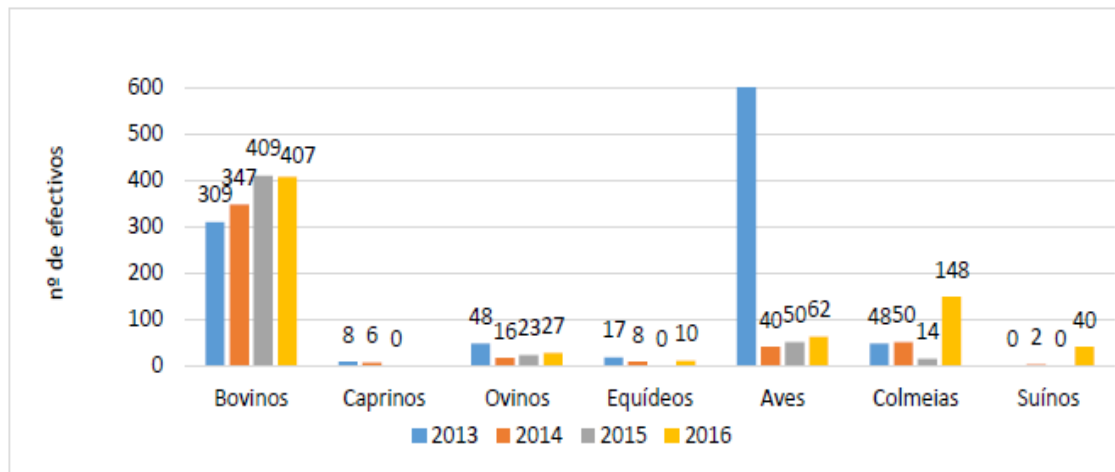


Figura 299. Número de efetivos animais em produção biológica na R.A. Açores entre 2013 e 2016

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

De acordo com dados do EUROSTAT, no período 2012-2018 a área de agricultura biológica cresceu 6,1% em Portugal, sendo o país da União Europeia que menos expandiu este modo de produção (crescimento global da União fixou-se em 34%). Por sua vez, Portugal foi um dos cinco estados-membros onde a área de agricultura biológica em conversão (do regime convencional para o certificado) ficou abaixo dos 10%.

Na R. A. Açores o Despacho Normativo n.º 249/1993, de 9 de dezembro, estabelece as regras de execução dos Regulamentos (CEE) n.º 2081/92 e 2082/92, ambos do Conselho de 14 de julho, e o n.º 2092/91 do Conselho de 24 de junho, atribuindo ao Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA) as competências para propor e adaptar à Região as medidas de aplicação e sistemas de gestão para a produção biológica e a sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios.

Quanto ao processo de certificação, esta é a forma de garantir a conformidade de um produto de acordo com as normas definidas para a sua produção, sendo obviamente importante para a comercialização de produtos biológicos. Na R. A. Açores, segundo a Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores, existem cinco organismos a operar nos processos de

controlo e certificação para a agricultura em MPB, nomeadamente a SATIVA - Desenvolvimento Rural Lda., ECOCERT Portugal, CERTIPLANET, SGS Portugal e NATURALFA.

O processo de certificação teve início com a contratação de um destes organismos por parte do produtor, realizando-se uma visita inicial que certifica a exploração agrícola em MPB junto da autoridade competente. O processo de controlo garante, a partir desse momento, que serão cumpridas as regras aplicáveis ao modo de produção, preparação e distribuição desse produto. A frequência dos controlos é variada e acontece pelo menos uma vez por ano, da qual resulta o relatório de controlo que atesta o cumprimento das respetivas normas de produção.

Em termos de apoios à prática da agricultura biológica, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) – PRORURAL+⁴⁹ (2014-2020), apoia os produtores que optaram pela conversão e manutenção de práticas e métodos em MPB, focando-se na competitividade produtiva e na sustentabilidade dos recursos naturais, potenciando os efeitos positivos no ambiente. Assim, é através da Medida 11-Agricultura Biológica, no âmbito do PRORURAL+ que surgem os incentivos à agricultura biológica.

Existe no PRORURAL+ medidas complementares à Agricultura Biológica, nomeadamente a Medida 10 “Agroambiente e Clima”, que apoia o pagamentos de compromissos respeitantes ao agroambiente e ao clima e apoia a conservação e utilização e o desenvolvimento sustentável de recursos genéticos na agricultura, e ainda a Medida 13 “Pagamentos Relativos a Zonas Sujetas a Condicionantes Naturais ou outras Condicionantes Específicas”, que tem como objetivo compensar perdas de rendimento e custos adicionais derivados da atividade agrícola em zonas afetadas por condicionantes naturais ou outras específicas.

No âmbito do subprograma POSEI-Açores, existem apoios complementares, para as explorações que produzem em modo de produção biológico.

O número de produtores em MPB que se candidataram a medidas de apoio ao Modo de Produção Biológica entre 2013 e 2017 registou um aumento na região, de 34 para 49. Inicialmente o número de candidaturas era superior para a cultura do ananás e do chá, registando-se nestes uma diminuição no final desse período e um aumento das culturas hortícolas e de pastagens.

⁴⁹ Aprovado pela Decisão de Execução C(2015) 850 da Comissão, de 13 de fevereiro

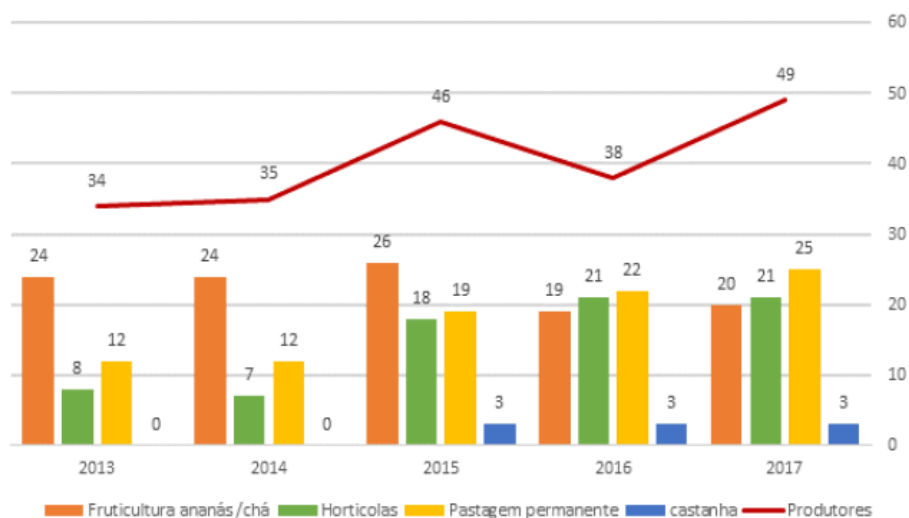


Figura 300. Número total de produtores candidatos às medidas de apoio ao MPB na R.A. Açores e número de candidaturas por tipo de culturas, de 2013 a 2017

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Observando a distribuição dos apoios para as quatro ilhas com explorações e produções certificadas em MPB, foi na ilha Terceira que se registou o maior número de candidaturas e os maiores aumentos, enquanto na ilha de São Miguel verificou-se o inverso.

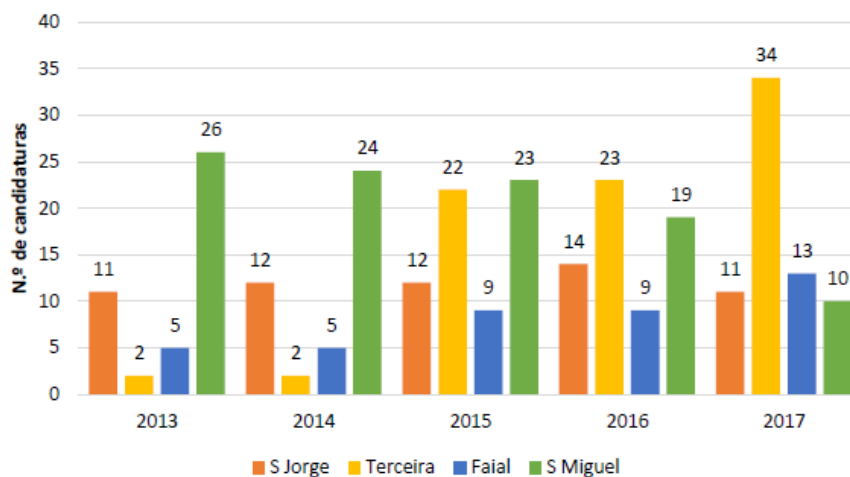


Figura 301. Número de candidaturas aos apoios à agricultura em MPB por ilhas, de 2013 a 2017

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

As áreas de pastagem permanente, enquanto áreas elegíveis a apoios, foram as que registaram um maior aumento no período considerado, tendo a grande maioria ocorrido na ilha de São Jorge. Na ilha Terceira também se verificou um aumento considerável, enquanto na ilha de São Miguel registou-se um decréscimo. Na ilha do Faial, a área de pastagem apoiada manteve-se estável.

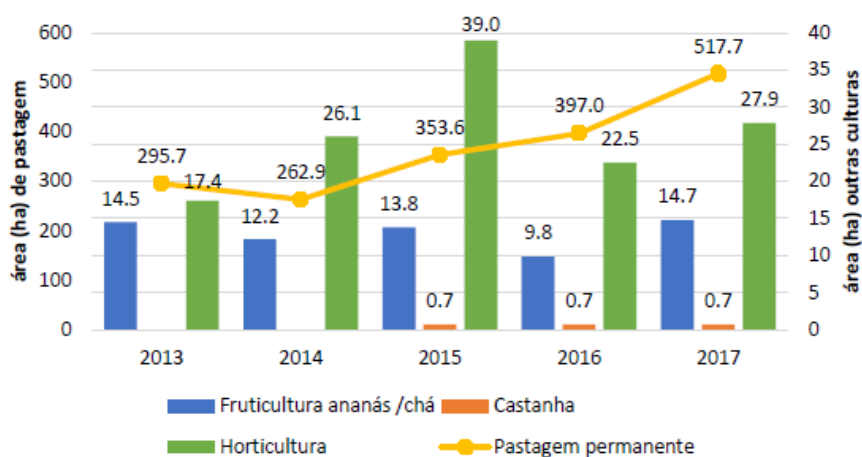


Figura 302. Área apoiada por tipo de cultura em MPB, de 2013 a 2017

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

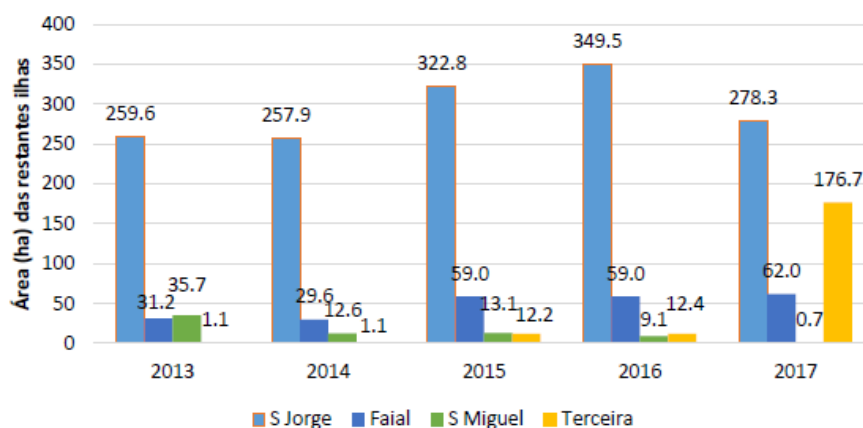


Figura 303. Área de pastagem (em hectares) apoiada, por ilha, em MPB, de 2013 a 2017

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Relativamente aos montantes de apoio envolvidos no incentivo às práticas de agricultura biológica na Região, no período 2013-2017, estes registaram, de uma forma geral, um aumento.

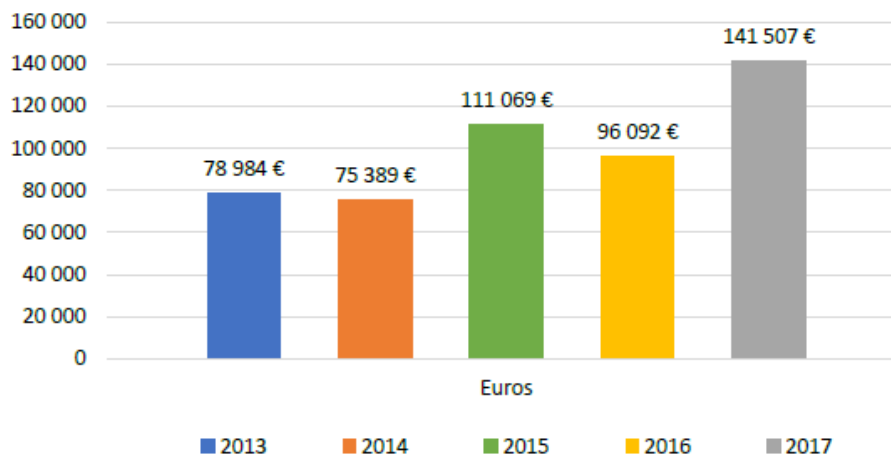


Figura 304. Montantes financeiros concedidos no âmbito da agricultura biológica na R.A. Açores entre 2013 e 2017

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Em termos de distribuição dos apoios por tipo de culturas, a pastagem recebeu cerca de 70% da dotação da Medida 11- Agricultura Biológica, no âmbito do PRORURAL+. Apenas no ano de 2017, a manutenção e conversão de pastagem receberam mais de 90% dos apoios. Comparando apenas a distribuição de apoios direcionados para manutenção ou para conservação, em 2017, cerca de 66% foi para a manutenção de culturas, enquanto os restantes 34% dirigiram-se à conversão.

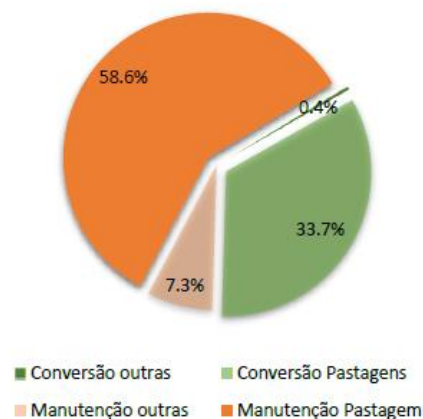


Figura 305. Distribuição dos apoios a MPB para manutenção ou conversão por culturas entre 2013 e 2017

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

A formação académica superior e profissional na área da agricultura biológica, constitui um aspeto essencial para que os produtores possam aprofundar os seus conhecimentos e dominar as técnicas e as práticas agrícolas associadas ao MPB. Na R. A. Açores existem Cursos Técnico Profissionais em agropecuária e uma licenciatura em ciências agrárias com duas especializações

distintas (ciências agronómicas ou zootecnia), bem como dois cursos de mestrado, um em ciências agronómicas e outro em zootecnia, que no seu plano de estudos integram disciplinas relacionados com a agricultura biológica, fornecendo, no entanto, bases gerais e não uma formação mais orientada para a MPB.

Na R.A.Açores, a formação profissional para ativos do setor agrícola, é a responsabilidade da Direção Regional da Agricultura, entidade responsável pela certificação das entidades formadoras e pela homologação de ações de formação. A formação é operacionalizada através dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de cada ilha, que promovem a realização de cursos de curta e média duração.

Entre 2011 e 2013 foram homologadas seis ações de formação em “Agricultura Biológica Geral”, tendo uma das formações sido destinada a técnicos e as restantes cinco a produtores/operadores, com um total de 91 formandos certificados.

Tabela 150. Formandos Certificados em Agricultura Biológica Geral por ilha, ano e destinatários entre 2011 e 2013

Ano	Ilha				
	São Miguel			Faial	São Jorge
	2011	2012	2013	2012	2013
Produtores/Operadores	14	14	17	15	14
Técnicos	-	17	-	-	-
Total	14	31	17	15	14

Fonte: Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores

Em termos de investigação aplicada na R.A.Açores, no âmbito da agricultura e das ciências agrárias, esta tem decorrido na Universidade dos Açores através de inúmeros trabalhos de fim de curso, dissertações de mestrado e teses de doutoramento ou pós-doutoramento. Para a concretização dos trabalhos na área de investigação ligada à agricultura, são concedidos apoios através do orçamento da Direção Regional da Ciência e Tecnologia, bem como através de programas de apoio à participação de investigadores em projetos nacionais e internacionais.

Relativamente à investigação agrária, a “Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na R. A. Açores”, conclui que é necessário fortalecer a cooperação entre a ciência, a atividade agrícola, o aconselhamento agrícola, a indústria e a inovação.

Como nota final é importante realçar o trabalho que tem sido realizado pelos serviços oficiais, na área da experimentação em agricultura biológica, nomeadamente nas ilhas de São Miguel e Terceira. É fundamental dar continuidade e reforçar o papel da experimentação na R.A.Açores, como instrumento essencial para o desenvolvimento da agricultura e para o apoio aos produtores agrícolas.

10.2.2. Produção integrada

A Produção Integrada visa a obtenção de bens agrícolas reconhecidos pela sua qualidade: são, de boas características visuais, de sabor e de conservação, de modo a respeitarem as exigências das normas nacionais e internacionais relativas à qualidade dos produtos, segurança alimentar e rastreabilidade, com valorização pelo mercado, assegurando, simultaneamente, uma melhor proteção dos recursos naturais e a preservação do ambiente.

Os objetivos da produção integrada são:

- ✓ Proteger a saúde do agricultor;
- ✓ Preservar o ambiente, nomeadamente a biodiversidade, o solo e a água;
- ✓ Melhorar a qualidade dos produtos agrícolas, assegurando produções de alta qualidade;
- ✓ Contribuir para a melhoria dos rendimentos dos agricultores.

Os produtos que ostentem o símbolo da Produção Integrada e a marca da certificação (emitida por um organismo privado de controlo) garantem ao consumidor que foram produzidos por processos amigos da saúde do consumidor e da natureza.

Com o objetivo de incentivar a adoção de modos de produção mais sustentáveis, a R.A.Açores implementou em 2014, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural, a intervenção “Produção Integrada”, no âmbito da medida “Agroambiente e Clima”.

No primeiro ano de implementação da intervenção registou-se em algumas ilhas, uma elevada adesão dos produtores agrícolas da R.A.Açores.

No período 2014 a 2019, registaram-se 412 pedidos de apoio aprovados no âmbito da intervenção “Produção Integrada”, da medida “Agroambiente e Clima”. A ilha de São Jorge representa cerca de 71% dos pedidos de apoio.

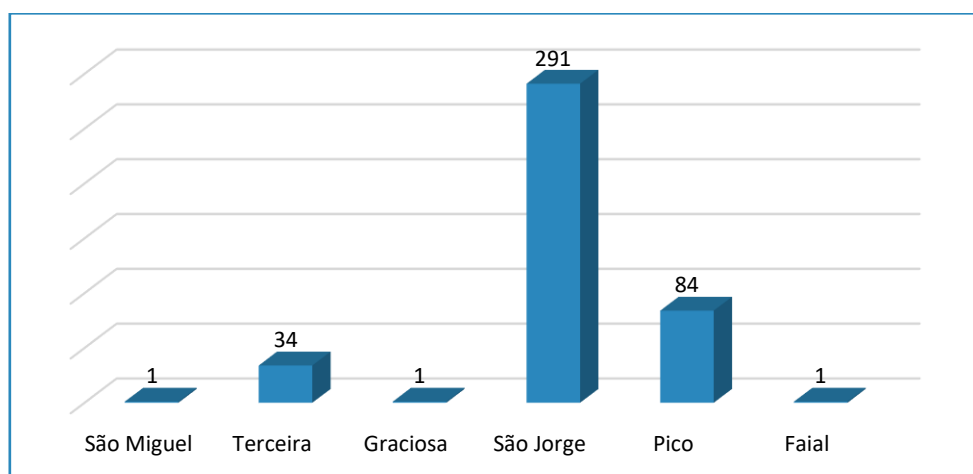


Figura 306. Distribuição do n.º de beneficiários, com pedidos de apoio aprovados no âmbito da intervenção “Produção integrada” entre 2014 e 2019

Fonte: DRDR

Relativamente à área aprovada para pagamento, no âmbito da Produção Integrada, verificamos que São Jorge representa cerca de 64% (9.734,10 ha) da área, seguindo-se o Pico com cerca de 26% (4.051,80 ha).

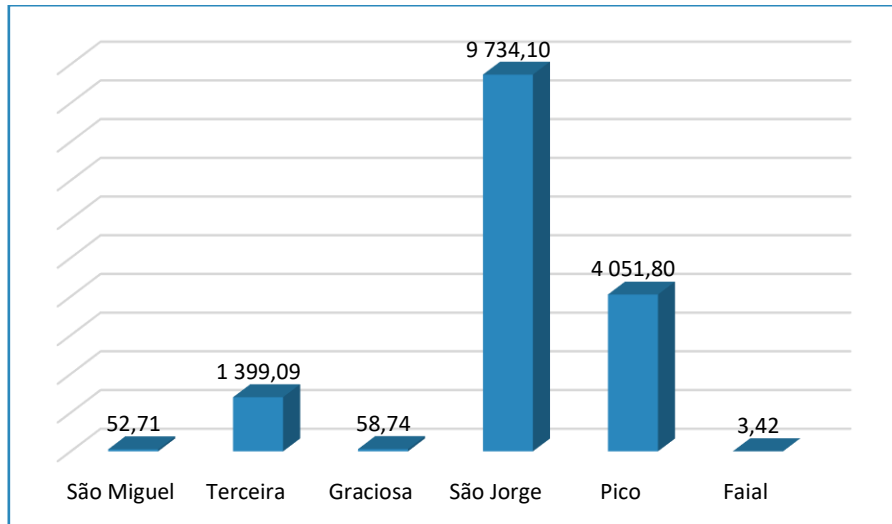


Figura 307. Área candidata e aprovada nos pedidos de apoio no âmbito da intervenção “Produção Integrada” entre 2014 e 2019

Fonte: DRDR

Relativamente à distribuição da despesa pública aprovada, por ilha, e à semelhança do que se verificou com a área, destaca-se a ilha de São Jorge, com cerca de 64% da despesa seguindo-se o Pico com 27%.

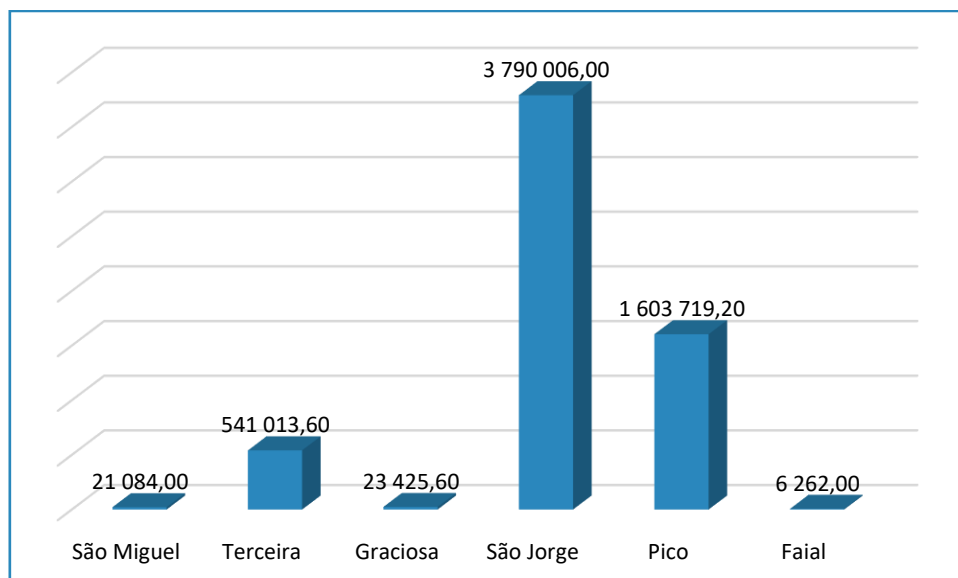


Figura 308. Despesa Pública aprovada para pagamento nos pedidos de apoio no âmbito da intervenção “Produção Integrada” entre 2014 e 2019

Fonte: DRDR

Com o objetivo da Região continuar a responder às exigências da sociedade em matéria de alimentação e saúde, é essencial incentivar os agricultores a alterarem o seu modo de produção para modos de produção mais sustentáveis.

10.3. Produtos regionais qualificados

10.3.1. Organizações de produtores certificados

Para além das componentes técnicas e fatoriais do posicionamento da agricultura na cadeia de valor, também existem estruturas socioeconómicas que podem facilitar a integração dos agricultores. De entre essas estruturas destacam-se as Organizações de Produtores (OP) e as Denominações de Origem Protegida.

A atividade agrícola depara-se com limitações em termos de logística, de escala da procura/insuficiência da oferta (mesmo tratando-se apenas do mercado interno), de integração entre a produção primária e a transformação industrial, e a promoção.

A criação de agrupamentos e/ou de Organizações de Produtores é uma forma de os agricultores atenuarem constrangimentos económicos, ambientais e sociais resultantes da fragmentação, ao mesmo tempo que se promovem as condições para a otimização e racionalização dos recursos existentes, identificando complementaridades e conhecimento especializado, assim como formas de promover a difusão de novos produtos e serviços.

Neste contexto, as OP concorrem para o ganho de capacidade para enfrentar os desafios colocados pela intensificação da concorrência e para consolidar os mercados no que respeita à comercialização dos seus próprios produtos, nomeadamente, em mercados locais e de proximidade, e na exploração de novos mercados em Portugal, na Europa e fora da Europa.

Ainda assim, a organização da produção na R.A. dos Açores é incipiente. A portaria n.º 169/2015 de 4 de junho, estabeleceu as regras de reconhecimento de organizações de produtores e associações previstas no Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro. Os agrupamentos de produtores passaram a ser reconhecidos enquanto estruturas de carácter transitório.

A Portaria n.º 77/2015 de 18 de junho, por sua vez, designa como entidade competente, na R.A. dos Açores, no âmbito do reconhecimento de organizações de produtores e respetivas associações, no que diz respeito às produções vegetais e produções animais, o IAMA – Instituto de Alimentação e mercados Agrícolas.

O Despacho n.º 493/2016 de 15 de março, estabeleceu para a R.A. dos Açores o número mínimo de membros produtores e o volume mínimo de produção comercializada com vista ao

reconhecimento das organizações de produtores dos sectores das produções vegetais e animais (Tabela 151).

Em resultado da criação destas condições legais têm vindo a ser formalizadas OP na R.A. dos Açores.

A Tabela 151 elenca o número mínimo de produtores e o VPC necessário para a criação e reconhecimento de uma OP na R.A. dos Açores.

Tabela 151. Mínimo de membros produtores e o Valor mínimo de produção comercializada (VPC) (milhares de euros).

Setor ou produto		N.º mínimo de produtores	VPC
Produções vegetais	Cereais, sementes de oleaginosas e proteaginosas, não incluindo o milho	6	25
	Cereais, sementes de oleaginosas e proteaginosas, incluindo o milho	6	35
	Vinho	5	20
	Flores	5	50
	Banas	5	50
	Frutas e produtos hortícolas transformados	5	10
	Batata	5	20
	Outros produtos vegetais	5	10
Produções animais	Carne do bovino	12	500
	Carne de suíno	7	200
	Carne de aves de capoeira	6	100
	Ovos	6	100
	Carne de caprino	6	20
	Carne de coelho	5	20
	Carne de ovino	6	30
	Leite e produtos lácteos de vaca	12	2500
	Leite e produtos lácteos de ovelha ou cabra	6	15
	Produtos apícolas	6	15
	Outros produtos animais	5	15

Fonte: Despacho n.º 493/2016 de 15 de março

Atualmente existem na R.A.Açores, três cooperativas reconhecidas, para três setores de atividades, designadamente bananas, flores e produtos apícola.

Embora seja um reduzido número de entidades, tem sido importante o trabalho desenvolvido no que concerne à concentração da produção e ao ganho de escala, com benefícios para os produtores.

É fundamental continuar a incentivar a organização da produção e o seu reconhecimento.

Tabela 152. Setores reconhecidos por ilha

Setor	Ilha
Bananas	São Miguel
Bananas	Faial
Bananas	Terceira
Flores	
Produtos apícolas	

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

10.3.2. Produtos certificados DOP e IGP

Na R.A. Açores existem atualmente diversos produtos com o selo DOP (Denominação de Origem) e com o selo IG (Indicação Geográfica Protegida). As regras de execução da regulamentação comunitária, relativa à aplicação do sistema de proteção das indicações geográficas e das denominações de origem, da atribuição de certificados de especificidade e do modo de produção biológico dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios estão estabelecidas para a Região através do Despacho Normativo n.º 249/93, de 9 de dezembro.

O Instituto da Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA) preside à Comissão Técnica de Certificação e Controlo (CTCC) que é responsável na Região pelo controlo e certificação de produtos agrícolas ou géneros alimentícios registados ou protegidos como denominação de origem, indicação geográfica ou especialidade tradicional garantida. A CTCC tem a seu cargo o controlo e certificação de todos os produtos registados da Região, à exceção do Queijo de São Jorge, cujo controlo cabe à Confraria Queijo São Jorge.

A certificação dos vinhos, é da responsabilidade da Comissão Vitivinícola Regional dos Açores, a qual possui atualmente 21 agentes económicos⁵⁰ com possibilidade de certificar vinhos: 21 na ilha do Pico, 5 na ilha Terceira, 1 na Graciosa e 3 em São Miguel.

Seguidamente é apresentada uma descrição sucinta dos produtos certificados DOP e IGP da R.A. Açores⁵¹.

São produtos DOP na região:

- Queijo São Jorge;
- Ananás dos Açores / São Miguel;

⁵⁰ Adega Cooperativa dos Biscoitos; Adega e Cooperativa Agrícola da Ilha Graciosa; Cancela do Porto; Anselmo Mendes Vinhos, Lda.; Azores Wine Company; Cátia Alexandra Leal Laranjo; Picowines; Curral Atlântis; Dimas Rafael Lopes Pires; Czar; Gilberto Ribeiro; Hermano Sousa Ferreira; Insula Vinus; João Paulo Cabral Cora; José Manuel M. Machado de Sousa; Adega "A Buraca"; Mário A. S. Rebelo; Mário Jorge Teixeira Araújo; PocinhoBay, Sociedade Unipessoal, Lda; Secret Mountain Lda.; TITO'S Unipessoal Lda.

⁵¹ Com base em informações disponíveis do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, da Comissão Vitivinícola Regional e do Inquérito aos Agrupamentos de produtores de produtos com DOP/IGP/ETG, da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

- Maracujá de São Miguel / Açores;
- Mel dos Açores;
- Queijo do Pico;
- Vinhos e vinhos licorosos DO dos Biscoitos, Graciosa e Pico.

No ano de 2018, a maioria dos produtos DOP, registou produção, com exceção do Maracujá de S. Miguel.



Queijo São Jorge

Classificado como um queijo curado de pasta dura ou semi-dura, de sabor limpo, ligeiramente picante e aroma forte (propriedades que se acentuam com o envelhecimento) o Queijo São Jorge é um produto internacionalmente conhecido, cujas qualidades o distinguem em absoluto dos outros queijos portugueses. Mantém-se a forma tradicional de fabrico e apresenta características atribuíveis ao leite e à forma tradicional de maneio das vacas.

Área geográfica de produção: Ilha de S. Jorge

Entidade Certificadora: Confraria do Queijo de S. Jorge

Agrupamento Gestor da DOP: UNIQUEIJO - União de Cooperativas Agrícolas da Ilha de São Jorge

Entre os anos de 2016 e 2018, registou-se um ligeiro decréscimo da produção de queijo de São Jorge, certificado como DOP, mas registou-se um aumento do valor da produção certificada na ordem dos 4,09%, em consequência do aumento do preço unitário do produto (6,40%).

Tabela 153. Produção de Queijo de São Jorge

Queijo de São Jorge	Anos	Produção (Kg)	Preço do produto certificado (€/Kg)	Valor da Produção (€)
	2016	1 120 927	6,09	6 826 445
	2017	1 044 309	6,18	6 453 830
	2018	1 096 515	6,48	7 105 417

Fonte: IAMA



Ananás dos Açores/S. Miguel

O Ananás dos Açores/S. Miguel (*Ananas comosus* L. Merrill, variedade Cayene) é produzido em estufas de vidro utilizando técnicas de cultivo tradicionais: aplicação de "fumos" e utilização de "camas quentes" à base de matéria vegetal. Ao fim de um período de dois anos, desde a plantação até à colheita, obtém-se um fruto de qualidades ímpares de aroma e sabor. A cultura foi introduzida em S. Miguel por volta de 1840-50, sendo comercializado na Europa há mais de um século.

Área geográfica de produção: Ilha de S. Miguel

Entidade Certificadora: IAMA – Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Agrupamento detentor da DOP: Profrutos - Cooperativa de Produtores de Frutas, Produtos Hortícolas e Florícolas de São Miguel

Entre os anos de 2016 e 2018, verificou-se uma oscilação na produção de ananás, certificada como DOP, tendo-se registado um aumento do valor da produção, na ordem dos 9,07%, em consequência do aumento do preço unitário do produto, que registou um aumento de 7,41%.

Tabela 154. Produção de Ananás dos Açores

Ananás dos Açores	Anos	Produção (Kg)	Preço do produto certificado (€/Kg)	Valor da Produção (€)
	2016	462 588	2,7	1 248 988
	2017	478 813	2,7	1 292 795
	2018	469 766	2,9	1 362 321

Fonte: IAMA



Maracujá de São Miguel / Açores

O maracujá produzido na ilha de S. Miguel desde o século XVIII distingue-se pelo seu perfume intenso e características organoléticas sui-generis. O maracujá de S. Miguel tem uma casca lisa e brilhante com uma coloração púrpura uniforme, uma polpa amarela dourada, onde se encontram as pequenas sementes envolvidas por uma película viscosa e sumarenta de sabor agradável e um perfume intenso, forte e característico.

Área geográfica de produção: Ilha de S. Miguel

Entidade Certificadora: IAMA – Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Agrupamento detentor da DOP: FRUTAÇOR - Cooperativa Agrícola Açoriana de Hortofruticultura, C. R. L

Entre os anos de 2016 e 2018, não se registou certificação da produção de Maracujá de São Miguel.



Mel de incenso: Resulta do néctar recolhido pelas abelhas das flores da espécie *Pittosporum undulatum* (percentagem de pólen superior a 30%) Cor: tonalidade muito clara a âmbar claro, no máximo 50 na escala PFUND; Cheiro delicado e perfumado; Sabor muito doce com paladar típico;

Mel multiflora: Resulta da mistura de néctares de várias espécies de flores. Cor: âmbar claro a âmbar escuro, no máximo 114 na escala PFUND; Sabor rico e perfumado denotando a variada flora que lhe deu origem.

Área geográfica de produção: Arquipélago dos Açores

Entidade Certificadora: IAMA – Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Agrupamento Gestor da DOP: FRUTER – Cooperativa de Hortofruticultores da Ilha Terceira, CRL

Entre os anos de 2016 e 2018, verificou-se um aumento muito significativo da produção de mel dos Açores certificada como DOP, e consequentemente um aumento do valor da produção certificada na ordem dos 9,57%, não se tendo registado o aumento do preço unitário do mel, que se manteve estagnado nos 7€/Kg.

Tabela 155. Produção de Mel dos Açores

Mel dos Açores	Anos	Produção (Kg)	Preço do produto certificado (€/Kg)	Valor da Produção (€)
	2016	700	7,00	32 900
	2017	4 860	7,00	34 020
	2018	5 150	7,00	36 050

Fonte: IAMA



Queijo do Pico

Trata-se de um queijo curado que resulta do esgotamento lento da coalhada após coagulação do leite de vaca cru, com coalho de origem animal. Os ingredientes utilizados no fabrico do queijo do Pico são: leite de vaca cru, coalho animal e sal.

Área geográfica de produção: Ilha do Pico

Entidade Certificadora: IAMA – Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Agrupamento Gestor da DOP: Associação de Produtores de Queijo do Pico

Entre os anos de 2016 e 2018, só se registou certificação da produção de DOP “Queijo do Pico”, no último ano desse período.

Tabela 156. Produção de Queijo do Pico

Queijo do Pico	Anos	Produção (Kg)	Preço do produto certificado (€/Kg)	Valor da Produção (€)
	2016	0	0,00	0
	2017	0	0,00	0
	2018	863	7,00	6 041

Fonte: IAMA



Vinho DO - Biscoitos

Reconhecimento: É reconhecida a DO - Biscoitos para a produção de vinho branco, vinho espumante branco, vinho licoroso branco e vinagre de vinho branco.

Área geográfica de produção: Áreas de altitude igual ou inferior a 100 m na freguesia dos Biscoitos, no município da Praia da Vitória, ilha Terceira.

Solos: Litólicos não húmidos e litossolos, sobre substrato consolidado de basaltos ou rochas afins, andesitos e traquitos, em geral correspondente a lavas recentes, frequentemente associados a afloramentos rochosos e por vezes com material pedregoso disseminado.

Castas aptas: Pelo menos 85% do volume total do mosto deve provir das castas Arinto dos Açores, Terrantez do Pico e Verdelho. O remanescente do volume total do mosto, pode provir das seguintes castas: Galego Dourado e Malvasia Fina.

Entidade Certificadora: Comissão Vitivinícola Regional dos Açores

No ano de 2018, registou-se um aumento da produção de vinho dos Biscoitos, certificado como DOP.

Tabela 157. Produção de Vinho dos Biscoitos

	Anos	Produção (litros)	Preço do produto certificado (€)	Valor da Produção (€)
Vinho DO Biscoitos	2016	2 400	Não disponível	-
	2017	1 000	Não disponível	-
	2018	3 900	Não disponível	-

Fonte: IAMA



Vinho DO - Graciosa

Reconhecimento: É reconhecida a DO - Graciosa para a produção de vinho branco, vinho espumante branco, vinho licoroso branco e vinagre de vinho branco.

Área geográfica: No município de Santa Cruz, a freguesia do mesmo nome e as de Guadalupe, Praia e Luz, em áreas de altitude igual, ou inferior, a 150 m.

Solos: Pardo ândicos, normais e pouco espessos, e solos rególicos derivados de rochas basálticas, ou de materiais piroclásticos assentes sobre rocha basáltica a pouca profundidade.

Castas aptas: Pelo menos 85% do volume total do mosto deve provir das castas Arinto dos Açores, Terrantez do Pico e Verdelho. O remanescente do volume total do mosto, pode provir das seguintes castas: Galego Dourado e Malvasia Fina.

Entidade Certificadora: Comissão Vitivinícola Regional dos Açores

No ano de 2018, registou-se um aumento da produção de vinho da Graciosa, certificado como DOP, registando-se um aumento do valor da produção certificada, em consequência do aumento do preço unitário do produto.

Tabela 158. Produção de Vinho da Graciosa

	Anos	Produção (litros)	Preço do produto certificado (€)	Valor da Produção (€)
Vinho DO Graciosa	2016	1 200	5,91	7 092
	2017	1 100	9,00	9 900
	2018	4 500	13,76	61 920

Fonte: IAMA



Vinho DO - Pico

Reconhecimento: É reconhecida a DO - Pico para a produção de vinho branco, vinho espumante branco, vinho licoroso branco e vinagre de vinho branco.

Área geográfica: No município da Madalena, em áreas de altitude igual ou inferior a 100 m; No município de São Roque, a freguesia de Santa Luzia e parte da freguesia da Prainha, lugar da Baía de Canas, em áreas de altitude igual ou inferior a 100 m; No município das Lajes, a freguesia da Piedade, nos lugares de Engrade e Manhenna, em áreas de altitude igual ou inferior a 100 m;

Solos: litólicos não húmidos e litossolos, sobre substrato consolidado de basaltos ou rochas afins, correspondente a lavas recentes, associadas a afloramentos rochosos, por vezes com material pedregoso disseminado e manto lávico consolidado à superfície;

Castas aptas: Pelo menos 85% do volume total do mosto deve provir das castas Arinto dos Açores, Terrantez do Pico e Verdelho. O remanescente do volume total do mosto, pode provir das seguintes castas: Galego Dourado e Malvasia Fina.

Entidade Certificadora: Comissão Vitivinícola Regional dos Açores

No ano de 2018, registou-se um aumento significativo da produção de vinho do Pico, certificado como DOP, assim como um aumento do valor da produção certificada e do preço unitário do produto.

Tabela 159. Produção de Vinho do Pico

	Anos	Produção (litros)	Preço do produto certificado (€)	Valor da Produção (€)
Vinho DO Pico	2016	39 550	6,42-18,00	253 911 – 711 900
	2017	37 590	9,34-18,00	351 091 – 676 620
	2018	173 188	9,48-20,00	1 641 820 – 3 463 760

Fonte: CVR

Os produtos registados como IGP na região são:

- Carne dos Açores;
- Melloa de Santa Maria.
- Vinhos IGP - Açores.



Carne dos Açores

A Carne dos Açores é proveniente das carcaças de bovinos nascidos, criados e abatidos na Região Autónoma dos Açores, segundo os moldes tradicionais.

As suas características estão, assim, intimamente ligadas, por um lado, às condições edafo-climáticas dos Açores, propícias à criação de gado em pastagens naturais e, por outro, aos métodos ancestrais de alimentação e condução do gado seguido pelas populações da região.

Área geográfica de produção: Arquipélago dos Açores

Entidade Certificadora: IAMA – Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Agrupamento Gestor da DOP: FEDERAÇÃO AGRÍCOLA DOS AÇORES CRL

Entre os anos de 2016 e 2018, verificou-se um decréscimo, na ordem dos 13,86%, na quantidade de carne dos Açores certificada com IGP. Simultaneamente registou-se um aumento do preço unitário do produto, na ordem dos 9,67%.

Tabela 160. Carne dos Açores

	Anos	Produção (Kg)	Preço do produto certificado (€/Kg)	Valor da Produção (€)
Carne dos Açores	2016	729 397	3,31	2 415 869
	2017	578 478	3,58	2 071 924
	2018	628 281	3,63	2 278 836

Fonte: IAMA



Meloa de Santa Maria

A Meloa de Santa Maria/Açores é proveniente dos frutos de nome científico *Cucumis melo* L. pertencentes ao grupo Cantalupenses e aos tipos varietais reticulados, produzidos na Ilha de Santa Maria, de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações. Estes frutos caracterizam-se por apresentar forma redonda a oval, casca intensamente reticulada de cor esverdeada enquanto não maduros, tornando-se amarela-esverdeada na maturação, e polpa geralmente de cor alaranjada e textura macia, muito aromática e com um sabor “sui generis” doce e sumarento, quando madura.

O peso médio da Meloa de Santa Maria — Açores situa-se nas 800 g e o seu diâmetro médio nos 13 cm. As suas características devem-se às condições climáticas, ao tipo de solos e de relevo da ilha de Santa Maria, assim como aos métodos locais de produção inerente ao conhecimento dos produtores sobre o fruto.

Área geográfica de produção: Ilha de Santa Maria

Entidade Certificadora: IAMA – Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Agrupamento Gestor da DOP: AGROMARIENSECOOP - Cooperativa de Produtores Agropecuários da Ilha de Santa Maria, CRL

Entre os anos de 2016 e 2018, verificou-se uma diminuição da produção de “Meloa de Santa Maria”, certificada como DOP, assim como do valor da produção certificada, embora se tenha registado um aumento na ordem dos 3,85%, do preço unitário do produto.

Tabela 161. Produção de Meloa de Santa Maria

Meloa de Santa Maria	Anos	Produção (Kg)	Preço do produto certificado (€/Kg)	Valor da Produção (€)
	2016	99 117	1,30	128 852
	2017	84 397	1,30	109 716
	2018	76 286	1,35	102 986

Fonte: IAMA



Vinho IGP - Açores

Reconhecimento: É reconhecida a IGP - Açores, para os vinhos de qualidade brancos e tintos, que satisfaçam as condições de produção fixadas na portaria 42/2003 de 22 de Maio. Em alternativa, aqueles vinhos poderão usar a menção “Vinho Regional Açores”.

Área geográfica: Abrange as 9 ilhas que compõem a Região Autónoma dos Açores.

Castas:

Tintas: Agronómica, Aragonês (Tinta Roriz), Cabernet-Franc, Cabernet Sauvignon, Castelão (Periquita), Complexa, Merlot, Pinot Noir, Rufete, Saborinho, Tinta Barroca, Touriga Franca, Touriga Nacional, Vinhão.

Branças: Arinto (Pedernã), Arinto dos Açores, Bical, Chardonnay, Fernão Pires, Galego Dourado, Generosa, Gouveio, Malvasia, Malvasia-Fina, Moscatel Graúdo, Riesling, Rio Grande, Seara Nova, Sercial, Tália, Terrantez do Pico, Verdelho, Viosinho, Gewurtraminer.

Entidade Certificadora: Comissão Vitivinícola Regional dos Açores

No ano de 2018, registou-se um aumento significativo da produção de vinho Açores, certificado como IG, como consequência constata-se um aumento do valor da produção certificada, embora se tenha registado uma redução de 7,1% no preço unitário do produto.

Tabela 162. Produção de Vinho IG Açores

	Anos	Produção (litros)	Preço do produto certificado (€)	Valor da Produção (€)
Vinho IG Açores	2016	51 998	4,09	212 672
	2017	65 096	4,12	268 196
	2018	137 025	3,80	520 695

Fonte:CVR

De destacar que o Alho da Graciosa encontra-se em processo de certificação.

10.3.3. Marca Açores

A Marca Açores surgiu com o intuito de promover a R.A. Açores a nível interno e externo, a partir da divulgação da qualidade diferenciadora e os atributos distintivos dos produtos da região, realçando as qualidades do meio natural e os processos produtivos tradicionais. A Marca Açores é assim uma marca territorial que distingue e identifica a R.A. Açores ao nível da promoção turística, dos seus produtos e serviços.

Os produtos produzidos na região que estão associados à marca, beneficiam de:

- a) A utilização da "Marca Açores" nos rótulos, embalagens e todo o material promocional dos produtos e serviços aderentes à marca e de outros materiais de comunicação e logísticos, possibilitando a qualificação e valorização da produção de bens e serviços regionais de forma diferenciada;
- b) A possibilidade de obter majorações de apoio no âmbito do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial, denominado Competir +;
- c) A possibilidade de beneficiar de campanhas de comunicação e marketing da iniciativa "Marca Açores", promovidas pela entidade coordenadora, por departamentos do Governo dos Açores e entidades parceiras, com inegável contributo para o aumento da visibilidade dos produtos e serviços aderentes, para o aumento da confiança por parte do público consumidor e estímulo da mudança de atitude do mesmo, no sentido de reconhecer a qualidade regional intrínseca;
- d) A simples e imediata identificação pelo consumidor da origem regional do produto e da incorporação regional no mesmo, estimulando a preferência pelo consumo de produtos açorianos;
- e) O incremento da procura de bens que, de forma mais expressiva, contribuam para a criação de valor para os Açores, promovendo a competitividade das entidades aderentes;
- f) A possibilidade de fazer parte de uma estratégia coletiva de marcas e de identificação de produtos regionais;
- g) A integração numa rede colaborativa de entidades Marca Açores para valorização das suas vantagens competitivas;
- h) A possibilidade de destaque específico para os produtos Marca Açores junto da grande distribuição e de retalhistas aderentes;
- i) A participação de forma agregada em eventos regionais, nacionais e internacionais de dinamização da Marca Açores, destinados a diversos tipos de públicos consumidores ou a empresas;
- j) O acesso privilegiado à divulgação e informação regular e atualizada, via correio eletrónico, sobre todas as ações da Marca Açores;

- k) A possibilidade de beneficiar de processos de facilitação na qualificação enquanto fornecedores junto de grandes compradores regionais, nacionais e internacionais.

A utilização do selo da Marca Açores (Figura 309) teve início a 6 de março de 2015, tendo no entanto a sua regulamentação entrado em vigor com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2016/A, de 26 de outubro, que aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional.



Figura 309. Selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza»

Fonte: Marca Açores (SDEA, EPER)

A Marca Açores abrange produtos diversos de origem na região, em categorias diversas como bebidas, frescos e perecíveis, lacticínios, mercearia e outros produtos não alimentares, bem como serviços locais, estabelecimentos de restauração, comércio e alojamento, artesanato e madeira.

Tabela 163. Produtos produzidos e comercializados com selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza»

Categoria	Produtos	N.º
Bebidas	Sumos	2
	Águas	2
	Cervejas	4
	Refrigerantes	3
	Aguardentes	6
	Licores	59
	Vinhos	25
	Outros	1
Subtotal Bebidas		102
Frescos e Perecíveis	Carne	85
	Ovos	6
	Enchidos	112
	Marisco	81
	Peixe	15
	Frutas	64
	Legumes	219
	Pastelaria	39

Categoria	Produtos	N.º
	Padaria	39
	Doçaria	7
Subtotal Frescos e Perecíveis		667
Lacticínios	Leite	23
	Iogurtes	38
	Natas	3
	Gelados	17
	Manteiga	10
	Queijo	103
Subtotal Lacticínios		194
Mercearia	Bolachas	55
	Biscoitos	45
	Rebuçados	16
	Chá	8
	Compotas	65
	Mel	19
	Temperos	15
	Conservas	62
	Especiarias	95
	Outras mercearias	19
Subtotal Mercearia		399
Outros	Plantas	1
	Outros produtos não alimentares	28
	Animação turística	50
	Agências de viagens	1
	Atividades em parques e reservas naturais	1
	Outros serviços	5
	Comércio	8
	Restauração	13
	Alojamento	5
	Artesanato	95
	Artesanato alimentar	7
	Florestas	1
Subtotal Outros		215
TOTAL		

Fonte: SPI, através do Catálogo Marca Açores (SDEA)⁵²

⁵² <https://www.marcaacores.pt/ficheiros/catalogo.pdf> (versão 57 de 3 de dezembro de 2019).

Segundo o Catálogo da Marca Açores (conforme a Tabela 163) que integra a listagem de todos os produtores, produtos, estabelecimentos e serviços abrangidos pelo selo da Marca Açores, acessível através da página eletrónica da Marca Açores, existem atualmente na R. A. Açores um total de 1.577 variedades de produtos, serviços e estabelecimentos com este selo, sendo o universo de produtos frescos e perecíveis os mais representativos com 42% do total (667 variedades de produtos), com maior peso dos legumes e enchidos. Segue-se a categoria de mercearia, onde dominam os produtos de especiarias, compotas e conservas (399 produtos). A categoria de lacticínios integra 194 produtos com o selo, com maior predomínio das variedades de queijo, enquanto a categoria de bebidas integra 102 produtos (6% do total), dos quais assumem maior peso os licores e vinhos (Figura 310).

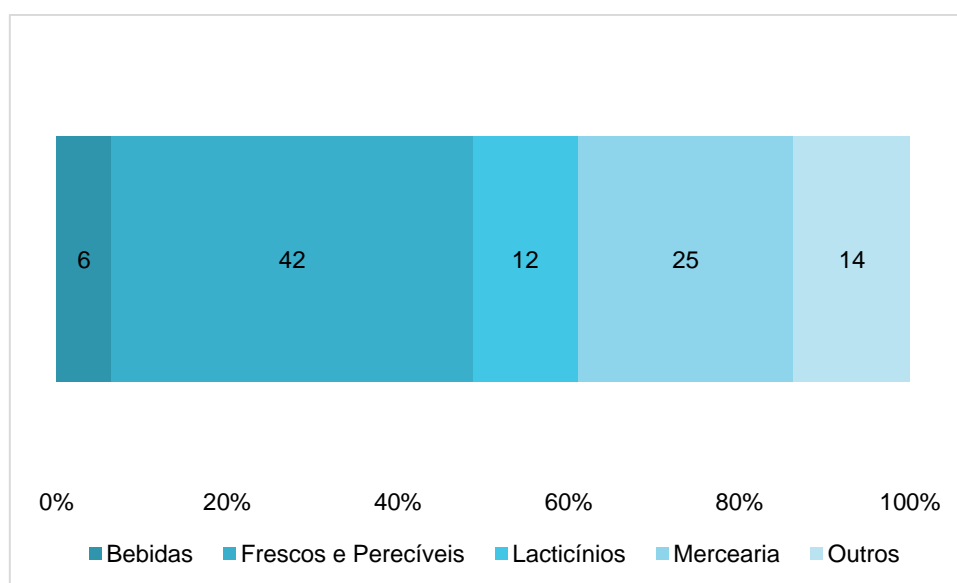


Figura 310. Representatividade (%) das diversas categorias de produtos, estabelecimentos e serviços com o selo da Marca Açores

Fonte: SPI, através do Catálogo Marca Açores (SDEA)

10.4. Efetivo e bem-estar animal

O efetivo animal nas explorações da R.A. Açores tem variado nos últimos anos e desde 2009 observa-se de forma consecutiva um aumento no efetivo de bovinos e de ovinos e uma diminuição no efetivo de suínos e caprinos (Figura 311). Neste período o número de cabeças de gado de bovinos aumentou 5,4% na região (de 248.763 em 2009 para 263.000 cabeças em 2016), sendo 35,2 o número médio de animais bovinos por exploração (7.466 explorações).

O gado ovino registou um aumento considerável de 23% na R.A. Açores, de 3.850 cabeças no ano de 2009 para 5.000 cabeças no ano de 2016, com um número médio de 8,1 animais por exploração (589 explorações).

Em sentido contrário, o efetivo suíno tem diminuído na região, de um total de 42.276 em 2009 para um total de 31.000 no ano de 2016 (decréscimo de 36,4%). Em 2016 a região totalizava 2.274 explorações de suínos, com uma média de 13,7 cabeças por exploração.

Por fim, também o efetivo caprino tem registado uma diminuição acentuada, de 8.018 animais no ano de 2009 para 5.000 no ano de 2016 (decréscimo de 60,4%). Em 2016 existiam 1.202 explorações na região, com uma dimensão média do efetivo de 4,2 cabeças.

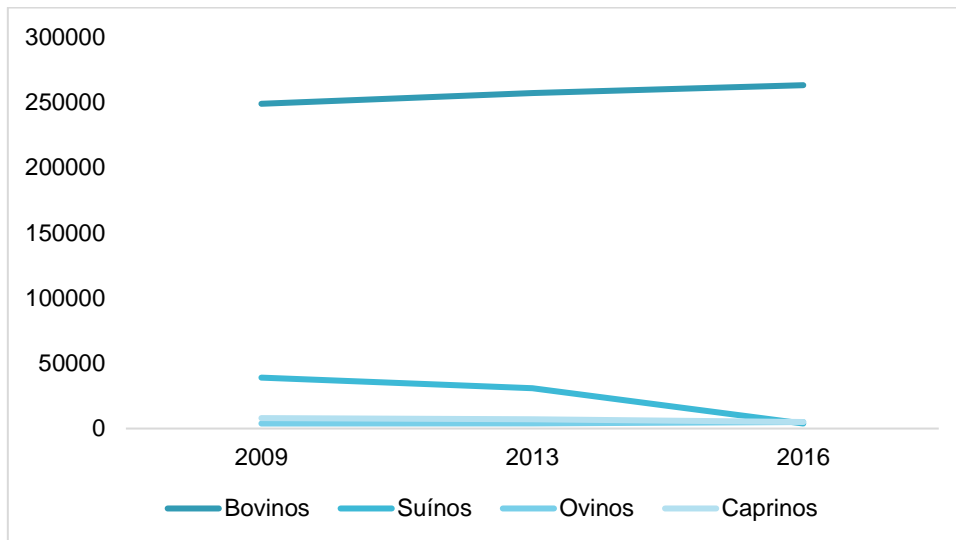


Figura 311. Efetivo animal na R.A. Açores, por espécie, entre 2009 e 2016

Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 e Inquéritos às Explorações Agrícolas 2013 e 2016

Por sua vez, através da análise da Figura 312 é possível perceber que entre 2013 e 2016 houve um aumento do número de vacas leiteiras por exploração na R.A. Açores (aumento de 31 para 34 vacas por exploração), o que contraria a tendência de diminuição registada no Continente (diminuição de 37 para 35 vacas por exploração).

No mesmo período, na R.A. Açores verificou-se uma diminuição do número de bovinos por exploração (diminuição de 37 para 35 bovinos por exploração) a par de um aumento do número de ovinos (aumento de 6 para 8 ovinos por exploração). Por sua vez, o número de cabeças normais por SAU manteve-se constante.

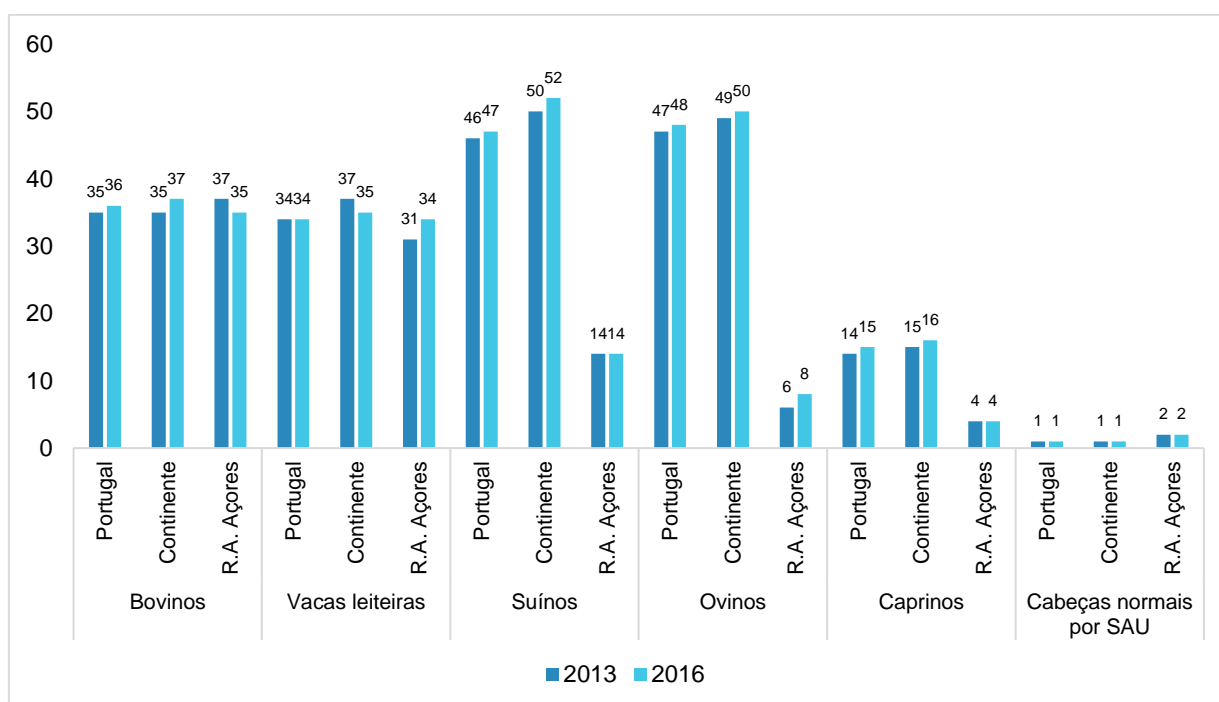


Figura 312. Números de cabeças de gado por exploração

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

A importância da monocultura na Região, em especial para a produção de leite e carne fica também patente na Tabela 164, onde é perceptível o peso das explorações de bovinos destinados à produção de leite e de carne, relativamente às restantes explorações de herbívoros e de granívoros. É de realçar o aumento do número de explorações na produção de bovinos de carne a uma ligeira diminuição para os bovinos de leite, registando-se também a diminuição das explorações de suínos e o aumento nas de aves.

Tabela 164. Explorações agrícolas (n.º) na R.A. Açores por tipo de efetivo animal

Explorações agrícolas (n.º)	Ano		
	2009	2013	2016
Herbívoros	7725	6659	7167
Dos quais: bovinos de leite	2816	2602	2287
Bovinos de carne	3539	3371	4014
Bovinos de leite e carne	396	396	415
Ovinos, caprinos e div. Herbívoros	474	429	451
Granívoros	316	340	286
Dos quais: suínos	96	120	39
Aves	123	135	189

Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 e Inquéritos às Explorações Agrícolas 2013 e 2016

Quanto à área de SAU das explorações agrícolas para a produção animal na região, não ocorreram variações significativas no período 2009-2016 (Tabela 165). A área total sofreu um aumento de 3.381 hectares entre 2009 e 2016, apesar de o maior aumento ter sido verificado a partir de 2013, após uma diminuição entre 2009 e 2013. Quanto à área média das explorações, entre 2009 e 2016 esta aumentou 1,8 hectares.

Tabela 165. Área de SAU das explorações agrícolas de produção animal na R.A. Açores (2009-2016)

Ano	Área de SAU (ha)	
	Total	Média
2009	120.412	8,9
2013	118.589	10
2016	123.793	10,7

Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 e Inquéritos às Explorações Agrícolas 2013 e 2016

O bem-estar animal no setor agroalimentar tem constituído nos últimos anos uma aposta premente na R.A. Açores por parte do setor público e privado, tanto na fileira do leite como na produção de carne. Proporcionar as melhores condições ao animal nas suas diferentes fases de vida é tido como uma tarefa fulcral para a garantia de uma maior qualidade do produto final, trazendo benefícios, para os animais, para o meio ambiente, para os produtores e para a economia local.

O pastoreio do gado em meio natural, como aquele que se pratica na R. A. Açores está fortemente relacionado com a reconhecida qualidade do produto final, tanto da carne como do leite e seus derivados. Este benefício é potenciado pelas condições do meio natural, decorrentes do clima com temperaturas amenas e chuvas abundantes distribuídas ao longo ano, que enriquecem os solos e favorecem os sistemas de abastecimento de água, bem como por uma cada vez maior alocação de meios técnicos e humanos, mais evoluídos e com formação superior, à qual se juntam algumas parcerias em termos de investigação científica no setor agroalimentar.

O exemplo mais conhecido de programas regionais vocacionados para a produção de produtos de excelência com a garantia do bem-estar animal, extravasando até as fronteiras da Região, é o programa “Leite de Vacas Felizes”, que garante a produção de leite, em animais criados permanentemente nas pastagem ⁵³. O programa “Leite das Vacas Felizes”, é auditado e certificado por uma entidade externa, e assenta em cinco pilares:

(1) a *pastagem*, tendo a erva como fonte de alimento natural e contínuo para o gado, sendo rico nutricionalmente;

⁵³ <https://www.terra-nostra.pt/programa-de-leite-de-vacas-felizes>

(2) o *bem-estar animal*, garantido aos animais os necessários cuidados de saúde e higiene e o acesso aos vastos campos em comunidade com outros indivíduos da mesma espécie, evitando-se a permanência em estábulos e a alimentação à base de ração;

(3) a *qualidade e segurança alimentar*, onde é garantida a frescura do produto recolhido diariamente segundo processos rigorosos de recolha, transporte e testes de qualidade, até à entrega nas superfícies comerciais;

(4) a *produção sustentável*, garantindo que a produção recorre a práticas ambientais mais eficientes e sustentáveis e a menores consumos de energia, salvaguardando os recursos naturais da região para as gerações seguintes;

(5) e a *eficiência*, com a oferta de apoio técnico e sistemas tecnológicos mais avançados que ajudam na gestão das explorações, aliando-se ao saber empírico dos produtores de forma a garantir a maior qualidade e rentabilidade do produto.

De realçar ainda, conforme referido anteriormente neste capítulo, que a existência de quadros técnicos superiores e de algumas unidades de investigação na região com especialidade nas áreas das ciências agrárias, da biotecnologia e da veterinária, fornecem bases mais fortes para o setor na região, de onde se destacam:

- Departamento de Ciências Agrárias, da Universidade dos Açores, que fornece educação superior e desenvolvimento de capacidades para recursos humanos no setor agroalimentar, com uma frequência atual de cerca de 450 estudantes e cerca de 1400 licenciados nos últimos cinco anos;
- Centro de Investigação e Tecnologias Agrárias dos Açores (CITA-A), uma unidade de investigação e serviços no campo das ciências agrícolas e ambientais;
- Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA), que dirige investigação em diversos ramos das biotecnologias, nomeadamente agrícola, animal, vegetal, alimentar e ambiental;
- Laboratório Regional de Veterinária, que contribui para a segurança alimentar e saúde animal nos Açores, realizando testes laboratoriais para controlo dos produtos animais.

Também ao nível do abate, para a produção de carne, foram investidos nos últimos anos na R. A. Açores cerca de 15 milhões de euros na modernização da rede regional de abate (matadouros) e na sua certificação com norma de qualidade e segurança alimentar, de forma a responder às novas exigências dos mercados e dos clientes dos matadouros, além de potenciar o bem-estar animal, as condições de higiene e a qualidade da carne produzida.

Além da referida modernização da rede, esta tem sido reforçada com a construção de novas unidades, sendo que atualmente a região possui 9 matadouros, precisamente um por ilha, encontrando-se atualmente em processo de certificação pela norma ISSO 22.000 de 2018

Segurança e Qualidade Alimentar. Atualmente, aproximadamente 50% da carne proveniente dos abates nos matadouros da região têm como destino a exportação.

Segundo dados do Governo Regional dos Açores⁵⁴, referentes ao ano de 2018, foram apoiados 172 abates de emergência de bovinos em explorações agrícolas de cinco ilhas da Região, de forma a salvaguardar o bem-estar dos animais e minimizar os prejuízos para os produtores. Os referidos abates ocorreram em 123 explorações das ilhas de São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge e Flores.

10.4.1. Produtos fitofarmacêuticos

As atividades de distribuição, comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos em Portugal são regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro. Este diploma tem como objetivo disciplinar este sector da agricultura e responsabilizar todos os seus intervenientes, com o intuito de reduzir os riscos e os impactos na saúde humana e no ambiente.

No ano de 2018 a comercialização de produtos fitofarmacêuticos nos Açores (os dados relativos às vendas de produtos fitofarmacêuticos agregam os dados fornecidos pelas empresas titulares de autorizações de vendas ou suas representantes) totalizou 112 025 Kg, expresso em substância ativa (s.a), traduzindo-se num crescimento de cerca de 14% relativamente ao ano de 2017.

Analisando o período 2015 a 2018, concluímos que o ano 2017, foi o ano em que a comercialização dos produtos fitofarmacêuticos atingiu o valor mais baixo (98 248 Kg).

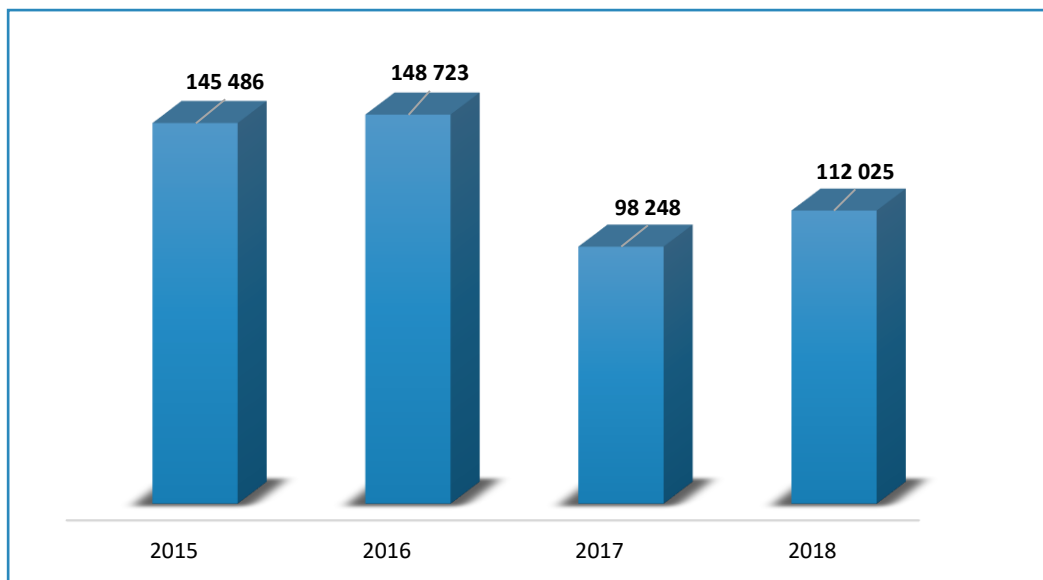


Figura 313. Venda de Produtos Fitofarmacêuticos, no seu conjunto e por função de 2015 a 2018 (Kg)

Fonte: Direção Regional de Agricultura

⁵⁴ <https://bit.ly/2LOID5k>

A evolução da venda de produtos fitofarmacêuticos no decurso dos últimos 4 anos, de 2015 a 2018, teve dois picos em 2015 e 2016, com volume de vendas acima dos 145 mil Kg. Este aumento derivou do aumento da venda de herbicidas, nomeadamente do glifosato.

Em 2017, as condições climáticas foram mais favoráveis à atividade agrícola, registando-se um verão seco, contrariamente ao que se verificou nos anos anteriores, situação que contribuiu para a diminuição da aplicação de produtos fitofarmacêuticos, principalmente de fungicidas. Situação contrária registou-se em 2018, em que a elevada precipitação registada contribuiu para o aumento das infestantes e das doenças nas culturas, o que justificou um aumento do volume de vendas de herbicidas e fungicidas.

Os fungicidas são o segundo produto mais vendido nos Açores.

A análise à estrutura de vendas permite concluir que o grupo dos fungicidas representou em 2018, 33% do total de vendas dos produtos fitofarmacêuticos, dos quais o enxofre representou 14%, correspondendo a 42% dos fungicidas comercializados.

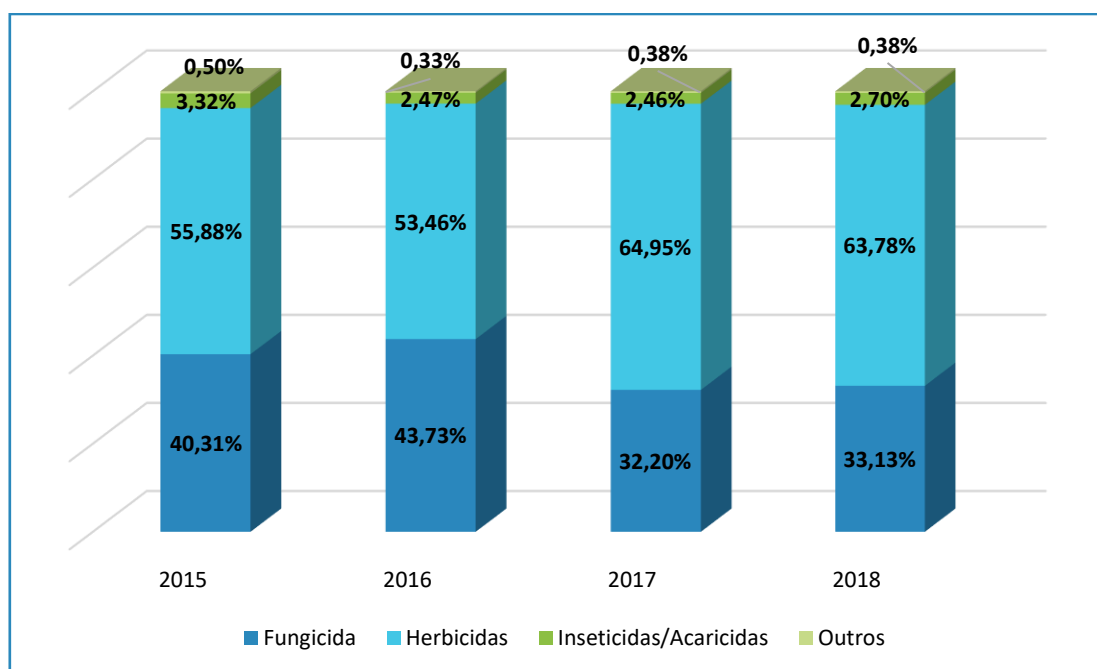


Figura 314. Venda de Produtos Fitofarmacêuticos, por tipo de função de 2015 a 2018 (%)

Fonte: Direção Regional de Agricultura

Em 2018, a venda de herbicidas representou cerca de 64% do total de vendas e os inseticidas e acaricidas 2,70%. Os restantes produtos fitofarmacêuticos representaram cerca de 0,38% do total de produtos fitofarmacêuticos vendidos.

A venda de fungicidas reduziu cerca de 37%, no período entre 2015 e 2018.

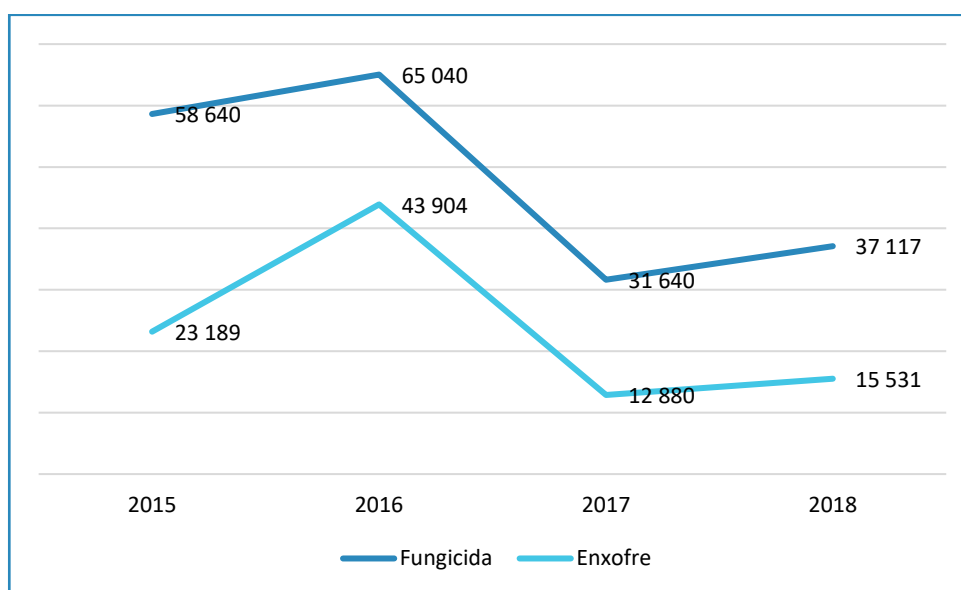


Figura 315. Evolução da Venda de Fungicidas e de Enxofre de 2015 a 2018(Kg)

Fonte: Direção Regional de Agricultura

Em 2016 o volume de vendas de fungicidas aumentou relativamente ao ano anterior, registando-se uma subida de cerca de 11%, tendo-se registado um decréscimo de cerca de 51%, em 2017. Em 2018 o volume de vendas de fungicidas registou um acréscimo de cerca de 17%, em relação ao ano anterior.

Se for analisada a curva de vendas de produtos com base em enxofre verifica-se que esta acompanha as vendas de fungicidas.

Os herbicidas são o produto mais vendido. Em 2018 os herbicidas representam 64% da venda de produtos fitofarmacêuticos nos Açores.

Relativamente aos herbicidas, a evolução das vendas é a que apresenta menores variações ao longo dos anos, embora em 2017 tenha sofrido um decréscimo de 20%.

O glifosato representa em 2018, cerca de 34% dos produtos fitofarmacêuticos vendidos, e 53% dos herbicidas.

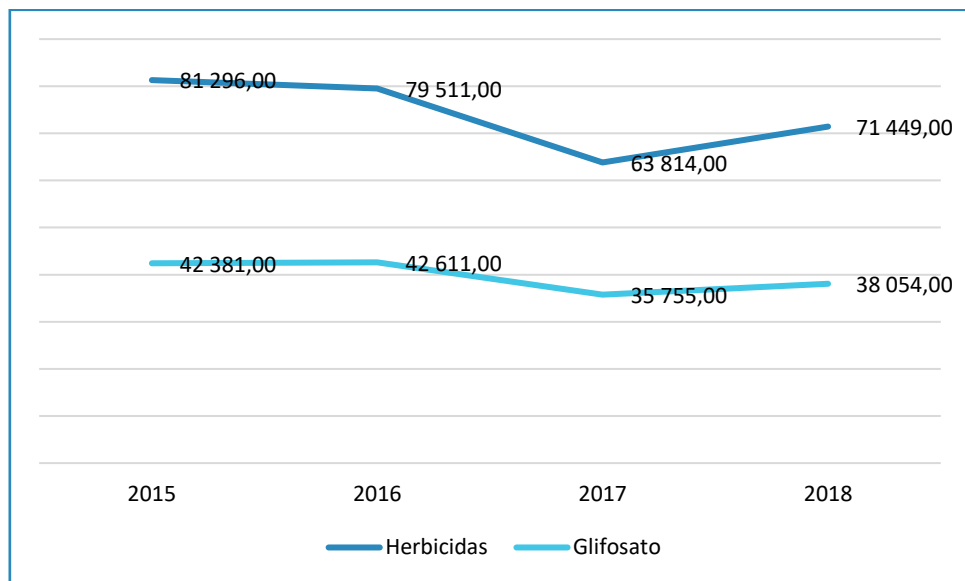


Figura 316. Evolução da Venda de Herbicidas e Glifosato de 2015 a 2018 (Kg)

Fonte: Direção Regional de Agricultura

Se analisarmos a evolução das vendas de inseticidas e acaricidas, durante o período 2015 a 2018, verificamos um decréscimo entre os anos de 2015 e 2017, seguindo-se em 2018 um ligeiro aumento.

Os inseticidas e acaricidas representaram, em 2018, 2,70% dos produtos fitofarmacêuticos vendidos.

Relativamente aos outros produtos no qual se inclui nomeadamente os nematodocidas, rodenticidas, são os que registaram menores flutuações, representando em 2018 cerca de 0,38% dos produtos fitofarmacêuticos vendidos.

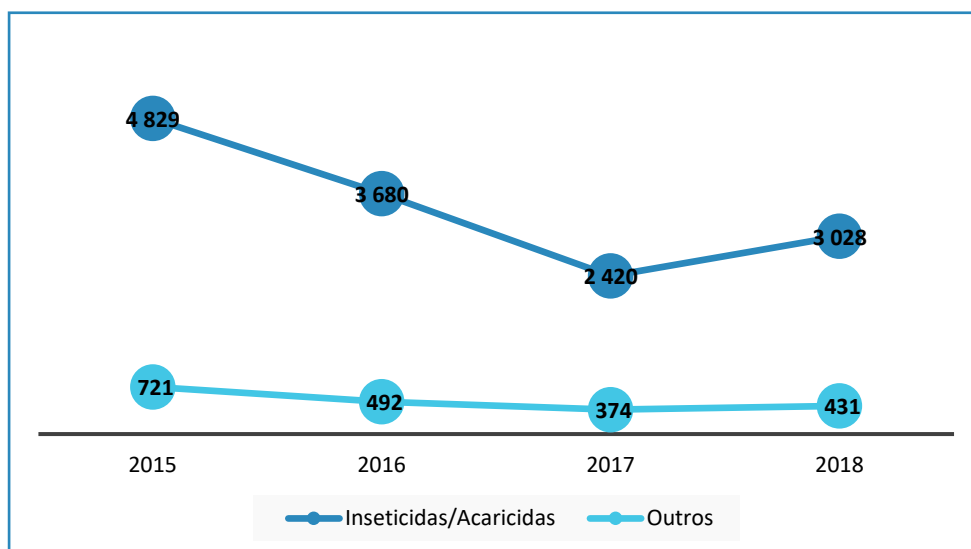


Figura 317. Evolução da Venda de Inseticidas, Acaricidas e Outros de 2015 a 2018 (Kg)

Fonte: Direção Regional de Agricultura

Analisando a venda de produtos fitofarmacêuticos por superfície agrícola útil (SAU), registou-se o valor de 0,90 Kg (substância ativa) por hectare em 2018.

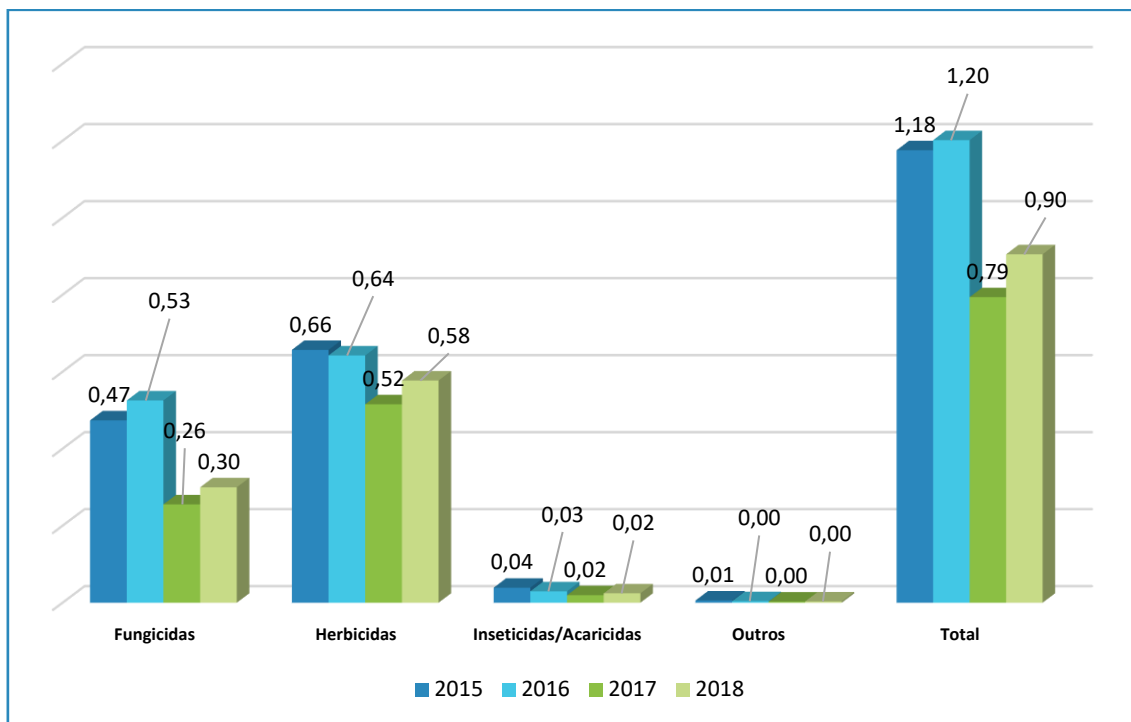


Figura 318. Quantidades vendidas de produtos fitofarmacêuticos por superfície agrícola utilizada, por tipo de função (Substância ativa - Kg/ha)

Fonte: Direção Regional de Agricultura

O projeto Pervermac II estudou, para os Açores, o uso sustentável de pesticidas em **fruticultura** e o seu impacto na saúde humana na Macaronésia.

O objetivo geral do projeto PERVEMAC II consiste em promover a segurança alimentar e a agricultura responsável na Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde) com os seguintes objetivos específicos:

- ✓ quantificação de resíduos de pesticidas no solo e em produtos agrícolas;
- ✓ identificação dos componentes da dieta alimentar e quantificação da ingestão diária; quantificação de resíduos de pesticidas no sangue e na urina;
- ✓ mudança dos hábitos alimentares das crianças e dos adolescentes;
- ✓ implementação de hortas escolares;
- ✓ formação de professores no âmbito da educação para saúde;
- ✓ formação de técnicos em meios alternativos de proteção das culturas.

De acordo com um estudo do projeto Pervermac II, os agricultores da R.A. Açores utilizam produtos fitofarmacêuticos em baixa quantidade. A maioria das amostras analisadas no âmbito do Pervermac II apresentou níveis abaixo do Limite Máximo de Resíduos (LMR) estabelecido

legalmente. De um modo geral, 52% de amostras de 2017 (soma das amostras com resíduos e as com infrações) continham resíduos. Em 2018 esta percentagem aumentou para 75% (soma das amostras com resíduos e as com infrações). Este incremento nas deteções deveu-se particularmente à entrada nas análises de deteção do clorato em 2018, e por isso 86,6% das ocorrências dizem respeito à presença de cloratos acima do LMR.

10.5. Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OE9 “Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais” reflete os principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Bons sistemas de controlo da sanidade animal e vegetal; Existência de produtos de qualidade diferenciada (DOP, IGP, Modo de Produção Biológico); Aumento da certificação dos vinhos dos Açores; Existência de cursos de formação com incidência na agricultura biológica; Existência de matadouros certificados nas nove ilhas da RAA; Associação da Região à qualidade ambiental e ao regime extensivo de produção; Existência da Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na Região Autónoma dos Açores; Existência do Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020; Reduzida utilização de produtos fitofarmacêuticos na fruticultura; 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição do efetivo de suínos e caprinos; Fraca ligação entre empresas e centros de investigação; Incipiente adesão dos agricultores ao modo de produção biológico quando comparada com a UE e resto da País; Valores elevados de obesidade em diversas faixas etárias; Aumento da comercialização de produtos fitofarmacêuticos; Fraca valorização dos produtos de qualidade.

<ul style="list-style-type: none"> • Potencial de valorização das produções agrícolas, por via da qualidade e da “Imagem Açores”. 	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de medidas de apoio ao modo de produção biológico e a produção integrada; • Existência de majorações nos pagamentos diretos às explorações em modo de produção biológico, no âmbito do programa POSEI; • Redução do número de bovinos por exploração, com utilização de modos de produção amigos do ambiente e importância significativa de áreas integrando sistemas de produção extensiva; • Incentivos à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a proteção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, a proteção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas; • Procura crescente de produtos de qualidade, seguros, diferenciados, amigos do ambiente; • Aumento do valor acrescentado do produto final por via da diversificação na transformação e da melhoria das qualidades nutricionais e funcionais; • Surgimento nas superfícies comerciais de zonas destinadas a produtos biológicos; • Reforço da aposta no modo de produção biológico, com especial atenção para o leite produzido em modo biológico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Tratado de comércio livre entre o Mercosul e a União Europeia; • Efeitos da globalização e surgimento de movimentos/opiniões de desinformação contra a utilização do leite e da carne na alimentação humana; • Introdução no mercado de vinhos oriundos de outros países com rotulagem alusiva aos Açores; • Aumento de concorrência a preços acessíveis; • Consumo prolongado de alimentos nutricionalmente pobres e perpetuação de estilos de vida sedentários enquanto causas para problemas de saúde.

- Aposta e incentivo nas produções agrícolas locais, identificadas como insuficientes para abastecer o mercado local da RAA, reduzindo a importação de produtos agrícolas de países terceiros;
- Promoção de estudos científicos sobre os benefícios do consumo dos produtos da Região;
- Reforço da aposta na certificação de produtos alimentares de qualidade com os selos DO e IG;
- Posição geográfica do arquipélago no Atlântico Norte entre os continentes europeu e americano, fulcral para a aposta em novos mercados de exportação;
- Aumento da organização e concentração da produção de produtos de qualidade diferenciada e respetiva promoção nos mercados interno e externo.

10.6. Avaliação de necessidades

Tendo por base o diagnóstico e análise SWOT realizada para o OE9, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com: 1) Saúde e segurança alimentar; 2) Produção Biológica, 3) Produtos regionais qualificados, 4) Bem-estar animal, as quais são temáticas prementes no âmbito deste objetivo estratégico. Neste sentido, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Saúde e segurança alimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Apostar nas campanhas publicitárias, divulgação e educação para a adoção de uma dieta saudável e nutricionalmente rica; • Incentivar a opção de compra de produtos alimentares regionais de qualidade; • Incentivar a opção pela ingestão de produtos biológicos; • Promover a atividade física e estilos de vida saudáveis.

Temática	Necessidades
Produção Biológica	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciar os apoios para as explorações que implementem modos de produção mais sustentáveis; • Aumentar a área de produção biológica; • Reforçar o controlo de qualidade na importação de produtos que competem por um lugar no mercado regional; • Aumentar a formação especializada em diversos níveis de ensino no âmbito de modos de produção sustentáveis; • Dar continuidade e aumentar os apoios de fundos comunitários à produção dos produtos regionais (carnes, leite e derivados, frutas e produtos hortícolas, mel, vinhos, entre outros); • Definir novos mercados para a internacionalização dos produtos regionais; • Limitar a utilização de produtos fitofarmacêuticos; • Implementação das ações previstas na Estratégia para o desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos.
Produtos regionais qualificados	<ul style="list-style-type: none"> • Definir uma estratégia de promoção dos produtos regionais focada na sua qualidade; • Reforçar a notoriedade, bem como o desenvolvimento e valorização dos produtos regionais.
Bem-estar animal	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitar o encabeçamento nos sistemas produtivos mais intensivos; • Reforçar o acompanhamento técnico às explorações.

11. OT - Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais

11.1 Demografia da população agrícola

Na R.A. Açores a atividade agrícola está essencialmente ligada à agricultura familiar, caracterizando-se por ser uma atividade de escala reduzida e que satisfaz as necessidades da estrutura familiar regional.

De acordo com os dados da **Error! Reference source not found.** é possível constatar que na R.A. Açores o número de população agrícola familiar por 100 habitantes é significativamente superior (11,5) à média nacional (6,1) e à média do Continente (5,8). Tal comprova a relevância da agricultura familiar na R.A. Açores, sendo a sua representatividade elevada no âmbito da economia regional.

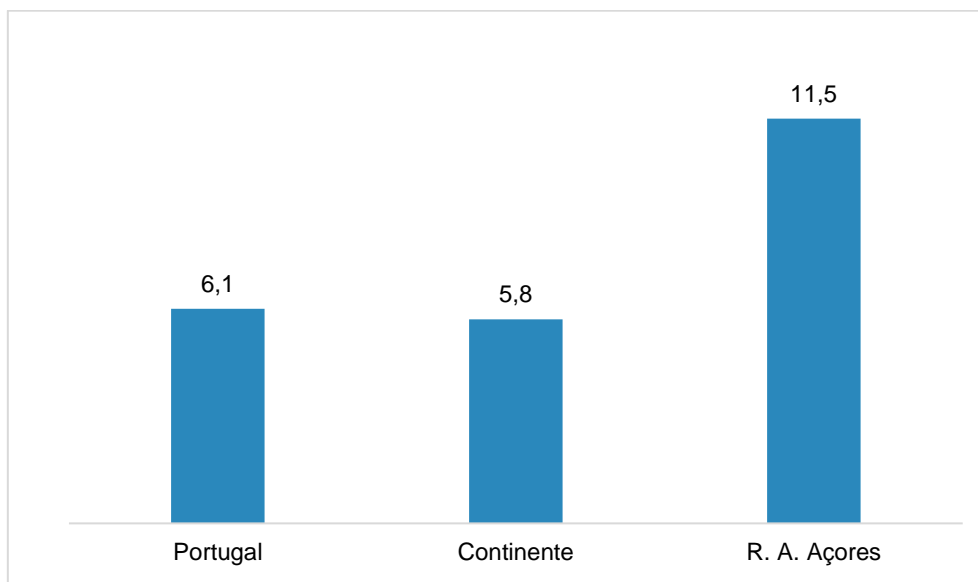


Figura 319. População agrícola familiar por 100 habitantes em 2016

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Não obstante, através da **Error! Reference source not found.** é possível verificar que o número de população agrícola familiar da R.A. Açores registou uma diminuição no período 2009-2016. Assim, apesar da elevada representatividade da população agrícola familiar na economia da R.A. Açores, esta tem vindo a diminuir nos últimos anos.

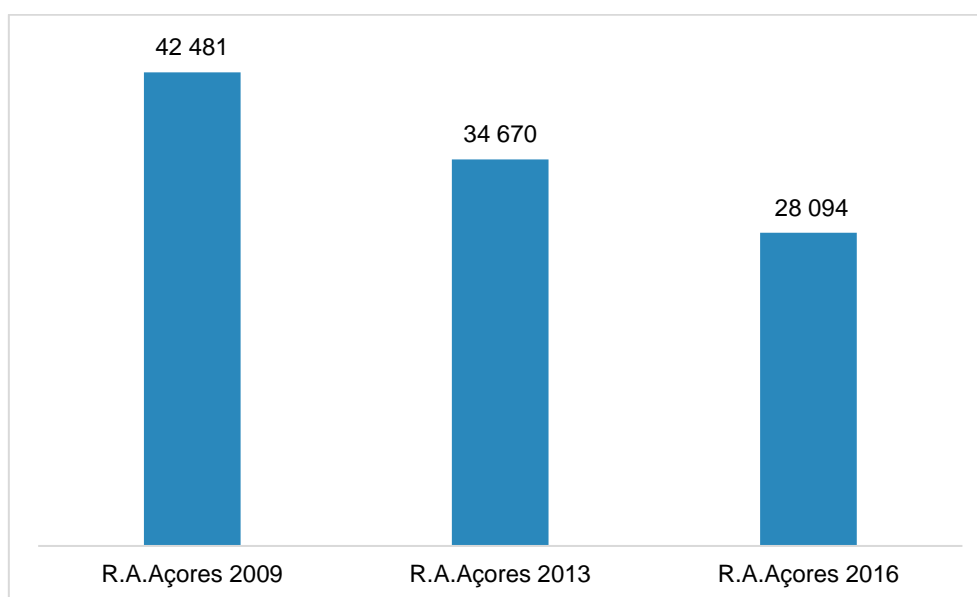


Figura 320. Evolução da população agrícola familiar na R.A. Açores, 2009-2016

Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 e Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

De forma geral, a mão-de-obra agrícola em UTA inclui produtores, cônjuges, trabalhadores permanentes assalariados, trabalhadores eventuais, bem como mão-de-obra não contratada pelo produtor. Neste contexto, de acordo com a **Error! Reference source not found.**, em 2016, a mão-de-obra agrícola familiar representava 64% da mão-de-obra agrícola da R. A. Açores, sendo este número inferior ao da média do país e no Continente (72% em ambos). Na R. A. Açores a mão-de-obra agrícola não familiar permanente (30%) tinha uma representatividade superior à média do país e ao Continente (18% em ambos).

Tabela 166. Estrutura da mão-de-obra agrícola, 2016

		Portugal	Continente	R. A. Açores
Mão-de-obra agrícola familiar	Produtor	40%	39%	45%
	Cônjuge	20%	21%	7%
	Outros membros da família	12%	12%	12%
Mão-de-obra agrícola não familiar	Permanente	18%	18%	30%
	Eventual	9%	9%	4%
	Mão-de-obra não contratada pelo produtor	1%	1%	1%

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Adicionalmente, no que diz respeito ao tempo de atividade da população agrícola familiar na exploração, no período 2013-2016 verificou-se uma diminuição do número de indivíduos sem atividade (**Error! Reference source not found.**). Por sua vez, em relação ao número de

indivíduos com atividade, no período 2013-2016 registou-se um aumento do número de indivíduos a tempo completo, acompanhado pela diminuição do número de indivíduos a tempo parcial dedicado à atividade agrícola.

Deste modo, no período entre 2013 e 2016 a percentagem de produtores agrícolas com atividade a tempo completo na exploração elevou-se de 26% para 31%, o que ilustra a crescente importância da atividade agrícola na R.A. Açores.

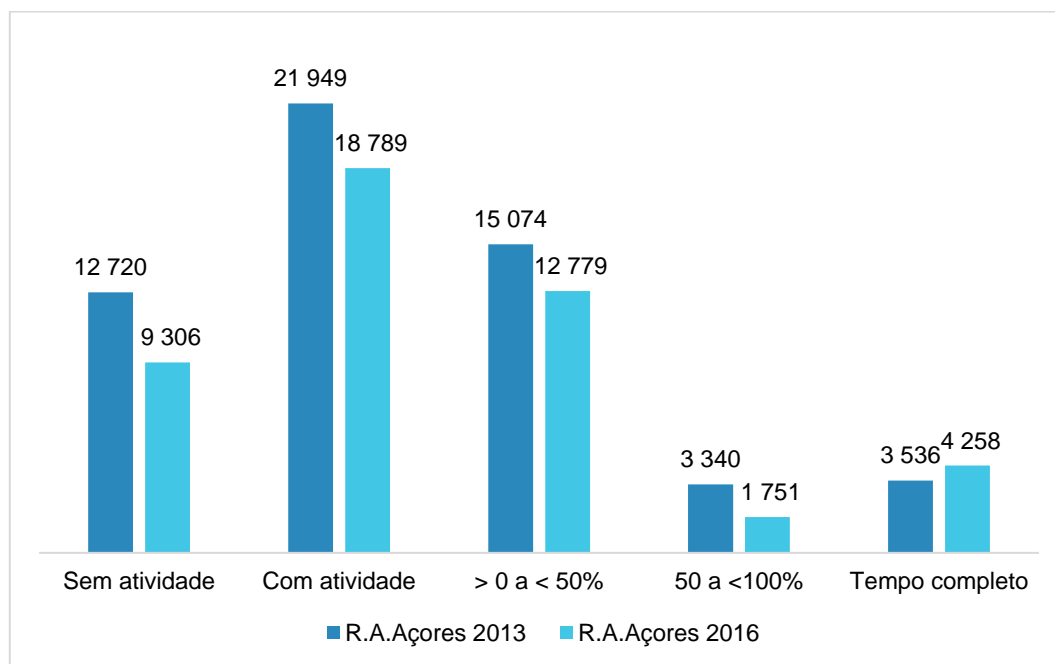


Figura 321. Evolução do tempo de atividade da população agrícola familiar da R.A. Açores, 2009-2016

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

Por sua vez, a figura que seguinte demonstra que, apesar de haver uma evolução entre os anos de 2013 e 2016, a percentagem de produtores agrícolas da R.A. Açores com formação profissional agrícola (29%) afigura-se mais reduzida do que no Continente (46%). Adicionalmente, a percentagem de produtores agrícolas da R.A. Açores com formação secundária ou superior (9%) também é ligeiramente inferior à proporção verificada para o

Continente (13%). Assim, existem claras diferenças entre os níveis de formação dos produtores agrícolas na R.A. Açores e no Continente.

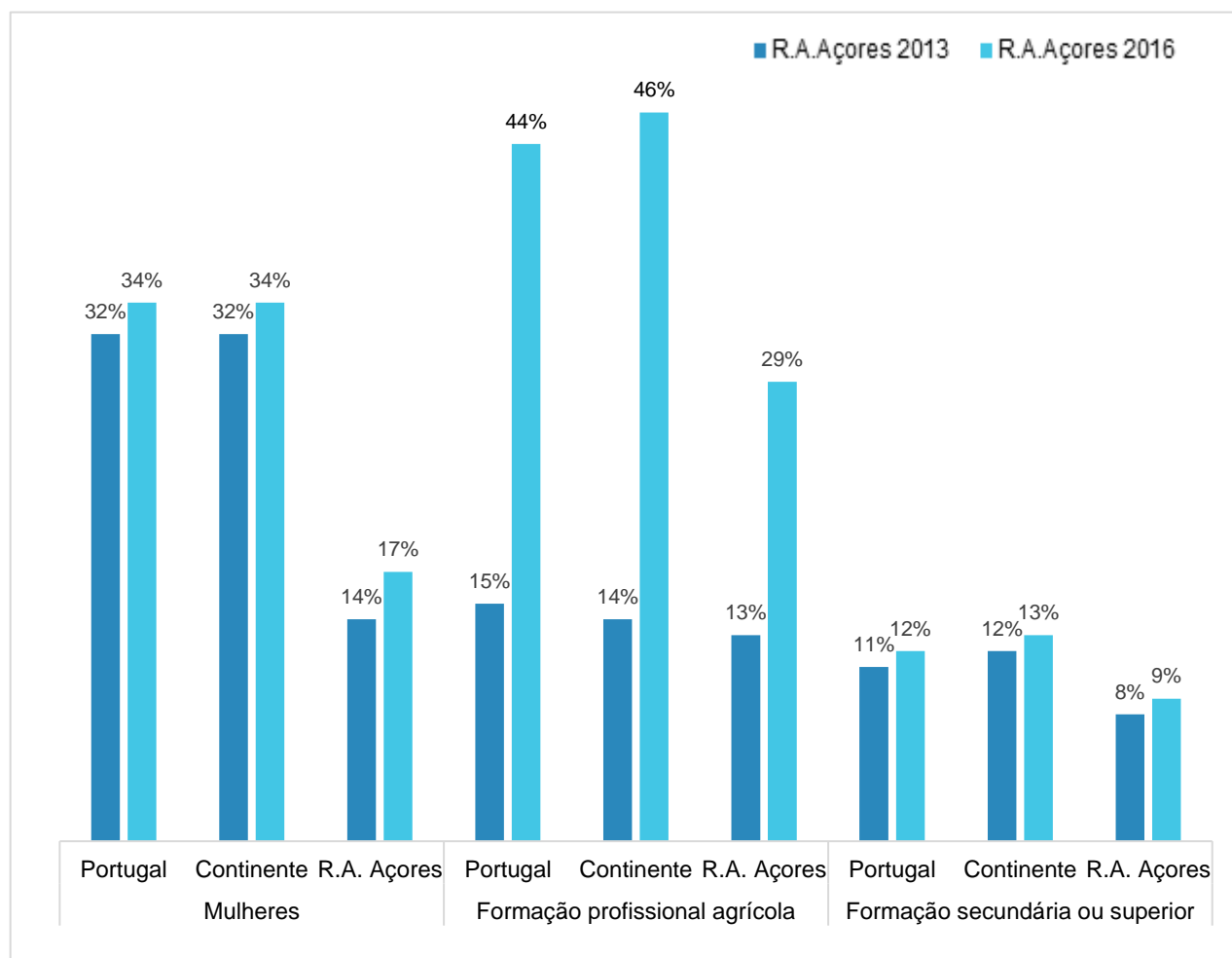


Figura 322. Características demográficas dos produtores agrícolas

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE.

É necessário ressaltar que na R.A. Açores a atividade agrícola é uma atividade predominantemente masculina uma vez que em 2016 as mulheres representavam apenas 17% dos produtores agrícolas, enquanto no Continente e na generalidade do país representavam 34%. Neste sentido, torna-se importante investir em medidas que promovam o envolvimento de mulheres na atividade agrícola na R.A. Açores.

No que diz respeito à idade média dos indivíduos envolvidos na produção agrícola, a R.A. Açores regista uma idade média do produtor agrícola singular significativamente inferior (57 anos) à média do Continente (66). O mesmo se verifica no que diz respeito à mão-de-obra agrícola familiar, a qual é de 47 anos na R.A. Açores e de 56 anos no Continente. Desta forma, os indivíduos envolvidos na produção agrícola na R.A. Açores são mais novos do que no

Continente, o que representa um indicador positivo em termos de continuidade da atividade agrícola (**Error! Reference source not found.**).

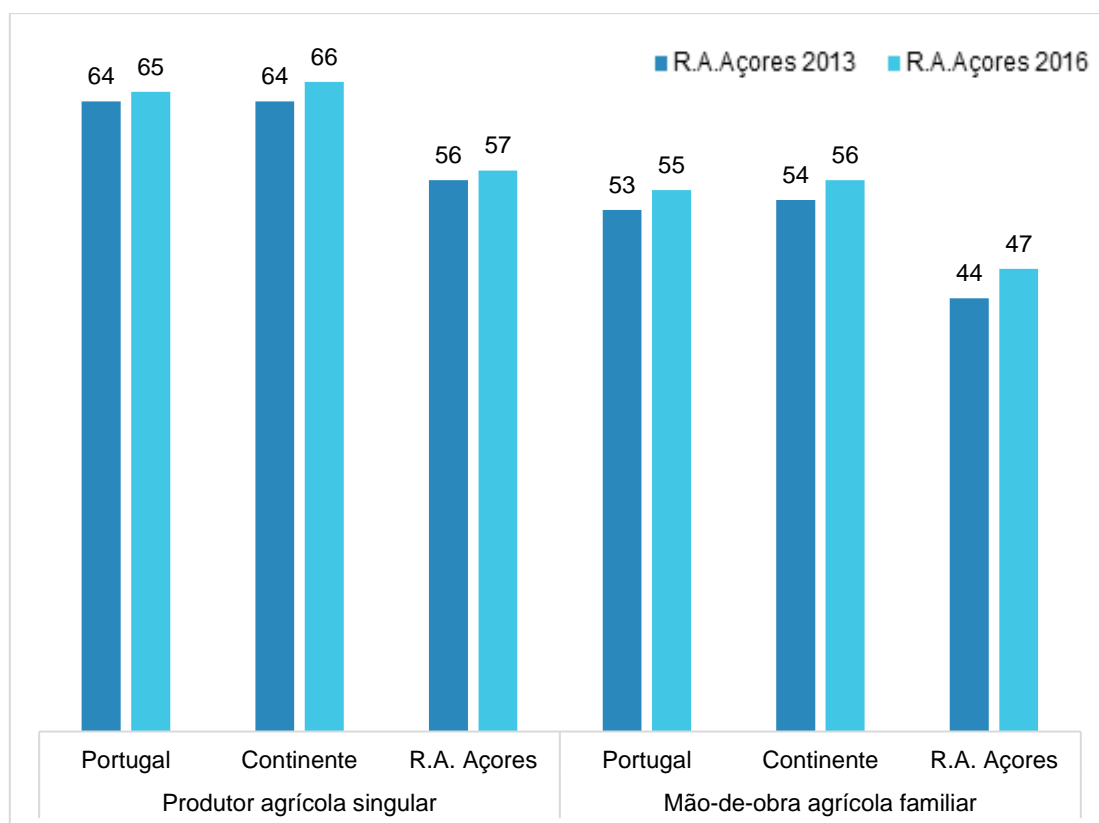


Figura 323. Idade média dos indivíduos envolvidos na produção agrícola

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Não obstante, considerando a evolução da idade da população agrícola familiar da R.A. Açores, é possível constatar que no período 2013-2016 se registou uma diminuição dos indivíduos com menos de 35 anos, aliado a um aumento da percentagem de indivíduos nos restantes escalões etários (**Error! Reference source not found.**).

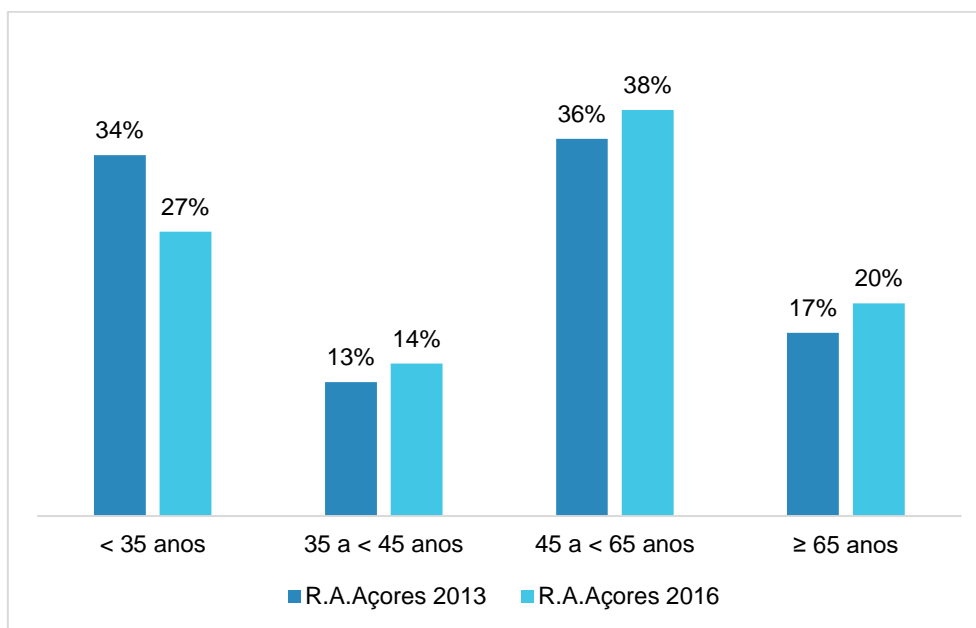


Figura 324. Evolução da idade da população agrícola familiar da R.A. Açores, 2013-2016

Fonte: SPI, a partir de Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013 e 2016

Apesar de não haver dados estatísticos disponíveis, na R.A. Açores não é possível dissociar totalmente a agricultura familiar da agricultura profissional, sendo duas realidades intimamente ligadas na região por força da afetação de mão-de-obra à atividade agrícola, na maioria das vezes dando continuidade a negócios familiares e colocando em prática os ensinamentos das gerações mais antigas (como será possível perceber no ponto seguinte relativo à instrução e formação profissional).

11.2 Instrução e formação profissional

Como pode ser observado na **Error! Reference source not found.**, na R.A. Açores existe uma maior percentagem de estudantes matriculados em cursos gerais/ científico-humanísticos (71%) do que na média do país e do Continente (65% em ambos).

Por sua vez, na R.A. Açores verifica-se uma menor percentagem de estudantes matriculados em cursos profissionais (21%) do que na média do país e do Continente (24% em ambos), o que corrobora a necessidade de fomento do ensino secundário profissional na R.A. Açores.

Tabela 167. Alunos matriculados no ensino secundário público em ofertas de educação/formação orientadas para jovens, por município, segundo a oferta 2016/2017

Ensino secundário público	
Ensino regular	Cursos

	Total	Cursos gerais/ científico- humanísticos	Cursos tecnológicos	Ensino artístico	Cursos profissionais	de aprendizagem	Cursos de educação e formação	
Portugal	280.500	65%	65%	0%	1%	24%	9%	0,1%
Continente	265.455	65%	65%	0%	1%	24%	9%	0%
R. A. Açores	7.197	71%	71%	0%	0%	21%	8%	0%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

No âmbito do ensino superior, a Universidade dos Açores disponibiliza licenciaturas, mestrados, doutoramentos e cursos técnicos superiores profissionais em áreas como Agroindústrias, Agropecuária, Hortofruticultura, Ciências Agrárias, e Gestão e Conservação da Natureza. Deste modo, a adequação da oferta curricular da Universidade dos Açores à realidade da estrutura económica da região poderá ajudar na atração de jovens para a atividade agrícola.

Neste contexto, é importante ressaltar que na R. A. Açores existe uma maior percentagem de estudantes (homens e mulheres) inscritos no ensino superior em áreas de estudo relacionadas com a agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias do que na média do país (**Error! Reference source not found.**).

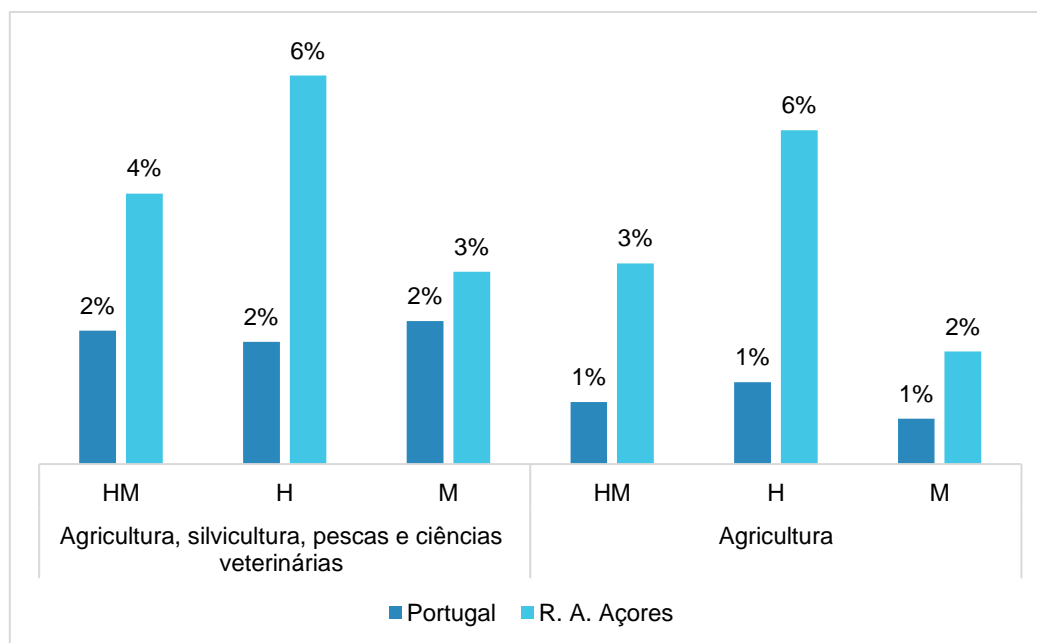


Figura 325. Alunos inscritos no ensino superior por área de estudo (CITE-F 2013) e sexo no ano letivo 2017/2018

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

11.3 Aconselhamento agrícola e florestal

Os Programas de Desenvolvimento Rural na Região Autónoma dos Açores tem previsto o apoio à criação e prestação de serviços de aconselhamento agrícola e florestal. Tendo por base o programado para o período de programação de 2014/2020, as áreas de aconselhamento incluem, de entre outros temas, o aconselhamento agrícola sobre as obrigações decorrentes dos requisitos legais de gestão e/ou normas em matéria de boas condições agrícolas e ambientais; a modernização da exploração agrícola, a competitividade, a integração do setor, a inovação e a orientação para o mercado, bem como a promoção do empreendedorismo; o aconselhamento específico aos agricultores que se instalam pela primeira vez. O aconselhamento aos detentores de zonas florestais, abrange as obrigações previstas nas Diretivas 92/43/CEE e 2009/147/CE e na Diretiva-Quadro da Água.

Ao contrário do que seria previsto as medidas não têm tido a adesão que seria expectável, sendo que no período de programação de 2007/2013 foram aprovados 5 pedidos de apoio relativos à criação dos serviços, contudo até ao final do período de programação não foi prestado qualquer aconselhamento. No atual Programa de Desenvolvimento Rural (PRORURAL+) e até ao final do ano de 2019, não foi rececionado ou aprovado qualquer pedido de apoio.

Entende-se que a falta de interesse pela criação e procura destes serviços, se deve à proximidade que existe entre os potenciais interessados (agricultores e detentores de zonas florestais) com os serviços oficiais do Governo Regional dos Açores, sendo este serviço, prestado de forma informal por estas entidades, sem que seja registado como tal.

11.4 Investigação e desenvolvimento (I&D)

A I&D tem um papel fundamental na modernização e inovação da atividade agrícola da R. A. Açores. Neste sentido, o atual conjunto de medidas e instrumentos relacionados com I&D tem como objetivo fomentar a crescente qualificação do Sistema Científico e Tecnológico da R. A. Açores, estimulando a inovação e a transferência de conhecimento em áreas científicas chave para a região.

Em 2016, o peso da despesa em I&D no PIB da R. A. Açores (0,35%) afigurava-se significativamente inferior à da média de Portugal (1,28%) e do Continente (1,33%) (**Error! Reference source not found.**). Por sua vez, a percentagem de Investigadores (ETI) em I&D na população ativa da R. A. Açores (0,19%) também é inferior à média de Portugal (0,80%) e do Continente (0,83%), o que demonstra a necessidade de continuar a promover instrumentos focados em incentivar a I&D na R. A. Açores.

Tabela 168. Indicadores de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB (%), em 2016

	Portugal	Continente	R. A. Açores
Despesa em I&D no PIB (%)	1,28	1,33	0,3
Investigadores (ETI) em I&D na população ativa	0,8	0,83	0,19

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

Relativamente à despesa em I&D em Ciências Agrárias e Veterinárias, os números de 2016 já se afiguram mais positivos para a R. A. Açores quando comparada com a média de Portugal e do Continente (**Error! Reference source not found.**). Assim, 12% da despesa em I&D da R. A. Açores é realizada em Ciências agrárias e veterinárias, enquanto na média de Portugal e do Continente existe apenas um investimento de 4% da despesa nesta área científica.

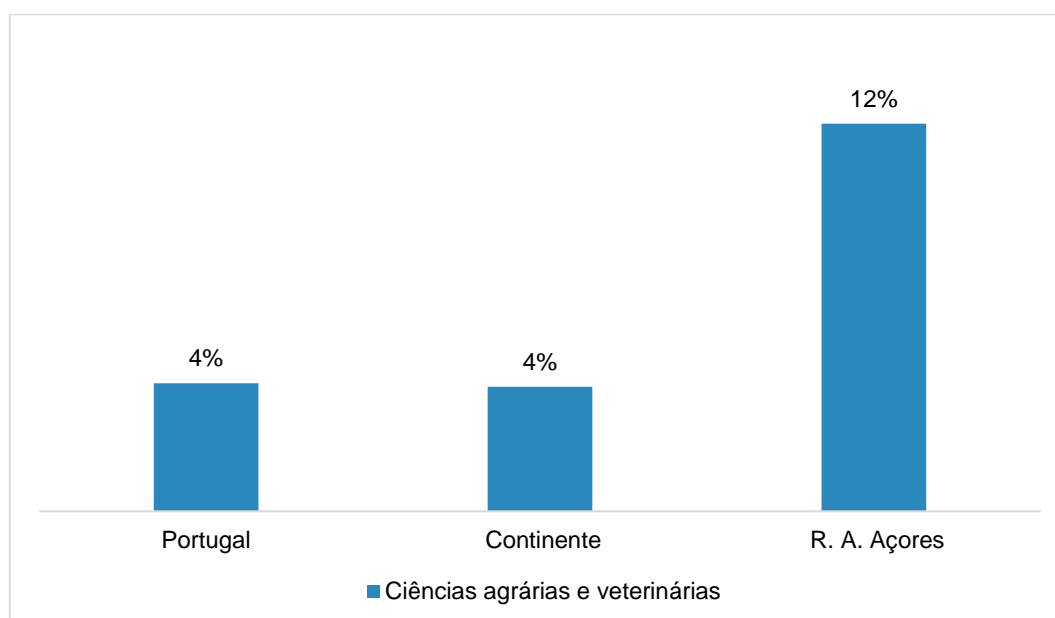


Figura 326. Despesa em I&D em Ciências agrárias e veterinárias, em 2016

Fonte: SPI, a partir de Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017, INE

11.6 Análise SWOT

A análise SWOT realizada para o OT “Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais” reflete os

principais pontos, fracos, oportunidades e ameaças decorrentes do diagnóstico e entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente documento.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura etária dos agricultores mais jovem do que a média nacional; • Os dirigentes agrícolas da R. A. Açores são mais jovens do que na generalidade do país; • A população mais jovem apresenta um grau habilitacional mais elevado; • Maior apetência dos jovens para a inovação e aplicação de novas tecnologias; • Evolução favorável das produções agrícolas; • Realização de investimentos significativos de modernização e reestruturação das explorações agrícolas; • Investimentos sucessivos e relativamente recentes em algumas das principais unidades industriais; • Esforço de inovação das indústrias, no setor dos laticínios e em especial no segmento do leite UHT; • Implementação de formação para jovens agricultores organizada por diversas entidades; • Existência da Universidade dos Açores com capacidade de formação e de interação com os empresários na conceção de novos produtos e na inovação; • Existência de cooperativas agrícolas e organizações de produtores reconhecidas; • 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência para o envelhecimento da população agrícola; • Lacunas ao nível do aconselhamento técnico aos produtores agrícolas; • Escolaridade dos agricultores da R.A. Açores; • Falta de ofertas de Ensino Secundário direcionadas para a agricultura e pecuária; • Despesa de I&D no PIB da R. A. Açores inferior à da média de Portugal; • Fraca gestão das empresas agrícolas e falta de utilização da contabilidade como ferramenta de gestão; • Limitada aptidão para a inovação e modernização; • Escolaridade dos agricultores da R. A. Açores; • Reduzido número de estudos de apoio à tomada de decisão, principalmente estudos de mercado; •

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Rejuvenescimento dos empresários agrícolas; • Potencial de valorização e diferenciação das produções agrícolas; • Criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola; • Oferta curricular da Universidade dos Açores relacionada com as necessidades regionais; • Existência de uma oferta formativa para a formação profissional dos ativos agrícolas e florestais; • Criação de serviços de gestão e de aconselhamento; • Reforço da capacidade de organização, gestão e inovação; • Articulação entre empresas, Universidade e centros de investigação e desenvolvimento com o objetivo de valorização e qualificação das produções regionais; • Existência do TERINOV – Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, orientado para a inovação empresarial nos Açores através da valorização dos recursos humanos, da transferência de tecnologia e conhecimento e da formação; • Desenvolvimento de estruturas de apoio à I&D e transferência de tecnologia; • Reforço da capacidade de organização e gestão; • Interação com a Universidade dos Açores no estudo de novos produtos e de tecnologias de inovação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência para a diminuição da população em algumas ilhas; • Crescente aprofundamento do fenómeno da globalização e das vantagens associadas à escala que tende a marginalizar os pequenos mercados; • Maior dificuldade na incorporação da tecnologia por parte das pequenas e médias explorações; • Pouca atratividade da atividade agrícola para os jovens; • Dificuldade de aproximação das unidades de investigação ao tecido produtivo e agroindustrial; • Carência de sinergias entre a indústria e o ecossistema de I&D local; • Fraca apetência para inovação e grande aversão ao risco; •

- Agrupamentos e/ou Organizações de Produtores como forma de os agricultores atenuarem constrangimentos económicos, ambientais e sociais resultantes da fragmentação insular;
-

11.7 Avaliação de necessidades

Tendo por base o diagnóstico e análise SWOT realizada para o OT, a tabela seguinte identifica as principais necessidades relacionadas com 1) promoção e partilha de conhecimentos, 2) I&D da agricultura e das zonas rurais

. Neste sentido, a avaliação de necessidades afigura-se fundamental para a elaboração de uma estratégia para o período 2021-2027.

Temática	Necessidades
Promoção e partilha de conhecimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos Jovens agricultores. • Criar/consolidar serviços de gestão e aconselhamento e promover a qualificação dos intervenientes do setor agroflorestal
I&D da agricultura e das zonas rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos. • Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas. • Incentivar a transição digital na agricultura

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy blue to a light sky blue. These shapes create a dynamic, modern aesthetic. The text is centered in the white space.

Análises Setoriais

12 Análises Setoriais

12.6 Setor Apícola

12.6.1 Enquadramento da Apicultura na R.A. Açores

A apicultura representa uma importante atividade agrícola que, para além dos produtos que resultam da exploração das abelhas – mel, cera, pólen, própolis, geleia real e veneno - também contribui para a proteção ambiental, para a preservação da biodiversidade e para a melhoria das produções agrícolas e florestais, através da importante ação polinizadora das abelhas produtoras de mel (Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (PEAA), 2019). Os benefícios indiretos da produção agrícola, resultantes da ação da abelha na polinização e fertilização das plantas entomófilas, superam fortemente o valor dos produtos supracitados. Cerca de três quartos da produção de alimentos no mundo dependem em certa medida da polinização, sendo as abelhas as únicos responsáveis pela polinização de mais de 30% da produção mundial de alimentos (Programa Apícola Nacional (PAN), 2016).

De referenciar que pela Decisão de Execução (UE) 2019/1895 da Comissão de 7 de novembro de 2019, as ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge e Corvo são consideradas indemnes de varrose. Constituía um dos objetivos a realizar pelo Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019) que continua em aplicação apresentando quatro objetivos estratégicos, que passam por: (i) assegurar e promover a sanidade agrícola, (ii) promover a partilha de formação e de conhecimento técnico-científico, (iii) promover e fortalecer o associativismo de modo a favorecer a dinamização e inovação no setor apícola e, (iv) fomentar a promoção dos produtos e encontrar novos mercados.

Uma forte cooperação entre as entidades oficiais, as associações e cooperativas, os apicultores e os empresários ligados à atividade revela-se como fundamental para potenciar o desenvolvimento do setor e para permitir a manutenção do estatuto sanitário da R. A. Açores e impedir a entrada de novas doenças.

A informação apresentada nesta secção tem por base o referido Plano Estratégico, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 132/2019, de 07 de novembro.

12.6.2 Dados estatísticos da Apicultura na R.A. Açores

12.6.2.1 Apicultores e efetivo apícola

No ano 2018, a R.A. Açores registava 449 apicultores (representando cerca de 3,7% no contexto nacional), aos quais correspondiam 891 apiários (2,1% do total nacional) e 7562 colónias (1% do total nacional), conforme Tabela 169. Cada apicultor apresentava, em média, 2 apiários. Por sua vez, a média de colónias por apicultor era de 17. Refira-se também que a nível nacional, existiam 12.063 apicultores, com um total de 42.613 apiários e 767.629 colónias.

Tabela 169. Número de apicultores e efetivo apícola na R.A. Açores, no ano 2018

		R.A. Açores	Total nacional
Apicultores	(Valor absoluto)	449	12.063
	(% da Região)	3,7	100
Apiários	(Valor absoluto)	891	42.613
	(% da Região)	2,1	100
Colónias	(Valor absoluto)	7562	767.629
	(% da Região)	1,0	100
Média de apiários por apicultor		2	3,5
Média de colónias por apicultor		17	64

Fonte: Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019)

Em 2018, a ilha com maior número de apicultores (156, representando 35% no contexto regional) era a Ilha de S. Miguel, seguindo-se a Ilha Terceira (94 representando 21%) e a Ilha do Pico (55 representando 12%), conforme indicado na Figura 327. Estas três ilhas possuíam cerca de 68% do número de apicultores da R.A. Açores.

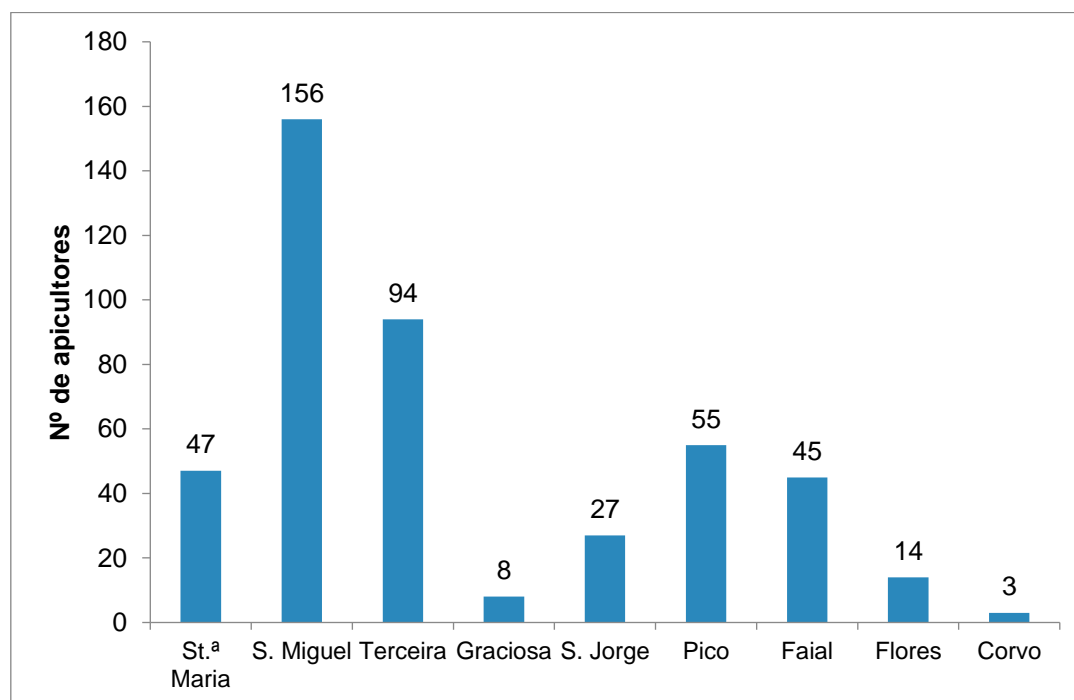


Figura 327. Distribuição dos apicultores na R.A. Açores, por ilha, no ano 2018.

Fonte: Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019).

Relativamente aos apiários, em 2018, destacavam-se as ilhas de S. Miguel (43%), Terceira (17,1%) e Pico (15,3%) (Tabela 170). A ilha com maior número de colónias (42,1%) era a Ilha S. Miguel, seguindo-se as Ilhas Terceira (19,7%) e Pico (16,3%). Estas três ilhas representavam

cerca de 78% das colónias existentes. Em número de cortiços /núcleos, as Ilhas S. Miguel (131), Terceira (102) e Faial (38) eram as que mais se destacavam.

Tabela 170. Distribuição do efetivo apícola na R.A. Açores, por ilha no ano 2018.

Ilha	Nº de apiários	(%) Apiários	Nº de colmeias	Nº de cortiços /núcleos	Nº de colónias	(%) Colónias
St. ^a Maria	61	6,8	385	48	419	5,5
S. Miguel	383	43,0	3.110	131	3.182	42,1
Terceira	152	17,1	1.428	102	1.489	19,7
Graciosa	14	1,5	224	0	224	3,0
S. Jorge	47	5,3	273	7	279	3,7
Pico	136	15,3	1.222	23	1.235	16,3
Faial	73	8,2	520	38	544	7,2
Flores	22	2,5	171	6	175	2,3
Corvo	3	0,3	15	0	15	0,2
Total	891	100,0	7.348	355	7.562	100,0

Fonte: Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019)

Os dados relativos à evolução do setor apícola permitem constatar que entre 2008 e 2018 ocorreu um aumento de cerca de 130% do número de apicultores e de cerca de 63% do número de colónias (Figura 328). No ano de 2017, o número de apicultores aumentou cerca de 12,5%, atingindo os 449 apicultores no ano 2018. O número de colónias também aumentou no último ano (15,7%), registando 7.562 colónias no ano 2018.

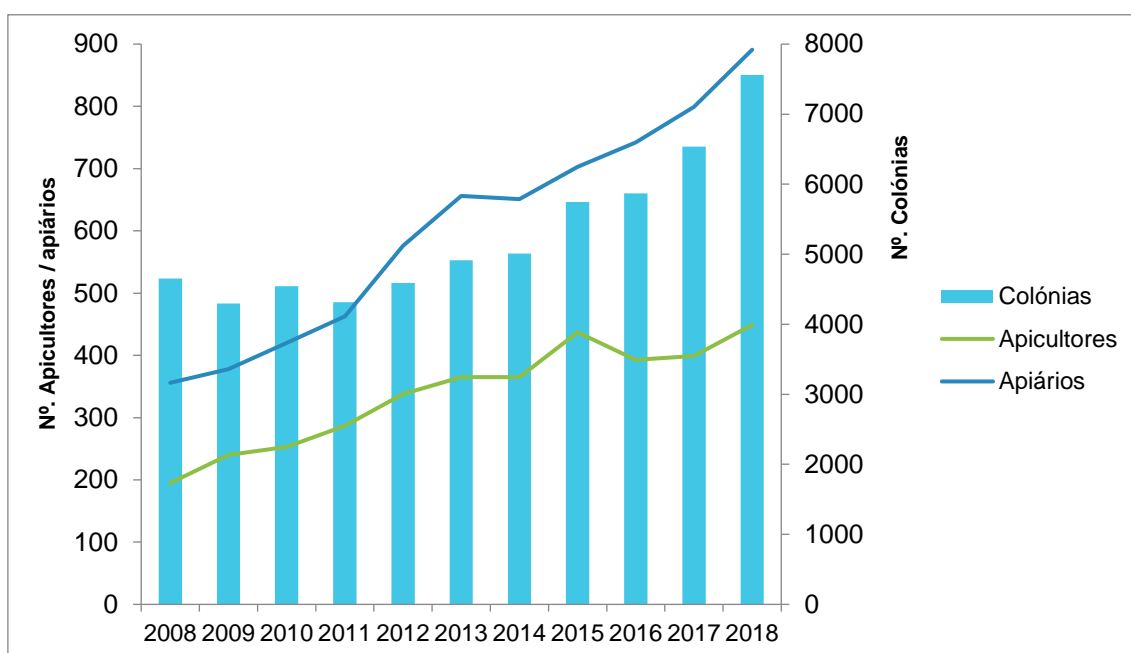


Figura 328. Evolução do efetivo apícola na R.A. Açores no período 2008-2018

Fonte: Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019)

12.6.2.2 Dimensão e tipologia das explorações

Segundo o Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores, a nível de dimensão da exploração consideram-se:

- Apicultores não profissionais, os que detêm um efetivo inferior a 150 colónias, considerando que os apicultores com o efetivo inferior a 25 colónias são identificados para autoconsumo;
- Apicultores profissionais, os que detêm um efetivo superior a 150 colónias.

A nível nacional, os apicultores portugueses são maioritariamente apicultores não profissionais (84% do total nacional) e detêm 39% das colónias do país.

Ao analisar a atividade apícola na R.A. Açores por classes de dimensão (Tabela 171), verifica-se que os apicultores da R.A. Açores são maioritariamente de reduzida dimensão (1-24 colónias), representado cerca de 80% do total da Região. Em 2018, em média, cada apicultor da R.A. Açores tinha 16 colmeias, valor bastante inferior às 63 da média nacional. Segundo o PEAA (2019), tal facto decorre de diversos fatores, designadamente a limitação geográfica, as condições climáticas adversas (ex.: vento), as limitações culturais (tipo de produção agrícola maioritariamente visto como produção complementar), entre outros.

Tabela 171. Dimensão dos apiários na R.A. Açores, no ano 2018

Nº de colónias	Apicultores		Apiários		Colónias		Média de apiários por apicultor	Média de colónias por apicultor
	N.º	% da Região	N.º	% da Região	N.º	% da Região		
1-24	359	80,0	466	52,3	2.523	33,4	1,3	7
25-49	51	11,4	160	18,0	1.730	22,9	3,1	34
50-99	24	5,3	141	15,8	1.610	21,3	5,9	67
100-149	3	0,7	19	2,1	345	4,6	6,3	115
150-499	6	1,3	105	11,8	1.354	17,9	17,5	226

Fonte: Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019)

A Região conta apenas com 6 apicultores profissionais, dos quais 4 em S. Miguel e 2 no Pico.

12.6.2.3 Produção de mel

Apesar de se observarem algumas variações ao longo do período 2008-2018, a produção de mel na R.A. Açores denota uma tendência de crescimento (25% no período 2008-2018), que se evidencia sobretudo nos últimos anos, conforme demonstrado na Figura 329. Face ao ano de 2017, a produção aumentou cerca de 15%, atingindo as 121 toneladas de mel no ano 2018 (Figura 329).

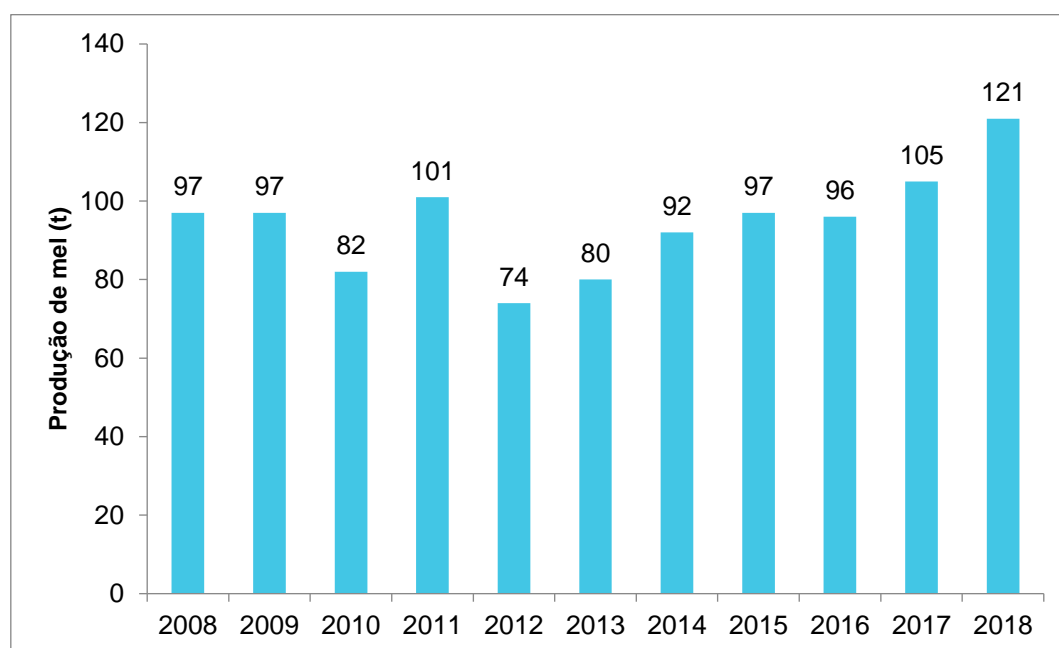


Figura 329. Evolução da produção de mel na R.A. Açores, entre 2008-2018

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

12.6.2.4 Mel dos Açores Denominação de Origem Protegida (DOP)

A Denominação de Origem Protegida (DOP) é um nome geográfico ou equiparado que designa e identifica um produto originário de um local ou região, cuja qualidade ou características se

devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico específico, incluindo fatores naturais e humanos, cujas fases de produção têm lugar na área geográfica delimitada. O Mel dos Açores DOP é um produto de origem portuguesa com Denominação de Origem Protegida pela União Europeia desde 21 de junho de 1996.

O Mel dos Açores DOP só pode ser atribuído a méis produzidos na R.A. Açores nas condições previstas no respetivo caderno de especificações. São considerados dois tipos de méis: incenso, produzido entre os meses de janeiro e abril, e multiflora, produzido de janeiro a dezembro.

Existem 31 produtores aprovados no âmbito da DOP (o que corresponde a 6,9% no contexto regional, num universo de 449 apicultores), sendo que a Ilha do Pico é a ilha com mais produtores aprovados (15, representando 48%), tal como se apresenta na Figura 330. As Ilhas S. Miguel e Terceira apresentam respetivamente 5 (16%) e 11 (36%) produtores aprovados.

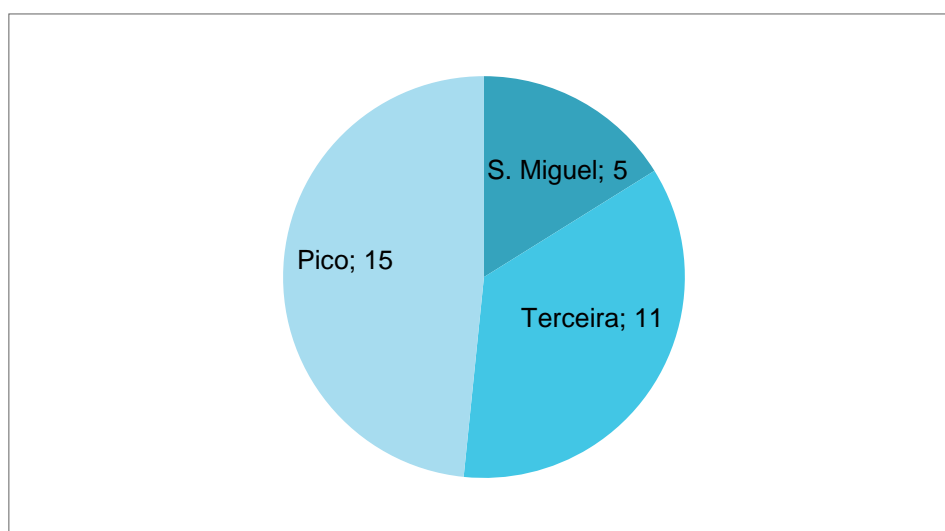


Figura 330. Produtores aprovados no âmbito da DOP mel dos Açores, no ano 2018

Fonte: Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019)

No ano de 2017 apenas 12 produtores comercializaram mel DOP, produzidos em 3 centrais meleiras e correspondendo a cerca de 1.200 colmeias. Segundo os dados reportados à Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), produziram-se 15 toneladas de mel DOP (o que representa cerca de 14,3% das 105 toneladas de mel produzido a nível regional no mesmo ano), dos quais apenas 30% foi comercializado pelo agrupamento gestor e os restantes 70% de forma individual. O preço médio de comercialização foi de € 7/kg, tendo-se atingido o máximo de €11 e o mínimo de €5,2. 98% do mel DOP é comercializado na Região.

12.6.2.5 Apicultura em modo de produção biológico

A apicultura biológica na R.A. Açores é ainda incipiente. No ano 2017, registava-se um total de 10 operadores/produtores em Modo de Produção Biológica (MPB) - o que correspondeu a 2,2%

no contexto regional, num universo de 449 apicultores - distribuídos pelas Ilhas São Miguel, Terceira e Faial, conforme indicado na Tabela 172.

Tabela 172. Número de apicultores e colmeias em MPB na R.A. Açores, por ilha, no ano 2017.

Ilha	Nº. de Apicultores em MPB	Nº. aproximado de colmeias em MPB
São Miguel	2	Mais de 100 colmeias
Terceira	2	Cerca de 110 colmeias
Faial	5 + 1 em processo de conversão	Cerca de 68 colmeias + 5 em processo de conversão

Fonte: Plano Estratégico para a Apicultura nos Açores (2019)

Em Portugal e concretamente na R.A. Açores, a produção apícola em MPB é ainda muito inferior à capacidade produtiva dos apicultores portugueses e apresenta valores de produção médios muito inferiores ao modo convencional. Este facto reflete não tanto as dificuldades do modo de produção, mas a situação expansiva em que se encontram os apicultores em MPB, reduzindo a capacidade produtiva em detrimento do aumento do número de colmeias. Neste contexto, observa-se uma enorme janela de oportunidades assente no aumento da produção de mel em MPB, bem como outros produtos da colmeia que ainda denotam produções e vendas residuais. Na sequência da crescente procura de qualidade por parte quer do consumidor, quer de empresas, estão disponíveis as condições necessárias para o sucesso deste modo de produção na R.A. Açores.

12.6.3 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Riqueza da flora existente em determinadas zonas e ilhas; Existência de organizações de apicultores e de várias melarias licenciadas em diferentes ilhas; Estatuto sanitário na maioria das ilhas; Estatuto “indemnes de varroose” nas ilhas do Corvo, Graciosa, São Jorge, Santa Maria, São Miguel e Terceira; Facilidade de escoamento do mel, sendo maioritariamente comercializado na Região; Mar como “fronteira natural”, o que facilita o controlo da entrada de produtos/animais; 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzida sensibilização da população, de uma forma generalizada, para a importância das abelhas; Reduzido número de técnicos com formação na área; Elevada variabilidade nos parâmetros do mel em zonas muito próximas; Reduzida composição florística nas pastagens; Reduzida diversidade de alimento para as abelhas ao longo do ano; Restrições no número de locais para a implantação de novos apiários; Ausência de política comercial e marketing;

<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido custo de manutenção da produção; • Reduzido impacto ambiental; • Existência de um laboratório na região reconhecido para a realização de análises anátomo-patológicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzidos volumes de produção; • Ocorrência de vários fenómenos atmosféricos extremos; • Reduzida capacidade de investimento por parte dos apicultores; • Reduzida representatividade dos apicultores aprovados no âmbito da DOP e expressão da apicultura em Modo de Produção Biológico; • Setor muito atomizado, individualista; • Fraca identificação da produção regional - inexistência de uma imagem comum que permita uma fácil diferenciação do mel dos Açores; • Falta de acompanhamento técnico e de sensibilidade para a sua importância.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da comercialização e valorização por via do turismo; • Valorização do mel e de outros produtos apícolas pela não utilização de antibióticos e acaricidas em algumas ilhas; • Diferenciação dos méis originados pela flora existente (incenso e multiflora); • Preferência dos consumidores pelo mel produzido localmente/nacional; • Ótimas condições para a apicultura em Modo de Produção Biológico; • Benefícios ambientais decorrentes da produção de mel; • Instalação de novas variedades de plantas, potenciais fontes de alimento para as abelhas; • Exploração de outros produtos apícolas, como pólen e própolis; • Propriedades nutracêuticas do mel e outros produtos apícolas, com abertura para mercados diferenciados, tais como a culinária, a cosmética ou a farmacêutica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada de novas pragas e doenças no arquipélago; • Aparecimento de varroose (doença da abelha melífera <i>Apis mellifera</i> L;) em ilhas indemnes; • Morte de abelhas com origem nos fitofármacos; • Entrada de mel na Região a preços muito competitivos; • Introdução de novas raças de abelhas, menos adaptadas; • Utilização indevida da “imagem Açores”; • Introdução de produtos apícolas de origem desconhecida, como alimento para abelhas, cera, etc., que poderão constituir riscos sanitários para as abelhas.

- Existência de procura superior à oferta;
- Potencial profissionalização da atividade;
- Exportação de enxames/rainhas.

12.7 Setor Florícola

12.7.1 Enquadramento da Floricultura na R.A. Açores

As ilhas da R.A. Açores reúnem um conjunto de espécies florais bastante alargado, devido à introdução pelo Homem de uma série de plantas de natureza exótica. Desde 1997 o cultivo e comercialização de plantas da família das *proteaceae* (adiante designadas por próteas) têm vindo a ganhar cada vez mais importância para a economia da R.A. Açores. O ano de 1997 marcou o surgimento das primeiras plantações de próteas na Ilha Terceira com fins comerciais para exportação.

Na Ilha Terceira as variedades de flores que ocupam maior extensão de terreno pertencem ao género botânico *Leucospermum* (designados por alfineteiras), seguindo-se o género *Protea*, *Leucadendron* e *Telopea*, apesar de existirem outros grupos com menor expressão. Assim, as variedades existentes permitem ter um período de produção alargado que começa no fim do Verão/início do Outono com algumas variedades do género *Protea*. O pico de produção ocorre de janeiro a março, essencialmente com flores do género *Leucospermum* e *Leucadendron*, e termina na Primavera com flores do género *Protea*, *Leucospermum* e *Telopea*.

A época de colheita das próteas na R.A. Açores é diferente de outras partes do globo, nomeadamente a África do Sul, de onde esta cultura é oriunda. Tal potencia a exportação de próteas da R.A. Açores.

As plantações de próteas encontram-se distribuídas por todos os quadrantes da ilha Terceira, mas com maior concentração nas zonas Sudoeste, Sul e Sudeste.

De acordo com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, a Ilha Terceira tem uma tradição muito expressiva ligada à floricultura; não obstante a Ilha do Faial também ter registado um grande aumento ao longo dos anos. Na Ilha do Faial a atividade florícola iniciou-se em 2005, mas as primeiras plantações de próteas só surgiram em 2006, tendo-se iniciado em 2008 a sua exportação que continua até à presente data. Atualmente, por toda a Ilha do Faial existe um grande número de plantações com o objetivo de produzir para o mercado local, bem como para exportar⁵⁵.

⁵⁵ Informação disponível através de: <https://www.aifaial.pt/sectores-da-caif>

Neste contexto, a floricultura é um dos setores que mais tem crescido nos últimos anos devido aos investimentos realizados pelos agricultores, à instalação de jovens agricultores e à aprovação de vários projetos de investimento no âmbito do programa PRORURAL+.

No âmbito do programa POSEI em 2019, foi implementada uma nova ajuda específica para o acondicionamento de próteas, que atribui um apoio de cinco cêntimos por haste, sendo que a ajuda é paga com base na quantidade de hastes comercializadas, com calibre igual ou superior a 40 centímetros. Esta medida permite contribuir para fomentar o desenvolvimento do setor florícola na R.A. Açores.

Deste modo, de acordo com a Direção Regional do Desenvolvimento Rural da R.A. Açores, a floricultura tem vindo a revelar-se como um setor bastante dinâmico e atrativo, gerador de emprego e de riqueza na Região.

12.7.2 Dados estatísticos da Floricultura na R.A. Açores

12.7.2.1 Explorações

De acordo com o Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais 2017 (IFPO 2017), a floricultura poderá dar um importante contributo para a diversificação da atividade agrícola da R.A. Açores. Entre 2012 e 2017 verificou-se uma evolução positiva do setor da floricultura na R.A. Açores, a qual pode ser observada na Figura 331.

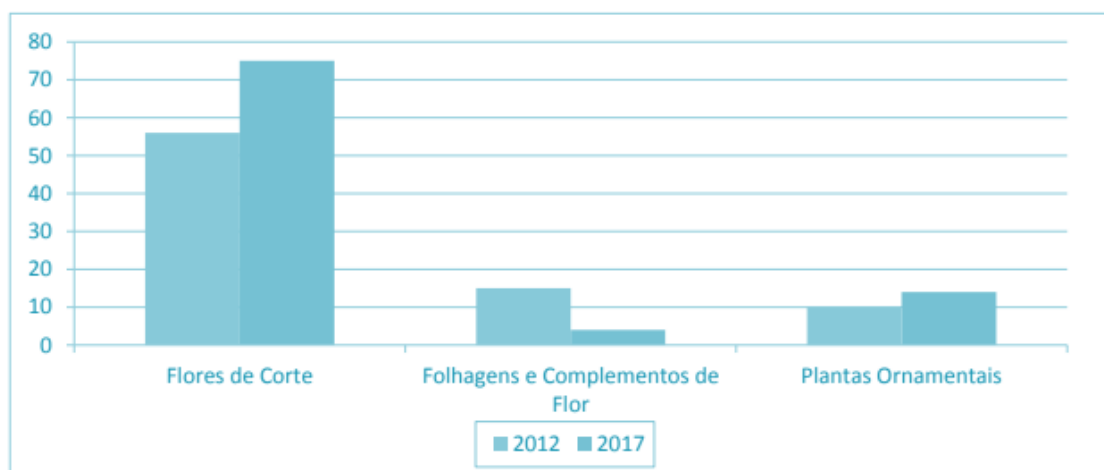


Figura 331. Comparação de áreas de floricultura entre 2012 e 2017 (ha)

Fonte: Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais 2017, SREA

Em 2017 existiam na R.A. Açores 86 explorações com culturas florícolas, as quais ocupavam uma área base de 93 ha, das quais 75 ha com flores de corte, 4 ha com folhagens de corte e complementos de flor e 14 ha com plantas ornamentais (Figura 331).

No que diz respeito ao tipo de produção florícola, no período de referência verificou-se um aumento das superfícies de flores de corte e de plantas ornamentais, verificando-se uma diminuição das superfícies de folhagens de corte e complementos de flor (Figura 331).

Em comparação com o ano de 2012 verificou-se um ligeiro decréscimo do número de explorações florícolas na R.A. Açores. No entanto, a dimensão média das explorações passou de 0,9 ha de área base em 2012 para 1,1 ha em 2017.

No ano de 2017, a prótea era a flor de corte mais representativa na R.A. Açores, ocupando 76% da superfície produtiva das flores de corte, seguida da hortênsia que ocupava 14% da área de produção (Figura 332).

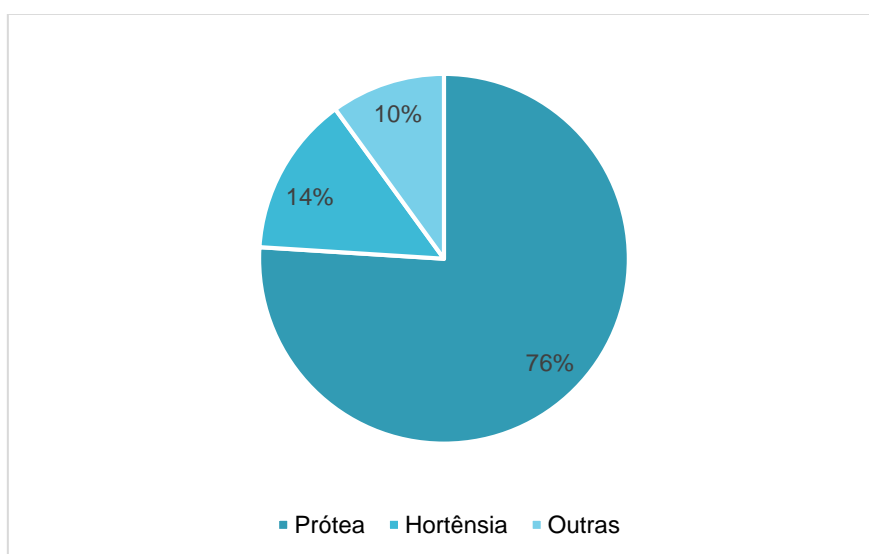


Figura 332. Representatividade das principais flores de corte
Fonte: Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais 2017, SREA

Nas folhagens de corte e complementos de flor é patente a existência de uma diversidade de espécies, sendo o feto, o ruscus e a camélia as mais representativas. Verificou-se uma maior diversidade nas plantas ornamentais, sendo a mais representativa a petúnia seguida da pelargonia e da euphorbia.

12.7.2.2 Mão-de-obra

A floricultura é uma área de atividade que absorve um número significativo de mão-de-obra, num período onde há maior disponibilidade para realizar tarefas de arranjos culturais, colheita, preparação e embalagem para exportação, constituindo uma oportunidade de emprego complementar a outras atividades económicas com uma forte componente sazonal, como é o caso dos setores do turismo e da restauração. Tal ocorre essencialmente com as proteáceas, as quais exigem bastante mão-de-obra durante todo o ano, mas principalmente durante a época de colheita que se realiza durante o Inverno.

De acordo com os principais resultados do IFPO 2017 divulgados pelo SREA, em 2017, 47,7% das explorações florícolas utilizavam exclusivamente mão-de-obra familiar. Como tal, a utilização de mão-de-obra familiar afigurando-se bastante relevante para o setor da floricultura da R.A. Açores.

Nas explorações que recorrem apenas à mão de obra familiar, 72% dos indivíduos ocupa menos de 50% do seu tempo na atividade afeta à floricultura. Por sua vez, na mão-de-obra não familiar, 36% são trabalhadores a tempo inteiro.

No que diz respeito à representatividade feminina na mão-de-obra afeta à floricultura, em 2017, as mulheres representavam 29,8% da mão-de-obra agrícola familiar e 14,9% da mão-de-obra agrícola não familiar.

12.7.2.3 Produção, exportação e vendas

Segundo previsões da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas⁵⁶, em 2019, a produção de próteas atingirá cerca de 3,5 milhões de hastes, o que representa um aumento significativo face a 2016, ano no qual a produção foi de pouco mais de dois milhões de hastes.

Neste contexto, a floricultura constitui um sector em desenvolvimento na R.A. Açores, tendo a exportação de flores para a Holanda aumentado 50% desde 2016. Em 2019, foram exportadas, pela primeira vez, próteas para Miami (EUA).

Em 2017, a exportação já se afigurava como a principal forma de escoamento das próteas da R.A. Açores. Por sua vez, nas folhagens e complementos de flor e nas plantas ornamentais verificou-se a predominância da venda direta ao consumidor como forma de escoamento, sendo também de destacar a venda ao setor da distribuição (Figura 333).

56

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/novidades/Jo%C3%A3o+Ponte+revela+que+exporta%C3%A7%C3%A3o+de+pr%C3%B3teas+dos+A%C3%A7ores+cresceu+50pc+nos+%C3%BAltimos+tr%C3%AAs+anos.htm?lang=pt&area=ct>

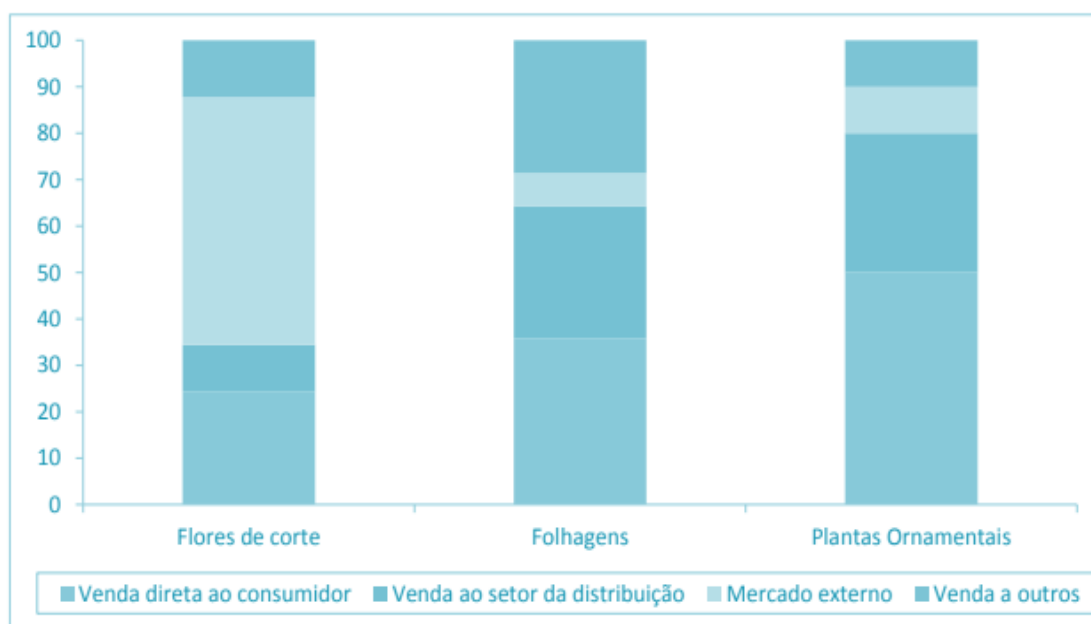


Figura 333. Forma de escoamento da produção comercializada (%)

Fonte: Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais 2017, SREA

12.7.3 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da área (ha) de floricultura na R.A. Açores; • Aumento das vendas do setor florícola; • Entrada de jovens agricultores no setor; • Adequação do clima da R.A. Açores à plantação de próteas; • Novos nichos de mercado com impacto positivo na economia; • Criação de novos postos de trabalho; • Conhecimento técnico, principalmente na cultura das <i>Proteaceas</i>, em algumas ilhas; • Desfasamento, da época de produção das <i>Proteaceas</i>, em relação a outras zonas do globo, favorecendo a exportação das flores da R.A. Açores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade nos transportes; • Falta de mão-de-obra especializada; • Exigência elevada de tratamentos fitossanitários; • Exigência de vigilância, maneiio contínuo da cultura (mão-de-obra permanente); • Grande distância dos principais mercados.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mais cooperativas do setor, em outras ilhas; • Existência de iniciativas de formação florícola (especialmente de próteas), como <i>workshops</i>; • Aposta contínua na qualidade da produção florícola; • Oportunidade de emprego; • Diversificação das exportações para novos mercados; • Viabilidade económica da floricultura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preponderância de mão-de-obra familiar; • Elevada exigência das próteas a nível das podas, tratamentos fitossanitários, fertilizações, controlo das infestantes e na rega; • Alterações climáticas; • Dependência dos transportes; • Falta de mão-de-obra especializada.

12.8 Setor Hortícola

12.8.1 Enquadramento da horticultura da R.A. Açores

A prática agrícola na R. A. Açores remonta aos tempos do povoamento em pleno século XV, tendo os primeiros povoadores aproveitado desde cedo as condições do meio local, nomeadamente o clima e a fertilidade do solo, para a produção de diversas culturas onde se inseriam os produtos hortícolas numa ótica de subsistência e posteriormente de comercialização.

A ruralidade do território ao longo dos últimos séculos e a atividade agropecuária presente numa parte importante da população açoriana criou desde sempre a oportunidade para o surgimento de pequenas produções familiares que conviveram lado a lado com os grandes ciclos económicos da laranja e do ananás no século XIX, ou mais recentemente dos cereais, da beterraba e da batata. As culturas agrícolas também foram desde sempre um fator preponderante na modelação da paisagem das ilhas, sob forte influência humana, cujo abandono em detrimento da expansão das áreas de pastagem levou a uma redução da autossuficiência e à degradação do património edificado de apoio à atividade agrícola. De qualquer forma, a qualidade dos solos aliada às condições favoráveis do clima e aos métodos tradicionais de cultivo na R.A. Açores permitem a produção de produtos hortícolas de grande qualidade.

No período 2009 a 2017, as áreas afetas à horticultura cresceram 100 hectares por ano. Esse aumento foi acompanhado pelo crescimento do número de produtores, o qual aumentou de cerca de 200 para aproximadamente 700, potenciando assim a diversificação agrícola e contribuindo para o aumento da capacidade da R.A. Açores em abastecer o mercado local⁵⁷.

⁵⁷ Governo dos Açores, www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgragacs/noticias/Horticultura+e+fruticultura+registam+uma+evolu%C3%A7%C3%A3o+muito+positiva+nos+A%C3%A7ores+afirma+Jo%C3%A3o+Ponte.htm

Em 2019, segundo informação da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, de entre os 230 jovens que se instalaram pela primeira vez na R.A. Açores com o apoio do atual quadro comunitário, 25% optaram pela via da diversificação agrícola, apostando noutros setores nomeadamente, na horticultura, fruticultura e floricultura⁵⁸.

É expectável que a diversificação agrícola, nomeadamente a aposta na horticultura e noutras áreas de produção, contribua para um abastecimento do mercado local direto e para o equilíbrio da balança comercial.

12.8.2 Dados estatísticos da horticultura na R.A. Açores

12.8.2.1 Área de produção hortícola

Entre 1999 e 2014 a área de produção hortícola na R.A. Açores apresentou uma tendência de crescimento, tanto na horticultura intensiva, como na produção familiar. Ainda assim, verificou-se um ligeiro decréscimo na horta familiar entre 2013 e 2014, na ordem dos 12%. Da análise destes dados, é de realçar o importante peso que a produção familiar tem tido na Região, sendo superior em área à horticultura intensiva (Figura 334).

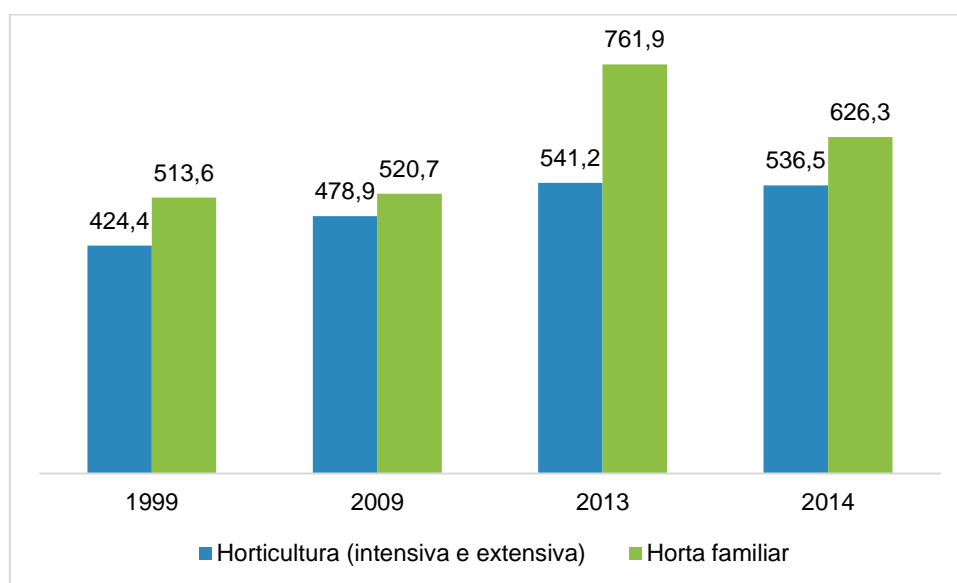


Figura 334. Área base de horticultura em hectares na R.A. Açores entre 1999 e 2014

Fonte: Inquérito à Horticultura 2014 (SREA)

Em 2016, as hortas familiares da R.A. Açores totalizavam uma superfície de 526 hectares, que correspondia a 3% do total nacional.

⁵⁸ <http://agriculturaemar.com/joao-ponte-diversificacao-agricola-nos-acores-tem-grande-potencial-para-continuar-a-crescer/>

Tabela 173. Dimensão das hortas familiares de Portugal e da R.A. Açores, em 2016, hectares

	Área (hectares)
Portugal	16.331
R.A. Açores	526

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016

De acordo com a Tabela 174, entre 2000 e 2014 verificou-se um aumento na superfície de horticultura extensiva e intensiva de respetivamente de 699 hectares para 920 hectares. Entre 2000 e 2014 também se verificou um aumento nas quantidades produzidas, aumentando a produção de 15.549,8 toneladas para 20.770,0 toneladas.

No ano de 2014 a melancia era a espécie mais produzida, representando quase 20% da produção, acima de outras espécies hortícolas como o repolho, a alface, a abóbora, o pimento, o tomate, a fava, entre outros (Tabela 174).

Tabela 174. Áreas totais e produção de horticultura extensiva e intensiva por espécie na R. A. Açores entre 2000 e 2014

	Área (hectares)			Produção (ton.)		
	2000	2007	2014	2000	2007	2014
Alface	27,8	42,2	79,1	549,2	867,8	1.843,0
Repolho	117,5	136,4	1.11,3	3.860,8	4.339,7	2.103,6
Melancia	83,3	125,8	139,8	2.248,9	3.336,7	4.012,3
Tomate	21,9	31,9	42,3	1.198,3	1.426,4	1.129,4
Outras hortícolas	27,8	42,2	79,1	549,2	867,8	1.843,0
Área total de horticultura	699,0	763,1	920,0	15.549,8	17.083,2	20.770,0

Fonte: Inquérito à Horticultura 2014 (SREA)

12.8.3 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Práticas agrícolas sustentáveis que garantem qualidade aos produtos; • Características geográficas e climáticas; • Qualidade dos solos vulcânicos; • Grande presença da produção hortícola familiar; • Aumento gradual do número de produtores; • Realização de campanhas de promoção e comercialização; 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção hortícola é ainda muito incipiente; • Região não é autossuficiente na produção hortícola; • Necessidade do recurso aos fitofármacos para controlo de pragas, tal como em outros setores da diversificação; • Falta de planeamento/estratégia da produção, em produzir todo o ano; • Falta de mão-de-obra especializada;

<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de um rendimento mais imediato do que os outros setores da diversificação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições climáticas adversas.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Rejuvenescimento do setor agrícola; • Adaptação de hábitos alimentares mais diversificados; • Aumento do turismo bem como da população flutuante na R.A. Açores, faz com que seja necessário haver maior disponibilidade de produtos hortícolas; • Implementação de planos de saúde escolar, com maior introdução de hortícolas; • Possibilidade de equiparar, a nível de apoios, o setor da horticultura aos demais setores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada no mercado regional de produtos hortícolas oriundos de outras geografias; • Dificuldades/constrangimentos ao nível dos transportes; • Insuficiente formação dos produtores.

12.9 Setor Vitivinícola

12.9.1 Enquadramento da Vitivinicultura na R.A. Açores

A cultura da vinha nos Açores remonta aos tempos do início do povoamento das ilhas, tendo sido introduzida por religiosos. Profundamente enraizado nos hábitos de consumo alimentar e na cultura portuguesa, o vinho era considerado um bem de primeira necessidade e era imprescindível garantir a sua existência e produção no arquipélago, tendo por isso surgido nas ilhas com as viagens dos primeiros povoadores a partir do século XV.

A ilha com maior representatividade da atividade vitivinícola é desde sempre a ilha do Pico, cujas castas introduzidas cedo ganharam reputação, como é o caso do Verdelho, em resultado da sua qualidade e das condições de cultivo favoráveis, graças ao clima ameno e ao crescimento em currais com solos vulcânicos.

A partir do século XVIII até ao primeiro quartel do século XX produziram-se mais de 50 mil pipas de Verdelho, cuja exportação foi feita principalmente para o Norte da Europa, Inglaterra, Rússia e Brasil, além do escoamento para o continente português. Depois da revolução bolchevique, em 1917, foram encontradas garrafas de vinho Verdelho armazenadas nas caves dos antigos czares da Rússia. O “generoso” produzido nos Açores, é considerado um dos melhores vinhos produzidos em Portugal.

No século XIX, concretamente em 1870, uma praga de *Phylloxera vastatrix* atingiu uma vasta área de produção de vinha, destruindo-a de forma drástica. Estes foram substituídos por híbridos produtores diretos de origem americana, que originavam vinho de menor qualidade.

As ações de reconversão da vinha permitiram a recuperação do vinho Verdelho, assim como a introdução de novas castas de origem europeia e novos sistemas de condução da vinha. A vinha é produzida segundo métodos tradicionais em curraletas e lagidos, determinando a existência de zonas com elevado valor paisagístico e cultural.

A atividade vitivinícola na ilha do Pico é um fator determinante na modelação da paisagem, tendo esta sido classificada como “Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico” em 1996, por proposta do Governo Regional⁵⁹ dos Açores, de forma a salvaguardar os valores naturais, paisagísticos e culturais aí existentes. Desde 2004, a vinha do Pico é “Paisagem Cultural na lista de bens Património Mundial da UNESCO”, solidificando o seu papel paisagístico e histórico-cultural, compreendendo uma área de 987 hectares. Esta cultura desenvolve-se em explorações de muito pequena dimensão, sendo a organização da fileira pouco desenvolvida e subsistindo ainda áreas com necessidade de reestruturação das vinhas.

As Denominações de Origem (DO) dos Açores, criadas em 1994 são três: Graciosa, Biscoitos (na ilha Terceira) e Pico. As DO «Biscoitos», «Graciosa» e «Pico» podem ser utilizadas para a identificação dos vinhos e produtos víquicos que satisfaçam os requisitos estabelecidos na legislação de suporte. Assim, podem ser produzidos, para DO «Biscoitos», «Graciosa» e «Pico» os seguintes produtos víquicos:

- a) Vinho branco;
- b) Vinho espumante branco;
- c) Vinho licoroso branco;
- d) Vinagre de vinho branco.

As “DO do Pico, da Terceira e da Graciosa”, produzem vinhos muito procurados pelo mercado local, turístico e nos destinos marcados pela emigração açoriana.

O “DO Pico” é reconhecido para a produção de vinho branco, vinho espumante branco, vinho licoroso branco e vinagre de vinho branco, produzido na Ilha com o mesmo nome a partir de uvas cultivadas em terrenos pedregosos. A área de vinha é muito reduzida e as parcelas são cercadas de pedra solta a que se dá o nome de “currais”, cuja finalidade é de proteger as plantas da ação dos ventos salgados, vindos do mar. Este vinho pode ser licoroso ou tranquilo.

O “DO Graciosa” é reconhecido para a produção de vinho branco, vinho espumante branco, vinho licoroso branco e vinagre de vinho branco, resultantes de videiras também cultivadas em currais.

⁵⁹ Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/A, de 27 de junho.

O “DO Biscoitos” é reconhecido para a produção de vinho branco, vinho espumante branco, vinho licoroso branco e vinagre de vinho branco, produzidos na Ilha Terceira. Esta designação “Biscoitos” deve-se ao facto de o solo ser muito pedregoso de cor escura, semelhante ao biscoito que, na época dos descobrimentos, os navegadores utilizavam como pão. A vinha é implantada em quadrículas (curraletas), separadas entre si por muros constituídos por pedras soltas (travessas) que a protegem dos ventos. Este vinho pode ser licoroso ou tranquilo.

Desde 2004, também passou a ser possível a comercialização de vinhos com a Indicação Geográfica (IG) Açores, cuja área geográfica de produção abrange todas as ilhas.

É de referir que um ano após o surgimento destas três zonas vitivinícolas surgiu a Comissão Vitivinícola Regional dos Açores (CVR Açores), uma entidade que tem como principal missão a defesa e a promoção dos vinhos dos Açores e promover as certificações DO e IG. Atualmente existem 21 agentes económicos na R.A. Açores com possibilidade de certificar vinhos, nomeadamente 12 na ilha do Pico, 5 na ilha Terceira, 1 na Graciosa e 3 em São Miguel.

12.9.2 Dados estatísticos da Vitivinicultura na R.A. Açores

12.9.2.1 Número de explorações

A atividade vitivinícola foi quase sempre, até ao início do século XXI, uma atividade complementar às principais atividades laborais das famílias açorianas dedicadas à produção de vinho. A partir essencialmente de 2004 começaram a surgir nos Açores, principalmente na ilha do Pico, famílias exclusivamente dedicadas à produção de vinho, situação que levou a um aumento do número de explorações, da área afetada e, conseqüentemente, da quantidade de vinho.

Segundo o Recenseamento Agrícola de 2009 e os Inquéritos à Estrutura das Explorações de 2013 e 2016, o número de explorações de vinha na Região era de 481 no ano de 2009, enquanto em 2013 era de 272, verificando-se assim uma redução bastante significativa em poucos anos. No ano de 2016 o número de explorações voltou a aumentar, embora para valores mais baixos do que em 2009, para 456 explorações (Figura 335).

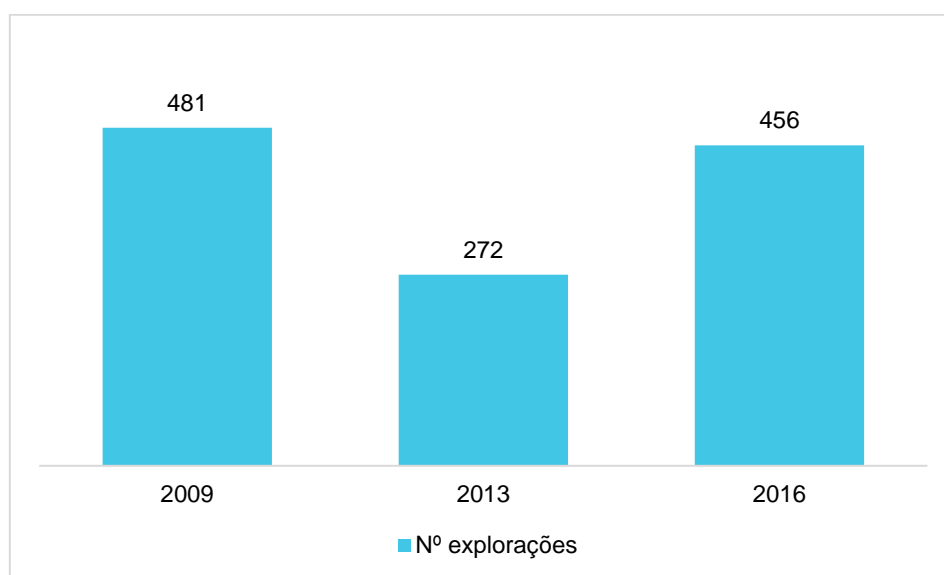


Figura 335. N.º de explorações de vinha na R.A. Açores

Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 e Inquéritos à Estrutura das Explorações 2013 e 2016

Face ao número total de explorações agrícolas na Região, o peso das explorações de produção de vinho no total das explorações agrícolas também variou, embora de forma pouco relevante. Em 2016, o número das explorações de vinha assumiu um peso superior ao número de explorações de horticultura intensiva e floricultura (Figura 336).

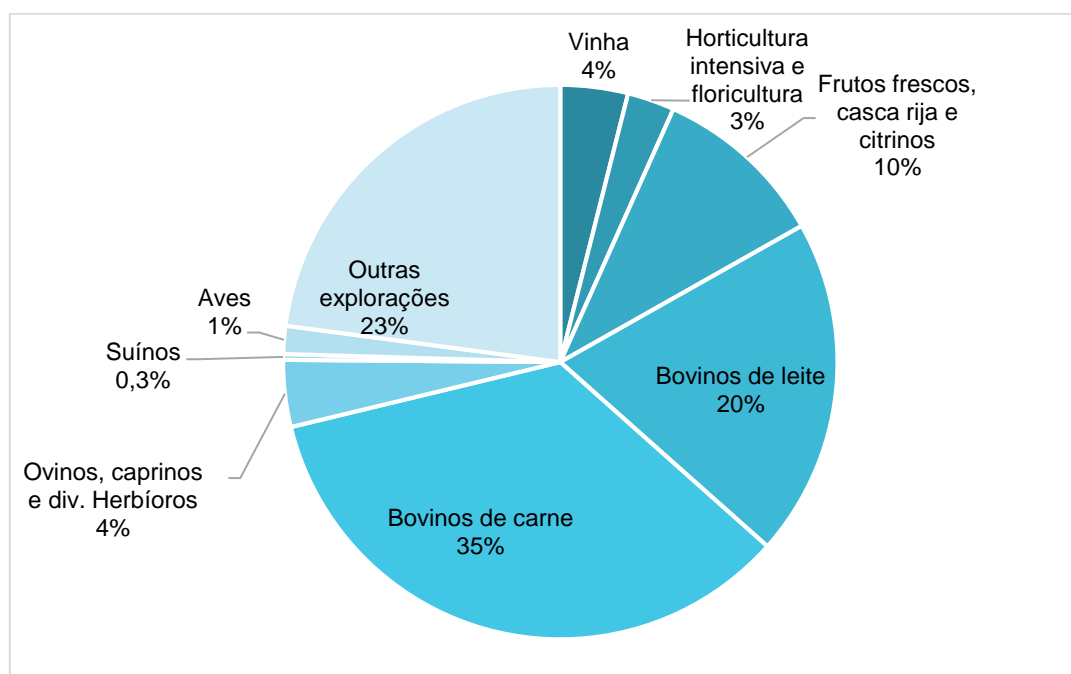


Figura 336. Peso das explorações de vinha face ao total das explorações agrícolas da R.A. Açores em 2016

Fonte: Inquérito à Estrutura das Explorações 2016, através da DRDR

12.9.2.2 Área de vinha

Em termos de área alocada à produção de vinho, os dados das Contas Económicas da Agricultura (SREA) para o período de 2015 a 2018 demonstram que em geral esta aumentou de forma significativa (em 42,7%), tendo ocorrido apenas um período de estabilidade entre 2016 e 2017.

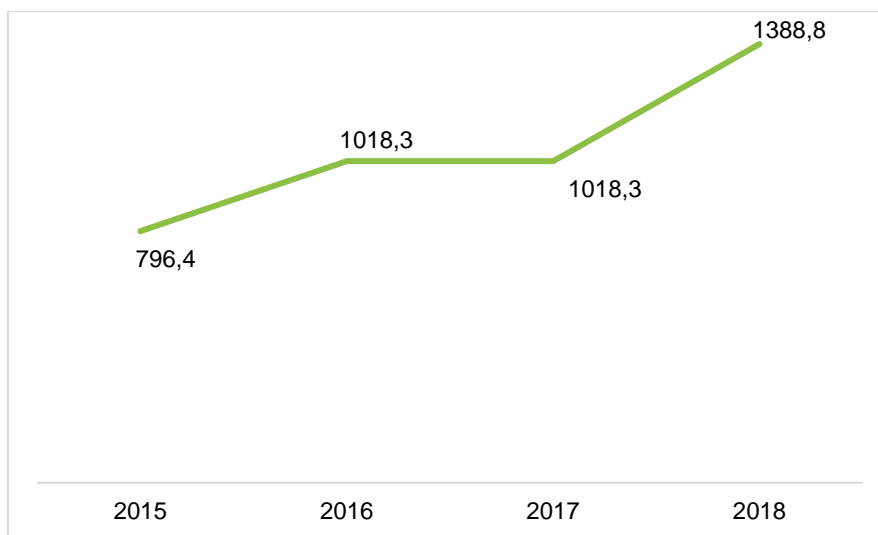


Figura 337. Área (ha) de vinha na R.A. Açores entre 2015 e 2018

Fonte: Contas Económicas da Agricultura (SREA), através da DRDR

Quanto à área de vinha com direitos de plantação, para o período de campanha vitivinícola 2017/2018, esta situava-se nos 1.707,91 hectares, sendo que 49,7% destinava-se à produção de vinhos DO e IG (848 hectares), enquanto 50,3% destinava-se a vinhos sem qualquer indicação (859,64 hectares), havendo por isso um equilíbrio na distribuição destas áreas (Tabela 175 e Figura 338). De notar, no entanto, que analisando em concreto a superfície com direitos de plantação apenas para os vinhos com indicação, a área associada aos vinhos DO ocupava 80,2% (cerca de 680 ha), enquanto os vinhos IG ocupavam, 19,8% (cerca de 168 ha) (Tabela 175)

Tabela 175. Área de vinha com direitos de plantação na campanha vitivinícola 2017/2018

Superfície com direitos de plantação	Área (ha)
Vinhos DO	680,14
Vinhos IG	168,13
Vinhos sem indicação	859,64
Total	1707,91

Fonte: Inventário do Potencial Vitivinícola da R.A. Açores, através da DRDR

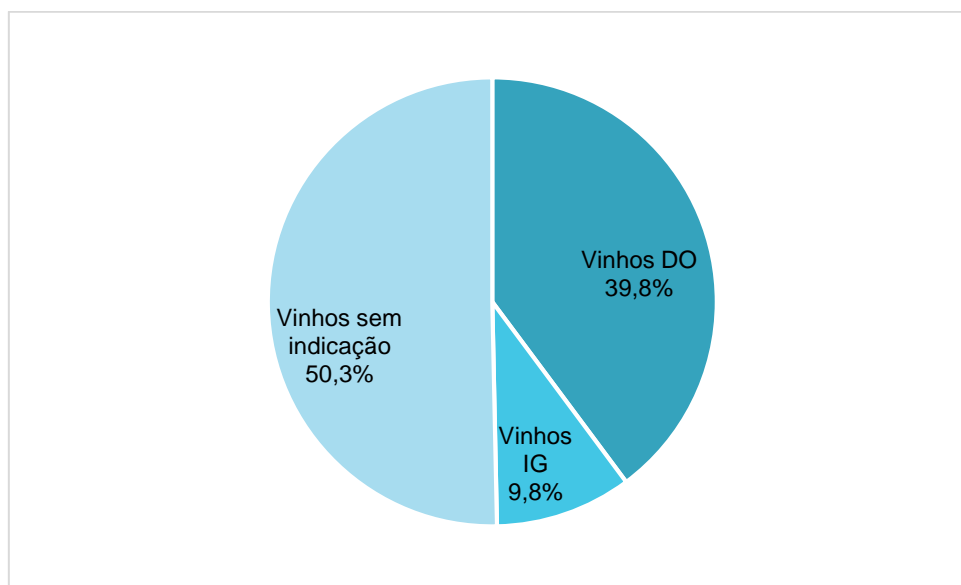


Figura 338. Proporção de área de vinha com direitos de plantação na campanha vitivinícola 2017/2018

Fonte: Inventário do Potencial Vitivinícola da R.A. Açores, através da DRDR

12.9.2.3 Produção de vinho

Segundo dados do Instituto da Vinha e do Vinho, deu-se no período 2017-2019, um aumento da produção dos vinhos aptos a DOP e aptos a IGP. Por sua vez, no período 2009-2019, verificaram-se diversas oscilações relativamente à evolução da produção de vinho sem DO/IG (Figura 339).

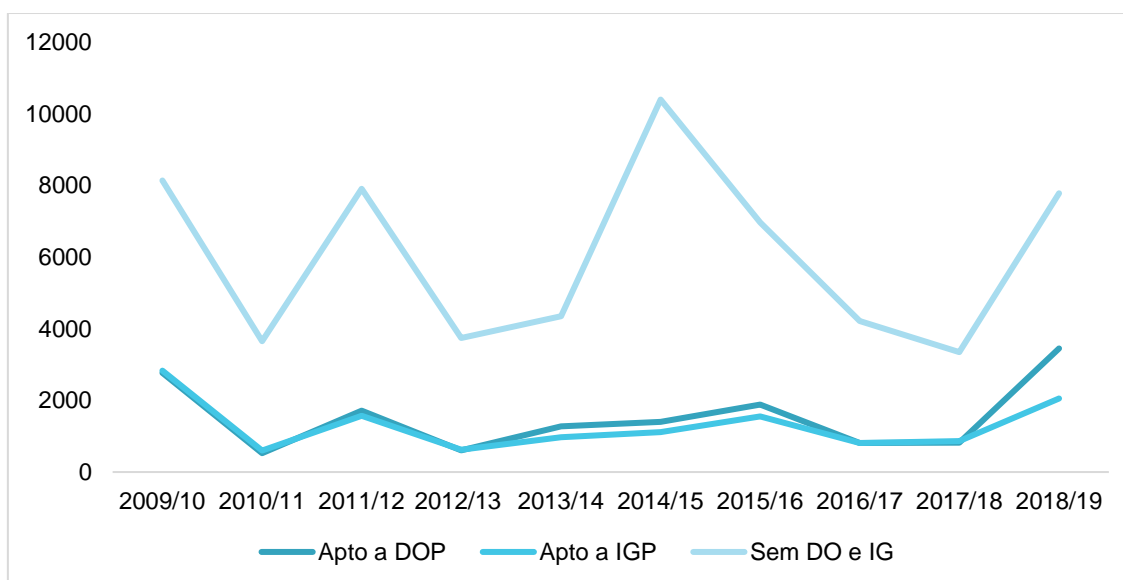


Figura 339. Evolução da produção de vinhos com aptidão DOP e IGP e sem DO/IG, em hectolitros, 2009 a 2019

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho

De acordo com a Tabela 176, os vinhos aptos a IG garantiram pelo menos 50% do valor de produção para os vinhos com indicação, enquanto os vinhos aptos a licorosos DO constituíam a menor percentagem, com apenas 1,1% em 2016-2017 e 1,7% em 2017-2018, ligeiro aumento que significou, no entanto, um aumento de 10,6 hectolitros de um período para o outro.

Tabela 176. Produção de vinhos com aptidão DOP e IGP e licorosos DO na R.A. Açores em 2016-2017 e 2017-2018

Vinho	2016-2017 (hl)	%	2017-2018 (hl)	%
Apto a DOP	769,9	48,2	789,25	46,8
Apto a IG	808,95	50,7	867,36	51,2
Apto a licoroso DO	17,7	1,1	28,3	1,7
Total	1596,6	100	1684,91	100

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho, através da DRDR

Segundo dados do Instituto da Vinha e do Vinho na campanha 2017/2018, o concelho da Madalena, na ilha do Pico, assumiu a maior produção total com 2.802 hectolitros, seguindo-se o concelho de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel com 1.144 hectolitros.

Na campanha 2017/2018, o concelho da Madalena foi o único da R.A. Açores que produziu todos os tipos de vinho de acordo com a Tabela 177. Sendo, os concelhos da Madalena e de São Roque do Pico os únicos da Região que produziram vinho branco licoroso com DOP na campanha 2017/2018.

Tabela 177. Produção vinícola por distrito/concelho da R.A. Açores, campanha 2017/2018, (hectolitros)⁶⁰

Distrito		Horta					Ponta Delgada				Angra Heroísmo		Santa Maria
Concelho		Horta	Lajes do Pico	Madalena	São Roque do Pico	Calheta (São Jorge)	Ponta Delgada	Povoação	Vila Franca do Campo	Angra do Heroísmo	Praia da Vitória	Santa Cruz da Graciosa	Vila do Porto
Vinho	Tinto	0	40	1.476	172	17	0	1	1.050	183	133	106	3
	Rosado	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Branco	0	0	14	46	41	0	0	0	55	3	0	0
	Total	0	40	1.499	218	58	0	1	1.050	237	136	106	3
Apto Vinho com IGP	Tinto	0	0	487	10	1	36	0	44	1	38	2	0
	Rosado	0	0	75	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Branco	2	0	75	4	1	33	0	50	7	2	0	0
	Total	3	0	638	13	1	69	0	94	8	40	2	0
Apto Vinho Licoroso com DOP	Branco	0	0	19	10	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	19	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Apto Vinho com DOP	Branco	0	1	647	23	0	0	0	0	13	68	37	0
	Total	0	1	647	23	0	0	0	0	13	68	37	0
Total Geral	Tinto	0	40	1.963	182	17	36	1	1.094	184	171	108	3
	Rosado	0	0	84	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Branco	2	1	755	82	42	33	0	50	74	73	37	0
	Total	3	42	2.802	264	59	69	1	1.144	258	244	146	3

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho

De acordo com os dados da Figura 340 em termos de distribuição da produção total declarada, o concelho da Madalena representa 60% do total, seguindo-se o concelho de Vila Franca do Campo com 12%. Os concelhos de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, na ilha Terceira, representam ambos cerca de 8%, enquanto São Roque do Pico representa 5% e Santa Cruz da Graciosa cerca de 2% (Figura 340).

⁶⁰ Os municípios ausentes desta tabela não apresentam qualquer produção vinícola declarada na campanha 2017/2018.

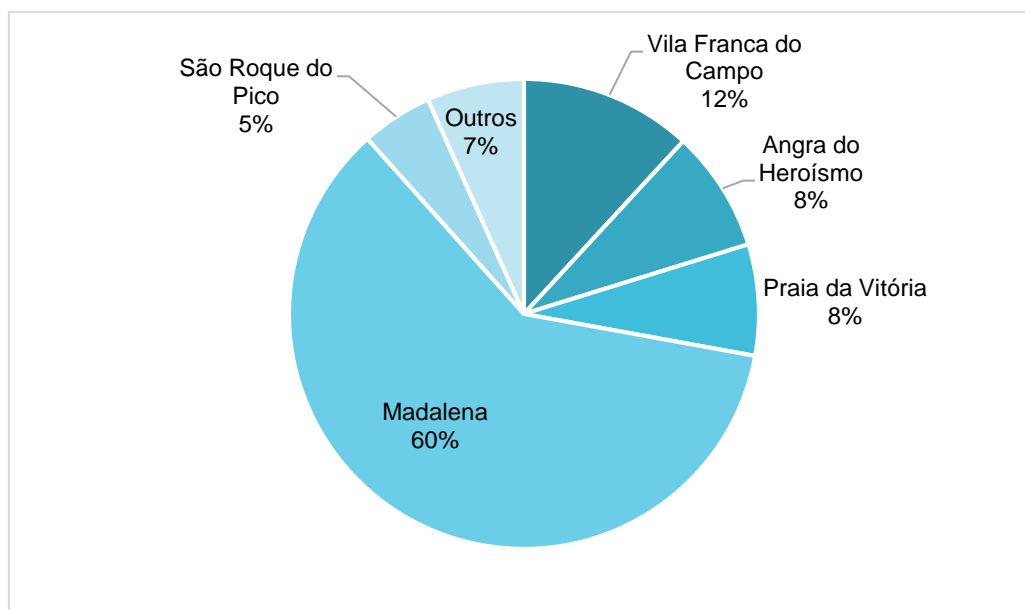


Figura 340. Percentagem de produção vinícola declarada expressa em mosto por município em 2018

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2018 (SREA)

12.9.3 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Vinhos de qualidade reconhecida; • Modos de produção tradicionais com elevado valor paisagístico e cultural associado (lagidos e curraletas); • Condições naturais favoráveis à produção, como o solo vulcânico, o clima e a proximidade ao mar que proporciona níveis adequados de salinidade. • Utilização de castas autóctones com um valioso património genético, que originam produtos de excelente qualidade; • Turismo como alavanca do consumo regional e da visibilidade da imagem nos mercados externos; • Produção de vinhos DO e IG como alavanca promocional dos vinhos dos Açores; • Existência da Comissão Vitivinícola Regional enquanto entidade com 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida dimensão das explorações de vinha e muito fragmentadas; • Reduzida produção dos vinhos Açorianos, dificultando o acesso aos mercados externos; • Condições e custos de produção penalizados pelas condições naturais; • Organização geral do setor incipiente; • Usurpação e indicações falaciosas que afetam o carácter distintivo e o prestígio dos DO e IG; • Fraca implementação do seguro de colheitas; • Produtividade média baixa (3 a 4 toneladas por hectare); • Reduzida informação ao visitante nos pontos de chegada, internet, restauração e outros;

<p>competências na promoção dos vinhos, na competitividade dos produtores e certificação dos vinhos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paisagem da vinha do Pico, classificada como património mundial pela UNESCO. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado custo associado ao transporte de para a R.A. Açores; • Dificuldade na obtenção de material vegetativo das castas autóctones.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade de organização do setor; • Criação de melhores condições para o acesso aos mercados; • Continuação da modernização e reestruturação do sector; • Sinergias com o Turismo e designadamente com o Enoturismo; • Aumento da oferta de vinhos de qualidade potenciando a diversidade do património vitícola; • Possibilidade de atingir novos nichos de mercado (Vinhos IG); • Viticultura de precisão; • Valorização de modos de produção ambientalmente sustentáveis; • Criação do Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estagnação do consumo de vinho a nível mundial; • Campanhas anti álcool; • Limitações às operações fitossanitárias na vinha; • Escassez e preço da mão-de-obra; • Alterações climáticas; • Concorrência de produtos de outras proveniências.

12.10 Setor Fruticultura

12.10.1 Enquadramento da Fruticultura na R.A. Açores

A RAA, que já possuiu grandes ciclos económicos da laranja e do ananás no século XIX, não é autossuficiente em termos de produção frutícola, até mesmo nas culturas mais tradicionais e produzidas atualmente em maior quantidade como os citrinos e a banana.

Todo o arquipélago possui um potencial enorme para fruticultura, apesar de por vezes a adversidade das condições climáticas, assim como algumas pragas condicionarem esta atividade. O envelhecimento dos fruticultores e o desinteresse dos mais novos condicionam também o progresso desta atividade agrícola, havendo falta de mão-de-obra especializada.

O PROFRUTA, documento que implementa o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Fruticultura dos Açores procurou fazer um diagnóstico da situação da fruticultura em todas as ilhas. Foram apresentadas espécies frutícolas tendo por base a tradição de produção, o facto de já se encontrarem instaladas e em desenvolvimento na Região e o potencial de aumento produtivo, quer em área de exploração, quer em quantidades produzidas. Este elenco objetiva garantir que a sua produção local, por um lado, aumente as exportações e, por outro, atinja o autoconsumo, diminuindo assim as importações de fruta.

Independentemente de culturas mais específicas de determinadas ilhas, como o ananás em S. Miguel, café em S. Jorge e Terceira ou figo da Índia recentemente em Santa Maria, são várias as culturas adaptadas e que têm demonstrado potencial como banana, citrinos e figos, em zonas norte, pomóideas e prunóideas, em zonas sul frutícolas sub-tropicais, etc.

São também definidas, no PROFRUTA, as áreas estratégicas para o desenvolvimento da fruticultura na Região, referindo os apoios existentes para esta atividade e uma descrição das atividades de investigação, experimentação, formação profissional, desenvolvimento e inovação. A proteção vegetal e a produção frutícola nas suas diversas vertentes, são analisadas terminando esta análise na vertente da gestão de qualidade e agroindustrialização, comercialização e na promoção e marketing das frutas. O plano definiu um conjunto de objetivos operacionais gerais e aplicáveis a todas as ilhas com respetivo plano de ação, assim como planos estratégicos aplicáveis a cada uma das ilhas.

A informação apresentada nesta secção tem por base o referido Plano Estratégico (PROFRUTA), aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 244/2020, de 25 de setembro.

11.1.1. Dados estatísticos da Fruticultura na R.A. Açores

12.10.1.1 Área de produção frutícola

No ano de 2018, 851 ha da Região destinaram-se à produção de frutícolas, como o ananás, a anona, a banana, a castanha, a laranja, a maçã, o maracujá e a tangerina, o que representou uma produção perto das 11.120 toneladas. Estes dados referem-se ao total da Região e foram obtidos de forma estimada. As culturas que representaram a maior área de produção (Fig. 1) foram a laranja com 312 ha e a banana com 287 ha, depois as culturas da maçã e do ananás com cerca de 57 e 56 ha, respetivamente. É de referir que no caso do ananás, a área ocupada refere-se exclusivamente à ilha de S. Miguel.

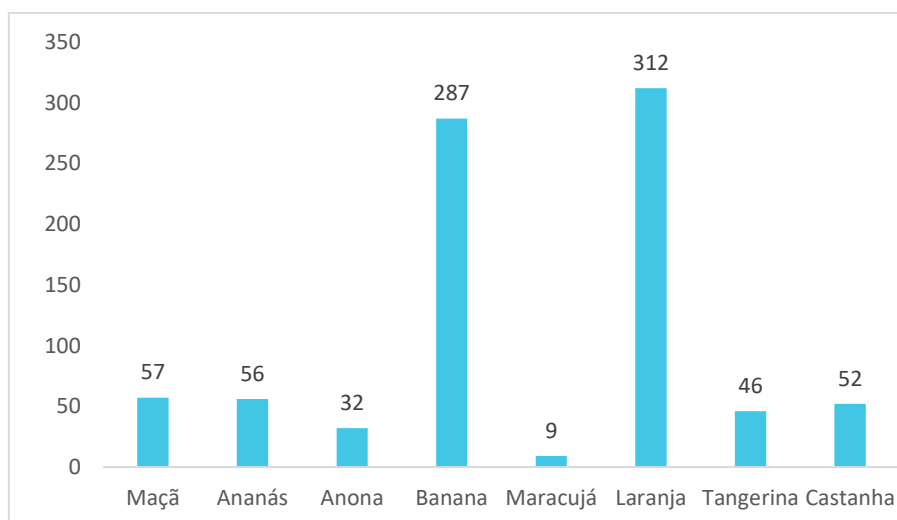


Figura 341. Área ocupada por culturas frutícolas na Região em 2018

Fonte: SREA, PROFRUTA 2020

12.10.1.2 Produções frutícolas

Relativamente aos valores de produção, a cultura com maior representatividade em 2018, foi a banana com cerca de 5.053 toneladas, seguida da cultura da laranja com 4.025 toneladas. Depois aparece o ananás com cerca de 948 toneladas, que como já referido se refere apenas à ilha de S. Miguel (Figura 342).

As culturas que apresentam menor área ocupada e produção, no total das culturas frutícolas, foram as subtropicais como o maracujá e a anona. Sendo o maracujá com 9 ha de área ocupada e 25 toneladas de produção o menos representativo (Figura 343 e Figura 344, respetivamente).

Estas culturas terão todo o potencial para crescer na Região, pelas condições de excelência que existem para a sua produção, pela sua qualidade e crescente procura pelo consumidor. O incentivo para o aumento da produção destes produtos poderá passar pela sua valorização com o desenvolvimento de Denominação de Origem Protegida/Indicação Geográfica Protegida (DOP/IGP) específicas para estas culturas.

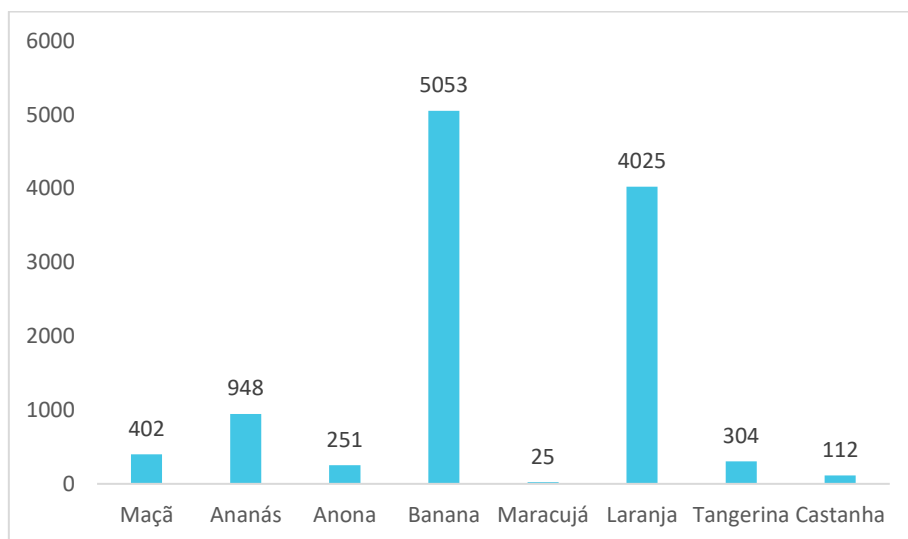


Figura 345. Produção de culturas frutícolas na Região em 2018

Fonte: SREA, PROFRUTA 2020

A partir da informação do parcelário para a produção frutícola, em todas as ilhas dos Açores, no ano de 2018, procedeu-se ao levantamento das áreas de produção frutícola (Tabela 178). A informação foi tratada com base na listagem das culturas a incluir no PROFRUTA.

Tabela 179. Área total por ilha para a produção frutícola em 2018

Ilha	Área total para a produção frutícola em 2018 (ha)
Faial	22,96
Pico	42,51
S. Jorge	22,85
Graciosa	17,32
Flores	3,6
Corvo	0
Terceira	201,27
Santa Maria	65,07

São Miguel	344,51
Total	720,09

Fonte: DRDR, PROFRUTA 2020

A área total do parcelário para a produção frutícola, em 2018, foi de 720,09 ha (Tabela 180). Foi na ilha de S. Miguel que se registou a maior área do parcelário para a produção de frutas, com 344,51 ha, seguindo-se a ilha da Terceira, com 201,27 ha (Tabela 181). As ilhas que registaram as menores áreas do parcelário, para a produção frutícola foram o Corvo, sem qualquer área registada afeta à produção frutícola, seguido da ilha das Flores com 3,6 ha. Esta situação é explicável pela dimensão destas diferentes ilhas. A ilha Terceira foi a que registou a presença de uma maior diversificação de culturas frutícolas em 2018 (cerca de 20 culturas). Pelo contrário, foi nas ilhas das Flores e de S. Jorge que se verificou a menor diversificação frutícola.

12.10.2 Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade dos produtos locais, com crescente procura do consumidor; • Condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento de algumas culturas frutícolas, nomeadamente de subtropicais; • Existência de produtos frutícolas regionais qualificados (DOP); • Existência de algumas estruturas associativas diretamente ligadas à produção e comercialização de frutícolas na Região; • Existência de algumas espécies frutícolas que poderão facilmente ser enquadradas em MPB; • Existência de variedades tradicionais com adaptabilidade comprovada às condições edafoclimáticas da Região; • Existência de mercado para a exportação de alguns produtos frutícolas (ex: ananás; banana, anona); 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia e planeamento ainda em fase inicial de implementação; • Dependência da Região de mercados externos relativamente ao abastecimento de frutas e a custo mais baixo; • Número limitado de técnicos e produtores com formação específica em fruticultura; • Ausência de um serviço regional de avisos fitossanitários eficiente no aconselhamento dos produtores; • Falta de viveiristas e oferta reduzida de material de propagação vegetativa de espécies e variedades melhor adaptadas às condições regionais; • Envelhecimento dos produtores e falta de mão-de-obra especializada • Elevados custos com o transporte, não só para o acesso aos fatores de produção como para a comercialização de produtos;

<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de apoio comunitário/regional a candidaturas nomeadamente a: ajudas diretas, ajudas ao investimento, instalação de jovens agricultores e pequenos equipamentos; • Mercado do turismo na Região em franca expansão nos últimos anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta, em algumas ilhas, de organizações de produtores que promovam a produção frutícola; • Longo período de espera para retorno do investimento, devido ao facto das primeiras produções surgirem só ao fim de 4-5 anos; • Explorações de pequena dimensão que impossibilitam a existência de economias de escala e tornam difícil a sustentabilidade financeira da atividade frutícola.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar a produção Regional; • Preencher o abastecimento regional com produtos resultantes da produção regional; • Implementar planos escolares para aumento do consumo de frutas produzidas localmente; • Criar mercados de proximidade com a calendarização fixa de realização onde os produtores poderão expor os seus produtos diretamente aos consumidores; • Criar programas de formação técnica e profissional prática a nível intermédio e superior; • Elaborar cartas de aptidão frutícola para todas as ilhas dos Açores; • Criar parcelas de demonstração com experimentação de novas variedades frutícolas; • Transformar o excesso de produção em produtos subsidiários de valor acrescentado (ex: compotas, geleia, desidratados); • Criar apoios para a comercialização de produtos frutícolas em MPB; 	<ul style="list-style-type: none"> • Idade avançada dos fruticultores; • Falta de atratividade do setor para o estabelecimento dos mais jovens; • O custo dos transportes que limita a exportação do excesso de produção em determinadas alturas do pico de produção; • Os problemas fitossanitários que afetam a maior parte das produções frutícolas; • Deficiente organização do setor frutícola regional; • Fraca dinâmica de experimentação e demonstração; • Deficiente preservação de espécies e variedades de fruteiras tradicionais existentes nas várias ilhas dos Açores; • Sistemas de conservação inexistentes.

- Preservar/recuperar variedades frutícolas tradicionais mais adaptadas às condições locais;
- Rentabilizar áreas com topografia atípica, imprópria para a instalação de outros sistemas produtivos;
- Criar um observatório de pragas agrícolas responsável pela monitorização de pragas e implementação de medidas de controlo e sua limitação;
- Criar e implementar em todas as ilhas um sistema de avisos agrícolas aos produtores.

Estratégia de Intervenção

13 Estratégia de Intervenção

13.6 Síntese das condições de base

A Estratégia de Intervenção teve por base o diagnóstico, a análise SWOT e a avaliação de necessidades efectuada nos capítulos anteriores, considerando os objectivos estratégicos definidos para a PAC no pós 2020.

Em seguida, apresentam-se as linhas estratégicas da R.A. Açores para o período 2021-2027, para o reforço do complexo agroflorestal, bem como para o desenvolvimento rural da R.A. Açores:

Investimento em infraestruturas

Embora se tenham verificado investimentos significativos na modernização e reestruturação das explorações agrícolas, nas infraestruturas de transformação dos produtos agrícolas e nas infraestruturas de apoio à atividade agrícola, mantém-se a necessidade de continuar a apoiar estes investimentos.

Deste modo, deverá promover-se a inovação e a redução de custos nas explorações agrícolas e nas unidades transformadoras e a modernização destas últimas, que deverão realizar investimentos que lhes permitam, por exemplo, adotar políticas de “Plástico 0”, adaptar as suas produções às novas tendências dos consumidores, etc.

Para a melhoria da competitividade e da sustentabilidade das empresas do complexo agroflorestal é fundamental prosseguir com investimentos em infraestruturas de apoio ao setor agrícola e florestal, nomeadamente em abastecimento de água, caminhos agrícolas, rurais e florestais e eletrificação das explorações, mas também na modernização rede pública de abate.

Deverá ser incentivada a produção de energia recorrendo a recursos renováveis nas explorações e formas de armazenamento das águas das chuvas para consumo da produção agrícola e pecuária.

É necessário continuar a investir na modernização das explorações agrícolas e florestais, bem como nas indústrias transformadoras, atendendo à harmonia com o ambiente, preservando a natureza e a paisagem dos Açores.

A procura por formas de exploração das terras e animais mais amigas do ambiente é uma realidade que tem de ser assumida por todos através de incentivos acoplados à modernização. As explorações da R.A. Açores obrigam-se a ser competitivas perante a concorrência do

mercado e só o podem enfrentar apresentando a força da sua riqueza natural com produção de alimentos seguros.

Profissionalização e qualificação do complexo agroflorestal

Na R.A. Açores prevalece a falta de especialização da mão-de-obra agrícola e florestal. Deste modo, apesar de nos últimos anos a R.A. Açores ter vindo a desenvolver um intenso trabalho ao nível da formação profissional, dos ativos do setor e dos jovens que se pretendem instalar pela primeira vez, importa continuar a apostar na temática da gestão das explorações agrícolas e florestais.

Assim, é relevante reforçar os apoios à qualificação de recursos humanos, à criação/consolidação de serviços de gestão, bem como à formação e aconselhamento agrícola e florestal.

Diversificação da produção

A diversificação é um fator extremamente importante, deverá ser desenvolvida de forma a valorizar a economia e tornando a Região mais subsistente em produtos que são deficitários na Região. O enriquecimento da flora favorece o desenvolvimento de espécies polinizadoras de extrema importância para o ambiente, para a agricultura e silvicultura. O incentivo à produção diversificada deve ser melhorado de forma a cativar cada vez mais produtores a enveredarem por este tipo de exploração, quer nos jovens em primeira instalação quer em explorações que pretendam alterar o setor de atividade ou em explorações de outro setor que pretendam alterar parte da sua produção.

A aposta na diversificação agrícola e florestal poderá ser um fator decisivo no aumento do peso das culturas agrícolas e florestais na economia regional, contribuindo para a criação de emprego e para a autossuficiência da Região.

Fortalecer a investigação, a cooperação e a inovação na agricultura e florestas

Na R.A. Açores os processos de cooperação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas e os produtores são incipientes, o que dificulta a transferência do conhecimento científico aplicado ao complexo agroflorestal e a prestação de serviços avançados. Assim, para o futuro do setor entende-se como fulcral a captação de mais apoio à I&D, bem como a criação de incentivos à cooperação entre diferentes entidades, procurando a modernização

das explorações e o desenvolvimento de produtos diversificados e de qualidade, incentivando a utilização de técnicas e processos de produção adaptados a condições climáticas mais adversas.

Promover o reconhecimento de agrupamentos e organizações de produtores

Apesar da existência de um elevado número de cooperativas agrícolas e de algumas organizações de produtores nas várias fileiras e nas diversas ilhas, mantém-se o baixo poder negocial dos produtores da Região. Torna-se, por isso, importante a definição de uma estratégia comum em relação ao mercado interno e externo.

Neste contexto, é importante criar condições para que as organizações da R.A. Açores sejam reconhecidas como organizações de produtores, sendo para tal necessário um trabalho junto dos produtores agrícolas e florestais de modo a que estes reconheçam a importância do papel das organizações de produtores, fomentando uma maior proximidade entre a produção e o consumidor, nomeadamente através de cadeias curtas.

Impulsionar a produção de qualidade

Na R.A. Açores existem diversos produtos DOP e IGP, os quais se destacam pela sua elevada qualidade. No entanto, os produtos com o selo DOP e IGP necessitam de uma maior aposta na sua promoção de modo a garantir uma maior visibilidade e reconhecimento da sua qualidade junto dos produtores e do mercado. Torna-se relevante incentivar a produção e o reconhecimento de mais produtos, garantido a segurança e qualidade alimentar.

É fundamental apoiar os produtores na adoção de modos de produção mais sustentáveis, nomeadamente a agricultura biológica e a produção integrada.

Incrementar o investimento em energias renováveis

Nos últimos anos verificou-se na R.A. Açores uma aposta na produção e utilização de energias de fontes renováveis, embora a Região seja ainda muito dependente do exterior, especificamente no que concerne a combustíveis fósseis.

É essencial a aposta no investimento para instalação de sistemas de abastecimento de eletricidade com origem em fontes renováveis.

Reduzir a emissão de Gases com Efeito Estufa (GEE)

A intensificação das alterações climáticas globais coloca uma pressão acrescida em territórios de alguma fragilidade como é o caso do arquipélago dos Açores.

Neste contexto, e considerando a importância emergente que as alterações climáticas constituem para a sustentabilidade do planeta e conseqüentemente para os Açores, particularmente para o setor agrícola, dada a sua grande exposição e dependência dos fatores climáticos, verifica-se a necessidade de promover medidas de redução dos GEE e de aumento do sequestro de carbono, nomeadamente no apoio a modos de produção mais sustentáveis, que permitam, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência das explorações agrícolas e reforçar a segurança alimentar.

Reforçar a monitorização e capacitação ao nível das alterações climáticas

Devido à sua estrutura e localização geográfica, a R.A. Açores está especialmente vulnerável a eventos meteorológicos extremos e aos efeitos das alterações climáticas que evidenciam a necessidade de combater a escassez de recursos e a proteção dos valores humanos, naturais, animais e patrimoniais. Deverão ser promovidas medidas de gestão e prevenção de riscos, incluindo os seguros, de modo a garantir uma capacidade de resposta adequada a fenómenos naturais extremos.

Neste contexto, o fomento da resiliência dos ecossistemas afigura-se como uma das principais estratégias para a capacitação ao nível das alterações climáticas, sendo que neste campo as áreas florestais são de extrema importância devido às características do coberto vegetal nas ilhas da R.A. Açores.

Combater a degradação do solo agrícola e florestal, preservando e melhorando a sua fertilidade e minimizando processos de desertificação e erosão.

Estimular produções sustentáveis e garantir a sustentabilidade dos sistemas hídricos

A suscetibilidade à escassez hídrica é variável na R.A. Açores, realidade que se tende a acentuar com o aumento do consumo de água, bem como a recorrência de situações de degradação da qualidade do estado de massas de água interiores. Deste modo, verifica-se a necessidade de fomentar estratégias e boas práticas de gestão e utilização da água, tanto ao nível normativo e regulamentar, como ao nível operacional nos diversos setores da sociedade e da economia.

Tendo em conta o regime hídrico da R.A. Açores, conjugado com a orografia das ilhas e as áreas florestais em altitude e ao longo das linhas de água, é de elevada importância promover investimentos nestas áreas.

Promover a preservação do ambiente e dos ecossistemas

A R.A. Açores é detentora de *habitats* ricos em vida animal e vegetal, bem como em ecossistemas de grande valor natural e paisagístico. Importa promover a biodiversidade através de boas práticas agrícolas, florestais e cinegéticas, bem como investir na formação e na continuação da reintrodução de espécies endémicas, não descurando a pressão antrópica que existe nas ilhas mais populosas e geradoras de maior volume de atividade económica e maiores fluxos turísticos.

É fundamental sensibilizar os produtores agrícolas e florestais para questões sensíveis como a preservação do ambiente e dos ecossistemas e a conservação dos solos e da água, de modo a diminuir a incidência de práticas desrespeitadoras do meio ambiente e dos ecossistemas.

A R.A. Açores é possuidora de paisagens únicas e específicas de cada ilha, moldadas pelos elementos naturais e pelo isolamento geográfico, mas também transformadas pela mão humana e pelas atividades que dependem diariamente do uso e do consumo de recursos naturais renováveis e não renováveis. Urge, por isso, perceber como atenuar os efeitos da pressão antrópica na paisagem e promover a preservação e reconversão dos recursos paisagísticos, de modo a minimizar as consequências de séculos de transformação e conversão dos solos.

Rejuvenescimento do setor agrícola

Na R.A. Açores a percentagem de jovens empresários agrícolas é superior à de Portugal continental, o que atesta a importância do setor na Região em termos macroeconómicos e de subsistência familiar.

Ainda assim, verifica-se uma diminuição de número de empresários agrícolas jovens e uma baixa presença de indivíduos do sexo feminino. O envelhecimento do setor está a tornar-se cada vez mais iminente e urge criar condições apelativas aos jovens para enveredarem por esta atividade, nomeadamente facilitando o acesso à terra e ao financiamento. Uma das formas será aliar medidas para reformas agrícolas sendo uma das formas de libertação de

superfície agrícola utilizável bem como de cedência de explorações a jovens aptos a continuarem e melhorarem a sua gestão e maneio.

Promover o desenvolvimento das zonas rurais

A promoção do emprego e do crescimento socioeconómico e o aumento da atratividade das zonas rurais deverão ser encarados como aspetos centrais no desenvolvimento destas zonas. Neste contexto, a promoção de setores conexos ao setor agrícola, tal como o turismo, o comércio, a indústria, o património, a cultura, o ambiente e a silvicultura, é expectável contribuir para o desenvolvimento económico, social e ambiental destas zonas.

Adequar as respostas sociais existentes

Numa Região com grande prevalência de população jovem, mas onde predominam as áreas pouco povoadas, afigura-se importante criar medidas para a criação de emprego e inclusão social nas zonas rurais. É importante continuar a apoiar os serviços básicos para as populações, ao mesmo tempo que se garante a existência de estruturas de apoio nas diferentes áreas da R.A. Açores, adequando a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território.

Aumentar a produção biológica, promover o bem-estar animal e a segurança alimentar

A produção agrícola em modo biológico assume ainda uma expressão residual na R.A. Açores, sendo mais expressiva na cultura de pastagem. Neste contexto, é importante fortalecer os apoios à agricultura e agropecuária em modo de produção biológico de modo a aumentar a área deste tipo de produção, bem como a garantir uma maior qualidade dos produtos regionais. Por sua vez, é também importante apostar em produtos fitossanitários, medicamentos para animais e de outros modos de produção mais amigos do ambiente, como a produção integrada.

O bem-estar animal no setor agroalimentar tem constituído nos últimos anos uma aposta premente na R.A. Açores oferecendo uma imagem positiva no cuidado prestado aos animais e consequentemente da forma como o leite e a carne são produzidos. É fundamental apostar cada vez mais na produção em modo extensivo, nas baixas densidades de animais na pastagem e no cuidado oferecido aos animais. A produção integrada é essencial para garantir

ao consumidor a segurança alimentar. É imprescindível continuar a apostar na promoção de condições de higiene e de segurança nos matadouros.

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy to a light sky blue. These shapes create a dynamic, modern aesthetic. The text is positioned in the white space on the right side of the page.

Complementaridade com o POSEI

14 Complementaridade com o POSEI

14.6 Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade (POSEI)

O artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) reconheceu formalmente as especificidades geográficas e económicas das Regiões Ultraperiféricas (RUP). Estas especificidades são resultantes da situação das RUP, as quais são condicionadas pelo grande afastamento, insularidade, pela pequena superfície, relevo e clima difíceis, e pela dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, características que, em conjunto, prejudicam o desenvolvimento e impedem as RUP de tirar pleno partido dos benefícios do mercado único.

Neste contexto, o Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade (POSEI) foi lançado em 1991 nos Departamentos e Territórios Ultramarinos franceses. Com a entrada em vigor do tratado de Lisboa, este programa passou a incluir mais três Regiões Ultraperiféricas de três Estados-membros (Portugal, Espanha, França). Atualmente, o POSEI considera 10 regiões periféricas, as quais incluem a R.A. Açores.

O programa POSEI de Portugal, o qual foi inicialmente aprovado pela decisão de 04/IV/2007 da Comissão Europeia, inclui dois subprogramas: R.A. Madeira e R.A. Açores. Ao abrigo dos regulamentos em vigor é possível uma alteração anual aos programas globais aprovados e a transferência de verbas entre medidas do programa, podendo haver ajustamentos aos subprogramas da R.A. Madeira e R.A. Açores dentro de determinados limites, desde que o montante financeiro definido para cada região autónoma não seja alterado.

O POSEI inclui dois regimes diferentes, nomeadamente o Regime Específico de Abastecimento (REA) e as Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais (MAPL). O REA é destinado ao abastecimento das RUP em produtos para o consumo direto, alimentação animal, e para a indústria de transformação; enquanto o regime que estabelece as MAPL, visa garantir a manutenção e a viabilidade da atividade agrícola.

14.7 Subprograma da Região Autónoma dos Açores – Adaptação da Política Comum à Realidade Açoriana

O Subprograma da R.A. Açores visa garantir o desenvolvimento de uma agricultura sustentável de qualidade, que proteja a viabilidade a longo prazo das comunidades rurais e do património natural da R.A. Açores. Deste modo, a estratégia do Subprograma da R.A. Açores assenta em três orientações essenciais:

- Estabilização do regime extensivo da produção pecuária, com a consequente estabilização da produção leiteira aos níveis das potencialidades produtivas deste sistema de produção e dos limites de produção disponíveis, bem como da produção de carne e dos rendimentos dos agricultores;
- Criação de um novo impulso no setor das culturas vegetais tradicionais, criando condições para o seu desenvolvimento e tornando-as uma alternativa e um complemento credível ao rendimento proveniente da produção pecuária nomeadamente a vinha, o chá e frutas, legumes, plantas e flores;
- Redução dos custos de produção das explorações açorianas.

Com o objetivo de apoiar as atividades económicas predominantes e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino e dos produtos da criação animal tradicional, foram estabelecidas as seguintes ações:

- Prémio às Vacas Aleitantes, Prémio às Vacas Leiteiras e Prémio aos Produtores de Leite, dentro de um limite máximo proporcional aos direitos disponíveis;
- Prémio ao Abate, Ajuda ao Transporte Inter-Ilhas de Jovens Bovinos e Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos excedentários que não encontram uma saída normal no arquipélago e que devam ser expedidos para o resto da Comunidade com consideráveis custos de transporte adicionais, dada a situação geográfica excecional da região;
- Ajuda à Armazenagem Privada de Queijos “Ilha” e “S. Jorge”, promovendo a qualidade e garantindo a segurança alimentar;
- Ajuda à Inovação e à Qualidade das Produções Pecuárias Açorianas.

Com o objetivo de aprofundar a diversificação da base produtiva regional e de aumentar a produção e a qualidade dos produtos alternativos à produção predominante da pecuária local, estabeleceram-se as seguintes ações:

- Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses;
- Ajuda à Produção de Hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais;

- Ajuda ao Acondicionamento de Próteas;
- Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos.

Por fim, com o objetivo de contribuir para a manutenção da produção interna e satisfazer os hábitos de consumo locais, estabeleceram-se as seguintes ações:

- Ajudas à Produção de Culturas Tradicionais;
- Ajuda aos Produtores de Tabaco;
- Ajuda à Banana;
- Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica;
- Ajuda à Produção de Ananás.

14.8 Considerações sobre complementaridade

Na R.A. Açores a gestão dos dois programas é desenvolvida pela mesma entidade, o que contribuirá para garantir a interligação e a não sobreposição entre as medidas.

Os pagamentos diretos continuarão a ser aplicados na R.A. Açores através do POSEI, que continuará a conceder apoios ao setor da agricultura para compensar as dificuldades causadas pela situação específica da R.A. Açores, de modo a manter a competitividade do setor agrícola no mercado da UE face à concorrência dos países terceiros. Por sua vez, as medidas do POSEI permitirão também assegurar a manutenção e a evolução das atividades agrícolas, as quais contribuirão para o desenvolvimento ambiental, social e económico da R.A. Açores.

Neste contexto, as medidas concedidas pelo POSEI funcionarão como uma ajuda à produção, não dependendo de qualquer investimento ou compromisso específico além da manutenção da produção e da condicionalidade.

The background features several overlapping, curved shapes in various shades of blue, ranging from a deep navy blue to a light sky blue. These shapes are positioned primarily on the left side of the page, creating a modern, abstract design. The word "Bibliografia" is centered in the white space on the right.

Bibliografia

15 Bibliografia

- Açores 2020. (2017). *Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores - Relatório setorial - Impactes, Vulnerabilidades e Medidas de Adaptação para o Setor da Agricultura e Florestas.*
- Açores 2020. (2019). *Programa Regional para as Alterações Climáticas.*
- Açores 2020. (2020). Catálogo Marca Açores, Produtos, Serviços, Estabelecimentos e Artesanato. *Marca Açores*, Versão 59 de 13 de fevereiro de 2020.
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). *Emissões de poluentes atmosféricos por concelho - 2015 e 2017: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados, poluentes orgânicos persistentes e gases com efeito de estufa.*
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). *Inventário Regional de Emissões de Poluentes Atmosféricos (2019).*
- Assembleia da República. (2019). Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. *Diário da República n.º 170/2007, Série I de 2007-09-04.*
- Augusto Elevai. (2016). *Turismo no Espaço Rural nos Açores.* Serviço Regional de Estatística dos Açores.
- Azevedo, E. B. . (2001). Condicionantes dinâmicas do clima do Arquipélago dos Açores. Elementos para o seu estudo. *Boletim da Sociedade de Estudos Açorianos "Afonso Chaves" 9 (3)*, 309 -317.
- Comissão Europeia. (2018). *Proposta de Regulamento do Parlamento e do Conselho, COM(2018) 392 final, 2018/0216(COD).*
- DG da Agricultura e Desenvolvimento Rural. (2018). *Inquérito aos Agrupamentos de produtores de produtos com DOP/IGP/ETG.*
- Direção Geral de Energia e Geologia . (2019). *Balanço energético da Região Autónoma dos Açores 2017.*
- Direção Regional do Ambiente. (2005). *Livro das Paisagens dos Açores | Contributos para a identificação e caracterização das paisagens dos Açores.* Retrieved from Governo dos Açores: <http://siaram.azores.gov.pt/>
- Direção Regional do Ambiente. (2015). *Fajãs de São Jorge: Candidatura a Reserva da Biosfera.* Retrieved from Governo dos Açores: http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/ilha-SJorge/_intro.html

- Direção Regional do Ambiente. (2016). *Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021*.
- Direção Regional do Ambiente. (2018). *Relatório sobre o Estado do Ambiente dos Açores*.
- Direção Regional do Ambiente. (2019). *Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos - Emissões de Gases com Efeito de Estufa na Região Autónoma dos Açores de 1990 a 2017*.
- Direção Regional do Ambiente. (2019). *Relatório de Qualidade do Ar*.
- Direção Regional do Ambiente. (2019). *Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores*.
- Direção Regional dos Serviços Florestais. (n.d.). *Inventário Florestal*. Retrieved from Governo dos Açores: <http://drf-sraa.azores.gov.pt/areas/inventario-florestal/Paginas/Introducao.aspx>
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração. (2016). *Programa Apícola Nacional 2017-2019*.
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração. (2017). *Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas*.
- Governo dos Açores. (2010). *Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores*.
- Governo dos Açores. (2016). *Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores*.
- Governo dos Açores. (2018). *Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na Região Autónoma dos Açores*.
- Governo dos Açores. (2018). *Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na Região Autónoma dos Açores*.
- Governo dos Açores. (2018). *Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Diagnóstico*.
- Governo dos Açores. (2018). *Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020*.
- Governo dos Açores. (2019). *Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na Região Autónoma dos Açores*.
- Governo dos Açores. (2019). *Plano de Desenvolvimento da Fruticultura nos Açores 2019*.

- Governo dos Açores. (n.d.). *Reservas da Biosfera*. Retrieved from Página Oficial do Governo dos Açores: www.azores.gov.pt/Gra/srrn-natureza/menus/secundario/Reservas+da+Biosfera/
- Instituto da Vinha e do Vinho. (n.d.). *Inventário do Potencial Vitícola, Campanha 2017/2018*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Recenseamento Agrícola 2009*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Inquérito à estrutura das explorações agrícolas - 2013*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Inquérito às Despesas das Famílias - 2015/2016*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2017*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). *Contas Económicas da Agricultura Regionais*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). *Estatísticas da Cultura*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Empresas em Portugal - 2017*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018*.
- República Portuguesa, Fundo Ambiental, & Agência Portuguesa do Ambiente. (2019). *Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050*.
- Secretaria Regional da Agricultura e Florestas. (2019). *Plano Estratégico para a Apicultura Nos Açores*.
- Secretaria Regional da Saúde. (2018). *Programa Regional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018-2020*.
- Serviço Regional de Estatística. (2015). *Inquérito à Horticultura 2014*.
- Serviço Regional de Estatística. (2017). *Inquérito à Fruticultura 2016*.
- Serviço Regional de Estatística dos Açores. (2017). *Inquérito à Floricultura e Plantas Ornamentais 2017*.
- Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos A. (2017). *Setor Agroalimentar*. Obtido de Invest in Azores: http://investinazores.com/images/Dossiers/Agroalimentar_SET17.pdf
- União Europeia. (1992). *Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*.
- Universidade do Porto. (2015). *Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física – IAN-AF 2015-2016. Relatório Parte II*.

